

Departamento de Sociologia

Funcionários da Verdade

Profissionalismo e Responsabilidade Social dos Jornalistas
do Serviço Público de Televisão

Diana Andringa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutora em Sociologia

(Especialidade em Sociologia da Comunicação,
da Cultura e da Educação)

Júri:

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático do ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Doutor Fausto José Robalo Amaro, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Tito Manuel Pereira Cardoso e Cunha, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior

Doutor José Jorge Fernandes Rodrigues Barreiros, Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário
de Lisboa

Doutor José Manuel Rebelo Guinote, Professor Associado com Agregação do ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa (Orientador)

8 de Janeiro de 2013

Agradecimentos

Não é um simples *pro forma* dizer que esta tese não teria sido possível sem o apoio de diversas pessoas, a quem pretendo, por isso, agradecer.

Em primeiro lugar, à Direção do Sindicato dos Jornalistas no biénio 1996-1998, que apresentou ao então Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, uma proposta para o ingresso de jornalistas experientes em cursos de pós-graduação universitária. O envolvimento do ministro (bem como do então Secretário de Estado Pedro Lourtie), foi o segundo passo da caminhada, que envolveu vários ocupantes do cargo, com relevo para Pedro Lynce, em cujo período se veio a concretizar essa possibilidade.

Indispensável foi, também, o apoio de docentes do ISCTE e da ESCS, entre os quais, por todos, destaco João Ferreira de Almeida, Joel Silveira, José Manuel Paquete de Oliveira e José Rebelo.

E, claro, sem a autorização do Conselho de Administração e da Direção de Informação da RTP para um período de observação na redação, este trabalho não teria sido possível. Aqui fica o meu agradecimento, bem como a todos os que me acolheram e, em particular, aos que tiveram a gentileza de responder aos questionários que lhes apresentei.

A disponibilidade de diversos camaradas da RTP e dos funcionários do Sindicato dos Jornalistas foi imprescindível para me ajudar a encontrar referências e documentos que me eram necessários.

Ao Bruno Cabral e ao Nino Alves devo o apoio na gravação dos Telejornais, sem a qual teria sido impossível proceder a uma parte que considero relevante deste trabalho.

A amizade de Sylvia Moretzsohn valeu-me diversas horas e *mails* de debate, sempre muito úteis para me obrigar a refletir.

A todo o grupo de investigadores do projeto Perfil Sociológico do Jornalista Português devo, para além da utilização que fiz do seu trabalho – de acordo com os princípios desde logo definidos – uma camaradagem sem falhas, marcadas pela disponibilidade em acorrer aos meus frequentes SOS e não menos frequentes períodos de desânimo.

Especialistas de outras áreas, Ana Maria Pessoa e Celina Manita estiveram também sempre dispostas a ajudar-me, com sugestões e críticas e, sobretudo, uma imensa paciência perante as minhas tergiversações.

Por essa paciência e por todo o apoio prestado e, acima de tudo, pela confiança que depositou em mim, aceitando orientar o meu trabalho, agradeço a José Manuel Rebelo Guinote.

E depois há aquelas pessoas que, não tendo diretamente a ver com o trabalho da tese, me aliviaram outras preocupações, para que pudesse dedicar-me a ele. À Alcina Camões e à Ana Paula Salgueiro agradeço todo o apoio que me deram.

À minha irmã Elsa agradeço a confiança que sempre demonstrou nas minhas capacidades – bem superior àquela que eu própria sentia.

Há um grupo de pessoas a quem, embora já não o possam ler, entendo dever agradecer: aos meus pais, por terem aceite, com tanta tranquilidade, que a futura médica decidira, afinal, ser jornalista; a uma pequena tribo que me faz estimar para sempre a profissão: Adriano de Carvalho, Alexandre Oliveira, Fernando Brederode, Fernando Carneiro, Eduardo Guerra Carneiro, João Carreira Bom, João Isidro, José Manuel Marques.

E, finalmente, agradeço ao Alfredo, à Sofia e ao Paulo a confiança que sempre depositaram em mim, o apoio que me deram, a paciência com que aturaram as minhas neuras, a extraordinária amizade que sempre manifestaram e que ultrapassa, em muito, o amor familiar. Sobre a Sofia e o Paulo é justo dizer que, sem eles, sem o apoio que me deram na revisão, na paginação, na verificação minuciosa das minhas falhas, esta dissertação apresentaria, seguramente, muito mais fraquezas.

Resumo

Assumindo a importância da Imprensa no bom funcionamento das sociedades democráticas, o papel da televisão na informação do povo português e as especiais responsabilidades que cabem à RTP, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, pretendeu-se estudar a forma como os jornalistas que nela prestam serviço encaram a sua responsabilidade social.

Assumindo também que o exercício da responsabilidade pressupõe liberdade, como postula o texto conhecido como Relatório MacBride sobre a Nova Ordem Internacional de Informação (1980), prestou-se particular atenção aos constrangimentos que podem pesar sobre a atividade desses jornalistas. E tendo a RTP passado de uma situação de monopólio a uma situação de concorrência, procurou-se também verificar se essa mudança provocara alterações no que respeita quer à noção de responsabilidade social dos jornalistas, quer aos constrangimentos enfrentados.

Considerou-se importante, para esse fim, estudar quer as condições de produção da informação, quer o produto final oferecido aos telespectadores.

Recorreu-se, para tal, a entrevistas semi-diretivas, observação participante, questionários, análise documental e estudo de casos.

Dado que a investigadora foi, ela própria, ao longo de 23 anos, jornalista na RTP, entendeu assumir essa condição ao longo de todo o trabalho, sem esquecer, naturalmente, a necessária vigilância epistemológica.

Palavras-chave: **autonomia, constrangimentos, informação, jornalistas, telespectadores**

Abstract

The importance of the Press for the correct functioning of democratic societies, the special role of television in the information of Portuguese people, and the responsibilities of RTP, as expressed in the mandate of the Public Service Television Contract, are the starting assumptions for this work. The study subject is the understanding, by the journalists serving in the Public Television, of their own social responsibilities.

The necessity of freedom for exercising responsibility, as postulated in the MacBride Report on New World Information and Communication Order (1980), requires special attention is given to the constraints on the journalists' activities. And, since RTP changed recently from a situation of monopoly to that of competition, there was an attempt to verify whether that had introduced changes in what respects either the constraints or the notion of social responsibility itself.

For the pursuit of this goal, also the study of the conditions for information production and the study of the final product were considered necessary.

Semi-directed interviews, participant observation, questionnaires, documental analysis and case studies were used.

Since, the researcher was, herself, a journalist in RTP for 23 years, that experience is assumed along the full study and text, naturally keeping in mind the necessary epistemological vigilance..

Keywords: autonomy, constraints, information, journalists, TV viewers

For the journalist, freedom and responsibility are indivisible. Freedom without responsibility invites distortion and other abuses. But on the absence of freedom there can be no exercise of responsibility. The concept of freedom with responsibility necessarily includes a concern for professional ethic, demanding an equitable approach to events, situations or processes with due attention to their divers aspects.

The MacBride Report (1980)

Índice

1.	Introdução.....	1
1.1	Motivações pessoais para a candidatura a doutoramento.....	1
1.2	Motivações pessoais para o tema.....	4
1.3	Razões para um título.....	10
2.	Enquadramento Conceptual.....	17
2.1	Profissionalismo.....	17
2.2	Responsabilidade Social.....	22
2.3	Televisão.....	30
2.4	Serviço Público de Televisão.....	32
2.5	Constrangimentos.....	34
2.5.1	Constrangimentos políticos e organizacionais.....	34
2.5.2	Tempo, o grande constrangedor.....	42
3.	Contexto.....	45
3.1	A liberdade tardia do jornalismo português.....	45
3.2	A sombra do passado estende-se sobre os nossos dias.....	47
3.3	As dores de crescimento do jornalismo português.....	51
3.4	Da ideologia ao mercado.....	56
4.	Metodologia.....	65
4.1	Objetivos.....	65
4.2	Estratégia metodológica.....	67
4.3	Métodos.....	75
a)	A observação participante.....	75
b)	O diário de campo.....	75
c)	As entrevistas semi-diretivas.....	76
d)	Questionários.....	79
e)	Estudos de caso.....	82
f)	Análise documental.....	84
g)	Auto etnografia.....	85

5.	No terreno.....	87
5.1	A presença de um observador causa estranheza numa sala.....	87
5.2	Estranhando o familiar.....	89
a)	As alterações no campo	89
b)	As alterações no espaço	96
5.3	O mundo no ecrã do computador	99
5.4	Produtividade, a imperiosa palavra de ordem	102
5.5	Audiências, o grande <i>leitmotiv</i>	106
5.6	A informação contínua da RTP-N.....	108
5.7	Reuniões de alinhamento: um mero enumerar de peças disponíveis	109
5.8	Conversas informais	141
6.	Representações da Profissão	153
6.1	No meio profissional (Questionários 1 e 2).....	153
a)	Retrato sociográfico dos inquiridos	153
b)	Acesso e exercício da profissão	155
c)	Representações sobre a profissão.....	159
d)	Relações no interior da redação	161
e)	Participação na linha editorial.....	162
f)	Pressões sobre os jornalistas.....	164
g)	Condições de trabalho	168
h)	Reflexão sobre a informação produzida	171
i)	Reflexão sobre profissionalismo e responsabilidade social	174
j)	Breve análise das respostas obtidas.....	184
k)	Segundo questionário.....	188
6.2	No público (O Correio do Provedor).....	203
7.	Três casos paradigmáticos.....	223
7.1	O Referendo sobre a IVG (Janeiro – Fevereiro 2007).....	226
7.2	As horas de Subtil (4 de Janeiro de 2001).....	260
7.3	O Pseudo-arrastão de Carcavelos (10 de Junho de 2005)	268

8.	Do acontecimento ao pseudo-acontecimento: estratégias de mediatização	277
8.1	A entrada em cena das relações públicas.....	279
8.2	Acontecimentos e pseudo-acontecimentos	286
8.3	A construção da narrativa mediática	293
9.	Conclusões	299
10.	Bibliografia.....	315

ANEXO A - Proposta da Direção do Sindicato dos Jornalistas ao Ministro da Educação, sobre o ingresso de jornalistas não licenciados em cursos pós-graduado e Resposta do Ministro

ANEXO B - Crítica do Sindicato dos Jornalistas às técnicas de infotainment

ANEXO C - Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses

ANEXO D - Organograma da Direção de Informação da RTP em 2007

ANEXO E - Listagem de verbos mais e menos adequados a objetivos de formação

ANEXO F - Análise de produtividade em termos de emissão de peças noticiosas

ANEXO G - Verificação do equilíbrio cronométrico dos tempos do "Sim" e do "Não" durante a campanha para o referendo sobre a IVG

ANEXO H - Guião para as entrevistas do Perfil do Jornalista

ANEXO I - Questionário 1 aos jornalistas da RTP

ANEXO J - Questionário 2 aos jornalistas da RTP

APÊNDICE A - Transcrições dos Telejornais sobre o referendo da Interrupção Voluntária da Gravidez, de 8 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 2007

APÊNDICE B - Correio Eletrónico do Provedor do Telespectador - Mensagens de Janeiro e Fevereiro de 2007 que fazem referência a jornalistas

Curriculum Vitae - Curriculum Vitae de Diana Andringa

Índice de Quadros:

Evolução da Distribuição dos Profissionais por Habilitações Académicas (1997-2006-2009)	90
Distribuição de jornalistas da RTP por áreas, locais de trabalho e género	91
Distribuição dos jornalistas da RTP por funções	94
Dados sociográficos dos inquiridos no Questionário1	153
Acesso à Profissão - Razão de escolha do Jornalismo	156
Retrato sociográfico dos que responderam ao questionário	189
Mensagens eletrónicas recebidas pelo Provedor do Telespectador, relativas ao referendo sobre a despenalização da IVG, em Janeiro e Fevereiro de 2007, antes, no próprio dia e depois do referendo, separadas por tipo de protesto.	208
Mensagens eletrónicas recebidas pelo Provedor do Telespectador, em Janeiro e Fevereiro de 2007, separadas por tipo de protesto.	212
Utilização das expressões “aborto” ou “interrupção voluntária da gravidez”	231
Cronologia da cobertura televisiva do caso da Ocupação na RTP a 4 de Janeiro de 2001	266

Índice de Figuras:

Evolução das percentagens por género dos jornalistas portugueses, entre 1987 e 2009.	89
Distribuição de idades	93
Distribuição de antiguidade.....	95

1. INTRODUÇÃO

1.1 Motivações pessoais para a candidatura a doutoramento

Em 1967, troquei os estudos de Medicina pela prática do Jornalismo, que – com alguns interregnos por demissão, despedimento ou prisão – exerci como trabalhadora por conta de outrem até 2001. Se, ao fim de mais de trinta anos de exercício profissional, entendi útil regressar à Universidade para fazer estudos pós-graduados em Jornalismo e Sociologia da Comunicação foi porque, ao longo dos anos, me fui confrontando com questões que me obrigaram a refletir sobre o que fazia, não permitindo que o exercício do jornalismo se transformasse numa simples rotina.

Não tendo tido a oportunidade de uma formação académica – então inexistente em Portugal – na área do Jornalismo, procurei em diversas leituras apoio teórico para refletir sobre os problemas com que me deparava no exercício da profissão.

Apercebendo-me, quando ocupava o cargo de presidente da direção do Sindicato dos Jornalistas, de que esse era um problema comum a vários jornalistas da minha geração, propus, em Fevereiro de 1997, ao então Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, a possibilidade de regresso à Universidade, com esse fim, de jornalistas com mais de 10 anos de exercício da profissão mas sem licenciatura na área (Anexo A).

Essa proposta tinha, para mim, tanta mais razão de ser quanto alguns desses jornalistas eram convidados a dar aulas em instituições de Ensino Superior, o que levantava, junto dos respetivos Conselhos Científicos, o problema de não terem graus académicos e, nos próprios, o receio de não estarem à altura do que lhes era pedido (era o meu caso).

Apesar da boa receção do Ministro, a proposta deparou com a oposição de Universidades e Institutos Politécnicos – em alguns casos aqueles mesmos que nos convidavam como professores. A exceção veio do ISCTE que, em conjunto com a ESCS, propôs a frequência de uma Pós-Graduação em Jornalismo aberta a esses não graduados – um atestado irónico da falta de rigor em que por vezes mesmo a Universidade incorre no uso de conceitos...

Acabada essa Pós-Graduação, com resultados demonstrativos do empenho dos veteranos no regresso à Universidade, voltou a surgir um impasse: o que tínhamos proposto era o acesso a Mestrados, mas a lei não o permitia, exigindo expressamente uma licenciatura

prévia. A solução foi a do grande salto em frente, já que o doutoramento não tinha a mesma exigência.

Valeu-nos de novo a ousadia do ISCTE que, assumindo a autonomia decisória da Universidade, nos abriu as portas a um Curso Doutoral do Departamento de Sociologia. Nada mais apropriado para quem reconhecia a estreita ligação entre Jornalismo e Sociologia (o exemplo de Robert Ezra Park era-nos familiar) e, no meu caso, para quem sempre considerara a Sociologia uma das melhores preparações para o exercício da profissão. Ao Departamento de Sociologia do ISCTE devo – com os camaradas que comigo embarcaram nesta aventura, alguns dos quais, mais rápidos e capazes do que eu, já concluíram o seu doutoramento – a possibilidade de ter adquirido novos instrumentos para a reflexão que há muito pretendia fazer sobre a atividade que durante tantos anos desempenhei.

Tomei, como tema de partida, a responsabilidade social e como, em diferentes épocas, esta se articulava com o conceito de profissionalismo. Dado ser possível indicar, em relação à RTP, um momento de mudança, quer na informação produzida, quer nas exigências feitas aos jornalistas, pareceu-me adequado escolher, como objeto de estudo, os jornalistas do Serviço Público de Televisão.

Jornalista na RTP desde 1979, Judite de Sousa reconhece perfeitamente esse momento de viragem: “*É o aparecimento das televisões privadas, que altera completamente o quadro em que nos movemos do ponto de vista profissional.*” (in Andringa, 2011f: 613)

Alterações que criam novas exigências, com influência na responsabilidade social:

“A própria tecnologia introduziu alterações no modo de fazer jornalismo. Exige-se ao jornalista rapidez, velocidade... (...) Nós temos de ser os primeiros a dar a notícia, não podemos ser os segundos, os terceiros. Temos de ser os primeiros. E, se formos os primeiros, isso pode significar algo de vantajoso para nós, na própria lógica interna da redação. Se somos ultrapassados pela concorrência, podemos eventualmente ser repreendidos (...) E é neste ambiente competitivo que nós hoje vivemos: quem chega primeiro, quem emite primeiro, sem o tal tempo para pensarmos as coisas, para as digerirmos, muitas vezes para as confirmarmos.” (id.: 613-614)

Até porque, embora o facto de o Estado concessionar à RTP o Serviço Público de Televisão obrigue esta a uma acrescida responsabilidade social, o duplo sistema de financiamento, obrigando-a a recorrer à publicidade, potencia o conflito entre

responsabilidade e mercadorização. Conflito que se reflete fortemente na Informação e, especialmente, na redação do Telejornal, já que o principal serviço noticioso da RTP1 é tido, desde há muito, como uma âncora das audiências do canal.

Outra razão que me levou a optar pelos jornalistas da RTP foi a convicção de que os longos anos em que ali trabalhei me facilitariam a compreensão “*genérica e genética*”, “*o conhecimento prático das condições sociais de que são produto*” (Bourdieu, 1993:1400).

Esperava assim poder contribuir para a reflexão, que tenho por indispensável, sobre os novos contextos em que se exerce o jornalismo em Portugal e a responsabilidade social que se exige aos seus profissionais, nomeadamente os do Serviço Público de Televisão.

Passaram-se no entanto muito meses antes que, tendo recolhido o material empírico e procedido parcialmente à sua análise, fosse capaz de começar a escrita da tese. Tinha, no entanto – ainda na frequência do curso doutoral – recebido um precioso conselho do professor Juan Mozzicafredo, o de escrever todos os dias, mesmo que fosse para reescrever, e por várias vezes começara textos que abandonara, para escrever outros quase iguais. Outro conselho, muitas vezes recebido, era o de fazer um índice e escrever por capítulos. Tentava, desistia, voltava atrás, voltava a desistir. Valeu-me o *Handbook of Qualitative Research* (2002) que, apesar do seu peso pouco convidativo, foi meu fiel companheiro ao longo destes anos. Mais precisamente, valeu-me um texto de Laurel Richardson, “*Writing, a method of inquiry*” (pp 923-948).

Até aí, pensara que essa incapacidade de escrita era uma prova da minha incapacidade académica, já que escrever me parecia dever ser o resultado natural do trabalho de pesquisa feito até aí. Mas eis que Richardson, Professora Emérita de Sociologia, me dizia que “*escrever é também uma forma de “conhecer” – um método de descoberta e análise. [Mais:] Escrevo porque quero descobrir alguma coisa. Escrevo para aprender algo que não sabia antes de o escrever.*” (2002: 923-924)

Sentei-me, e percebi que precisava de falar da minha experiência, de a enquadrar na História recente de Portugal. E foi assim que a tese foi construída.

1.2 Motivações pessoais para o tema

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.”

Marx, K., prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política (1859)

Iniciei o meu percurso no jornalismo em 1965, na imprensa estudantil, no “boletim” da Pró-Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, surgido na sequência das prisões verificadas na Universidade de Lisboa no dia 21 de Janeiro de 1965.

Recém-chegada à Universidade, com 17 anos, pareceu-me insuportável que houvesse jovens presos apenas por defenderem uma linha política hostil ao regime vigente. Considerei que isso só era possível por a população, nomeadamente estudantil, ignorar esse facto.

Daí à ideia de um jornal que o revelasse foi um passo rapidamente dado, em colaboração com um colega mais velho, Omar Karin Ahmed, ele próprio acabado de sair da prisão. O estatuto era, naturalmente, militante, amador, e mesmo à beira da ilegalidade.

As inundações de Novembro de 1967 e a edição do jornal inter-associativo *Solidariedade Estudantil* ditaram definitivamente o abandono da Medicina em prol do Jornalismo, que se viria a concretizar no ano seguinte, com a passagem ao jornalismo profissional, na revista *Vida Mundial* – aliás pela mão de um outro jornalista da imprensa estudantil, Ruben Tristão de Carvalho.

Fiz assim parte da geração que, nos anos 60 do século passado, chegou aos *media* por via da anterior militância nas Associações de Estudantes e na imprensa estudantil, descrita por Fernando Correia e Carla Baptista no livro *Jornalistas – do Ofício à Profissão* (2007). Uma geração naturalmente inclinada a ver no jornalismo, não apenas uma profissão, mas uma forma de intervenção cívica e, logo, para reconhecer a sua “responsabilidade social”. Reconhecimento que a contínua pressão da Censura, consagrada pela Constituição de 1933, não fazia senão acentuar. O facto de grande parte daquilo que escrevia ser alvo de cortes totais ou parciais tornava evidente que o poder temia o jornalismo – e esse temor reforçava a consciência do poder de que, apesar de todos os constrangimentos, dispúnhamos.

Extinta a Censura após o 25 de Abril de 1974, as lutas travadas nos *media* – saneamentos em diversos órgãos de informação, casos Renascença (Abril de 1974-Dezembro de 1975), República (Maio/Junho de 1975) e Século (Novembro de 1975) – exprimiam a

consciência desse poder e da correspondente responsabilidade do jornalismo, encarado como militância política.¹

A RTP, então em regime de monopólio, esteve, desde a madrugada de 25 de Abril de 1974, no centro de muitas das convulsões daquilo a que convencionou chamar-se Processo Revolucionário em Curso (PREC). Saneamentos de profissionais tidos como coniventes com o regime derrubado, primeiro, e dos conotados com a tentativa de golpe de 25 de Novembro de 1975, depois, tinham deixado profundas marcas nos trabalhadores e, nomeadamente, nos jornalistas.

Disso mesmo me pude aperceber logo no meu primeiro dia de trabalho no Telejornal, em setembro de 1978: sozinha na sala do Internacional – a redação, nessa fase, repartia-se fisicamente por duas grandes salas, a do Nacional, com um pequeno cubículo envidraçado para a chefia e apresentadores, e a do Internacional e do Desporto, que divisórias de vidro separavam – organizava os telexes quando entrou um homem, para mim desconhecido. Cumprimentei-o e continuei a minha tarefa. Agitado, o recém-chegado revistou os tamos das várias secretárias e, aparentemente não tendo encontrado o que procurava, perguntou-me: “Por acaso não viu por aí o meu cartão RTP?” “Não, mas só estive nesta secretária”, respondi, sem interromper o que fazia. Nessa altura dirigiu-se à minha secretária, parou à minha frente e, exaltado, disse qualquer coisa como: “Porque é que não fala comigo? Também acha que fui da PIDE?” Surpreendida, só consegui responder: “Não, porquê? Foi?”²

Como maior órgão de informação nacional, a RTP e os seus serviços informativos continuavam, por um lado, a ser disputados pelos diferentes partidos e, por outro, a ser sempre suspeitos de um controlo partidário visando influenciar as grandes linhas da política nacional.

É a fase a que Joaquim Furtado chama “dos comissários políticos”:

«As redações passam a ter pessoas que, sendo jornalistas, estão ali com a função de controlar a forma como as notícias são feitas.» [Para os jornalistas na RTP, esse controlo é claro:] *“Há uma clara interferência do poder político nos órgãos de Comunicação Social, nomeadamente na RTP, a mais cobiçada, onde muito do que é feito é de acordo com a vontade do Governo – o que é,*

1 Como se pode constatar lendo as Atas do 1º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que teve lugar em Lisboa, de 19 a 22 de Janeiro de 1982, sob o lema “Liberdade de expressão, expressão da Liberdade”.

2 Viemos a ser bons camaradas de trabalho. Mas este é apenas um exemplo da tensão que reinava, ainda em 1978, na redação da RTP

em grande parte, resultado do estatuto da televisão pública (...) Há uma clara interferência do poder político nos órgãos de Comunicação Social, nomeadamente na RTP, a mais cobiçada, onde muito do que é feito é de acordo com a vontade do Governo – o que é, em grande parte, resultado do estatuto da televisão pública. É a “tentação do demónio” de que falou Almeida Santos. Aliás, também Freitas do Amaral falou das tentativas de controlo pela AD.” (in Andringa, 2001 d: 409)

E foi na RTP que, por me serem impostas substituições de palavras, por medo das suas consequências políticas³, pequenos mas significativos cortes⁴, suspensões de trabalhos⁵, e ainda por me aperceber, mais do que em qualquer dos órgãos de imprensa por que passara, dos efeitos por vezes imprevistos do nosso trabalho – como no caso do suicídio de uma criança, que a seguir desenvolverei – que a responsabilidade do jornalista perante a sociedade se tornou, para mim, uma questão essencial.

Um acontecimento, em especial, influenciou definitivamente a minha forma de encarar a profissão (Queré, 2005:59) (Cunha, 2005:105):

1979. Uma criança de 11 anos, Ana Maria, suicida-se na casa onde vive com a madrinha, algures em Lisboa. Os jornais dão projeção ao caso. Recordada de ter encontrado, anos antes, nas Urgências do Hospital de S. José, uma menina de 10 anos que tentara também suicidar-se, peço, na RTP, para tratar o caso. Sabendo que o suicídio tem riscos de contágio, cerco-me de todas as precauções: verifico, junto de médicos dos Hospitais Cívicos, se são casos isolados ou se o suicídio de crianças tem expressão hospitalar; consulto uma psiquiatra infantil sobre os perigos de tratar o caso na televisão; evito toda a dramatização do acontecimento, centrando-me na questão do que poderia tê-lo impedido. Assim, não utilizo nenhuma foto da menina, não lhe cito o apelido, nem o nome da madrinha, e filmo apenas de relance a casa, para estabelecer a relação de vizinhança com alguns entrevistados. Destes, alguns, na rua ou na escola, já se tinham apercebido de marcas de violência no corpo da Ana Maria; ninguém, no entanto, dissera nada: afinal, a madrinha cuidava dela, e “*quem dá o pão dá a educação*”. A história da menina era acompanhada de números de suicídios infantis e juvenis, indicando os dias da semana em que eram mais frequentes, dos depoimentos de um médico com experiência de Urgências, da psiquiatra infantil e do Curador de Menores. Este

3 “Pedir” em vez de “exigir”, no caso de uma manifestação de trabalhadores em El Salvador.

4 V. g., de 17” no documentário Goa, 20 anos depois, emitido em Dezembro de 1981. O corte incidiu sobre o demorado aplauso de Adriano Moreira ao discurso de Salazar (lido por Mário Figueiredo) na Assembleia Nacional, sobre Goa.

5 Séries “Refugiados no Mundo” e “Geração de 60”.

último indicava que se lhe podiam dirigir as pessoas que soubessem de casos de crianças vítimas de violência.

O programa foi emitido a 23 de Abril, o crítico de televisão Mário Castrim escreveu no seu “Canal da Crítica” do vespertino *Diário de Lisboa*, a 30 de Abril, que ensinávamos as crianças a matarem-se, mas não só vários psiquiatras tinham a opinião contrária como, nos dias seguintes, o Curador de Menores foi chamado a intervir em vários casos de violência sobre crianças, porque os que os conheciam tinham sido alertados pela reportagem televisiva sobre o caso da Ana Maria.

Parecia, pois, que, tendo agido com responsabilidade, evitara os riscos da reportagem, conseguindo até resultados sociais positivos. Mas, meses depois, um homem telefonou para a redação e pediu para falar comigo. E disse-me: “*Sou o filho da madrinha da Ana Maria. Era para lhe dizer que a minha mãe se suicidou. A senhora deve ficar contente!*”

Naturalmente, nunca quisera que tal acontecesse. Mas o pior é que não antecipara, sequer, essa possibilidade. E embora certa de que nenhum tribunal poderia acusar-me de homicídio por negligência, essa certeza não me retirou o peso da morte dessa mulher. É a diferença entre “*ética da convicção*” e “*ética da responsabilidade*”:

“Há um contraste abissal entre agir em conformidade com as máximas próprias da ética da convicção (em linguagem religiosa, “o cristão age corretamente e deixa o resultado com Deus”) ou agir consoante as da ética da responsabilidade, as quais estipulam que uma pessoa tem de responder pelas consequências (previsíveis) da sua ação.” (Weber, 2000:89)

Ainda enquanto na RTP e a par com o exercício diário da profissão – no Telejornal ou em programas de média e grande reportagem, debate e documentário – fui levada a uma observação participante e simultaneamente “distanciada” desse exercício e a uma reflexão constante sobre as contradições tantas vezes surgidas entre os preceitos deontológicos a respeitar na informação e as condições de produção dessa mesma informação. Fi-lo enquanto membro do Conselho de Redação (1978/79) e da Comissão de Trabalhadores (1993/98), delegada sindical (1979/1980), representante dos trabalhadores no Conselho de Opinião (1995/98), Presidente da Direção do Sindicato dos Jornalistas (1996/98) e Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato (1998/2001).

Utilizo o termo “distanciado” no sentido de Gilberto Velho ao defender que “*alguma coisa ser familiar não significa que ela seja conhecida*” pelo que, para estudar o familiar, “*você tem que desenvolver uma estratégia própria de objetivação, de estranhamento, de distanciamento, nem que seja num movimento de ir e vir, mas que é fundamental.*” (Velho, 2008). Tive a possibilidade, também, de desenvolver essa “*estratégia de estranhamento*” em entrevistas com estudiosos da Comunicação como Ignacio Ramonet⁶, Elihu Katz⁷, Dominique Wolton⁸, ou na análise da cobertura pelas televisões generalistas portuguesas do caso de Manuel Subtil, o homem que se barricou nas instalações sanitárias do rés-do-chão da RTP, em Janeiro de 2001⁹.

Afastada da Direção de Informação diária desde 1986 – com um curto regresso, entre 1998 e 2000, como subdiretora de Informação Não-Diária – não deixei por isso de testemunhar a mudança de um Telejornal cujo alinhamento era claramente marcado pela política para outro, em que o interesse pelas histórias do quotidiano correspondia a uma preocupação de interesse económico – a manutenção de um elevado índice de audiência – justificada pela abertura das televisões privadas, mas que a antecedeu.

De facto, entre 1988 e 1992, o tempo concedido ao *Estado* no Telejornal diminuiu de uma hora, enquanto o tempo dedicado às notícias de *casos pessoais* e *vida quotidiana* aumentava, no mesmo período, de 15 e 30 minutos, respetivamente, para uma hora (Lopes, 1999: 109-114). Uma alteração que José Rodrigues dos Santos explica com o impacto da concorrência:

“Quando entra o povo no jornal, entra por uma boa razão, que é falar sobre os problemas do país, mas também por uma má razão, porque é o povo é que vê a televisão, o povo é que consome. Tem esse duplo aspeto. Há um caminho da informação em direção ao mercado, pelas razões positivas e pelas razões negativas. Antes ignorava-se o mercado pura e simplesmente, queria-se lá saber o que é que as pessoas pensavam, de que é que as pessoas gostavam... Quem sabia éramos nós, era um processo arrogante de decisão, puramente vertical. Hoje não. Portanto tem esse lado bom: Mas existe um lado negativo que é uma cedência ao mercantil muito maior do que existia

6 Sinais do Tempo, RTP2, 11/11/98

7 Com Carlos Santos Pereira, Sinais do Tempo, RTP2, 8/12/1999

8 Sinais do Tempo, RTP2, 2000

9 Artigo 37: O caso Subtil, RTP2, 7/1/2001

anteriormente. Parece-me que é um preço que se tem de pagar para ter uma informação mais livre.” (in Andringa e, 2011: 580)

Anos mais tarde (1996-1998), como presidente da Direção do Sindicato dos Jornalistas, fui, por mais de uma vez, chamada a intervir a propósito de um jornalismo televisivo que, além de desrespeitar as normas éticas da profissão, chocava profundamente alguns cidadãos telespectadores (para exemplo, ver Anexo B).

Mas mesmo quando era evidente a violação das normas deontológicas, não podíamos esquecer as condições de produção das notícias, o ritmo mais veloz imposto aos jornalistas, a pressão das audiências e até as mudanças no mercado de trabalho, com um cada vez maior “*exército industrial de reserva*” – para usar a expressão de Marx sobre o excedente de trabalhadores usado “*para desbaratar a resistência dos operários ocupados regularmente e manter os seus salários a baixo nível*” (Engels:1868) – e uma cada vez maior precariedade pendendo como ameaça sobre os jornalistas. E a questão que se punha aos dirigentes sindicais era se as condições de produção e a submissão à hierarquia permitiam, ou não, a responsabilização individual do jornalista.

Ou, para usar uma linguagem sociológica, se a **estrutura** deveria fazer esquecer a **agência**, essa capacidade de “*atuar de outro modo*” que permite a escolha entre “*intervir no mundo ou abster-se de tal intervenção*”. (Giddens, 2003:10, 17).

1.3 Razões para um título

Aparentemente provocatório – já que pode recordar, por interposta saga Guerra das Estrelas, de Georges Lucas, os funcionários do Santo Ofício e as torturas que infligiam para levar os réus a admitir a sua verdade – o título deste trabalho, “Funcionários da Verdade: Profissionalismo e Responsabilidade Social dos Jornalistas do Serviço Público de Televisão”, convoca múltiplos significados de funcionários da verdade:

- remete para o entendimento do Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, decorrente do Protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão, de 10 de Novembro de 1997, segundo o qual a *“radiodifusão de serviço público nos Estados-Membros se encontra diretamente associada às necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade, bem como à necessidade de preservar o pluralismo nos meios de comunicação social [o que pressupõe] uma informação precisa, completa e contextualizada, imparcial e independente perante poderes públicos e interesses privados”*¹⁰ e ainda para o Código de Ética da Empresa, segundo o qual *“a RTP pratica uma informação que respeita rigorosamente a realidade dos factos não apresentando uma visão parcial dos mesmos, confirmando toda a informação antes de a apresentar, no respeito pelas fontes.”*¹¹

- recorda algumas discussões da segunda metade da década de 70, relativas ao estatuto dos jornalistas das empresas do sector público de Comunicação Social, por vezes considerados “funcionários de Estado”, estatuto que só tiveram os da Emissora Nacional – sendo certo que os da RTP eram equiparados a “funcionários públicos” no âmbito dos poderes de investigação da Alta Autoridade Contra a Corrupção (1983-1992).

- recorda o Ministério da Verdade do livro de Georges Orwell *1984*, esse que ensinava aos habitantes de Oceania que *“Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força”* (1949), e a referência de Foucault aos *“ascetas políticos, os tristes militantes, os terroristas da teoria, os que querem preservar a ordem pura da política e do discurso político. Burocratas da revolução e funcionários da Verdade”* (in Deleuze and Guattari, 2000: XII). Era a um Departamento desse Ministério da Verdade que cabia a responsabilidade de fornecer aos cidadãos de Oceania jornais, filmes, manuais, programas televisivos, peças, novelas –

10 http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/missao_pdf.php , acesso em 17/09/2010

11 <http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/codigoetica.php> , acesso em 17/09/2010

com uma versão de pior qualidade para o proletariado, com jornais que praticamente só falavam de desporto, crime e astrologia, literatura barata, filmes de sexo e canções sentimentais compostas por meios mecânicos num caleidoscópio especial conhecido como versificador. O que – a um espírito crítico – não pode deixar de recordar a programação das atuais televisões generalistas em busca de audiência...

O Ministério da Verdade era também o cuidador da Nova Linguagem, essa mesma em que *“Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força”*. E foi nela que pensei quando, em 1979, ao levar ao então apresentador do Telejornal – com categoria de chefe de redação – um texto sobre uma manifestação em El Salvador, exigindo reformas, este corrigiu o *“exigir”* por *“pedir”*, explicando-me: *“Os trabalhadores não exigem, pedem.”*

Tendo entrado na RTP em Agosto de 1978, quatro anos depois do fim da Censura, julgara poder escrever livremente e usara o que na Oceania de Orwell era tido por *“Velha Linguagem”*, com as suas *“inúteis cambiantes de sentido”*.

Não tinha ainda compreendido *“a beleza da destruição das palavras”* dessa Nova Linguagem, cujo feito incomparável era tornar cada dia menor o vocabulário. Mas recordava o texto de Orwell:

“Não percebes que o objetivo da Nova Linguagem é estreitar o alcance do pensamento? No final, o crimedepensamento tornar-se-á literalmente impossível, porque não haverá palavras que o exprimam. (...) Cada ano haverá menos palavras, e o alcance da consciência será cada vez menor. (...) em 2050, não haverá um ser humano vivo que possa compreender uma conversa como a que estamos a ter.” (Orwell: 1949).

Será exagero recordar o texto de Orwell a propósito da RTP1 em 1979? Talvez não. Apesar do relançamento do então conhecido como Segundo Canal, a 16 de Outubro de 1978, e do salto qualitativo da informação do Jornal 2¹², persistia na empresa uma censura não

12 *“Enquanto a RTP-1 passava superficialmente e sem talento pela atualidade do dia, a ‘Informação/2’ detinha-se e tratava em profundidade os grandes temas (...) Constituía uma alternativa real à banalidade e à governamentalização da RTP-1.”* Cáustico, mas sincero, H. Santos confiava estas impressões ao jornalista Tiago Fernandes (Público, 1.9.2002, *“Histórias que fizeram a história da Televisão”*). E à pergunta *“–O ‘Informação/2’ foi acima da média instituída?”*, respondeu assim: *“Foi. Assim o disse um vasto espectro da sociedade portuguesa, de todas as matrizes ideológicas, etárias e profissionais. Disseram e deixaram escrito que era jornalismo inovador e inteligível, pela linguagem que era digna e correta, mas acessível. Não tínhamos obediência cega e preguiçosa aos comunicados da imprensa. O que entrava de fora para*

assumida, que Vasco Hogan Teves, no livro RTP-50 anos, caracteriza ironicamente, usando como exemplo a peça de Fernando Dacosta “*Um Jeep em Segunda-Mão*” (1978), que “*talvez por relatar experiências da guerra colonial, teve de ir vencendo algumas polémicas, sucessivos embaraços e várias “dificuldades de produção”, até chegar, muito tempo depois, ao pequeno ecrã*”. (Teves, 2007)

Passado já o tempo da maior veemência no debate político pós-25 de Abril, 1974 e 1975, conhecidos como os anos do PREC, o Telejornal da democracia mostrava-se temeroso quer na linguagem quer nos temas a abordar. E a questão da substituição de uma palavra por outra não era despicienda. O que estava em causa não era saber qual das duas palavras era mais adequada ao acontecimento. Como tão claramente explicou Humpty Dumpty a Alice, “*a questão é saber quem manda*” (Carroll: 1871) ¹³.

Substituindo “exigir” por “pedir”, o apresentador referido estava de facto a obedecer a uma semântica do poder, dando razão aos que defendem que o discurso televisivo tende a seguir as ideias dos grupos que controlam as sociedades capitalistas: um discurso que, longe de ser neutral em relação à realidade social, intervém naquilo a que Berger e Luckmann chamam “*construção social da realidade*” (Fowler, 2003: 36, 2).

Há ainda uma quarta razão para este título: é que os espectadores exigem da RTP uma qualidade informativa que não exigem de outras televisões. Di-lo, com conhecimento de causa, no Relatório do Provedor do Telespectador da RTP, o primeiro titular do cargo, José Manuel Paquete de Oliveira:

“Hoje, sobretudo quando colocada em contraste com a “televisão comercial” ou privada, a “televisão de Serviço Público” sofre não só contestação por parte alguns, como sobretudo é vista por todos com obrigações e exigências desproporcionadas com a benigna permissividade, em geral, concedida às televisões privadas ou comerciais.” (Oliveira, 2006:12)

Tendo recebido, no primeiro ano (incompleto, já que o Provedor tomou posse do cargo em 18 de Abril de 2006) do seu mandato, cerca de dez mil mensagens, Paquete de

dentro era trabalhado pelos jornalistas e chegava ao espectador de forma atraente e de fácil compreensão.” (Teves, 2007)

13 ‘*When I use a word,*’ Humpty Dumpty said, in rather a scornful tone, ‘*it means just what I choose it to mean - neither more nor less.*’

‘*The question is,*’ said Alice, ‘*whether you can make words mean so many different things.*’

‘*The question is,*’ said Humpty Dumpty, ‘*which is to be master - that's all.*’

Oliveira justifica esse volume de correspondência, entre outros fatores “*ainda com o facto de os Telespectadores considerarem o Serviço Público de televisão um “bem coletivo”, propriedade de todos os portugueses que sustentam tal serviço com dinheiros derivados dos seus impostos.*” (id.:17)

No mesmo relatório, o Provedor escreve ainda:

“Quanto à Informação, as exigências que recaem sobre a RTP são particularmente a propósito da imparcialidade por parte dos seus profissionais no tratamento das diferentes notícias e das diversas pessoas presentes em emissão. Exigem um respeito pelo pluralismo político, religioso, social e cultural e uma garantia de igual acesso a todos os Telespectadores, independentemente da sua ideologia, partido, religião, cultura ou etnia. [Daí que recomende que sejam] tomadas todas as precauções de forma a prevalecer um exercício profissional respeitador destes princípios, levados ao último pormenor, pois, ao contrário do que se possa pensar, os Telespectadores manifestam, neste ponto, um forte sentido crítico e uma forte sensibilidade reativa.” (ibid:70)

Diretor de Informação da RTP de Janeiro de 2008 a Fevereiro de 2011, José Alberto Carvalho corrobora essa exigência feita aos jornalistas do serviço público de televisão:

“Gerir a informação de uma empresa como a RTP é estar permanentemente a ser escrutinado, é ser constantemente criticado e, às vezes, pendurado no pau da roupa. (...) Tudo aqui é analisado à lupa. À RTP não se permite o direito de errar.” (Azinheira, 2010)

Veja-se, a título de exemplo, um excerto da mensagem crítica de um telespectador de Guimarães que indica como profissão “professor”, em 1/11/2009:

“Esta reportagem veio mostrar mais uma vez que o serviço público de televisão que é pago por todos e que deveria ser para todos é afinal só para alguns. Esta reportagem coloca a nu, uma vez mais, a falta de brio profissional de alguns jornalistas, que se reflete em péssimas prestações de informação sem rigor ao público. Pelo exposto apelo que seja exigido um nível de qualidade aceitável ao trabalho dos jornalistas que servem o serviço público.”

Como se aos jornalistas da RTP se aplicasse o texto do Artigo 266º da Constituição da República Portuguesa (Princípios fundamentais – Administração Pública, Título IX):

1. *A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.*

2. *Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé.*

Esse olhar do público sobre os jornalistas da RTP coloca-os perante uma missão quase impossível: corresponderem à exigência em algo que depende, também, da subjetividade do telespectador. É que ao seu trabalho pode aplicar-se o que escreve José Rebelo sobre o acontecimento: “*não existe de per se (...) está no ponto de convergência da ocorrência com a respetiva perceção*” (2000:17).

Difícil papel o do jornalista, entre ser “*funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público*”. (Pereira, apud Ljuim, 2009).

José Luís Garcia fala de uma “*posição ambígua*” entre duas conceções de funcionário: “*de uma indústria que procura o lucro económico*” e “*da humanidade, desempenhando o papel de criadores e transmissores de informações e formas de conhecimento consideradas relevantes para a própria constituição da comunidade política e do todo social*” (2009:86).

A abertura das televisões privadas e a constante insistência na necessidade de audiências – expressa pela frase repetida como mantra “*Não há Serviço Público sem público*” – fizeram com que os jornalistas da RTP exerçam a sua atividade numa situação de “*ambivalência sociológica*”, descrita por Robert Merton e Elinor Barber como “*incompatibilidade de expectativas normativas de atitudes, crenças e comportamentos ligadas a um estatuto ou um conjunto de estatutos numa sociedade*” ou “*incorporadas num só papel de um só estatuto social*” (apud Tyrakian, 1963).

Ambivalência que penso aproximar-se da de “*double bind*” (“duplo vínculo” ou “duplo constrangimento”), expressão cunhada, em 1956, por Gregory Bateson em relação a situações familiares em que, confrontado com mensagens contraditórias de um ou ambos os pais, a criança pode vir a desenvolver esquizofrenia:

“A situação de ‘duplo vínculo’ é uma situação em que, faça a pessoa o que fizer, ‘não pode ganhar’.” (Bateson, 1956: 300)

Para uma situação de “duplo vínculo” são necessárias: duas ou mais pessoas, uma das quais é a vítima da situação; uma experiência repetida, uma injunção primária negativa e uma injunção secundária que contraria a primeira, sendo ambas reforçadas com castigos ou sinais ameaçadores. (*id.*: 303)

É possível constatar a utilização de situações de *double bind* em situações extra-familiares: afinal, a técnica do “polícia bom” e do “polícia mau”, que um manual de interrogatórios atribuído à CIA, “*Kubark Counterintelligence interrogation*” chama “rotina Mutt-and-Jeff” (CIA:1963), não é senão uma variante dessa situação em que um sujeito se vê submetido a duas mensagens, contraditórias entre si. Podem ser ordens extremamente simples, como um dos agentes mandá-lo despír a camisola que traz posta, para o outro logo lhe gritar para a vestir, agredindo-o à vez por desobediência. (Andringa, 2009).

O “duplo constrangimento” funciona porque uma das partes tem poder sobre a outra e pode definir o contexto em que esta última se move (Gibney, 2006) conseguindo que, o fim de algum tempo, passe a encarar o seu universo nos termos desse duplo constrangimento (*id.*).

Como veremos no VI Capítulo, em algumas respostas obtidas no primeiro questionário submetido aos jornalistas da redação da Direção de Informação da RTP em Lisboa – e como o sabe a CIA, que indica que a *rotina Mutt-and-Jeff* tem mais efeito em “mulheres, jovens e homens tímidos” – nem todos os jornalistas reagem do mesmo modo à frase “*não há Serviço Público sem público*” – que lhes pedira que comentassem – mas nenhum deixa de sentir o seu peso.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

2.1 Profissionalismo

“‘Professionalism’ is the alchemy, justifying the separation of producer from product. Not only is high value placed on the capacity to produce what is needed, regardless of one’s personal values, but there is a powerful occupational belief that the mission of ‘getting the news’ can justify dubious methods.”

Aldridge, M and Evetts, J, “Rethinking the concept of professionalism: the case of journalism”

“O discurso do “profissionalismo” costuma ser aceite automaticamente como algo positivo e inquestionável: quem é “profissional é “competente” (outra palavra que dispensa considerações; ninguém pergunta, “competente para quê?”), “responsável”, “equilibrado”, “justo”. Sem ser questionado, esse discurso opera milagres.”

Moretzsohn, S. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política

Entendendo profissionalismo como atuação própria de profissionais, utilizá-lo no contexto deste trabalho não significa tomar partido no debate sobre se o jornalismo é uma profissão ou, como defende José Luís Garcia “*um grupo ocupacional que procura transformar a sua atividade numa profissão firmemente estabelecida*” (2009, 83).

O jornalismo português está longe de caber na definição dada por um dicionário inglês de Sociologia, que entende “*profissão*” como um tipo de ocupação em que são os próprios a estabelecer as regras de comportamento dos seus membros, como no caso do Direito ou da Medicina. Características das profissões são basearem-se num conjunto sistemático de conhecimentos, terem o direito/dever de sigilo (segredo profissional) e o direito a só serem julgados pelos seus pares, a existência de um Código de Ética e de uma cultura profissional e o poder de regular a entrada na profissão (cfr. Lawson e Garrod, 2004: 224, *apud* Gonçalves:190).

Assemelha-se bem mais ao conceito avançado por João Freire em *Associações Profissionais em Portugal*:

“nível de qualificação média ou superior, assente em formação inicial correspondente ou em qualificações informais de longa aprendizagem; diferenciação e especificidade técnica ou científica permitindo algum grau de autonomia profissional e responsabilidades de enquadramento ou coordenação de atividades no domínio em causa; auto-identidade social

mínima do grupo em questão; reconhecimento formal pelas entidades públicas administrativas, pelo mercado ou pela prática social” (Freire, 2004:6).

Ciente das potencialidades reguladoras das Ordens das profissões liberais, Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, apresentou em 1938, ao então Presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, António Ferro, como alternativa à Censura, a criação da Ordem dos Jornalistas:

“O jornal é o alimento espiritual do povo, e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura (...) que significará sempre, para quem escreve, opressão e despotismo. Mas vou oferecer-lhes uma solução para esse problema, para esse aspeto da questão: porque não se cria uma Ordem dos Jornalistas, como se criou uma Ordem dos Advogados? Dessa forma, o papel moralizador da censura passaria a ser desempenhado pelos próprios jornalistas e dentro da sua classe. Não lhe parece uma boa sugestão?” (Cunha: 1941)

A sugestão ignorava – ou fingia ignorar – que faltavam, no jornalismo, os pressupostos em que se baseava a Ordem dos Advogados, citada como exemplo. Enquanto os advogados tinham há muito estruturado o processo de transmissão de conhecimentos, numa formação longa – geralmente considerada como condição *sine qua non* do reconhecimento de uma profissão – os jornalistas não tinham formação específica. Aliás, e embora o presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Luís Teixeira, tivesse, em 8 de Fevereiro de 1941, feito entrega de uma proposta de um Curso de Formação Jornalística ao subsecretário de Estado da Educação Nacional, só em 1971 surge em Portugal o primeiro curso universitário de Jornalismo, na Escola Superior de Meios de Comunicação Social, criada pelo ISLA. E, embora a frase de Salazar indicasse vontade do Governo em auxiliar a passagem do jornalismo de “*ocupação*” a “*profissão*” – na tradição da forma de constituição das profissões na Europa Continental – a Ordem nunca foi criada, embora fosse vista por Alfredo Cunha como “*o ponto culminante do prestígio*” “*nesta ascensão, grau a grau, na escala das categorias sociais.*” (Correia e Baptista, 2007: 407, 428)

A não exigência de formação específica mantém-se até aos nossos dias. Se é um facto que um número crescente de jornalistas tem formação universitária, muitas vezes na área da Comunicação Social/ Ciências da Comunicação/Jornalismo, não se impôs até hoje, em nome da liberdade de Imprensa, uma formação específica: podem ser jornalistas “*os cidadãos*

*maiores de 18 anos no pleno gozo dos seus direitos civis”, iniciando-se a profissão “com um estágio obrigatório de 24 meses, reduzido a 18 meses em caso de habilitação com curso superior ou a 12 meses em caso de licenciatura na área da comunicação social ou habilitação com curso equivalente, reconhecido pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista”*¹⁴.

É pois à Comissão da Carteira, organismo em que têm assento três representantes dos jornalistas e três representantes dos órgãos da imprensa, dos operadores de rádio e dos operadores de televisão – devendo todos ter um mínimo de cinco anos de exercício da profissão de jornalista e ser titulares de carteira profissional ou título equiparado válido – sob a presidência de um magistrado judicial, que compete o controlo sobre a formação, e não ao grupo profissional. Cabe-lhe também a ação disciplinar sobre os jornalistas. (Cap. I, Art. 1º, al. 1. do Estatuto Disciplinar dos Jornalistas). Quanto ao atual Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, votado pela classe em 1993 (ver em Anexo C), não prevê sanções, e o organismo que vigia o seu cumprimento, o Conselho Deontológico, fazendo parte dos corpos do Sindicato dos Jornalistas – eleito embora em lista à parte – só tem jurisdição sobre os sindicalizados.

Não se pode também invocar especialização de serviços ou mandato, já que a definição constante do Estatuto do Jornalista é tautológica, considerando “jornalista” quem já exerce o jornalismo: “*são considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão eletrónica*” ...¹⁵

Nelson Traquina vê na ausência de obrigatoriedade de licenciatura específica a prova de que, como escreveu Weber, o jornalista “*pertence a uma espécie de casta de párias, que é sempre vista pela sociedade em termos dos seus representantes eticamente mais baixos*”. (apud Traquina, 2002:59) Ideia reforçada por uma citação de Schudson: “*Apesar de os jornalistas na Europa, nos EUA, e noutros locais se terem associado aos ricos e poderosos, nunca foram respeitados por eles.*” (id.)

14 Estatuto do Jornalista, Lei nº 1/99 de 13 de Janeiro.
<http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei1de99de13deJaneiro.htm>
15 id.

Staffan Selander defende que, com as novas tecnologias, o jornalismo se está a tornar cada vez mais importante para a transformação do conhecimento e da ideologia na sociedade, podendo ser olhado como uma pós-profissão (Selander, 1990:141); mas, em Portugal, embora entre os jornalistas coexistam diversos grupos – entre os quais alguns cujo *status* os coloca entre as “*profissões políticas*” (Burrage e Torstendahl, 1990:83) – a realidade maior do jornalismo português é a ausência de autonomia e capacidade de negociação que permite a José Rebelo transportar, “*sem alterações de monta*”, para a realidade portuguesa, a análise de Alan Accardo sobre a proletarização “*de uma parte sempre crescente de jornalistas*” (Rebelo, 2011: 26).

E sendo, no ordenamento jurídico português, o facto de estar empregado como jornalista que garante a pertença à profissão, é a empresa e não o grupo profissional ou a Universidade que determina as linhas de orientação que guiarão os recém-chegados no exercício da profissão. Tarefa facilitada em tempos de recessão do mercado de emprego (Rebelo, 2011: 66), tanto mais que a multiplicação de cursos de Comunicação/Jornalismo – mais de 30 em 1996 – criou um verdadeiro “*exército industrial de reserva*” que permite ao patronato, para lá de baixar salários, substituir com facilidade eventuais recalcitrantes.

Soloski refere que, para muitos estudiosos do profissionalismo, “*a ideologia do profissionalismo tem fortes componentes antilucro e antimercado que estão manifestos na ideia do serviço para a sociedade*”, pelo que o respeito pelas normas deontológicas pode levar os profissionais “*a entrar em conflito com intuítos lucrativos da organização comercial*” (in Traquina, 1993:93). Acrescenta, no entanto, que esses conflitos são raros e explica como a organização jornalística influencia o processo de seleção de notícias: “*num esforço para tirar o máximo de lucro do seu investimento económico, a organização jornalística rotiniza a cobertura noticiosa.*” (id.)

Essa rotinização pode assumir diferentes formas: limitação da investigação própria, mais demorada e dispendiosa, das áreas a cobrir, ou favorecimento de uma informação com laivos de entretenimento, tendente a conseguir maiores tiragens e/ou audiências.

É a informação vista já não como bem mas como produto, o que, no dizer de Alcino Leite Neto não lhe retira valor simbólico, mas implica que “*o próprio conteúdo passou para a escala do consumo*”. Para este autor, o jornalismo tradicional morreu, sendo substituído pelo publijornalismo, que incorpora mecanismos da publicidade e do entretenimento:

"Essa mutação presume que todos os elementos morais ou transcendentais agregados ao jornalismo ao longo de sua história já se extinguiram ou estão associados a ele apenas como caricatura. Ou seja, presume que o jornalismo já não se alimenta dos valores superiores por meio dos quais ele se colocava como consciência da realidade e fazia da própria realidade um objeto que devia decifrar". (...) O "publijornalismo" só contesta, elucida ou investiga porque está vendendo um melhor produto e vendendo a si mesmo o tempo todo, e não porque julga, como seu antepassado (o jornalismo), que estará também influenciando numa determinada realidade ou cumprindo um papel cultural ou ideológico numa sociedade." (Neto, 1998:2)

E, escreve ironicamente McManus: *"numa empresa de Comunicação Social que busca o lucro, um repórter ou um editor que subordine os valores de Mercado aos do jornalismo será tão tolerado quanto um empregado de balcão de um McDonald's que se recuse a vender comida frita."*¹⁶ (1994: 203, ap. Aldridge and Evetts, 2003)

¹⁶ *"A reporter or editor in a profit-maximizing media firm who subordinates market standards to those of journalism may be tolerated about as long as a counter clerk at McDonald's who refused to sell fried food."*

2.2 Responsabilidade Social

“Para o jornalista, liberdade e responsabilidade são indivisíveis.

A liberdade sem responsabilidade convoca distorção e outros abusos. Mas na ausência de liberdade não pode haver exercício da responsabilidade.”

(Relatório MacBride, 1980).

Foi nos Estados Unidos que, em plena Segunda Guerra Mundial, a Comissão Sobre Liberdade de Imprensa – criada em 1942 por Henry Luce, um dos fundadores da revista *Time* – veio chamar a atenção para a necessidade de que a Imprensa, se deve ser livre, tem de ser também responsável.

A Comissão – também conhecida pelo nome do seu presidente, Robert M. Hutchins, reitor da Universidade de Chicago – publicaria em 1947 o resultado do seu trabalho, sob o título *A Free and Responsible Press*.

A importância que atribuía à Imprensa estava bem patente na epígrafe escolhida, retirada de uma carta do segundo presidente dos Estados Unidos da América, John Adams, para o senador James Lloyd:

*“Para que um dia seja melhor a condição humana, filósofos, teólogos, legisladores, políticos e moralistas hão-de verificar que o problema mais difícil, perigoso e importante que têm para resolver é a regulação da Imprensa. A humanidade já não pode ser governada sem a Imprensa – nem, atualmente, com ela.”*¹⁷ (Adams:1815 in Adams:1856)

Criada no âmbito da crítica a uma comunicação social “cujo comportamento era considerado subserviente às grandes empresas e aos anunciantes, resistente à mudança social, superficial e sensacionalista, contrária à moral pública e desrespeitador da intimidade da vida privada” a doutrina da responsabilidade social do jornalista defendia que este devia “fornecer a informação necessária ao debate político, esclarecer o povo acerca das suas opções políticas [e] reivindicava a necessidade de um jornalismo explicativo, de forma a contextualizar os factos, bem como a transformação dos jornais em espaços de debate e crítica, abertos ao pluralismo de opiniões” (Mesquita, 2003:270, 271).

17 “If there is ever to be an amelioration of the condition of mankind, philosophers, theologians, legislators, politicians and moralists will find that the regulation of the press is the most difficult, dangerous and important problem they have to resolve. Mankind cannot now be governed without it, nor at present with it.”

Considerando a liberdade de Imprensa condição *sinae qua non* da liberdade política, a Comissão Hutchins lembra que todos os direitos impõem deveres e que, ao menos do ponto de vista da moral, a liberdade de expressão não inclui o direito à mentira, ao fomento do ódio e da suspeita. Admite, no entanto, o direito ao erro – mas não ao erro deliberado ou irresponsável. A sociedade necessita da Imprensa que lhe forneça um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos do dia, devidamente contextualizados; um fórum de troca de críticas e comentários; um retrato dos diversos grupos sociais, das suas opiniões e atitudes; que lhe apresente e clarifique os objetivos e valores da sociedade e lhe dê total acesso ao conhecimento.

Para que a Imprensa cumpra essa sua missão, alertava a Comissão, terá que ter em conta que *“o relato de um facto isolado, mesmo se verdadeiro em si, pode ser enganador e, de facto, falso”*. E concluía que *“não basta reportar os factos com verdade, é preciso contar a verdade sobre os factos.”*

Dada a importância da Imprensa para o conjunto da sociedade, os membros da Comissão defendiam a sua regulação, a bem do interesse público:

“A necessidade do consumidor de ter um alimento mental adequado¹⁸ e não contaminado é tal que ele tem o dever de o conseguir e, por esse dever, o seu interesse adquire a estatura de direito. Torna-se legítimo falar do direito moral dos homens às notícias que pode usar. E como o consumidor já não é livre de não consumir, mas só pode receber aquilo de que necessita através dos órgãos de informação existentes, proteger apenas os proprietários desses órgãos já não basta para proteger automaticamente o consumidor e a comunidade. Deve ser repensada a política de laissez faire neste campo.”

Embora tratasse sobretudo da responsabilidade social dos órgãos de informação, a Comissão não ignorou a **responsabilidade individual do jornalista** e recordou que, sendo o repórter o primeiro elo na cadeia de responsabilidades, tal exige que seja cuidadoso e competente, prefira a sua própria observação ao conhecimento por ouvir dizer e que saiba identificar as fontes mais fiáveis, quais as perguntas a fazer, o que observar, que dados reportar. E sublinhou que o jornalista deve, na medida do possível, separar os factos da

18 Recordem-se, como curiosidade, as palavras de Oliveira Salazar, em 1938, já anteriormente referidas: *“O jornal é o alimento espiritual do povo, e deve ser fiscalizado como todos os alimentos.”*

opinião que tenha sobre os factos – embora sem ignorar que “*não há facto sem contexto nem relato factual que não seja colorido pelas opiniões do repórter*”.

A noção de responsabilidade social dos jornalistas não é pacífica. “*O discurso tradicional sobre a função social do jornalista já não agrada às jovens gerações*”, considera Michel Mathien (*apud* Mesquita, 2003:269). E não apenas às mais jovens, acrescenta Mesquita: “*Muitos jornalistas, cansados da carga ideológica dos anos 70 e 80, concluíram que mais valia assumir realisticamente o contrato com a empresa mediática e esquecer as longínquas obrigações perante a sociedade*” (*id.*).

Em Portugal, a institucionalização da Censura pela Constituição de 1933 manteve por muito tempo os jornalistas afastados desses debates. Preocupados em fazer escapar o que escreviam ao lápis azul dos censores, os jornalistas portugueses não tinham condições para discutir livremente a ética da sua atividade.

Bastará ler o livro de Fernando Correia e Carla Baptista, *Memórias Vivas do Jornalismo* (2010) para verificar que o termo “deontologia” não fazia parte do vocabulário dos jornalistas:

“*Os termos ética e deontologia não se usavam?*”, perguntam os autores a Acácio Barradas, que responde: “*Não, só ouvi falar disso mais tarde. (...) O clique que operou em mim essa transformação radical só se verificou de facto em Maio de 68, quando em Lisboa deparei com esta frase na porta de um casal de jornalistas meus amigos: ‘Nunca escrevas nada que não possas assinar.’ Esta frase fez mais por mim do que mil sermões.*” (Correia e Baptista, 2010: 48.)

No entanto, e embora as condições de exercício da profissão em tempo de ditadura não permitissem aos jornalistas portugueses guiarem-se pelo seu próprio Código Deontológico, em 1973 foi preparado um Anteprojeto, em cujo Preâmbulo era visível a noção dessa responsabilidade social: “*O direito à informação materializa-se através de jornalistas que assumam as consequências dos seus atos e omissões, segundo normas de idoneidade profissional que apliquem a cada caso de acordo com o que a sua consciência lhes ditar. Decorre daqui que a deontologia profissional pressupõe a responsabilidade do jornalista, a qual só existe quando e onde existir liberdade*” (Pina, 1997: 43).

Só na sequência da liberdade reconquistada a 25 de Abril de 1974 surge, dois anos depois, o primeiro Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses. Nele se proclama que o jornalista deve esforçar-se *“por contribuir para a formação da consciência cívica e da personalidade moral dos seus concidadãos, bem como para o desenvolvimento da cultura e da capacidade crítica do povo português, e não fomentar de qualquer modo maus instintos ou sentimentos mórbidos, tratando os assuntos escabrosos com respeito pela consciência moral da coletividade”*. (Pina, 1997:138)

Em 1983, opondo-se às ideias ultra-liberais, segundo as quais o jornalista seria simplesmente responsável perante os proprietários do órgão de informação em que trabalha, um grupo de organizações profissionais de jornalistas, reunido em Paris sob os auspícios da UNESCO, defende, num texto que se pretendia plataforma comum e fonte de inspiração para os diferentes Códigos de Ética¹⁹, que *“a informação no jornalismo é considerada um bem público e não uma mercadoria, o que significa que o jornalista partilha a responsabilidade pela informação transmitida e deve por isso prestar contas não só aos que controlam o meio em que trabalha mas perante o grande público, incluindo os diversos interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista exige que ele ou ela atuem, em todas as circunstâncias, de acordo com a sua própria consciência ética”* (Nordenstreng e Topuz, 1989:310)

O atual Código Deontológico dos jornalistas portugueses²⁰ apela também para a consciência dos profissionais. O Artigo 5º estipula que *“O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais”* e *“recusar atos que violentem a sua consciência.”*

Essa referência à *“recusa de atos que violentem a sua consciência”* lembra que, ainda que se não deva omitir a responsabilidade social dos proprietários dos órgãos de informação, os jornalistas, mesmo assalariados, mantêm uma margem de decisão suficientemente ampla para que possamos falar da sua *“responsabilidade social”*, do seu compromisso com o público.

Para Mesquita, essa *“responsabilidade social”* incide, antes de mais, *“sobre a construção da agenda noticiosa, os métodos usados no inquérito jornalístico e as formas de expressão a que recorre na comunicação”*, não podendo o jornalista ser desvinculado *“da*

19 International Principles of Professional Ethics in Journalism

20 Acessível em <http://www.omirante.pt/jornal/codigo.asp>

obrigação de calcular os possíveis efeitos sociais de certos ‘atos de palavra’, nem de ponderar os processos utilizados na condução dos inquéritos ou a linguagem usada no relato ou no comentário jornalístico” (Mesquita, 2003: 274).

Recorro a três casos para mostrar como pode por vezes ser complexo calcular os possíveis efeitos e escolher o melhor método de relatar casos problemáticos:

1985. Num campo de prisioneiros iranianos no Iraque, o diretor aponta-me um jovem preso: *“Vê? Tem 14 anos. É uma das crianças que Khomeini mobiliza para lutarem contra nós.”* Pergunto ao jovem se não se importa que o entreviste. Diz-me que não, mas escolhe comigo o lugar da entrevista: longe dos militares iraquianos e tendo por fundo arame farpado. Estende-me a sua identificação. A data de nascimento parece confirmar a sua pouca idade, mas ele insta-me a uma maior atenção: *“Olha melhor! Não vês que foi alterado? Eles querem provar que o Irão envia crianças para a guerra. Mas eu tenho 17 anos!”* Conta-me então que se ofereceu como voluntário, quando o Exército foi à sua escola recrutar jovens para a guerra. E que, chegado à frente de combate, teve medo e fugiu, voltando para casa dos pais. Preso como desertor, foi reenviado para a frente. Disse-me: *“Sou contra Khomeini, quando sair hei-de combatê-lo. Mas o que os iraquianos dizem sobre as crianças é falso. Diz isso no teu país!”*

Que fazer com esta entrevista? Exibida na RTP, seria naturalmente vista pelos diplomatas iraquianos em Lisboa, e poder-lhe-ia acarretar graves perigos, quiçá a morte. Não a passar seria de algum modo traí-lo, já que tinha sido evidente o seu desejo de denunciar a propaganda iraquiana, sem ignorar os perigos que corria. A forma como conduziu a entrevista mostrava bem que estava plenamente consciente do que fazia. Hesitei muito. Acabei por achar que ele desejava e merecia que eu a exibisse. Ainda hoje não sei **se** e **como** terá pago a sua coragem.

Joaquim Furtado contou-me dilemas muito semelhantes:

“Eu fui (à Guiné-Bissau) fazer uma reportagem no âmbito de uma série que pretendia mostrar as ex-colónias 10 anos depois das independências. Tinha havido o golpe de Estado e havia vários militares presos, acusados de participação no golpe. Pedi autorização para ir à prisão filmar. Pensei muito no que fazer. Mas dar a informação de que estavam presos, era, em si mesmo, importante. Era também uma forma de verificar se estavam vivos – e, coisa em que acho que um

jornalista tem de pensar, filmá-los era vincular o poder a mantê-los vivos: não podiam desaparecer (e havia rumores de desaparecimentos). Resolvi que sim, devia filmar. Mas não estava tudo resolvido. Era preciso decidir como filmar. Não me autorizaram a ir às celas, traziam-nos a um pátio. Aceitei, porque isso me permitia conseguir o que achava essencial. E depois a questão era: pergunto-lhes alguma coisa? O quê? Foi uma reflexão constante. Se lhes perguntasse se eram bem tratados e dissessem que não, podiam sofrer as consequências. Então decidi algo que continuo a achar que foi a opção aceitável: não perguntei nada individualmente. Atirei a pergunta para o ar: ‘Estão a ser bem tratados?’ Se algum quisesse podia responder. Uma vez que eram oficiais, algum deles até poderia querer fazer alguma declaração sobre as acusações que lhe faziam e aquela seria uma oportunidade. Quem respondesse estava em condições de medir as consequências disso.

Foi o que fiz e não fiz mais perguntas. Tinha a noção de que alguém que está preso nunca é livre de responder e nunca podemos saber se a resposta que dá é verdadeira ou falsa, se mente para se defender ou se diz a verdade e paga as consequências. Enquanto eu venho embora, faço o filme e até ganho um prémio, que foi o que aconteceu. Não sei se hoje faria exatamente assim. Nessa altura essas coisas ainda não tinham tido grande discussão – mas, na medida dos recursos que tinha, equacionei os problemas e as opções.” (in Andringa, 2011d: 421)

Em outro caso relatado por Furtado, a veemência da pessoa que entrevistava fê-lo pensar que talvez esta não tivesse “a noção exata do alcance das suas declarações na televisão e das possíveis consequências”, pelo que optou por moderá-la: “Podia ter aproveitado, pensar ‘isto é ótimo, quero lá saber o que é que acontece depois’, mas não fui capaz. Acho que o jornalista tem de pôr essa questão e ver onde é que está a fronteira entre aquilo que apenas serve para o valorizar enquanto jornalista, à reportagem que está a fazer, e aquilo que na verdade é mesmo necessário, mesmo que outra pessoa corra riscos.” (id.)

Em qualquer destes casos, a opção que tomássemos podia pôr em risco a vida de outra pessoa. E isso era algo que tínhamos de ter em conta, ainda que, como sugere Furtado, à custa de menor brilho da reportagem que preparávamos.

E, embora Monique Hirschhorn escreva que “em Sociologia, o termo responsabilidade não é um conceito” (in Akoun et Ansart, 1999: 453), uso-o aqui no significado corrente de “admissão das consequências dos seus atos”, considerando, de acordo com o 4º Encontro Consultivo das Organizações Internacionais de Jornalistas (Paris, 20 de Novembro de 1983),

que há uma “*responsabilidade social do jornalista*” e que ela nos obriga a avaliar o que fazemos, não apenas do ponto de vista do rigor e da exatidão, mas também do ponto de vista das fontes, dos recetores e dos efeitos que pode produzir.

É certo que, no ritmo cada vez mais frenético em que se trabalha nas redações, pouco tempo nos sobra para a inquietação. Daí que os jornalistas argumentem com a objetividade – “*exigência de fidelidade, exatidão e rigor no relato da opiniões e dos factos, reivindicada pelo discurso jornalístico*” (Rodrigues, 2000: 91) – “*quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos*” (Tuchman, 1972, in Traquina, 1993: 75)

Para o fazer, usam rotineiramente alguns procedimentos defensivos, de que Tuchman salienta quatro:

- a) A apresentação de possibilidades conflituais.
- b) A apresentação de provas auxiliares.
- c) O uso judicioso das aspas.
- d) A estruturação da informação numa sequência apropriada.

A verdade é que os riscos de informar não são negligenciáveis – mesmo sem falar dos jornalistas que morrem em cada ano para o fazer. Os casos que contei mostram, penso, que o jornalista atua muitas vezes “*em condições tais que põem à prova a segurança interior como, porventura, nenhuma outra situação*”, porque “*não é nada fácil ter de pronunciar-se prontamente, e ao mesmo tempo de forma convincente, sobre todo e qualquer tema que o ‘mercado’ reclame, sobre todos os problemas imagináveis da vida*” (Weber, 2000 [1919]: 51-52).

Com ou sem o cumprimento de rotinas defensivas, nenhum trabalho jornalístico está totalmente livre da subjetividade de quem o produz. Mas, cumprindo essas rotinas, o jornalista pode rejeitar responsabilidade nas consequências do que noticia: “*O relato objetivo apenas requer que os jornalistas sejam responsabilizados pelo modo como fizeram o relato, não por aquilo que relataram*”²¹ (Glasser, 1984).

21 “*Objectivity requires only that reporters be accountable for HOW they report, not what they report.*”

No “*empreendimento político contínuo*” que é o jornalismo (Weber, 2000: 55), a fé nas rotinas profissionais é uma tentativa de antecipação das consequências sociais do seu trabalho.

2.3 Televisão

A teoria dos “efeitos limitados” de Katz e Lazarsfeld (1955) veio acalmar os receios sobre o poder dos *media*, derivados da importância adquirida por estes no decurso da Primeira Guerra Mundial, das referências de Walter Lippmann a um “fabrico do consenso” por uma propaganda tornada “órgão habitual de governo popular” (Lippmann, 2008[1921], 169) e da intensiva utilização da propaganda pelo nazismo. Subsistem, no entanto, o debate e a investigação sobre a influência dos *media* na sociedade e as transformações que nela provocam. (McCombs e Shaw, *apud* Traquina, 1995)²²

A obra de Leni Riefenstahl, do lado nazi, e o documentarismo britânico, do lado das democracias, testemunham a importância dada às imagens na propaganda política no decurso da Segunda Guerra Mundial. O “pai” do documentarismo britânico, John Grierson, disse-o claramente: “*Vejo o cinema como um púlpito e uso-o como um propagandista*” (*apud* Hardy, 1979).

Vendo os jornalistas como “*engenheiros de almas*”, Serge Tchakhotine alertava já, em *Le viol des foules par la propagande politique (1952)*, contra os perigos da televisão, que, dizia, ameaçava “*vir a ser um veículo terrível da violação psíquica*”.

Para alguns, como Giovanni Sartori, a televisão tornou-se responsável pelo advento de um novo tipo de ser humano: não mais o *Homo sapiens*, mas o *Homo videns*, para quem “*as coisas representadas em imagens contam e pesam mais do que as coisas ditas com palavras*”, o que é, para Sartori, “*uma mudança radical de direção porque, enquanto a capacidade simbólica distancia o Homo sapiens do animal, o ver reaproxima-o das suas capacidades ancestrais, do género de que o Homo sapiens é espécie.*” (Sartori, 2000)

Por outro lado, a televisão permitiu aos cidadãos o acesso a pessoas e lugares que de outra forma nunca poderiam conhecer, fazendo de cada um de nós não apenas habitante da terra em que vive, mas da Terra como planeta.

Como escreveu Tarde – num tempo em que ainda não existia televisão e a opinião pública se formava pela Imprensa – já não é na praça pública que nascem os grandes movimentos sociais, mas “*na consciência que cada um tem que a sua ideia ou vontade é*

²² “*Novas investigações, explorando as consequências do agenda-setting e do enquadramento dos media, sugerem que os media não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar*”

partilhada ao mesmo tempo por um grande número de homens. E basta que o saiba, mesmo sem os ver, para que seja influenciado pelo conjunto desses homens, e não pelo jornalista, inspirador comum, invisível e desconhecido, e por isso mesmo mais fascinante”. (Tarde, 1901).

Grierson (cfr. Hardy, 1979), Gitlin (1986), Eco (1990) e Wolton (2000) concordam na enorme importância da televisão no alargar dos horizontes das populações, tornando-as mais aptas a ser cidadãos de uma sociedade moderna:

“Com a abertura do mundo, com os satélites, um qualquer cidadão europeu vê o mundo de sua casa todos os dias. É uma janela extraordinária. É um progresso. Já não está só no seu prédio, no seu pequeno território, vê tudo. E aceita olhar. O seu universo mental e cultural alargou-se de uma forma incrível. (...) Nos últimos 50 anos, os europeus, e não só os europeus, interessaram-se por coisas que dantes não os interessavam.” (Wolton, 2000:RTP)

O que acarreta, para todos, um acréscimo de responsabilidade:

“Um servo da gleba medieval não podia fazer nada para aprovar ou desaprovar a primeira cruzada, da qual tomava consciência anos depois; o cidadão da metrópole contemporânea, imediatamente em dia sobre a crise cubana, pode tomar partido por um ou por outro dos acontecimentos com a sua manifestação pública, a petição ao jornal e, em certos casos, o voto ou a revolução.” (Eco, 1990)

E é neste último sentido (a televisão “janela para o Mundo”) que normalmente se entende o Serviço Público. Embora, no ordenamento jurídico português, não seja esse o conceito de Serviço Público de Televisão.

2.4 Serviço Público de Televisão

Se, ao preparar o golpe de Estado democrático²³ de 25 de Abril de 1974, os conspiradores não consideraram a Censura um dos alvos prioritários, incluíram nestes duas emissoras de rádio – Emissora Nacional e Rádio Clube Português – e a única de televisão então existente – a RTP (Carvalho, 1984: 379)

Estes factos são significativos da importância atribuída aos órgãos de informação: para os militares do Movimento das Forças Armadas, controlar os principais meios audiovisuais tinha a mesma urgência que neutralizar as unidades que se lhes podiam opor; Salazar e Caetano consideraram sempre os *media* como influentes de mais para os deixarem ser livres.

A importância atribuída aos *media* levou, aliás, a que em torno deles se polarizasse grande parte da luta partidária do pós-25 de Abril e se fossem sucedendo tentativas de regulação do sector:

- em Dezembro de 1974, um despacho do Ministro encarregado da Pasta da Comunicação Social criou o Conselho de Informação;

- a 26 de Fevereiro do ano seguinte, a Lei de Imprensa (Decreto-Lei nº 85-C/75, de 26 de Fevereiro) criou o Conselho de Imprensa (alterado em 78 e 79);

- a Constituição de 1977 previu Conselhos de Informação para a RTP, RDP e ANOP (que vieram a ser regulados pela Lei n.º 78/77, de 25 de Outubro);

- a revisão constitucional de 1982, por sua vez, criou o Conselho de Comunicação Social;

- na revisão constitucional de 1989, o artigo 39º estabeleceu a criação de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social, definindo as suas composição e atribuições, reportando-lhe a lei 15/90, de 30 de Junho, as responsabilidades até então referidas ao Conselho de Comunicação Social e à Comissão Consultiva para a Radiodifusão - criada em 1988 para apreciar as candidaturas ao concurso público para atribuição de alvarás - bem como as verbas e o pessoal até então atribuídos ao Conselho de Comunicação Social e ao Conselho de Imprensa. (AACS, 1995)

23 “Golpe de Estado democrático” no sentido em que põe fim a um regime autoritário e dá origem a uma democracia. Como lembra Hannah Arendt, “ a violência pode ser justificada”, “a sua justificação está ligada a um fim que fica no futuro.” (1970:52)

- na 6ª Revisão Constitucional a Alta Autoridade para a Comunicação Social foi substituída, no quadro da Lei 53/2005, de 8 de Novembro, por outro órgão regulador, dotado de mais meios e maior capacidade de intervenção: a Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), que entrou em funções a 17 de Fevereiro de 2006.

Verifica-se assim que, para lá das divergências em relação à composição e atribuições dos órgãos de regulação, há na sociedade portuguesa um consenso quanto à necessidade de criar organismos que regulem e fiscalizem a atividade dos *media*, nomeadamente das televisões.

A existência de um serviço público de rádio e televisão é garantida constitucionalmente pelo nº 5 do Artigo 38º, estipulando a alínea seguinte que “*a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião*”.

A prestação do Serviço Público de Televisão e Rádio foi concessionada à RTP, sendo os termos e condições de funcionamento regulados em Contrato de Concessão. Os Estatutos da RTP SA (Rádio e Televisão de Portugal) foram aprovados pela Lei nº 8/2007, de 14 de fevereiro. O financiamento do Serviço Público de Televisão é assegurado por subvenções provenientes do orçamento geral do Estado, com base na perda das receitas estimadas de publicidade decorrente das obrigações de Serviço Público – as “indenizações compensatórias” – e pela receita remanescente da contribuição para o áudio-visual, paga mensalmente pelos consumidores de eletricidade, ficando as eventuais receitas de publicidade afetas ao serviço da dívida consolidada ou a novos investimentos, não estando autorizada a sua utilização para financiamento da exploração corrente²⁴.

O Contrato de Concessão atribui à RTP, no âmbito da Informação, a responsabilidade de “*proporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais*”.²⁵

24 Lei nº 30/2003, de 22 de Agosto (alterada pelos Decretos-leis n.ºs 169-A/2005 e 230/2007)

25 Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, cláusula 7ª (Obrigações Específicas da Concessionária) al. 2. c), acessível em http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/missao_pdf.php .

2.5 Constrangimentos

2.5.1 Constrangimentos políticos e organizacionais

“Critics look at the press and see Superman when it’s really just Clark Kent.”

Michael Schudson, *The power of news*

“Quando um chefe de redação atribui uma reportagem e o repórter a escreve, não o fazem inteiramente dominados por forças exteriores. Mas também não o fazem inteiramente sós, independentemente da pressão exterior. A criação de notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da sala de redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar.

Michael Schudson, *Porque as notícias são como são*.

Embora o público tenda a identificar as notícias com os jornalistas que as produzem, as decisões quotidianas nos órgãos de informação estão, muitas vezes, longe de corresponder àquilo que o jornalista pretendia fazer.

Há diversos fatores exteriores – constrangimentos – que limitam a possibilidade de ação dos jornalistas e condicionam o produto final, quer impedindo-os de realizar certos atos, quer impelindo-os a outros.

Podem ser fatores materiais, económicos (se não há orçamento suficiente, não é possível ter a rede de correspondentes que se pretendia, nem mandar um enviado especial às eleições em Angola) ou tecnológicos (se a cassete se desmagnetiza, não é possível emitir a reportagem nela gravada, etc.), organizacionais (se não há uma equipa disponível, não é possível cobrir um acontecimento); podem ser estruturais (numa televisão pública não faz sentido emitir certos programas que passam numa privada, e vice-versa); podem ser ideológicos, como o peso das correntes maioritárias que faz com que, mesmo em democracias, determinados pontos de vista sejam normalmente desprezados, em nome de uma tirania do consenso que recorda o que Durkheim escreveu sobre os factos sociais: “*Eis um tipo de factos que apresentam um carácter muito especial: consistem em formas de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem*” (1895, *apud Akoun & Ansart, 1999:112*).

Ao longo dos artigos que compõem *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, diversos autores referem diferentes tipos de fatores que podem funcionar como constrangimentos: “os valores e preconceitos pessoais dos jornalistas (White), os constrangimentos organizacionais (Breed), as rotinas e a cultura profissional (Traquina, Gurevitch e Blumler), a tirania do fator tempo (Schlesinger), as pressões dos proprietários e dos governos (Herman), as relações entre as fontes e os jornalistas (Hall *et al.*) ” e até a evolução das formas narrativas (Schudson), a influência das características do meio sobre as formas. (Traquina, 1993: p. 12-13).

No seu livro *Sobre a Televisão* (1996), Bourdieu fala de um outro constrangimento, ligado a esse consenso que há pouco referi: o do círculo fechado da informação. “*Se nos perguntarmos*”, escreve ele, “*como é que se informam essas pessoas encarregadas de nos informar, vemos que, no geral, são informados por outros informadores.*” E não pensa, sobretudo, nas agências e nas fontes oficiais: “*A parte mais determinante da informação, ou seja, essa informação sobre a informação que permite decidir o que é importante, o que merece ser transmitido, vem em grande parte de outros informadores.*” (1996: 26, 27)

Bourdieu sublinha, no entanto, a importância do mercado. Lembra que “*o campo do jornalismo*” depende muito mais de forças exteriores que “*todos os outros campos de produção cultural*” (id.: 61), “*submetido em permanência ao veredicto do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, da audimetria*” (1996: 85)

Durante o período (1978-1986) em que trabalhei nas redações do Telejornal, da Informação 2 e da Grande Reportagem, os constrangimentos que pesavam sobre os jornalistas da RTP eram, sobretudo, constrangimentos vindos do passado:

- históricos: anos e anos de restrição de liberdade de expressão, de Censura prévia, geraram vícios e hábitos difíceis de romper, levando a uma autocensura por parte de alguns responsáveis da informação, aspeto que já referi e voltarei a referir;

- políticos: depois de anos e anos de partido único e controlo da informação, alguns políticos portugueses demonstravam dificuldade em conviver com a liberdade de Imprensa, como resulta patente, por exemplo, nesta entrevista feita por Avelino Rodrigues a Carlos Pinto Coelho, no âmbito do projeto “Perfil Sociológico do Jornalista Português”:

“Em 1977, na minha primeira noite de diretor-adjunto de Informação da RTP, o telefone confidencial do meu gabinete tocou, logo no fim do telejornal. Reconheci a voz zangada do primeiro-ministro, que queria saber quem eu era e por que é que uma dada reportagem tinha ou não tinha sido feita. Surpreendido, novato no cargo, respondi como soube. No dia seguinte o diretor, Botelho da Silva, próximo do Partido Socialista, explicou-me que esses telefonemas poderiam ser frequentes e que era preciso estarmos preparados porque o Dr. Mário Soares às vezes tinha mau feitio. (...)

Uma noite em que o Governo se fora reunir extraordinariamente em Braga e o país estava mergulhado numa greve de recolha de lixo, o tal telefone confidencial tocou no meu gabinete, a poucas horas do telejornal de fim de emissão. Era o timbre inconfundível do secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, que me anunciava ter gravado para a equipa da RTP um importante comunicado ao país, com cerca de 12 minutos. Essa gravação (em filme, que estava a caminho do Porto para ali ser revelado, editado e enviado por feixes hertzianos para Lisboa) teria de ser emitida ainda nessa noite, disse-me. Respondi que os jornalistas do Porto saberiam dar o devido tratamento noticioso ao comunicado. Perentório, Alegre exigiu que tudo fosse emitido na íntegra, dada a sua importância nacional. Retorqui que não aceitava essa ordem, salvo se me chegasse do presidente da RTP. Passados poucos minutos a ordem foi-me dada pelo próprio Edmundo Pedro, o mesmo presidente que poucas semanas antes me convidara a entrar na casa. Cumpri a ordem, a gravação foi para o ar na íntegra, e no dia seguinte apresentei uma carta de demissão do cargo, que foi aceite. (...)

A terceira história é sobre a RTP/Internacional. Quando me nomearam diretor de Cooperação e Relações Internacionais da RTP, Portugal era o único país europeu com forte percentagem de população emigrada, que não disponibilizava à sua diáspora emissões regulares de televisão por satélite. Depois de um magno encontro de televisões em Atenas, fiz uma proposta estruturada, prontamente acolhida pela Administração de Coelho Ribeiro: pôr de pé um canal internacional. Dedicámos ao projeto dois anos de trabalho intenso e, quando tudo ficou pronto, o governo deu uma conferência de Imprensa (às 12 horas de 21.02.1992) para anunciar que, no 10 de Junho seguinte, Portugal inaugurava um canal TV destinado aos seus emigrantes e à África lusófona. Toda a minha equipa almoçou em alegria. Mas quando cheguei ao meu gabinete tinha recado para subir ao Sr. Vice-presidente, Anselmo da Costa Freitas. E o estimável senhor comunicou-me, com ar contido, que o secretário de Estado, Marques Mendes, lhe dera instruções para me afastar

da direção do novo canal. Acrescentou: “sabe, vêm aí eleições... o voto dos emigrantes é importante para o PSD”. (in Rodrigues, 2011a: 246, 247)

Existiam, naturalmente, outros constrangimentos, organizativos, económicos, técnicos, de tempo, até de relação com a equipa de imagem e som (jornalismo televisivo é um trabalho coletivo e raramente é o próprio redator a escolher quem o acompanha). Assim, por exemplo, ainda nos anos 60, trabalhando em filme e sendo este caro, tínhamos de subordinar as entrevistas a critérios de economia; dado o tempo de revelação do filme, tínhamos “horas de fecho” e alguma dificuldade em acompanhar notícias de última hora (mais tarde, nos anos 80, ao passar para vídeo, essa dificuldade manteve-se devido ao número restrito dos equipamentos de montagem); o tempo do Telejornal (30 minutos) era (e é) obviamente também um constrangimento e a má vontade, ou disposição, do operador de câmara podia pôr em causa o projeto que tínhamos em mente.

Mas, nas décadas de 70 e 80, eram os constrangimentos político-ideológicos os mais marcantes. E por tal entendo não apenas a habitual pressão dos poderes, mas também a pressão das chefias no sentido de evitar conflitos com esses poderes e agirmos de acordo com as ideias dominantes, a forma como estas aceitavam ou não o tratamento de certos temas.

Embora já tendo sofrido constrangimentos económicos e políticos em outros órgãos de informação foi na RTP que compreendi a justeza da frase de Jack Newfield sobre a liberdade de imprensa nos Estados Unidos da América do Norte:

“Os homens e mulheres que controlam os media não são computadores neutrais e livres de preconceitos. Têm quadros mentais. Têm estilos de vida e valores políticos, ocultos sob a retórica da objetividade. Esses valores estão institucionalizados pelo Times, a AP, a CBS... nas suas empresas. Entre esses valores não referidos, mas orgânicos, estão a crença no capitalismo do bem-estar, Deus, o Ocidente, o Puritanismo, a Lei, a família, a propriedade, o sistema bipartidário e, talvez o mais crucial, a noção de que a violência só é defensável quando aplicada pelo Estado. Não consigo pensar em nenhum correspondente junto da Casa Branca, ou analista de televisão, que não partilhe esses valores. E que, simultaneamente, não insista em que é totalmente objetivo.” (apud Schudson, 1978: 184)²⁶

²⁶ *“The men and women who control the media are not neutral, unbiased computers. They have a mind set. They have definite life styles and political values, which are concealed under the rhetoric of objectivity. But those values are originally institutionalized by the Times, by AP, by CBS... into*

E, naturalmente, o maior constrangimento era a ausência de imagem, como se nenhuma realidade que não pudesse ser traduzida em imagens – de preferência apelativas – não fosse digna de existir, ou, pelo menos, de ter essa existência que é ser mostrada.²⁷

Com o evoluir do tempo e o fim da situação de monopólio da RTP, a partir de 1992, os constrangimentos políticos tenderam a pacificar-se, substituídos pelos resultantes da concorrência entre canais e a disputa de audiências, do aumento dos ritmos de produção e velocidade de difusão permitidos pelas novas tecnologias, e por um ambiente laboral instável em toda a classe profissional, com a multiplicação de condições contratuais e de precariedade e a existência de um forte exército industrial de reserva constituído pelos jovens licenciados dos múltiplos cursos de Jornalismo e/ou Comunicação.

Estes últimos fatores, nomeadamente a preocupação constante com as audiências – levam a que as notícias se baseiem por vezes em valores estranhos aos próprios jornalistas, que podem mesmo ver-se divididos entre a consciência moral e a necessidade de obedecer a indicações da hierarquia. São “factos problemáticos” (Parsons e Shils, *apud* Silva e Mendes, 2009:180), que os levam a uma atuação contraditória com os seus próprios valores e para os quais há que ter em conta as condições concretas do exercício da profissão, nomeadamente as situações de precariedade, que podem conduzir àquilo que Garcia (1995) classifica de “*censura doce*”.

É aliás compreensível que, colocado numa posição de ter de optar entre os seus valores iniciais e aqueles que lhe são apontados na redação, o jovem profissional venha a conformar-se com estes, já que a aprendizagem da política editorial é um processo de socialização através da qual o recém-chegado interioriza os seus direitos e obrigações, normas e valores e “*aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades*” (Breed, 1993: 155)

Breed identifica, entre os fatores que promovem o conformismo com a política da empresa: autoridade institucional e sanções; aspirações de mobilidade; prazer da atividade; as notícias como valor. Conclui que “*a fonte de recompensa do jornalista não se localiza entre*

their corporate bureaucracy. Among this unspoken but organic values are beliefs in welfare capitalism, God, the West, Puritanism, the Law, the family, property, the two-party system, and perhaps more crucially, the notion that violence is only defensible when employed by the State. I can't think of any White House correspondent, or network television analyst, who does not share these values. And at the same time, who doesn't insist he is totally objective.”

27 Adaptação da frase de Berkeley, “*Être c'est être perçu*” (*ap.* Bourdieu, 1996 :11)

os leitores”, mas entre “os seus colegas e superiores” – e, assim, em vez de aderir “a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial”. (id: 166).

Enrique de Aguinaga advertiu em tom irónico contra essa confusão que tão facilmente se estabelece entre o jornalista e o órgão de comunicação social em que exerce a profissão:

*“De forma geral, há tendência a confundir o jornalista com o sistema industrial que o emprega e, frequentemente, cai-se na ingenuidade de atazanar o condutor do autocarro com reclamações à empresa de transportes. O condutor, claro, defende-se: “Não me diga isso a mim, que sou um simples empregado. Diga-o ao Presidente da Câmara, que é quem manda.”*²⁸

Jornalista e Mestre em Comunicação, Fernando Correia considera necessário, para avaliar a conduta profissional dos jornalistas, saber qual é o seu grau de liberdade e quais os constrangimentos que enfrentam, distinguindo a situação de um jovem em situação de precariedade, “para quem, em certas circunstâncias, a abdicação perante a ética poderá ser a condição necessária para a manutenção no emprego” da de um profissional experiente, “que alegremente participa na transformação da notícia em mercadoria mediática.” (2009: 224)

Mas a socialização do jornalista não o faz apreender apenas os valores editoriais do órgão de informação em que trabalha: em contacto com outros camaradas de outros órgãos de comunicação social, ele apreende também os valores maioritários em vigor na classe e contribui para a sua hegemonia. Esse fenómeno de homogeneização do pensamento ganha, por vezes, contornos de um “jornalismo de matilha”.

O fenómeno foi descrito em 1972, por Timothy Crouse, um repórter da revista Rolling Stone que acompanhou as campanhas presidenciais de Nixon e McGovern, e tem a ver não apenas com o facto de os jornalistas que cobriam essas campanhas se moverem no mesmo ambiente fechado, em torno das mesmas fontes, mas também com o medo de, adiantando algo diferente, poderem errar:

28 *“Hay, en términos generales, la tendencia a confundir al periodista con el sistema industrial que le emplea y, frecuentemente, se cae en la ingenuidad de abochornar al conductor del autobús con reclamaciones a la empresa de transportes. El conductor, por supuesto, se defiende: Eso no me lo diga a mí, que soy un simple empleado. Eso dígaselo usted al señor alcalde, que es el que manda.”*

“Havia também no autocarro homens preguiçosos, e homens com grandes famílias ou poderosas ambições para alimentar, que temiam perder os seus empregos e por isso jogavam pelo seguro, mantendo-se na matilha. E havia ainda editores cujas suspeitas de qualquer história menos comum tornava o jornalismo de matilha confortável e convidativo para os seus repórteres.”²⁹
(Crouse, 1986: 15)

Há pouco tempo ainda, uma jornalista portuguesa escrevia, no blogue do Clube de Jornalistas, algo de muito semelhante:

“Vai-se assistindo cada vez mais ao fenómeno do chamado “jornalismo de matilha” (pack journalism) na sociedade portuguesa. (...). Os jornalistas, em bando (ou seja, em matilha...) juntam-se nos mesmos sítios, às mesmas horas e para os mesmos acontecimentos marcados pelas mesmas agendas oficiais, entrevistam as mesmas pessoas e destacam os mesmos assuntos. Sem espírito crítico, sem um olhar próprio, copiam-se uns aos outros e escolhem o mesmo ângulo das notícias. (...) A principal preocupação é dar mais depressa e não de forma diferente. Aliás, torna-se mesmo difícil contrariar esse espírito de “matilha”, face à frequente resistência e desconfiança por parte das chefias, nada sensíveis a qualquer sugestão de se dar relevo a uma perspetiva diferente da que os outros media escolheram e já difundiram antes. O resultado é um produto final idêntico e uniforme para consumo de leitores de jornais, telespectadores e ouvintes de rádio.” (Carvalho, 2010)

Ficou célebre o caso de Timisoara, uma cidade da Roménia onde diversos meios de comunicação ocidentais declararam, em 1989, terem sido encontrados mais de 4.500 cadáveres de vítimas do regime de Ceausescu. Marc Semo, enviado especial do Libération, enviou para o seu jornal um artigo descrevendo a realidade que encontrara, que não correspondia à versão dominante na imprensa ocidental. Para sua surpresa, em vez de fazer fé nas informações que enviara, o Libération de 23/12/1989 trazia um título de duas páginas de largura falando de 4.630 cadáveres, acompanhado de um editorial de Serge July intitulado “Carnificina”: *“Timisoara libertada revela uma vala comum. Milhares de corpos acabados de exumar, terrosos e mutilados, preço insuportável da sua rebelião.”³⁰* (Semo, 2010)

29 *“There were still lazy men n the bus, and men with large families to feed or powerful ambitions to nurture, who feared losing their jobs and thus played it safe by sticking with the pack. And there were still editors whose suspicions of any unusual story made pack journalism look cosy and inviting to their reporters.”*

30 *“Timisoara libéré découvre un charnier. Des milliers de corps nus tout juste exhumés, terreux et mutilés, prix insupportable de son insurrection.”*

Meses mais tarde, a 4 de Abril de 1990, o chefe de redação, Dominique Pouchin, justificou-se: “*Tudo nos levava a crer, incluindo as imagens que chegavam, que a informação era verdadeira.*”³¹

O balanço final ficou entre 90 e 150 mortos.

Em Portugal, um dos mais conhecidos casos de jornalismo de matilha foi o do pseudo arrastão de Carcavelos (que trataremos mais adiante, no 7º capítulo): a 10 de Junho de 2005, vários órgãos de informação portugueses noticiaram a existência de um roubo praticado por cerca de 500 indivíduos na praia de Carcavelos. Só o jornal A Capital ousou contrariar a informação dominante. A própria polícia viria a desmentir as notícias, dias depois.

Para lá dos constrangimentos já referidos, pesam também sobre os jornalistas constrangimentos de tempo, quer no sentido de imediatismo na recolha e difusão de dados noticiosos, quer – no caso dos audiovisuais – de tempo de emissão, cada vez mais curto, para que o público não mude de estação ou de canal. Mesmo que a qualidade da informação prestada sofra com isso.

31 "*Tout nous laissait penser, y compris les images qui arrivaient, que l'info était vraie.*"

2.5.2 Tempo, o grande constrangedor

“É dos livros que o imediatismo não se compagina com o distanciamento necessário à compreensão e ao esclarecimento dos fenómenos. Pelo contrário: neste sistema comunicacional, o distanciamento introduz fatores de perturbação para a consumação dos fins. Se se trata de manter o suspense – “não saia do seu lugar!” – é perda de tempo o debate, o confronto de teses, a interpretação de causas e efeitos de um acontecimento.”

Paulo Martins, O lugar do jornalismo na era dos conteúdos (2003)

Às condições contratuais de prestação de trabalho somam-se alterações nos ritmos e processos de trabalho, permitidas – impostas? – pelas novas tecnologias que, tornando possível a transmissão de um acontecimento em tempo real, banalizaram o direto e fizeram com que hoje “informar” seja “*mostrar a história em curso*”, ou, por outras palavras, “*fazer assistir (se possível em direto) ao acontecimento Trata-se de uma revolução copernicana, da qual ainda não se estudaram todas as consequências e que supõe que a imagem do acontecimento (ou a sua descrição) é suficiente para dar todo o seu significado.*” (Ramonet, 1998: 22)

Altera-se assim não só a forma de noticiar, mas também o próprio conteúdo da informação em televisão: onde há poucas dezenas de anos ainda, com o uso do filme, o processo de revelação impunha uma pausa entre a captação das imagens e de eventuais declarações de entrevistados, permitindo ao jornalista analisar o material recolhido e refletir sobre a sua utilização, no **direto** a velocidade sobrepõe-se à reflexão: “*O direto anula o trabalho de edição, eliminando assim um filtro necessário a uma mediação serena, distanciada e contextualizada dos factos.*” (in Andringa, 2011d: 417)

O direto pode ser “*a coisa mais fascinante do Mundo*”, diz Jacinto Godinho, “*mas pode ser a de efeitos mais problemáticos.*” Impossível, no entanto, evitá-lo: “*Se temos a possibilidade de estar a ver o embate nas torres do World Trade Center, não vamos esperar.*” (in Andringa, 2011b: 323)

Mas o direto não é o único aspeto em que a velocidade – e, associada a esta, o tempo – surge como constrangimento ao jornalista do Serviço Público de Televisão. A concorrência, a ênfase nas audiências, por sua vez, transformou a velocidade em valor-notícia: é preciso dar

antes do concorrente, mesmo se não foi possível confirmar a notícia; e é preciso que a notícia seja curta, para que o telespectador não acione o comando à distância e comece a “zapear”.

“Conheço pessoas que são eticamente das mais responsáveis do Mundo, mas que, em situações de pressão, enquanto coordenadoras que têm de exigir ao seu jornalista que ponha a peça no ar, querem é que ele faça o mais rápido possível, independentemente do resultado, e são os primeiros a atropelar a ética. No limite, nós ficamos ali, à beira do abismo, com um grande problema para resolver, que é um problema interior: como é que vamos resolver, como é que temos resistências internas para resolver entre a exigência de fazer depressa e a necessidade de fazer bem?” (in Andringa, 2011b: 324)

O “fetiche da velocidade” (para usar o termo de Sylvia Moretzsohn (2002)), presente no direto como na polivalência, quadra bem com a imagem mítica do jornalista. O grito “*Stop the press!*”, popularizado pelo cinema norte-americano, parece continuar a ecoar nas cabeças dos jornalistas portugueses, a lembrar a frase de Paul Virilio em *A Arte do Motor*, “*Se ser é estar excitado, ser vivo é ser velocidade, uma velocidade metabólica que a tecnologia se dedica a aumentar e a aperfeiçoar, como soube fazer para as espécies animais*” (apud Moretzsohn, 2002:126). O risco é de que, diminuindo o tempo de reflexão, diminua também a sua capacidade de mediador entre o acontecimento e o público, transformando-o numa mera extensão das máquinas que utiliza, sejam a câmara ou o microfone, impedindo-o de assumir plenamente a sua função de **agência**. (Giddens, 2003:10)

3. CONTEXTO

3.1 A liberdade tardia do jornalismo português

*“Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.”*

Sophia de Mello Breyner

25 de Abril de 1974. Acordada com a notícia de um golpe de estado militar que – muito contra o habitual – pretende democratizar o país há 48 anos sob ditadura, a população de Lisboa sai à rua. Os repetidos alertas do Movimento das Forças Armadas para eventuais riscos não a impedem de acorrer aos locais onde forças revoltosas e as poucas leais ao regime se confrontam ainda: o Largo do Carmo, onde se acoita o ainda Presidente do Conselho, Marcelo Caetano e os restos do seu governo; a sede da polícia política, a PIDE/DGS, que causará ali as suas últimas vítimas, os estúdios da Rádio Televisão Portuguesa, na Alameda das Linhas de Torres, um dos objetivos prioritários da ação militar e onde a história se faz, desta vez sim, em direto. Um grupo aponta de súbito a um outro alvo, na Rua da Misericórdia, arrastando consigo alguns militares: os Serviços de Censura, rebatizados por Caetano de Exame Prévio. Pelas janelas, caem textos cortados. E o jornal República afixa orgulhosamente na sua primeira página que não passou pelo Exame Prévio.

Havia motivos para essa chamada de atenção: há 48 anos que os jornais eram obrigatoriamente submetidos a censura prévia.

De facto, na sequência do golpe militar de 28 de Maio, a 22 de Junho de 1926 uma comunicação assinada pelo 2º Comandante da Polícia e publicada em todos os jornais, estabeleceu, para imediata entrada em vigor, a Censura à Imprensa, “*não sendo permitida a saída de qualquer jornal sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando-Geral da GNR para aquele fim.*” (Carvalho [1973] *apud* Veríssimo [2003]). E, na Constituição de 1933, o nº 2 do artigo 8º estipulou que “*leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente, a perversão da opinião pública na sua função de força social.*”

Só no dia 25 de Abril de 1974 os jornalistas portugueses atingem, finalmente, a maioria. Vão sofrer, também, os sobressaltos da adolescência.

A liberdade de expressão exigiu aprendizagem, lembra Joaquim Furtado:

“Houve um período de aprendizagem, ao fazer pela primeira vez a reportagem de manifestações, de conferências de Imprensa, reportagem em direto... A simples forma de tratar comunicados de várias páginas que era preciso reduzir a uma notícia era uma aprendizagem. E a profusão de comunicados era tal que a certa altura começámos a pôr no ar alguns que eram gravados por telefone, procurando dar voz a toda a gente.” (in Andringa, 2011d: 408)

De forma não surpreendente, esse período em que se fazia jornalismo “*no meio da revolução*” – para usar um termo daquele jornalista – vai ficar marcado por violentos conflitos de cariz ideológico/partidário nas redações.

Para lá da extinção de órgãos de imprensa escrita claramente conotados com o regime deposto e dos saneamentos levados a cabo em diversos órgãos de informação, a luta pelo controlo da informação provocou crises na *Rádio Renascença*, *Século*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio* e – *last but not least* – no *República*, caso que levou mesmo a uma crise governamental, pela demissão dos ministros do Partido Socialista.

3.2 A sombra do passado estende-se sobre os nossos dias

Na década final do século XIX e na década inicial do século XX a multidão impôs-se como objeto de estudo. Autores como Gustave Le Bon (*A psicologia das multidões*, 1895) e Gabriel Tarde (*L'Opinion et la foule*, 1901) estudam a forma como um conjunto de pessoas pode ser levada a unir-se em torno de uma emoção, um herói ou uma ideia. A Primeira Guerra Mundial vê o aparecimento da propaganda como arma de guerra:

*“A imagem de um general a presidir a uma reunião editorial na hora mais terrível de uma das maiores batalhas da história parece-se mais com uma cena do Soldado de Chocolate que com uma página da vida real. E no entanto sabemos, em primeira mão, pelo oficial que editava os comunicados de guerra franceses que essas reuniões faziam regularmente parte do esforço de guerra; que, nos piores momentos de Verdun, o general Joffre e o seu gabinete se reuniam e discutiam os substantivos, adjetivos e verbos que seriam publicados nos jornais da manhã seguinte.”*³² (Lippmann, 1921:27)

E Lippmann assume:

*“Sem nenhuma forma de Censura, a propaganda, no sentido estrito da palavra, é impossível. Para levar a cabo uma propaganda é preciso que haja alguma barreira entre o público e o acontecimento. O acesso ao contexto real deve ser limitado antes que alguém possa criar um pseudo-contexto que lhe pareça sensato ou desejável. Porque se quem tem acesso direto (a um acontecimento) pode interpretá-lo erradamente, ninguém pode decidir como o vão interpretar, a menos que possa decidir o que podem ver.”*³³ (id. 32,33)

A institucionalização da Censura em Portugal corresponde assim a uma visão política que atribui aos *media* o poder de influenciar e manipular os que a eles têm acesso.

32 *“The picture of a general presiding over an editorial conference at the most terrible hour of one of the great battles on history seems more like a scene from the Chocolate Soldier than a page from life. Yet we know at first hand from the officer who edited the French communiqués that these conferences were a regular part of the business of war; that in the worst moments of Verdun, General Joffre and his cabinet met and argued over the nouns, adjectives, and verbs that were to be printed in the newspaper the next morning.”*

33 *“Without some sort of censorship, propaganda in the strict sense of the word is impossible. In order to conduct a propaganda there must be some barrier between the public and the event. Access to the real environment must be limited, before anyone can create a pseudo-environment that he thinks wise or desirable. For while people who have direct access can misconceive what they see, no one else can decide how they shall misconceive it, unless he can decide where they shall look, and at what.”*

Essa ideia, desenvolvida a partir de estudos sobre a propaganda e a sociedade de massas, da existência de uma relação direta entre a exposição às mensagens dos media e o comportamento daqueles que as recebiam ficou conhecida como “teoria hipodérmica dos efeitos”. (Wolf, 1999 [1985]: 9)

Ignoro, naturalmente, se Salazar a conhecia ou não, mas a sua visão dos *media* coincidia com ela, como se conclui da forma como se refere ao jornalismo, em entrevista a António Ferro, já atrás referida.

Para lá da aplicação da censura aos meios de comunicação, Salazar restringiu também a sua presença nesses meios, sendo raras as suas entrevistas ou aparições em público.

O seu sucessor, Marcelo Caetano, vai alterar essa relação com os *media*.

Logo em 27 de Setembro de 1968 anuncia que, “*para enfrentar os ciclópicos trabalhos*” que o esperam, necessita do apoio do país, que “*será solicitado através da informação tão completa e frequente quanto possível procurando-se estabelecer comunicação desejável entre o Governo e a Nação*” (apud Cádima, 1996: 368)

O que não impediu que, a 14 de Outubro, o gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho emitisse as “*Normas a observar pela Direção dos Serviços de Censura*”, atualizando normas datadas de 1960 e 1961. (id.:367)

Em Janeiro de 1969, Marcelo Caetano inaugura na RTP um tempo de antena a que chamou *Conversas em Família*. Nas palavras do Presidente do Conselho foi patente a sua confiança no poder dos *media*:

*“(...) Nem sempre a circunstâncias proporcionam ao Chefe do Governo oportunidade para, num discurso, esclarecer o seu pensamento ou elucidar o público sobre problemas correntes ou objetivos a atingir. Mas os atuais meios de comunicação permitem conversar diretamente com as pessoas, sem formalismos, sem solenidades, sempre que seja julgado oportuno ou necessário.”*³⁴

Falar de “conversar diretamente com as pessoas” quando o que se passava era uma comunicação assimétrica, de sentido único, não era surpreendente num sistema baseado na existência de censura, mesmo rebatizada de “exame prévio”. Mais curioso é que, aparentemente, nem a Rádio Televisão Portuguesa nem os responsáveis da propaganda oficial tenham suspeitado que a mensagem do Presidente do Conselho podia ter o efeito contrário ao

34 http://www.rtp.pt/web/historiartp/1960/conversas_familia.htm Acesso em 17.1.2012

desejado – o que revelava alguma desatenção aos estudos entretanto efetuados no campo da comunicação.

Nesse final da década de sessenta do século passado, há muito que tinha sido posta em causa a “*teoria hipodérmica dos efeitos*”. Depois de, em 1948, Lasswell ter definido o ato comunicacional como implicando quatro interrogações, “*quem? diz o quê? através de que canal? com que efeito?*”, diversos estudos sobre os efeitos tinham revelado que estes não eram, forçosamente, únicos, dependendo de quem recebia a mensagem e em que condições a recebia. Na sequência dos estudos sobre a receção, o modo como os grupos em que se inseriam influenciava a forma como o indivíduos recebiam a informação que lhes era dada deu origem a uma nova teoria, dita “*dos efeitos limitados*”.

“A audiência revelava-se intratável. As pessoas decidiam por si se deviam ou não escutar. E mesmo quando escutavam, a comunicação podia não provocar qualquer efeito ou provocar efeitos opostos aos previstos. Os investigadores eram obrigados a desviar progressivamente a sua atenção da audiência a fim de compreenderem os indivíduos e o contexto que a constituíam” (Bauer, *apud* Wolf, 1999: 11,12).

Nesse mesmo ano de 1969 em que Marcelo Caetano começava as suas “*Conversas em Família*”, Katz sublinhava o erro cometido nas primeiras investigações:

“A audiência era concebida como um conjunto de classes etárias, de sexo, de casta, etc., mas dava-se pouca atenção às relações que lhe estavam implícitas ou às ligações informais. Não porque os estudiosos de comunicações de massa ignorassem que os componentes do público tinham família e grupo de amigos, mas porque se considerava que nada disso influenciava o resultado de uma campanha propagandística, ou seja, as relações informais entre as pessoas eram tidas irrelevantes para as instituições da sociedade moderna.” (*apud* Wolf, 1999:10, 11).

O curioso é que, ao mesmo tempo que agia como se acreditasse que o simples facto de se dirigir à população através da televisão podia garantir a perenidade da política do Estado Novo, estabelecendo um corte com a atuação de Salazar não só pela viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969, mas também pela forma como a RTP cobre exaustivamente essa viagem, ou a que efetua ao Brasil, em Julho seguinte, Marcelo Caetano mostrava ter da sociedade de massas uma visão próxima da descrita por Ortega y Gasset: uma sociedade em que os indivíduos “*se preocupam apenas com o seu bem-estar e, ao mesmo tempo, não se sentem solidárias com as causas desse bem-estar.*” [Gasset, 1930:51, *ap.* Wolf, 1999 (1985):7]

“Egoísmo materialista” contra “espírito de serviço” e “sacrifício”. Na sua última “Conversa em Família”, a 28 de Março de 1974, pouco após o levantamento do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, o Presidente do Conselho pensava, provavelmente, na revolta militar contra a guerra colonial que se prolongava há 13 anos:

“A vida em sociedade implica numa atitude de solidariedade e de colaboração que exige dádiva de si próprio, sacrifício de interesses, espírito de serviço, integração em planos coletivos. Mas o egoísmo materialista desfaz tudo isso. Nega-se ao sacrifício, escusa-se a servir o próximo, aborrece a obediência às leis e a quem as executa, instaura a indisciplina em todos os setores, recusando-se a acatar outra norma que não seja a das conveniências pessoais de cada um.”

Nessa “Conversa em Família”, Caetano tentava, como o general Joffre em Verdun, defender com palavras a situação difícil em que o regime se encontrava. Opor a sua versão às informações que, apesar da Censura, surgiam por outras formas: as que classificou de “fantasias”, “mexericos” e “boatos”:

“Há por aí frequentes queixumes de que não temos por cá informação completa. Nada, porém, do que de verdadeiro se passa e que ao público interesse deixa de ser trazido ao conhecimento dele. Mas não é informar bem o público deitar mão a todos os mexericos, a todas as intrigas, a todas as fantasias, ouvidas nas mesas dos cafés ou a algum intrujão imaginativo, para as lançar cá para fora como grandes e sensacionais revelações.

Inventam-se tremendas oposições entre pessoas que mutuamente se respeitam e de comum acordo atuam; divisões internas onde só reina harmonia de vistas; conluios suspeitos em casos em que estão perfeitamente definidas as posições e assumidas as responsabilidades...

Não fica informado o público que escuta mentiras. O facto de o boato ser propalado por jornais ou por emissoras não lhe tira o carácter de boato.”

As palavras não puderam, no entanto, conter a realidade: menos de um mês depois, a 25 de Abril, um golpe militar executado por capitães, mas aceite pelos mais influentes generais, punha fim ao Estado Novo.

3.3 As dores de crescimento do jornalismo português

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (1851-2)³⁵

Este contexto de 48 anos de Censura e de um atraso de quase quatro décadas no debate profissional sobre o jornalismo em Portugal – os que separam o Relatório Hutchins, *Uma Imprensa Livre e Responsável* (10 de Dezembro de 1946), do 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses, dedicado à Deontologia (12 a 15 de Novembro de 1986) – marcou, naturalmente, o jornalismo português.

As redações não podiam deixar de refletir as divisões que surgiam na sociedade portuguesa, na sua passagem do regime de partido único para o pluripartidarismo e de um “presidencialismo de primeiro-ministro” (expressão usada pelo próprio Marcelo Caetano para definir o regime salazarista) para um semi-presidencial. Os partidos viam os jornalistas que lhes eram afetos como piões na luta pelo poder e os próprios jornalistas tinham dificuldade em traçar a linha entre a profissão e a militância.

A verdade é que, quando se deu o 25 de Abril, havia já, em diversas redações do país, jornalistas vindos das fileiras da oposição ao regime deposto, nomeadamente do movimento estudantil (Correia & Baptista, 2007:70) que, ao longo da década de sessenta e início da de setenta, por diversas vezes se levantou contra aquele, em defesa das liberdades cívicas.

É difícil contabilizar o número desses jornalistas antifascistas, já que não apenas alguns, mais cuidadosos, escondiam as suas posições, como nessa altura só os jornalistas da Imprensa Diária tinham carteira profissional e estavam registados no Sindicato. Mas, quase inexistentes nos jornais alinhados com o regime, na Emissora Nacional ou na RTP, eram já em número significativo nas redações dos vespertinos – *República*, *Diário de Lisboa*, *A Capital* – de algumas revistas – *Vida Mundial*, *Século Ilustrado*, *Flama* – e em jornais regionais ou locais como o *Notícias da Amadora*, o *Jornal do Fundão* ou o *Comércio do Funchal*.

Alguns, embora em pequeno número, tinham mesmo passado pelas prisões do regime, integrados em movimentos e partidos por este considerados ilegais. Mais importante que o

35 Acessível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/18brumario/>

número era, no entanto, a solidariedade gerada em torno destes e que, provinha, por vezes, mesmo de diretores e administradores dos órgãos de informação. Lembro-me da resposta de um dos administradores da Renascença Gráfica, Lopes do Souto, quando, recém-saída de Caxias, lhe telefonei a pedir emprego: “*Saiu da cadeia, não foi? Pois venha para cá, que eles prenderam há pouco um dos nossos jornalistas.*”

Esse grupo de jornalistas que, até ao 25 de Abril, mau grado as divisões ideológicas, se mantinha unido frente ao inimigo comum, parece passível de integrar no que Thomas Brante (in Burrage, Torstendahl, 1990: 83) define como “profissões políticas”, aquelas em que a competência é dada, não por um grau académico, mas pelo conhecimento de algo a que chama “tecnologia política”, uma competência que transcende as divisões entre departamentos e mesmo entre partidos.

Licenciados ou com formações académicas interrompidas (à época, uma habilitação elevada no conjunto nacional³⁶), com uma experiência política granjeada nas Associações de Estudantes e nos meios da Oposição Democrática ou Comunista, esses jovens jornalistas tinham aprendido a fazer análise de situações e a pensar e agir com autonomia crítica. Preparados, portanto, para enfrentar todas as tentativas de limitação dessa autonomia, vão, após o 25 de Abril, dividir-se pelas diversas forças políticas e protagonizar várias das lutas travadas nos órgãos de informação, nos anos de brasa de 1974 e 1975.

Alguns exemplos retirados das entrevistas recolhidas no livro *Ser Jornalista em Portugal - perfis sociológicos* permitem recordar o que foram esses tempos em que a informação estava muitas vezes ligada à militância partidária. O episódio mais curioso é, talvez, o narrado por Joaquim Furtado:

“Em 75, o Rádio Clube era muito conotado com o PCP – embora, na verdade, dos 15 jornalistas só três fossem do, ou próximos do, PCP. O grupo que não pertencia àquele partido considerou dever chamar a atenção dos ouvintes para a parcialidade de certos noticiários – o que fez através de um texto escrito por Adelino Gomes. Logo os jornalistas ligados ao PCP pediram tempo de antena para responder. E, durante um dia, os ouvintes do Rádio Clube tiveram dois grupos de jornalistas a explicar as suas posições. Isto dá um pouco a ideia do clima que se vivia.” (in Andringa, 2011d:409)

36 Bastará referir que, em 1971, havia 25.726 inscritos no 3º ciclo liceal e ensino técnico profissional, e o número de alunos inscritos no ensino superior público e privado era de 49.461. (Barreto, 2000)

Outros confrontos eram menos pacíficos. Carlos Pinto Coelho viu-se forçado a despedir-se do Diário de Notícias para evitar o saneamento por razões ideológicas:

“Ainda hoje me confrange a memória daqueles tumultuosos dias de Abril de 1975 no Diário de Notícias, regidos pelo jornalista Luís de Barros (diretor) e por José Saramago (diretor-adjunto) e que resultaram no “saneamento” de uma vintena de jornalistas. Nas vésperas dessas inquisitórias expulsões fui chamado ao gabinete de Barros (...) e ali solenemente convidado a escrever uma carta a despedir-me da empresa. Que era melhor assim... livrava-me do carimbo de “saneado”... veja lá as consequências disso em pleno processo revolucionário... E estendia-me uma folha de papel com um texto já redigido, à espera de assinatura. Deus ou o Diabo pegou na minha mão direita e assinei aquilo.” (in Rodrigues, 2011a: 242)

No 1º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Janeiro de 1982), José Manuel Barata-Feyo e Miguel Sousa Tavares, em comunicação intitulada “*Mea culpa*”, acusaram os jornalistas militantes de cumplicidade no controlo dos meios de comunicação pelos partidos:

“A verdade – dura verdade – é que para controlar a informação como o faz, o poder – fosse ele gonçalvista, socialista ou aliancista – nunca precisou de recorrer aos métodos primitivos dos coronéis sul-americanos ou de colocar um comissário político de vigia aos telexes. Bastou-lhe a instrumentalização e a partidarização das redações, feitas – repetimos – com a cumplicidade dos jornalistas.”

Na referida comunicação, Barata-Feyo e Sousa Tavares opunham “*o jornalismo independente e o jornalismo reduzido ao “engagement” político*”, defendendo “*a incompatibilidade entre o jornalista e o propagandista.*” (1982: págs. 153 -158)

Mas há quem defenda que, onde aqueles dois jornalistas viam cumplicidade na instrumentalização de redações e confusão entre jornalismo e propaganda, havia apenas militância cívica. É o que explica João Paulo Guerra sobre o tempo em que trabalhou no jornal *Diário*, afeto ao Partido Comunista Português, de que era militante:

“O Diário era feito pelos jornalistas de O Diário, que eram militantes ou simpatizantes do PCP. O Diário tinha muito bons jornalistas, alguns dos quais estão ainda hoje nos principais e mais diversos meios de comunicação e até em lugares de destaque. A direção e as chefias não iam à direção do PCP para porem o visto. Enquanto trabalhei lá, nunca ninguém me disse o que é que eu podia escrever nem nunca ninguém me disse o que é que eu não devia escrever ali. Mas acho

que isso se tornava relativamente fácil pelo facto de que ali eu podia escrever aquilo que de facto tinha vontade de dizer.” (in Gomes, 2011a: p.385)

Um dos mais respeitados jornalistas portugueses³⁷, Mário Mesquita, recordaria, aliás, que *“em todos os países que conheceram processos de transição da ditadura para a democracia a atitude dos jornalistas (...) começou por ser parcial, militante, defensora, pelo menos, da causa da democratização.”* (2002)

O próprio Mesquita só em 1978, quatro anos depois do 25 de Abril e três meses após ter sido nomeado diretor do estatizado Diário de Notícias, considerou necessário afastar-se da vida partidária:

“Em 1978, após três meses de exercício, verifiquei, na prática, a impossibilidade de ser, em simultâneo, diretor de jornal (para mais de "serviço público"), dirigente partidário e deputado à Assembleia da República.” - escreveu, no artigo acima citado, inserido no jornal Público de 10 de Fevereiro de 2002.

Vindos de um regime de Censura, em que dificilmente podiam assumir a responsabilidade final dos seus atos de comunicação, fortemente influenciados pelas condições de controlo em que até aí tinham trabalhado, os jornalistas portugueses chegam com dezenas de anos de atraso às discussões já comuns nas democracias ocidentais sobre o papel dos meios de comunicação de massa e dos seus profissionais.

Mário Mesquita distingue três fases nos primeiros vinte anos de jornalismo pós-25 de Abril: a primeira, de 1974 a 1976, teria como palavras-chave *"militantes e ideologias"*; a segunda, entre 1976 e 1985, *"porta-vozes e instituições"* e a terceira, entre 1985 e 1995, *"profissionais e mercado"*.

“No período de consolidação das instituições democráticas começam a separar-se os campos e o profissionalismo emerge à tona de água. Nessa fase, muitos jornalistas-partidários (ou "revolucionários") transformam-se em jornalistas-profissionais. (...) O profissionalismo jornalístico, enquanto "ideologia corporativa" dominante, impõe-se após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e, sobretudo, no período dos governos de Cavaco Silva, após o movimento das rádios livres, as reprivatizações de jornais e a abertura da televisão a operadores privados. O

37 Recebeu, em 1987, o prémio Artur Portela, atribuído pela Casa da Imprensa, pela sua carreira profissional e, em 1998, o Prémio Gazeta de Mérito, concedido pelo Clube dos Jornalistas, pelo seu trabalho como Provedor dos Leitores do Diário de Notícias.

acento tónico na ideia da "profissão" ajusta-se a uma maior autonomia (em face do poder político) do "campo mediático". (Mesquita, 2002)

Segundo Jacinto Godinho, um dos primeiros jornalistas portugueses doutorados em Ciências da Comunicação, a Universidade foi, em grande parte, impulsionadora dessa autonomia:

“Estávamos (os estudantes de jornalismo) cheios de prevenção contra o poder político, a história da governamentalização era muito discutida na altura, foi um dos grandes temas de debate nos anos 80, na cena pública portuguesa. A Faculdade deu-nos toda a informação para isso.” (in Andringa, 2011 b: 321)

3.4 Da ideologia ao mercado

Mas quando, em meados da década de 80, os primeiros licenciados em Comunicação em universidades portuguesas chegam às empresas, o paradigma é outro. Com pouco mais de uma dezena de anos em turbulenta liberdade, a imprensa portuguesa recebera o choque da mercadorização da informação.

“Os primeiros alunos credenciados (...) chegaram às empresas jornalísticas a meados da década de 80, em plena coincidência com o ciclo caracterizado pelas privatizações, desregulamentação e introdução de novas tecnologias nos media.” (Mesquita e Ponte, 1997)

Algo para o qual a Universidade não os tinha preparado:

“Nós construímos uma cultura ideológica virada para a demarcação entre o terceiro e o quarto poder e não para os outros poderes. Estamos conscientes e detetamos os sinais das tentativas de influência política, mas não temos defesas para outras influências que, neste momento, são muito mais poderosas e decisivas no deturpar das regras jornalísticas do que a do poder político.” (in Andringa, 2011 b: 318)

A hostilidade pelo modelo público abriu o caminho ao aparecimento de canais de televisão privadas, na esteira de uma Europa onde, na maioria dos países, a televisão começara por ser monopólio de Estado, mas a criação de canais privados surgira como forma de defesa da independência e do pluralismo.

“A ideia principal que prevalece é a de ‘libertar a televisão da política’ e do Estado para a tornar ‘livre’, aparecendo o dinheiro privado como dando maior garantia de liberdade que o dinheiro público. Essa ideia fundadora, evidentemente parcialmente falsa, impôs-se na década 1980-1990. Saturado de discursos, e menos amnésico do que se julga em relação aos múltiplos exemplos de controlo político, o público reclamou imagens, primeiro que tudo imagens, sobretudo imagens. Que fossem públicas ou privadas interessava-lhe pouco. E a hostilidade pelo modelo público traduziu-se numa amnésia em relação aos inconvenientes do dinheiro privado.” (Wolton, 1990)

Em 1992, com a abertura dos canais privados, a RTP passou do regime de monopólio ao regime de concorrência. Até aí sozinha no mercado, a empresa pública teve de confrontar-se com um problema de legitimidade que jamais se lhe colocara: a relação entre o custo que representava para o erário público – e para o cidadão duplamente contribuinte – pelos impostos e pelo pagamento da taxa – e as audiências que agora partilhava com a SIC.

A necessidade de justificação pelas audiências e a luta pelo investimento publicitário tiveram, naturalmente, influência na política empresarial do Serviço Público de Televisão – e a Informação não passou imune por esse processo.

Assim, nos noticiários, os tempos dedicados à contextualização das notícias sofrem uma quebra para cerca de metade em 1992 (Lopes, 1999).

Mas não só. Intervindo num debate organizado pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, Mário Mesquita afirma que RTP parece ter optado por uma estratégia informativa em que “*as motivações de natureza comercial prevalecem sobre quaisquer outras*”, referindo, nomeadamente, “*a tendência do Telejornal para valorizar excessivamente o noticiário de ‘fait-divers’*” e “*a colocação dos programas de debate em horários tardios.*” (Mesquita, 1992)

Acusada de mostrar sistematicamente o “país sentado” – composto de personalidades, sobretudo da esfera política, ouvidas em conferências de Imprensa, seminários ou sessões solenes – e centrado em Lisboa, a RTP confronta-se com uma SIC cuja informação aposta no país “real”, aquele onde as pessoas vivem e sofrem, se queixam, protestam, cometem crimes e são julgadas, esperam vez no tribunal como nos postos médicos e nas urgências hospitalares, uma camada excluída da informação da RTP ao longo da década de 80. Espicaçada, a RTP1 vai, também ela, procurar a notícia na vida quotidiana, nos pequenos grandes dramas que todos os dias sobressaltam a sociedade portuguesa.

A morte ganha, para lá de todo o dever de informação, foros de espetáculo. Assim, a queda do voo Martinair MP495 no aeroporto de Faro, no dia 21 de Dezembro de 1992, que causou 54 mortos e dezenas de feridos, teve direito a 13 peças no Telejornal desse dia, foi destacado a 22, noticiado a 23 e, com a cobertura do funeral das vítimas, atingiu 36’38” de noticiário. (Lopes, *id.*)

Levados pela competição, os jornalistas entram no jogo. Abatem-se as barreiras éticas, como se torna patente em diversos episódios em que há uma gritante ausência de deontologia jornalística, responsabilidade social e até, por vezes, de humanidade. Assim, por exemplo, no caso da queda do voo da Martinair em Faro vimos um jornalista da SIC dirigir-se, de microfone em riste, a uma passageira holandesa que acabava de saber que ficaria tetraplégica e disparar a pergunta “*How are you going to cope with that?*”

O sangue e as lágrimas tornam-se assunto de abertura de noticiários, as câmaras e os microfones passam a entrar nos tribunais, a esperar familiares de doentes e de vítimas de atos de violência. E, em nome do interesse do público mais que no do interesse público, embora escudando-se no direito/dever de informação, nem sempre se detêm – como no exemplo que demos, contrário aos preceito do Código Deontológico que mandam ao jornalista respeitar a privacidade dos cidadãos e proibir-se de perturbar a sua dor³⁸ - nos limites estabelecidos pela ética e pela deontologia.

Essa alteração no panorama televisivo provocou, aliás, uma alteração nas queixas recebidas pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) e nas suas preocupações doutrinárias.

Até então, o principal problema focado fora o do “pluralismo” – ou da sua ausência – levando, aliás, a AACS a promover em Lisboa, em Junho de 1992, um colóquio internacional sobre “O Pluralismo na Comunicação Social”, com a presença de representantes de organismos congéneres e responsáveis dos principais órgãos de informação nacionais, em que o então presidente da Alta Autoridade, Juiz-Conselheiro Pedro Figueiredo Marçal, opusera expressamente “pluralismo” e “monopólio”: *“Pluralismo é diversidade, variedade e abertura, por oposição a monolitismo, unicidade, exclusivo ou monopólio, e que ele (pluralismo) implica livre expressão e debate de opiniões.”*

Mas, um ano depois, em Junho de 1993 – um mês depois da aprovação pelos jornalistas do Código Deontológico da profissão – são os direitos individuais a justificar um seminário da AACS, desta vez no Porto, sobre *“Comunicação Social e Direitos Individuais”*. Razões próximas, a forte presença nos *media* de casos de alegada corrupção ou escândalos envolvendo figuras públicas, o interesse crescente das televisões pelas salas de audiências dos tribunais.

O discurso do Presidente da AACS, marcado por uma cuidadosa utilização das palavras, reflete os que virão a ser *os leitmotiv* do encontro: dúvida de até onde é que *“o louvável propósito e a utilidade de se denunciarem fraudes poderá legitimar que se ponha em causa a presunção de inocência dos arguidos”*, sensacionalismo na divulgação de casos relacionados *“com a vida particular de figuras públicas”*, colisão da liberdade de imprensa com direitos constitucionalmente garantidos, como *“o direito à integridade moral, à*

38 Pontos 8 e 7 do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses aprovado em 1993. (Anexo C)

identidade pessoal, ao bom nome e reputação, à presunção de inocência, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade". Pedro Figueiredo Marçal termina lembrando que a AACCS recomenda isenção e rigor informativo, separação de opinião e notícia, respeito pela presunção de inocência, práticas que *"não são apenas deveres deontológicos dos jornalistas, constituindo pressuposto e essência mesma do direito de informar, visto em si próprio e como reverso do direito de ser informado"*. Sublinha, no entanto, que é lícito aos órgãos de Comunicação Social *"criticar os atos do Poder e o comportamento dos seus agentes"*. (Marçal, 1993)

Outro interveniente, Artur Costa, procurador-geral-adjunto, ligou a (então) novidade que era *"ligar o televisor e deparar-se-nos uma sala de audiências"* à *"encarniçada concorrência entre os diversos órgãos de Comunicação Social, conseqüente à liberalização 'desestatização' do chamado 'sector público'"*, levando os *media* a explorar zonas onde dantes não se aventuravam. E inventariou o que considerou serem *"atropelos"* por parte dos órgãos de comunicação social, da *"exibição das vítimas"* a imagens do arguido, algemado, alterações fisionómicas no decurso das audiências, ou a reações dos familiares, terminando por referir algo que se tornara uma constante nos noticiários televisivos: *"a cólera da população que exige do tribunal justiça grossa, brandida com mão de ferro."* (Costa, 1993)

Na mesma sessão, o docente universitário Nuno de Sousa, falando sobre *"Liberdade de Informação, Verdade Jornalística e Proteção dos Direitos dos Cidadãos"*, defendeu que o âmbito privado das personalidades públicas é menor que o dos simples particulares e que a ingerência jornalística na sua esfera privada poderá ser legítima se o facto revelado for verdadeiro e de interesse público.

Sinal dos tempos, o Código Deontológico aprovado pelos jornalistas em 4 de Maio desse mesmo ano (1993) cuida, nos seus 10 pontos, de muitas das questões abordadas no Colóquio promovido pela AACCS. Assim, no ponto 2 recomenda-se o combate ao sensacionalismo e considera-se a acusação sem provas uma grave falta profissional, enquanto no ponto 7 se proclama o dever de *"salvaguardar a presunção dos cidadãos deve ser respeitada "exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende"*. E, como numa resposta antecipada à referência do procurador-geral adjunto sobre *"a cólera da população que exige do tribunal justiça grossa"*, o Código declara que o jornalista se obriga, antes de

recolher declarações e imagens, “*a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas*”.

Atender à serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas?

À medida que cresce a concorrência entre as cadeias televisivas, sucedem-se os casos de clara violação destes preceitos. A pergunta à holandesa ferida no acidente de Faro não foi o único caso de insensibilidade. A uma mulher cujos dois filhos tinham morrido num incêndio enquanto via a telenovela em casa de uma vizinha, uma jornalista da RTP perguntou: “*Não se sente culpada pela morte dos seus filhos?*”

Com a simultaneidade dos telejornais das três cadeias generalistas, a partir de 2000, a luta pelas audiências provoca profundas alterações no Telejornal: desrespeito pela duração habitual de 30 minutos, passando a estender-se ao sabor das conveniências da contra-programação; alteração do alinhamento, rompendo o esquema tradicional de blocos temáticos – normalmente encabeçados pela política nacional – e distribuindo as notícias suscetíveis de despertar maior interesse do público por diversas fases do noticiário, anunciando-as desde o início; tabloidização da informação, cada vez mais sangrenta e desviante; aumento dos diretos, independentemente da importância ou necessidade dos mesmos; crescente recurso ao infografismo. É o que se pode resumir como a lógica do *infotainment* a sobrepor-se à da informação. Tal como a identificaram outros autores, noutros países.

Bruce Williams e Michael Carpini, analisando a situação nos Estados Unidos da América na sequência do caso Lewinsky, escreveram que “*as alterações no ambiente dos media erodiu a sempre difícil distinção entre informação e entretenimento*”, sugerindo que “*dessa erosão resultou o colapso da função de gatekeeping, alterando os pressupostos das elites, cidadãos e académicos em relação ao papel dos media numa sociedade democrática*”. (2000)

Os dois autores fazem referência à “*teoria da responsabilidade social dos media*”, formulada por Theodore Peterson, que previa a clara separação de informação e entretenimento, bem como entre as elites mediáticas e políticas e um público formado por consumidores de informação, passivos e facilmente manipuláveis, cabendo às primeiras a função de *gatekeeping*, em nome do interesse público na construção da realidade política e social. (Peterson, 1956)

Professor da Universidade Complutense, também Juan Barroso Garcia, em artigo publicado na revista Caleidoscópio, aponta alterações muito semelhantes às verificadas em Portugal nos serviços informativos das televisões espanholas. (2001)

Essas alterações estariam ligadas ao irromper da Neo-Televisão, de que uma das características seria a perda do interesse pela informação sobre as questões de interesse público, política e economia. (Casetti e Odin, 1991)

Citando Imbert, Barroso Garcia lembra que *“ao mesmo tempo que isto acontece, cresce, em troca, o interesse por um outro tipo de atualidade: a atualidade rosa (bisbilhote), atualidade negra (vinculada aos acontecimentos), atualidade amarela (escândalos, notícias sensacionalistas) e, em geral, por tudo o que representa o lado humano da atualidade, na sua dimensão individual e emotiva, e por tudo quanto remete para o micro-social.”* (Imbert, 1999, *apud* Garcia, 2001)

Tendo como objetivo *“provocar uma agitação emocional, uma surpresa, um choque especulando sobre o voyeurismo do espectador”* (Jespers, 1998), a Neo-Televisão seria assim uma televisão emotiva, centrada na esfera privada e afetiva, em contraponto à Paleo-Televisão, didática e centrada na esfera pública e racional. A televisão deixa de ser “de mensagem” para se tornar “de relação”, passando de “janela” a “espelho” (Mehl, *apud* Jespers, 1998: 73) e seguindo, *“de forma mais ou menos aberta os gostos mórbidos do público, a pulsão da morte, trazida à luz pela psicanálise, dando lugar a cenas sangrentas e violentas”*. (Jespers, *ibid.*:73)

A concorrência entre canais, espelhada na informação, perturbou profundamente alguns telespectadores. Pude aperceber-me dessa perturbação enquanto presidente da Direção do Sindicato dos Jornalistas. Por mais de uma vez, ouvi protestos contra a atuação de jornalistas. Guardei dois casos na memória: o telefonema de um médico de Coimbra, que me disse: *“Eu sou anti-fascista, estive nas lutas estudantis, odiava a Censura – mas agora há dias em que estou a ver os telejornais e penso que era preciso instituí-la outra vez”* e o de um biólogo que entrou pelo Sindicato pedindo para me falar e perguntou: *“Não é possível pedir aos jornalistas que todos os dias deem uma notícia positiva? São só tragédias, crimes, desgraças... Já não se pode suportar. De certeza que também há coisas positivas, avanços da*

*Ciência, descobertas da Medicina... Por favor peça aos seus colegas que façam esse esforço de todos os dias darem uma boa notícia!”*³⁹

Confrontada com o fim do monopólio, obrigada à concorrência, a RTP descobre que a tragédia garante audiências. Analisando 182 jornais televisivos dos três canais generalistas entre 4 de Setembro de 2000 e 4 de Março de 2001, Nuno Goulart Brandão (2002) conclui que, no que respeita aos temas nacionais, a categoria temática “*acidentes e catástrofes*” é a que mais vezes abre os noticiários televisivos: na RTP1: 30 vezes em 147 telejornais (20,41%), ex-áqueo com “Estado”; na SIC, “acidentes e catástrofes” (de âmbito nacional) garante a abertura em 31 de 147 jornais (21,09%), a larga distância da segunda categoria, “problemas sociais” (13,61%); na TVI a temática: “acidentes e catástrofes” (*id.*) faz a abertura em 29 de 165 jornais (17,58%) seguida de “problemas sociais” (15,76%). É “o espetáculo das notícias”, como lhe chamou Brandão (*id.*), que se integra perfeitamente na nova face do audiovisual português, que Nelson Traquina (1997) batizara de “*Big Show Media*”.

As portas dos tribunais tornaram-se paisagem frequente nas notícias televisivas, com os jornalistas a recolherem, gulosos, os palpites dos curiosos e os protestos dos familiares de vítimas, naturalmente sempre insatisfeitos com as sentenças dos tribunais.

Dando razão a Pierre Mannoni quando escreve que “*tudo se resume, para os media, e praticamente seja qual for o assunto abordado (política, ciência, técnica, social), em montar um espetáculo, com tudo o que isso implica de encenação, dramatização, ressonâncias, suspense, jogo com silhuetas familiares, ou, pelo contrário, surpreendentes*” (Mannoni, 1987)

A alínea 4 do artigo 31º da Lei de Imprensa⁴⁰ ajuda a que os jornalistas não sintam qualquer responsabilidade pelas frases proferidas por qualquer cidadão exaltado. Basta que este esteja devidamente identificado para que não haja responsabilidade do autor da notícia, ainda que tenha sido este a pedir o comentário e a transformar um desabafo irado dito num

39 O sentido das frases foi aquele que descrevo, mas não posso garantir que tenham sido ditas exatamente assim. Reproduzo de memória.

40 “*Tratando-se de declarações corretamente reproduzidas, prestadas por pessoas devidamente identificadas, só estas podem ser responsabilizadas, a menos que o seu teor constitua instigação à prática de um crime.*”
Acessível em <http://www.gmcs.pt/index.php?op=fs&cid=88>

grupo de algumas dezenas de pessoas num apelo à vingança transmitido para milhares (ou mesmo milhões) de pessoas.

Theodore Glasser (1984) constata o mesmo resultado com a defesa da objetividade como um conjunto de rotinas – citar corretamente, ouvir as diversas partes, separar “factos” e “opiniões”. Analisando uma decisão de um tribunal federal, que estatuiu que “*o interesse do público em ser bem informado*” exige que a imprensa possa relatar acusações com valor noticioso, “*sem assumir a responsabilidade por elas*”, conclui que “*há uma tensão básica entre objetividade e responsabilidade*” e que “*o relato objetivo impede o relato responsável, se por isso entendermos o desejo do repórter de ter de prestar contas pelo que reporta*”. E cita uma frase de Walter Cronkite, um dos mais célebres jornalistas da televisão norte-americana: “*Não penso que devemos preocupar-nos com qual o efeito moral, político, social ou económico do nosso trabalho. Eu digo vamos continuar a reportar – e que as balas caiam onde tiver de ser.*”⁴¹ (apud Glasser, 1984)

Uma frase que ecoa a de Judite de Sousa, quando inquirida sobre se a preocupam os efeitos do seu trabalho:

“Obviamente que não deixo de pensar nas consequências que um determinado tipo de trabalho pode ter, mas não sacrifico isso à natureza do próprio trabalho. Se fizermos um ranking de prioridades, em primeiro lugar colocaria sempre a importância do assunto e procurava e procuro responder a esta pergunta: “Estamos perante uma notícia ou não?” E esta é a primeira preocupação. Se, objetivamente, perceber que estamos perante um acontecimento que não pode deixar de ser noticiado, então aí a opção é seguir em frente – e as consequências, meu amigo, sejam elas as que forem. Não faço uma inversão de valores.” (in Andringa, 2011f: 616)

O caso de Manuel Subtil, o homem que se barricou numa casa de banho do rés-do-chão do edifício da RTP a 4 de Janeiro de 2001, a queda da ponte Hintze Ribeiro, em Entre os Rios, a 4 de Março de 2001, o caso Casa Pia, vindo a público em Setembro de 2002, o pseudo-arrastão de Carcavelos (ou seja, as notícias, que vieram a verificar-se falsas, sobre um roubo perpetrado por cinco centenas de jovens numa praia dos arredores de Lisboa), em 10 de Junho de 2005, estão na memória de muitos como demonstração da cedência do rigor perante o espetáculo da informação e também do desinteresse pelos efeitos do trabalho efetuado, uma

41 “*I don’t think it is any of our businesses what the moral, political, social or economic effect of our reporting is. I say ‘Let’s go with the job of reporting – and let the chips fall where they may’.*”

vez dadas por cumpridas as rotinas profissionais. Em nenhum desses casos a RTP não se mostrou diferente das suas congêneres privadas. Mais uma razão para que me interesse compreender se é possível conjugar serviço público e luta pelas audiências.

Os casos Subtil e Arrastão, que tratei criticamente como jornalista, estarão, aliás, entre o material empírico da minha investigação.

4. METODOLOGIA

4.1 Objetivos

No projeto de dissertação apresentado em 2005, no segundo ano do Curso Doutora em Sociologia, sobre Profissionalismo e Responsabilidade social dos Jornalistas do Serviço Público de Televisão, coloquei o meu trabalho no âmbito da *descrição*, esperando, através dele, poder chegar a um *modelo* de como os jornalistas da televisão pública portuguesa, RTP, encaram o exercício da sua profissão e a sua relação com a sociedade em que se inserem – redação e correspondente hierarquia; fontes; público – nomeadamente em termos de uma eventual oposição dos critérios de “responsabilidade social” e “profissionalismo”, bem como de constrangimentos vividos.

Avançava, para tal, algumas questões orientadoras da investigação:

- a) teriam ou não os jornalistas da RTP consciência de participar na produção e reprodução de relações de poder (Heikkila e Kunelius, 2002)?
- b) ver-se-iam como atores capazes de responsabilidade própria e de intencionalidade ou como recursos funcionais do sistema (Parker, 2000), limitados a cumprir o papel que este lhes reserva?
- c) como se articulariam, no seu quotidiano, autonomia e constrangimentos?

Tendo em conta que as diferenças entre a RTP monopolista do final dos anos 70, quando ali começara a trabalhar, e o contexto de concorrência em que se processa a sua atividade desde o aparecimento dos canais privados, em 1992, teriam provocado alterações no *habitus* (Bourdieu, 2002: 163, 166) acrescentei mais tarde a estas questões duas outras:

- d) estando a RTP obrigada, por um lado, a fazer Serviço Público e, por outro, a garantir audiências – que não só atraíam investimento publicitário mas de algum modo legitimem a sua existência – ter-se-á alterado a noção de responsabilidade social dos jornalistas da televisão pública? Se a resposta for afirmativa, em que sentido se deu essa alteração?
- e) nas novas condições, mantiveram-se ou alteraram-se os constrangimentos à sua atividade?

e, finalmente, a questão essencial que determina a minha investigação:

- f) terão ou não os jornalistas do Serviço Público de Televisão possibilidade de agir com responsabilidade social no quadro de concorrência com as estações privadas?

4.2 Estratégia metodológica

As respostas às perguntas que formulava exigiam o estabelecimento de uma estratégia metodológica que me permitisse identificar, descrever e compreender qual a linha editorial em vigor na Direção de Informação da RTP e a forma como os jornalistas a aplicavam no seu dia-a-dia.

A consulta de documentos como a Constituição da República Portuguesa [2005 (1976)], o Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão (25-03-2008)⁴² ou o organograma da Direção de Informação (no Anexo D) permitia-me estabelecer o quadro em que se movem os jornalistas da RTP, mas seria manifestamente insuficiente para compreender a forma, muitas vezes inconsciente, como estes integram na sua conduta valores e modos de agir inculcados pela sua inserção na estrutura, bem como pela sua situação laboral. (Friedberg, 1995)

Segundo Soloski [1993], o facto de os jornalistas trabalharem muitas vezes fora da redação e a velocidade necessária à produção e difusão de informação dificultam o controlo hierárquico do seu trabalho, confiando as organizações jornalísticas na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para garantir a conformidade da sua ação com as orientações da empresa.

Através da minha própria experiência, pudera observar como ambas se articulavam para que um jornalista, vindo de uma empresa com uma determinada linha editorial, se integrasse na orientação de uma outra empresa. Recordo, entre outras, uma discussão no Diário de Lisboa (DL) na breve fase em que ali estive como adjunta de Mário Mesquita, com o chefe de redação, Acácio Barradas, vindo do Diário Popular (DP), sobre a conformidade ou não com a linha do DL de publicar na primeira página uma enorme fotografia de Tina Turner, que teria lugar garantido na primeira página do DP...

Conhecia, também, o subtil sistema de recompensa e punição usado para moldar os jornalistas que mostravam maior resistência a aceitar normas internas que entravam em conflito com a sua ética profissional.

42 Acessível em

<http://www.erc.pt/documentos/legislacao/site/ContratoConcessaoServicoPublicodeTv.pdf>

A mudança da situação de monopólio para a de concorrência e a luta da RTP para travar a diminuição de audiências tinha, no entanto, provocado alterações na linha editorial e poderia tê-las provocado também nas formas de controlo e na cultura da redação.

Conforme atrás referi, entre 1988 e 1992 – ano da abertura do primeiro canal privado de televisão, SIC – o tempo concedido ao *Estado* no Telejornal diminuiu de uma hora, enquanto o tempo dedicado às notícias de *casos pessoais* e *vida quotidiana* aumentava, no mesmo período, de 15 e 30 minutos, respetivamente, para uma hora, e os tempos dedicados à contextualização das notícias sofriam uma quebra para cerca de metade. (Lopes, 1999).

Tendo vivido no Telejornal, como jornalista, o período de competição entre os principais serviços de notícias dos dois canais da mesma empresa pública [Telejornal (RTP) e Informação 2 (RTP2)] e testemunhado (embora com alguma distância, dado ter sido responsável apenas pela Informação não-diária) numa fase posterior, a grande preocupação dos responsáveis do Telejornal com as audiências, devido à competição com o Jornal da Noite (SIC) e Jornal das 8 (TVI), pretendia verificar eventuais alterações na forma de pensar e agir dos jornalistas, ou seja, no *habitus* (Bourdieu, 2002) e analisar uma potencial associação entre essas alterações e aquelas verificadas no principal noticiário da RTP.

A minha pesquisa teria de ter em conta dois factos contraditórios: o meu conhecimento do trabalho dos jornalistas do Telejornal numa época (1978-1986) em que a RTP detinha o monopólio da televisão em Portugal, sendo a única competição com o Jornal 2, da mesma empresa, e não se colocando nenhum problema de audiências, e o meu desconhecimento desse trabalho numa situação de concorrência com estações privadas, a partir de 1992. E se a experiência de oito anos de Telejornal me permitia provavelmente apreender mais rapidamente as diferenças entre uma e outra época, já para apreender as formas de pensar das novas gerações de jornalistas me parecia necessária uma observação prolongada no terreno que me permitisse ouvir esses jornalistas, mas também ver e verificar a sua prática. Limitar-me a recolher as suas opiniões sobre o seu trabalho através da aplicação de um questionário correria o risco de enviesamento por um efeito de deseabilidade social que o facto de eu, investigadora, ser também jornalista e antiga dirigente sindical, poderia acentuar.

Sabendo, por experiência própria, a pertinência da frase de Bourdieu – “*o jornalista é uma entidade abstrata, que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo,*

a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio” (1996:22) - considere que a metodologia a escolher teria de possibilitar o estudo das disposições dos jornalistas – o *habitus* – para compreender como se articula a individualidade de cada um com a estrutura organizacional, já que é dessa articulação que resulta o produto final.

De novo Bourdieu: *“os homens e as mulheres têm a sua responsabilidade, mas são grandemente definidos, nas suas possibilidades e impossibilidades, pela estrutura em que estão colocados e pela posição que ocupam nessa estrutura”* (id. 62)

Para concretizar os objetivos da minha investigação, necessitava, pois, de uma metodologia que me permitisse aceder à posição e significações individuais e à forma como percebem o contexto em que trabalham e eventuais influências desse meio na sua ação.

O indicado seria, portanto, recorrer a uma metodologia qualitativa – em que, diz Becker, o investigador estuda *“pessoas fazendo coisas juntas nos lugares onde essas coisas são feitas”* (1986, ap. Denzin & Lincoln, 2002:24). O mesmo é dizer uma metodologia de tipo etnográfico, que observa os fenómenos no seu ambiente natural e tenta interpretá-los à luz dos significados que os atores lhes atribuem.

Traquina (1993) refere, aliás, que muitos dos estudos sobre a produção noticiosa recorrem à abordagem etnometodológica e cita Schlesinger (1980) que defende que essa abordagem *“permite uma observação teoricamente mais informada sobre as ideologias e as verdadeiras práticas sociais que constituem a produção cultural”* (in Traquina, 1993:137).

Também Érik Neveu escreve que *“compreender o trabalho dos jornalistas é, primeiro que tudo, vê-los em ação, nas salas e reuniões de redação, nas entrevistas, na busca de imagens, na escolha das notícias de agência e comunicados”* (Neveu, 2001:6).

A pesquisa qualitativa recorre a diversos materiais empíricos – observação, entrevistas, histórias de vida, casos de estudo, histórias de vida – que descrevem quer rotinas, quer momentos problemáticos e significantes na vida dos indivíduos estudados.

Mas não apenas dos indivíduos estudados: *“em muitas pesquisas qualitativas, o investigador é o primeiro instrumento de recolha de dados (...) Todo o investigador tem uma biografia que se torna um elemento e um aspeto da recolha e análise de dados.”* (Ragin, Nagel, White, 2004).

O facto de a pesquisa qualitativa implicar normalmente a utilização de diversos métodos pode ser visto como uma estratégia que acrescenta rigor, profundidade e complexidade à investigação (Flick, 1998, *ap.* Denzin & Lincoln, 2000:5).

É aliás frequente, quando se utiliza uma metodologia qualitativa, não haver uma separação clara entre recolha e análise dos materiais: o investigador analisa o material empírico à medida que o recolhe e parte daí para nova recolha, o que torna por vezes difícil estabelecer um plano prévio, anterior à ida para o terreno. A escolha dos métodos a empregar pode não ser feita a-priori: a escolha dos procedimentos depende das questões levantadas e essas dependem do contexto (Nelson et al, 1992, *ap.* Denzin & Lincoln, 2000: 4).

Foi o que se passou com a minha pesquisa.

Ao apresentar o meu projeto, preparei uma primeira estratégia metodológica⁴³ que integrava um período de observação participante e a realização de **entrevistas semi-diretivas** que me permitissem conhecer e compreender o *habitus* de dois diferentes grupos de jornalistas, um deles formado por profissionais que tivessem trabalhado na RTP entre 1978 (criação da concorrência interna entre a informação dos dois canais da RTP) e 1992, e o outro por profissionais entrados posteriormente à abertura das televisões privadas, em 1992, ou imediatamente antes, mas após a alteração legislativa que permitiu a criação de canais privados de televisão (Lei nº 58/90 de 7 de Setembro, sobre o Regime da Atividade da Televisão).

A comparação entre os discursos e as práticas dos jornalistas dos dois grupos permitir-me-ia, pensava, verificar as eventuais diferenças entre os conceitos de profissionalismo e responsabilidade social numa época em que a concorrência era interna, não ameaçando a sobrevivência da empresa, que mantinha o seu monopólio, e em que a competição entre Telejornal e Jornal 2 se dava, sobretudo, em relação ao tratamento noticioso dos acontecimentos da esfera política, e na atual, em que a concorrência é externa e põe em causa a sobrevivência económica da empresa, obrigando-a à disputa de audiências – quer para legitimar a sua existência, quer para garantir parte do seu financiamento pela publicidade – com a correlativa mercadorização da informação.

43 Como explico adiante, a realidade levou-me a algumas alterações nessa estratégia.

Não se tratava, no entanto, de uma estratégia fechada. Admitia que o período de observação viesse a revelar-me aspetos que me abriam novos caminhos de investigação e, também, que a minha própria experiência enquanto jornalista na RTP pudesse a qualquer momento fornecer dados para a minha investigação.

Se ao apresentar o meu projeto, tendo presente a existência de estudos anteriores sobre a informação produzida pela RTP – como os de Felisbela Lopes (1999), Eduardo Cintra Torres (1998) e Nuno Brandão (2002) – considerei que importava analisar as condições de produção que determinavam esse produto final, logo no início da minha observação entendi que, para a resposta às perguntas que formulara, me era necessário estudar simultaneamente o *modus operandi* – as condições de produção – e o *opus operatum* – o produto final com que se defrontam os telespectadores (Bourdieu, 2002:135).

A análise do produto final visava também diminuir o risco de subjetividade. Tinha bem presentes os alertas de Eco quanto aos riscos de trabalhar sobre uma realidade que nos é próxima (1988) e a advertência de Bourdieu de que “*a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência*” (Bourdieu et al, 2010: 23).

Consciente portanto da necessidade de “vigilância epistemológica”, fui-me apercebendo ao longo do tempo de trabalho de que seria impossível abstrair-me da minha condição de antiga jornalista na RTP, já que os jornalistas que observava não o faziam, fosse quando me explicavam as diferenças tecnológicas e organizativas introduzidas desde então, fosse quando discutíamos problemas éticos ou desabafavam sobre questões laborais – o que aliás se verificou de uma grande riqueza, já que nessas conversas informais, *off the record*, me surgiram pistas de observação que não teria logrado apreender pela simples observação ou mesmo pelas entrevistas semi-estruturadas. Um caso exemplar foi a gestão da produtividade pelo Gabinete de Qualidade, de que falarei mais adiante.

Optei, portanto, por tornar essa situação transparente, incorporando-a quer nas notas do **Diário de Campo** quer na escrita do relatório final, explicitando, a par da apresentação de resultados, os procedimentos seguidos.

Acredito que, fazendo-o, o facto de ser “*insider*”, longe de ser um problema, pode tornar-se uma vantagem (Madden, 2011) e que a validade da pesquisa decorre dessa

transparência e não de uma distanciação artificial (e inatingível) que fingisse ignorar que, em Ciências Humanas, nenhuma observação pode ser repetida, já que depende do olhar de quem observa e das circunstâncias, sempre mutáveis, em que decorre a observação. Até porque, lembra Bakhtine, “*o objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante [e] esse ser nunca coincide consigo mesmo, e é portanto inesgotável no seu sentido e no seu significado.*” Nem que seja porque – ainda Bakhtine – “*nenhum enunciado pode ser atribuído apenas ao locutor: é o produto da interação dos interlocutores e, de forma mais ampla, o produto de toda essa situação social complexa, na qual surgiu.*” (apud Todorov, 1981: 41, 50).

Estaria, com essa reflexão, apenas a querer defender-me, tanto mais que tornara sempre claro que o que pretendia era usar os instrumentos da teoria para pensar sobre o que fora, afinal, a minha prática? Talvez. Mas não posso deixar de pensar que a reflexão sobre essa prática, ao longo dos 23 anos de exercício da profissão na RTP, expressa em programas, artigos ou intervenções e, finalmente, em trabalho académico, tem alguma semelhança com uma investigação conduzida no modelo da “*grounded theory*” [Glaser & Strauss, 1967; Charmaz, 2009 (2006)], fundando a teoria nos dados recolhidos no terreno, partindo do terreno para a ele voltar com novas interrogações. Tal como o envolvimento em estruturas onde a prática do jornalismo e a produção noticiosa eram analisadas e discutidas se aproximava da “*participatory action research*” (“investigação/ação”), (Kemmis & McTaggart, 2000), e a experiência recolhida ao longo dos anos de trabalho me permitia salientar as discrepâncias entre as prescrições normativas e a prática quotidiana, como o fizeram os investigadores da Escola de Antropologia Social de Manchester, aplicando a metodologia a que deram o nome de “*extended case method*” (Burawoy, 1998).

Relendo, de novo, Bourdieu, admiti que o exercício da reflexividade e a informação sobre os métodos utilizados me permitia assumir-me como aquilo que realmente sou, em relação ao meu objeto de estudo: uma “*insider*”. Mas não fora essa ligação entre “*insiders*” e “*outsiders*” uma mais-valia no trabalho efetuado no projeto “Perfil do Jornalista” (Rebelo, 2011:11-37), nomeadamente permitindo que as entrevistas não-diretivas efetuadas se transformassem em entrevistas interativas (Ellis, Adams & Bochner, 2010)? Não instava Merton (1972) à unidade de “*insiders*” e “*outsiders*” no domínio do conhecimento, explicando que tinham mais a ganhar do que a perder, fazendo-o?

Acrescentei, pois, mais uma vertente à minha estratégia metodológica: a **auto etnografia**, designação cunhada por David Hayano em relação aos estudos culturais levados a cabo por antropologistas entre “os seus”, em que o investigador é um “*insider*”, por ser “nativo”, por ter adquirido relações de familiaridade com o grupo ou por este o ter aceitado como membro (*apud* Denzin e Lincoln, 2000. 739)

Finalmente não posso deixar de referir que – como provavelmente acontece em muitas outras investigações – o momento da escrita correspondeu também a um momento de investigação.

Depois de um período de total incapacidade de escrita, em que pus por mais de uma vez a hipótese de abandonar o projeto de doutoramento, por me parecer que tudo o que recolhera não correspondia àquilo que me parecia realmente importante, decidi pura e simplesmente começar pelo princípio: afinal, como é que me metera nesta aventura? E porquê?

A partir daí novas pistas começaram a surgir, novas inquietações, novas perguntas. Novas propostas metodológicas. Atrevi-me a trazer para o texto acontecimentos e **casos de estudo** que pareciam estar fora da economia do texto – como os casos Ana Maria, Subtil, Arrastão, apresentados adiante – mas que eram uma das razões desta investigação. A recorrer a abordagens metodológicas em que não pensara, antes de começar a investigação.

Investigação que, de algum modo, se prolongou pela própria fase de escrita da dissertação, quer porque algum material recolhido abria novas interrogações, quer pela necessidade de encontrar a forma de escrita que, sem fugir ao rigor necessário, me permitisse explicitar a complexidade da relação investigadora-sujeitos-objeto de estudo. Tarefa nem sempre fácil e, provavelmente, “desconseguida”, mas indispensável, já que, como recorda Laurel Richardson, *a forma como é esperado que escrevamos afeta aquilo que podemos escrever* (*in* Denzin and Lincoln, 2000: 927).

E aquilo que eu queria escrever, aquilo que queria analisar, era a capacidade de agência dos jornalistas da RTP, entre a responsabilidade social e o profissionalismo, tendo em conta as condições de produção e, também, aquilo que produzem – e que tem reflexos na forma como os telespectadores interpretam a realidade social em que estão inseridos.

E porque o essencial no trabalho dos jornalistas é aquilo que chega ao público e é na receção pelo público que se concretiza – que o *opus operans* se transforma em *opus operatum* – já no terreno acrescentei aos métodos de inquérito que escolhera para estudar o *modus operandi* – a **observação participante** e a **entrevista semi-diretiva** – a **análise dos telejornais** emitidos durante o mês que antecedeu a realização do referendo sobre a Interrupção Voluntária de Gravidez, bem como do **correio do Provedor do Telespectador**, mostrando o modo como o trabalho final dos jornalistas da RTP – e a sua responsabilidade social – são avaliados pelos telespectadores.

4.3 Métodos

a) A observação participante

De acordo com a estratégia metodológica traçada, escolhi para a minha investigação, como procedimentos de partida, a observação participante e a realização de entrevistas semi-diretivas.

Com raízes na Antropologia, a observação participante é um dos métodos tidos por mais apropriados para apreender o funcionamento de uma organização (Becker, 1958) ou a cultura de um grupo e a forma como essa cultura simultaneamente dita a sua prática e decorre desta.

Neste tipo de observação, a análise faz-se “*segundo um modo sequencial*”, visto que começa a ser feita ainda durante a recolha de dados, orientando normalmente recolhas suplementares de informação, mas só depois de terminada a presença no terreno se pode “*arriscar uma análise*” completa e definitiva [Becker, 1958].

Durante o período de observação, normalmente longo, o investigador recolhe dados participando na vida quotidiana ou do grupo que estuda. Observa as situações, os comportamentos e tenta compreender, conversando com os membros do grupo, o significado daquilo que observou.

Vivendo de alguma forma imerso no grupo ou organização que se pretende estudar, o observador deve criar relações nessa comunidade, aprender a agir da forma menos intrusiva possível – e, ainda assim, ser capaz da distanciação suficiente para registar, todos os dias, as suas observações.

b) O diário de campo

Daí decorre a necessidade de um outro instrumento, o “diário de campo”, onde deve tomar nota dessas observações. Esse “diário de campo” pode ser um caderno, um gravador, uma câmara de vídeo, um computador, desde que sirva o fim em vista.

A minha experiência como repórter de televisão demonstrou-me que a utilização de câmaras de vídeo tende a inibir os observados e a provocar alterações no seu modo de atuação.

Menos intrusivo, o gravador podia ser de grande utilidade para registar as minhas observações, mas o seu manuseio junto a jornalistas tenderia, igualmente, a alterar a forma como se exprimiam.

E estando sentada na redação, com acesso a um dos computadores desta, pareceu-me que a utilização de um portátil acentuaria o fator “observação” em detrimento do lado “participante”.

Optei, pois, pela utilização de um caderno – o tipo de instrumento de trabalho que é comum ver-se ao lado dos computadores, nas mesas de trabalho de uma redação.

Usei-o para anotações no decurso das reuniões de alinhamento, em que estava claramente estabelecido o meu papel, mas optei por só escrever outros dados de observação à noite, depois de sair da redação, por considerar que poderia ser constrangedor para os membros do grupo verem-me tomar notas depois de uma conversa informal, feita em condições de confidencialidade.

Devo salientar que essa opção veio a originar alguns problemas, já que, muitas vezes, preferia escrever depois em computador, o que levou a que houvesse informações escritas no caderno que não estavam no diário em computador e vice-versa, obrigando-me a um trabalho de compilação e verificação no final do período de observação.

c) As entrevistas semi-diretivas

Tal como a observação participante, também as entrevistas semi-diretivas são tidas como um instrumento adequado para “*delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo*” (Albarello, 1997:89).

Desde os finais do século XIX que a entrevista semi-diretiva é usada em Antropologia e Sociologia. O precursor terá sido Charles Booth, que, em 1886, as utilizou em conjunto com a observação participante e entrevistas diretivas, a fim de estudar as condições económicas e

sociais da população de Londres⁴⁴. O método viria a ser seguido em 1889 nos Estados Unidos, por W.E.B. Du Bois, para estudar a população negra de Filadélfia (*apud* Denzin e Lincoln, 2000: 647), passando a ser largamente usado em investigações sobre comunidades.

Permitindo ao entrevistado “*expressar a própria “realidade” na sua linguagem, com as suas características conceptuais e os seus quadros de referência*”, evitando intervenções “*autoritárias*” em que “*o entrevistador impõe as suas categorias mentais*” (Quivy e Campenhout, 1998), este tipo de entrevistas permite tratar a interiorização pelo indivíduo das normas sociais, detetando nos discursos não só as opiniões, mas traços de personalidade que escapam, por vezes, aos seus detentores (Adorno, *ap* Ruquoy, 1997:91).

A entrevista **semi-diretiva** em investigação social viria ainda desenvolver-se nos Estados Unidos sob a influência da psicossociologia, adaptando o modelo da entrevista terapêutica, não-diretiva – “*terapia centrada no cliente*” – de Carl Rogers (*ibid.*) e sofrendo, naturalmente, alguns ajustamentos, desde logo porque naquela é o paciente quem procura o terapeuta e quem decide o objetivo da entrevista e na entrevista de investigação social é o investigador que procura o informador e fixa o objetivo da entrevista – à qual fará assim mais sentido considerar **semi-diretiva**.

Mas, embora determinando os temas das conversas e evitando que os seus interlocutores se percam em assuntos alheios a esses temas, o investigador faz o mínimo de perguntas, deixando aos entrevistados a liberdade das suas próprias associações e reflexões, até porque a experiência prova que, quanto mais livre se sente o entrevistado e menos forçado a responder a perguntas que, prosseguindo o raciocínio do investigador, interrompem o seu, mais rapidamente passa a revelar o seu pensamento profundo. E é esse o objetivo deste tipo de entrevista sociológica: “*fazer assumir pela pessoa entrevistada o papel de explicação habitualmente detido pelo investigador, que neste caso desempenha apenas um papel de facilitação e de apoio*” (Michelat, 1975:pp 229-247).

No meu projeto inicial, essas entrevistas teriam lugar após esse período na redação de Lisboa do serviço público de televisão, devendo a observação participante enriquecer o “*guião solto*” das entrevistas semi-diretivas, nomeadamente permitindo-me identificar melhor o que, no entrevistado, correspondia a valores adquiridos antes da sua entrada para a RTP, e o que

47 Os resultados desse trabalho cujos resultados vieram a ser publicados em 1902, sob o título “*Life and Labour of the People in London*”

era influenciado por uma “cultura de empresa”, uma vez que cada pessoa reflete os modelos culturais da sociedade a que pertence, “*sentindo-os*” mais do que “*conhecendo-os*”, e os aplica “*sem os poder descrever conscientemente.*” (Sapir, *apud* Michelat, 1975 : 234)

Estes eram os procedimentos que pretendia utilizar quando apresentei o meu projeto. As circunstâncias obrigaram-me a equacionar novos procedimentos.

O ano e meio de espera a que fui sujeita pela RTP antes de ali poder efetuar a observação participante fez com que tivesse de alterar o projeto, devido à saída da empresa da maioria dos jornalistas de um dos grupos que pretendia estudar – aquele entrado entre 1978 e 1992. Gorava-se assim a ideia de estabelecer comparações entre os valores dos dois grupos, obrigando-me a uma adaptação do projeto à realidade que se me apresentava.

Por outro lado, durante esse período de espera participei no Projeto Perfil Sociológico do Jornalista Português⁴⁵, coordenado por José Rebelo, que me permitiu a realização de entrevistas não-diretivas com seis jornalistas que tinham passado, ou ainda se encontravam, na RTP. E, embora feitas noutra âmbito, com um critério de escolha⁴⁶ não totalmente coincidente com o que inicialmente me propusera, entendi incorporar essas entrevistas na minha investigação, tanto mais que, para lá das seis que eu própria efetuara – e dado o carácter coletivo do projeto do Perfil – podia utilizar as dos restantes entrevistados, entre os quais nove tinham também passado pela RTP. (Anexo H)

O trabalho de campo viria a provocar outras alterações. Tornou-se-me rapidamente evidente que, dados os ritmos de trabalho, por um lado, e alguma reserva em fazer declarações identificáveis no âmbito da minha investigação, por outro, não seria possível levar a cabo novas entrevistas, do tipo das realizadas para o Perfil.

45 Projeto Perfil Sociológico do Jornalista Português (POCTI/COM/58978/2004), daqui por diante referido simplesmente como “Perfil”.

46 Sobre o critério que presidiu à escolha dos entrevistados, ver Rebelo, José (org.), 2011, *Ser jornalista em Portugal perfis sociológicos*, Gradiva, Lisboa, p. 15

d) Questionários

Optei, portanto, pela realização de um questionário mais curto e centrado nos temas da minha investigação, a aplicar aos jornalistas da redação de Lisboa da RTP, uma escolha justificada não apenas pela facilidade de acesso, mas também por ser aquela que maior contribuição presta aos principais programas informativos da empresa, nomeadamente ao Telejornal. (Anexo I)

Excluí os repórteres de imagem porque, embora sejam também jornalistas, é aos redatores que cabe a principal responsabilidade da escolha das imagens, bem como dos excertos de declarações ou entrevistas exibidos e, naturalmente, dos textos que acompanham as imagens nas peças apresentadas (“textos-off” ou apenas “off”). Excluí também os jornalistas da secção de Desporto, por se tratar de uma área que, embora enfrente problemas comuns de profissionalismo, responsabilidade social e constrangimentos, merece, a meu ver, um tratamento diferenciado, que não se enquadrava no trabalho que pretendia levar a cabo. Aliás, apesar do peso do Desporto nos noticiários, não participava, normalmente, das reuniões de alinhamento.

O primeiro capítulo do questionário contemplava nome, data e local de nascimento, habilitações académicas, órgãos de Comunicação Social por que passara, datas de início da profissão e de ingresso na RTP, estatuto profissional e estatuto sócio-profissional dos pais, a fim de traçar um retrato sociográfico daqueles jornalistas.

O segundo capítulo inquiria sobre as razões da opção pelo jornalismo, o acesso à profissão, perspectivas de evolução na carreira, relações no interior da empresa, bem como compreender a sua ligação com a profissão, as principais dificuldades enfrentadas e a forma como entendiam o seu papel profissional.

O terceiro capítulo apresentava um conjunto de frases de estudiosos da comunicação ou jornalistas, sobre as quais pedia um comentário.

Elaborado o guião do questionário, que acompanhava de perto o das entrevistas feitas para o Perfil, mas mais curto e mais centrado nos temas da minha investigação, testei-o num dos meus antigos camaradas de redação, mais disponível para responder e permitir-me calcular o tempo exigido para tal. Para evitar a exposição que resultaria para os inquiridos de ser eu a aplicá-lo e dado que se destinava a jornalistas, pessoas habituadas a escrever, a quem

tal não inibiria, pedi-lhe que respondesse por escrito, na minha presença. Começou de facto a responder por escrito, às perguntas da primeira parte, mas logo depois passou a responder oralmente, gravando eu as respostas. No total, levou cerca de 1H15, tornando ainda mais claro que as condições de trabalho na redação impediam a sua aplicação individual e seria preferível enviá-lo por correio eletrónico, depois de ter previamente avisado os destinatários.

Numa reflexão posterior, entendi retirar algumas perguntas que tínhamos incluído nas entrevistas do Perfil: “É ou foi sindicalizado? Se é, desde quando? Se deixou de ser, porquê?”; “Alguma vez fez greve? Em que circunstâncias?”, “Como avalia os poderes dos CR? e a Cláusula de Consciência?” “Considera compatíveis ou incompatíveis com a atividade jornalística a militância partidária? o exercício do voto? a acumulação com certas atividades profissionais? Quais?”

Fi-lo por considerar que, sendo público ter sido dirigente sindical, bem como candidata em eleições legislativas e autárquicas, tal podia inibir os inquiridos – muitos dos quais, ao contrário daquele a quem apresentara o primeiro questionário, não me conheciam profissionalmente – de responder livremente.

A observação do quotidiano da redação fez-me, por outro lado, considerar a necessidade de outras perguntas, que inclui no questionário definitivo: “Tem liberdade de propor trabalhos e de participar nos alinhamentos?”, “Descreva, por favor, um dia de trabalho: Como toma conhecimento do trabalho do dia?”, “De que informação dispõe, quando começa?”, “Quais as suas principais fontes de informação?”, “Quanto tempo dispõe, em média, para fazer esse trabalho?”, “A quem apresenta o trabalho, uma vez pronto? Perante quem assume a responsabilidade do trabalho?”, “O que o preocupa mais, quando prepara uma peça? O rigor ou a estética?”

Embora entre 19 e 27 de Janeiro de 2007 tivesse enviado 44 questionários, e apesar de várias insistências pessoais junto dos destinatários, de lhes garantir a confidencialidade dos resultados e de todos se terem comprometido a responder, recebi apenas 10 respostas, que analisei em conjunto com o primeiro questionário aplicado como teste.

Correspondendo o conjunto de respostas a uma variedade de perfis que, curiosamente, não se afastava demasiado do retrato sociográfico da redação, em termos de paridade, escolaridade e idade, não se tratava, no entanto, de uma amostra estatisticamente

representativa. Mas esse era um problema metodológico que tínhamos abordado também no Projeto Perfil do Jornalista, a propósito das 47 entrevistas que decidimos efetuar para conhecer melhor o campo e aprofundarmos a forma como os seus membros vivem as diferentes situações profissionais. A decisão foi que, para a compreensão dessa vivência, “pouco importa a representatividade da amostra” (Rebelo, 2011: 21). Rebelo lembra o argumento de Accardo (1998:408), com base num ditado popular: “Quantas vezes será preciso meter a mão nas chamas para poder afirmar que o fogo queima?” e acrescenta: “*Importará, isso sim, fazer uso da ‘imaginação sociológica’ de que nos fala Wright Mills: aquele salto mental que, partindo de ‘problemas pessoais’ nos conduz, por dedução, a ‘problemáticas públicas’*” (Rebelo, id.)

Considerarei, assim, poder utilizar essas respostas como indicadoras dos valores e disposições dos jornalistas da redação de Lisboa da RTP.

Embora seja lícito levantar a dúvida sobre se devo classificar este conjunto de perguntas e respostas como entrevistas ou questionários, classifico-o como questionário por se tratar de um instrumento de observação baseado numa sequência de questões escritas e dirigidas a um conjunto de indivíduos, com o fim de conhecer “as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais, sobre eles próprios e o seu meio.” (Quivy & Campenhoudt: 1992)

A análise do correio do Provedor do Telespectador, que levei a cabo em 2010 e a repetida menção, nessa correspondência, a uma responsabilidade social acrescida dos jornalistas da RTP, por se tratar da empresa concessionária do Serviço Público de Televisão, levou-me a enviar mais tarde um segundo questionário, centrado sobre a ligação entre a noção de responsabilidade social e o trabalho no Serviço Público de Televisão, a opinião sobre formas de regulação e os principais constrangimentos. (Anexo J)

Enviei este segundo questionário para todos os jornalistas da RTP, através dos *mails* da empresa, por duas vezes, e obtive 10 respostas.

Não sendo possível retirar dos baixos números de respostas a qualquer dos questionários um retrato estatístico dos jornalistas da RTP, entendi que essas respostas nos permitiam, ainda assim, compreender como é que esses jornalistas encaravam o exercício da profissão na RTP, que dificuldades enfrentavam, como as enfrentavam, como viam a sua

relação com o público e com as instâncias de regulação. Seguindo o exemplo do trabalho feito no projeto Perfil Sociológico do Jornalista Português, pareceu-me possível deduzir, através dessas poucas respostas, problemáticas mais gerais.

e) Estudos de caso

Não é pacífica a definição de “estudo de caso”. Mas talvez seja possível defini-lo como um método de investigação que analisa uma situação específica para dela retirar dados que permitam uma melhor compreensão do fenómeno global em que se insere.

Segundo Ponte, é um tipo de pesquisa em que “o investigador não pretende modificar a situação, mas compreendê-la tal como ela é”, apoiando-se numa “descrição densa”, “factual, literal, sistemática e tanto quanto possível completa do seu objeto de estudo” (Ponte, 1994)

Ao referir entre os métodos que utilizei os estudos de caso, tenho em mente o acompanhamento de acontecimentos reais, cujo contexto e desenvolvimento e contexto pude conhecer e acompanhar e que considero permitirem uma melhor compreensão da forma de organização, reação e reflexão dos media e, no caso vertente, da RTP.

Dois desses casos foram fenómenos com que me confrontei na minha vida de todos os dias; o terceiro foi escolhido para ser acompanhado por mim, dentro do período de tempo em que se inscrevia a minha investigação.

Contidos no tempo, permitiram-me uma análise aprofundada e a possibilidade de, a propósito deles, poder tirar conclusões de carácter mais geral sobre a atuação da informação do Serviço Público de Televisão.

Como já referi no 1º Capítulo, quando trabalhava ainda na RTP tive a oportunidade de fazer um programa de análise a um acontecimento que marcou a paisagem mediática portuguesa no início de 2001: a aventura de Manuel Subtil, o homem que se barricou nas instalações sanitárias do rés-do-chão da RTP, em 4 de Janeiro.

O facto de trabalhar na RTP permitiu-me seguir este acontecimento quer como observadora direta – já que para chegar ao meu local de trabalho tive de passar pelas forças policiais que ali se encontravam e bem próximo do local onde Subtil se encerrara, além de que, ao longo dessa manhã, me foi possível conversar com o pessoal que assistira à sua

chegada – quer como telespectadora, já que através das televisões do gabinete onde trabalhava me era possível seguir a cobertura das estações generalistas. Permitiu-me, também, ter acesso ao relatório sobre as audiências – já então um instrumento de trabalho para os responsáveis da RTP.

A diferença entre a realidade vivida no interior da empresa – onde, depois de um período inicial em que as forças policiais pretendiam não deixar entrar ninguém, a meio da manhã já se circulava com alguma tranquilidade – e o empolamento que lhe era dado pelas estações de televisão, somada ao meu interesse pelo discurso mediático, levou-me a preparar dois pequenos filmes sobre o acontecimento, relacionando a evolução da narrativa televisiva com a evolução das audiências medida pela Marktteste, e apresentá-los num programa⁴⁷ para o qual convidei algumas pessoas atentas ao fenómeno mediático⁴⁸, a fim de que fizessem o seu comentário.

Tratou-se, portanto, de um “acontecimento mediático” – no sentido de que, para lá da realidade, houve o tratamento dessa realidade pelos *media*, que o tornou num outro acontecimento – perfeitamente recortado no tempo e que pude seguir de forma aprofundada, e do qual me pareceu e parece possível retirar algumas deduções sobre a forma como a informação das televisões generalistas engrandece por vezes alguns acontecimentos com o fito de garantir maiores audiências, bem como sobre o mimetismo de tratamento dos acontecimentos.

As oito horas de transmissão televisiva sobre Manuel Subtil consubstanciam, assim, um estudo de caso, que me pareceu correto trazer a esta dissertação.

Anos depois, em 2005, tive a possibilidade de – com alguns amigos – fazer um trabalho semelhante sobre o trabalho dos *media* em relação ao acontecimento que ficou conhecido como “o Arrastão de Carcavelos”. Mais uma vez, a atuação dos *media* transformou o que não passava de um *fait-divers* num acontecimento que extravasou fronteiras, mobilizou políticos e forças de segurança, deu lugar a editoriais e artigos de análise e, quando finalmente reduzido pela própria polícia à sua real expressão, não encontrou disponibilidade das televisões para uma auto-crítica – ou, sequer, para uma retificação.

47 Artigo 37, 7 de Janeiro de 2001.

48 Eduardo Prado Coelho, José Barreiros e Mário Mesquita, professores na área da Comunicação, a antropóloga Filomena Silvano e o jurista Pedro Bacelar de Vasconcelos.

Mais uma vez, tive possibilidade de conseguir gravações que permitiam mostrar o tratamento mediático desse acontecimento e de o tratar como um caso de estudo⁴⁹, motivo pelo qual o trago também para este trabalho.

Finalmente, entendi tratar como caso de estudo a cobertura feita pelo Telejornal da campanha para o referendo relativo à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), por considerar que, se os casos atrás referidos me permitiam verificar a atuação da RTP em situações de acontecimentos imprevistos que, embora de pequena dimensão, eram passíveis de tratamento como problema público, essa cobertura me permitiria verificar qual a atuação perante um acontecimento programado, de carácter político e relevância social.

f) Análise documental

Centrando-se o meu trabalho na responsabilidade social dos jornalistas da RTP, grande parte da minha análise decorre de documentos audiovisuais: desde logo, e como acabei de referir, os relativos aos casos “Subtil” e “Arrastão”, mas também as peças relativas ao tema “aborto/interrupção voluntária da gravidez” nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2007.

Nesse mesmo período em que decorreu a minha observação na RTP recolhi e analisei outros documentos, estes escritos:

- organigrama da Direção de Informação;
- mensagem do Diretor de Informação, dando conta de uma queixa que lhe fora dirigida;
- uma nota do Diretor-adjunto de Informação, contendo normas relativas à cobertura de eventos relacionados com o referendo sobre a IVG;
- as grelhas das peças relacionadas com o referendo e respetivos tempo, elaboradas por uma produtora para apuramento do igual tratamento dos partidários do “Sim” e do “Não”;
- a análise, feita pelo Gabinete de Qualidade – de que adiante falarei – sobre as peças mais vezes utilizadas, como forma de determinação da “produtividade” dos jornalistas e do bom acolhimento dos temas tratados;
- os Relatórios do Provedor do Telespectador da RTP relativos a 2006 e 2007.

49 O pequeno filme que então fizemos – Era uma vez um arrastão – circula, aliás, em diversos países, precisamente como caso de estudo da derrapagem dos media em questões que envolvem relações entre diferentes comunidades.

Entretanto, tendo em conta que a responsabilidade do jornalista se exerce em relação ao público que recebe a informação, decidi, em 2010, voltar à RTP, onde durante cerca de um mês acompanhei o trabalho do Gabinete do Provedor do Telespectador e pude aperceber-me de qual o tipo de mensagens mais frequentes sobre o trabalho da Informação.

Devo à gentileza de José Manuel Paquete de Oliveira o acesso às mensagens eletrónicas recebidas no seu cargo de Provedor, que examinei em relação a Janeiro e Fevereiro de 2007 sob dois diferentes aspetos: os relativos ao referendo e os que se referiam explicitamente a jornalistas.

Às restantes fontes documentais juntaram-se assim 159 mensagens de correio eletrónico recebidas pelo Provedor do Telespectador em Janeiro e Fevereiro de 2007.

g) Auto etnografia

Como por várias vezes já referi, não cheguei a este tema nem a esta tese como a um território desconhecido. Pelo contrário, escolhi o tema por se me ter colocado em diversas situações durante a minha atividade como jornalista e me ter forçado à reflexão. De algum modo, a minha pesquisa para este tema começara muito antes da apresentação do meu projeto – com a análise da minha própria experiência. E ao longo do percurso de investigação – começado com clara consciência da necessidade da vigilância epistemológica – foi-se tornando claro que a minha experiência pessoal era um instrumento mais da pesquisa, que me permitia compreender melhor o que observava. Além disso, acontecimentos vivenciados por mim podiam ser estudados como os ocorridos com outros, funcionando como fontes inadvertidas (Bell, 2008) e alargando a recolha de material empírico.

5. NO TERRENO

5.1 A presença de um observador causa estranheza numa sala

A frase original fala de um ovo, não de um observador e é, se a memória me não falha, de uma das personagens de Durrell, em O Quarteto de Alexandria. Talvez de Pursewarden. Li-a ainda antes de ser jornalista e guardei-a entre aquelas que nos ensinam a pensar a profissão.

Por isso, na véspera de iniciar a observação participante na RTP, a 4 de Janeiro de 2007, escrevo no Diário de Campo:

Diário de Campo, dia 0 (3.1.2007, quarta-feira)

A experiência como jornalista ensinou-me que a presença de um observador altera forçosamente a realidade observada: os jornalistas atuarão no seu quotidiano de forma diversa daquela que teriam se eu não estivesse presente. O meu estatuto é ambivalente: sou jornalista, fui até companheira de trabalho de alguns, fui crítica do trabalho de outros, como nos casos Subtil e Arrastão. Agora sou aprendiz de socióloga. Como me vão ver? Que estatuto me vão conceder?

Ao escolher este projeto de dissertação, e embora ciente das dificuldades, fiz um inventário de vantagens: o conhecimento anterior da RTP e, até, de parte dos jornalistas que irei observar tornar-me-ia fácil mover-me no meio e tornar a minha presença menos intrusiva. Hoje temo que essas sejam razões para que os jornalistas reajam mais à minha presença. E, dadas as minhas relações anteriores com a RTP e alguns dos seus profissionais, saberei manter a distância necessária a um observador?

Já no terreno e embora, segundo me foi dito, a minha presença e o meu estatuto tenham sido explicados aos jornalistas, vou dizendo a todos com quem contacto a razão de ali estar.

As reações variam, consoante a relação mais ou menos próxima que tivera anteriormente com cada elemento da redação. Há, entre os mais antigos, aqueles que me recebem com amizade e se esforçam por me explicar todas as mudanças tecnológicas e organizativas introduzidas desde que saí da RTP e os que me recebem cordialmente, mas

visivelmente desconfiados das minhas intenções; a mesma desconfiança é patente num grupo mais recente, que percebo depois identificar-me, sobretudo, com a crítica à cobertura do chamado “arrastão de Carcavelos”, bem como à minha presença em listas eleitorais em 2005; outros, pura e simplesmente, não sabem nada sobre mim e aceitam-me com naturalidade.

Uma das jornalistas deste último grupo permite-me, aliás, observar a diferença introduzida pela Internet nas formas de obter informação.

É no sexto dia da minha presença na redação e costumo sentar-me perto dela. Na véspera teve, aliás, a gentileza de me permitir assistir à explicação que dava sobre o trabalho na RTP-N a uma colega vinda da RTP-África: o ritmo habitual da RTP-N, como aceder à *net* e às imagens das agências, a utilização do ENPS para ver o que já há feito, escrever o texto de apresentação e enviá-lo para o apresentador, procurar as imagens existentes, “trimar” (cortar pedaços muito simples das peças, o que explica por que razão tantas delas são constituídas simplesmente por imagens com texto *off* e uma declaração, ou seja, na terminologia da redação, “*um off-boca*”).

Nesse sexto dia, em que me sentara de novo junto a ambas, saio por momentos para fumar um cigarro. No regresso sou saudada com um grande sorriso: “*Agora já sabemos quem a Diana é!*”. Levei algum tempo a perceber que, ao fim desses dias em que nunca me tinham feito perguntas, tinham ido ver o meu *curriculum* na *net*, como se a informação documental fosse mais digna de fé do que as respostas que pudesse eventualmente dar-lhes. Timidez? Hábito? Sinal dos tempos? Ou valorização das fontes documentais sobre a informação oral?

Que impacto pode esta atitude ter no jornalismo produzido, se sabemos que tantas vezes a informação que consultamos na Internet está longe de ser rigorosa?

5.2 Estranhando o familiar

a) As alterações no campo⁵⁰

Com um crescimento exponencial desde o 25 de Abril de 1974 – dos cerca de 700 possuidores de título profissional nessa data para 7.349 trinta anos depois – o grupo profissional dos jornalistas mudou significativamente desde então. Raras na profissão até 1974, as mulheres representam, em 2004, 41,4 % do total de jornalistas, colaboradores especializados e estagiários ao serviço de meios impressos, radiofónicos ou televisivos.

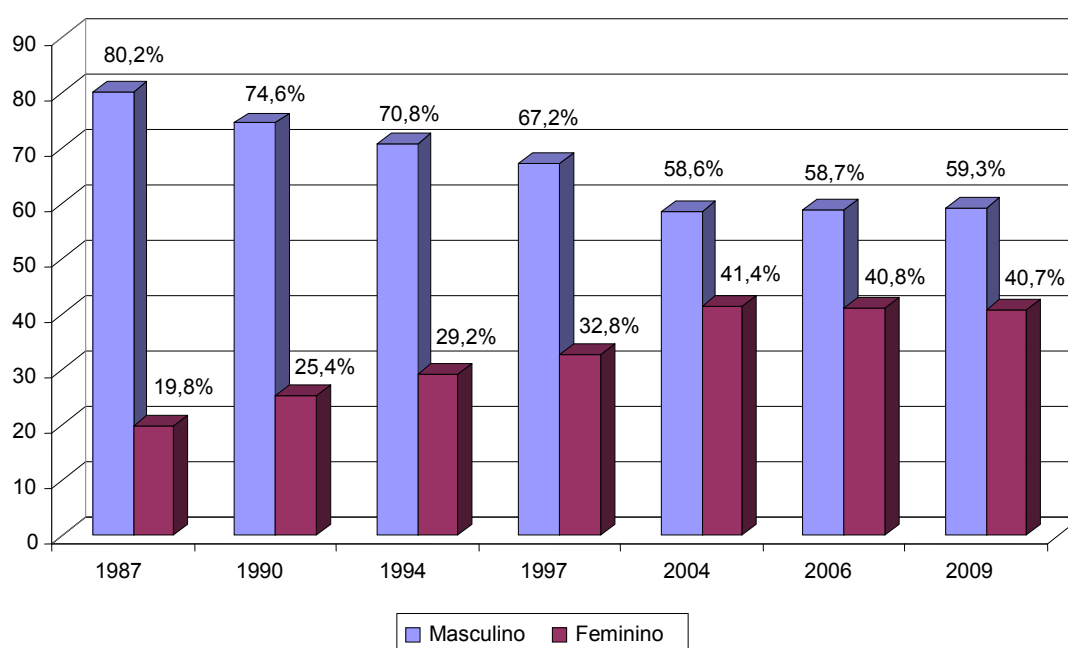


Figura 5.1

Evolução das percentagens por género dos jornalistas portugueses, entre 1987 e 2009.

Rebello, José (org. 2011), Ser jornalista em Portugal – perfis sociológicos, Gradiva, Lisboa, p. 46

Entre 2002 e 2006, são mesmo maioritárias no acesso à profissão: 58,2%.⁵¹

50 Utilizo aqui “campo” no sentido que lhe é dado por Pierre Bourdieu, de “*um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, aplica na concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define a sua posição no campo e, em consequência, as suas estratégias.*”, in **Bourdieu**, Pierre, *Sur la télévision*, Raisons d’Agir, Liber, Paris, 1996.

51 Estes dados, como os que seguem, relativos ao geral dos titulares de carteira profissional de jornalista, são retirados de Rebello, José (org), 2011, *Ser jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Lisboa, p. 41-55.

Em 2006, a classe é, além de tendencialmente paritária, jovem – 60, 9% dos jornalistas tem menos de 40 anos – e com formação superior.

Os dados obtidos no decurso do projeto Perfil Sociológico do Jornalista Português sobre a evolução das habilitações académicas entre os jornalistas mostram que, entre 1997 e 2006, se passou de uma maioria (56,3%) de jornalistas com Curso Médio ou Técnico-Profissional para uma maioria (62,8%) de jornalistas com formação superior.

Habilitações Académicas	Anos			Variação	
	1997	2006	2009	1997-2006	2006-2009
	%			pp	
Ensino Básico	n/d	1,3 (n = 86)	1,1 (n = 66)	n/d	-0,1
Ensino Secundário		35,9 (n = 2.440)	34,7 (n = 2.161)	-20,4	-1,2
Curso Médio e Técnico-Profissional	56,3				
Bacharelato		60,4 (n = 4.099)	59,3 (n = 3.686)	16,8	1,1
Licenciatura	43,6				
Mestrado	n/d	2,1 (n = 141)	3,4 (n = 209)	n/d	1,3
Doutoramento	n/d	0,3 (n = 22)	0,4 (n = 23)	n/d	0,1
Total	100%	100% (N = 6.788)	100% (N = 6.145)	-	-

Quadro 5.2

Evolução da Distribuição dos Profissionais por Habilitações Académicas (1997-2006-2009)
Rebello, José (org. 2011), Ser jornalista em Portugal – perfis sociológicos, Gradiva, Lisboa, p. 82

O ano de 2006 vai, no entanto, marcar uma mudança. A tendência de crescimento inverte-se e, pela primeira vez desde a década de 70, diminui o número de ingressos na profissão, passando-se da média anual de 243 ingressos no quinquénio 2002-2006 para 215 no triénio 2007-2009.

No tocante à RTP e em relação a 2007, ano em que fiz a minha observação, havia na empresa – segundo os dados disponibilizados pela Direção de Recursos Humanos (DRH) da RTP – 393 trabalhadores com a carteira profissional de jornalista⁵², dos quais 150 do género feminino e 243 do género masculino.

52 Os números que apresento para 2007 foram-me indicados pela Direção de Recursos Humanos da RTP no momento de escrita do relatório final, depois de lhes ter chamado a atenção para diferenças entre os números que me tinham sido dados anteriormente e aqueles, da mesma fonte, citados por Adelino Gomes na sua tese de doutoramento, e referem-se a todos os trabalhadores da RTP habilitados com a Carteira Profissional de Jornalistas, embora não tenham, internamente, essa

Pertenciam à Direção de Informação 308, 124 mulheres e 184 homens. A maioria (179, 79 mulheres e 100 homens) trabalhava na sede, em Lisboa; 80 (32 mulheres e 48 homens) nos estúdios do Monte da Virgem, Porto. Quarenta e nove (49) jornalistas (13 mulheres e 36 homens) exerciam a sua atividade nas diferentes delegações em Portugal Continental e no Estrangeiro.

Para lá dos jornalistas atribuídos à Direção de Informação, havia 33 (11 mulheres e 22 homens) no Centro Regional dos Açores e 27 (7 mulheres e 20 homens) no Centro Regional da Madeira.

Área	Local Trabalho	Género		Total
		Feminino	Masculino	
DI Informação TV	Lisboa	79	100	179
	Mt. Virgem	32	48	80
	Outros	13	36	49
		124	184	308
Memória	Lisboa	1	7	8
	Mt. Virgem		1	1
		1	8	9
Programas	Lisboa	4	4	8
		4	4	8
RTP N	Mt. Virgem	1	2	3
		1	2	3
C. Regional Açores	Açores	11	22	33
		11	22	33
Centro Regional Madeira	Madeira	7	20	27
		7	20	27
Outras Áreas	Lisboa	2	2	4
	Outros		1	1
		2	3	5
Total		150	243	393

Quadro 5.3
Distribuição de jornalistas da RTP por áreas, locais de trabalho e género
Departamento de Recursos Humanos da RTP

categoria profissional. É o caso, nomeadamente, daqueles que desempenham funções na Direção de Programas ou dos que ocupam cargos de Direção e são classificados, internamente, na categoria de “Quadros Superiores”.

A RTP Memória tinha apenas nove jornalistas, oito em Lisboa – uma mulher e sete homens – e um no Porto. Havia oito jornalistas – quatro mulheres e quatro homens – atribuídos à Direção de Programas, em Lisboa, e três – uma mulher e dois homens – à RTP-N, no Porto.

Entre os 393 jornalistas havia 91 jornalistas repórteres de imagem, dos quais apenas duas mulheres, modificando assim a relação de género no grupo de entre jornalistas-redatores, em que 148 são de sexo feminino e 154 de sexo masculino.

No grupo de 308 jornalistas, 124 mulheres e 184 homens, atribuídos à Direção de Informação, se tivermos em conta que 74 são repórteres de imagem, duas de género feminino e 72 de género masculino, há supremacia feminina nos jornalistas redatores: 122 mulheres, 112 homens.

As habilitações académicas dos jornalistas da RTP mostravam também uma profunda mudança, acompanhando a tendência geral na profissão.

O Acordo de Empresa da RTP estabelece duas categorias de jornalistas: o Jornalista-Redator e o Jornalista-Repórter, antigamente chamado “operador de câmara”, também habilitado com carteira profissional de jornalista.

No recrutamento de Jornalistas-Redatores, é exigida formação superior, podendo a área de formação ser definida como condição preferencial. Para os Jornalistas-Repórteres não é exigida formação superior.

O Acordo de Empresa prevê 5 níveis de desenvolvimento na carreira de Jornalista Redator: para os níveis 1, 2 e 3 exige formação superior em jornalismo e/ou ciências da comunicação, ou formação superior equivalente, formação profissional adequada e carteira profissional de jornalista; para os níveis 4 e 5, prevê formação superior em jornalismo e/ou ciências da comunicação ou formação superior equivalente e/ou mestrado em comunicação e jornalismo e carteira profissional de jornalista (Fonte: DRH).

Entre os 393 possuidores da Carteira Profissional de Jornalista, em 2007, 173 (44%) eram licenciados, oito Mestres e duas jornalistas – ambas pertencentes à Direção de Informação – tinham um doutoramento, enquanto que 168 jornalistas declaravam ter o Ensino Secundário e 31 o 3º Ciclo do Ensino Básico, havendo ainda, no Centro Regional dos Açores, um jornalista repórter com o 1º Ciclo e outro com o 2º Ciclo do Ensino Básico e, no Centro

Regional da Madeira, dois jornalistas repórteres com o 2º Ciclo do Ensino Básico. A percentagem de jornalistas-repórteres licenciados era, naturalmente, baixa – 6,6 % – pelo que, considerando apenas os jornalistas redatores, a percentagem de licenciados subia para 55,3%.

Na Direção de Informação predominavam os jornalistas licenciados. Segundo os números que nos foram indicados pelos Recursos Humanos, 140 (45,45 %) dos 308 jornalistas daquela Direção tinham uma licenciatura, seis tinham completado o Mestrado e duas jornalistas eram doutoradas, enquanto que só 130 indicavam como habilitação a conclusão do secundário.⁵³ Havia ainda 15 bacharéis, tantos quantos aqueles com o 3º ciclo do Ensino Básico, entre os quais apenas uma mulher.

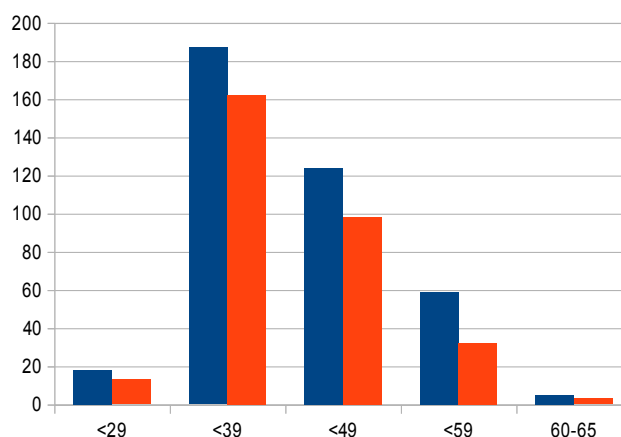


Figura 5.4

Distribuição de idades em anos, do total de jornalistas da RTP (azul), e da Direção de Informação (vermelho)
Departamento de Recursos Humanos da RTP

Embora no número total de jornalistas as mulheres estivessem em minoria, estavam em maioria no grupo com licenciatura: 97 – 56,1 % – contra 76 – 43,9 % – de sexo masculino. Entre as jornalistas-redatoras, havia 64,1 % licenciadas, enquanto que a percentagem de licenciados entre os jornalistas-redatores era de 45,5%.

Se, no total dos jornalistas, o género masculino era maioritário (61,83%), por influência dos jornalistas-repórteres, em que havia uma manifesta desproporção de género (89

⁵³ Há que ressaltar ainda a possibilidade de casos em que a habilitação tenha sido adquirida já no decurso do contrato e não tenha sido comunicada à empresa.

homens e 2 mulheres), o género feminino dominava o pequeno núcleo de apresentadores (6 mulheres e três homens).

Já o mesmo não acontecia entre os jornalistas com funções de Direção ou Coordenação, em que havia 50 homens contra apenas 30 mulheres.

Distribuição por Funções	Género				Total
	Feminino	%	Masculino	%	
Funções de Direção/Coordenação	30	37,50%	50	62,50%	80
Funções de Apresentação	6	66,67%	3	33,33%	9
Outros	114	37,50%	190	62,50%	304
Total	150	38,17%	243	61,83%	393

Quadro 5.5
Distribuição dos jornalistas da RTP por funções
Departamento de Recursos Humanos da RTP

Mais feminino e com maiores habilitações, o grupo de jornalistas da RTP era também jovem: entre os 393, 18 tinham menos de 29 anos, 187 menos de 39, 124 menos de 49, 59 jornalistas tinham menos de 59 anos e cinco estavam entre os 60 e os 65 anos. Entre os 308 da Direção de Informação, 13 tinham menos de 29 anos, 162 menos de 39, 98 menos de 49, 32 menos de 59 e havia três jornalistas entre os 60 e os 65 anos.

No respeitante à antiguidade, a distribuição era a seguinte:

- a) 3 jornalistas (2 deles na Direção de Informação) com mais de 35 anos de antiguidade.
- b) 2 jornalistas (1 dos quais na Direção de Informação) no intervalo de 31 a 35 anos de antiguidade.
- c) 37 jornalistas (22 na Direção de Informação) tinham entre 26 a 30 anos de casa – entrada para a RTP entre 1977 e 1981.
- d) 31 jornalistas (20 na Direção de Informação) tinham entrado entre 1982 e 1986.
- e) 47 (40 na Direção de Informação) tinham entre 16 a 20 anos de antiguidade.

- f) 46 (41 na Direção de Informação) tinham entrado para a RTP entre 1992 e 1996, ou seja, tinham entre 11 a 15 anos de antiguidade.
- g) 158 jornalistas (dos quais 130 pertenciam à Direção de Informação) tinham entre seis a 10 anos de antiguidade.
- h) 68 jornalistas (52 da Direção de Informação) tinham sido admitidos entre um e cinco anos antes – ou seja, entre 2002 e 2006.

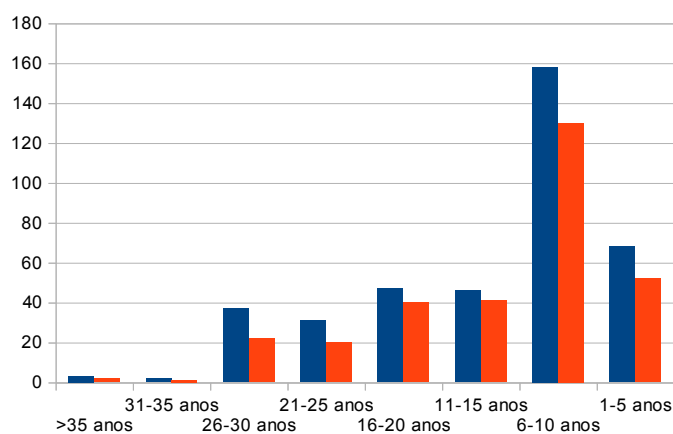


Figura 5.6
 Distribuição de antiguidade em anos, do total de jornalistas da RTP (azul),
 e da Direção de Informação (vermelho)
Departamento de Recursos Humanos da RTP

b) As alterações no espaço

Se a composição da redação mudara radicalmente desde que deixei de nela trabalhar, também o espaço físico da redação e dos estúdios da RTP Lisboa tinham mudado: ao deixar a redação do Telejornal, em 1986, esta funcionava ainda nos velhos estúdios do Lumiar; em 31 de Março de 2004, noticiou o *Público*, o Telejornal entrou no ar a partir do novo estúdio criado nas também novas instalações na Avenida Marechal Gomes da Costa:

“O novo estúdio da RTP tem 1200 metros quadrados de área e alberga uma redação com capacidade para 70 jornalistas, duas "régies" e dois "plateaux" distintos. No andar superior ficam instaladas as redações dos serviços Regiões, Internacional, África e Agenda, além dos produtores e realizadores da estação. Um "plateau" é móvel e destina-se à apresentação do Telejornal da RTP1. O outro vai ser usado pelo serviço noticioso do canal 2 e por diferentes blocos informativos. Concebido como um "open space", o novo estúdio alberga ainda cenários diversos que foram pensados pelo arquiteto António Polainas, que assina a cenografia, para serem aproveitados 24 horas por dia. Ao serem utilizados em conjunto com os "plateaux", vão permitir a realização de um total de 23 programas de informação destinados à RTP1, 2, RTP-N (atual NTV), RTP África e RTP Internacional.” (Teixeira, 2004)

Ao entrar na redação, pelo andar superior, de imediato me ocorre que este lugar onde trabalham os jornalistas dos serviços de informação diários da RTP não é uma redação, é um cenário.

A noção de estúdio sobrepõe-se inevitavelmente à de redação. No que poderemos considerar o centro desse espaço, o plateau móvel de onde é emitido o Telejornal. À sua esquerda, em secretárias seguidas umas às outras, cada qual com o seu computador, a redação do Desporto. Seguem-se, um pouco mais adiante, as redações da Sociedade e da Política – e, perpendicular a estas, a da Cultura, à frente, seguida da bancada onde coordenadores e apresentadores fazem o seu trabalho; mais atrás ainda, as secretárias da produção. Para a direita da Cultura, outra bancada destinada aos jornalistas da RTP-N e perpendicular a estas o Internacional. Ao fundo, a pequena redação da RTP2. Por trás do Internacional, o plateau de onde se emitem, entre outros, os noticiários da RTP-N.

Recordo a chamada de atenção da Escola de Chicago para a “localização” dos factos sociais, que não devem ser descontextualizados do espaço social e até geográfico, não se

podendo compreender a vida social sem compreender as posições de atores sociais específicos em lugares e tempos específicos (Abbott, 1997: 1152).

Interrogo-me no Diário de Campo:

Diário de Campo, 2º dia (5.1.2007, sexta-feira):

Instintivamente inimiga dos *open spaces* tão em voga, apercebo-me do que há em comum entre as instalações onde trabalha a maioria dos jornalistas da Direção de Informação da RTP e o *panoptikon* de Bentham. Aqui, nesta redação que é simultaneamente um conjunto de estúdios, todos os jornalistas da informação diária estão, constantemente, sob o olhar de todos. Que efeito tem isso sobre o seu trabalho?

Embora a disposição de um *open space* – todos à vista de todos – seja bem diferente da do *panoptikon* – em que todos estão à vista de um, invisível, a ponto de ser possível prever que, um dia que o vigiante esteja ausente, todos continuarão a sentir-se rigorosamente vigiados – a ligação ocorreu-me de imediato, não apenas porque toda a redação é visível do andar imediatamente superior (onde se encontram a agenda e outros serviços da direção de informação, RTP-África, Gabinete de Qualidade, Grande Reportagem) como porque, como explico a seguir, a qualquer momento, se pode ser apanhado por uma câmara ou um microfone, já que o espaço serve a emissão de diversos serviços noticiosos.

Ocorre-me igualmente a comparação com a manufatura de Oberkampf, descrita por Foucault. Neste enorme *open space* também “*é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual*” e, substituindo a palavra operário por jornalista, “*constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade do seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo a sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios de fabricação.*” (Foucault, 2005: 124)

As modernas instalações da redação da RTP – tão diferentes daquela dividida em salas em que trabalhei entre 1978 e 1986, nos velhos estúdios do Lumiar – tendo os estúdios no seu interior – em vez de, como lá, em espaços próprios e afastados – garantem “*uma melhor economia do tempo e dos gestos*”, mas garantem também “*a obediência dos indivíduos*” (Foucault, 2005).

Na velha redação do Lumiar, as secções de Nacional, Internacional e Desporto funcionavam em separado, juntando-se a redação na sala do Nacional, a maior, para os Plenários de Redação, a discussão do alinhamento – em que, não sendo necessária mais do que a presença dos chefes das diversas secções, qualquer jornalista podia participar – e nas reuniões de análise do Telejornal, que durante algum tempo se davam imediatamente a seguir a este, depois no início da reunião de alinhamento e foram aos poucos desaparecendo.

Aqui todos estão à vista de todos – mas não se vê como fazer uma reunião geral nesta redação em que, a cada momento, há um estúdio a funcionar, para emitir noticiários da RTP-N ou da RTP-África, o Portugal em Direto, o Telejornal ou o Jornal da RTP2. Os dois *plateaux* de apresentação dos noticiários lembram que tudo o resto existe para os servir, para alimentar a máquina produtora de notícias. E, submetido a um campo de visibilidade, consciente disso, cada trabalhador “*inscreve em si a relação de poder, torna-se o princípio de sua própria sujeição.*” (Foucault, 2005)

5.3 O mundo no ecrã do computador

Em todas as secretárias há computadores. Sem se moverem da secretária, os jornalistas têm ao seu dispor acesso a dicionários, prontuários, enciclopédias, listas de efemérides, agências noticiosas – Associated Press, EFE, France Press, Reuters, World News – imprensa, rádio e televisões nacionais e estrangeiras, diversos blogues – portugueses, brasileiros, espanhóis e outros – bases de dados sobre partidos políticos, listas de deputados, bibliotecas *online*, recortes de Imprensa, e o acesso ao arquivo de imagens.

Não posso impedir-me de fazer a comparação com a época em que entrei para o Telejornal, no segundo trimestre de 1978, em que, pedindo à Documentação material para basear um comentário sobre uma crise política em Itália, recebi como único apoio a fotocópia de uma enciclopédia com a indicação da extensão do território, a cidade capital, a língua, a moeda e pouco mais...

Um dos jornalistas que conheço do tempo em que trabalhei na RTP, explica-me as novas metodologias de trabalho:

Quando saem em reportagem, os jornalistas trabalham ainda com cassetes analógicas – Betacam SX – mas estas, após a chegada à redação, são imediatamente digitalizadas para um sistema central – o AGS – a partir do qual o jornalista pode visionar as imagens, minutá-las, planear a montagem e, até, retirar excertos. O AGS guarda e disponibiliza também as peças enviadas da RTP/Porto ou outras delegações, o material pedido ao arquivo audiovisual e as peças internacionais chegadas através das EVNs – Eurovision News – assim permitindo ao jornalista aceder, no seu computador, a todo o material audiovisual de que necessita para o seu trabalho.

Por outro lado, através da intranet – sistema ENPS – cada jornalista pode aceder, no seu computador, às notícias veiculadas pelas diversas agências, aos alinhamentos dos telejornais anteriores, aos alinhamentos dos diversos serviços noticiosos desse dia – que indicam também quem fez cada peça e permitem que o jornalista escreva diretamente as suas propostas de texto de introdução para serem lidas e eventualmente corrigidas pelo apresentador e pelos coordenadores, aceder às páginas da Internet e ver as emissões da Euronews e da CNN, com quem existem acordos de utilização de material noticioso.

É ainda através do computador que os jornalistas tomam conhecimento dos serviços marcados pela Agenda e dos contactos necessários a esses serviços.

As regras são simples: embora a maioria utilize normalmente o mesmo local e o mesmo computador, quando em algum momento não há computadores para todos, procura-se um computador livre, faz-se *log-off* ao utilizador anterior – quando este não o bloqueou, caso em que só ele ou um coordenador podem fazer o *log-off* – e, quando aparece a indicação para *log-in*, primem-se as teclas CTRL+ALT+DEL, inserem-se o nome e a *password* e acede-se aos serviços do ENP – noticiário das agências, incluindo as de imagem (EVN, Reuters, CNN, APTN); Serviços Noticiosos diários de Lisboa; Agenda; pasta pessoal; possibilidade de envio e receção de mensagens pela intranet – do OMNIBUS (peças e imagens de arquivo guardadas nos servidores 1 e 2, onde normalmente as peças de informação duram 2 dias, por imperativo de capacidade de memória) e à Internet. Graças aos auriculares, cada um pode ouvir as peças que visiona, sem perturbar os colegas.

É este o mundo dos jornalistas da Direção de Informação da RTP Lisboa, à exceção dos repórteres e enviados especiais. É certo que aqui podem seguir toda a atualidade, incluindo os diversos noticiários da estação – mas pergunto-me se, sendo certo que toda a informação é uma construção, esta sujeição ao computador não transforma a informação produzida pelos jornalistas da RTP numa construção sobre outra construção, cujas características não dominam.

Não esqueço a minha surpresa quando, em 1983, visitei campos de refugiados salvadorenhos na Costa Rica e me vi perante uma realidade bem diferente da que, em Lisboa, me era trazida pelas agências noticiosas – que me limitava a divulgar. Onde as agências falavam dos rebeldes comunistas da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional encontrei sobretudo católicos que, no dia da minha chegada, celebravam as cerimónias de Sexta-feira Santa. E, sendo certo que o nome da Frente homenageia a memória de um dirigente do Partido Comunista salvadorenho, as únicas imagens visíveis no campo eram as do Papa João Paulo II e do Arcebispo Oscar Romero, assassinado em Março de 1980.

Olhando a redação, os jornalistas sentados lado a lado e/ou frente a frente, mas tendo cada um o seu espaço visual ocupado pelo computador, recorde de novo Foucault:

“ (...) A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório.”
(id: 106)

5.4 Produtividade, a imperiosa palavra de ordem

É um modelo pensado para a não dispersão, o aumento de produtividade. Vivendo os jornalistas dentro do próprio estúdio (servindo eles próprios de elemento da cenografia), com o computador em frente de si, permitindo-lhe o acesso à informação necessária, trazendo-lhe as imagens que deve montar e as próprias ordens da hierarquia, as perdas de tempo são reduzidas ao mínimo.

Vimo-la chegar, a esta palavra de ordem, pela voz dos representantes das empresas de consultoria. Jovens, de fato e pasta, dirigiam-se aos gabinetes e perguntavam aos responsáveis da informação diária, não-diária, e até de Programas: “*Quantas palavras escrevem os seus jornalistas por dia? Quantas peças fazem?*”

Isenção? Rigor? Pluralismo? Contextualização?⁵⁴ Ética? Qualidade? Tudo expressões da velha linguagem, a banir. O que interessa, mesmo, é a produtividade por caracteres.

Não se julgue que exagero nestas questões da linguagem: uma ação de formação chegou a indicar aos formandos os “Verbos de Ação adequados para a Definição de Objetivos” e os “Verbos não adequados para a Definição de Objetivos”, em que “aprender”, “compreender”, “perceber” e “refletir” estão entre os “não adequados” – mas “aderir”, “avaliar”, “cumprir” e “ganhar” estão entre os “adequados”. (Ver Anexo E)

Impossível explicar que a informação, que entendemos como um bem público, não se pode medir em caracteres, quando o nosso interlocutor a vê como simples mercadoria. Já não é a televisão de Serviço Público, mas a fábrica de Charlot em Tempos Modernos (1936). Olhando para a RTP como para uma fábrica de componentes, pouco lhes interessa que “*a velocidade a que os jornalistas são forçados a trabalhar*”, a falta de tempo para refletir (verbo inadequado!) seja responsável por “*muito do que acontece e, mais importante ainda, pelo que deixa de acontecer*” (Tunstall, 1971: 6).

E sendo a produtividade a medida do bom trabalho, na impossibilidade de exigir maior velocidade de produção passa-se a medi-la em termos de repetições da mesma peça (notícia, pequena reportagem).

54 cfr. Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, cl. 7, 2 c).

É essa uma das tarefas do Gabinete de Qualidade, que contabiliza a produção e exibição de “conteúdos de informação” na RTP1, “2”, RTP-N, RTPi e RTP África. Dividem-se as “peças” efetuadas em “exibidas” e “não exibidas” e calcula-se a taxa média de “reexibições” e de “não aproveitamento” (ver Anexo F).

Em Dezembro de 2006, por exemplo, em 5123 peças gravadas, ficaram por exibir 85, num total de 162 minutos. Das restantes, a grande maioria – 2105 – foi exibida uma só vez. 842 peças foram exibidas duas vezes, 625 três vezes, 504 quatro vezes, 316 cinco vezes, 631 de seis a dez vezes e finalmente 105 peças mais de dez vezes, sendo a taxa média de reexibição de 3% e a de não aproveitamento de 1,6%. O recorde de reexibições coube a reportagens sobre a “Operação Natal” e “Protestos contra a TAP”, exibidas 26 vezes. Deduz-se, desses números, o grau de produtividade dos seus autores.

Aparentemente, o controlo tem conseguido os seus objetivos: de Junho a Dezembro de 2006 a taxa média de reexibições subiu de 2,7% para 3,0 %, enquanto a taxa de não aproveitamento baixou de 3,0% para 1,6%.

Podemos interrogar-nos sobre se a preocupação da produtividade, expressa nas diversas utilizações de uma mesma peça noticiosa, não afeta o pluralismo informativo – uma dúvida que pode, aliás, ser também colocada por a informação dos vários canais estar submetida a uma única Direção de Informação (cfr. Anexo D e F).

O registo feito pelo Gabinete de Qualidade de quais as peças feitas por cada jornalista – identificado por três iniciais – e, dessas, quantas foram emitidas, quantas não, funciona como uma forma de controlo editorial, já que os jornalistas, perante o risco de serem acusados de baixa produtividade, tenderão a adaptar o seu trabalho às orientações e aos gostos dos responsáveis máximos pelo alinhamento.

Em conversa informal, alguns jornalistas explicam-me que um importante critério é o tamanho das peças. As que ultrapassam 1’40” têm maior probabilidade de cair nos “azuis” (ou “congelados”), aqueles trabalhos que ficam por emitir até que um dia haja uma emergência e absoluta falta de notícias para “encher” o tempo do noticiário que, tendo habitualmente uma boa audiência, é utilizado como âncora da programação do “horário nobre” da RTP, o que o leva a ser mais extenso do que o habitual nas televisões de outros países e, também, nas décadas de 70 e 80.

Mas qual será o efeito do modelo organizativo no trabalho jornalístico?

Em 1978, quando comecei a trabalhar na RTP, usava-se ainda o filme nas reportagens para o Telejornal. Ao chegar de uma reportagem, o jornalista tinha de esperar pela revelação do filme, o que lhe dava tempo para preparar o guião de montagem e o respetivo texto. A mudança para o vídeo pôs fim a esse constrangimento técnico, mas o facto de as ilhas de montagem serem em número muito inferior ao de jornalistas mantinha o tempo de espera – então por um equipamento livre. Por outro lado, quer no filme quer no vídeo, o jornalista não montava diretamente e, embora lhe coubesse decidir a construção da peça noticiosa, havia normalmente um diálogo com quem fazia a montagem – muitas vezes a primeira pessoa em quem era possível testar a inteligibilidade da notícia, a facilidade de compreensão do texto, a fluidez da narrativa.

Hoje, o próprio jornalista pode montar a sua peça – nem que seja cortando apenas uma sequência de imagens da gravação feita – o que elimina esperas desnecessárias e aumenta a rapidez e a eficiência. O risco a ponderar é se essa capacidade de aliar a competência técnica à competência interpretativa – que é a base do jornalismo – pode levar à subalternização desta, criando um conflito entre a urgência da emissão e o tempo necessário à compreensão, interpretação e contextualização de uma notícia.

A possibilidade de aceder, no computador individual, às imagens das notícias internacionais é outra diferença no método de organização em relação ao tempo em que trabalhei na secção internacional do Telejornal. Nessa altura, as notícias chegavam pela EVN (Eurovision News Exchanges), duas vezes ao dia, de manhã e à tarde, havendo envios adicionais quando a atualidade internacional o justificava. Recebidas na Central Técnica, eram enviadas para uma pequena sala onde os jornalistas de ambos os canais acompanhavam a sua receção⁵⁵. A chegada das imagens era precedida pela das “*dope sheets*”, as folhas de alinhamento da emissão, que permitia uma escolha prévia, pelo responsável da secção, dos temas mais importantes para esse dia e a sua distribuição pelos jornalistas.

Hoje o jornalista pode ver as imagens quando e quantas vezes lhe convier, e a possibilidade de consultar, no mesmo equipamento, muitas outras fontes sobre a mesma

55 Os dois serviços noticiosos – Telejornal e Jornal 2 – tinham então redações totalmente separadas, bem como uma muito maior independência na utilização de meios técnicos, sendo a divisão de equipas de reportagem decididas na véspera e os equipamentos de montagem partilhados, mas tendo em conta o horário de emissão de cada um dos jornais.

notícia substitui as conversas que, na “sala da EVN”, permitiam por vezes a contextualização e o desenvolvimento da notícia por um dos jornalistas mais velhos ou mais conhecedor da zona do globo em causa.

O Gabinete de Qualidade estuda também a divisão das peças por temas: sem surpresas, em Dezembro de 2006 fora o desporto a dominar, com 23,8%, enquanto a política nacional se ficara pelos 6,9%. Audiência obriga, e audiência é outra das palavras de ordem.

5.5 Audiências, o grande *leitmotiv*

Terminado o regime de monopólio, a RTP 1 – embora também “generalista”, a RTP2 teve sempre uma vocação cultural, definida no Contrato de Concessão como inovação, criatividade, risco e sentido crítico, que a afasta da competição com os canais privados⁵⁶ – viu a sua supremacia muito rapidamente posta em causa pela meteórica ascensão da SIC, que, iniciando as suas transmissões a 6 de Outubro de 1992, em Maio de 1995 ultrapassou a RTP nas audiências⁵⁷.

O aparecimento da SIC levou a RTP1 a uma política de concorrência que pôs em causa a própria missão de serviço público que lhe estava cometida. Observa João Lopes:

“No passado dia 6 de Outubro, com o aparecimento do primeiro canal privado, a história da televisão em Portugal registou uma das suas maiores vitórias. Hoje, 16 de Novembro (de 1992), 40 dias passados sobre aquela data, assistimos a uma das suas maiores derrotas. E não interessa cairmos na fábula do ovo e da galinha, no tentar saber quem começou o quê nesta concorrência desenfreada que se está a viver. Deste modo (contra-programação de telenovelas), RTP e SIC tornam-se cúmplices de um só fenómeno: a redução das saudáveis práticas concorrenciais a um mero fenómeno de repetição. (...) Assim, desta maneira, temos mais televisão, mas não temos mais alternativas. A concorrência transformou-se em igualização. E já nem sequer se respeitam horários anunciados – entrámos no domínio da ‘coisificação’ da televisão. O mesmo servido a qualquer hora. Como se isso não bastasse, assistimos à consagração plena do consumismo mais acéfalo – veja telenovelas e ganhe alguidares e molas para a roupa. Resta a liberdade de desligar o botão – mas é pouco.” (1995:12)

Pude aperceber-me do peso das audiências e da ansiedade por elas geradas durante o período em que ocupei cargos dirigentes, quer na Direção de Informação (já então comum aos dois canais) quer na da RTP2. Logo de manhã, eram enviadas para os nossos computadores, lidas e discutidas, embora fosse possível intuir da sua pouca fiabilidade pelo facto de muitas vezes atribuírem à RTP2, até às décimas, um valor que ficava abaixo da margem de erro...

56 Cfr cláusulas 2 b), 5, 6, 7, 10 Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, acessível em http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/missao_pdf.php.

57 <http://sic.sapo.pt/online/sites+sic/sic+institucional/historia/>

Na sua tese de doutoramento, Adelino Gomes descreve esse mesmo comportamento nos atuais responsáveis pelo Telejornal, sob o sugestivo nome de “audiências, o breviário do fim da manhã”:

“Nenhum dos dois coordenadores, junto de quem irei estar sempre à hora da “chegada” das audiências da véspera, disfarçará a ansiedade com que olha para os resultados. Estes, aliás, serão referidos em voz alta na redação e comentados entre os editores, à medida que os temas se vão sucedendo na conferência de redação. A preocupação das audiências é assumida, de resto, com a mesma naturalidade que encontraremos nos operadores privados.” (2011)

Responsável, durante muitos anos, por um programa de entrevistas na RTP, Judite de Sousa – que também ali desempenhou cargos de direção – não esconde que se preocupava com a audiência dos seus programas:

“Falamos da televisão pública e das televisões privadas, mas a verdade é que o Canal 1 da RTP vive muito em função das audiências e quem diz o contrário não está a dizer a verdade. O peso da audiência é, muitas vezes, determinante. Podemos estar de acordo ou não, mas é uma realidade de facto.” (in Andringa, 2011f: 620)

Uma frase, normalmente usada pelos adversários do Serviço Público de Televisão, domina a linha editorial da RTP: “*Não há serviço público sem público*”. Sendo as audiências usadas como argumento de legitimidade, opta-se por dar ao povo o que o povo gosta – e decide-se de que é que gosta a partir da audiência conseguida por um programa decidido pelos responsáveis da televisão. Esquecendo-se que ceder à ditadura das audiências é, como lembra Bourdieu, “*o exato equivalente, em matéria de cultura, da demagogia baseada nas sondagens em matéria de política.*” (1996:78)

5.6 A informação contínua da RTP-N

Talvez seja no trabalho da RTP-N que são mais visíveis a dependência do computador e as alterações do tempo/espço das notícias. Logo no primeiro dia do meu período de observação, observo o trabalho da jornalista que coordena, nessa semana, os informativos da RTP-N.

À minha chegada, pelas 10H00, está já no seu posto, verificando no computador as peças existentes e as notícias despejadas pelas agências, ao mesmo tempo que segue, num televisor ao lado, a emissão da Sky News, para uma constante atualização da informação internacional.

Como coordenadora, ela pode intervir diretamente sobre os textos já colocados no alinhamento pela redação e pode “trimar” imagens da véspera ou acabadas de chegar, para incluir nos noticiários.

A RTP-N(notícias), que de manhã é transmitida do Porto, começa às 6H30 com o serviço da Euronews, tem o primeiro telejornal (“Jornal da Manhã”) às 10H00, outro às 12H00 (“Jornal das 12”, de 55 minutos), está, durante a tarde, sob a responsabilidade de uma pequena redação da RTP-Lisboa (que, no entanto, não surge como dada à N nos dados fornecidos pelos Recursos Humanos). Duas jornalistas alternam semanalmente na coordenação. Há apenas um jornalista no Internacional. As Notícias são apresentadas por duas jornalistas, uma terceira assegura a apresentação da rubrica Antena Aberta. O horário é preenchido: um primeiro Jornal às 14H00, de 30 minutos, outro às 15H00, de 55 minutos, outro às 16H00, de tamanho variável, sendo o tempo restante, até às 17H00, preenchido por informação desportiva. Às 17H00 há um novo serviço informativo de 55 minutos, seguido de Antena Aberta das 18H00 às 19H00, hora a que passa para o Porto, com Jornais de 55’ às 19H00, 21H00 e 24H00.

Embora usando peças das diversas redações, nomeadamente as que asseguram o Jornal da Tarde e o Telejornal, a pequena redação da N em Lisboa não tem mãos a medir, visto que, às primeiras horas da tarde, é ainda diminuta a produção de peças na RTP-Lisboa. Para a apresentadora de serviço, são mais de 2H30 de apresentação do jornal em cada tarde.

O ritmo de trabalho da N fica bem expresso no comentário de uma das produtoras: *“Quando estou à N, nem sequer tenho tempo de ir à casa de banho!”*

5.7 Reuniões de alinhamento: um mero enumerar de peças disponíveis

Ao combinar com a Direção de Informação o período de observação participante, ficou previsto que assistisse às reuniões de alinhamento, aquelas em que se concretiza, quotidianamente, a linha editorial do Telejornal. É nela que os coordenadores e os responsáveis das diferentes secções preparam o alinhamento do jornal desse dia, a marcação de trabalhos para o dia seguinte e, uma vez por semana, para a semana seguinte.

Tivera já experiência de diferentes reuniões desse tipo: na Vida Mundial, em 1978, uma redação pequena em que todos participavam, era o momento de análise e debate das questões de atualidade nacionais e internacionais, passagem em revista de leituras e acontecimentos que importava dar a conhecer; no Diário de Lisboa, em 1989, com a presença dos diretores e chefes de redação e dos diferentes coordenadores, era também uma ocasião de crítica e debate, por vezes muito vivo – e com bastante humor. Na própria RTP, entre 1978 e 1980, as reuniões de alinhamento eram muito participadas. O diretor de Informação estava normalmente presente e muitas vezes inquiria as razões das escolhas feitas pelos coordenadores ou propunha formas de abordagem. Também não era raro que um jornalista de uma secção exprimisse pontos de vista sobre o trabalho de outra secção ou críticas do trabalho da sua. Por vezes havia melindres, mas havia a noção de que discutir o trabalho de cada um melhorava o de todos.

Tinha, portanto, bastante expectativa em relação às reuniões a que ia assistir.

Logo no primeiro dia, a reunião, marcada para 11H00, começou depois do meio-dia. Sendo quinta-feira, devia incluir o planeamento para a semana seguinte, mas tal não se verifica, dada a ausência, por doença, da jornalista a quem caberá a coordenação dessa semana.

Estão portanto apenas presente o coordenador da semana em curso e os editores das secções de Política, Economia, Sociedade e Cultura. Na ausência da editora, o Internacional é representado por uma das jornalistas da secção.

A reunião processa-se em termos burocráticos: limita-se, no fundo, à apresentação, por cada secção, das notícias que estão a trabalhar ou que foram disponibilizadas pelas agências internacionais.

Durante a reunião é possível acompanhar, nos televisores vizinhos, a emissão do Jornal da Tarde (e dos seus concorrentes da SIC e da TVI), que começa às 13H00, mas não há qualquer discussão sobre o seu conteúdo. Apenas uma breve interrupção dos trabalhos para ver uma peça sobre a segurança na pesca, por razões familiares: o operador de câmara é irmão de uma das editoras. Conclui-se que poderia ser reutilizada no Telejornal, mas teria de ter menos tempo. A editora liga ao irmão, fala-lhe da necessidade de “encurtar” a reportagem e ele responde ter sido o coordenador do Jornal da Tarde a pedir que a “esticassem”.

Sempre com atenção aos canais concorrentes, o coordenador vê na SIC um entrevistado que gostaria de ter tido na RTP e telefona-lhe, perguntando-lhe a razão de ter preferido dar a entrevista a outra estação.

Já no final da reunião, o coordenador chama a atenção para uma nota do Diretor de Informação, difundida pela rede interna, Intranet. O Diretor refere ter recebido uma carta do Presidente da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, “*alertando para uma situação que merece a nossa reflexão e a correspondente correção de práticas*”. Em causa uma reportagem emitida a 27 de Dezembro sobre um relatório da União Europeia que considerava Portugal um “*mau exemplo*”. A peça, embora apontasse a principal “*responsabilidade*” do mau desempenho da economia portuguesa a fatores macroeconómicos, “*resultantes, principalmente, do sector público*”, “*usava e abusava*” de imagens de fábricas de têxtil e de calçado, “*associando-as, logicamente, a esse ‘mau exemplo’*”. Perguntava por isso o presidente da referida associação “*Então, porquê ilustrar tal conteúdo com imagens sobre a indústria têxtil?*” A nota do Diretor de Informação terminava com uma chamada de atenção “*à forma, por vezes descuidada, como escolhemos as imagens de arquivo para as nossas reportagens.*”

Esse cuidado com a utilização de material de arquivo para ilustrar notícias sem imagem própria era algo para que todos os jornalistas que pertenceram ao grupo que entrou em 1978 para os dois canais da RTP tinham sido alertados no curso de formação. O responsável, o jornalista e sindicalista francês Edouard Guibert, por mais de uma vez chamou a atenção para o perigo de se utilizarem imagens de arquivo sem ter em conta a sua ligação à realidade descrita e para a forma como as mesmas pessoas saindo de uma estação de metro ilustravam estatísticas sobre demografia, salários, divórcios, esperança de vida ou desemprego

– podendo esse facto causar-lhes problemas, sugerindo a sua ligação a fenómenos a que eram estranhas, ou até levá-las a processar a RTP.

Tento contextualizar as diferenças entre esta reunião de alinhamento, de contornos burocráticos e mero enumerar das peças disponíveis e aquelas que recorro do final da década de 70 do século passado. Alinho possíveis explicações:

- nesse tempo, havia apenas três noticiários por dia no 1º canal – às 18H00, às 20H00 e às 24H00, mais curtos os das 18H00 e o das 24H00 – e um no 2º canal, e o Telejornal, como o Jornal 2, funcionavam como a primeira página de um jornal impresso, merecendo toda a atenção que estas normalmente recebem; hoje, com um Jornal da Tarde desenvolvido e os noticiários constantes da RTP-N, muitas notícias são emitidas antes do Telejornal e este perde alguma da sua importância;

- a existência das estações privadas leva a que o alinhamento sofra, muitas vezes, ajustamentos já depois da entrada no ar, em função, não de notícias de última hora, como sempre aconteceu, mas da observação do jornal da concorrência (Gomes, 2011).

Mas não só: há que ter em conta que, em 1978, estávamos ainda nos primeiros anos de liberdade e o entusiasmo e a vontade de participação nas decisões eram maiores em todos os sectores da vida nacional.

Jacinto Godinho, que entrou para a RTP em 1987, traçou-me a diferença entre a forma de atuação profissional dos jornalistas do pós-25 de Abril e os atuais:

“Nessa geração havia uma noção do que era o jornalismo e uma discussão permanente porque não tinha grandes certezas em relação a ele. Por isso é uma geração que discute, se interroga, ou seja, que está nas redações – sempre esteve – com um posicionamento particular, que é estar sempre a discutir o trabalho e a profissão. E as decisões que se tomam no trabalho têm sempre por base uma reflexão sobre a profissão, ainda que essa reflexão possa vir de posicionamentos completamente distintos.” (...) “As novas gerações não discutem tanto a profissão, não discutem tanto os trabalhos, e isso cria vícios de rotina, até de estatuto e identidade profissional. [Hoje] as coisas fazem-se de forma quase burocrática. De tal modo burocrática que, hoje, quem tem mais influência sobre o produto final do jornalismo é a agenda que, neste momento, até decide quem é que vai ser entrevistado dentro das peças.” (in Andringa, 2011b: 317-319)

Explicou-me também o que considera ser a principal dificuldade em criticar o trabalho feito, uma prática que considera “fundamental”:

“Se acabámos de fazer uma peça, estamos em convalescença e, se alguém nos faz uma crítica profunda, reagimos mal; não temos o distanciamento suficiente para ler em essa crítica.» Acha que essa é uma razão que faz com que muitas pessoas tenham medo da crítica, ou se refugiem numa crítica diplomática: «Gostei muito, estava giro». «Esse é um dos problemas que temos na profissão: dizer o que achámos do trabalho a um colega que está em convalescença, que fez uma obra em que se empenhou muito, sem usar uma palavra certa, medindo as palavras, sabendo evitar os melindres, fazendo o discurso certo para ele se sentir bem, não se sentir magoado, exige um grande esforço da nossa parte, de percepção do trabalho dele, de criar uma relação de confiança – a única possível, porque a que é de dar palmadinhas nas costas é meramente superficial e não ajuda ninguém, porque o que nos pode ajudar nesta profissão é o olhar do outro. A dificuldade que temos em normalizar a crítica e a discussão é um dos problemas das nossas redações.” (in Andringa, 2011b: 322)

Diário de Campo (2º dia, 5.1.2007):

Prevista para as 11 horas, a reunião de alinhamento – que hoje é também de planeamento da semana seguinte – está novamente atrasada. Num plateau, grava-se o programa semanal “Olhar o Mundo”. O embaixador do Iraque aguarda para participar na gravação. Anoto esta diferença em relação à época em que trabalhei na Direção de Informação: com os estúdios afastados da redação, o acesso dos convidados/entrevistados a esta era quase nulo.

Na redação, alguns, poucos, jornalistas, leem jornais ou consultam, no computador, as agências e o alinhamento do Jornal da Tarde.

Cerca das 12H45, chega o diretor-adjunto, vindo de uma reunião com o Conselho de Administração. Só então começa a reunião de Planeamento, onde estão também a coordenadora, os diversos editores e também a responsável da Agenda, que apresenta as propostas de reportagens recolhidas no seu serviço para a semana que se segue.

Anoto as propostas, a fim de verificar se virão ou não a integrar o Telejornal ao longo da semana:

Para 2ª feira, 8 de Janeiro:

- Os almoços do Caldas, com António Mexia, sobre a estratégia da EDP;
- Decisão da autoridade da concorrência quanto às Ofertas Públicas de Aquisição (OPA) do BCP sobre o BPI;
- Demolição do Estoril-Sol;
- Recomeço do processo Casa Pia;
- Correia de Campos homologa novo hospital de Amarante;
- Sentença de Vale e Azevedo por crime fiscal enquanto Presidente do Benfica;
- Bush recebe Durão Barroso.

Para 3ª feira, 9:

- Jaime Gama recebe líderes parlamentares;
- O Ministro dos Negócios Estrangeiros irá à Assembleia da República explicar a reestruturação consular;
- Greve no metro de Lisboa;
- Sindicato dos quadros técnicos do Estado debate reforma do regime complementar de Segurança Social da função pública;
- Anúncio da exibição pela RTP da série “Paixões proibidas”. A estreia está marcada para 16.1, mas... “a partir de hoje passa uma pequena introdução”.

Para 4ª feira, 10:

- Cerimónia de boas vindas aos novos membros da EU, Bulgária e Roménia;
- O Presidente da República começa uma visita oficial de sete dias à Índia;
- A Comissão de Assuntos Constitucionais vota a alteração ao sigilo bancário;
- Marina Ferreira, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa e presidente da EMEL, falará sobre os mais de 5.000 carros abandonados em Lisboa;
- No V Fórum Gulbenkian da Saúde discutir-se-á a vacina contra a SIDA;
- O Ministro da Saúde, Correia de Campos, assina com a sua congénere espanhola um acordo de colaboração fronteiriça;
- Lançamento do projeto “Dar à Língua”, apoiado pela Secretaria de Estado das Comunidades, na escola interativa Uni-net;

- Apresentação do documento sobre política energética da União Europeia, com referência ao nuclear.

Para 5ª feira, 11:

- O Conselho de Governadores do Banco Central Europeu decide taxas de juro;
- O MIC, Movimento Independente de Cidadãos, realiza um referendo interno para decidir a posição quanto à Interrupção Voluntária da Gravidez.

Para 6ª feira, 12:

- Concerto comemorativo dos 28 anos de carreira do grupo “Xutos e Pontapés” ;
- É o último dia para a legalização dos movimentos contra ou a favor da despenalização da IVG.

Sábado, 13:

- Inicia-se a instrução do processo “Apito Dourado”. Perante a perplexidade dos presentes, uma correção: “Está na agenda do Porto. Deve ser sexta-feira.”

Domingo, 14:

- A RTP revela a lista das 100 personalidades mais votadas no âmbito do programa “Grandes Portugueses”.

A agenda avança também sugestões para outras Reportagens:

- Sobre a clínica da Oiã onde já se faz Interrupção Voluntária de Gravidez;
- Sobre a importância da vacina contra o cancro do colo do útero;
- Sobre velhos e crianças abandonados nos hospitais;
- Sobre o rescaldo do Natal: as compras nas promoções.

O conjunto de editores e coordenadores de secção discute seguidamente as propostas apresentadas pela Agenda e o seguimento de outros temas já abordados:

- a coordenadora refere o testemunho da irmã, médica, para enfatizar o problema dos velhos abandonados nos hospitais e do caos nas urgências na altura do Natal;

- um caso de tuberculose registado numa escola da Trafaria merece atenção, com o diretor-adjunto a alertar para que se deve seguir, mas não dramatizar.

Mais interessante parece ao diretor-adjunto uma notícia trazida pelo semanário Tal e Qual sobre burlas com os toques de telemóveis. “Temos de fazer!” A responsável da Agenda anuncia já ter um processo relativo a essa burla.

Seguidamente surge um problema relativo a outra OPA, a da Sonaecom sobre a Portugal Telecom (PT) e a PT Mutimédia: a editora de Economia, projetara convidar Paulo de Azevedo para uma entrevista no dia 8, mas está projetada uma Grande Entrevista a Belmiro de Azevedo e, segundo a estratégia da SONAE, haverá apenas um comunicado no dia em que for conhecida a decisão sobre a OPA, seguido de uma conferência de Imprensa no mesmo dia da Grande Entrevista. Para que a Grande Entrevista não fique comprometida, a editora da Economia prescinde de convidar Paulo de Azevedo.

O diretor-adjunto defende a feitura de uma peça sobre as fusões bancárias em Espanha. A editora de Economia lembra que já se fez uma peça semelhante, mas aceita a decisão.

É a ida do Presidente da República à Índia que merece maior discussão. Está já decidido que o enviado especial será da editoria de Política. A responsável do Internacional protesta por não ter sido avisada e não poder enviar ninguém. Sugere que o jornalista que vai acompanhar a visita prepare uma peça sobre a importância económica da Índia, nomeadamente no campo do turismo de saúde, mas o diretor-adjunto responde que, tendo de acompanhar a visita presidencial, não terá tempo para isso. A coordenadora e a responsável do Internacional lembram que o turismo de saúde indiano fez 5 capas da Time em 2006. O diretor-adjunto lamenta que não tenha havido troca de informações entre as diversas secções e diz que isso tem de ser corrigido. Avança a hipótese de fazer algumas peças em Portugal, com empresas que trabalham na Índia.

Entretanto telefona a correspondente em Madrid, referindo a descoberta de bombas em Bilbao, e é-lhe encomendada uma peça.

E são duas notícias de Internacional que provocam os debates mais interessantes: as agências internacionais noticiaram o enforcamento de duas crianças na sequência das notícias sobre a morte de Saddam, mas a editora do Internacional recusa apresentar a peça, por a considerar pouco relevante e especulativa. Os responsáveis do Telejornal aceitam a decisão. A editora recusa igualmente dar notícias sobre o caso de uma criança deficiente norte-americana, a quem

os pais não permitiram que crescesse. Durante alguns momentos debate-se a hipótese de usar a notícia como suporte de um “debate ético”, ideia que acaba por cair.

É ainda sobre uma criança nova discussão ética, desta vez sobre um caso nacional: o da criança disputada aos pais adotivos pelo pai biológico. A Direção de Informação da RTP decidira não a identificar, mas a sua imagem apareceu no ecrã com grande destaque.

Menos discussão merece o problema que surge quanto à cobertura do encontro entre o presidente norte-americano, Georges Bush, e o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Em condições normais, deveria ser coberto pela RTP, mas o correspondente está doente. Opta-se por fazê-la a partir das agências internacionais.

Outra notícia lida nos jornais do dia sobre alterações climáticas e aquecimento global provoca unanimidade. Decide-se que é preciso tratar o tema e “saber quantas pessoas foram mortas pelo calor em Portugal, este ano”.

O diretor-adjunto propõe uma investigação que considera suscetível de interessar o público em plena época natalícia: quanto tempo duram os brinquedos de Natal, ou seja, por quanto tempo vão as crianças a quem são oferecidos interessar-se por eles?

Não posso deixar de estranhar a forma como se misturam, entre os assuntos trazidos pela Agenda, alguns que me parecem de todo despropositados para um Telejornal, como a estreia de uma série ou a revelação da lista “das 100 personalidades mais votadas no âmbito do programa “Grandes Portugueses””.

A informação sobre programas da RTP revela uma deslocação da fidelidade dos jornalistas. Ao compromisso com os cidadãos, a quem deve lealdade e a informação necessária à sua liberdade e autonomia [Kovach & Rosenstiel, 2007 (2001)], o jornalista privilegia o compromisso com a empresa.

Talvez se possa marcar o início dessa mudança em 1990, quando a administração da RTP, através da Ordem de Serviço 5/90, entendeu limitar o direito dos jornalistas a colaborar em outros órgãos de informação e levantou processos a jornalistas que trabalhavam simultaneamente em outros órgãos de informação. A Ordem de Serviço 5/90 levou ao

despedimento de três conhecidas jornalistas – Antónia Palla, Margarida Marante e Maria Elisa – que exerciam funções de direção em revistas femininas.

Não era raro, então, que um jornalista trabalhasse em mais de um órgão de informação. Isso mesmo é patente em algumas entrevistas do livro “Ser jornalista em Portugal Perfis Sociológicos”.⁵⁸

A administração exigiu também que todos aqueles que escreviam em jornais ou revistas assinassem com a referência “jornalista da RTP”. Na altura, essa exigência deu origem a um debate, já que alguns jornalistas consideravam que a referência teria de ser, quando muito, “jornalista na RTP”.

Basta, no entanto, atentar na forma como ainda hoje alguns jornalistas que trabalham na RTP assinam as suas colaborações em outros órgãos de informação para verificar que a maioria considerou esse fator simbólico como de pequena relevância.

Não era, no entanto, uma questão despicienda: entre o “de” e o “em” ficava expressa a primazia da fidelidade do jornalista, com a empresa ou com o público. Kovach e Rosenstiel não têm dúvidas a esse respeito, e escrevem-no a bold: “*Journalism’s first loyalty is to citizens*” (“*O primeiro dever de lealdade do jornalismo é para com os cidadãos.*”, 2007:52). E defendem que a noção de que os jornalistas estão dispostos a procurar a verdade, mesmo à custa dos interesses do proprietário da empresa, é o garante da credibilidade de um órgão de informação: “*Por isso*”, explicam, “*os que selecionam as notícias não são empregados como os outros. Têm uma obrigação social que pode por vezes sobrepor-se aos interesses imediatos do seu empregador, e essa obrigação é a fonte do êxito financeiro dos seus empregadores.*” (2007: 53)

Nem sempre esses empregadores o entendem. A exceção mais vezes referida em Portugal é a de Pinto Balsemão, pela forma como soube gerir o período em que foi simultaneamente primeiro-ministro e “dono” do Expresso.

Mas a inclusão, entre as sugestões de reportagem, de acontecimentos da própria empresa não é o único fator a despertar-me a atenção: a reunião parece mostrar um excessivo protagonismo da Agenda e um certo demissionismo dos responsáveis editoriais. E como as informações fornecidas pela Agenda são, sobretudo, as que lhe foram comunicadas por fontes

58 V.G. Carlos Pinto Coelho, p. 238, José Estevão Santos Jorge, p., 528-9

institucionais, o peso que esta adquire pode significar uma diminuição da independência e autonomia da informação.

É estranho que seja a Agenda a recordar questões como o encontro de Durão Barroso com Bush ou a visita do Presidente da República à Índia e mais estranho ainda a falta de interesse que a primeira parece suscitar. Igualmente estranha a posição do diretor-adjunto e da coordenadora do Telejornal sobre o desencontro entre as secções Política e Internacional em relação à visita de Cavaco Silva. Superar a falta de diálogo entre secções é uma questão organizacional. Faltará aqui uma chefia de redação que transforme as partes num todo, tarefa que, aparentemente, não é inteiramente cumprida nem pelo diretor-adjunto nem pela coordenação?

Por outro lado, com exceção das fusões bancárias em Espanha, as propostas do diretor-adjunto recaem, sobretudo, nas chamadas “questões de Sociedade” – o que, à observadora que sou, parece uma opção estranha para o principal noticiário nacional, aquele ao qual a maioria dos portugueses recorre para tomar conhecimento do que se passa no país e no estrangeiro. É um jornal pensado para consumidores, não para cidadãos: hospitais cheios, burlas com telemóveis, compras de Natal.

As sugestões feitas pelos responsáveis do Telejornal parecem remeter para um “jornalismo de comunicação”, que Érik Neveu diz refletir “*um desvio da atenção de um público que desinvestiu a política, mais orientado para a procura da felicidade privada. [Um jornalismo que] valoriza as soft news, uma informação de serviço que antecipa os interesses dos seus públicos nos domínios da saúde, do lazer, do consumo.*” (2001)

Impossível não pensar na análise de Pierre Bourdieu (1996) sobre a utilização dos “*fait divers*” como “*des faits qui font diversion*”, quer dizer, que distraem do essencial, utilizando temas que interessam a todo a gente, mas tratados de modo que não toca em nada de importante. E que ocupam o tempo escasso da informação, impedindo o tratamento de temas socialmente importantes. (Que podem ser os mesmos, desde que tratados de outra forma.)

Vale a pena transcrever aqui uma das frases de Bourdieu (id.): “*Se se empregam minutos tão preciosos para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de facto muito importantes na medida em que escondem coisas preciosas.*”

O que obriga a que, ao estudar a produção televisiva, seja indispensável, para lá do dito, analisar o não dito, o que em cada dia fica por dizer. E o que fica por dizer tem a ver, sobretudo – como constato nesta reunião de planeamento – com os critérios noticiosos, mas não só. Velhos abandonados em hospitais, consumismo natalício, são temas que podem revelar muito sobre a sociedade em que vivemos: depende, apenas, de como é feita a notícia e o que nela fica por dizer.

Como lembra Guillevic, “*o sangue de um morto por acidente/ não é o mesmo, na rua,/ que o de um morto pela liberdade,/ derramado na mesma rua./ Tem cada qual um modo particular de ser vermelho e de gritar.*” (1965)⁵⁹

Diário de Campo (3º dia, 8.1.2007):

Tento verificar, no alinhamento do Telejornal, qual o aproveitamento dos temas sugeridos pela Agenda na reunião de planeamento.

Apenas um desses temas – inevitável – foi acolhido: o encontro entre Bush e Durão Barroso. A cobertura coube ao correspondente em Washington.

Transcrevo o alinhamento do Telejornal:

1. Desemprego: Yasaki Saltano despede 533 pessoas. Trabalhadores culpam governo. (Pivot + peça)
2. Basílio Horta diz que a maioria não fica na rua. (Pivot + peça)
3. Fábrica de calçado despede todos e não paga Dezembro (Pivot + peça)
4. População estudantil aumentou: + 21 mil estudantes inscritos. (Pivot + peça)
5. Médicos Sem trabalho: Cerca de mil médicos internos ficaram sem colocação e estão em protesto. (Pivot + peça)
6. Gripe: infeções respiratórias congestionam urgências hospitalares. (Pivot + peça)

59 “*O Sangue é um líquido complicado/ Que circula. É de um vermelho/ Que aliás não se vê e que muda/ Como uma planura sob várias luas. // O sangue contém corpos numerosos/ Dos quais algumas pessoas sabem a fórmula.// É o nosso sangue. É ele/ Que anda à volta, que volta./Que alimenta.//O sangue derrama-se facilmente, / Basta-lhe apenas uma abertura.//O sangue de um morto por acidente/ Não é o mesmo, na rua,/ Que o de um morto pela liberdade, / Derramado na mesma rua. //Tem cada qual um modo particular //De ser vermelho e de gritar.*”

7. Referendo ao aborto: “Médicos pela Escolha” querem alteração ao Código Deontológico da classe”. (Pivot + peça)
8. Época de saldos: casas mais baratas (Anúncio de peça)
9. Ambiente: táxis param um dia em cada sete. Menos 3900 toneladas de CO2 por ano.
10. Aquacultura polémica Pescanova vai construir fábrica em rede Natura. Ambientalistas contra projeto.
11. Greve: Metropolitano de Lisboa pára amanhã e quinta-feira entre as 6 e o meio-dia.
12. Reclusos evadidos: dois presos, brasileiros, fugiram da prisão do Linhó. (PUB)
13. Encontro EU/EU:A Durão Barroso e George Bush avaliam metas comuns.
14. Terrorismo ETA: Batasuna pede à ETA que mantenha cessar-fogo permanente.
15. Papa teme crise mundial: Bento XVI preocupado com crise nuclear do Irão e Coreia do Norte.
16. Irão: Líder supremo diz que a tecnologia nuclear iraquiana pertence a todo o mundo islâmico.
17. Iraque: Tribunal decide retirar Saddam da lista de acusados por este já ter sido executado.
18. Tempo de saldos: Agência reduz preço de casa para contrariar queda nas vendas.
19. Cavaco Silva: Presidente da República prevê “quadro exigente” para presidência portuguesa
20. Sócrates vai à China: Revisão das taxas aduaneiras e tributação na agenda.
21. Crise no CDS-PP: Ribeiro e Castro espera resolver em breve conflito interno com Nuno Melo.
22. Torneio de Dubai: Benfica vence Bayern Munique (anúncio de peça).
23. Intervalo às 20H39
24. Lisboa-Dakar: Portugueses perdem liderança da prova ao entrar em África.
25. Atlético vence Porto
26. Herói de Alcântara: David marca no Dragão. Brasileiro é adepto do FCPorto
27. Vitória do Atlético: Jogadores do Sporting comentam eliminação do Porto
28. Sporting: Miguel Veloso renovou até 2013. Rochemback tenta o regresso
29. Futebol em Espanha: pancadaria entre dois jogadores
30. Anabela Duarte: Ex-vocalista do grupo Mler Ife Dada grava canções de Kurt Weil e Boris Vian

Aproveito as notas que tomei para analisar o alinhamento do Telejornal.

Ao contrário do que se passa na maioria dos países europeus, em que os noticiários não excedem os 30 minutos de duração, o da RTP dura uma hora. Esse facto permite-lhe ter um intervalo para publicidade, num horário desejado por esta, visto o Telejornal ser, muitas vezes, o ponto alto nas audiências do canal. A colocação desse intervalo antes das notícias de desporto, normalmente atrativas de audiências, pretende deter a fuga de espectadores durante a emissão de publicidade.

Nem sempre é fácil compreender o “alinhamento” – ou seja, a ordem pela qual as diferentes peças surgem no Telejornal.

Depois de muitos anos em que essa ordem correspondia à hierarquia do Estado – mesmo durante a viagem do presidente do Conselho, Marcelo Caetano, ao então “Ultramar”, a que a RTP deu grande relevo, o Telejornal continuava a abrir com as notícias relativas ao presidente da República, Américo Tomás. (Cádima, 1996:370).

Após o 25 de Abril de 1974, eram naturalmente os temas políticos a ditar a abertura do Telejornal – excetuando, naturalmente, catástrofes naturais ou acidentes envolvendo elevado número de vítimas.

Numa análise da notícia de abertura do Telejornal (TJ) entre 1959 e 2009, quatro investigadores do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho encontraram quatro fases distintas:

- De 1959 a 1973: sobre essa fase, a que chamam “*o poder em cena*”, escrevem:

“O alinhamento do TJ compõem-se de um conjunto de notícias que, na abertura, dá primazia ao poder político português e se orienta por uma ordem cronológica (...) não se nota uma grande valorização do valor-notícia “atualidade” (...) pouco mais de metade das peças analisadas reportam acontecimentos do dia. (...) a maior parte desses acontecimentos era previsível, podendo estar agendada já há alguns dias.” [Destetam, também], “dois modos de fazer jornalismo: um mais substantivo, mais sucinto e mais ágil a noticiar aquilo que acontece (o internacional) e outro mais adjetivo, mais prolixo e mais despreocupado com pressões do tempo (o nacional) (Lopes et al, 2009: 107-112);

- De 1974 a 1976: os investigadores a Universidade do Minho dão a esta fase o título “a conquista da liberdade”. Os assuntos políticos correspondem, nela, a

“89% das aberturas dos Telejornais”, sendo “a Política de Estado (...) a categoria temática que mais sistematicamente deu o mote para a informação televisiva”, numa altura em que, escrevem, “transmitir comunicados era, na verdade, uma vocação particular do Telejornal em meados da década de 1970”⁶⁰ [e] 69% das notícias diziam respeito a notícias do dia” (id.: 113-115);

- De 1977 a 1991: É, dizem os autores que venho citando, “o caminho da democracia”:

“A Política continua (...) a dominar as notícias de abertura”, mas a percentagem desce para 67%, com “uma considerável dispersão dos motivos de abertura por outras secções como Sociedade e Economia, que no conjunto representam quase um terço dos alinhamentos.” Os autores referem ainda “uma progressiva transformação até um registo mais isento, que dispensa adjetivos” salientando que se notam profundas diferenças “mesmo antes da abertura dos canais privados” e que “ a linguagem se torna gradualmente mais direta, eventualmente mais aproximada da rádio do que da imprensa”. Ao mesmo tempo, o Telejornal mostra-se mais capaz de noticiar acontecimentos imprevistos: “O valor das notícias de acontecimentos previstos, de agenda, é ainda elevado, mas decresce cerca de 10% em valor dos acontecimentos previstos”. (ibid.: 117)

- De 1991 a 2009: Logo no título que dão a esta fase, os investigadores referem a sua principal característica. “a urgência de noticiar a última coisa que acontece” e explicam:

“A velocidade é m dos principais traços distintivos do Telejornal entre 1992 e 2009. Porque à mesma hora há dois produtos concorrentes nos canais privados. Porque os meios tecnológicos permitem cruzar lugares longínquos e encurtar intervalos de tempo entre o acontecimento e a respetiva mediatização. Porque as fontes de informação, que podem e costumam ser notícia, estão profissionalizadas nos ritmos cronometrados do trabalho jornalístico.” Por tudo isso e pela experiência entretanto adquirida pela redação, que os autores também referem, o Telejornal “conta o que aconteceu no dia e, na abertura, esse relato reflete, sobretudo, factos imprevisíveis (44,6%)”. “A Política de Estado continua a ser o tema com mais visibilidade nas aberturas dos alinhamentos do TJ (25,6%)”, surgindo em segundo lugar acidentes e desastres, e ganhando terreno casos de polícia e julgamentos. (ibid.: 119-122)

60 Não era só o Telejornal a fazê-lo, como ressalta das declarações de Joaquim Furtado sobre a experiência do Rádio Clube Português, que citámos no capítulo 3.

É desta forma que o mais constante apresentador do Telejornal, José Rodrigues dos Santos, que é também doutorado em Ciências da Comunicação, analisa as mudanças verificadas neste último período:

“Dei uma aula na faculdade em que levei um Telejornal de 1991, antes de haver as privadas. Não se vê um único popular a falar, um único problema do país real a ser discutido. Começa com uma peça sobre as conversações de paz em Moçambique, depois vai para uma peça de 3 minutos – num jornal de meia hora – 3 minutos com uma visita do Fernando Nogueira à Guiné Bissau e a Cabo Verde, acompanhando-o minuto a minuto. Depois tem uma peça do governador de Macau com o primeiro-ministro Cavaco Silva, tem o presidente Soares a passar revista à Guarda Nacional Republicana porque é o dia da GNR, depois mete mais dois ou três governantes, depois um Ministro da Justiça chinês que está em Portugal, depois o príncipe herdeiro de Espanha que foi ao Porto à confraria do Vinho do Porto. A única voz da oposição é Narana Coissoró numa peça do Parlamento. Mete o Narana Coissoró e depois o Secretário de Estado a fazer a defesa. Isto é, tens puro discurso de poder, apenas uma voz da oposição, e é no Parlamento, porque senão também não aparecia. Isto, hoje, é um noticiário impossível. O povo entra no jornal, que era uma coisa que não existia. Foi uma evolução muito importante. O país começou a refletir-se mais no jornal e deixou de ser um jornal de elites e sobretudo de elites governativas.

A outra enorme evolução foi na técnica da reportagem. Todas as peças, com exceção das imagens que vinham da Eurovisão, eram feitas de câmara ao ombro. As entrevistas eram mal iluminadas, e era Portugal sentado, uma peça atrás da outra... Hoje vão-se buscar imagens mais interessantes, o texto já não é um texto oficioso, é um texto mais coloquial, mais comunicativo. Utilizava-se uma linguagem que as pessoas não entendiam. Hoje em dia há um esforço de descodificação. O Telejornal deixou de ser um jornal das elites e passou a ser um jornal da população em geral, mesmo das pessoas menos instruídas. E isso acho que foi uma evolução muito positiva.” (in Andringa, 2011 e: 580)

Numa “newsletter” da RTP, um artigo inclui as explicações de uma coordenadora do Telejornal sobre a notícia de abertura:

“O tema de abertura é escolhido de acordo com “relevância social e política”, que pela sua “repercussão passe a ser notícia de topo” (...) “temos de escolher a notícia que consideramos ser um acontecimento notável, de maior impacto, maior repercussão social e política nesse dia e certamente nos seguintes” (...) Este “impacto não significa

sensacionalismo, mas sim que diga respeito a um maior número de pessoas, que reproduza problemas, sentimentos e vivências de um maior número de indivíduos”. (...) *Existem sempre temas recorrentes nos noticiários como “o desemprego, o custo de vida, a violência ou a segurança, a saúde ou a falta dela”.* *Este conceito de maioria é especialmente importante em televisão porque “ao contrário do jornal, que oferece um cardápio de notícias ao leitor, na televisão a refeição é escolhida por quem tem o comando na mão”.* *A notícia televisiva é produzida para ser consumida na sua totalidade, como um grande título.”* (Silva, s.d.)⁶¹

Analisemos agora, à luz de todas estas informações, a abertura do Telejornal de 8 de Janeiro de 2007:

O elevado número de despedimentos na Yazaki Saltano justifica a abertura do Telejornal. Corresponde a diversos critérios de noticiabilidade, alguns dos quais, aliás, destacados nas declarações de uma coordenadora do Telejornal, que acabo de citar: atualidade, proximidade, relevância, pessoalização, negatividade [Galtung & Ruge, *apud* Traquina, 1993].

Sendo também a unidade temática – ainda que por vezes por contraste – um dos critérios dos alinhamentos televisivos (Weaver, *in* Traquina, 1993) não surpreende que a seguir surja Basílio Horta, então presidente da Agência Portuguesa para o Investimento, a garantir que a empresa “tentará minimizar” o impacto da medida., nomeadamente através de uma política de seleção que evite o despedimento simultâneo dos dois elementos dos cerca de 150 casais que ali laboram e a referir contactos com o grupo Amorim no sentido deste poder empregar cerca de 300 dos trabalhadores despedidos da Yazaki Saltano.

A ligação temática justifica também o terceiro lugar dado no alinhamento aos despedimentos numa fábrica de calçado.

O quarto lugar no alinhamento é para uma peça sobre o aumento da população estudantil, com mais 21 mil estudantes inscritos.

Em quinto lugar, o Telejornal refere que cerca de mil médicos internos ficaram sem colocação e estão em protesto.

61 As declarações da coordenadora surgem, na nossa transcrição, em tipo redondo.

Dos médicos não colocados, por relacionamento temático, passa-se às urgências hospitalares, assoberbadas por casos de gripe e, continuando em temas ligados à saúde, em sétimo lugar vem uma peça relativa ao próximo referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária de Gravidez.

Uma lógica irrepreensível do ponto de vista jornalístico, mas que tem sempre possibilidade de ser encarada de outro modo pelas pessoas envolvidas no processo.

Como? É que, subjacente ao discurso de cada notícia, há uma outra narrativa, criada pela forma como se interligam. Assim, se Basílio Horta fala, imediatamente a seguir à notícia sobre o mais de meio milhão de desempregados da Yazaki Saltano, para sugerir que poderá haver ações que inorem o problema, tal pode ser lido como uma intenção “calmante” do Telejornal perante uma situação de crise instalada, visível nas notícias que se seguirão.

Assim, a terceira notícia volta ao tema do emprego ameaçado, com os despedimentos na fábrica de calçado, e a quinta fala de outros desempregados, os médicos que não foram colocados nos hospitais. O facto de vir em quinto lugar justifica-se pela ligação a outros temas de saúde (gripe e IVG) – mas pode proporcionar outra leitura da peça sobre o aumento da população estudantil: uma leitura negativa, já que ao desemprego crescente não escapam sequer os licenciados.

Na narrativa secundária constituída pelo alinhamento, as leituras dos telespectadores podem ser muito diferentes daquelas pensadas pelos jornalistas. A passagem da notícia sobre os médicos não colocados para a reportagem sobre as urgências hospitalares pode levar, por exemplo, à associação “se houvesse mais médicos, as urgências poderiam funcionar melhor”, tal como a sequência “urgências assoberbadas pela gripe” para a posição dos médicos favoráveis ao voto “sim” no referendo pode criar uma outra: “Então os hospitais não conseguem dar conta da gripe e vamos sobrecarregá-los com a IVG?”

Esta narrativa subliminar – cuja possibilidade aqui me limitei a exemplificar, ficcionando – não é obviamente premeditada pelos jornalistas, mas talvez justificasse um estudo alargado, ao nível da receção.

Uma psicóloga clínica do Hospital Júlio de Matos referiu-me que, durante o conflito no Kosovo, tinham aumentado as consultas de doentes ansiosos: “*Será a 3ª Guerra Mundial? Vamos ser envolvidos? Estamos em perigo?*” Na opinião da psicóloga, isso acontecia,

sobretudo, pela ausência de enquadramento, surgindo apenas informações soltas sobre bombardeamentos, mortos, desalojados: “*O enquadramento explica, justifica, acalma, diminui o sentimento de absurdo. É o absurdo, o inexplicado, o aleatório, que perturba.*”

É possível que nos doentes observados por esta psicóloga se verificasse um efeito semelhante ao induzido pelas notícias sobre assaltos, que geram um sentimento de insegurança desproporcionado em relação à realidade (Glasser, 1999). Vivemos em paz, mas a presença constante de imagens de conflito – “*as guerras são agora também as paisagens e os sons das nossas salas de estar*”, escreve Sontag (2003:27) – e mais ainda, de um conflito que já não se trava noutra continente, mas naquele de que somos parte – transforma a guerra numa ameaça credível, como essa delinquência que, à força de ouvirmos noticiada, nos torna inseguros.

Mas até que ponto é que a consciência dos efeitos possíveis do seu trabalho pesa sobre os jornalistas?

No questionário que apresentámos aos jornalistas da redação de Lisboa Direção de Informação, à pergunta sobre se os preocupavam os efeitos das notícias que faziam, a maioria responde que “sim, mas...”. Duas jornalistas referem o cuidado a ter com “*imagens desnecessariamente chocantes para o espectador*”. Um dos mais experientes diz pensar nos efeitos, mas considerar inaceitável não fazer uma reportagem por causa dos possíveis efeitos. Única exceção: casos que afetem a intimidade ou a honra das pessoas. Outro dos mais antigos é mais prudente e admite que o trabalho de um jornalista tem repercussões pelo que “*é preciso ter muita atenção àquilo que se diz e como se diz*”.

Volto ao Telejornal de dia 8 de Janeiro de 2007:

A notícia relativa ao próximo referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária de gravidez passa às 20H14, em 7º lugar do alinhamento, com a palavra ABORTO bem visível no ecrã, com um O transformado no símbolo feminino, e a legenda “Referendo ao aborto / “Médicos pela Escolha” quer alteração ao Código Deontológico da classe”.

Segue-se o anúncio de uma notícia sobre uma agência imobiliária que desceu os preços das casas para contrariar a quebra de vendas – notícia que só será emitida muito mais adiante no Telejornal.

É o que em publicidade é conhecido como “*teaser*”⁶² e que contraria o próprio conceito de notícia, já que esta é dada logo que anunciada. Esta contaminação do noticiário televisivo pela linguagem publicitária é uma prova mais de que a ênfase noticiosa se deslocou da importância da informação para o seu valor de atracção. A notícia já não se destina a informar o espectador-cidadão, mas a prender a atenção do espectador-consumidor. A garantir audiências que garantam publicidade. Como explica Ramonet (2002), não se trata já de vender informação aos cidadãos, mas de vender consumidores aos anunciantes.

Curiosamente, a publicidade é uma das atividades incompatíveis com o jornalismo⁶³ – o que aparentemente não basta para desaconselhar a utilização de técnicas publicitárias nos jornais televisivos.

O Telejornal prossegue com notícias sobre ambiente: os táxis vão passar a parar um dia em cada sete, reduzindo a emissão anual de CO2 em 3900 toneladas. Um projeto de aquacultura da Pescanova, em rede Natura, levanta objeções aos ambientalistas. Segue-se uma referência à greve no metropolitano de Lisboa e a notícia de que fugiram dois presos da cadeia do Linhó.

Tempo depois para o noticiário internacional:

A abrir, a notícia do encontro entre o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e o presidente dos Estados Unidos da América do Norte, George Bush, a cargo do correspondente da RTP em Washington.

Segue-se uma notícia de Espanha: o Herri Batasuna pede à ETA que mantenha cessar-fogo permanente. Depois, a preocupação do Papa com a possibilidade de uma crise nuclear envolvendo o Irão e a Coreia do Norte e a afirmação por parte do Irão de que a tecnologia nuclear iraquiana pertence a todo mundo islâmico. O noticiário internacional termina com a notícia de que o tribunal que julga os crimes do regime de Saddam Hussein decide retirá-lo da lista de acusados, por já ter sido executado.

62 “Recurso de rádio, televisão ou publicidade para estimular a curiosidade do público em relação a uma notícia, um programa, um anúncio, uma campanha, que só depois se farão conhecidos.” Dicionário *on-line* de português, acessível em <http://www.dicio.com.br/teaser/>.

63 Artigo 3º - 1 do Estatuto do Jornalista (Lei nº 1/99 de 13 de Janeiro). Acessível em http://www.ccpj.pt/legisdata/lglei1de99de13dejaneiro_b.htm

E chega, finalmente, a notícia sobre a imobiliária que reduziu os preços das casas para contrariar a queda nas vendas. A que se seguem notícias políticas: Cavaco Silva prevê “quadro exigente” para presidência portuguesa, próxima viagem de Sócrates à China, crise no CDS-PP, conflito entre Ribeiro e Castro e Nuno Melo.

Antes do intervalo, às 20H39, novo “teaser”, desta feita sobre desporto. E é com o Desporto que o TJ regressa, após a publicidade: rali Lisboa-Dakar, diversos jogos de futebol – incluindo uma cena de pancadaria entre dois jogadores, em Espanha.

E, a fechar, a notícia de que a ex-vocalista do grupo Mler Ife Dada, Anabela Duarte, grava canções de Kurt Weil e Boris Vian.

Seria esta a primeira página de um jornal de referência – que era a definição habitual de um Telejornal na década de 70? Obedecem quer os temas escolhidos, quer o seu alinhamento, a critérios de relevância editorial?

Penso que não. Preocupada com a eventual contaminação da minha análise sobre a burocracia das reuniões de alinhamento e o próprio alinhamento com a minha experiência anterior, tranquilizou-me ver que não foi diferente a perceção de Adelino Gomes, que fez também um período de observação participante na RTP em 2007. Sobre o alinhamento dos jornais televisivos, e sem excluir a RTP, conclui não serem os critérios de relevância editorial a ditá-lo. “*Pelo contrário*”, escreve, a sequência do alinhamento “*subordina-se, não poucas vezes, e nalguns casos de forma obsessiva, a objetivos de captação de audiências e de concorrência*”. (2011)

Uma vez que estamos a cerca de um mês do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e que pretendo analisar a sua cobertura, enquanto acontecimento programado, a par dos acontecimentos imprevistos Subtil e Arrastão, decido tomar nota dos textos de lançamento – “pivot” – e de reportagem – “peça” – sobre o tema. A análise será, no entanto, deixada para um capítulo posterior.

A cobertura do referendo merece, entretanto, uma semana depois (15 de Janeiro) uma entrada no Diário de Campo:

Diário de Campo, 10º dia (15.1.2007, segunda-feira)

Na reunião de alinhamento, quando estamos já a menos de um mês da realização do referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária de Gravidez, um dos editores do Telejornal pergunta aos presentes se já há diretrizes sobre como tratar a questão do referendo. Perante a ausência de resposta, declara que não tomará sobre si a responsabilidade de as dar: “Não se passará o mesmo que com os incêndios”, acrescenta.

É uma referência direta à forma como o Diretor de Informação da RTP depusera perante a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), na investigação aberta na sequência de um artigo de opinião intitulado “Como se faz censura em Portugal” (Público, 20 de Agosto de 2006), em que o autor defendia que a cobertura feita pela RTP dos incêndios de dia 12 de Agosto tinha minimizado a gravidade dos fogos devido à pressão governamental: “*As informações de que disponho indicam que o gabinete do primeiro-ministro deu instruções diretas à RTP para se fazer censura à cobertura dos incêndios: são ordens diretas do gabinete de Sócrates*”.

A investigação levada a cabo viria a dar lugar à Deliberação 1-I/2006 do Conselho Regulador da ERC. De acordo com o texto dessa deliberação⁶⁴, o Diretor de Informação da RTP tinha reconhecido “*não ter sido feita a ‘cobertura que se justificaria dar naquele dia’*”, acrescentando que, dado encontrar-se de férias nessa data, a informação lhe fora comunicada “*pelo coordenador do ‘Telejornal’*.” E era do coordenador o relatório dos acontecimentos que, nesse dia, tinham impedido a transmissão de um “direto” que chegara a estar previsto. Relatório esse que suscitou críticas do Conselho Regulador da ERC:

“(…) ainda que como questão lateral, o Conselho Regulador não pode deixar de notar que o relatório do coordenador revela que não houve, por parte do planeamento de operações da RTP, cuidado suficiente na elaboração do horário de trabalho daquele dia, por forma a cobrir o período de emissão do “Telejornal”. Não foi ponderado o suficiente, também nesse plano, o facto de o país estar a atravessar um período de incêndios. Daí que, verdadeiramente, a não abertura do Telejornal em direto do Gerês/Arcos de Valdevez não se tenha ficado a dever, em exclusivo, a um problema técnico com o servidor, mas também a um deficiente planeamento operacional.”

64 No ponto intitulado “As explicações da RTP sobre as opções editoriais no dia 12 de Agosto de 2006”

Compreendia-se assim a frase do coordenador, embora no caso da cobertura de incêndios houvesse até um documento redigido pelo diretor-adjunto de Informação da RTP, do qual, mau grado o conjunto de problemas que afetara a cobertura, a orientação da estação não se afastara.

Depois dessa experiência e sabendo que o tema da Interrupção Voluntária de Gravidez dividia a sociedade portuguesa, era natural que o coordenador do Telejornal exigisse orientações que pudessem evitar-lhe vir a ser novamente posto em causa.

Aliás, refere-se nessa reunião, o Diretor de Informação mandara já cortar uma reportagem sobre a compra pela Internet de comprimidos destinados a provocar a interrupção da gravidez nos primeiros dias.

E houvera alguma descoordenação entre os diversos serviços noticiosos, já que o Jornal da Tarde identificara o tema com a imagem de um feto, o que o Telejornal nunca fizera.

Foram entretanto sugeridos temas para diversas reportagens relativas à questão da IVG e indicados os possíveis autores:

- Quando começa a vida?
- Clínica espanhola que pratica IVG anuncia em Portugal
- A experiência da Bélgica e da Irlanda (correspondentes)
- Custos e opções
- Formação de médicos
- O que falha na educação sexual?
- Os homens e o aborto
- Objeção de consciência
- Planeamento familiar
- Mães adolescentes

No final da reunião, um dos presentes interpela-me: quer a minha opinião sobre se, como jornalista no ativo e no Telejornal, pode tomar posição pública sobre o referendo.

Não há uma resposta fácil. Por facilidade de exposição, transcrevo aqui alguns dados que enformaram um artigo que vim a publicar em 2008, tal como a minha resposta ao camarada que me fez a pergunta:

A norma, nos Códigos de Ética dos Jornalistas, mesmo naqueles que proíbem o trabalho assalariado em organismos governamentais, é não ser feita referência à militância política, vista como um direito cívico. As restrições vêm, sobretudo, das empresas, que pretendem manter uma imagem de independência.

Assim, por exemplo, a BBC faz saber ao seu pessoal e até aos contratados que intervenham como apresentadores ou repórteres em programas de informação que não devem revelar o sentido do seu voto ou expressar apoio a qualquer partido político, emitir opiniões sobre matérias que estejam a ser alvo de debate público ou exortar à mudança de políticas públicas.

Também a canadiana CBC proíbe os seus produtores, editores, jornalistas, repórteres e outros apresentadores de tomar posições públicas em referendos ou plebiscitos, apoiar um partido ou um candidato, candidatar-se à Casa dos Comuns ou a uma assembleia legislativa regional.

O New York Times espera igualmente dos seus jornalistas que não intervenham em política, nem façam nada que possa levantar dúvidas sobre a sua neutralidade profissional: integrar campanhas, subscrever candidaturas ou usar insígnias de partidos políticos, participar em manifestações ou assinar petições. Linha idêntica segue, em Portugal, o jornal Público.

Já os Códigos Deontológicos tratam de modo diferente a relação entre o jornalismo e a política.

Na Alemanha, o Código em vigor, criado pelo Conselho de Imprensa em conjunto com as associações profissionais, tem em conta a possibilidade de os órgãos de comunicação social afixarem claramente as suas opções políticas, ao determinar que, a bem “*da isenção jornalística, da liberdade de informação do público e da igualdade de oportunidades dos partidos políticos, os jornais e revistas que cubram campanhas eleitorais devem também publicar pontos de vista que não partilham*”.

E só no caso de um jornalista trabalhar em simultâneo para o Governo (ou uma agência governamental) e um órgão de informação é que o mesmo Código recomenda que sejam tomadas todas as medidas para que o seu papel em ambos seja claramente separado – separação essa que deve estar expressa nos contratos de trabalho e é considerada necessária

“para evitar qualquer sugestão de dupla lealdade ou compromisso profissional que possa comprometer a reputação e a credibilidade do órgão de informação.”

Os jornalistas finlandeses consideram que *“a boa prática jornalística não limita nem a liberdade de expressão do público nem a do jornalista”*. Envolve, isso sim, *“responsabilidade pelos princípios e políticas da comunicação”*. Também os húngaros defendem que *“os jornalistas também têm o direito à opinião e à convicção, bem como à sua expressão”*, não podendo, no entanto, sugerir que a sua opinião é a do seu órgão de informação.

Para os jornalistas espanhóis, a regra é *“estabelecer uma distinção clara e rigorosa entre os factos que reporta e as suas opiniões ou interpretações”*, não sendo o jornalista obrigado a ser neutro nas suas atividades profissionais.

Na Rússia, os jornalistas consideram o seu estatuto profissional incompatível com lugares em órgãos dos poderes executivo, judicial e legislativo, bem como direções de partidos políticos ou de outras organizações da mesma natureza. Consideram também que as suas atividades profissionais cessam no momento em que empunham uma arma.

No Canadá, onde há uma tradição de apoio de órgãos de comunicação e seus jornalistas a ideologias e causas, a Associação de Jornalistas entende ser indispensável que esse apoio seja transparente e conhecido pelo público. Considerando que perderiam a sua credibilidade como observadores imparciais se escrevessem artigos de opinião sobre temas que cobriam como repórteres, defendem que *“as direções editoriais e os colunistas e comentadores apoiam candidatos e causas políticas; os repórteres não.”* Fazem parte das regras para os repórteres não apoiar financeiramente uma campanha política se há a possibilidade de a cobrir, não ter participação ativa em organizações comunitárias que tomem posições públicas, não participar em manifestações ou assinar petições que possam sugerir um conflito de interesses com a sua independência jornalística.

Em Portugal, o Código Deontológico não inclui referências à militância política. Também o Estatuto do Jornalista, que determina as incompatibilidades da atividade profissional, refere apenas entre estas o desempenho de funções enquanto titulares de órgãos de soberania ou de outros cargos políticos, deputados nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, bem como funções de assessoria, política ou técnica, a tais cargos

associadas e funções executivas, em regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, em órgão autárquico ⁶⁵.

Apesar disso, a ideia da incompatibilidade entre jornalismo e militância política espalhou-se e continua a alimentar debates no interior da profissão, com profissionais sem ligação político/partidária conhecida a criticar asperamente aqueles outros que afixam as suas opções políticas. (Andringa, 2008: 137-144)

Nesse mesmo dia, pelas 18H00, o diretor-adjunto difunde uma nota para Coordenadores, Editores e responsáveis de Agenda, com diretrizes sobre o referendo:

“O referendo sobre a IGV coloca, como sempre acontece nestas questões, algumas interrogações sobre a cobertura editorial da campanha. Muitas delas terão de ser decididas caso a caso, com critérios editoriais e de bom senso.

Uma regra que fica desde já assente é a seguinte: o que está em causa no referendo é uma opção entre o “Sim” e o “Não” perante a pergunta “Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”

Assim sendo, a cobertura da RTP deve procurar um equilíbrio entre os defensores do “sim” e do “não”. Não se defende, portanto, uma cobertura exaustiva para as atividades de todos os movimentos de cidadãos legalmente habilitados a participar no esclarecimento público, mas sim uma distribuição equilibrada entre o “sim” e o “não”, porque é essa a escolha que os portugueses vão ser chamados a fazer.

Já no exercício deste equilíbrio, devemos procurar ser o mais abrangentes possível e dar voz ao maior número possível de movimentos, preferencialmente a todos eles. Respeitando, sublinhe-se, o tal equilíbrio entre o “sim” e o “não”.

Para efeitos de monitorização interna, fica designada a produtora Isabel Igreja para centralizar o registo daquilo que iremos fazer, nos espaços de informação diária, a partir de hoje, segunda-feira.

Estes esclarecimentos tornam-se mais relevantes para quem, na redação, exerce funções de “marcação de reportagens”, mas também para os coordenadores que utilizam/reutilizam o

65 <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=26&idselect=24&idCanal=24&p=8>

material decido pelas editorias. Sublinho aqui a especial atenção que deve presidir à escolha de alinhamentos da RTP-N.

Aguardemos também, entretanto, a decisão final da CNE sobre quais serão os movimentos admitidos à participação oficial no referendo, porque esse será mais um elemento de análise.

Como regra de ouro, num processo que historicamente inflama com facilidade os ânimos e as convicções, sugerimos que em caso de dúvidas, cada jornalista procure outras opiniões e que todos os jornalistas da RTP possam contribuir”

Curiosamente, nesse dia, há uma única peça relativa ao tema do aborto, sobre uma declaração do bispo de Bragança comparando o aborto à pena de morte.

Telejornal, dia 15 de Janeiro de 2007 (segunda-feira), 20H18

Legenda: D. António Moreira Montes, Bispo de Bragança-Miranda, vice-presidente da Conferência Episcopal: “Todos ficaram horrorizados com a execução de Saddam. O aborto é apenas uma variante da pena de morte

Pivot: “O bispo de Bragança comparou o aborto à pena de morte, usando como termo de comparação o enforcamento do antigo presidente iraquiano Saddam Hussein. Durante uma reunião da diocese, D. António Moreira Montes, vice-presidente da Conferência Episcopal portuguesa, terá garantido – de acordo com a agência Lusa – que “todos ficaram horrorizados com a execução de Saddam. O aborto é apenas uma variante da pena de morte.” Já ao princípio da noite, em declarações à RTP, o bispo de Bragança reafirmou e explicou a comparação com o enforcamento de Saddam Hussein.

Peça: Vivo D. António Moreira Montes, Bispo Diocese de Bragança: “Creio que se pode estabelecer a comparação no sentido de que a execução de Saddam, a destruição de uma vida, temos um ponto de contacto. É uma vida que é destruída. Agora as motivações, o aparato, o aspeto mediático, não, aí não há comparação.”

(Nova Legenda: D. António Moreira Montes “Creio que se pode estabelecer a comparação pela destruição de uma vida”)

Sim, é a posição de um homem da Igreja. Mas apresentá-la sem contraditório e usando as frases do bispo de Bragança como legenda, em vez de uma simples frase informativa do tipo “Bispo de Bragança compara aborto a execução” ou “ a pena de morte”, não será contraditório com a nota enviada escassas duas horas antes aos responsáveis do Telejornal?

Não será essa a única incongruência entre o discutido e o feito. Com a pressão da atualidade e de agendas externas, de movimentos e partidos a favor ou contra a despenalização da interrupção voluntária de gravidez, nenhuma das reportagens sugeridas na reunião de editores e coordenadores encontrará lugar no Telejornal, do qual, ao longo de todo o mês e no que ao referendo diz respeito, a imaginação jornalística parece estranhamente ausente, a favor de uma cobertura rotineira e acrítica das iniciativas dos movimentos de ambos os lados do debate.

Diário de Campo, 11 ° dia (16.1.2007, terça-feira)

Numa conversa informal – mas não anónima – com um dos dois coordenadores do Telejornal, com o qual nunca trabalhei, refiro-lhe dois aspetos que me parecem muito marcantes no Telejornal: peças ditas reportagens mas que são apenas constituídas por um texto *off* seguido de uma declaração de um entrevistado e a extensão muito superior aos 30’ que, durante anos, foi a dos serviços noticiosos da televisão portuguesa.

O meu interlocutor assume responsabilidade no modelo a que chama “*off-boca*” e defende que não apenas é muito facilmente montado, mesmo pelos jornalistas redatores, como imprime velocidade e ritmo ao Telejornal. Quanto à extensão, explica-a por o Telejornal ser, para a RTP, uma garantia de boas audiências.

Os critérios editoriais que, nos anos 70/80, definiam o jornal televisivo como correspondendo à primeira página dos jornais impressos soçobram assim devido ao peso da luta pelas audiências criadas pela concorrência e pelo sistema misto de financiamento do Serviço Público de Televisão.

Diário de Campo, 21º dia (26.1.2007, sexta-feira)

Apercebi-me, ao visionar os telejornais dos dias anteriores que o equilíbrio entre as posições de Sim e Não à pergunta do referendo é quebrado por intervenções de bispos.

Pergunto à editora da Sociedade e à coordenadora, Rosário Salgueiro, se não está a haver um desequilíbrio favorável ao voto “Não” no referendo. Dizem-me que não e lembram que o diretor-adjunto incumbiu uma produtora de verificar os tempos concedidos a ambas as partes, para que seja mantido um justo equilíbrio. Pergunto então se as intervenções de membros da Igreja sobre o tema são contabilizadas no lado do “Não”. A resposta é que não, porque não se trata de posições sobre o referendo, mas de “debates no seio da Igreja”. Da Igreja Católica, entenda-se, já que não vi ainda nenhuma informação no Telejornal sobre a posição de outras confissões religiosas.

Diário de Campo, 22º dia (29.1.2007, segunda-feira)

Chego bastante cedo, leio as notícias das agências, dedico-me a ver os alinhamentos dos Telejornais. É-me difícil perceber como é que, com tanto noticiário internacional acessível, há tão poucas notícias de internacional no Telejornal.

É-me aliás difícil compreender a lógica editorial do Telejornal: todos os dias “caem” diversas peças mandadas fazer e há muitas vezes peças com mais de 2 minutos sem que o seu interesse o justifique. Parece também não haver preocupação de fomentar a diversidade entre os diversos serviços noticiosos. O Bom Dia repete peças que, na véspera, já apareceram no Telejornal, na Jornal da Noite da RTP-N e no Jornal 2. O Jornal da Tarde apresenta peças próprias, muitas vezes feitas a partir do Porto. Os noticiários da tarde da RTP-N compõem-se sobretudo de peças do Jornal da Tarde e da sucessão de convidados em estúdio, apenas utilizando por vezes peças novas entretanto feitas para o Telejornal.

O Jornal 2 dificilmente tem peças próprias: segundo uma conversa informal com os seus jornalistas, com uma redação de 4 pessoas e tempo de montagem após o fim do Telejornal – das 21H00 às 22H00 – a única hipótese de originalidade consiste nos convidados a que pode recorrer – e que, com a proliferação de noticiários entre a RTP e a SIC, começam a escassear.

Parece pacífico concluir que o enfoque na produtividade, com a contabilização do número de exposições de cada peça noticiosa, põe em causa a diversidade informativa, considerada vital para a democracia.

Diário de Campo, 23º dia (30.1.2007, terça-feira)

Tendo observado, ao longo destes dias, a importância do papel da Agenda na sugestão de peças para o Telejornal, conversei com a responsável da agenda sobre a relação da sua secção com os jornalistas.

Surpreende-me que, muitas vezes, para além de preparar os *dossiers* relativos ao trabalho, seja a própria Agenda a indicar a quem se devem dirigir, para a entrevista no local, o que põe em causa a autonomia dos repórteres.

Mas, enquanto, em diversas conversas informais, estes lamentam a preponderância da Agenda nos alinhamentos dos serviços noticiosos, a jornalista defende que são os redatores que não se interessam por sugerir trabalhos ou pesquisar por conta própria – e que muitas vezes saem para os serviços marcados sem sequer recolherem a documentação preparada pela Agenda.

Diário de Campo, 24º dia (31.1.2007, quarta-feira)

Até agora, as reuniões de planeamento a que assisti foram marcadas pela rotina e ausência de investigação e fontes próprias: a responsável da Agenda apresenta uma lista de *items* extraídos das agendas oficiais ou de recortes de jornais e os editores e coordenadores vão escolhendo as mais interessantes. É raro surgirem propostas de investigação de casos de que tenham tomado conhecimento por outras vias, quer por parte da Agenda quer por parte dos jornalistas presentes – normalmente apenas aqueles com funções editoriais, editores ou coordenadores de secção. Única variação: consoante o coordenador de serviço, a ênfase é sobre temas de saúde ou temas policiais e políticos.

Os raros assuntos que merecem dos presentes algum debate são aqueles que emocionam a opinião pública, por exemplo, o caso da criança criada por pais adotivos e agora disputada pelo pai biológico. Mas mesmo essas discussões não diferem muito das que se podem ouvir em

qualquer café, sendo o enfoque muito mais sobre a opinião de cada qual sobre o caso do que sobre a forma como o tema, obviamente delicado, deve ser abordado pelos serviços noticiosos. Recordo apenas uma chamada de atenção de um dos coordenadores sobre a necessidade, no caso dito “da pequena Leticia”, de que a informação não seja injusta para com o pai biológico.

Na investigação para a sua tese de doutoramento, Adelino Gomes confrontou coordenadores do Telejornal com essa transformação das reuniões de alinhamento e/ou planeamento (a que chama “conferência de redação”) em “*mera instância burocrática de apresentação do menu informativo de cada editoria*”. Um dos coordenadores invoca a “*voracidade informativa*” como razão para essa perda de importância. A outra coordenadora nega esse lado de “*venda do menu*” “*burocrática*”, argumentando que a discussão diária do alinhamento não pode ser vista “*como um ato isolado*”, já que, na véspera, houve “*uma pequena discussão entre editores, coordenadores e jornalistas sobre algumas marcações de serviços e abordagens*” e “*na reunião semanal de planeamento também houve “partir pedra” prévio*” (Gomes, 2011).

Não foi o que se passou nas reuniões a que assisti. Mas, a 26 de Janeiro, regressando à redação após uma ausência por doença, a responsável da Agenda disse-me que, na véspera, perdi uma grande reunião de planeamento: “*Mesmo como as reuniões devem ser.*”

O que pressupõe que há um ideal de reunião conhecido mas nem sempre cumprido – nomeadamente na presença de dois observadores, em meses diferentes do mesmo ano.

Diário de Campo, 25º dia (1.2.2007, quinta-feira)

Na redação, discute-se o “Prós e Contras” da passada segunda-feira, dedicado ao tema da Interrupção Voluntária da Gravidez. Embora conduzido por uma jornalista, o programa depende da Direção de Programas.

Há quem levante a dúvida sobre se faz sentido, sobre o tema, haver metade dos convidados do lado do “Sim” e outra metade do “Não”. Não deveria o critério ser jornalístico, convidando apenas pessoas que acrescentassem novos dados debate? Outros jornalistas defendem os 50%, argumentando: “ Se não fossem 50%, em que nos baseávamos? Sondagens?” Uma jornalista

critica a presença, como convidada, de uma atriz e apresentadora de televisão que, em seu entender, não acrescenta nada ao programa. Outro discorda: faz sentido convidá-la, porque é uma figura pública que tomou partido neste debate. Alguns sentem-se incomodados com a intervenção de claque. O mesmo jornalista responde: “Mas o formato é este...”

Apesar da vivacidade com que debatem o “Prós e Contras” sobre a IVG, a 10 dias do referendo não é esse o tema que mais preocupa a reunião de alinhamento. O grande assunto é o *habeas corpus* para a libertação do pai adotivo da criança que os *media* consagraram como “a pequena Letícia”. O próprio diretor de Informação vem à reunião, para sugerir o envio de um carro e a realização de um direto se a decisão for positiva. A responsável da Sociedade está convencida de que a decisão será negativa, mas concorda com o envio de carro e jornalista.

Cobrir ou não uma procissão com uma Virgem grávida e noticiar o facto de num infantário religioso as responsáveis terem posto nas mochilas das crianças cartas a agradecer às mães por não terem abortado são as discussões seguintes. Mas as opções em torno da IVG quedam-se, normalmente, por cobrir ações organizadas de movimentos pró e contra a despenalização.

Peço ao responsável da Política autorização para acompanhar uma equipa em reportagem. Adia a resposta. Parece aliviado quando sugiro acompanhar a jornalista que irá fazer a reportagem de um debate sobre o início da vida na Ordem dos Médicos, com a presença de especialistas estrangeiros.

O tema “Quando começa a vida?” fora proposto para reportagem 15 dias antes, mas será a cobertura de um debate organizado pela Ordem dos Médicos equivalente a uma reportagem sobre o tema? Não se estará a ceder o controlo sobre a notícia a uma instituição externa e que não obedece a critérios jornalísticos?

Caem, entretanto, dois temas de Cultura sugeridos pela Agenda: a vinda ao Instituto Superior Técnico de um investigador considerado autor da mais importante teoria biológica desde Darwin e o encontro de escritores de expressão ibérica. A indiferença pelos temas culturais é, aliás, uma constante e não apenas na RTP: Na sua tese, já citada, Adelino Gomes chama a atenção para a “*pornográfica*” (sic) “*escassez de notícias sobre o mundo da cultura*”.

Diário de Campo, 26º dia (2.2.2007, sexta-feira)

Acompanho a jornalista que vai cobrir o debate na Ordem dos Médicos.

Participam apoiantes a favor e contra a despenalização da IVG proposta no referendo de 11 de Fevereiro, mas todos fazem um esforço em concentrar-se nas questões científicas mais do que nas crenças de cada um.

Na sua intervenção, a Subdiretora Geral de Saúde, Maria da Graça Freitas, afirma que, nos Hospitais, em caso de aborto espontâneo até às 24 semanas, não há lugar a enterro, sendo o feto deitado para o lixo.

Recordo-me que, dias antes, a 20 de Janeiro, o Telejornal emitira uma reportagem sobre um debate em que dois médicos obstetras, Miguel Oliveira da Silva e João Paulo Malta tinham divergido sobre o modo como o aborto espontâneo era vivido pela sociedade.

A peça sobre o debate na Ordem dos Médicos não faz, no entanto, referência à intervenção de Graça Freitas, centrando-se nos participantes da Espanha, França e Suécia.

5.8 Conversas informais

Guardo, dos meus tempos de jornalista na RTP, a memória das horas de almoço como aquelas em que se punham as conversas em dia e, ao projetar o meu período de observação, pensara em utilizá-las para conversas informais com os jornalistas.

Mas, no momento em que venho a fazê-la, a cantina da empresa está fechada para as obras de ampliação necessárias à passagem dos trabalhadores da RTP Meios, que se mantinham nos antigos Estúdios do Lumiar, para as instalações da Av. Marechal Gomes da Costa, e resta apenas o bar, menos propício a conversas mais demoradas. Almoçar nos restaurantes das redondezas, além de mais caro, levanta problemas de tempo e o bar é a opção para muitos dos jornalistas da empresa.

Criou-se, entretanto, outro ponto de encontro: o cantinho dos fumadores onde as conversas decorrem no tempo de um cigarro.

O bar e a “sala de fumo” (um pequeno espaço com porta para o exterior ao lado da redação) são os panos de fundo da maioria das conversas informais que travo com alguns jornalistas e que me permitem conhecer melhor as formas de pensar dos elementos da redação. Tanto mais que muitos dos que – embora sempre prometendo fazê-lo – não respondem ao questionário que lhes enviei não se coíbem de me referir problemas do seu dia-a-dia na empresa, em conversas *off-the-record* (ou seja, que sabem não lhes irem ser atribuídas).

Como as idas ao bar só se verificam, normalmente, com jornalistas que já conhecia, aproveito as pausas para fumar ou para tirar um café da máquina para falar com os jornalistas mais jovens e tentar identificar as diferenças entre a atualidade e o meu tempo de exercício. Nem sempre é fácil. Apesar de a maioria ser licenciada e vários estarem a fazer investigações de mestrado, a minha curiosidade parece intimidá-los. Talvez seja, também, devido à crítica que em 2005 fiz da cobertura que as televisões generalistas portuguesas, incluindo a RTP, fizeram do chamado “arrastão de Carcavelos”.

E é nessas conversas informais, no bar, no cantinho dos fumadores e até, raramente, na redação, que aparecem as queixas laborais, os desabafos.

Tenho em conta a opinião de Howard S. Becker sobre o valor dessas queixas como fonte de informação sobre a atividade de uma organização. Segundo a interpretação daquele

autor, as organizações consistem em processos regularizados de interação, que dão a conhecer aos atores as normas, a forma como as coisas devem ser feitas. Os atores tomam essas normas como factos adquiridos, reagem mal quando os outros se comportam de formas inesperadas e queixam-se disso – e as suas queixas revelam aquilo que tinham por adquirido e que o sociólogo, precisamente, queria conhecer.⁶⁶

E a verdade é que é nessas conversas que surge, por exemplo, a informação sobre o Gabinete de Qualidade e a medição da produtividade pelo número de repetições de uma peça. Mas não só: o incómodo perante rotinas de trabalho, a discriminação por género, o medo, também passam por aqui.

Conversa informal 1 (4 de Janeiro de 2007): as condições de trabalho.

Local: Bar da sede da RTP.

Participantes: duas jornalistas que já conheci do meu tempo na RTP.

Desconforto das condições de trabalho: as horas passadas num ambiente de luz artificial, frente ao computador, sem possibilidade de falar alto – dado que, a qualquer momento, pode estar um programa a ser gravado ou emitido – o que impede a troca de opiniões, por vezes exaltada, que decorria na antiga redação;

Ritmos de trabalho: impossibilidade de levantar dúvidas ou hesitar, porque a velocidade comanda tudo, mesmo se nada por vezes a justifica. Como quando os apresentadores fazem, em direto, a enviados especiais recém-chegados ao local de reportagem, perguntas a que estes não podem, obviamente, responder. “É a chamada opinião do motorista de táxi”, ironizam, já que muitas vezes foi essa a única pessoa com quem o enviado, recém-chegado do aeroporto, teve oportunidade de falar. Um exemplo bem concreto: a pergunta posta por um apresentador a uma enviada especial a Londres, após os atentados de 7 de Julho de 2005, foi se já se sabia quem os tinha cometido... Algo a que o próprio apresentador muito mais facilmente teria acesso através da consulta das agências noticiosas no seu computador;

66 Lido em <http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles/writingawfr.html>

Dependência das agências internacionais: no dia dos atentados de Londres, a RTP recebeu as imagens, que correram mundo, de uma mulher com a cara coberta por uma máscara para as queimaduras. As mãos, dizem-me, eram as de uma mulher de mais de 40 anos, habituada a trabalhar manualmente e com algumas artroses. Mais tarde, a Sky News diria tratar-se de uma jovem estudante de uns 20 anos de idade. Difícil contrariar a informação de quem tem a autoridade de ter estado no local, embora o caso de Timisoara já nos devesse ter ensinado a todos a obrigatoriedade da dúvida metódica;

Controlo de produtividade: o Gabinete de Qualidade verifica mensalmente a quantidade de peças gravadas, quantas vezes cada uma foi exibida, quais nunca foram emitidas, a taxa média de reexibição e a taxa de não-aproveitamento. Essa medida leva os jornalistas a temerem ser punidos por apresentarem baixa produtividade – sendo que, muitas vezes, não têm qualquer possibilidade de controlar a reutilização das peças. Referem o choro de uma jovem jornalista por, numa determinada semana, a maior parte das peças que fizera não terem sido emitidas.

A propósito da dependência das agências, recorro a minha experiência na América Central, em relação aos refugiados salvadorenhos, já referida, mas não só. Aterrar no Aeroporto de Sandino, em Manágua, e ver a mensagem “*Bienvenido a Nicaragua libre, por la gracia de Dios y de la Revolución*” foi outra das experiências que me fez pensar sobre a forma, por vezes expedita, como as agências noticiosas classificam realidades que necessitariam de uma maior subtileza. E levou-me a acolher sem grandes reservas as referências de Herman e Chomsky sobre o Modelo da Propaganda e o seu quinto ponto, o anti-comunismo. (Já presente na citação de Jack Newfield feita no segundo capítulo.)

Conversa informal 2 (4 de Janeiro de 2007): a redação/estúdio

Local: andar superior da redação.

Participante: trabalhador ligado à direção de Informação, não jornalista.

Condições de trabalho: “*Pretendia-se uma redação que fosse simultaneamente um estúdio, tem-se uma coisa que nem é redação – as condições de trabalho são péssimas, os jornalistas não podem sequer manter conversas ao telefone com um convidado, alguns chegam a ir falar para a casa de banho – nem é um estúdio.*” Há mesmo quem o designe por “pólo tecnológico da Feira do Relógio”.

Conversa informal 3 (5 de Janeiro de 2007): a desilusão de uma jovem jornalista

Local: redação.

Participante: jornalista jovem

Métodos de trabalho: ausência de envolvimento dos jornalistas na linha editorial, ausência de debate, ordens enviadas por computador, muitas reportagens sugeridas pela agenda – “*quem qualifica aquelas senhoras para sugerirem as peças?*” – a velocidade de recolha e montagem e o curto tempo das peças põem em causa a qualidade do trabalho.

Tom geral: “desilusão”.

Conversa informal 4 (11 de Janeiro de 2007): Precariedade

Local: cantinho dos fumadores

Participante: jornalista jovem

Métodos de trabalho: Queixa-se, também ele, da falta de contacto com o alinhamento, da burocratização do trabalho e de falta de perspectivas para o futuro. Como muitos na sua geração, iniciou-se no jornalismo muito cedo, numa rádio local. Está habituado a contratos diretos, sem letras nem escalões.

Salário: Faz parte da geração dos mil euros e queixa-se amargamente disso. “*Como é que posso estar bem-informado, se o que ganho não me permite comprar livros e revistas?*”

Ligação à empresa: “*Hoje é a RTP, amanhã pode ser outra... Estou no mercado!*”

Deixou-me a refletir sobre Sennett (1998) e a forma como as novas formas de contratação – contrato a prazo, (falsos) recibos verdes – impostas em nome da flexibilidade laboral, corroem a confiança, a lealdade e o compromisso.

Foi na RTP que me convenci da justeza das observações de Sennett. Uma das muitas reestruturações com vista a diminuir o défice da empresa tinha levado à saída dos velhos contínuos, substituídos por jovens em busca de primeiro emprego e dispostos – ou forçados –

a aceitar a precariedade laboral. Eu estava em montagem no velho Lumiar e precisava, com urgência, de uma cassete que pedira ao Arquivo, no Prior Velho. O transporte da cassete, uma vez chegada ao Lumiar, competia, precisamente, a um desses trabalhadores.

O tempo foi passando, a cassete não chegava e voltei a ligar para o Arquivo. Informaram-me que a cassete já tinha sido enviada há muito e estaria certamente já no Lumiar. A Filmoteca confirmou tê-la recebido – e entregue ao jovem contínuo, dizendo-lhe que ma fosse entregar em mão, na sala de montagem onde me encontrava.

O editor de vídeo e eu procedemos a uma busca pelas diversas salas da montagem. Encontrámos a cassete numa sala totalmente diferente, junto a outras que nada tinham a ver com o nosso trabalho. Interrogado sobre o sucedido, o jovem foi claro: estava na RTP há dias, não costumava prestar serviço ali e não conhecia nem a pessoa nem a sala que lhe tinham indicado. Limitara-se, pois, a colocar a cassete algures na zona da montagem vídeo. Que, por causa disso, pudesse ter comprometido a emissão, era ideia que nem lhe ocorrera.

O jovem jornalista com quem reparti o tempo de um cigarro lembrou-me inevitavelmente esse jovem. A RTP era apenas o seu atual emprego. Como esperar que apreciasse a diferença entre trabalhar no serviço público ou num canal privado?

Conversa informal 5 (11 de Janeiro de 2007): Gerações

Local: bar da RTP

Participantes: duas jornalistas que já conhecia do meu tempo na RTP.

A alegria no trabalho: Conheci-as como “jovens jornalistas”. Falaram-me dos “jovens jornalistas” de hoje: *“São muito diferentes do que nós éramos. Não vivem a profissão como a vivíamos, com a alegria de fazer aquilo com que tínhamos sonhado.”*

Recordo um comentário de Judite de Sousa:

“Acho que entraram nos cursos de Comunicação Social muitos jovens que não tinham vocação para serem jornalistas. Ou seja: nos anos 70 e 80 era-se jornalista por vocação – demonstrável imediatamente pela prática. Não creio que, nos últimos anos, isso seja evidente.” (in Andringa, 2011f: 614)

Conversa informal 6 (11 de Janeiro de 2007): Género

Local: cantinho dos fumadores

Participante: jornalista jovem

Conciliação entre trabalho e família: De serviço à RTP-N, a jovem jornalista com quem partilho um intervalo mostra um evidente cansaço. Os filhos, adoentados, não a deixaram dormir. E conta-me que, numa situação semelhante, uma apresentadora desmaiou ao apresentar um dos serviços noticiosos da RTP-N, que teve de ser interrompido enquanto a retiravam. Constrangimentos de género? Continuam a ser sobretudo as mulheres a assistir aos filhos doentes, a levantar-se de noite.

Recordo de novo Judite de Sousa:

“Eu faço parte de uma geração de mulheres para as quais a afirmação profissional é muito importante. Tivemos aquela fase da emancipação, aquele movimento feminista que tem determinado tipo de objetivos e prioridades e, num segundo momento, há a afirmação das mulheres pela via profissional, em que entramos no mercado de trabalho em força, e queremos ser players ativas no mercado de trabalho. Eu faço parte dessa geração, o que significa que, de uma forma muito direta, a carreira está primeiro e a vida familiar depois. Na prática foi isto que aconteceu. Hoje em dia julgo que a coisa se inverteu, pelo menos sinto isso no contacto com as jovens jornalistas, as pessoas estão a valorizar mais a família do que o trabalho, talvez por estarem a perceber que as suas oportunidades profissionais e de progressão na carreira estão muito limitadas, provavelmente nem vão progredir coisa nenhuma, até porque os lugares estão tapados pela minha geração – é muito difícil porque nós, os mais velhos, estamos lá e não vamos sair tão cedo. Isto para te dizer que há todo um percurso de vida em que a profissão acaba por ser o eixo fundamental. Com todas as consequências que daí decorrem.” (id.: 619)

Conversa informal 7 (11 de Janeiro de 2007): IVG

Local: Redação

Participantes: jornalista coordenadora e jovens jornalistas

Cobertura do referendo IVG: Uma jornalista com funções de coordenação recorda que, em 1998, quando do primeiro referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), foi desafiada a fazer um programa sobre o tema com outra jornalista, que defendia uma posição contrária à sua. Diz ter gostado dessa experiência. Mas, nove anos depois, é sobretudo uma igualdade cronométrica que dita a cobertura das posições pró e contra a despenalização da IVG e a pesquisa jornalística parece ultrapassada pela cobertura dos atos das organizações defensoras de um e outro ponto de vista.

A referência dá origem a uma conversa sobre questões ligadas à interrupção da gravidez. A jornalista preocupa-se com a regulação da IVG em relação às menores, se o Sim ganhar o referendo. Um jovem repórter inquieta-se sobre o papel dos homens, que não são ouvidos sobre a decisão. Temas que me parecem importantes de suscitar em antena, através de trabalhos de investigação dos jornalistas que os colocam.

Conversa informal 8 (12 de Janeiro de 2007): Problemas laborais

Local: Redação

Participantes: jornalistas que já conhecia do meu tempo na RTP

Desinteresse dos jovens: uma das jornalistas sêniores conta-me que, tendo conseguido obter livros e revistas sobre diversos temas de política internacional e estando estes ao dispor de toda a redação, ninguém mostra interesse em lê-los e queixa-se do desinteresse dos jovens jornalistas.

Open space: uma jornalista revela-me uma vantagem do espaço em que funciona a redação: já não há secções invisíveis, como acontecia quando funcionavam em salas separadas. Dificulta a *ghettização*, diz, e acrescenta: “O que não impede que haja pessoas marginalizadas.”

Saúde: uma das jornalistas de serviço à RTP-N sente-se mal. Junto-me à insistência de outras colegas para que vá aos Serviços Clínicos. Tem a tensão arterial exageradamente elevada. Recomendam-lhe repouso. Mas nem a preocupação dos Clínicos nem a das camaradas de redação que se oferecem para a substituir a convencem a deixar o trabalho. Pelos comentários de algumas outras jornalistas, apercebo-me que, para lá de um elevado sentido do dever, há o receio de ser considerada menos profissional...

A forma como o trabalho põe à prova a capacidade de resistência das jornalistas estará, provavelmente, ligada à ainda recente feminização da profissão.

Durante muitos anos, entre os argumentos usados contra a integração das mulheres no mercado de trabalho havia a acusação de que faltavam muito, devido às licenças de maternidade e de assistência aos familiares doentes, nomeadamente aos filhos. A favor dessa tese, os que se opunham à presença das mulheres brandiam até a possibilidade, concedida à mulher em algumas convenções coletivas de trabalho, de uma dispensa sem vencimento de dois dias por cada mês, durante o ciclo menstrual da trabalhadora. Essa regalia, existente no início do meu trabalho na RTP, já foi retirada.

À margem desta conversa acrescento que, segundo uma informação que me foi dada com expresse pedido de não identificação da fonte, três jornalistas obrigadas a faltar longamente devido a gravidezes de risco tinham sido penalizadas por isso, não sendo abrangidas por um aumento salarial concedido à restante redação.

À minha pergunta: “Porque não se queixaram à Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE)?” a resposta foi “Por medo de serem marginalizadas.”

Conversa informal 9 (16 de Janeiro de 2007): Condição feminina

Local: Redação

Participantes: jornalista que já conhecia do meu tempo na RTP

O peso do género: As questões de género voltam a aflorar em uma outra conversa na redação. Confrontada com um divórcio litigioso e as discussões em torno da atribuição do “poder

paternal”, uma jornalista fala-me longamente das dificuldades – comuns a todos os jornalistas, mas com maior incidência nas mulheres jornalistas – em conciliar trabalho e vida familiar. Teme que o ex-marido invoque, na disputa do poder paternal, os horários de trabalho irregulares, eventuais deslocações, instabilidade.

Uma pergunta frequente em relação à feminização das redações é se o aumento da percentagem de mulheres provoca alterações no produto final, nomeadamente na introdução de novos temas. Mas falando com mulheres jornalistas, o que sobressai são as alterações na vida quotidiana, o atraso na maternidade, a dificuldade de gestão de horários, o cansaço causado pela dupla tarefa, profissional e doméstica, até a forma como temem ser penalizadas nas avaliações regulares feitas pela hierarquia, por faltas justificadas por maternidade ou assistência à família. E também, apercebo-me agora, de poderem ser penalizadas nas avaliações feitas por juízes mais conservadores, em disputas do poder paternal.

Conversa informal 10 (17 de Janeiro de 2007): De novo o género

Local: Redação

Participantes: Diversos jornalistas

IVG: A propósito da sentença condenatória dos pais adotivos da “pequena Leticia”, volta a surgir na redação o debate sobre o papel dos homens no caso da interrupção voluntária da gravidez. Pergunta um jovem jornalista: “Se um homem quiser que a mulher que engravidou dele aborte, e ela não o fizer, deverá mesmo assim ter obrigações para com a criança? E se, pelo contrário, quiser ter essa criança e a mulher recusar, como se resolve?”

Não é uma mera – e pertinente – interrogação jornalística. A forma como se exprime torna claro que consegue imaginar-se em qualquer das circunstâncias e a dificuldade que elas lhe trariam.

Embora os resultados do II Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses (1997) mostrassem que os jornalistas se consideram essencialmente de esquerda, sendo a

percentagem dos que assim se assumem (49%) mais elevada que o geral da população (24%) (Silva e Mendes, 2009) e embora não tivesse inquirido todos os jornalistas da Direção de Informação sobre qual a sua posição em relação à IVG – até porque muitos davam sinais de retraimento se eu abordava o tema e só dois ou três manifestavam a sua posição pessoal – fiquei convencida de que a maioria iria votar Não no referendo. Mesmo não ignorando que na própria RTP a gravidez podia ser um problema para uma mulher trabalhadora.

Diário de Campo, 30º dia (6.2.2007, terça-feira):

Está a chegar ao fim o meu período de observação. O meu duplo estatuto de, por um lado, “observadora” e, por outro, “antiga colega”, tem resultados curiosos. Algumas pessoas que vão adiando a resposta ao inquérito não têm reservas em desabafar comigo. Embora entendam sempre essas conversas em termos de “*background*” – ou seja, sem identificação da fonte – a verdade é que se tratam de comentários perfeitamente anódinos, que só o facto de terem assumi-los torna relevantes.

Conversa informal 10 (6 de Fevereiro de 2007): Muro das lamentações

Local: Redação

Participantes: Diversos jornalistas

Observações correntes sobre as dificuldades encontradas: Assim, por exemplo, uma jovem jornalista lamenta que, em termos de critérios de avaliação profissional, a velocidade e a disponibilidade surjam como os mais importantes. Outro jovem queixa-se da falta de debate e de participação nos alinhamentos: “Quantas vezes estou num serviço e dou comigo a perguntar-me: mas o que é que estou aqui a fazer?”

No tocante às notícias ligadas ao referendo, uma opinião clara: “*Sabemos que não podemos deixar a nossa posição interferir no nosso trabalho. E somos por vezes mais rigorosos em relação àquelas posições, movimentos e pessoas que nos são mais próximos.*”

Um jornalista com um cargo de chefia intermédia lembra as dificuldades vividas nos últimos anos, a insistência em “*alienar capital humano*”, “*sem respeito pela competência: o que*

interessava era o número". Lamenta a saída de profissionais com experiência adquirida ao longo de muitos anos, a falta de maiores de 50 anos, e a tentativa de implicar os trabalhadores numa estratégia que era contra eles próprios. Uma questão simbólica: administração e recursos humanos deixam de falar de "*trabalhadores*" para falar de "*colaboradores*".

Queixa-se ainda de, muitas vezes, os jornalistas serem apontados como um dos grandes problemas da empresa, em termos salariais, quando, na verdade, os apresentadores de programas de entretenimento ganham bastante mais.

Finalmente, considera sentir-se a falta de uma chefia de redação, função que não pode ser suprida pelo Diretor de Informação – muitas vezes ocupado com tarefas que o afastam da redação e, ainda por cima, envolvido na apresentação, nem pelos editores dos diversos serviços noticiosos.

Dado o carácter por natureza assistemático das conversas informais e mesmo daquelas travadas nas reuniões de alinhamento, e a dificuldade, em razão da ocupação do tempo dos jornalistas, de realizar entrevistas semi-diretivas, optara – como atrás disse – por um questionário que me permitisse, por um lado, apreender as mudanças no perfil dos jornalistas da RTP, quer do ponto de vista de género, idade e qualificações, mas também de modos de acesso à profissão, razões para a escolherem, representações profissionais, e também possíveis alterações nas relações laborais, derivadas da situação de concorrência entre televisões e, também, da criação, através da formação universitária, de um exército industrial de reserva na profissão, que participação tinham no produto informativo, que constrangimentos enfrentavam, que pressões sofriam – políticas? económicas? - o que mais os preocupava na profissão e como é que, sendo agora grande parte deles oriundos de escolas de Comunicação, refletiam sobre a profissão.

É esse questionário que a seguir apresento, com as respostas. Embora em pequeno número, permitem traçar um quadro do exercício profissional pelos jornalistas da RTP.

6. REPRESENTAÇÕES DA PROFISSÃO

6.1 No meio profissional (Questionários 1 e 2)

a) Retrato sociográfico dos inquiridos

Género	Idade	Prof	RTP	Estatuto	Salário	Pai	Mãe	Habilitações	Experiência
M	57	31	27	Quadro	2.0/3.0	QTS	Dom.	Lic.	Media & outros
M	50	31	27	Coord	2.0/3.0	ECO	ECO	Lic.	Media & outros
M	47	23	23	Quadro	1.5/2.0	QTS	Dom.	Lic.	RTP
F	42	22	20	Quadro	2.0/3.0	ECO	ECO	CC	Media
M	63	43	33	Coord	2.0/3.0	Agric.	Agric.	PG	Media
F	42	19	19	Quadro	1.0/1.5	QTS.	QTS	Lic.	Estágio & outros
F	41	24	20	Coord	1.5/2.0	QTS	Dom.	CP	Media
F	59	33	27	Quadro	2.0/3.0	ECO	ECO	Lic.	Media (diversos)
F	31	11	11	C.Prazo	1.0/1.5	QTS	Prof.	Lic.	Media (audiovisual)
F	34	11	02	Quadro	1.0/1.5	ECO	ECO	Lic.	Media (rádio)
M	44	19	19	Quadro	2.0/3.0	Emp.	Prof.	Lic.	Media (rádio)

Quadro 6.1

Dados sociográficos dos inquiridos no Questionário1

Género:

Feminino
Masculino

Idade

Prof - tempo na Profissão em anos

RTP - tempo na RTP em anos

Estatuto profissional (por categorias):

Quadro - Jornalista do quadro da empresa
Coord - Jornalista com funções de Coordenador
C. Prazo - Jornalista com contrato a prazo)

Salário (em milhares de euros/mês)

Habilitações de Pai e Mãe (por categorias):

Agric. – Pequeno agricultor
ECO – Empregado por conta de outrem
Emp. – Empresário
Dom. – Trabalhadora Doméstica
Prof. – Professora
QTS – Quadro Técnico Superior

Habilitações Literárias:

Lic – Licenciados
CC - frequência de cursos de Ciências da Comunicação,
PG - Pós-Graduação em Jornalismo
CP - Curso Profissional em Jornalismo

Experiência Profissional:

RTP - na RTP
Media – rádio, audiovisual ou diversos
Estágio - Estágio de jornalismo
outros - outras profissões

No Quadro 6.1 estão sumarizadas as informações sociográficas dos jornalistas que responderam ao primeiro inquérito – que, como atrás refiro, pretendia verificar eventuais alterações no perfil e na situação profissional dos jornalistas consoante as idades e as datas de entrada para a RTP, com a identificação de género e idade, mas também de experiência e estatuto profissional, habilitações académicas e profissão dos pais. Idades e tempos de profissão são os indicados à data do questionário (Janeiro/Fevereiro de 2007).

Embora pequena, a amostra segue as tendências gerais do universo de jornalistas da RTP no que toca às distribuições por género, idade e habilitações, correspondente a duas características marcantes da evolução da profissão em Portugal nos últimos anos: a sua crescente feminização (2.707 mulheres do total de 6.767 portadores de título profissional, 40%) e o aumento das habilitações académicas dos seus membros (3.842 que concluíram uma formação ao nível do Ensino Superior – incluindo licenciados, bacharéis, mestres e doutores – dos 6.146 portadores de título profissional em 2006, ou seja, 62,2 %).⁶⁷

Para José Rodrigues dos Santos, que no 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses, realizado em 1986, declarou que o jornalismo em Portugal permanecia “*na era dos feiticeiros*” e defendera vigorosamente as licenciaturas em Comunicação Social, “*instrumentos para que o jornalista saiba ver e compreender melhor os acontecimentos e o seu alcance*”, o facto de o recrutamento ser hoje “*feito nas universidades*” é bom, “*porque é um sistema muito melhor, muito mais justo e mais prestigiante para a profissão.*” (in Andringa, 2011e: 576)

O que as respostas ao questionário – ou a amostra conseguida – não refletem é a crescente tendência para a precarização da profissão, quer por haver apenas uma situação de contrato a prazo, quer pela constância do relacionamento dos inquiridos com a RTP, havendo um único caso com menos de 10 anos de permanência na televisão de serviço público.

Não é possível detetar alterações significativas em relação às profissões dos pais, que pudessem apontar para uma democratização do acesso à profissão. Nenhum dos pais dos inquiridos trabalha no sector secundário e só os do mais velho pertenciam ao sector primário. Mesmo não sendo uma amostra que permita conclusões quantitativas, fica a dúvida sobre se tal se deve à terciarização da sociedade portuguesa ou a restrições na mobilidade social.

67 Dados da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas para 2006 (cfr. Rebelo, José (org.), 2011, *Ser jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Lisboa, 2011.)

No tocante a salários, correspondem à apreciação do economista e antigo jornalista da RTP, António Perez Metelo:

“Tenho obrigação de saber e tenho sempre presente que a mediana do salário em Portugal é de 725 euros por mês. Mas eu estou a falar do país, do país todo! Mesmo com os “Belmiros” todos juntos, a mediana, o trabalhador que está exatamente a meio da tabela salarial, fica pelos 725 euros. (...) acho que no contexto deste país, com a mediana dos 725 euros de rendimento por mês para o trabalhador do meio da tabela, se pusermos numa fila indiana o que ganha menos e o que ganha mais, então os jornalistas são bem pagos. Não sei bem compará-los com outras profissões, porque não tenho dados estatísticos. Mas acho que os jornalistas são comparáveis, julgo eu, aos quadros qualificados de outras profissões, sobretudo profissões de serviços, não tenho a menor dúvida disso. Há uma faixa que está ao nível dos altos quadros da administração pública, dos professores, dos quadros intermédios da advocacia já com algum nome (mas não dos grandes advogados) Em termos relativos do leque salarial, os seniores do jornalismo estão no percentil de cima.” (in Rodrigues, 2011d: 770)

Feito o retrato sociográfico, por razões de anonimato, e porque mesmo ocultando os nomes sob letras ou pseudónimos era possível, cruzando dados, identificar os autores das respostas, omiti as informações que permitissem essa identificação.

b) Acesso e exercício da profissão

O quadro seguinte liga as respostas às perguntas “Porque escolheu o Jornalismo?”, “Como chegou a uma redação?” “A entrada na profissão representou, para si e em termos familiares, uma promoção (ou uma despromoção) social?”

No tocante ao porquê da escolha da profissão, apenas dois dos jornalistas com mais anos de profissão respondem “por acaso”. Todas as outras respostas indicam “vocação”, “gosto”, convicção”, sendo que duas referem uma inquietação social: “denunciar o que está mal na sociedade” e “achei que podia mudar alguma coisa” , não se detetando diferenças significativas relacionadas com idade ou género.

Porquê Jornalismo?	Forma de acesso?	Promoção?
Acaso	Candidatura	Não
Gosto	Relações Pessoais	Sim
Desejo de Intervir	Relações Pessoais	Não
Gosto	Relações Pessoais	Sim
Gosto	Relações Pessoais	Sim
Gosto	Estágio	Não
Gosto	Convite (R. Pes.)	Não
Acaso	Candidatura	Não
Desejo de Intervir	Estágio	Não
Gosto	Estágio	Não
Gosto	Estágio	Sim

Quadro 6.2

Acesso à Profissão - Razão de escolha do Jornalismo

Porquê Jornalismo?

Acaso

Desejo de Intervir

Gosto

Forma de acesso a uma primeira redação

Candidatura a emprego

por Convite

em sequência de um Estágio

por Relações Pessoais

Promoção Social - se a profissão é considerada (sim ou não) uma Promoção Social, pelos próprios e seus familiares.

Para a entrada na profissão funcionaram, em partes iguais (quatro casos) as “relações pessoais” e o “estágio académico”, embora no caso da resposta “por convite” este tenha sido feito depois de uma colaboração num programa de rádio feito por amigos, o que acaba por conduzir às “relações pessoais”. Quanto aos dois que acederam ao jornalismo “por acaso”, através da apresentação de candidatura, o jornalismo surgiu como uma mera hipótese de um emprego. Era uma área em que nunca tinham pensado, mas leram anúncios de oferta de um lugar a que podiam almejar com as qualificações que tinham e candidataram-se ao lugar. Que, mais de 20 anos depois – e tendo qualquer deles experimentado outros trabalhos – se

mantenham como jornalistas parece demonstrar que, tal como a bebida do anúncio criado por Pessoa, o jornalismo pode *estranhar-se* a princípio, mas depois *entranha-se*.

Que as entradas por estágio se verifiquem em quatro jornalistas com menos de 45 anos testemunha a mudança introduzida pela criação dos Cursos de Ciências de Comunicação / Comunicação Social / Jornalismo, com o credencialismo a substituir as relações pessoais. Trata-se aqui do “estágio académico”, que não se deve confundir com o período de estágio a que, por lei, está obrigado todo o principiante no jornalismo. No entanto, as relações pessoais continuam a desempenhar um papel no acesso à profissão. Acontece, por vezes, que as “relações pessoais” interfiram com as qualificações académicas: foi o que aconteceu num dos casos que indica essa forma de entrada, para quem a chegada ao jornalismo arrastou a interrupção do curso de Ciências da Comunicação que frequentava.

Embora a RTP tenha sido um dos primeiros órgãos de Informação a exigir a licenciatura no recrutamento dos jornalistas, nem essa exigência, nem o aumento do número de jornalistas licenciados na totalidade dos meios corresponde a um fechamento da profissão por via das habilitações académicas. Pelo contrário: a situação atual regride aos pressupostos de 1951, em que, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para se ser admitido no quadro redatorial de um jornal, bastava ter 18 anos – e fazer dois meses de experiência (Sobreira, 2003).

Dez anos depois, em 1961, para além da idade mínima de 18 anos, o CCT obrigava os candidatos a jornalistas a ter o “*segundo ciclo dos liceus, ou equivalente, salvo casos especiais*”. Continuavam a ser exigidos dois meses de experiência.

Em 1971, mantendo-se a mesma idade mínima, passa a ser exigido o 3º ciclo dos liceus, ou habilitação equivalente, e prevê-se uma Comissão de Avaliação, formada por jornalistas designados pelo Sindicato, o Grémio e a Corporação de Imprensa e Artes Gráficas, para, em caso de dúvida, analisar as aptidões do candidato, através de um “*questionário de cultura geral, incluindo especialmente temas da atualidade, e a realização de uma reportagem no exterior*”. (Ficavam dispensados destas condições os diplomados por cursos oficiais de jornalismo).

O Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro) impõem atualmente, como condições para se ser jornalista, ter no mínimo 18 anos e estar no pleno gozo dos direitos

cívicos. Essas condições – que têm provavelmente em conta a existência na profissão de antigos profissionais com baixas habilitações escolares – são acompanhadas, para os que agora se iniciam na profissão, da exigência de um estágio obrigatório, a concluir com aproveitamento, com a duração de 24 meses, sendo reduzido a 18 meses em caso de habilitação com curso superior, ou a 12 meses em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, reconhecido pela Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas

Algumas empresas exigem a habilitação com o 12º ano e outras com licenciatura – é o caso da RTP para jornalistas-redatores – mas não há nenhum caso em que seja exigida a licenciatura na área da Comunicação ou do Jornalismo⁶⁸, apesar de continuar a avolumar-se a presença destes licenciados nos meios de informação.

Considero, no entanto, não dever ser feita uma comparação linear entre a exigência de habilitação com o 3º ciclo dos liceus, em 1971, e a existência, em 2006, de uma elevada percentagem – 62,8% – de licenciados na profissão.

Não se trata de pôr em causa o valor das habilitações académicas, mas de analisar o grupo profissional dos jornalistas no contexto português, comparando, por exemplo, os 25.726 inscritos, em 70/71, nos equivalentes aos 10º a 12º anos e ensino técnico profissional, e os 437.212 matriculados no 10º a 12º anos em 1996/97; ou constatando que, em 70/71, o número de alunos inscritos no ensino superior público e privado era de 49.461, contra 344.868 em 97/98.⁶⁹

Segundo Rosa Sobreira (2003:158), em 1968, dos jornalistas que entraram na profissão, 20% tinha um curso superior ou, pelo menos, frequência universitária, 10% tinha o 3º Ciclo dos Liceus ou equivalente, 65% o 2º ciclo e 5% a instrução primária. (Sobreira, 2003: 158).

O facto de muitos desses jornalistas que ingressaram na profissão nos anos 60 terem frequentado cursos superiores sem os concluírem é interpretado por Garcia e Castro como surgindo o jornalismo “*como opção em função de percursos escolares interrompidos*” (1993: 102). Mas, em vários casos que conheci e conheço – v.g. Alexandre Oliveira, Carlos Pinto

68 Informação prestada pelo Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, em 13/2//04.

69 Barreto, António (org.) A Situação Social em Portugal 1960-1999, vol.II, ICS,Lisboa, 2000

Coelho, João Isidro, José Leite Pereira, Mário Mesquita, – foi o contrário que se deu, sendo os percursos escolares interrompidos devido à opção pelo jornalismo.

Aliás, vários desses jovens recém-chegados à profissão tinham completado o Curso de Jornalismo criado em 1968 pelo Sindicato, com aulas de História Contemporânea, Direito, Geografia Económica, Doutrinas Filosóficas Modernas, Língua Portuguesa, Panorâmica da Imprensa, a Comunicação e os seus meios, Sociologia da Informação, Orgânica do Jornal, Prática da Comunicação e Técnicas Gráficas.

Refira-se que o Sindicato vinha, desde 1941, a propor a criação de um curso de Jornalismo, com a seguinte estrutura curricular: A Formação profissional do Jornalista: A Imprensa: seu papel na sociedade moderna. Como são feitos os jornais; A Educação Política e Histórica do Jornalismo; Os Estados Modernos e o Direito Internacional Público; Os grandes problemas económicos atuais; “História Geral da Imprensa; Formação e Evolução do Jornalismo profissional em Portugal; Legislação da Imprensa; Exercícios Práticos de Jornalismo; Língua Portuguesa.

c) Representações sobre a profissão

Embora a multiplicação de cursos na área da Comunicação pareça indiciar um forte atrativo da profissão de jornalista, considere importante saber se se tinha alterado a forma de ver os jornalistas – a sua representação – já que o jornalismo foi, durante muito tempo, uma profissão pouco considerada (a “casta de párias” referida por Weber) e, nomeadamente, pouco própria para “senhoras”

O que pude verificar foi que não apenas a maioria daqueles que inquirimos não viu a chegada ao jornalismo como uma promoção social, como algumas das famílias manifestaram mesmo “apreensão”: “*uma apreensão muito grande*”, sublinha uma das respostas. Apreensão essa ainda acrescida no caso das mulheres jornalistas.

Apesar de as separarem quase vinte anos, duas jornalistas relatam uma reação familiar comum: “*Parte da família considerava o jornalismo uma profissão pouco própria, especialmente para uma mulher*”; “*A minha família, de início, não achou que fosse profissão para uma menina...*”

A resposta de um jornalista aponta uma outra hipótese. Talvez, simplesmente, o jornalismo não fosse visto como prestigiante: *“Penso que os meus pais gostariam que tivesse seguido uma profissão ‘mais séria.’”*

Tal como os amigos do pai de Joaquim Letria, nos anos 60:

“O meu pai era um técnico da indústria dos petróleos, na refinaria da Sacor, eu tinha contacto com muitos engenheiros que olhavam para mim com aquele ar ‘que horror, coitado do rapaz, foi para jornalista’”. (in Rodrigues, 2011b: 428).

Ou o pai de Jacinto Godinho, duas décadas depois:

“Quando entrei para a profissão, o meu pai queria que fosse para Coimbra, para ser advogado, porque ser advogado é que tinha grande estatuto. Advogado, juiz, GNR, militar, na generalidade, acho que eram as profissões de maior estatuto durante o Estado Novo. (...) Ser jornalista não dava estatuto, tanto que as pessoas lá na minha terra, ainda dizem “é jornalista”, com ar de pouca consideração.” (in Andringa, 2011b:320)

José Rodrigues dos Santos recorda-se de ter, ele próprio, uma má imagem dos jornalistas:

“Lembro-me de uma vez, quando ainda não tinha ido para Macau, estar numa bilheteira e um homem à minha frente dizer que era jornalista, para ter um desconto qualquer. E eu olhei para ele e vi um indivíduo muito maltrapilho, de cabelos compridos oleosos. Pensei: “Que coisa horrível! Esta profissão é que eu não quero ter de certeza!” A imagem que havia do jornalista era essa: o maltrapilho, rançoso, barbudo e tal, uns grandes cabelos, despenteado.” (in Andringa, 2011e: 576)

Considera que hoje essa imagem se alterou profundamente: *“Basta ver, por exemplo, uma fotografia do Adelino Gomes em 1975 e outra tirada agora. Parecia um jagunço, agora é um senhor.” (id.)*

Embora, durante a minha (curta) experiência como docente, na ESE de Setúbal e na ESCS de Lisboa, tenha verificado a atracção que o estatuto de apresentador de noticiários televisivos tinha junto dos estudantes, as respostas que recolhi na RTP vão em sentido contrário. Inquiridos sobre qual ao estatuto que gostariam de ter (Repórter? Apresentador de serviços noticiosos? Editor? Coordenador? Grande repórter? Correspondente?) só uma

jornalista opta por “apresentadora de serviço noticiosos” e, mesmo assim, a par com “repórter”.

Desmentida a minha experiência, desmentida também a opinião avançada por Judite de Sousa, entrevistada para o projeto “Perfil do Jornalista”:

“A televisão exerce um grande fascínio sobre as pessoas e – não tanto agora, porque existe uma grande consciência de que o mercado está saturado e que as oportunidades profissionais estão muito limitadas – durante muito tempo, a ideia era: “Vamos tirar um curso de Comunicação Social para sermos ‘pivots’”. As pessoas pensavam, não na reportagem, mas na apresentação e isso percebe-se perfeitamente pelo trabalho que produzem.” (in Andringa, 2011f: 615)

Há também apenas uma jornalista a apontar, além das hipóteses de repórter ou grande repórter, a de “Coordenadora”.

Repórter, Grande Repórter e Correspondente são os estatutos preferidos. Um jornalista com funções de coordenação optaria por ser correspondente enquanto outro, a exercer funções de coordenação e já com experiência como correspondente, afirma ter sido como repórter que “se sentiu jornalista”. E há quem, tendo exercido já um cargo de coordenação, seja perentório: “Decidi que nunca mais quereria ser responsável pelos atos de outra pessoa. É demasiado stressante e causa demasiados dilemas morais.”

d) Relações no interior da redação

No que toca às relações com a hierarquia e os colegas, embora metade refira serem “boas”, as respostas estão longe de indiciar uma redação como aquela que, na entrevista referida, Judite de Sousa descrevia: “Era uma redação (a da RTP-Porto, quando ali entrou) com poucos jornalistas e isso fazia com que as pessoas acabassem por almoçar juntas, jantar juntas, irem se calhar às mesmas festas, havia os jantares de aniversário e dávamo-nos todos muito bem. Éramos uma família.” (id.:611)

Não há qualquer referência a familiaridade, nas respostas ao questionário.

Há quem fale de “uma relação profissional devidamente enquadrada nos objetivos da redação”, já que “procurar produzir diariamente uma informação de qualidade nos leva a promover um quadro de relações objetivo e salutar, independentemente das opiniões mais ou

menos divergentes que se possa ter”, quem defina as suas relações com hierarquia e camaradas de redação como “*regulares*”, sentindo que conquistou confiança profissional.

Uma das respostas mostra alguma distância: “*Com as hierarquias, nem boas nem más; com os colegas mais velhos, depende dos colegas; com os mais novos, atualmente, é raro haver contacto.*”

Judite de Sousa admite que as relações nas redações estão em 2007 muito diferentes:

“A competição veio dificultar a proximidade e amizade nas redações: «As relações tornaram-se muito mais impessoais e o individualismo emergiu também de uma forma muito mais vincada; acho que hoje em dia estamos muito numa lógica do “salve-se quem puder”.” (id., 613-614)

Talvez por tudo isso, a resposta do único caso de contrato a prazo mostra uma tendência para o pragmatismo: as relações são “*pacíficas*”, tentando manter sempre a boa disposição e sabendo “*passar entre os pingos de chuva*”.

e) Participação na linha editorial

Tinha verificado que só os jornalistas com funções de coordenação ou responsáveis pelas diferentes secções compareciam às reuniões de alinhamento, com outros jornalistas a aparecerem apenas para comunicar à/ao responsável a chegada de alguma notícia de última hora, incluía uma pergunta sobre participação. As respostas à pergunta “*Tem liberdade de propor trabalhos e participar nos alinhamentos?*” confirmaram que os jornalistas se mantêm normalmente afastados dos alinhamentos. Se a maioria responde ter toda a liberdade de propor trabalhos, só uma das respostas refere a mesma liberdade para “*elaborar alinhamentos*” – provavelmente por quem a dá exercer esporadicamente funções de coordenação nos noticiários da N. Duas das respostas referem explicitamente distância em relação aos alinhamentos: “*Sim (tenho liberdade para) propor trabalhos. Para participar nos alinhamentos não, acho que isso compete ao coordenador*”; “*Liberdade em propor, muito longe dos alinhamentos*”.

Um ambiente bem diferente do existente nas redações no pós-25 de Abril, e desta descrição de Joaquim Furtado sobre esse período. Embora sobre a redação do Rádio Clube Português, poderia referir-se a outros órgãos de informação, como a RTP:

“Nessa altura não havia cursos de jornalismo, éramos todos autodidatas. (...) Vivíamos um turbilhão social, éramos cidadãos, estávamos no meio da Revolução. Mas, salvo um ou outro caso, no início não estávamos com uma facção, éramos jornalistas. E a aprendizagem fazia-se pela prática, nomeadamente em plenários, com representantes até da Comissão Administrativa.” (in Andringa, 2011d: 408-409)

Ou da descrição de Perez Metelo sobre a discussão, na Informação 2, sobre entrevistar ou não o general Kaúlza de Arriaga:

*“ (...) sabes o escândalo que deu a entrevista da Informação 2 ao Kaúlza. O general era um proscrito na televisão (e só havia uma), porque estava fora do campo democrático e, no entanto, abriu-se esse caminho de pluralismo que o Canal 1 nunca imaginaria fazer. **Estas questões eram debatidas por toda a gente na redação, todos colaboravam em equipa.** Foi de tal forma, meu caro, que isso abalou o telejornal do Canal 1, que se viu arrastado para melhor, graças a nós e à concorrência.” (in Rodrigues, 2011d: 765)*

A falta desse espírito de equipa pode, por vezes, levar alguns jornalistas a desistir da profissão. A desilusão é patente na entrevista feita por Cesário Borga a Sara Miranda, uma jovem que, tendo sonhado com uma vida como jornalista, desistiu ao fim de algum tempo na redação da RTP:

“Nunca me senti parte de um corpo. Ou seja, estive lá, fiz parte, participei, mas se me perguntares se me senti integrada na redação – de um ponto de vista pessoal, mais íntimo – a resposta é negativa. O que digo, em relação às questões organizativas e metodológicas, é que nunca senti nas chefias um papel orientador, nem uma vontade de ajudar a construir ou desenvolver competências e capacidades. Sempre senti a chefia associada, em exclusivo, a uma função de planeamento. Tal atitude fomenta um certo individualismo, o abismo, aquele sentimento de vertigem do tipo “agora tenho de me safar” . (...) senti sempre que havia pouca discussão sobre os trabalhos – se pusemos um bom ou mau jornal no ar, olhar para a concorrência e perceber se fizemos pior ou melhor – uma discussão que, para mim, era vital. Não se pode estar todos os dias a fazer mais do mesmo, sem saber se estamos a caminhar na direção certa. Portanto, quando

estás a tentar crescer, é fundamental que os tutores, aquelas figuras de referência que construíram um caminho por mérito próprio, encontrem cinco minutos para se juntarem com o conjunto dos jornalistas e orientá-los. É essa ausência de feedback interno, de apoio ao crescimento profissional, que me afetou.” (in Borga, 2011: 811)

Também Jacinto Godinho refere essa falta de diálogo, de reflexão conjunta sobre o trabalho feito, que acaba por se refletir a qualidade da própria informação produzida:

“Nós nunca conseguimos criar redações estáveis em Portugal. Anteriormente por causa daquilo a que se chamou o alinhamento das redações, da luta ideológica, agora por causa das questões económicas, a fragilidade do emprego, o problema das pressões e das influências. As pessoas vivem mais isoladas e, como vivem mais isoladas, vivem mais sob stress, sob pressão e a pressão leva-as a não terem a clarividência, a paz suficientes para refletirem sobre as relações sociais dentro do jornalismo, sobre o seu próprio trabalho, para conseguirem, a partir daí, dotarem-se de um background, de uma experiência para orientarem a sua atividade diária.” (in Andringa, 2011 b: 318)

f) Pressões sobre os jornalistas

Referi, no primeiro capítulo, que os anos do pós-25 de Abril foram uma época de pressões políticas pelo controlo da informação – e que se fizeram naturalmente sentir na RTP.

O problema das pressões surge, regularmente, nos debates sobre jornalismo. E que podem revestir-se de aspetos muito diversos ficou patente nas entrevistas que fiz para o projeto Perfil.

Joaquim Furtado, por exemplo, recordou um episódio ocorrido no tempo da Administração Proença de Carvalho (1980-1983): um dos líderes das Brigadas Revolucionárias, Carlos Antunes, encontrava-se internado, sob prisão, no Hospital de Santa Maria – e uma equipa de reportagem do programa *A par e passo*, da RTP2, logrou entrevistá-lo, entrando como pessoal hospitalar. A Administração levantou um processo disciplinar com vista ao despedimento dos jornalistas que participaram na entrevista. O argumento era que, sendo a RTP a televisão do Estado, tinha de cumprir as leis do Estado – e se Carlos Antunes não podia dar entrevistas, os jornalistas da RTP não deveriam entrevistá-lo. (in Andringa, 2011d: 420)

Anos mais tarde, em 1998, era Furtado diretor de Informação e Programas, quando a Administração, por indicação do Governo, que teme um conflito diplomático, impede a deslocação de uma equipa a Angola, às zonas então controladas pela UNITA, Furtado demite-se – e, com ele, toda a sua Direção:

“O Estatuto da RTP cria as condições para que ou a Administração e a Direção estão em concordância total, também política, ou criam-se situações de rutura. Até porque a Administração tem um poder terrível: o do Orçamento. Se não está de acordo com uma decisão do Diretor pode dizer que não há dinheiro.” (id: 414)

Judite de Sousa afirma nunca ter sido pressionada de forma direta:

“Aliás, acho mesmo que as pressões diretas não existem no presente, como não existiam no passado. Acho que esta é uma daquelas matérias que está muito no imaginário das pessoas, mas precisa de ser desconstruída. Vamos lá a ver: eu não sei o que se passava no passado ao nível das chefias e das coordenações. Mas ao nível do meu trabalho enquanto jornalista de terreno, de redação, nunca recebi telefonemas do ministro A ou B, do assessor A ou B, no sentido de fazer aquela reportagem, cobrir aquele assunto ou, pura e simplesmente, não pôr no ar qualquer tipo de notícia. É a isso que chamo uma pressão direta. Pressões indiretas existem, como existiam no passado: fazem-se muito através dos chamados recados que perpassam pelos órgãos de Comunicação Social e dão conta de um determinado estado de espírito em relação a determinado media, em relação a determinado programa, em relação a determinado jornalista. Ai, ou valorizas isso e te auto-condicionas ou pura e simplesmente não valorizas e segues em frente. Eu, sempre que senti esse tipo de pressãozinha indireta, pura e simplesmente não a valorizei. Tenho consciência de que ao longo da minha vida profissional fiz entrevistas que desagradaram profundamente aos poderes instituídos da altura, mas valeu o que valeu e passou. E não senti que, por muito que determinado tipo de trabalho possa ter desagradado, tenha sido penalizada por isso. Mas talvez seja uma exceção, não seja a regra.” (in Andringa, 2011f: 619-620)

José Rodrigues dos Santos, que não se coibiu de afirmar que *“um poder que temos é forçar governos a temer”*, tem uma experiência diferente:

“Vamos lá a ver. A minha definição de pressão é quando alguém nos diz para fazer uma coisa e, se não a fizermos, dizem-nos que iremos sofrer determinadas consequências. E isso não, nunca me aconteceu. Mas, por exemplo, a extinta Alta Autoridade entendia que a ameaça pode estar

implícita, não precisa de ser explícita. Aliás, quando a coisa é bem feita é sempre implícita, não é? Basta um superior hierárquico, uma pessoa de quem dependemos hierarquicamente, fazer determinadas sugestões em determinado tom, para isso ser considerado pressão. As pressões podem ser diretas ou indiretas, mas são sempre pressões. Essa é a definição que a Alta Autoridade estabeleceu. Se utilizares essa definição, sim, posso dizer que já me senti pressionado pelo poder político e pela entidade patronal. Pressões implícitas, sim, muitas vezes. (...) Sobretudo políticas. Às vezes comerciais. Uma vez, em 1991, estava a fazer o 24 Horas, e houve umas acusações de que num determinado jogo do FC Porto o árbitro tinha sido corrompido. Fomos buscar as imagens do jogo e, realmente, havia ali decisões de arbitragem que pareciam super-estranhas. Metemos a peça no ar. A peça estava no ar e telefona o responsável do Desporto a mandar tirá-la imediatamente. Não tenho dúvidas de que era uma decisão comercial relacionada com a vontade de manter boas relações com os clubes por causa dos direitos de televisão – mas não o posso provar. Lembro-me também de ter havido uma vez uma peça sobre uns produtos de uma multinacional que estavam adulterados. E a direção insistiu muito connosco para retirarmos a peça, porque acho que essa multinacional contribuía com 20 por cento para as receitas da RTC. Mas este tipo de pressão é mais raro. Nas questões políticas sim, havia muita pressão. Vi muito questionar de alinhamentos: por que é que pomos os sindicatos, por que é que pomos tanto a oposição, por que é que pomos esta manifestação, por que é que não sei quê, esse tipo de pressão. Sempre por via da administração. Não era o governo, porque essas coisas não são feitas assim. Questionavam muito a integridade das pessoas: «A pessoa que está naquela função é do partido tal da oposição, é preciso substituí-la.» Também nas nomeações para cargos de responsabilidade: coordenadores de programas, coordenadores regionais, correspondentes no estrangeiro. Detetei muita influência da esfera política ao nível da nomeação de pessoas para funções editoriais, e foi justamente para fazer frente a essas interferências que eu impus os concursos. Para quê? Porque, se recusasse as “sugestões”, estava a afrontar a administração; se aceitasse, estava a ir no jogo da interferência política. “O que é que eu vou fazer? Concurso. Abre-se um concurso, cria-se um júri e assim eu nem afronto institucionalmente, nem aceito.” Era a solução que se aplicava na BBC. E foi assim que nasceu na RTP o conceito do concurso interno para coordenador regional ou para correspondente no estrangeiro. (...) Com o sistema dos concursos internos acabei por ganhar sem provocar ruturas imediatas, porque, quando me vinham as “encomendas”, podia dizer: “Não, essa pessoa não tem a nomeação garantida porque temos um concurso com vários candidatos e todos estão, à partida, em pé de igualdade. A avaliação será feita por um júri e eu vou proteger esse júri de qualquer interferência externa, para que a decisão final seja tomada em

consciência.” Até ao dia em que uma administração, que já não suportava mais a minha intransigência ética, decidiu nomear para um cargo uma jornalista que tinha perdido o concurso para esse cargo, ignorando as que tinham ficado à frente. Deixei de ter condições para trabalhar e vi-me forçado a demitir-me, opção que penso que era desejada pela administração e que surgiu num contexto de grande pressão pública do governo contra a minha manutenção no cargo. Mas como poderia eu fazer de outra maneira? Um lugar de correspondente é uma função editorial e quando uma administração ignora um concurso interno, ignora a opinião do diretor de informação e faz uma nomeação na área editorial contra a opinião do diretor responsável por essa área, obviamente que está a provocar uma rutura. Deixei de ter condições de trabalho e tive de assumir as minhas responsabilidades. Aconteceu-me depois uma coisa engraçada. Na semana seguinte fui a Angola e o diretor de um jornal angolano disse-me: “Mas você demitiu-se só por isso? Coisas dessas acontecem aqui todos os dias!” Na semana seguinte fui a uma reunião de grandes televisões mundiais, estavam lá a BBC, a CNN, a TFI, todos. Disseram-me: “Mas é possível um escândalo desses acontecer em Portugal? Mas Portugal não é um país da União Europeia?” De maneira que, nestas coisas, suponho que estamos mais próximos de Angola do que da União Europeia.” (in Andringa, 2011e: 584-586)

Mais curiosas são as declarações de outro antigo Diretor da RTP, Emídio Rangel. Tendo tido primeiro a experiência de direção na SIC, Rangel declara ter tido, na RTP, “a mesma capacidade de agir e a mesma liberdade. Nunca tive nenhuma pressão.” Mas declara também ter sido saneado da RTP, por causa de uma crónica de opinião escrita no Diário de Notícias:

“Escrevi que o Durão Barroso nunca seria um bom primeiro-ministro. Educadamente, até dizendo que ele tinha sido um bom ministro dos Negócios Estrangeiros, tinha desenvolvido bem as relações com África, mas que não o via como um homem de que o país precisava urgentemente para dirigir o país e levar a cabo as reformas que tinham que ser feitas. E a primeira decisão que ele tomou como primeiro-ministro foi dizer: “Eu quero aquele senhor fora da RTP o mais depressa possível.” E recebi isto com clareza absoluta. O próprio presidente da RTP disse: “Olhe, é assim, não vale a pena sequer a gente discutir. Eu tenho ordens para, seja de que maneira for, fazê-lo sair da RTP.” E depois entrou no circuito o Moraes Sarmiento, que também foi completamente claro “É assim, você é um grande profissional, se calhar não há outro igual a si, mas você tem que sair, nós queremos pôr outra pessoa na RTP.” E pronto.” (in Andringa, 2011a: 287)

Daí a inclusão no questionário da pergunta “*Alguma vez se sentiu pressionado por questões políticas? por questões económicas? pela entidade patronal? por assessores/agências de comunicação?*”

Só duas pessoas respondem negativamente. Uma refere ter sofrido “*as pressões comuns em qualquer redação, mas nada que considere grave ou que me fizesse alterar conteúdos ou métodos de trabalho*”. Entre os oito restantes inquiridos, cinco situam a origem das pressões na entidade patronal. Num dos casos foram pressões políticas, exercidas através do Diretor de Informação. Duas pessoas não explicitam que tipo de pressões sofreram. Outras duas falam de questões económicas, no caso de uma delas “*para abdicar de regalias*”. Os três restantes dizem ter sofrido pressões “*políticas*”, da parte de assessores ou agências de comunicação.

A crer nas respostas, não houve, em nenhum caso, cedência às pressões, mas em dois dos casos tal facto deu origem a represálias. Uma dessas pessoas – que, além de ter recusado a interferência, “*oralmente e por escrito*”, participou a mesma ao Conselho de Redação e ao Sindicato – foi “*afastada da área de trabalho em que estava integrada*” e “*perseguida durante algum tempo*”. No outro caso, em que a pressão foi anterior à entrada para a RTP, a não cedência resultou em despedimento.

g) Condições de trabalho

Consoante a editoria a que pertencem, assim os jornalistas tomam conhecimento do trabalho na véspera (Política, Sociedade, Artes) ou no próprio dia (Internacional). Quando os serviços são marcados pela Agenda, esta fornece normalmente a documentação – o que não impede que o jornalista complemente a informação através de pesquisa própria.

A Internet, permitindo a consulta dos telexes das agências e das *dopesheets* (as folhas que acompanham as imagens enviadas pela Eurovisão e as agências, no caso do Internacional), além da leitura dos jornais, parece funcionar mais como meio de acesso a essa informação tradicional do que como instrumento de pesquisa.

Isso mesmo é confirmado quando referem rádio, televisão, imprensa e agências noticiosas como principais fontes de informação, além de contactos pessoais com pessoas ligadas aos temas.

Quanto ao tempo de que dispõem para o seu trabalho, depende evidentemente das características deste. A coordenação do Jornal da Tarde, por exemplo, pode implicar cinco horas entre a preparação e o final do jornal, enquanto que preparar um documentário de 50 minutos pode levar cerca de dois meses para a preparação, um mês para filmagem e mês e meio para a montagem, num total de cinco a seis meses.

Tirando o caso específico da RTP-N, não se me tornou evidente que os ritmos de trabalho sejam superiores àqueles que eram praticados no tempo em que estive no Telejornal e que Miguel Sousa Tavares (MST) descreve como “*uma escola de preguiça*”:

“No internacional da RTP tudo o que eu tinha de fazer em dias normais era uma notícia de dois minutos para o telejornal, que consistia em ir buscar o filme ao gabinete da Eurovisão, fazer a remontagem e gravar um texto sobre as imagens. Qualquer pessoa normal faria aquilo em meia hora – e eu estava lá sete horas sem me darem mais nada para fazer.” (in Rodrigues, 2011c: 700)

As respostas à pergunta “*A quem apresenta o trabalho, uma vez pronto? Perante quem assume a responsabilidade do trabalho?*” têm particular interesse por mostrarem o grau de autonomia de que dispõem os jornalistas na execução de cada peça noticiosa.

Assim, a Direção de Informação só é referida pelos que têm funções de coordenação e ainda assim de forma mitigada: o trabalho apresentado “*ao público do jornal*”, diz um dos inquiridos, mas acrescenta que, pelas suas “*responsabilidades editoriais e funcionais*”, responde perante “*a Direção de Informação*.”

Outro coordenador considera que a pergunta não se lhe aplica: “*No essencial, sinto-me responsável perante mim próprio, perante a equipa que trabalha comigo e a Direção.*”

E outra jornalista, que exerce ocasionalmente funções de coordenação, distingue: “*Quando estou a trabalhar na editoria de internacional respondo perante a editora, quando coordeno jornais respondo perante a direção.*”

Entre as restantes sete respostas, nenhuma menção à Direção de Informação. Uma das respostas é lacónica: “*Ao superior hierárquico. Perante o mesmo.*” Cinco referem os editores ou coordenadores. O tom das respostas permite, no entanto, pensar que, na prática, o trabalho, uma vez pronto, pode ser emitido sem ser visto por mais ninguém (como, aliás, se verificava, salvo em casos politicamente sensíveis, no tempo em que estive na redação): “*Penso que seja a minha coordenadora*”, “*Informo o anotador que está pronto*”, “*Não apresento a*

ninguém. Vai diretamente para o ar. O trabalho é meu e assumo a responsabilidade pessoal perante o público, as chefias, a empresa e os colegas.”

Respondendo à pergunta “que tipo de constrangimentos condicionam mais o seu trabalho? Editoriais? Técnicos? Velocidade/Tempo?” só um dos inquiridos declara não os sentir. Cinco dos restantes referem constrangimentos técnicos, embora uma delas refira também “*a necessidade de trabalhar muito depressa*”. Velocidade/tempo são apontados em três respostas. Em outras duas, os constrangimentos têm a ver com áreas de trabalho: “*À cultura não se dá muito valor diário*”; “*falta de correspondentes*”.

E então, se pudessem mudar algo no seu trabalho, o que mudariam os nossos inquiridos?

Há quem, com funções de coordenação, não mudasse nada, uma vez que, dado o lugar que ocupa, tem possibilidades “*de mudar o que deve ser mudado*.” E quem, já se disse, podendo, “*mudaria os próprios chefes*.”

Este desencanto em relação à hierarquia surge também em algumas entrevistas. Para lá da opinião de Sara Miranda, referida um pouco atrás (“*nunca senti nas chefias um papel orientador, nem um papel de ajudar a construir ou a desenvolver competências e capacidades*”) também Jacinto Godinho manifesta reservas em relação ao funcionamento da redação e à relação com os que a dirigem. Pensa que as redações não oferecem um patamar homogêneo e que em qualquer das redações do país pode formar-se o pior ou o melhor profissional. É por isso que lhe parece errado tomar como alvo das críticas o próprio jornalista, quando “*são as relações de poder dentro da redação o que mais condiciona o jornalista na sua atividade*”:

“Na carreira pode-se batalhar por dois objetivos, mas qualquer deles passa pelo reconhecimento do seu próprio trabalho: se tivermos formas autónomas de reconhecimento desse trabalho, prémios de jornalismo, crítica que nos vá amparando, pode ser suficiente; mas se isso não existe, o reconhecimento está no interior da redação, nas relações de chefia, está nos chefes. [Mas] é muito difícil para um miúdo, mesmo estagiário, de repente estar com um coordenador ou um diretor a quem não reconhece méritos profissionais, de quem nunca viu um trabalho... Isso cria uma grande desconfiança, a todos os níveis. Não lhe serve de incentivo, não se vai abrigar junto

dele, pedir-lhe conselhos, vai-se antes isolar, vai conspirar contra ele... E nós nunca conseguimos resolver isso.” (in Andringa, 2011b: 318)

Autonomia e tempo são os desejos de quatro jornalistas: *“Não estar tão dependente da Agenda”*; *“Quanto menos depender da intervenção de terceiros para o completar... melhor.”* Os constrangimentos de tempo influenciam algumas respostas: *“Dedicava mais tempo à investigação e reforçava a relação com as fontes”*; *“Penso que precisaria de mais tempo para pensar e refletir sobre o que andamos todos a fazer.”* Pelo contrário, há quem queira fazer *“mais reportagem e notícias que exigem reação rápida.”* E quem gostasse de intercalar *“o trabalho de secretária”* com reportagens.

Finalmente, duas respostas dizem que gostariam de mudar *“os meios e o ambiente de trabalho”*. Uma aprofunda a resposta: preferiria trabalhar *“numa sala com luz natural e uma escala mais humana ”*, considerando *“desgastante”* o trabalho *“num estúdio enorme e frequentemente mal iluminado e demasiado frio”* que *“impede muitas vezes o saudável convívio entre camaradas de trabalho.”*

h) Reflexão sobre a informação produzida

À pergunta *“Quando faz uma notícia, em quem pensa prioritariamente?”*, oito dos 11 inquiridos respondem *“no público”*. Há mesmo quem seja enfático: *“Em primeiro lugar, o público; em segundo, o público, em terceiro o público.”*

As fontes surgem em segundo lugar, com 3 jornalistas a referir a confiança (ou o respeito) pelas fontes. A hierarquia é referida uma única vez, e mesmo assim depois do público e dos colegas. Três inquiridos aproveitam para falar de rigor e acessibilidade: *“Pergunto-me sempre se estou a ser suficientemente rigorosa e ao mesmo tempo acessível.”*

Para um dos inquiridos, o respeito pelas fontes e pelo público implica *“tentar perceber o que se passou”*, informar-se *“o melhor possível”* e *“um certo cuidado”* na forma de escrever: *“Tenho a preocupação de ser o mais claro e o mais rigoroso possível naquilo que escrevo e naquilo que digo.”* Acrescenta que *“raramente pensa na hierarquia e nos colegas também não.”*

Salientando a preocupação com o rigor e o respeito pelas fontes, outra resposta sublinha o cuidado de tornar as notícias “*interessantes*”.

Uma vez que pensam prioritária e maioritariamente no público, preocupa-os os efeitos das notícias que fazem? E a concorrência?

Apesar de esta última ser muitas vezes referida como um constrangimento, não é essa a opinião expressa pela maioria dos jornalistas inquiridos. Apenas um afirma ter a preocupação de “*contar a história de forma suficientemente original para que os formatos não se repitam e seja diferente da concorrência*”. Outro classifica-a como “*uma variável a ter, sempre, em conta*” enquanto que um coordenador salienta que quer os efeitos quer a concorrência são “*preocupações que já fazem parte do dia-a-dia*”.

A maioria afirma pensar mais nos possíveis efeitos das notícias: “*Há que perceber que aquilo que se escreve tem repercussões, pode criar acontecimentos imprevisíveis e portanto é preciso ter muita atenção àquilo que se diz e como se diz*”, diz um dos mais velhos. Dois lembram a preocupação de evitar imagens desnecessariamente chocantes para o espectador. Há mesmo uma referência às crianças mortas por enforcamento “*por tentarem imitar o que tinham visto nas imagens em que Saddam Hussein é executado*”. Um dos inquiridos é perentório: embora pense nos efeitos dos seus trabalhos ou daqueles pelos quais é editorialmente responsável, considera inaceitável “*que uma reportagem não seja feita por causa dos possíveis efeitos*”. Abre uma única exceção, para casos que afetem “*a intimidade ou a honra das pessoas*”.

Jornalistas de televisão, conhecem bem a importância das imagens e da qualidade estética das peças – mas entre o rigor e a estética, o rigor tem a primazia: em 10 respostas, só uma escolhe, sem ambiguidades, “*ambos*”. Dois têm o cuidado de modalizar a afirmação: “*Ambos são muito importantes mas o rigor é fundamental*”; “*Ambos. O rigor subordina a estética mas, em televisão, som e imagem desempenham um papel fulcral*”.

Mais difícil é a resposta a quais o pior e o melhor momento da sua carreira, e porquê. Permite, no entanto, observar o modo como cada um encara o seu trabalho e, também, o peso de uma hierarquia de que raramente falam. Veja-se, por exemplo, esta resposta “*Bons quando o meu trabalho é reconhecido pela hierarquia. Maus quando alguém em algum ponto da hierarquia antipatiza comigo ou com o meu trabalho e me prejudica deliberadamente...*” Ou

esta outra: *“Pior foi quando fui de castigo para a RTP-N. Melhor: a cobertura no terreno de um grande evento, como repórter e na coordenação.”* Para o mais antigo, entrado na RTP em 1974, o pior foi *“o tempo em que na RTP não me distribuíam notícias devido às minhas convicções políticas”*. Já o melhor foi o tempo como correspondente no estrangeiro.

Quatro dos inquiridos optam por não fazer destaques: *“Não sei”*; *“Não há um momento, há vários”*; *“Tive muitos momentos bons e alguns momentos tristes. Prefiro não destacar nenhum. Aprendi com todos.”*; *“Houve vários bons e maus. Os melhores aconteceram sempre que consegui uma “boa história”. Os piores quando falhei.”*

Mas há quem tenha muito claro quais os seu piores e melhores momentos, identificando aqueles com pressões diretas numa época em que estas eram habituais e estes com reportagens de assuntos de grande atualidade. Assim, um dos inquiridos indica, como piores, dois acontecimentos dos anos 80: uma entrevista a um político que reagiu muito mal às suas perguntas e o acusou de “mau jornalismo” e perseguição ao seu partido e uma entrevista a um ministro que lhe exigiu que a entrevista passasse na íntegra no Telejornal, coisa que, além do mais, não poderia garantir. Como melhores momentos da sua carreira, refere as coberturas de uma catástrofe e de um atentado.

Outras escolhas dos piores e melhores momentos profissionais estão estreitamente ligadas às idiossincrasias dos inquiridos: há quem, ao mesmo tempo que salienta entre os melhores momentos algumas reportagens feitas no estrangeiro, em zonas de guerra, identifica os piores com *“períodos de trabalho “fora de horas””, por “motivos pessoais e familiares”*.

(Abro parêntesis para dizer que, parecendo embora uma contradição, não me espanta. Quando se está fora em reportagem toda a atenção é dedicada ao trabalho e não há ninguém que nos possa esperar para jantar ou para contar a história para adormecer. Quando se está em Lisboa, há muito mais justificações a dar – e a maioria, para os não-jornalistas, sem sentido.)

Para quem gosta “da pressão e da adrenalina”, os momentos mais difíceis são os de pouco trabalho e os melhores aqueles em que *“nem tempo tenho para me “coçar””*.

Para um dos nossos inquiridos., o pior momento – *“horível, horrível, horrível”* – foi aquele em que, no estrangeiro, a caminho de uma reportagem com uma equipa local, se deparou com um caso de suicídio: um homem que se atirou de um 4º andar e cuja queda o seu repórter de câmara acompanhou. *“Foi absolutamente por acaso, mas fomos a única televisão*

que teve essas imagens.” Porque o suicídio nada tinha a ver com o trabalho que tinha em mãos, não as enviou à RTP, acabando a equipa por as entregar à televisão local: *“Era um assunto que não nos dizia respeito, de todo. Alguém que estava numa situação de desespero e se atirou de uma janela, e a RTP, o público português, não tinha nada com isso.”*

Mais difícil foi indicar o melhor: *“Não tenho assim um momento que possa destacar mais do que os outros, mas, para já, o concluir qualquer trabalho é um grande momento e dá muita satisfação.”* E acaba por citar uma entrevista que achou ter conseguido *“transpor para uma reportagemzinha de cinco minutos, com bastante clareza, de uma forma muito sintética, mas ao mesmo tempo rigorosa e clara”*.

i) Reflexão sobre profissionalismo e responsabilidade social

No final do questionário, pedia um comentário a diversas frases:

1. *“O jornalismo participa na produção e reprodução de relações de poder.”*
(Heikkila e Kunelius, 2002:1);
2. *“Na sua atividade profissional, os jornalistas, mais do que atores capazes de responsabilidade própria e de intencionalidade são recursos funcionais do sistema (Parker, 2000:20), limitando-se a cumprir o papel que este lhes reserva.”;*
3. *“As práticas profissionais dos jornalistas servem as necessidades da organização.”* (Tuchman, 1983:17);
4. *“O profissionalismo “alivia as organizações burocráticas da responsabilidade de imaginar os seus próprios mecanismos de controlo”* (Larson, 1977:168);
5. *“Muitos jornalistas, cansados da carga ideológica dos anos 70 e 80, concluíram que mais valia assumir realisticamente o contrato com a empresa mediática e esquecer as longínquas obrigações perante a sociedade”* (Mesquita, 2003:269);
6. *“O jornalista não pode ser desvinculado da obrigação de calcular os possíveis efeitos sociais de certos ‘atos de palavra’, nem de ponderar os*

processos utilizados na condução dos questionários ou a linguagem usada no relato ou no comentário jornalístico.” (Mesquita, 2003: 274);

7. *“Não há serviço público sem público.”* (Frase repetidas vezes usada sobre a RTP.);
8. *“Por vezes, sei que uma fonte me está a usar para passar um recado. Mas, se não o passar, nunca mais me dará uma notícia. Há que saber fazer ‘jogo de cintura’.”* (Jornalista interveniente num debate sobre jornalismo.)

As duas últimas frases não constavam também da primeira versão do questionário. Assim, excluía o primeiro inquirido e teriam, à partida, apenas 10 comentários. No entanto, duas jornalistas optaram por não comentar qualquer das frases, tendo, assim, as primeiras, nove respostas e as duas ultimas apenas oito.

1.

A primeira frase recolheu, aparentemente, grande concordância:

“É completamente verdade.”

“É uma evidência.”

“Evidentemente.”

“Eu diria que para além das relações de poder, os jornalistas – e sobretudo os profissionais do jornalismo público – têm capacidade para produzir ou reproduzir relações sociais, cumprindo assim uma missão de ajudar a vida pública, através de uma maior consciencialização dos aspetos e dos problemas que mais interessam à comunidade.” O trabalho dos jornalistas *“pode influenciar a organização social, contribuindo para o aparecimento de novas formas de exercício de poder”*, também porque *“aqueles que detêm a comunicação e melhor passam as suas mensagens, mais facilmente exercem o seu poder.”*

“Com certeza, não tenho a mínima dúvida. (...) O jornalista acaba sempre por passar para o público informação sobre o que os poderes andam a fazer, ou pensam fazer, ou já fizeram (...).”

Mas mesmo nessa afirmada ausência de dúvida, está presente uma posição crítica normativa: se “*há sempre uma relação entre os poderes e os jornalistas que não é possível evitar*”, “*o que não deve haver é uma subordinação do jornalismo a qualquer um destes poderes.*”

Outro dos inquiridos expressa essa reserva ainda mais abertamente:

“É um veículo muito importante na produção e reprodução das relações de poder. Esse não deve ser, contudo, o seu propósito.”

Uma resposta remete, através de uma analogia curiosa, para a forma inconsciente como essa produção e reprodução tem lugar:

“Tal como uma mãe pode participar na produção e reprodução de machistas por intermédio da educação que der ao seu filho.”

Outra resposta, aparentemente concordante com a frase de Heikkila e Kunelius, faz uma interpretação ligeiramente diferente, deslocando a responsabilidade dos jornalistas para a estrutura que os envolve:

“Sim, de facto criam-se relações de poder que condicionam a prática jornalística direta e indiretamente.”

Finalmente, há quem proponha uma oposição, ou uma explicação:

“O jornalismo é, sem si mesmo, um poder.”

Parece possível inferir que todos os inquiridos têm consciência da participação do jornalismo na produção e reprodução das relações de poder, mas esse conhecimento não os responsabiliza. Temem a manipulação do poder, mas nenhuma das respostas é clara sobre a manipulação própria e o desejo de a evitar.

2.

Os comentários à segunda frase revelam que os inquiridos têm consciência do problema, mas também da possibilidade que têm de impedir que tal aconteça:

“Nos últimos anos os jornalistas têm-se limitado, cada vez mais, a cumprir o papel que o "sistema" lhes reserva.”

“Na prática”, a concentração dos media “nas mãos de grandes grupos económicos”, leva a que “as novas gerações funcionem muito apenas como funcionários, quase como operários de uma fábrica de produção de notícias”, mas não é esse o papel dos jornalistas, que “têm uma responsabilidade e uma consciência que devem respeitar na sua atividade e têm uma função que não se podem demitir de assumir.”

“Cabe ao jornalista” a escolha entre ser ator ou mero recurso funcional e, apesar de o sistema ter “formas quase perfeitas” de “criar uma teia à volta do jornalista”, este não deve desistir da sua independência, já que “o seu comportamento tem uma reconhecida influência no público e no próprio sistema”. Essa independência pode, no entanto, sair-lhe cara: “Quando o jornalista não prescinde da sua responsabilidade própria e o sistema tenta limitar o seu papel, gera-se o conflito que pode levar muito tempo a terminar. A vitória do jornalista acarreta normalmente custos elevados.”

É esse o desejo do sistema, mas não é fácil “abafar” a “liberdade criativa” e o jornalista pode, “se o quiser”, encontrar espaço para a exercer.

“Os jornalistas tem muito a dizer e a fazer sobre o papel que lhes está reservado”,

“Há regras que, se cumpridas, permitem fugir dos determinismos sociais”,

“Cada jornalista tem uma intervenção subjetiva” nas matérias que trata.

“Os jornalistas são profissionais inteligentes e bem preparados, por isso conscientes do impacto das suas palavras e mensagens. Nessa medida, nunca podem abdicar totalmente da sua responsabilidade perante os públicos e nunca são simples marionetas do “sistema”.” Pode acontecer é que, “conscientes da sua dependência (económica, profissional, ideológica)” aceitem “submeter-se à instrumentalização de que são alvo.”

“Os jornalistas também são construtores do seu próprio papel, quanto mais não seja porque também funcionam como uma condicionante, uma pressão ou um constrangimento para o Poder.”

Mais uma vez, as respostas mostram consciência da responsabilidade individual e da possibilidade de resistir, ou não, às imposições do sistema.

3.

A frase de Gaye Tuchman não foi clara para três dos inquiridos, que perguntaram “Qual organização?”

Outra resposta levanta a dúvida sobre se o inquirido entendeu “a organização” como a empresa mediática, já que os termos em que responde parecem indicar que a assumiu como organização política: “*Na sociedade contemporânea, a comunicação e a atividade política andam cada vez mais de mãos dadas*”, em que os jornalistas e assessores (fontes institucionais) assumem o papel de atores (...) Na divulgação de factos e acontecimentos, os jornalistas acabam por dar sentido às iniciativas da organização e contribuem, através das relações de interdependência, por influenciar as relações sociais”.

Entre as seis respostas restantes, houve um lacónico “*Nem sempre*” e duas recusas em nome dos princípios: “*O jornalismo não tem que estar ao serviço de qualquer organização*” e “*a organização nunca devia ser o mais importante. Quando assim é o jornalismo está em risco.*”

Pouco à vontade para comentar a frase “*um tanto descarnada*”, um dos inquiridos sublinha, ainda assim, que, “*em democracia a informação faz parte do sistema*”, porque este admite que, para sobreviver, tem de “*integrar a possibilidade de ser contestado e criticado*” – e é essa a função dos jornalistas.

Outro inquirido lembra que, mesmo com a aplicação de todas as regras, o jornalista tem a capacidade de subverter completamente aquilo que a organização espera dele – acrescentando embora que talvez não se mantenha muito tempo nela... E. contrapõe outra leitura: “*Às vezes há conflitos entre as práticas profissionais e as necessidades da organização. Por exemplo, uma prática profissional que obriga a confirmar os factos com diversas fontes antes de divulgar uma notícia não é compatível com a pressão do tempo nas televisões e nas rádios com noticiários hora a hora. (...) A pressão do tempo, do direto, até do espetáculo sobre a informação, faz com que os jornalistas, se recorressem às práticas profissionais e às exigências que essas práticas colocam, nunca conseguissem pôr nada no ar.*”

No capítulo 2 tinha citado Soloski precisamente sobre a hipótese de conflito de interesses entre a “*ideologia do profissionalismo*” e os “*intuitos lucrativos da organização*”

comercial” (in Traquina, 1993:93). Adiantado a forma como a organização jornalística influencia o processo de seleção de notícias: “*num esforço para tirar o máximo de lucro do seu investimento económico, (...) rotiniza a cobertura noticiosa.*” (id.)

4.

A frase de Larson surpreendeu um dos inquiridos: “*Nunca tinha pensado nisto.*”

Para outro, pelo contrário, a frase de Larson não acrescenta nada à anterior, de Gaye Tuchman.

Quatro inquiridos manifestam reservas:

“*Pode ser verdade ou não. Depende dos casos... e dos profissionais...*”

“*Essa seria uma forma de desresponsabilização que se deve combater*”

“*Talvez isso aconteça, mas... e a falta de profissionalismo?*”

“*Não necessariamente.*”

Outro considera que o risco existe, porque os jornalistas se relacionam “*de forma ambígua com formas de controlo intra-organizacional exercidas pelas empresas*”, para as quais “*o valor de serviço público tem muitas vezes um valor comercial*”. Ainda assim, considera que, tendo consciência “*das suas responsabilidades sociais*”, “*cabe aos jornalistas estabelecerem os princípios do seu trabalho e as normas/códigos que funcionem como mecanismos de controlo para que o profissionalismo não seja prejudicado na essência da sua função*”.

Há quem entenda o profissionalismo de modo completamente oposto ao da frase proposta e o defenda com veemência: “*O profissionalismo é a resposta séria e responsável de cada indivíduo perante si próprio e perante os outros. Qualquer organização, burocrática ou outra, que tente instrumentalizá-lo para os seus próprios fins arrisca uma má surpresa.*”

Só um dos inquiridos, modalizando embora a sua resposta com a introdução de aspas, parece concordar com Larson: “*O "profissionalismo", atualmente, decorre cada vez mais do compromisso do jornalista com a sua empresa.*”

Continua a detetar-se nas várias respostas a noção de uma responsabilidade social no exercício do jornalismo. Deteta-se, também, diferentes interpretações do termo profissionalismo: “a resposta séria e responsável” ou o compromisso com a empresa – uma responsabilidade de tipo diferente.

5.

Talvez por isso a frase de Mesquita sobre a substituição das “*longínquas obrigações perante a sociedade*” pela assunção realística do “*contrato com a empresa mediática*” recolha uma concordância quase unânime:

“Perfeitamente de acordo. Cada vez mais os jornalistas se assumem como funcionários da empresa e portanto fazem aquilo que é preciso para que a empresa se mantenha no mercado (...) deixa de ser profissional de jornalismo, passa a ser profissional da empresa, ou produtor de conteúdos, qualquer coisa do género”.

Embora atribuindo o facto mais à “*imposição de certas regras do mercado*” que a cansaço da “*carga ideológica*”, outro inquirido concorda também com a análise: “*As empresas preferem contratar mão-de-obra mais barata do que ter ao seu serviço jornalistas com preocupações sociais. A responsabilidade social é, nestes casos, secundarizada, se não mesmo, esquecida. O (i)mediatismo cada vez maior da informação, tem levado também a uma omissão parcial ou completa das obrigações perante a sociedade. Para muitos, o importante é “vender” informação, sabe-se lá a que custo!!!*”

Não só o imediatismo. A insegurança também desempenha um papel, lembra outra resposta, “*até porque o despedimento é uma realidade*”.

Como sublinha, aliás, outra das pessoas inquiridas: “*Parece-me, que, hoje, os jornalistas têm como objetivo prioritário, na esmagadora maioria dos casos, garantir o seu posto de trabalho.*”

Há quem responda lembrando casos em que, mesmo sem o tal cansaço da carga ideológica, por uma questão de consumismo ou comodismo, se substituíram as “*obrigações perante a sociedade*” pelo politicamente correto ou pelo pragmatismo: “*Desde que me paguem...*”

Mas há quem mantenha, ainda assim, alguma esperança: *“Reconheço que há cada vez mais casos assim, possivelmente porque a pressão para encontrar trabalho torna os jovens muito cínicos⁷⁰. Mas na redação da RTP penso que ainda há essa preocupação com as obrigações perante a sociedade.”*

E há também uma rara voz a contestar a posição de Mesquita: *“Quais “longínquas” obrigações? Porque é que estar ao serviço de ideologias é diferente de estar ao serviço da empresa ou de interesses sociais específicos? O jornalista é uma pessoa única e irrepetível, inserida num grupo, numa família, numa cultura, e pensar que ele/a se alheia disso é irrealista.”*

6.

Também a segunda frase de Mário Mesquita recolhe plena concordância:

“É evidente que tem de pensar sobre o que faz, nos processos de obtenção de informação (...) Há coisas que não pode fazer, não pode tirar partido de determinadas situações, de fragilidade das pessoas, seja ela emocional, social, ou de outro tipo, tem de ver que linguagem usa, porque, sem deixar de ser rigoroso, não pode nem ser difamador, nem acusar sem fundamento, não pode – não deve – deixar que as suas próprias convicções influenciem o que está a dizer, que não seja imparcial, portanto há toda uma série de cuidados e de obrigações que tem de ter, seja quando recolhe a informação, quando depois a trata, quando a divulga.”

Cuidados que, diz outra resposta, devem ser reforçados *“ quando se trata de alguém que trabalha num órgão de informação com estatuto de serviço público”*.

Há quem lembre que o jornalista *“tem potencialmente o poder de causar mudanças na sociedade”* e que *“com o poder vem a responsabilidade.”*

E quem chame a atenção para que o jornalista também não pode ser desvinculado da responsabilidade de não comunicar, *“porque o “cálculo” não é favorável às expectativas ou resulta em consequências difíceis de suportar.”*

70 Curiosamente, o título de um livro do escritor e jornalista polaco Ryszard Kapuscinski é *“Os cínicos não servem para este ofício”*.

“O jornalista tem obrigação de ter isso sempre presente.”

Mais uma vez, os jornalistas que responderam ao questionário mostram uma consciência clara a sua responsabilidade social, considerando mesmo que essa responsabilidade é maior num órgão de informação de “serviço público”, que é o caso da RTP. Uma posição que vai ao encontro das respostas obtidas ao segundo questionário, onde a questão da responsabilidade social foi aprofundada e também da visão dos espectadores, tal como é possível apreciá-la nas mensagens de correio eletrónico recebidas pelo Provedor do Telespectador.

As duas frases seguintes não são de teóricos da comunicação. Uma é incessantemente martelada aos ouvidos daqueles que insistem em colocar a noção de “serviço público” à frente da de “audiências”. A outra, dita por uma jovem jornalista num colóquio, chamou-me a atenção como exemplo do que pode ser argumentado em nome do “pragmatismo”. Três pessoas não comentaram estas frases, havendo, portanto, apenas 8 respostas.

7.

A maioria é muito crítica da frase sobre o serviço público sem público:

“Um chavão publicitário oco utilizado por políticos com pouca imaginação...” ;

“Uma frase vazia de sentido que só visa criar confusão através da mentira. Não há um público mas vários públicos. E “Serviço Público” é um serviço à sociedade e se essa não existir, para quê discutir sequer a questão?”

“La Palice não diria melhor [mas] não deve servir de pretexto para dar todo e mais algum sentido ao conceito de serviço público”

O mais conciliador, embora considere que *“condiciona as estratégias de programação e informação, por exemplo, de um canal de televisão”*, admite que *“sendo certo que um serviço público de qualidade não corresponde necessariamente a uma grande audiência, também é certo que um serviço público dificilmente sobreviverá sem ter uma boa audiência”*. O desafio será então conseguir, no dia-a-dia, *“produzir um serviço público de qualidade para muito público”*.

Outra jornalista vê a frase como *“uma desculpa para descer a qualidade da programação”* e avança outra, que entende mais adequada: *“um bom serviço público pode “melhorar” o público e servir de modelo ético aos canais ditos comerciais”*.

Há duas outras respostas no mesmo sentido:

Também há serviço público sem público”, já que “também é dever do serviço público tentar encontrar ou mesmo construir novos públicos.”

E, garante outra das respostas, *“o bom serviço público cria o público”*.

Veemente, outro inquirido salienta que *“não há público, há públicos”* e remata: *“sobre a RTP, na maioria dos casos, o que se diz “não se devia escrever””*.

8.

A última frase coloca o problema da relação com as fontes, que é sempre, lembra um dos inquiridos mais experientes, *“um intercâmbio de interesses”* em que o importante, para o jornalista, *“é saber se o público fica a ganhar.”*

No mesmo sentido vai outra resposta: *“O interesse do público deve ser, sempre, o critério que prevalece. As fontes devem “servir” o jornalismo, não os jornalistas ou interesses de terceiros. Se assim não for os jornalistas tornam-se reféns das fontes.”*

Para um dos inquiridos, trata-se de *“um jogo perigoso”*.

Nesse jogo, há quem defenda uma posição de grande firmeza: *“Pode nunca mais me dar uma notícia mas tenho a certeza que se entrar no jogo também não me voltará a respeitar. Os “jogos de cintura” só trazem vantagens a curto prazo mas acabam por descredibilizar quem os pratica.”*

No entanto, diz alguém mais conciliador, *“a realidade diz-nos que muitos jornalistas não conseguem, ou não podem, evitar essa “pressão” ou “influência” da fonte, acabando por se sujeitar ao jogo de cintura para manter aberta a torneira da fonte”*.

Uma das respostas é sucinta: *“Paciência. A fonte pode secar.”*

Uma jornalista sénior recorda que cabe ao jornalista evitar ser usado pelas fontes e que dar uma notícia sabendo que é falsa é “*um atropelo a todos os códigos*”. E conclui: “*As fontes podem ser substituídas, uma falsidade pode ser irrecuperável.*”

j) Breve análise das respostas obtidas

A aplicação deste questionário foi, já o disse, uma tentativa de ultrapassar o facto de que as condições na redação da RTP tinham mudado entre a apresentação do meu projeto e a passagem à prática, nomeadamente pela diminuição do número de jornalistas entrados para a empresa na segunda metade da década de setenta do século passado. Tentei, com ele – e com a utilização das entrevistas entretanto feitas para o projeto Perfil – procurar identificar o que se mantivera e o que mudara na direção de Informação da RTP com a entrada em cena das televisões privadas e a passagem da situação de monopólio à de concorrência.

A somar-se aos dados cedidos pela direção de Recursos Humanos, demonstrativos das tendências observadas na generalidade da classe – feminização das redações e aumento do número de licenciados, mais evidente na RTP por exigir a licenciatura para o acesso de jornalistas redatores – o retrato sociográfico feito com base nas respostas obtidas não indicou uma alteração significativa da origem social dos jornalistas. Todos provêm da classe média e só num caso do sector primário, todos os outros pertencendo ao sector terciário.

Se todo o conhecimento é situacionalmente determinado, como defende Manheim (*apud* Tuchman, 1983:191), a questão da classe social de pertença não pode ser considerada despicienda em relação à *comunidade interpretativa* (Zelizer, 2000:33) formada pelos jornalistas, que “*regulam muito do que o público sabe sobre o mundo que habita e [cuja] atividade é vital para o funcionamento da democracia*” (Gripsrud, *apud* Schudson, 2003:14)

Assim, por exemplo, para Gans (*apud* Tuchman, 1983), o facto de os jornalistas norte-americanos serem de classe média leva a que as atitudes implícitas nas notícias sejam as dos norte-americanos de classe média. Até porque os “*sempre apressados repórteres não têm tempo para desenvolver um relacionamento com fontes não familiares*”, que podem “*fornecer informações novas ou contraditórias que [lhes] atrapalhem a capacidade (...) para generalizar e resumir*” (Gans, *apud* Moretzsohn, 2007: 241).

O questionário – embora sabendo que o exíguo número de respostas não lhe confere valor estatístico – não revelou também sinais de razões de insegurança, por motivos de precariedade, ente os jornalistas que responderam. Havendo apenas uma jornalista em situação precária, mesmo essa encontrava-se há mais de cinco anos na RTP e, embora o seu estatuto permitisse que mais rapidamente fosse dispensada, teria hipóteses de, se tal acontecesse, poder contestar vitoriosamente em tribunal.

Se, entre os que nos responderam, havia, entre os mais jovens, mais ingressos através de um estágio universitário, as relações pessoais continuavam em vigor – e, entre os mais antigos, havia dois casos de candidatura em resposta a anúncios de emprego. Uma mudança a realçar, em relação aos jornalistas entrados na década de setenta, era a mais frequente passagem pela rádio, o que tem naturalmente a ver com a alteração do panorama radiofónico português e o surgimento de rádios regionais e locais.

Não é, também, um aspeto menor, já que a forma de escrita da rádio e da imprensa são bastante diferentes e, como atrás referimos, entre o final da década de setenta e a de noventa a linguagem do Telejornal vai mudando, afastando-se da imprensa e aproximando-se da radiofónica. (Lopes *et al*, 2009:117)

A escolha do jornalismo aparece maioritariamente por gosto e parece, quando conjugada com as respostas a outras perguntas, manter-se associada a um ideal de serviço que, na entrevista que lhe fiz, Joaquim Furtado explicou assim:

“A minha ideia, quando comecei – e em Portugal não se falava de “responsabilidade social do jornalista” – era que se, como jornalista, tinha acesso a coisas que o comum das pessoas não tinham, um jornal, o microfone, tinha que estar ao serviço das pessoas. Enfim, eu achava que a minha participação social e cidadã na vida seria como jornalista.” (in Andringa, 2011d:410)

Curiosamente, embora Furtado pense que *“hoje a mentalidade dominante acredita menos na necessidade de os jornalistas terem uma preocupação social, talvez também porque a nossa preocupação social teve efeitos nefastos, de militância e partidarização”* (*id.*), duas das respostas que recolhemos explicam a opção pelo jornalismo pelo *“desejo de intervir”*.

Que nem sempre as representações que os jornalistas mais antigos têm sobre os mais novos são corretas, mostra-o também o facto de, ao contrário do que nos disse Judite de Sousa

sobre a ambição de apresentar noticiários de muitos dos candidatos à profissão, o estatuto mais desejado pelos jornalistas que responderam ao nosso primeiro questionário fosse o de repórter, de preferência grande repórter.

A competição e a velocidade – além das instalações – parecem ter vindo tornar menos fortes as relações pessoais na redação, mas talvez que isso seja também consequência da mudança de relação com o trabalho e a valorização dos tempos passados fora da redação. De qualquer modo, essa relação entre camaradas de trabalho, correta e cordial, mas sem forte afetividade, ressalta também das entrevistas de Judite de Sousa e Jacinto Godinho:

“Enquanto que, no passado, existia uma competição profissional, ou seja, eu estou a competir contigo para criar as condições de ser escolhida para fazer a reportagem A ou a reportagem B, acho que hoje em dia a competição tem muito a ver com uma lógica de sobrevivência.” (in Andringa, 2011f: 615)

Talvez por ter visto *“grandes amigas tornarem-se grandes inimizadas”*, Jacinto Godinho preferiu criar um certo afastamento dentro da redação: *“Há pessoas de quem sou bastante amigo, mas tenho com eles uma amizade profissional. Os meus amigos que são jornalistas e que vão a minha casa, que partilham a minha intimidade, esses estão fora da RTP, trabalham em jornais.” (in Andringa, 2011b: 320-321)*

Numa pequena delegação, em que não há motivo de competição, João Bruno Videira (que saiu por vontade própria da RTP) experimentou um clima bem diferente, com as amigas profissionais a transbordarem do horário de trabalho:

“Por 24 horas. Até dividíamos a casa. E quando deixámos de dividir a casa, quase dividimos o bairro, porque era um condomínio ocupado por colegas de trabalho e estávamos sempre em casa uns dos outros. Era uma vivência a tempo inteiro do trabalho e das relações de amizade que se estabeleceram a partir do trabalho.” (in Andringa, 2011c:331)

As relações pessoais pesam na forma de funcionamento de uma redação. Relações de amizade e cumplicidade podem facilitar o debate das questões editoriais, a capacidade de crítica e auto-crítica, a reflexão partilhada de que falaram Jacinto Godinho e Sara Miranda. A não existência dessas relações pode levar a uma situação totalmente inversa, como refere Peres Metelo:

“Os colegas não falam entre si. Os jornalistas não têm o “à-vontade” de dizer bem de uma peça, uns aos outros – coisa que eu procuro fazer sistematicamente. Eu digo bem de uma peça bem conseguida, por uma razão muito simples: uma peça justamente apreciada é um ponto de referência para futuros trabalhos do grupo. Hoje entre os jornalistas cada um está na sua capelinha, fogem a ser criticados, têm medo que lhes apontem insuficiências. Deste modo o exercício do jornalismo afasta-se do conceito de “benchmark” das empresas empreendedoras, que procuram apurar constantemente os valores de referência das melhores práticas. [Os jornalistas não gostam de ser criticados pelos seus pares?] Têm medo de criticar. O que significa que estão bastante inseguros. Não sei se isto é fruto da volatilidade do mercado de trabalho, se é inexperiência, se é falta de coragem, não sei! Cada um está metido no seu casulo e há muito pouca interação... É lamentável. Porque ganhávamos todos, desde que não houvesse exageros (como naqueles casais em crise que estão permanentemente a “psicologizar” cada coisa que um diz do outro). Não é nada disso, é com simplicidade, com franqueza, apoiando-nos uns aos outros, numa espiral positiva de crítica, de apreciação, de resposta... Quanto mais se fala de certas coisas, mais dá para pensar!” (in Rodrigues, 2011d: 766-767)

Mais do que as pressões, que parecem abater-se sobretudo sobre os jornalistas ocupando lugares de hierarquia, mais do que o peso desta – uma vez que a maioria das respostas ao nosso inquérito mostra que muitas vezes esta nem toma conhecimento das peças a emitir – serão talvez as condições de trabalho, de velocidade, isolamento e pouca participação o que mais mudou na redação da RTP, antes e depois do aparecimento das privadas. A velha senhora do monopólio viu-se forçada à competição e o Telejornal foi uma das suas mais fortes armas. Mas tinham passado muito poucos anos sobre o fim da Censura e as lutas partidárias do PREC, e não havia uma sólida cultura de Serviço Público que lhe permitisse competir sem mudar. Nas respostas ao nosso questionário, o discurso dos jornalistas de hoje não é muito diferente do dos jornalistas dos anos 70, como decorre dos comentários às frases que lhes foram apresentadas e da forma como se referem às melhores e piores experiências profissionais. As diferenças notam-se, sobretudo, na rotinização das reuniões de alinhamento, nas propostas vindas da agenda, na sujeição de uma agenda própria à agenda das fontes, como no caso da cobertura da campanha do referendo, na escolha dos temas *“que diga[m] respeito a um maior número de pessoas, que reproduza[m] problemas, sentimentos e vivências de um maior número de indivíduos [porque] ao contrário do jornal, que oferece um cardápio de notícias ao leitor, na televisão a refeição é escolhida por quem*

tem o comando na mão”. O jornalista deixou de se atribuir o estatuto de conselheiro, ele é agora o agradável companheiro do espectador:

“O jornalista de comunicação age como vulgarizador, conselheiro, ou como uma pessoa próxima mantendo uma relação familiar com o público, divertindo-o. Despe-se assim de toda a postura professoral, de ator de uma relação cívica” (Neveu, 2001:97)

k) Segundo questionário

Curiosamente, algumas das atitudes tomadas em nome da relação com o público, da necessidade de garantir audiências, provocam protestos de alguns sectores desse mesmo público – nomeadamente através de mensagens dirigidas ao Provedor do Telespectador da RTP.

Aliás, quando, em 2010, pude aceder a essas mensagens, fui por elas alertada para dois aspetos importantes, que considerei não estarem suficientemente aprofundados no primeiro questionário que tinha apresentado aos jornalistas da RTP:

1. a exigência acrescida dos telespectadores perante a RTP, por ser um serviço público, pago pelos cidadãos, quer através dos impostos quer através da taxa do audiovisual,

2. uma crítica bastante atenta ao trabalho dos jornalistas, que questionava a importância, dada pela maioria das respostas ao inquérito, ao “rigor” e ao respeito pelo “público”.

Entendi, portanto, que valeria a pena fazer um segundo questionário, mais curto, centrado sobre a consciência da responsabilidade social, do maior ou menor peso desta na televisão pública e a questão da regulação. Voltei a incluir uma pergunta sobre “constrangimentos” e, nomeadamente, os tempos de preparação dos trabalhos.

Enviei o questionário, por via eletrónica, acompanhado de um texto explicativo, a 16 de Julho de 2010, para todos os jornalistas cujo nome constava da lista da Direção de Informação. Voltei a enviá-lo a 28 de Julho. Como os jornalistas podem ler as mensagens que lhes são dirigidas para o endereço eletrónico da RTP a partir de qualquer outro local, ser um período de férias não me pareceu constituir impedimento – aliás, recebi respostas nesse período e outras, de pessoas que não tinham querido responder durante as férias, em finais de

Agosto e início de Setembro. Mas os resultados foram ainda mais desanimadores do que no primeiro questionário: obtive 10 respostas, uma das quais de uma produtora, que recebera também o questionário e que não utilizei. Assim sendo, as notas que fiz ao primeiro questionário são extensíveis a este, considerando, no entanto, que vale a pena usar as respostas como indicativas de modos de pensar, tal como fiz com o primeiro questionário e com as mensagens eletrónicas ao Provedor.

O retrato sociográfico dos que responderam está expresso na tabela que apresento abaixo.

Género	Idade	Entrada RTP	Habilitações
F	37	2004	Lic. Mestranda
M	40	1996	Lic. Gestão
M	39	1998	Lic. Jornalismo
M	47	1989	Lic. História
M	58	1986	Bacharel
M	44	2008	Lic. Direito
F	48	1987	Lic. Comunicação Social
M	41	1998	Mestrado
F	48	1982	Lic. Comunicação Social

Quadro 6.3

Retrato sociográfico dos que responderam ao questionário

As primeiras perguntas deste segundo questionário destinavam-se, como já disse, a aprofundar a visão que os jornalistas da RTP têm da sua responsabilidade social.

<p>Considera que há uma responsabilidade social associada ao exercício da profissão de jornalista?</p> <p>Por favor justifique a sua resposta.</p>
<p>Sim.</p>
<p>Sim, considero que há uma responsabilidade social muito grande na minha profissão já que as pessoas têm por hábito considerar a posição de um jornalista como a de um Juiz, a posição certa. Há vários exemplos na história</p>

<p>que nos mostram como perigosa pode ser a opinião de um jornalista mesmo quando está simplesmente no exercício da profissão.</p>
<p>Claro que sim. O Jornalista é muitas vezes a única forma de dar voz a quem não a tem. Haveria democracia sem jornalismo livre?</p>
<p>Há de facto uma responsabilidade social associada ao rigor, à independência e bom senso que devem estar sempre presentes no exercício da profissão. Ninguém fica indiferente ao que diz um jornalista e isso deve pesar na atitude profissional.</p>
<p>Em especial no jornalista de serviço público a responsabilidade social parece-me evidente. Contudo gostaria de deixar claro que a responsabilidade social é diretamente proporcional às carências da sociedade, sejam elas quais forem. Penso no jornalista como agente social...</p>
<p>SIM. Em especial quando fazemos serviço público, mas não só, é nossa obrigação que todos tenham a informação necessária para melhor decidir evitando assim discriminações provocadas por desigualdades monetárias, sociais ou culturais.</p>
<p>SIM, considero. Os jornalistas fazem a ponte entre os governantes e governados e as suas opções editoriais repercutem-se diretamente na vida das pessoas. Aquilo que não é noticiado não existe. O que é noticiado, independentemente da sua real importância, passa a ser um facto político e neste sentido pode mexer com a vida de muita gente. Os Governos e os políticos nascem e morrem na comunicação social. O nosso poder é enorme e a nossa responsabilidade também. Mas é cada vez mais difícil lutar contra o poder económico das audiências, dos cargos de direção e chefia e da imagem. Sobra pouco espaço e pouco tempo para pensar, para aprender e, acima de tudo, para a ética. O Público quer-nos do lado dele... mas nós fazemos olhinhos aos políticos... Invertamos a fonte do nosso poder porque deixámos de ter consciência da responsabilidade do Poder.</p>
<p>Para mim é certo que há responsabilidade social. Os jornalistas são os ouvidos e os olhos do que acontece, seja na rua ou no mundo, e a voz retransmissora dos factos para a sociedade. É essa a obrigação jornalística e o contributo da profissão para a sociedade.</p>
<p>Sim. Os media são geralmente designados por "quarto poder" pela influência que têm (ou podem ter) sobre as mentalidades e comportamentos dos cidadãos. A responsabilidade social do jornalista advém do facto de ele ser o detentor deste poder.</p>

Pelo menos na nossa pequena amostra, os jornalistas encaram o seu trabalho como uma “missão” ao serviço do público e, mesmo, como uma engrenagem para o bom funcionamento da democracia (Neveu, 2001: 19). Havendo esse acordo sobre a

responsabilidade social, e tendo os jornalistas direitos/deveres em comum com outras profissões – nomeadamente o sigilo profissional – como se comparam com essas profissões?

Se a sua resposta foi sim, considera-a comparável à de profissões como médico, advogado ou sacerdote?
Não.
Não.
Menos importante que o médico, tão importante como o advogado, mais importante que o sacerdote.
Sim na medida em que as suas palavras ajudam a formar a cultura de um povo. Considero contudo que é mais comparável com a atividade de professor.
Cada pergunta daria origem a um perfeito tratado social e de jornalismo...mas direi que em certos aspetos comparável às profissões mencionadas.
Sim.
Sim.
Certamente. Não há mentes esclarecidas se não forem informadas e alertadas para o que se passa,
Sim.

Dada a importância da Televisão, como principal meio de informação da população portuguesa e também a forma como os telespectadores, nas suas mensagens ao Provedor, insistem na particular responsabilidade da RTP, por se tratar de um Serviço Público, pago pelos contribuintes, e até o facto de, na primeira pergunta, duas das respostas fazerem já essa referência, impunha-se compreender se era esse também o entendimento dos jornalistas.

Essa responsabilidade é maior, igual ou menor na Televisão do que na Imprensa?	Essa responsabilidade é maior, igual ou menor na RTP do que num canal privado?
Não	Sim
Não	Sim
Maior na televisão porque é mais imediata e chega a mais pessoas... com mais riscos, portanto.	Não vejo hoje muitas diferenças entre a RTP e as restantes televisões. A saída de grandes referências da televisão pública (Carlos Pinto Coelho, Barata-Feyo, etc.) nivelou a RTP por baixo e colocou-a no patamar da SIC e TVI no que toca a carências de qualidade.

Claramente maior na televisão.	Igual. Depende mais dos programas e da empatia que os apresentadores criam com os públicos.
Diferente pelos meios em questão, mas igual na essência.	Maior, é claro.
Maior na TV por alcançar maior número de pessoas.	Maior na RTP.
Maior na TV.	Maior na RTP por ser serviço público.
Maior, porque a TV tem alcance superior junto das massas.	Igual.
Igual	Embora defenda, como princípio geral, que todos os jornalistas têm a mesma responsabilidade social e os mesmos deveres, aos quais estão vinculados pelo Código Deontológico, considero que, na prática, os que trabalham no Serviço Público (seja ele de rádio, de televisão ou, se o houvesse, de imprensa) têm especial responsabilidade ou, se quisermos, têm obrigação de dar exemplo.

E tendo a maioria noção da sua responsabilidade social como jornalistas e, mais ainda, como jornalistas de um órgão de comunicação com a força da televisão e, dentro destas, de um órgão de comunicação que detém o contrato de concessão do Serviço Público de televisão, essa consciência influencia a sua atividade quotidiana?

A noção dessa responsabilidade influencia o seu trabalho diário? De que modo?
Sim. Tendo sempre em atenção a noção de serviço público e a responsabilidade de respeitar o contraditório.
Sim, claro que influencia. No meu caso, por trabalhar na área do Desporto (muito sensível por causa da clubite que existe no nosso País) obriga a que seja, mais do que nunca, imparcial mesmo sabendo que no Desporto temos muitas vezes ter de emitir opinião através de comentários (os quais tem um efeito enorme nas pessoas).

Influencia... embora comece a ficar cansado de ser castigado pelas novas chefias da RTP por não abdicar de certos valores e referências fundamentais... não só para a o jornalismo como para a vida.
Tento guiar-me pelos parâmetros que referi na resposta inicial (rigor, independência e bom senso e, no que posso, tento influenciar positivamente os meus colegas, superiores e subordinados.
Influencia sempre, obrigando ao rigor, seriedade, contraste de opiniões, e todas as questões que obrigam o jornalista face à regulamentação existente e aos códigos de conduta.
Sim. Muito mais cuidado na preparação da informação e na forma como é “dita” e “mostrada” por ser serviço público.
Influencia sempre, ainda que também influenciasse se trabalhasse numa privada. Influencia porque, apesar de tudo o que se diz, o público, em geral, acredita no que se diz na televisão e mais ainda no que se diz na RTP. Quer, pelo menos, acreditar. Conta connosco para o ajudar a compreender, a fazer opções, a sentir-se compreendido. Quer-nos do lado dele. Conta com os jornalistas para serem <i>contra-poder</i> e para mostrarem <i>cartões vermelhos e amarelos</i> aos políticos. Mas também conta connosco para os informar dos seus direitos e deveres. O modo como o fazemos muda tudo. Agimos diretamente sobre as pessoas. As nossas opções criam raízes imediatas. Se os políticos dizem <i>Há crise</i> , ou <i>Não há crise</i> , isso só se torna um facto relevante quando nós o dizemos e pela forma como o dizemos. Somos, inclusive, parte responsável no negativismo crescente. É certo que não somos os únicos responsáveis. A crise existe para além de nós. Mas criamos bolas de neve e embalamo-nos nelas porque o espalhafato é um dos valores a que damos maior importância!
Em mim tem impacto ao nível da confirmação das fontes pelo que me cria uma necessidade redobrada de verificar tudo sobre o que digo ou escrevo.
Sim.

Uma das respostas dá a entender que nem sempre as chefias partilham desse respeito pela responsabilidade social.

Na entrevista que me deu, Jacinto Godinho faz uma referência que pode elucidar essa resposta:

“Conheço pessoas que são eticamente das mais responsáveis do Mundo, mas que, em situações de pressão, enquanto coordenadoras que têm de exigir ao seu jornalista que ponha a peça no ar, querem é que ele faça o mais rápido possível, independentemente do resultado, e são os primeiros a atropelar a ética. No limite, nós ficamos ali, à beira do abismo, com um grande problema para resolver, que é um problema interior: como é que vamos resolver, como é que temos resistências

internas para resolver entre a exigência de fazer depressa e a necessidade de fazer bem?" (in Andringa, 2011b:324)

A pergunta que se segue no questionário é, exatamente, se e como as condições de trabalho condicionam a responsabilidade social de cada jornalista.

As condições de trabalho auxiliam ou dificultam essa responsabilidade? Como?
Podem auxiliar. A falta de condições de trabalho dificultam.
No meu caso não dificultam em nada.
Os novos jornalistas, contratados a termo e a receber o salário mínimo, terão que responder a isto no futuro.
Não, um jornalista deve reger-se por princípios em qualquer circunstância
Cada vez mais as condições de trabalho são “ condicionadas” no sentido de influenciarem no sentido negativo impedindo o cumprimento de todas as considerações feitas anteriormente.
Dificultam. A rapidez, a “pressa” de dar notícias, e a preocupação com a concorrência podem e prejudicam muitas vezes a informação.
As condições de trabalho têm muito a ver com o trabalho final. Atualmente a situação está muito complicada. Há demasiado trabalho, cada vez mais, e nem há tempo para reuniões (como é possível pôr um jornal no ar sem uma reunião, sem que os temas se discutam num espaço de debate?) e as chefias não se preocupam com a profundidade e responsabilidade do tratamento da informação (A TSF está a dar isso? Vamos fazer, então! Por acaso já tínhamos aquela informação há seis meses mas definir a sua importância, tratar o assunto de início, é muito complicado). Preferem o folclore. Têm memória curta, são ignorantes, incapazes de assumir opções, e desprezam quem faz o que quer que seja no sentido contrário. Pensar é perder tempo. Ter uma opinião diferente é um atentado à chefia que precisa de tempo, não para pensar mas para abater alvos à volta, ameaçar e maldizer os colegas e subordinados, para somar pontos para continuar a sua escalada até... ao topo (!?!). As chefias intermédias, quase todas, têm como único objetivo não perder a confiança dos seus chefes. O relacionamento com os subordinados é interesseiro. A política é a de dividir para reinar. Segredinhos, como na escola primária. A arma chama-se "Avaliações" e por vezes, até, "Despedimentos" (olha que a vida está difícil, há mais quem queira o teu lugar!), mesmo que estes não sejam, à partida, uma possibilidade. A força dos chefes está em maltratar em público. Por um pequeno erro fazem uma cruz a encarnado em cima de alguém. Se o erro foi da chefia, o que não é possível porque um chefe não erra, o julgamento da vítima escolhida é ainda mais violento e mais público. Porque se um chefe levanta a voz, tem razão. E se um chefe diz seja o que for sobre alguém, essa é a verdade. Ou porque se está nas boas graças da chefia, ou porque se

tem medo de represálias, o buraco é cada vez maior: as pessoas pensam cada vez menos, porque têm medo e lhes falta força; a solidariedade é um conceito vago e romântico e quem tenta escapar é dado como louco. Ou enlouquece, mesmo! Mas a liberdade de imprensa é uma bandeira. A Liberdade, seja de imprensa ou de outra coisa qualquer. A democracia é outra bandeira. Mas são apenas conceitos para servir objetivos menores. Quando se diz: um chefe tem que dar o exemplo, não sabem do que falamos. Quando se diz que um chefe é o responsável pela sua equipa, estamos a divagar!... E depois dizem: Não se pode dizer isso a um chefe! Não digas o que pensas ao Diretor! Estas são as que mais me preocupam. Tudo era mais fácil se tivéssemos computadores recentes e rápidos adaptados às crescentes necessidades, mas este problema, que é real e nos complica a vida, não tem comparação com o que escrevi antes.

Auxiliam.

As condições de trabalho podem sempre ser melhoradas e, se fossem melhores, ajudariam no exercício dessa responsabilidade; mas as condições de que disponho neste momento pelo menos não criam me dificuldades de maior. Disponho de autonomia para trabalhar da forma que considero mais adequada.

A pergunta seguinte – *Se respondeu que dificultam, quais são os maiores fatores de constrangimento?* – dependia da resposta anterior, e vários jornalistas não lhe responderam. As três respostas obtidas referem “*os assessores de imprensa*”, “*a rapidez*”, “*falta de autonomia?*”

Nas respostas ao primeiro questionário houvera já referências ao tempo, por vezes demasiado curto, para trabalhar um tema noticioso e Godinho, na declaração que há pouco incluí, referiu-a como uma das razões para alguns atropelos à ética. Falando sobre a deriva informativa no caso do “pseudo-arrastão” de Carcavelos (que adiante tratarei), o diretor de Informação da RTP referira a “*tentação da informação, de cobrir a informação muito em cima [da ocorrência] sem preparação, na realidade de uma forma muito superficial*”.

Teria a consciência do erro cometido em 2005 alterado alguma coisa nos tempos de preparação? Que tempo é dado aos jornalistas para diferentes trabalhos. Como nem todos fazem esses diferentes tipo de trabalho, o número de respostas varia em relação a cada hipótese colocada.

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar uma reportagem da Informação diária?

Demasiado pouco tempo, mesmo para as reportagens do dia. O alinhamento é decidido tarde. 4 horas

Geralmente entre 2 a 4 horas para preparar e efetuar a reportagem.

Não preciso de muito tempo. Trabalho numa delegação a um ritmo claramente superior ao normal.
Duas horas desde a saída para a rua até à edição.
Exijo o tempo mínimo que necessito e crio condições para o obter. Claro que esse tempo é algo de pessoal e como considero o trabalho como prioritário na minha ação do dia-a-dia, enquanto não me reformar, sai-me do corpo, mas aguento e exijo que se cumpra.
Uma ou duas horas na melhor das hipóteses.
Não faço reportagem portanto, sobre isto, não vou divagar. Mas até eu acho que na maioria dos casos não há tempo suficiente. Às vezes tem que ser assim, porque a notícia não escolhe ocasião e programas diários de informação para pôr no ar. O problema é que quase sempre é assim. Outro problema é que cada vez mais " <i>As pessoas (jornalistas) têm que fazer tudo!</i> " e os especialistas em determinados assuntos são aberrações. Na verdade, para quê um especialista se não interessa aprofundar os assuntos? Quanto menos se souber melhor, mais facilmente se é apanhado na rede. Se um jornalista precisar de uns meses para um trabalho de investigação é porque "Não faz nada"! Na Agenda o imediato é que é o bom. Perder uma hora com um assunto (que até precisaria de alguns dias por conta) é preguiçar. Mas se as outras televisões derem o assunto sob outra perspectiva... ai, ai, ai. Que crime! Mesmo que se venha a provar que a nossa abordagem era a mais correta!
Horas ou dias, conforme o tema.

Se, durante muitos anos, a única forma que a televisão tinha de narrar um acontecimento que se passasse fora do estúdio era por linha telefónica, com a voz do ou da repórter a sobrepor-se a fotografias ou imagens de arquivo e ou agência, a evolução tecnológica veio tornar fácil e económico transmitir som e imagem em direto de qualquer lugar onde haja um acontecimento que se pretende cobrir.

José Rodrigues dos Santos, que esteve em Timor durante os massacres que se seguiram ao referendo que determinou a independência daquela antiga colónia portuguesa, usou essa memória para exemplificar o que mudou:

“Hoje em dia era muito mais difícil de fazer o genocídio em Timor, havendo lá equipas com videofones, que metem imagens facilmente no ar.

Antigamente, para fazeres um direto era um pesadelo logístico e hoje em dia basta uma maleta. Tiras a maleta, pões a antena, apontas para o satélite e entras em direto. Isto não era possível antigamente.” (in Andringa, 2011e:581)

Mas nem tudo é positivo no uso do direto. A facilidade em usá-lo conduz, por vezes, ao abuso: *“Por exemplo, quando foi a ponte de Entre os Rios, houve um abuso de diretos. Até em alturas em que já se sabia que não ia acontecer nada se continuava em direto.”* (id.)

O “direto” do repórter no local não significa forçosamente melhor informação, mas enriquece o espetáculo da informação. Não é já, apenas, o apresentador, sentado (ou em pé) no estúdio, a divulgar notícias que, pelo próprio facto de estarem montadas, revelam o seu não imediatismo. A passagem do estúdio para o repórter no local é, simultaneamente, uma garantia de credibilidade e uma prova de poder. Omnisciência e omnipresença reforçam-se mutuamente.

Pouco interessa que a imagem do acontecimento não seja a verdade sobre o acontecimento – como já nos anos quarenta do século passado sublinhava a Comissão Hutchins. O que importa é que o “direto” nos garante que o que vemos é o que está a acontecer, *“a história em curso”* (Ramonet, 1998). Numa época em que o imediatismo e a velocidade se transformaram no principal valor notícia, “estarmos lá”, por interposto repórter permite-nos partilhar essa sensação de poder. Já não é a frase tão utilizada pelos jornais – “o repórter estava lá”. Somos nós, espectadores, que estamos com ele, que vemos – ou temos a ilusão de ver – o mesmo que ele, ao mesmo tempo que ele. Sem manipulação, acredita o telespectador e defende Rodrigues dos Santos:

“Eu diria que o direto veio resolver um problema que é o do enquadramento, ou melhor, da edição. Quando vês um acontecimento em direto, o jornalista não tem hipóteses de retirar o que lá está. Aquilo é em direto. Não é possível o poder político exercer controlo.” (in Andringa, 2011e:581)

O direto seria, de acordo com esta visão, o paradigma mesmo da objetividade, permitindo ao jornalista, como ensina Glasser (1984), demitir-se da sua responsabilidade – “não tem hipóteses de retirar o que lá está” – e reforçar a credulidade dos telespectadores.

Basta, no entanto, assistir a qualquer dos muitos diretos televisivos – sobre incêndios, por exemplo – para saber que o que vemos não é aquilo que lá está, mas aquilo que o jornalista e o repórter de imagem entenderam mostrar-nos. A Televisão é, por natureza, enquadramento – que tanto significa o quadro em que surge a imagem, como a composição dessa imagem, como a ligação dessa imagem e dessa notícia à realidade circundante, o seu

contexto. O problema do direto é que prolonga a ilusão de que as imagens não mentem, a confiança traduzida pela frase “eu vi na televisão” – mas o que “eu vi na televisão” pode, como aconteceu no caso do “pseudo-arrastão” de Carcavelos, ser uma falsidade.

Tudo depende, de facto, do enquadramento. Foi o enquadramento feito pelos *media* que permitiu criar um arrastão onde ele não existia. Foi outro enquadramento que permitiu mostrar que ele não tinha existido. O jornalismo é, também – é sobretudo – não se ficar pelas aparências, mas esclarecer o que está por baixo delas. Por vezes, mesmo – e foi o caso do arrastão – parecendo “*pensar contra os factos*”. Como escreve Sylvia Moretzsohn, a quem pedi emprestada a frase anterior, “*pensar contra os factos não é desconsiderá-los na sua objetividade, mas apreendê-los em sua complexidade, contrariando o processo de naturalização que nos faz aceitá-los sem considerandos, pois é essa inconformidade em aceitar o mundo “tal qual é” que conduz à formulação de perspetivas capazes de modificá-lo.*” (Moretzsohn, 2007:25)

E é esse enquadramento que é muito mais difícil de fazer em direto. O trabalho de mediação do jornalista tem de ser imediato, o que, não sendo impossível, exige muito maior preparação, mesmo quando se trata “apenas” de evitar certas imagens que, mais do que chocantes, são profanatórias, como recorda Rodrigues dos Santos a propósito do ataque às Torres Gémeas de Nova Iorque, em 11 de Setembro de 2001:

“Quando foi o 11 de Setembro, houve aquela preocupação que a televisão americana teve, que realmente foi uma coisa extraordinária, tiveram a noção de que não deviam pôr as imagens das pessoas a caírem das janelas e então não há uma única... Estavam em direto, e conseguiram fazer isso, é uma coisa extraordinária. Portanto é possível fazer a mediação, há técnicas próprias que dominamos ou não. Às vezes não as sabemos dominar e pode haver situações que não as queremos dominar, mas isso é outro tipo de problema. O facto é que o direto é um género jornalístico, e, tal como as peças, há diretos bem feitos e há diretos mal feitos. Mas o facto de haver um direto mal feito não invalida o género direto. Porque também há reportagens mal feitas e isso não invalida o género reportagem.” (ibid., 581-582)

Entregue a si próprio, sem possibilidade de consultar um documento ou um especialista, sequer um camarada de trabalho mais experiente, o jornalista que enfrenta um direto necessita, considera Jacinto Godinho, de uma preparação muito maior do que o que se confronta com a reportagem tradicional.

“A única coisa que pode fazer melhorar o direto é melhorar substancialmente a qualidade do jornalismo. O que não se faz apenas dentro do jornalismo, faz-se fora, pela capacidade que o jornalista tem de sair do meio da sua bolha, de ir para outras partes, talvez para a Universidade, não só para os cursos de Comunicação, mas para os de Direito, de História, ler muito, ler de outro ponto de vista, falar com outras pessoas e ir buscar experiência suficiente para pensar. É a única forma. Desconfio de tudo o que sejam regulamentações.” (in Andringa, 2011b:323)

De que tempo disporão, então, para se prepararem? Para um direto e para outras das diferentes tarefas de que podem ser incumbidos?

Mais uma vez, as perguntas foram feitas a todos, mas nem todos têm experiência das diferentes situações:

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar um direto para a Informação diária?
2/3 horas
Por volta de uma hora
Às vezes é quase imediato... o tempo de preparação é diretamente proporcional aos quilómetros de estrada.
Desde que os meios técnicos estejam preparados bastam 10 minutos.
Muitas vezes minutos!!!
Varia entre meia hora e algumas horas.

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar uma reportagem de 10/15'?
2/3 dias
Aproximadamente uma semana
Estas, na delegação, fazemos nas horas livres e é se quisermos...
Desde a preparação até à edição dois dias.
2/3 dias

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar uma reportagem de 30'?
Mais tempo. Pode chegar às 2 semanas.

Ainda não realizei nenhuma
A única que tive oportunidade de fazer também foi nas horas vagas com vários dias sem dormir.
Preciso de uma semana
4/5 dias

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar uma reportagem de 60'?
Nunca fiz.
Ainda não realizei nenhuma
Também gostava de fazer um dia.
Necessito de pelo menos três a quatro semanas.
Uma semana/duas semanas
Normalmente, não me é imposto nenhum limite de tempo. No entanto, tenho consciência que se considera 5/6 meses como tempo "razoável" para se fazer um documentário de 60 minutos; e tenho também consciência de que a "produtividade" é um fator determinante na "Avaliação de Desempenho". Como não estou minimamente preocupada com a avaliação, não tenho constrangimentos de tempo.

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar uma grande entrevista?
Por volta de duas horas
Preparo-me regularmente. Intensifico com uma hora de acesso a informação específica relacionada.
Uma tarde

Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/efetuar um debate televisivo ?
Preparo-me regularmente. Intensifico com uma hora de acesso a informação específica relacionada.
Uma tarde.

Uma das respostas, *“preparo-me regularmente. Intensifico com uma hora de acesso a informação específica relacionada”* mostra como é possível preparar rapidamente uma

entrevista ou um debate ou um direto – no caso de ser no campo que o jornalista habitualmente acompanha. Mas, para lá dos raros casos do Desporto e da Economia, os jornalistas da Direção de Informação da RTP TV não são especializados: como se diz numa das respostas, “*os especialistas em determinados assuntos são aberrações*”. Mesmo quando colocados, por exemplo, na Secção Internacional, fazem todo o noticiário internacional, tal como na de Cultura cobrem todos os temas culturais. Nessas circunstâncias, é necessário um tempo maior de preparação – tempo que pode pôr em causa a “produtividade”, “*um fator determinante na "Avaliação de Desempenho"*”-

Difícil, nestas circunstâncias, não cometer erros, mesmo se alguns – como a confusão entre cólon e colo do útero ou internos e internados, referida por uma telespectadora numa mensagem ao Provedor, que adiante transcrevo – parecem excessivos.

Entre a noção de responsabilidade social e as condições de produção, o que pensam os jornalistas da regulação?

Qual a sua posição sobre:		
Auto-regulação	Provedor do Telespectador	ERC
Sim.	Como consultivo.	Não.
Acho fundamental numa empresa como a RTP.	Importante para que a voz dos telespectadores se possa ouvir e para que os jornalistas tenham eco ao seu próprio trabalho.	Fundamental no caso da RTP
A rimar com equilíbrio e bom senso.	Uma figura interessante a que as televisões não ligam atenção quase nenhuma...	Não acredito em organismos que dependem de nomeações políticas... diretas ou indiretas.
Acho que é inerente à condição de jornalista. O bom senso marca os limites.	Acho que tem o seu papel no meio.	Não se justifica a sua existência.
Parece-me decorrer de tudo o que já escrevi que o trabalho jornalístico feito com base nos pressupostos mencionados tem, desde	Fundamental...se for um garante da ação jornalística e dos direitos de cidadania.	Fundamental, mas não como a existente entre nós.

logo, muito de auto-regulação. Há que cuidar todos os aspetos em que uma possível auto-regulação limite não só a ação como os princípios orientadores.		
Concordo	Concordo.	Diferente dos moldes atuais
-----	-----	-----
-----	Sinto que o papel do provedor não é o mais consensual. Principalmente pela forma como responde às críticas dos telespectadores, ao não contactar os jornalistas para abordar situações concretas que são criticadas. E uma postura demasiado vaga tende a tornar-se prejudicial para público e profissionais.	A sua instrumentalização requer uma reforma...
Num mundo (quase) perfeito a auto-regulação seria a forma ideal de regulação. A experiência diz-me que, em questões importantes, não funciona ou funciona apenas por algum tempo pois as regras auto-impostas acabam sempre por ser quebradas em "situações excecionais" - e, nos tempos que correm, as situações (aleadamente) excecionais acontecem mês sim, mês não.	O Provedor do Espectador é uma instituição essencial numa sociedade democrática.	A existência de uma Entidade Reguladora justifica-se. No entanto não concordo com esta ERC - nem na forma como é nomeada/escolhida, nem com as suas funções, poderes e métodos.

6.2 No público (O Correio do Provedor)

Criado pela lei 2/2006 de 14 de Fevereiro o cargo de Provedor do Telespectador junto à Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., foi indigitado pelo conselho de Administração da RTP o sociólogo José Manuel Paquete de Oliveira, que tomou posse a 18 de Abril do mesmo ano.

Uma das primeiras preocupações do Provedor foi a criação de um sistema que lhe permitisse uma fácil interatividade com os cidadãos telespectadores. Assim, e para lá da direção do correio, na sede da RTP em Lisboa, foi divulgado um endereço de correio eletrónico para que mais facilmente os telespectadores pudessem fazer chegar ao Provedor as suas opiniões, protestos ou queixas sobre os conteúdos de informação ou programas dos oito canais da RTP/Televisão: RTP1, RTP2, RTP-N, RTP Memória, RTP Internacional, RTP África, RTP-Açores, RTP-Madeira.

Nesse primeiro ano – aliás, incompleto, já que só em Agosto começou a receção de mensagens – a afluência de correio foi enorme: 9.502 mensagens, 9120 das quais por correio eletrónico e 382 por correio tradicional. Volume que surpreendeu o Provedor, que no seu Relatório de Atividade referente a 2006 o considera atribuível a quatro fatores:

- “a) à forte sensibilidade e sentido crítico com que os Telespectadores portugueses reagem ao fenómeno da televisão;*
- b) à dependência que ainda têm deste “media” no campo das suas atividades de entretenimento e como fonte privilegiada de informação;*
- c) ao imediatismo do saber popular que, em certos produtos, como é o caso da televisão, tem sempre facilidade em emitir opinião;*
- d) e ainda ao facto de os Telespectadores considerarem o Serviço Público de televisão um “bem coletivo”, propriedade de todos os portugueses que sustentam tal serviço com dinheiros derivados dos seus impostos.” (Oliveira, 2006: 17)*

Nessas mensagens recebidas e analisadas pelo Gabinete do Provedor, o canal mais referido é a RTP1 e os temas mais focados diziam respeito à Programação. No entanto, a Informação era também referida, com opiniões críticas quanto ao alinhamento das notícias, à

imparcialidade ou à atuação de jornalistas (por vezes confundindo jornalistas e apresentadores de programas de entretenimento).

Curiosamente ou não, as críticas negativas recaem, muitas vezes, sobre práticas informativas que se dizem corresponder ao gosto dos telespectadores.

Assim, por exemplo: protestam contra a falta de uma ordem lógica no alinhamento noticioso; consideram que o desporto só excepcionalmente deve ser tema de abertura de um serviço noticioso; acham que os noticiários dão demasiado tempo ao futebol e a notícias que não merecem esse tempo; defendem a redução do tempo de emissão do Telejornal e protestam pelos erros gramaticais nos textos lidos e pelos erros de ortografia nas legendas.

No final do seu relatório sobre o ano de 2006, o Provedor deixa algumas recomendações sobre a informação da RTP, que me permito repetir aqui, por terem sido divulgadas em Janeiro de 2007 e serem, portanto, conhecidas da Direção de Informação quando ali fiz a observação participante:

“Quanto à Informação, as exigências que recaem sobre a RTP são particularmente a propósito da imparcialidade por parte dos seus profissionais no tratamento das diferentes notícias e das diversas pessoas presentes em emissão. Exigem um respeito pelo pluralismo político, religioso, social e cultural e uma garantia de igual acesso a todos os Telespectadores, independentemente, da sua ideologia, partido, religião, cultura ou etnia. Neste aspeto devem, por isso, ser tomadas todas as precauções de forma a prevalecer um exercício profissional respeitador destes princípios, levados ao último pormenor, pois, ao contrário do que se possa pensar, os Telespectadores manifestam, neste ponto, um forte sentido crítico e uma forte sensibilidade reativa.” (id.:70)

Em 2007 o Gabinete de Apoio ao Provedor recebeu 16.237 mensagens de correio eletrónico e 462 de correio tradicional. Uma parte significativa das mensagens recebidas – 4.203 – correspondia a transcrições de blogues. O número de mensagens foi superior ao de 2006, mas havendo que ter em conta que, em 2006, essas mensagens foram recebidas entre Agosto e Dezembro, a média foi inferior.

No seu relatório de 2007, o Provedor do Telespectador considera que a exigência manifestada pelos telespectadores em relação à RTP deriva de esta ter o estatuto de “serviço público”, pago com o dinheiro dos contribuintes e comenta:

“E esta posição em nada se modifica, pelo facto de parte das receitas da RTP ser proveniente da exibição de publicidade. Tão pouco é conhecida, por parte dos Telespectadores, a imposição do atual Contrato de Concessão que exige essa receita ter de reverter na sua totalidade para abatimento da dívida contraída pela RTP.” (ibid., 2007:64)

O relatório de 2007 insere uma Análise de Conteúdo da Correspondência Eletrónica desse ano, levado a cabo por duas técnicas do Gabinete do Provedor. O estudo foi feito por amostragem das mensagens de correio eletrónico (12304, após a separação das que se limitavam a transcrever blogues) referentes a uma semana dos meses de Janeiro, Abril, Maio, Agosto e Outubro.

O estudo, embora o relatório sublinhe não poder afirmar se a análise ao universo das mensagens ou sobre uma amostra estatisticamente representativa levaria à mesma conclusão, permitiu avançar um perfil do Telespectador que contacta o Provedor: sexo masculino, casado ou em união de facto, entre os 25-34 anos, com ensino superior, a exercer uma atividade profissional que se insere na categoria “Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas” e a residir nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

As mensagens, segundo a análise, respeitam sobretudo à RTP1 e o seu teor é maioritariamente crítico. É comum a referência ao facto de o pagamento da “taxa audiovisual” permitir a exigência do que entendem por serviço público de televisão. Em termos de Informação, exigem maior objetividade e rigor.

Olhando os resultados obtidos a partir da amostra do mês de Janeiro (primeira semana), verifica-se que 43,4% referem explicitamente a RTP1 e apenas 4,7% a RTP2, a Informação vem referida em 12,1% das mensagens, havendo 8,5% que referem “objetividade/exatidão/ equidade/ imparcialidade”, 6,2% referindo “Jornalistas e ‘apresentadores’”, 0,9% “alinhamento de notícias”.

Mais uma vez, o Provedor inclui no relatório algumas recomendações, de que me permito uma vez mais citar as relativas à informação:

“Por todos os meios e métodos de atuação a RTP deverá evidenciar na produção da sua informação uma total independência do poder político, de cada governo em mandato, sem esquecer que não obstante a preferência que os Telespectadores de televisão dão aos seus

telejornais, urge banir de uma vez por todas o resquício manifesto em certos sectores de opinião que “os governos têm interferência na informação que difunde”.

A RTP deverá demonstrar de modo claro a sua independência e isenção no campo da informação e opinião e deverá respeitar a pluralidade ideológica no pensamento e ação da atual sociedade portuguesa multicultural e multiétnica.

A RTP terá de ser rigorosa no respeito de um pluralismo político, religioso, social e cultural, por parte dos diferentes desempenhos dos seus profissionais e na garantia de acesso aos diferentes segmentos de Telespectadores.

Os noticiários continuam a ser longos, em especial o TELEJORNAL e o JORNAL DA TARDE. Um diferente modelo de tratamento das notícias poderia contribuir para o seu encurtamento bem como a eliminação de publicidade dentro dos telejornais.

O alinhamento das notícias sobre os diferentes acontecimentos deveria ser mais rigoroso, respeitando critérios editoriais de um Livro de Estilo, aprovado pelos órgãos internos e publicamente conhecido, e nunca concebido a pensar na captação de audiências fáceis, mas numa ordenação gradativa do valor da notícia.

Os telejornais deveriam recorrer mais habitualmente a comentadores que interpretassem os acontecimentos, em especial, no plano internacional. O leque do quadro ideológico dos comentadores deveria ser mais alargado, respeitando a pluralidade de pensamento e ação existente na atual sociedade portuguesa.

Os frequentes erros da língua portuguesa, na escrita e na fala, continuam a merecer a mágoa e a repulsa dos Telespectadores que gostariam de ver a língua nacional mais respeitada. Não sendo fácil evitar tais erros no imediatismo da informação, deveria haver uma supervisão suficientemente habilitada e atuante a cada instante.

Persiste uma fraca presença nos telejornais, em especial da RTP1, de notícias sobre eventos no campo da ciência e da cultura. Não é que a RTP, nos serviços ou canais RTP2 e RTP-N, não inclua programas sobre ciência e cultura. A crítica recai exatamente na ausência de notícias sobre atividades desses campos.

Pelo contrário, os eventos desportivos continuam a ter um destaque desmesurado. O futebol é continuamente privilegiado em relação aos outros desportos, com incidência especial na atividade

dos três clubes Porto, Benfica, Sporting, esquecendo os outros que fazem parte do universo desportivo nacional.” (id.:94 a 96).

Dei particular importância aos Relatórios do Provedor do Telespectador de 2006 e 2007, por anteceder, o de 2006, e corresponder, o de 2007, a época da minha observação.

Por outro lado, sendo o meu tema o profissionalismo e a responsabilidade social dos jornalistas do Serviço Público de Televisão, parecia-me relevante conhecer a opinião dos telespectadores sobre o seu trabalho. Tendo analisado o *modus operandi* e o *opus operatum*, interessava-me conhecer o que resultava deles em termos de receção. As mensagens dos telespectadores constituíam, assim, uma fonte inadvertida (Bell,1994) da maior importância.

Entre 1 de Janeiro e 29 de Fevereiro de 2007 – tempo em parte coincidente com o meu período de observação na RTP – o Provedor do Telespectador recebeu 2655 mensagens eletrónicas. Dado que grande parte delas não se referiam à Informação e que me interessava saber como analisavam os telespectadores o trabalho dos jornalistas, pesquisei, nesse conjunto de mensagens, quais os que tinham a palavra “jornalista”.

Identifiquei assim, depois de removidas algumas repetições, 165 mensagens eletrónicas referindo “jornalista”. Dessas, 85 provinham de blogues, 180 de telespectadores individuais.

Foi essas 180 que escolhi analisar. Comecei por retirar desse total mais três mensagens, uma (1) por ser repetida e duas (2) por tratarem de uma anomalia técnica. Verifiquei, posteriormente, que havia catorze (14) que me surgiam por serem assinadas por pessoas que se identificavam como jornalistas, mas não tratavam de questões relativas à Informação, pelo que as retirei, fazendo o mesmo com outras quatro (4) que também mencionavam a palavra “jornalista”, mas fora do contexto televisivo.

Ficaram assim 159 (180-3-14-4=159) mensagens eletrónicas para analisar.

Dessas 159 mensagens, 31 dizem respeito ao referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, sendo 21 anteriores ao referendo, nove relativas à cobertura noticiosa do dia do referendo e uma sobre a do dia seguinte.

Protestos	Antes	No próprio dia	Depois
RTP Favorece Sim	8	6	1
RTP Favorece Não	6		
Aborto e não IVG	6		
Falta de rigor	2		1
Falta de respeito		1	1

Quadro 6.4

Mensagens eletrónicas recebidas pelo Provedor do Telespectador, relativas ao referendo sobre a despenalização da IVG, em Janeiro e Fevereiro de 2007, antes, no próprio dia e depois do referendo, separadas por tipo de protesto.

Das 21 mensagens anteriores ao dia do referendo, e como já atrás referimos, oito (8) queixam-se de as notícias/os jornalistas favorecerem o “Sim”, seis (6) de favorecerem o “Não”, dois (2) da falta de rigor nas notícias e seis (6) da utilização repetida da palavra “aborto”. (A soma dá 22 e não 21, porque uma das mensagens está dividida em duas partes, uma sobre o favorecimento ao campo do “Não” e outra sobre o uso da palavra “aborto”.)

Sabendo os cuidados postos pela Direção de Informação em relação a uma igualdade cronométrica entre os defensores do “Não” e do “Sim”, é curioso notar como esse esforço não é entendido pelos espectadores, que reagem ao tempo concedido a cada uma das partes em função da sua opção pessoal. Duas mensagens curtas, ambas de espectadoras de Lisboa que se apresentam como “quadros superiores”, são prova dessa subjetividade na receção:

“No telejornal do dia 5.02.2007, em plena campanha eleitoral sobre o referendo do aborto, foram transmitidas duas reportagens pelo Sim e apenas uma pelo Não, sendo que em relação a esta, tal como sempre, foi apresentada num discurso irónico e que põe em causa os argumentos do Não. Será que os jornalistas da RTP são todos pelo Sim? E sendo-o não deveriam ainda assim mostrar-se imparciais? É pena que numa campanha eleitoral tão importante, os meios não sejam os mesmos para os dois lados e a luta seja tão desigual, dispondo-se a comunicação social pública a tomar partido por um dos grupos, de forma tão descarada.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 5 de Fevereiro. Mulher, quadro superior, Lisboa.)

“Não posso deixar passar esta ocasião sem fazer um reparo à Televisão Pública, que é praticamente a que vejo, e que de há cerca de 2/3 anos para cá tem apresentado uma enorme

melhoria em todos os aspetos. Por esta razão sinto que devo com tristeza dizer que tenho notado que, durante a campanha para o referendo para o "Aborto", a estação tem pecado por não igualar os tempos de "Defesa do NÃO" e do "SIM", pois talvez sem querer privilegiou bastante o "NÃO". Não faço este reparo por votar SIM mas porque acho que devia existir um equilíbrio na transmissão dos dois movimentos."

(Correio Eletrónico do Provedor: 7 de Fevereiro. Mulher, quadro superior, Lisboa)

Em relação à falta de rigor nas notícias sobre o referendo, saliento o desabafo de uma telespectadora, a 29 de Janeiro, por referir algo que já atrás salientei – o pouco relevo dado à pergunta do referendo:

"Ultimamente, todos os dias tem sido notícia, nos vários blocos noticiários, a questão do aborto. Nada mais natural, embora como todas as notícias em Portugal, sempre demasiado batidas, demasiado dissecadas e sem, no fundo tocarem a verdadeira razão desta notícia. E aqui entra a minha crítica: ainda nunca foi mostrada a pergunta do referendo!... Quando abordam essa questão, Srs. jornalistas, por favor, informem o cidadão convenientemente: mostrem sempre a questão que está em causa com o referendo sobre o aborto, as pessoas não sabem qual é. Mostrem-na, divulguem-na, informem! Não é só uma crítica, é também uma sugestão!"

(Correio Eletrónico do Provedor: 29 de Janeiro. Mulher, quadro superior, Porto)

No próprio dia do referendo há seis protestos – a que se juntará um sétimo, já no dia 17 – pelo facto de uma jornalista da RTP ter feito referência, a partir de uma assembleia de voto, aos diferentes cenários que poderiam decorrer do resultado da votação, salientando que fora afirmado pelo primeiro-ministro que a vitória do Não levaria à manutenção da lei, pelo que as mulheres que praticassem a IVG poderiam ser condenadas a prisão. Um telespectador do Porto enviou ao Provedor cópia de uma mensagem enviada para a Comissão Nacional de Eleições:

“Venho, por este meio, solicitar a V. Ex.cias a apreciação da reportagem hoje transmitida em direto - em pleno dia de votação - a partir de uma mesa de voto em Caxias, no serviço noticioso das 13h00, "Jornal da Tarde" da RTP, cuja protagonista foi a jornalista [...]

Parece-me, na qualidade de leigo, mas também na qualidade de cidadão consciente, que a referida jornalista cuja qualidade do trabalho não ponho aqui em causa, em pleno dia de votação sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), tentou, ainda que de forma indireta, motivar os telespectadores que àquela hora do dia ainda não tinham votado a tomarem posição pelo SIM à IVG.

Eu, não sabendo qual a posição da referida jornalista face a esta questão, fiquei convicto que é a favor do SIM. Eu e provavelmente milhares de telespectadores que àquela hora viam o serviço noticioso da RTP. A referida jornalista ao apresentar os vários cenários possíveis caso o sim ou o não ganhe, fê-lo de forma parcial, deixando no ar que, se o não ganhar, as mulheres continuarão a ir para à prisão.

A forma como a jornalista concluiu a reportagem, não me parece que vá ao encontro dum serviço público noticioso necessariamente imparcial e com responsabilidades acrescidas em dia de eleições. Muito menos me parece ter competências para inferir que tudo ficará na mesma e que a lei não será mudada se o não ganhar.

Ao telespectador, não deverá importar a opinião do informador, muito menos em dia de eleições. Todo o telespectador, todo o cidadão merece um dia de eleições sem campanha organizada e muito menos veiculada a título particular por uma jornalista, ainda que de forma indireta.

A V. Ex.cias deixo esta minha opinião, a fim de que possam analisar a referida reportagem e possam retirar as devidas conclusões. E, caso concluíam que há motivos para o fazer, possam também atuar em conformidade.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 11 de Fevereiro, Homem, Porto)

Outras duas mensagens veiculam protestos diferentes: também do distrito do Porto, um telespectador considerou ofensivo a forma como uma jornalista, na emissão especial sobre os resultados do referendo, se referiu ao Norte:

“O que foi dito pela Jornalista da RTP [...] não se diz. Citando: “Norte do país mais conservador e antiquado”. (...) Pode ser conservador e valorizar os valores morais, mas antiquado não.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 11 de Fevereiro, Homem, Porto)

Uma telespectadora de Lisboa indignou-se com a forma como um dos jornalistas se dirigiu a um entrevistado:

“ (...) Virou-se para um dos elementos pelo "sim", dizendo mais ou menos isto, em relação ao número de mulheres que poderá vir a solicitar aborto: então como vai resolver o trabalho que vem aí..... O trabalho que vem aí??? é forma de tratar a questão? é o vocabulário correto? Falta de respeito para com as mulheres, com o assunto em análise, pelo entrevistado, pela ética jornalística.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 12 de Fevereiro, Mulher, Lisboa)

Um telespectador, que se identifica como quadro superior, de Lisboa, chama a atenção para a falta de rigor de uma notícia do Jornal da Tarde de 12 de Fevereiro:

“(...) Afirmou erradamente às 13H10 minutos que 6 em cada 10 portugueses disseram quererem a alteração à Lei....no referendo do dia 11 de Fevereiro.... Atenção não foram 6 em cada 10 portugueses mas 3,8 portugueses em cada 8,8 recenciados, ou seja 6 em cada 10 votantes.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 12 de Fevereiro, Homem, quadro superior, Lisboa)

Não será esse o único erro apontado aos jornalistas da RTP nas mensagens ao Provedor dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2007, como se pode ver pela tabela a seguir apresentada e que corresponde às mensagens eletrónicas recebidas pelo Provedor nesses meses que não dizem respeito ao referendo.

Assim, das 159 excluí as 31 que se referiam ao referendo. Das 128 resultantes eliminei ainda duas de uma cidadã da Madeira, já que a primeira levantava um problema que a segunda disse já estar resolvido e uma terceira que abordava o programa do Provedor.

Fazendo o levantamento dos problemas mais focados nas mensagens ao Provedor, verifiquei 54 referências a parcialidade (das quais 14 relativas a futebol e automobilismo) e omissão, 26 a erros e falta de rigor e 30 a arrogância/má educação/interrupção dos entrevistados. A soma das referências (172) é superior à do número de mensagens analisadas (125), já que em muitos casos a mesma mensagem encerra diversos temas.

Tema	Mensagens
Parcialidade / Omissão	54
Serviço Público	30
Arrogância / Má educação / Interrupção de Entrevistados	30
Erros / Falta de Rigor	26
Falta de Ética, inclui Racismo/Violência	15
Elogios	07
Outras críticas negativas: inclui Erros de Português, Horários e Peças ou Telejornais demasiado longos	14

Quadro 6.5

Mensagens eletrónicas recebidas pelo Provedor do Telespectador, em Janeiro e Fevereiro de 2007, separadas por tipo de protesto.

O programa mais citado – 32 referências – foi o “*Prós e Contras*”, com a jornalista moderadora – que, durante esse período, tratou um caso que apaixonou a opinião pública, o de uma criança em disputa entre o pai biológico e a família de adoção – a ser alvo de crítica intensa por parte dos espectadores. Parcialidade e arrogância foram as críticas dominantes, por vezes mesmo dos mais entusiastas do programa, como este quadro superior de Setúbal:

“Lamento que, contrariamente à elevada qualidade de profissionalismo a que nos habituou, ao que cresce, se não estou em erro, a atividade de ensino superior de comunicação social, a

jornalista [...] tenha deixado transparecer de forma, que eu considero demasiado evidente, a sua posição pessoal no programa Prós e contras do passado dia 23 de Janeiro, relativo a uma criança cujo processo de paternidade está por definir.

Não desejo nem creio que seja possível que um jornalista perca a sua dimensão humana mas a sua atividade profissional ao que acresce a sua função de coordenadora do programa, seria a última pessoa a poder manifestar este tipo de comportamento.

Considero ainda que, pelo menos numa ocasião, foi indelicada com um dos seus próprios convidados, o Juiz, do Porto, cujo nome infelizmente não tenho presente e que estava sentado ao lado do Presidente do Instituto da Segurança Social, ao referir uma "ida ao bilhar grande", relativamente àquilo que na, opinião da jornalista, seria a sua (dele) reduzida capacidade de síntese.

Gostaria ainda de sugerir que nos temas mais polémicos houvesse um cuidado acrescido na seleção do público uma vez que é um fator condicionador da informação enviada e, muitas vezes, produtor de ruído, na verdadeira aceção do conceito utilizado nas ciências da comunicação. Inclusivamente, creio que o programa teria a ganhar, do ponto de vista da tecnicidade do tratamento dos temas, embora reconheça que tenha a perder na sua dimensão de "espetáculo", o que em minha opinião seria muito bom, se a audiência no local fosse reduzida àqueles participantes que são convidados a intervir pela sua relação direta com o tema a tratar. Sei que a redução da dimensão espetáculo pode prejudicar níveis de audiência mas a RTP tem obrigações acrescidas de Serviço Público."

(Correio Eletrónico do Provedor: 25 de Janeiro, Homem, quadro superior, Setúbal)

De um advogado de Lisboa veio uma mensagem bem mais dura, abordando a questão do tratamento de processos judiciais pela imprensa:

" (...) estou absolutamente enojado com o linchamento público a que estou a assistir. Aquilo que devia ser um programa de informação está transformado num abjeto exercício de justicialismo por parte de uma senhora jornalista. Serviço público seria informar das diversas vertentes do processo e ensinar a refletir sobre a justiça em geral e no caso concreto. Ao invés,

assisto a algo que, noutros tempos, a população demandava: execuções públicas. (...) Não quero jornalismo amordaçado; mas quero jornalismo. Não quero campanhas nem justicialismo. E na televisão pública!!!”

(Correio Eletrónico do Provedor: 22 de Janeiro, Homem, advogado, Lisboa)

Uma mulher, quadro superior, de Setúbal, reage ao programa com preocupação pelo poder da comunicação social e a forma como é exercido:

“Venho por este meio mostrar o meu desagrado pelo modo pouco profissional com que a "apresentadora" do Prós e Contras tem vindo a mediar o programa em questão. Em especial o desta semana onde me senti revoltada e preocupada com, primeiro, o poder que a comunicação social tem vindo a ter junto da opinião pública, manipulando-a e, segundo, com a falta de ética demonstrada pela jornalista, que obviamente tem dificuldades em reservar a sua opinião pessoal. Sinto cada vez mais que de serviço público este programa não tem nada.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 24 de Janeiro, Mulher, quadro superior, Setúbal)

A referência ao Serviço Público, que surge nesta mensagem como contraponto a uma atuação jornalística que lhe parece eticamente reprovável, é comum a várias mensagens, como garantia do direito a uma televisão melhor. E surge tanto nas críticas como nos elogios, com 30 referências:

“A RTP está no bom caminho, cada vez mais apetecível e cada vez mais jovem! Sem dúvida nenhuma que tem cumprido com as suas obrigações de Serviço Público e tem tentado abranger todos os públicos.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 13 de Fevereiro, Homem, Évora)

“O meu telejornal preferido é sem dúvida nenhuma o da RTP 1, é um jornalismo profissional, sem notícias corriqueiras, para isso mesmo é serviço público.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 14 de Fevereiro, Mulher)

Essa confiança no serviço público de televisão, pago por todos os cidadãos através dos impostos e da taxa audiovisual, faz com que haja uma reação de mágoa perante as falhas detetadas, como no caso deste jornalista do Jornal de Barcelos que estranha que a RTP não tenha tratado uma notícia revelada por aquele, relativa a uma ilegalidade na cobrança de títulos de transporte da CP. O caso chegou já à Assembleia da República, porém...

“Porém, Senhor Provedor, de todos os jornais, revistas, rádios e televisões nacionais, somente uma nunca dedicou um segundo a este caso: a RTP. E digo-o com alguma tristeza, porque lhe reconheço qualidade e capacidade para melhorar (sempre mais) o serviço público que vem prestando.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 23 de Janeiro, Homem, jornalista, Braga)

Há quem lamente sentir-se excluído de uma televisão nacional que por vezes esquece a real configuração do país:

“ (...) uma estação, supostamente, de serviço público (...) onde jornalistas chamam "todo o país" quando se referem apenas a Portugal Continental. (...) Um lapso muitíssimo mais grave, que falta ao respeito a mais de meio milhão de portugueses que nasceram em Portugal, vivem em Portugal e pagam os mesmos impostos, incluindo contribuição audiovisual, que os que vivem no território continental.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 12 de Fevereiro, Homem, Lisboa)

Por vezes será certamente a velocidade a responsável por esse lapso que deixa de lado os cidadãos insulares.

Talvez também o facto de as redações serem hoje muito jovens e estarem esquecidas as ações da Frente de Libertação dos Açores (FLA) e da Frente de Libertação da Madeira (FLAMA), que nos anos 70 obrigavam a pensar as consequências políticas das referências geográficas. Mas no próprio Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão se refere a Recomendação – Rec (2007) 3 – do Comité de Ministros do Conselho da Europa considera que a Televisão de Serviço Público deve fomentar a coesão nacional, através de uma programação que tenha em conta as características das diferentes regiões, grupos, classes e interesses sociais, sem ignorar divergências e encarando-as com respeito e sentido construtivo:

“Gostava que me esclarecesse os intervenientes na geografia de Portugal. O que se passa é... nos telejornais, os jornalistas quando abordam o tema meteorologia falam do norte e sul do País como se País fosse só o retângulo continental. Aprendi na quarta classe que o País é constituído por: Portugal Continental, Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira. Onde fica o norte/sul do País?!... Não será, mais correto, dizer norte/sul do Continente????”

(Correio Eletrónico do Provedor: 27 de Janeiro, Mulher)

E não são só os ilhéus que se sentem excluídos. Há quem sinta que o noticiário é pensado apenas para os habitantes das cidades e o note em sinais que passam despercebidos aos responsáveis da Informação:

“É lugar-comum em todas as notícias, referir a chuva como mau tempo. Quanto a mim nada de mais errado. Penso que pode ser didático o jornalista falar e informar por exemplo, que chover no Inverno é bom tempo ou normal para a época. Se está a fazer calor no Inverno com temperaturas acima da média, aqui sim é preciso informar que estamos perante um mau tempo. O mesmo acontece se chover no verão, aqui também pode ser mau tempo. Resumindo cada coisa a seu tempo e no seu lugar. É que as couves e batatas não nascem na praia.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 6 de Janeiro, sem identificação)

São formas de discriminação menos faladas do que outras, as políticas, ou as religiosas, sobre as quais também chegaram 35 mensagens ao Provedor – trazendo, quase sempre, a referência ao carácter público da RTP:

“Venho chamar a atenção de V. Exa para que faça lembrar ao conselho de redação que a RTP não é um canal privado, para favorecer esta ou aquela força partidária, mas para fazer uma informação que seja o mais isenta e objetiva possível.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 21 de Fevereiro, Homem)

“O que motiva a minha mensagem foi a cobertura dada ontem em vários telejornais a iniciativa do Diretor Geral de Contribuições e Impostos em convidar todos os funcionários da DGCI para uma missa de ação de graças. (...) sinceramente, ver um facto trivial como uma missa de ação de graças ter uma cobertura total e extensa pela televisão pública, inclusive no principal telejornal das 20:00, parece-me totalmente grotesco”

(Correio Eletrónico do Provedor: 11 de Janeiro, Homem, quadro superior, Lisboa)

Grande parte das queixas sobre atitudes discriminatórias diz respeito ao Desporto (14): porque a Informação da RTP dá demasiada importância ao futebol e esquece outros desportos, porque privilegia certos atletas e ignora outros, porque favorece alguns clubes...

“O serviço público de televisão é só para alguns... (...) o FC Porto, teoricamente o «underdog», ainda tem contra si o canal que vai assegurar a transmissão do jogo, em sinal aberto.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 21 de Fevereiro, Homem, Suíça)

“Gostaria de manifestar a minha indignação pelo facto de alguns jornalistas da RTP mostrarem falta de respeito pela instituição SPORT LISBOA E BENFICA! (...) acho falta de respeito e de profissionalismo não pôr de parte o clubismo na hora de fazer uma reportagem,

comentando com dualidade de critérios e falta de respeito. Aqui fica a minha mensagem, na esperança que sirva para melhorar a qualidade na medida do possível o trabalho dos funcionários da RTP, que sendo uma estação pública deve ser imparcial e respeitadora.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 11 de Janeiro, Homem, Canadá)

“Lamento imenso a decisão da RTP em privar aqueles que gostam do desporto motorizado de uma informação capaz. (...) Assim se presta serviço público (lema da RTP).”

(Correio Eletrónico do Provedor: 8 de Janeiro, Homem, Lisboa)

Do Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão resulta também a obrigatoriedade de defesa da língua portuguesa - sendo os erros nesse âmbito um dos motivos de queixa:

“São também regulares os erros de português nos oráculos e nos rodapés. Sendo o Telejornal um espaço privilegiado de informação e de divulgação da língua portuguesa, através da RTP Internacional, e inserido num canal de Serviço Público, não é compreensível que tal aconteça.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 9 de Janeiro, Homem)

Aos erros de português somam-se, por ignorância ou distração, outros que não podem obviamente estar previstos na lei ou no contrato de concessão, mas exasperam os espectadores, que os citam em 26 mensagens. Como estes, referidos por uma estudante de Évora:

“ (...) Notícia sobre o problema da colocação dos médicos internos. Chama-se "internato" e não "internamento". Os médicos são internos. Não são internados... Ultimamente tem-se falado muito na nova vacina para a prevenção do cancro do colo do útero. E várias vezes vi "colo do útero" ser confundido com "cólon". Não é a mesma coisa, Srs. Jornalistas! O cólon é uma

porção do intestino grosso! Hoje numa notícia sobre um problema na adoção de uma criança, era referido que o pai adotivo era um militar da GNR. O dito senhor aparecia fardado e acho que qualquer pessoa que veja, consegue distinguir a farda de um militar do Exército (que é cinzenta) da de um GNR (que é azul e verde)... Um jornalista não tem obrigação de saber tudo (nem tal é esperado). Mas tem obrigação de se informar corretamente e de PESQUISAR. Não se pode dar ao luxo de inventar quando não sabe! Isto é mau jornalismo e não é isso que se pretende no serviço público.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 16 de Janeiro, Mulher, estudante, Évora)

Algo que também não se pretende no Serviço Público – dizem-no 22 mensagens – é que os jornalistas demonstrem arrogância ou má-educação. E há quem reaja ao tratamento por “você” de entrevistados e telespectadores, ou ao piscar de olho de um dos apresentadores do Telejornal:

“Perdoe-me o aparente despropósito mas, antes de mais, peço-lhe que repare que o trato por Senhor Provedor e não por José, Zé, Zé Manel ou Necas. E se o faço não é por me sentir minimamente diminuída ou intimidada, antes por uma razão muito simples: Educação. E é exatamente essa a razão desta minha crítica: a familiaridade nitidamente abusiva com que os jornalistas em geral, incluindo os da RTP, se dirigem publicamente às personalidades que entrevistam ou que referem (em entrevistas, noticiários, debates, etc.). (...) Esta falta de educação choca-me tremendamente, especialmente porque parte de pessoas com formação superior e com responsabilidades públicas, como é o caso dos jornalistas. Não há ninguém que lhes ensine um pouco de etiqueta e boas maneiras?”

(Correio Eletrónico do Provedor: 5 de Fevereiro, Mulher)

“Peço desculpa por incomodar o Senhor Provedor com este assunto, mas não posso deixar de o questionar por me parecer ter a ver com questões de Educação, Respeito, Boas maneiras... Não me parece bem um jornalista, pivot do telejornal do canal 1, despedir-se dos Senhores telespectadores piscando-lhe o olho.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 22 de Janeiro, Mulher, quadro médio, Lisboa)

Podem, evidentemente, ser apenas protestos marcados pela idade, pela classe social ou até pela posição política⁷¹, como parece denotar a mensagem a seguir transcrita:

“Venho propor a V. Ex.^a o seguinte: Que os Jornalistas da RTP, comecem a tratar os telespectadores como antigamente eram tratados, ou seja o Senhor/a/s Telespectadores e não você aí, você em casa. Que deixem o você para casa deles. É mais educado e mais bonito o Senhor do que Você. Eu sei que são coisas do 25 de Abril, mas este já passou.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 15 de Fevereiro, Homem, Coimbra)

Mas há quem proteste pela forma como os jornalistas abordam, na rua, o cidadão comum:

“Estava mesmo agora a ver no Bom Dia Portugal de hoje, 3.^a feira 9/1/2007, uma reportagem sobre a greve no metro de Lisboa e chocou-me, francamente, como a jornalista destacada para cobrir o acontecimento, falava com os entrevistados sobre o tema exposto. Era agressiva, tinha uma voz pouco melodiosa, esganiçada até, enfim quase gritava nos seus comentários e as pessoas, aborrecidas como já deveriam estar sobre a perda de tempo que a greve lhes provocava, não sabiam como responder ou se o faziam era na forma mais circunstancial possível. Não seria possível na sua formação inicial, darem conselhos sobre a forma e tonalidade a aplicar nas entrevistas ou comentários? Assim, francamente, acho que é muito desagradável assistir a qualquer reportagem. Poder-me-á dizer que é a forma desta senhora atuar e agir, mas não é nada agradável. E depois os jornalistas, homens ou mulheres, não têm o mínimo respeito pelo entrevistado, seja ele qual for, governante ou pessoa comum e em que situação estiver. Será esta a nova fórmula de fazer jornalismo? Não me parece a melhor e mais adequada.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 9 de janeiro, Homem, quadro superior, Porto)

71 “Os sistemas de pronomes são uma representação das relações sociais, e fazem parte dos mecanismos para a reprodução de ordens de poder”, (Fowler, 2003[1991]:35)

Por vezes essa falta de respeito estende-se até a pessoas em situações de crise, quebrando duas das normas do Código Deontológico, que mandam que um jornalista “*deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor*” e de “*antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas*”. Há telespectadores que reagem a essa insensibilidade dos jornalistas:

“Quando se deu o triste acidente de comboio na linha do Tua, vi na televisão que jornalistas da TVI e RTP, questionavam uma jovem que estava a ser transportada para o Hospital. Em situações destas, em que as pessoas mostram dificuldade em falar e raciocinar, era melhor que os jornalistas mostrassem um pouco de respeito por vítimas de acidentes. Como telespectador acho que não ganhei nada com aquela informação.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 26 de Fevereiro, Homem, Vila Real)

Embora, ao apresentar a transcrição de alguma da correspondência eletrónica recebida pelo Provedor do Telespectador e referente à atuação de jornalistas, tenha já realçado alguns aspetos, entendo dever apresentar aqui algumas conclusões da análise dessa correspondência – cuja transcrição integral figura em apêndice.

Dado que os que tomam a iniciativa de escrever ao Provedor são, porventura, dos mais atentos à informação, não faria sentido tentar deduzir leis gerais a partir desta amostra.

Ainda assim, gostaria de sublinhar alguns aspetos a reter⁷²:

1. Falta de confiança na independência dos jornalistas, muito patente em relação aos que tratam o Desporto, mas não só – sendo visível também no tratamento das peças relativas ao referendo sobre a despenalização da IVG.
2. A noção de que o Serviço Público de Televisão tem um dever para com os telespectadores e deve responder perante eles quando apresenta deficiências;
3. A importância da RTP (certamente não exclusivamente, mas é dela que me ocupo aqui) na estruturação do espaço público, patente na atenção com

72 Alguns deles foram, aliás, referidos nos relatórios do Provedor.

que foram seguidas, por exemplo, as informações sobre o caso da criança alvo de disputa entre o pai biológico e a família adotiva;

4. A exigência de uma postura serena e correta dos jornalistas perante os entrevistados;
5. A noção de falta de rigor e de desconhecimento do país e das suas diferentes realidades.

Curiosamente, alguns dos aspetos da atuação dos jornalistas que mais críticas merecem dos espectadores são aqueles que, na cultura da redação, são vistos como qualidades: a confrontação com o entrevistado, o corte abrupto da palavra, a utilização de uma linguagem comum.

Efeitos da desejabilidade social que levam à assunção, pelo recetor, do sentido da frase de Park, “as coisas que a maioria de nós quer publicar não são aquelas que a maioria de nós quer ler. Podemos mostrar-nos ávidos de publicar aquilo que é, ou parece ser, edificante, mas queremos ler o que é interessante” (apud Tunstall, 1971:18)

No mesmo sentido vão as referências à forma como os jornalistas se dirigem aos homens políticos e/ou especialistas que entrevistam, e ao piscar de olho do apresentador do Telejornal: a RTP, Serviço Público, é um espelho da Nação, não pode ser vulgar. Exige-se-lhe “distinção” (Bourdieu, 1998: 46).

E, nesse sentido, bem como no do tempo do Telejornal e do espaço que neste ocupa o desporto, parece haver uma contradição entre a opinião dos espectadores e o que os responsáveis da Informação da RTP julgam ser essa opinião.

7. TRÊS CASOS PARADIGMÁTICOS

“The things most of us would like to publish are not the things most of us want to read. We may be eager to get into print what is, or seems to be, edifying, but we want to read what is interesting.”

Robert Ezra Park

Pretendo aqui abordar a cobertura de três episódios que considero, cada um a seu modo, representativos de estratégias de mediatização:

- o primeiro, um acontecimento político pré-programado, que permitiu que a direção de Informação da RTP acautelasse, com tempo, a sua cobertura – o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária de gravidez até às 10 semanas, de 11 de Fevereiro de 2007;

- o segundo, imprevisível, que irrompeu “*na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais*” (Rodrigues, 1993), a história do homem que se barricou – com reféns – nas instalações sanitárias do rés-do chão do edifício da RTP, a 4 de Janeiro de 2001;

- o terceiro, igualmente imprevisível, que não se enquadrando, na sua génese, no conceito de acontecimento – “*nem todas as ocorrências são acontecimentos*” e o que lhes dá esse carácter são os potenciais de atualidade, relevância e pregnância que contenham (Rebelo, 2006:17) – surge como tal na perceção dos *media*: o “Arrastão”, que pretendia ter havido um roubo coletivo levado a cabo por cinco centenas de jovens na praia de Carcavelos, a 10 de Junho de 2005.

Segundo José Rebelo, uma ocorrência “*tem mais probabilidades de ser considerada um acontecimento quando provoca uma rutura no nosso quadro de vida (...) [n]esse nível profundo, de um grupo ou de uma coletividade, onde se enraízam as línguas, as normas e os comportamentos comuns*”.(id.) *Viria daí o seu “potencial de relevância”*. (id.)

Num país de maioria católica, onde a palavra dos dignatários da Igreja tem ainda grande audiência, a possibilidade de existência de legislação despenalizando a interrupção voluntária de gravidez, a pedido da mulher, até às 10 semanas, assume um peso de rutura.

Daí que fosse natural uma grande atenção dos media – e, nomeadamente, do Serviço Público de Televisão – ao acontecimento “referendo” e, antes dele, à sua preparação.

Katz e Dayan classificam de “*acontecimentos mediáticos*” “*um novo género de narrativa que emprega o potencial único dos media eletrónicos para exigir uma atenção universal e simultânea, com o objetivo de a fixar numa história que está a ser contada sobre a atualidade*” (Katz & Dayan, 1999:17).

Portugal, passadas as grandes emoções que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, e as primeiras noites eleitorais, não é um país fértil nesse tipo de acontecimentos. Os últimos terão sido, porventura, as grandes manifestações por Timor, em 1999, e a primeira visita de Xanana Gusmão a Lisboa, no mesmo ano.

A existência de vários canais não impede que, mesmo assim, a atenção de todos esteja centrada no mesmo acontecimento, o que “*transforma uma audiência de canais múltiplos e de zapping numa audiência que se veste para ver televisão. [...] sabendo que todos estão a fazer o mesmo ao mesmo tempo, tal como sabemos que todos comem o jantar de Natal ou da Páscoa à mesma hora.*” (Katz, 1999):

Em Portugal, essa atenção comum frente aos ecrãs surge apenas quando a seleção portuguesa disputa uma final europeia ou mundial e nas noites eleitorais.

Parece-me, portanto, possível incluir nessa noção de “*acontecimentos mediáticos*” o referendo de 11 de Fevereiro de 2007, sobre a despenalização da IVG.

Não apenas pela relativa novidade da realização do referendo, mas por se tratar de u tema fraturante na sociedade portuguesa e ainda por sobre ele pesar a memória do anterior referendo sobre o mesmo tema, a 28 de Junho de 1998, vivido com grande dramatismo por muitos dos envolvidos, nomeadamente dentro de um dos principais partidos portugueses, o Partido Socialista, já que a posição do seu Secretário-Geral contrariava a tendência de outros elementos do partido.

No entanto, a RTP não apenas conduziu a informação sobre a campanha de forma burocrática – limitando-se, na maior parte dos casos, a cobrir ações preparadas pelos

movimentos e partidos – como não tratou de, antes ainda do começo da campanha, fazer peças informativas que pudessem esclarecer os cidadãos obre a complexidade da decisão a tomar em relação a algo que configurava um problema público, nos planos da saúde, da legalidade e da demografia.

Pelo contrário, a cobertura dos episódios Subtil e pseudo-arrastão de Carcavelos levou a uma mobilização intensa, em termos de jornalistas e de meios técnicos.

Além disso, no caso de Carcavelos, a informação foi desenvolvida como se se tratasse de um problema público. O que se justificaria, exceto pelo enviesamento: estando em causa a discriminação de jovens portugueses negros, foi tratado como um problema de segurança.

Apesar dos anos que os separam e das diferentes características de cada um, considero interessante recordá-los, por permitirem refletir sobre a forma como a televisão de serviço público entende a sua relação com os telespectadores e o tipo de valores que transmite.

Quer o caso Subtil quer o caso Arrastão se inserem num campo problemático: o da segurança. Tiveram, a seu favor, vários dos fatores que correspondem aos “critérios jornalísticos”: carácter inesperado, atualidade, negatividade, proximidade, clareza, personalização. Quebravam a pacatez da vida nacional, mas correspondiam a medos existentes, embora não justificados (Glasser, 1999). E tornaram-se, ao longo de um dia – Subtil – ao longo de dias – Arrastão – o acontecimento que era obrigatório ver.

7.1 O Referendo sobre a IVG (Janeiro – Fevereiro 2007)

Iniciei a minha observação participante na RTP em 4 de Janeiro de 2007 e comecei a 8 desse mês a gravar diariamente o Telejornal e a tomar nota dos textos de lançamento – “pivot” – e de reportagem – “peça” – sobre o tema, bem como das legendas que o acompanhavam.

Durante esse mês – entre 8 de Janeiro e 9 de Fevereiro, em que gravei 26 telejornais – o tema surgiu normalmente com a palavra ABORTO bem visível no ecrã com o primeiro O transformado no símbolo feminino.

Analisando as peças relativas à preparação do referendo emitidas pelo Telejornal no mês que o antecedeu – entre 8 de Janeiro e 9 de Fevereiro de 2007 – alguns aspetos saltam imediatamente à vista:

- a) A utilização maioritária (475 vs. 86, um rácio de 5,5) da palavra “aborto” em vez do termo “interrupção voluntária de gravidez”, termo usado na pergunta do referendo.
- b) A presença maioritária de vozes masculinas num tema que, tocando toda a sociedade, envolve sobretudo as mulheres (149 vs. 84, um rácio de 2,3).
- c) A escassez das referências à pergunta alvo de referendo que, ao longo de todos os Telejornais visionados, só surge completa por duas vezes, a 24 de Janeiro e 4 de Fevereiro em textos “*off*”.

No primeiro dia em que começo a gravar e analisar as notícias relativas ao referendo – 8 de Janeiro de 2007 – o tema surge em 7º lugar do alinhamento, às 20H14, com a palavra ABORTO bem visível no ecrã, com o primeiro O transformado no símbolo feminino, e a legenda “*Referendo ao aborto “Médicos pela Escolha” quer alteração ao Código Deontológico da classe*”.

Legenda: “Referendo ao aborto “Médicos pela Escolha” quer alteração ao Código Deontológico da classe”.

Pivot: O Movimento Médicos pela Escolha quer uma alteração no Código Deontológico dos Médicos. O Movimento pretende que o Código passe a admitir a Interrupção Voluntária da Gravidez. Para isso os médicos entregaram cerca de 10 mil assinaturas na Comissão Nacional de Eleições de modo a participarem na campanha a favor do SIM no referendo do aborto.

Peça: São assinaturas de médicos, de profissionais de saúde e da população em geral. Entre os mandatários dos Médicos pela Escolha estão Albino Aroso, Nuno Grande e Sobrinho Simões. O movimento acusou a campanha do Não de utilizar argumentos científicos de forma demagógica. Os signatários deste movimento acreditam que o Serviço Nacional de Saúde tem capacidade para responder às solicitações com que for confrontado se o Sim vencer no referendo do aborto.

Vivo de Vasco Freire Movimento “Médicos pela Escolha”: *“Há cada vez um maior número de médicos e profissionais de saúde que acredita que as mulheres não podem continuar a ser criminalizadas por fazerem uma interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas. Isso é uma certeza que nós temos. E nós conseguimos isso e sabemos isso porque tivemos um apoio muito grande da parte de vários médicos. Em relação à objeção de consciência, é um direito de cada médico e de cada profissional de saúde, mas nós sabemos, e temos a certeza, que esse médico (que eventualmente for objetor de consciência) tem de indicar um outro médico, e o hospital ou centro de saúde tem de indicar outro estabelecimento de saúde que consiga dar resposta a essa mulher e a essa família que pretende fazer uma interrupção voluntária da gravidez.”*

Chama-me de imediato a atenção a diferença de termos: aquilo que os médicos classificam de “interrupção voluntária da gravidez” é, no ecrã e no texto “off” do jornalista - classificado como “aborto”. A pergunta do referendo refere, no entanto, “Interrupção Voluntária da Gravidez”.

Recordo que, em 1979, no decurso de uma reportagem sobre a questão do aborto – que viria a não ser emitida – uma das minhas entrevistadas, membro da organização católica

Graal, me disse ter-se confrontado com uma ambiguidade curiosa: mulheres que se afirmavam contra o “aborto”, mas revelavam ter feito “desmanchos”. Segundo essa mulher, “desmancho” corresponderia ao aborto clandestino a que muitas mulheres se viam forçadas, enquanto que “aborto” era a palavra usada pela Igreja Católica na sua atitude de condenação. A ser assim, o termo “interrupção voluntária de gravidez” permitiria afastar a noção de pecado de uma decisão que se pretendia ver julgada, sobretudo, em termos de saúde pública.

Tratava-se de mulheres que viviam em bairros da lata e que confessavam, à chocada jovem do Graal que pela primeira vez se confrontava com a existência de interrupções voluntárias de gravidez, terem feito dezenas de “desmanchos”, muitas vezes sozinhas, usando “um raminho de salsa”.

Essa distinção entre “desmancho” e “aborto” era glosada, sob o título “Aborto ou desmancho?”, no blogue “ikivuku”, a 21 de Janeiro de 2007:⁷³

“A grande disputa que vai ocorrer no referendo à interrupção voluntária da gravidez (IVG), não é entre o “sim” e o “não” mas entre o aborto e o desmancho. O aborto que se promete, no caso de ganhar o 'sim', vai ser rigorosamente vigiado. Os hospitais, ou as clínicas, que venham a incluir nos seus serviços a prática do aborto, vão preencher papéis em triplicado, mandar reconhecer a assinatura, exigir um fiador para as questões financeiras, um tutor para as questões de responsabilidade social, vão passar factura dedutível no IRS e inscrever no enigmático algarismo que vem a seguir ao número de BI a quantidade de abortos oficiais.

O desmancho não tem nenhuma destas burocracias. É absolutamente incógnito, sigiloso e anónimo. Acabado o acto, é como se nada tivesse acontecido. Ninguém em lugar algum vai saber, a não ser que a utente, num desvario, resolva expor-se num movimento pró-“sim”, dizendo alto e bom som: eu fiz!

O aborto é a interrupção de uma vida em potencial, a anulação de um Einstein, de um Hitler ou de um zé-ninguém. O desmancho é geralmente a salvação de várias vidas, de famílias inteiras em perigo de caírem na lama.

O aborto é um pecado grave, universalmente condenado. O desmancho para todos os efeitos não existe. E o que não existe não é confessável.

73 Acessível em <http://ikivuku.blogspot.pt/2007/01/aborto-ou-desmancho.html>

O aborto não tem tradição em Portugal. Falta-lhe estatuto e tem um certo ar intelectual de esquerda, cheira a enxofre por todos os lados.

O desmancho é, salvo seja, o pão nosso de cada dia. Tem resolvido o problema a inúmeras famílias, mantendo-as unidas na fé e na alegria. Está próximo do povo, convive com ele em cada esquina e promove a tão necessária cumplicidade que define a cultura tradicional.(...)”

E, no dia seguinte, outro blogue, “ozzywolf space” dizia o mesmo em menos palavras:

“Uma conversa lá na aldeia: - O que acha você sobre o Aborto? - Eh pá, o aborto é mau, é muito mau. - E então e o Desmancho? - O Desmancho? Ah isso faz-se muito!”⁷⁴

A palavra “desmancho” – que o dicionário Aulete on-line define como “Pop. Suspensão da gravidez por vontade própria; ABORTO” – não foi nunca utilizada no Telejornal ao longo do mês em que o acompanhei. Sublinhando, aliás, outra das características da informação produzida: a ausência de vozes de pessoas pertencentes às classes mais desfavorecidas e de mulheres mais idosas, para quem o “desmancho” foi, muitas vezes, a única solução contra gravidezes sucessivas, impossíveis de suportar por razões económicas e/ou de relação familiar.

Mas esse – o tema da omissão - é algo que desenvolverei mais adiante. Regresso à utilização dos termos “aborto” e “interrupção voluntária de gravidez”.

A linguagem está ausente das preocupações do diretor bem como, aparentemente – pelo que se pode observar vendo os noticiários – dos restantes responsáveis do Telejornal. E, no entanto, a desatenção perante a escolha de palavras pode ter como resultado o favorecimento de um dos campos: o do Não. Como recorda Fowler (2003), “*as diferenças na expressão carregam distinções ideológicas (e, portanto, diferenças de representação.)*”

É essa a acusação que fazem alguns telespectadores:

“É absolutamente indecente como, repetidamente, nos telejornais dessa estação os "jornalistas" referem os grupos "contra" e "a favor" do aborto nesta questão do referendo que

74 Acessível em <http://ozzywolf.wordpress.com/2007/01/22/aborto-vs-desmancho/>

se aproxima. Que eu saiba toda a gente é contra o aborto. O que se discute é a DESPENALIZAÇÃO e nunca ser contra ou a favor do aborto.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 14 de Janeiro. Homem, administrativo, Amadora)

"Referendo ao aborto" não pode ser tolerado como um resumo de "referendo à despenalização da IVG". Não é a mesma coisa. Dizer "referendo ao aborto" é entrar na lógica do Não.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 14 de Janeiro. Mulher, trabalhadora qualificada, Palmela)

No dia 18, uma mensagem de uma espectadora interpela o próprio Diretor de Informação:

“No dia 17 de Janeiro, no telejornal das 20 horas, o jornalista José Alberto Carvalho, ao ler uma notícia sobre o referendo à interrupção voluntária da gravidez, referiu mais do que uma vez "o referendo ao aborto". Considero que esta referência é tendenciosa e induz em erro em relação ao conteúdo do referendo. No conteúdo apresentado, falta o rigor e isenção indispensável ao serviço público de televisão.”

(Correio Eletrónico do Provedor: 18 de Janeiro. Mulher, quadro superior, Albufeira)

A utilização da palavra “aborto” foi, aliás, um tema bastante focado nas mensagens ao Provedor do Telespectador, nos dias anteriores ao referendo. Em 21 mensagens relativas à votação de 11 de fevereiro de 2007, seis referem a utilização repetida da palavra, em vez da expressão constante da pergunta a que os cidadãos seriam chamados a responder: *interrupção voluntária de gravidez*.

Verifiquei a ocorrência dos dois termos nas **legendas** que acompanham as notícias e reportagens relativas ao referendo sobre a despenalização da IVG, nos textos de lançamento – normalmente referidos na RTP por “**pivots**” – nos textos-off (“**offs**”) das notícias e nas intervenções de protagonistas das notícias (**vivos**):

Utilização	“aborto”	“interrupção voluntária da gravidez”
Legenda	89	3
“Pivots”	114	18
“Offs”	120	36
Vivos	152	29
Total	457	86

Quadro 7.1

Utilização das expressões “aborto” ou “interrupção voluntária da gravidez”

Nas legendas, a (des)proporção é de 89 para 3 a favor de “aborto”, ou seja, a utilização da palavra “aborto”, que não surge na pergunta do referendo, é quase 30 vezes superior ao termo “interrupção voluntária da gravidez”.

Os apresentadores – igualmente conhecidos por “pivots” – ao lançarem as notícias, usam 114 vezes “aborto” e 18 vezes “interrupção voluntária de gravidez”, rácio: 6,3.

Nos textos *off*, há menor desequilíbrio: 120 vezes “aborto”, 36 “interrupção voluntária de gravidez”. Rácio: 3,3.

Nas declarações de entrevistados, “aborto” surge 152 vezes, contra 29 referências a “interrupção voluntária de gravidez”. Rácio: 5,2.

Ou seja: apesar de os jornalistas deverem ter em conta o contexto em que usam as palavras e o facto de estas nunca serem “neutras”, os apresentadores do Telegiornal usam mais vezes o termo “aborto”, de conotação negativa, do que os entrevistados, muitos dos quais interessados em anatemizar a expressão “interrupção voluntária de gravidez”, considerada mais “neutra”.

Sobre a neutralidade das palavras, recordo Bakhtine:

“ Na língua não resta nenhuma palavra nem nenhuma forma neutras, que não pertençam a ninguém: toda a língua é dispersa, atravessada por intenções, acentuada. Para a consciência que vive na língua, esta não é um sistema abstrato de formas normativas, mas uma opinião heterológica concreta sobre o mundo. Cada palavra tem a marca da profissão, do género, da corrente, do partido, da obra particular, do homem particular, da geração, da idade, do dia e da

hora. Cada palavra tem a marca do contexto e dos contextos em que viveu a sua vida social intensa; todas as palavras e todas as formas são habitadas por intenções. Na palavra, as harmônicas contextuais (do gênero, da corrente, do indivíduo) são inevitáveis.⁷⁵” (Todorov, 1981)

Transcrevo, a propósito, o texto de um blogue claramente contrário à despenalização da IVG, “Aldeia”, criado em Janeiro de 2001⁷⁶:

“As palavras utilizadas no debate em torno da prática do aborto determinam em grande parte o impacto dos argumentos. Como este é um assunto delicado e que pode ferir suscetibilidades, grande parte das vezes são utilizados termos com uma carga menos negativa e, por isso, mais facilmente aceites. Muitos termos, apesar de errados ou inadequados, são utilizados constantemente por evitarem o impacto que um termo mais adequado ou que uma simples descrição podem ter.

Apresentam-se aqui alguns termos ou palavras utilizadas, o seu significado, alguns sinónimos e, em alguns casos, algumas alternativas interessantes. Por vezes é tudo uma questão de semântica...

Interrupção voluntária da gravidez – *Talvez a forma mais inofensiva de alguém se referir ao aborto induzido. Mas a utilização das palavras neste caso não é a mais adequada. Interrupção pode significar, entre outras coisas, uma paragem temporária, após a qual se retoma ou recomeça o que se estava a fazer. Esta palavra deveria então ser substituída por uma cujo significado apenas poderia ser “terminal”. Esta afirmação frequente esconde ainda a trágica realidade de muitas mulheres que se submetem a um aborto legal contra a sua própria vontade. Em muitos países onde o aborto está legalizado, esta prática corresponde muitas vezes a uma “interrupção involuntária da gravidez”, onde a violência é o método frequente de coação para tornar a submissão a um aborto em algo de “voluntário”.*

“Aborto” ou “interrupção voluntária de gravidez” não podem, pois, ser usadas como sinónimos, já que, embora ambas se refiram ao processo de pôr fim a uma gravidez, as suas conotações são diferentes.

75 Tradução da Autora

76 Acessível em <http://aborto.aldeia.net/aborto-engano-palavras/>

A sua utilização não corresponde, fatalmente, a uma escolha ideológica deliberada do jornalista, sequer da RTP, mas isso não impede que transmita ideologia. Os valores estão já inscritos na linguagem, independentemente do jornalista e do público. [Fowler, 2003 (1991): 19-20] Ou seja, a linguagem “*concretiza um mundo, no sentido de o apreender e de o produzir.*” [Berger & Luckmann, 1999 (1966): 160]

Essa chamada de atenção para a forma como a linguagem “*objetiva o mundo*” (id.) está totalmente ausente no texto “Algumas notas sobre o referendo” que o então Diretor-adjunto de Informação da RTP, distribuiu aos coordenadores e responsáveis de secção em 15 de Janeiro:

Na nota está no entanto bem claro que “*o que está em causa no referendo é uma opção entre o “Sim” e o “Não” perante a pergunta “Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”*”

Ora ao longo dos 26 dias em que analisei os textos do Telejornal, só por duas vezes – a 24 de Janeiro e 4 de Fevereiro – a pergunta é referida tal qual será apresentada no referendo.

Num país em que a maioria dos cidadãos se informa pela televisão, e sendo o Telejornal, em 2007, o serviço noticioso mais visto, e tratando-se do Serviço Público de Televisão, seria de esperar um maior número de referências à pergunta.

Por outro lado, e embora o Diretor de Informação, ao recomendar a procura de “*um equilíbrio entre os defensores do ‘sim’ e do ‘não*”, tenha dito não defender “*uma cobertura exhaustiva para as atividades de todos os movimentos de cidadãos legalmente habilitados a participar no esclarecimento público*”, a verdade é que o tratamento do tema no Telejornal ficou totalmente marcado pela agenda de movimentos e partidos, de tal modo que, nesses 26 telejornais, existem ao todo 5 reportagens que não sejam o simples acompanhar das ações dos defensores do voto sim ou do voto não: duas reportagens sobre a venda ilegal, por um lado, e os cuidados nas farmácias, por outro, de um comprimido com efeitos abortivos, o Cytotec; duas histórias de jovens que tinham feito opções contrárias em relação a uma gravidez não desejada e uma reportagem sobre um infantário religioso que pôs nas mochilas das crianças cartas a agradecer às mães por não terem abortado.

E sendo certo que, defendendo o *“equilíbrio entre defensores do sim e do não”*, o diretor-adjunto recomendou que a RTP devia *“procurar ser o mais abrangente possível e dar voz ao maior número possível de movimentos, preferencialmente a todos eles”* é difícil compreender qual o critério jornalístico ou mesmo cronométrico que sustenta que numa peça – “Referendo liberalização aborto 7 movimentos do “Não” entregaram perto de 70 mil assinaturas”, 10 de Janeiro, 20H32 – se oiçam os representantes dos sete movimentos, com posições naturalmente semelhantes.

Levando o rigor nesse equilíbrio entre as partes ao ponto de nomear uma pessoa para o vigiar, o Diretor de Informação da RTP pensa apenas num equilíbrio de tempo. Com a particularidade, assinalada no meu Diário de Campo a 26 de Janeiro, de que não foram contabilizados do lado do “Não” as posições de membros da hierarquia da Igreja Católica.

É também relevante o destaque dado à Igreja Católica, e o completo esquecimento das restantes. Segundo os dados divulgados pelo INE e relativos ao Censo de 2001, na população residente com 15 ou mais anos, à pergunta sobre qual a sua religião, a esmagadora maioria – 7353548 – indicava a católica, mas havia quem indicasse a ortodoxa – 17443 – a protestante – 48301 – outra cristã – 122745 – judaica – 1773 – muçulmana – 12014 – outra não cristã – 13882 e “Sem religião” – 342987. Ou seja, havia mais de 200 mil pessoas religiosas, mas não católicas, e 343 mil sem religião, entre aquelas que tinham respondido ao Censo, podendo imaginar-se percentagens semelhantes entre as mais de 700 mil que tinham recusado responder. O que permitirá apontar para cerca de meio milhão de pessoas de concepções religiosas diferentes que foram ignoradas pelo Serviço Público de Televisão da República (laica) Portuguesa.

Saliente-se ainda o tratamento diferenciado de católicos de um e outro lado do debate sobre a IVG, bem patente em duas peças, a primeira apresentada no Telejornal de dia 14 de Janeiro e a segunda no Telejornal de 5 de Fevereiro.

Telejornal, 14 de Janeiro de 2007, Domingo, 20H16

Legenda: Católicos rezam terço pela vida Iniciativa começou a 24 de Dezembro. Hoje 150 pessoas rezaram terço pela vida

Pivot: Uma multidão reuniu-se no Terreiro do Paço para rezar um terço pela vida. Eram cerca de 150 pessoas e tencionam repetir a ação nos Domingos que antecedem o referendo ao aborto.

Peça: Com o castelo no horizonte e o rio por vizinho, este grupo de católicos improvisou um altar para rezar um terço pela vida. A iniciativa nasceu num grupo de leigos na Igreja do Loreto, por causa do referendo ao aborto.

Vivo de Padre Macedo Igreja do Loreto: *“A ideia nasceu por causa do referendo, não é? Para pedir pela boa consciência dos portugueses no dia 11.”*

Off: Começaram no dia 24 de Dezembro, como um presente ao Menino Jesus. Num dos mistérios, rezaram pelo referendo de dia 11 de Fevereiro.

Vivo de homem: *“Vamos rezar por todos aqueles que vão votar. Vamos rezar por aqueles que estão neste momento de boa-fé e que estão convencidos que fazem aquilo que é bom, que é justo, que é importante. Mas vamos rezar particularmente pelos que estão de má-fé. E vamos pedir ao senhor que toque o coração daqueles que estão de má-fé.”*

Off: O frio da manhã não afastou estes crentes. Hoje eram cerca de 150.

Vivo de homem: *“Porque é um terço a favor da vida e eu sou a favor da vida e então achei que era uma boa iniciativa e decidi participar.”*

Vivo de mulher: *“Faço todas as tenções de vir. Acho que é importante rezar nesta altura. Sempre, e especialmente nesta altura.”*

(**Nova legenda:** Referendo ao aborto: Católicos juntam-se na Baixa e rezam terço pela vida”.)

Vivo de mulher: *“Sou médica e sou contra o aborto”.* (**Jornalista:** Por isso decidiu vir?) *“Ninguém sabe o que é perder um filho. e quando se perde um filho, como eu, que já perdi 3 filhos, que faleceram em acidentes de automóvel, é uma dor muito grande. Portanto morrer um filho quando está para nascer ou morrer um filho depois, é igual.”*

Off: Voltam ao Terreiro do Paço para rezar o terço nos próximos domingos. Antes do referendo vão ainda realizar uma vigília pela vida.

Legenda: Defesa do Sim Há católicos do Porto a favor da despenalização

Pivot: Há católicos portugueses que assumem a defesa do Sim no referendo de Domingo. O Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim promoveu um debate no Porto em que se explicou como tendo fé cristã são a favor da interrupção voluntária da gravidez.

Peça: Off: Na mesa, todos são católicos e todos votam Sim.

Vivo de Afonso Domingues, Prof. Literatura Universidade do Minho: *“Não devíamos estar nesta mesa a apresentar-nos como católicos. Não devia ser necessário invocar a nossa condição de católicos neste debate. Devia bastar pura e simplesmente a condição de cidadão, a condição de exercício pleno da nossa cidadania. Acontece que quem nos provoca a isso é a nossa querida igreja católica – ou melhor, a hierarquia da Igreja Católica Portuguesa.”*

Off: E reagindo contra o absolutismo na hierarquia da Igreja, dizem que neste referendo têm o direito de decidir com liberdade e responsabilidade.

Vivo de Ana Maria Braga da Cruz, Mov. Cidadania Responsabilidade “Sim”: *“Uma alta figura da Igreja, na altura não foi o Cardeal Patriarca, foi antes disso, antes da entrevista do Cardeal Patriarca em que lhe perguntavam: Mas há católicos que andam nisto? e o senhor dizia: “Eu sei lá se são católicos, se calhar são oportunistas que lhes dá o jeito ser católico.” A mim realmente isso ofendeu-me profundamente, porque quem é quem para decidir se eu, ou A ou B é católico ou não é católico? Faz pena que em nome de uma fé se tente manipular as pessoas, porque realmente a fé cristã, pelo menos para mim, é para libertar as pessoas e não para manipular.”*

Off: E explicaram porque é que um católico pode votar Sim neste referendo.

Infelizmente, a reportagem não comporta essa explicação, tal como, durante este período, nunca o Telejornal discutiu as questões teológicas relacionadas com o tema da interrupção voluntária da gravidez, limitando-se a difundir, sem discussão, as intervenções de bispos e cardeais.

Logo em Outubro de 2006, uma Nota Pastoral do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa sobre o referendo ao aborto exortava os católicos a votar

“Não”, “antes de mais porque acreditamos, como o fez a Igreja desde os primeiros séculos, que a vida humana, com toda a sua dignidade, existe desde o primeiro momento da concepção.” (Ecclesia, 2006)

Ora esta afirmação está longe de corresponder à verdade histórica. Bastará, por exemplo, atentar neste texto:

“Ao longo da história, a Igreja Católica nunca chegou a uma posição unânime e definitiva quanto ao aborto. Oscilou entre condená-lo radicalmente ou admiti-lo em certas fases da gravidez. Atrás dessa diferença de opiniões situa-se a discussão sobre qual o momento em que o feto pode ser considerado ser humano. Até hoje, nem a ciência nem a teologia tem a resposta exata. A questão permanece em aberto. Santo Agostinho (séc. IV) admite que só a partir de 40 dias após a fecundação se pode falar em pessoa. Santo Tomás de Aquino (séc. XIII) reafirma não reconhecer como humano o embrião que ainda não completou 40 dias, quando então lhe é infundida a "alma racional". Esta posição virou doutrina oficial da Igreja a partir do Concílio de Trento (séc. XVI). Mas foi contestada por teólogos que, baseados na autoridade de Tertuliano (séc. III) e de santo Alberto Magno (séc. XIII), defendem a hominização imediata, ou seja, desde a fecundação trata-se de um ser humano em processo. Esta tese foi incorporada pela encíclica Apostolica Sedis (1869), na qual o papa Pio IX condena toda e qualquer interrupção voluntária da gravidez.” (Christo, 2007)

Antes do Concílio Vaticano II (1962-1965), na Igreja Católica latina não existia sequer um rito fúnebre pelas crianças não-batizadas, que eram sepultadas em terra não-consagrada. E se a quarta das Constituições do Concílio, a Pastoral *Gaudium et Spes*, diz que a vida deve “*ser salvaguardada, com extrema solitudine, desde o primeiro momento da concepção*” e que “*o aborto e o infanticídio são crimes abomináveis*”, integra o aborto num amplo conjunto de violações da dignidade da pessoa humana:

*“são infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, **aborto**, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho;*

em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis”

A demonstrar, aliás, a pouca importância dada pela Igreja Católica às crianças, mesmo já nascidas, durante séculos, só em 19 de Janeiro de 2007 o Papa dá luz verde à publicação de um texto da autoria da Comissão Teológica Internacional⁷⁷ pondo em causa a existência do limbo, esse local em que, segundo a doutrina católica tradicional, as almas das crianças mortas sem ser batizadas se quedavam para sempre sem poder aceder à presença de Deus, só não sofrendo com essa ausência por dela não terem consciência.

Nesse texto, aprovado pelo Papa a menos de um mês do referendo sobre a despenalização da IVG até às 10 semanas na Nação Fidelíssima⁷⁸ – é feita uma relação entre as “crianças mortas sem terem sido batizadas” e o aborto, além de uma referência “*àquelas que estão ainda no seio materno*”.

Em pleno debate nacional sobre a interrupção voluntária da gravidez, passar em claro a publicação deste documento pelo Vaticano é sinal de alguma desatenção da RTP perante uma questão delicada, que divide o povo português, divide internamente os partidos e diz respeito à vida de milhares de pessoas. Tão delicada que os poderes políticos a remeteram para o povo. E se este precisa de toda a informação de que possa dispor para formar a sua

77 O documento, intitulado *A esperança da salvação para as crianças que morrem sem batismo*, faz referências explícitas e implícitas à questão do aborto: “*Nestes nossos tempos está crescendo sensivelmente o número de crianças que morrem sem terem sido batizadas (...) este fenómeno é também em parte consequência da fecundação in vitro e do aborto.*” (...) “*Assim como aqueles que tiraram a vida dos Santos Inocentes estavam guiados pelo medo e pelo egoísmo, assim a vida das crianças de hoje, de modo particular aquelas que estão ainda no seio materno, são, frequentemente, colocadas em perigo pelo medo e pelo egoísmo de outros.*” Acessível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20070419_un-baptised-infants_po.html

78 cfr. Ver, por exemplo, o discurso do Papa João Paulo II em 23 de Dezembro de 1983, por ocasião da apresentação das cartas credenciais do novo embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Senhor Helder de Mendonça e Cunha: “*Permaneça viva em mim tal experiência humana e religiosa; ela deu-me a medida da justiça com que um meu Predecessor, um dia, qualificou Portugal como “Nação fidelíssima” à Sé de Roma.*” Documento acessível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1983/december/documents/hf_jp-ii_spe_19831223_ambasciatore-portogallo_po.html

opinião, não a recebe do Serviço Público de Televisão, em cujos noticiários a investigação jornalística foi substituída por verdadeiros tempos de antena para partidos e movimentos.

O que desfila no Telejornal, ao longo dos dias anteriores ao referendo, são declarações de políticos e ativistas pró e contra a despenalização da IVG, e não reportagens ou entrevistas, com o que estas pressupõem de tentativa de conhecer melhor quer a realidade social, quer os argumentos e as razões dos entrevistados. E sem investigação jornalística sobre os factos em que se baseiam os argumentos esgrimidos.

Assim, existem na RTP imagens de arquivo sobre julgamentos de mulheres acusadas da prática de aborto. Desde o caso Conceição Massano que, em Outubro de 1979, levou ao Tribunal Boa-Hora, além de Conceição, a jornalista Antónia Palla, aos julgamentos da Maia (2001/2002), Aveiro (2003) e Setúbal (2005), já depois da entrada em vigor, em 1984, da primeira lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, lei 6/84, que decretava a não ilicitude da realização da IVG nos casos de gravidez resultante de violação, de perigo de vida ou de lesão grave e irreversível para a saúde física e psíquica da mulher ou de malformação do feto.

Foi no entanto preciso que alguns movimentos organizassem uma cerimónia em Aveiro para que a RTP se referisse a esse facto, no entanto importante para contextualizar o debate todos os dias presente no Telejornal. Assim, mais uma vez, o que se ouviu, sem discussão ou dúvida, foi a versão dos defensores do Sim, como outras vezes se ouvirá as do Não a dizerem o oposto.

Foi a 14 de Janeiro, no mesmo Telejornal em que foi emitida a peça dos católicos rezando no Terreiro do Paço:

Telejornal, 14 de Janeiro de 2007, Domingo, 20H18

Legenda: Referendo ao aborto. Movimentos pelo “Sim” assumem atitude “pró-ativa”

Pivot: Cinco movimentos pelo sim reuniram-se em Aveiro. É a primeira ação concertada dos apoiantes à despenalização do aborto. Aveiro foi escolhida porque foi aí que decorreu um dos julgamentos mais mediáticos em torno do aborto.

Peça: Off: Dezembro de 2003, Tribunal de Aveiro. Sete mulheres, um médico, duas funcionárias, sentados no banco dos réus. Acusação: prática clandestina de aborto. Foi um dos

julgamentos mais mediáticos em torno da prática da interrupção voluntária da gravidez. Foram absolvidos pelo tribunal de Aveiro. Quase 2 anos depois o de Coimbra reformulou o acórdão, condenou o médico, uma funcionária e três mulheres. Por tudo isto, cinco movimentos pelo sim à despenalização fizeram a primeira ação concertada em Aveiro.

Vivo Manuela Tavares, Cidadania e Responsabilidade pelo Sim: *“Precisamente para recordar a humilhação que representa para as mulheres deste país serem perseguidas pelo facto de interromperem uma gravidez que não desejam. E para mostrar que no dia 11 de Fevereiro é preciso votar para evitar que esta situação continue em Portugal.”* Diversidade partidária, religiosa, profissional, etária, mas igualdade na opinião.

Vivo de Albino Aroso, Pres. Assoc. para o Planeamento Familiar: *“O referendo é um problema jurídico e não político, religioso ou outra coisa qualquer. O problema de planeamento familiar, o problema de chamar a atenção das mulheres para fazerem a prevenção do aborto, da interrupção da gravidez, fazendo contraceção, etc, etc, etc, isso tudo virá depois.”*

Vivo de mulher: *“Acho que a mulher deve ser autonomizada na sua decisão.”* Vivo de mulher *“Eu acho que temos de ter uma lei justa, contra a prisão, contra a condenação das mulheres, uma lei justa contra o aborto clandestino, por uma questão de saúde pública, e uma lei justa e com justiça social.”*

Off: as vozes multiplicaram-se por centenas de pessoas presentes no Centro de Congressos de Aveiro. Esta assembleia nacional dos 5 movimentos cívicos pelo sim promete novas ações concertadas.”

Outro exemplo desta abstenção de investigação (ou sequer de contextualização) pelos jornalistas da RTP é o facto de ativistas de ambos os lados fazerem referências contraditórias ao que se passa em países europeus onde a IVG foi despenalizada e – apesar de a RTP dispor de correspondentes em alguns desses países e haver informação europeia disponível para consulta – não ter surgido, ao longo do mês em que acompanhei o Telejornal, nenhuma peça sobre esse tema, investigado por uma(a) jornalista da RTP.

Atente-se na cobertura de um debate a 11 de Janeiro, sobre as consequências psicopatológicas da interrupção da gravidez:

Pivot: Partidários do Sim e do Não esgrimiram de novo argumentos. Os psiquiatras analisaram as consequências psicopatológicas da interrupção da gravidez, mas não chegaram a acordo sobre se existe trauma pós-aborto.

Peça: Um professor catedrático, uma psiquiatra, e uma psicóloga. Na bagagem trouxeram uma mão cheia de estudos e a vontade de alertar para os programas psico-patológicos que, dizem, podem ser provocados por uma IVG. Relembra um estudo realizado nos Estados Unidos, em 1994, que diz que 14% das mulheres que abortam sofrem de distúrbio de *stress* pós-traumático.

Vivo de Adriano Vaz Serra, Pres. Sociedade Port. de Psiquiatria: *“Esta patologia pode levar ao suicídio. E há mulheres que efetivamente não desenvolvem este tipo de quadros; há mulheres que desenvolvem transtornos graves de ansiedade, por exemplo. Há mulheres que, eu conheço pessoalmente situações em que desenvolveu fobias graves.”*

Off: O Movimento Médicos pela Escolha rejeita esta associação de ideias. Dizem que são declarações falsas e desprovidas de qualquer base científica. Chamam-lhes campanhas perigosas e irresponsáveis.

Vivo de Cecília Costa, psicóloga: *“Há uma tentativa sistemática de confundir a perturbação mental e os sentimentos ou estados emocionais temporários, utilizam conceitos muito vagos, como por exemplo o trauma, sabendo que uma situação traumática, que determinado acontecimento, pode ser traumático para uma pessoa e não ser traumático para outra.”*

Off: Garantem que nem a OMS nem os Colégios de Ginecologia e Obstetrícia americano e inglês, nem as associações americanas de psicologia e psiquiatria reconhecem que exista uma síndrome pós-aborto.”

“Garantem”? Quem, os movimento ligados ao “Sim”? Havendo uma fonte, a RTP não poderá ser responsabilizada se a informação se revelar incorreta. No entanto, ao passar a palavra para o seu próprio texto (o *off*) o jornalista assume como sua a afirmação que foi feita. Ao abandonar a citação direta, passando à intertextualidade, naturaliza a informação, torna-a real. Não seria preferível que os jornalistas da RTP averiguassem o que dizem a OMS e os referidos colégios e associações, para então poder assumir a sua própria versão?

O imperativo da velocidade pode, num tempo em que as autoestradas da comunicação permitem a rápida consulta a entidades distantes, ser ultrapassado.

Vejam os outros exemplos, desta feita do lado do “não”.

Telejornal, 31 de Janeiro de 2007, quarta-feira, 20H51

Legenda: Médicos pelo não Declaração pública na Ordem Estão contra a interrupção da vida

Pivot: Destacados cirurgiões cardiotorácicos fizeram uma declaração pública pela proteção da vida. Eles integram o movimento “Somos médicos, por isso Não” e alertaram para o aumento de objetores de consciência caso o Sim ganhe.

Peça: Off: Por serem médicos e, neste caso concreto, cirurgiões cardíacos, defendem a vida e por isso votam Não no próximo referendo. Embora a Ordem dos Médicos não tome posição, foi-lhes cedido este auditório, para que pudessem tornar público os argumentos contra a interrupção voluntária da gravidez.

Vivo de Queirós e Melo, Cirurgia Cardiotorácica Hosp. Sta. Cruz: *“Olhamos para aqui, parece uma reles flor. Tem tudo. Isto é vida. Ninguém me vai negar que isto não é vida. O problema com o embrião, desculpem, mas é extremamente semelhante.”*

Vivo de Manuel Pedro Magalhães, Dir. Hospital Cruz Vermelha: *“O facto de se ter direito à vida e de se ter organizações, sentimentos e pessoas organizadas para salvar e preservar essa vida é, de facto, o bem maior de todos.”*

Vivo de José Roquete Dir. Clínico Hospital da Luz: *“O juramento de Hipócrates é milenar. E o juramento de Hipócrates diz-nos que devemos respeitar a vida e não devemos praticar o aborto.”*

Off: Mesmo entre os médicos obstetras que já o praticam nos casos de exceção que a lei atual define, estão agora dispostos a serem objetores de consciência.

Vivo de Fernando Maymone Martins, Cardiologia Pediátrica Hosp. Sta. Cruz: *“Não estarão disponíveis para praticar o aborto se, porventura, vier a ser aprovada a pergunta que é formulada no referendo. Porque entendem que as circunstâncias colocadas no referendo não são para eles eticamente aceitáveis.”*

Off: Relembrem que o Serviço Nacional de Saúde não tem capacidade para fazer face a um novo panorama clínico que viabiliza os abortos a pedido e, caso o Sim ganhe, alguns hospitais privados já sabem como vão atuar.

Vivo de José Roquete: *“Nesta instituição não se vão praticar abortos.”*

Off: Nesta mesa elevou-se uma voz crítica à mensagem de ontem de José Sócrates, que fez o apelo ao Sim.

Vivo de Manuel Antunes, Cirurgia Cardiorácica Hosp. Univ. Coimbra: *“Parece-me de todo despropositado que, utilizando o poder que obviamente tem para influenciar os portugueses nesta tomada de decisão, não me parece apropriado.”*

Off: O Movimento “Somos Médicos, por isso Não” não conseguiu agendar um encontro com o ministro da Saúde, que se mostrou indisponível para os receber.”

“Relembrar” tem como sinónimos “recordar”, “trazer outra vez à memória”. Neste contexto, usado no texto *off* e não numa declaração direta de um dos médicos presentes na ação, significa que, uma vez mais, o jornalista aceita como certo aquilo que foi dito, mas que, tanto quanto o telespectador pode saber, não averiguou, dando como provado o que não passa de um argumento usado por uma das partes. O jornalista assume, portanto, *“a responsabilidade do dito [ou remete-a] para o senso comum ou para a evidência. [...] Considerar um enunciado como informação, sem o ligar à fonte, equivale a reconhecê-lo como do domínio do real e, portanto, a veicular, automaticamente, os interesses que a fonte investiu no discurso ao produzi-lo”*. (Rebelo, 2000:65)

Outro exemplo da abstenção jornalística: ao longo do debate anterior ao referendo era recorrente a referência à questão das 10 semanas, colocada em termos de se, sim ou não, às 10 semanas o embrião deve ser já considerado um ser humano.

No Telejornal de 20 de Janeiro, sábado, apresentado por Judite de Sousa, e como já referi, a questão foi tema de confronto entre dois obstetras, Miguel Oliveira da Silva e João Paulo Malta, numa reunião promovida pelo PSD que a RTP cobriu, como segue:

Legenda: Referendo Aborto: Socialista Maria de Belém presente num debate do PSD aberto ao “não” e ao “sim”.

Pivot: Marques Mendes considera um erro a partidarização da campanha para o referendo ao aborto. O PSD promoveu um debate aberto aos defensores do Não e também do sim, em que esteve presente, entre outros, a deputada socialista Maria de Belém Roseira.

Peça: Off: É o único partido sem posição oficial. Marques Mendes opta pelo Não, mas abstém-se de dar indicação de voto aos militantes e até decidiu promover um debate aberto a todos. Uma presença destacou-se: a da socialista Maria de Belém, que escutou o líder do PSD apelar à não partidarização da campanha.

Vivo Marques Mendes: *“É um erro fazer deste referendo uma luta entre partidos. A questão do aborto não é uma questão partidária, é uma questão de cidadania. É uma questão da consciência individual de cada cidadão.”*

Off: Maria de Belém concorda: *“Eu também sou a favor da não partidarização da campanha. O que não significa que os partidos não tenham iniciativas neste domínio, como se vê aqui pelo partido social-democrata...”*

Jornalista: Mas o facto de o PS ter uma posição oficial a favor do sim não motiva essa partidarização? *“Acho que não.”* Marcelo Rebelo de Sousa considera mesmo que nenhum partido deve reivindicar vitória.

Vivo Marcelo Rebelo de Sousa, PSD: *“Acho que não faz sentido num referendo de convicções como estas estar a dizer ganhou o partido A ou o partido B. Os referendos fazem-se precisamente porque se entende que não se deve deixar aos partidos a decisão. Porque, se não, era o Parlamento.”*

Off: Ao longo do dia, políticos, juristas e médicos apresentaram argumentos a favor e contra a interrupção voluntária da gravidez. Em oposição estiveram por exemplo dois obstetras.

Vivo de Miguel Oliveira da Silva, obstetra: *“É prática corrente, quando uma mulher tem um aborto até às 8, 9 ou 10 semanas, que eu saiba, ninguém põe luto ou faz funeral, nem a*

sociedade, na sua prática corrente, quando há um aborto espontâneo, às 8, 9 ou 10 semanas, funciona como se tivesse morrido uma pessoa humana.”

Vivo João Paulo Malta, obstetra: *“Não põem luto, no sentido de se vestirem de preto. Mas quase todas as mulheres põem luto. Quase todas as famílias põem luto, vivem o luto.”*

Off: Do debate saiu uma ideia: a de que seja imposto um período de reflexão às mulheres que queiram abortar.

Vivo Rui Pereira, jurista: *“Se o Sim ganhar, que o Estado crie um sistema de aconselhamento médico e todas as pessoas que prezam o valor da vida de todos nós e o valor da vida intra-uterina, contribuamos, na nossa modesta medida, para que haja menos abortos.”*

Off: A discussão foi livre, mas pelas intervenções ficou claro que nesta sala havia muito mais defensores do Não do que do Sim.”

Alguns dias depois desse debate, 2 de Fevereiro, como narrei no Diário de Campo, ao intervir numa conferência na Ordem dos Médicos, a Subdiretora geral de Saúde referiu que, nos hospitais, em caso de aborto espontâneo até às 24 semanas, não há lugar a nenhuma cerimónia e o feto é simplesmente deitado para o lixo.

Embora essa informação iluminasse o debate emitido dias antes, ao longo do acompanhamento que fiz do tratamento do tema no Telejornal, não vi nenhuma reportagem sobre a realidade do aborto espontâneo em meio hospitalar. Confrontados com o caudal de informação que lhes chega de partidos e movimentos pró ou contra a interrupção voluntária de gravidez, os jornalistas abstêm-se de investigar. E, por vezes, até, de perguntar.

Nesse sentido, é paradigmática uma peça do Telejornal de 30 de Janeiro, sobre o arranque da campanha da Plataforma Não Obrigada:

Telejornal, 30 de Janeiro de 2007, terça-feira, 20H45

Legenda: Plataforma “Não Obrigada” Cartaz no centro de Lisboa marca arranque oficial da campanha eleitoral

Pivot: Começou oficialmente a campanha eleitoral do referendo sobre o aborto A Plataforma Não Obrigada assinalou o dia com mais um cartaz no centro de Lisboa.

Peça: (Voz de Bagão Félix em off) *“Não é a partir das 10 semanas”.*

Off: Foi ao artigo 1873 do Código Civil que Bagão Félix foi buscar um novo argumento para votar não.

Vivo Bagão Félix Plataforma “Não Obrigada”: *“Diz que na sucessão testamentária têm ainda capacidade os nascituros não concebidos. Ou seja, descodificando a linguagem, qualquer feto desde o primeiro dia até ao último dia dentro da barriga da mãe. O Estado, que retira a proteção jurídica da defesa dessa vida, dá-lhe, continua a dar-lhe, total capacidade testamentária.”*

Off: A pergunta “abortar por opção sabendo que já bate um coração?” foi tapada pela frase que marca o arranque da plataforma do Não Obrigada.

(Cartaz: Ainda está a tempo de salvar muitas vidas.”)

Vivo M^a José Nogueira Pinto, Plataforma “Não Obrigada”: *“Este cartaz, que assinala aquilo que é essencial neste referendo, que é dizer não à liberalização, à legalização da liberalização do aborto, isto é legalizarmos a possibilidade de, a pedido da mulher, sem qualquer motivo, a gravidez ser interrompida.”*

Off: E tudo porque para os defensores do Não, em causa está sempre uma vida, independentemente da vontade da mulher.

Vivo João Paulo Malta, Plataforma “Não Obrigada”: *“Se for falar com qualquer obstetra, qualquer obstetra em qualquer maternidade quando faz uma ecografia e mostra o bebé à mulher não lhe diz seguramente: “Aqui está o seu embrião. Diz: Aqui está o seu bebé. As pessoas não estão à espera de embriões, estão à espera de bebé.””*

Off: Argumentos repetidos no arranque oficial da campanha do Não Obrigada, onde o hino já é uma marca constante. (Hino).”

Surpreendida, anotei no meu Diário de Campo:

Diário de Campo, 25º dia (30.1.2007, terça-feira)

Chama-me a atenção a reportagem em que é protagonista Bagão Félix. Para lá de referir um argumento que não tinha até então sido invocado, parece-me haver uma contradição nos termos usados: “**nascituro não concebido**”, descrito como “**qualquer feto desde o primeiro dia até ao último dia dentro da barriga da mãe**”. Ignorante dos termos jurídicos, parece-me no entanto evidente que qualquer ser “**não concebido**” não pode estar ainda “**dentro da barriga da mãe**”.

Proteger a “*capacidade [presume-se que sucessória] dos nascituros não concebidos*” não significa proteger “*qualquer feto desde o primeiro dia até ao último dia dentro da barriga da mãe*”, mas sim proteger a transmissão do direito de propriedade para um descendente que não se sabe mesmo se virá a existir (“*não concebido*”). Além do que o artigo citado não é o 1873: a disposição referida consta, sim, da alínea 2. a) do artigo 2033⁷⁹.

Apesar de a linguagem jurídica ser dificilmente compreensível para o cidadão comum, mais ainda no curto espaço da notícia televisiva, a jornalista remeteu para a “fonte” a descodificação da linguagem jurídica e a responsabilidade dessa descodificação, prescindindo da sua responsabilidade de mediação. E, passando a texto *off* a versão que recebeu de um dos defensores do “Não”, a jornalista “naturalizou-a” – fê-la sua e fê-la geral.

Esse “processo de naturalização” é o que permite que sintamos como nossos temas, ideias e palavras que nos são inculcados do exterior. “*Os meios de comunicação social*”, escreve Rebelo, “*constituíram desde sempre dispositivos centrais para o desencadear desses processos de naturalização. Para fabricar adesões. Para forjar consensos, não os consensos comuns de inspiração kantiana, mas os que ocultam estratégias que Gramsci designaria como ‘hegemónicas’*” (Rebelo, 2006:20)

Fazendo com que o dominado “*se esqueça e si e se ignore, submetendo-se [ao dominante] da mesma maneira que contribui, ao reconhecê-lo, para fundá-lo.*” (Bourdieu, 1982:119, *apud* Rebelo, 2006:20.)

79 Ouvi várias vezes a gravação desta passagem, para me certificar de que não tinha ouvido mal o número do artigo. Não podendo afirmar, com certeza absoluta, não ter sido traída pelos meus ouvidos, ouvi sempre 1873.

Esta abstenção jornalística tem consequências. Não existe, por exemplo – exceto pelas vozes de partidários do Sim ou do Não – uma contextualização do problema, em termos de estimativas do aborto clandestino, emergências médicas ditadas por essa prática, causas do recurso à IVG, população envolvida... Pela voz de jornalistas nunca saberemos se há mulheres que, por respeito aos seus princípios, perante o risco de virem a ter uma criança portadora de deficiência optam por não abortar, mulheres que recorrem à interrupção de gravidez por saberem que a gravidez fará com que percam o emprego precário, ou porque a magra economia familiar não permite alimentar mais uma boca, ou porque a má sorte lhes destinou um companheiro que não as deixa usar métodos contraceptivos mas se recusa a ter um filho.

Os únicos casos que, por iniciativa própria, o Telejornal nos traz, são os de duas jovens, aparentemente da pequena-média burguesia, para quem a gravidez significa, sobretudo, o terem de assumir relações sexuais antes do casamento:

Telejornal, 12 de Janeiro de 2007, sexta-feira, 20H23

Legenda: Referendo daqui a um mês. RTP dá a conhecer experiência de quem optou por interromper a gravidez

Pivot: Muitas das mulheres que já fizeram um aborto falam em angústia e solidão. A Ana Felício foi conhecer um caso:

Peça: Off: O testemunho revela algo escondido há muito. Partilhado por muito poucos. A ilegalidade, a crítica social, alimentam o segredo íntimo de quem um dia optou:

Vivo mulher com máscara vista por retrovisor: *“O ter um filho na adolescência é uma decisão que só quem lá está e quem passa por lá é que a pode ter. Acho que não... Lá está, mais uma vez a sociedade não pode ter nenhuma influência, não deveria ter nenhuma influência nisso.*

(Muda plano para amorcé de costas): *Quando soube que estava grávida, o primeiro pensamento foi: “Tenho que fazer um aborto.”*

Off: Tinha 19 anos, o relacionamento durava há 2, era estável.

Vivo: *“Na altura, não usávamos o preservativo, não usávamos a pilula, porque, para usar a pilula eu tinha que pedir dinheiro à minha mãe, não é? (Regressa máscara e retrovisor: “Eu não queria que os meus pais soubessem que eu já tinha iniciado a vida sexual.”*

Off: Os medos sociais alimentaram uma relação sem contraceptivos. Com teste de farmácia, começava a angústia do segredo. O prolongar da decisão não era compatível com o decorrer da gravidez.

Vivo (amorcé, máscara): *“O tempo corre, corre. É... Parece que passa mais rápido ainda do que se...Ou melhor, se calhar temos mais noção do tempo e, por isso, a decisão tem de ser mesmo rápida. Acho que se houvesse mais tempo para pensar, se calhar era mais doloroso. Se eu tivesse o meu próprio dinheiro, na altura, e tivesse dinheiro para fazer o aborto, não tinha falado com a minha mãe. Acho que tinha poupado a minha mãe disso.”*

Off: 750 euros, uma clínica no Porto, trinta minutos apenas.

Vivo: *“Foi uma angústia, uma solidão, se calhar, um vazio por dentro, porque... Porque me tiraram alguma coisa, saiu alguma coisa de mim.”*

Off: Já passaram quase 10 anos, hoje resolveu partilhar o segredo.

Vivo (retrovisor, máscara): *“Continuo a achar que tomei a decisão correta e a mais acertada. Porque nós não nos estamos só a proteger a nós, mas estamos a proteger também a vida de uma criança que pode vir em condições que não serão as melhores...”*

Legenda: RTP dá a conhecer razões de quem optou por ter um filho

Pivot: Há também decisões opostas, jovens que engravidam na adolescência e optam por ter a criança.

Peça: Som de risos. **Off:** Os sorrisos são partilhados entre mãe e filho apenas. A relação com o namorado falhou, a adolescência deu lugar a uma maturidade antecipada: **Voz de Rute Torrão:** *“A timidez e tudo levou a que não lhe dissesse os meus medos, dizer que ele teria de usar preservativo, e prontos, um dia engravidei.*

Vivo: *A minha posição sempre foi ter a criança. Sempre foi ter o Diogo, apesar de ser nova, e aqueles medos todos que nos acompanham na mesma altura: E agora, eu ainda sou uma*

criança, como é que vou ter uma criança nos braços? Será que vou ter capacidade para criar uma criança?”

Off: A Rute tinha 16 anos, o namorado 21. A gravidez não foi planeada e à medida que avançava, a relação ficava para trás. Os objetivos de vida já não eram os mesmos.

Rute: *“Eu por acaso fiquei preparada para ser mãe e cresci com isso e aquilo que sou devo-o ao facto de ser mãe. Agora ele não tem coragem para assumir a responsabilidade que é ter uma criança do lado, que é enorme.”*

Off: Acredita que foi acima de tudo a falta de diálogo sobre um tema tabu, a vergonha de perguntar, que ditaram este futuro diferente.

Rute: *“Por acaso era um dos assuntos que eu não abordava muito com ninguém: o sexo era uma incógnita para mim, sinceramente.”*

Off: Hoje a Rute tem 24 anos, o filho 7. Vivem a cumplicidade de uma relação monoparental feliz.

Vivo Rute: *“O Diogo é tudo aquilo que eu amo, é aquilo que eu tenho, é a minha força. Todos os dias que acordo de manhã tenho o Diogo de lado – porque nós dormimos juntos – acordo com o Diogo de lado e é ‘Bom dia, mãe!’ e um beijo e um abraço e um carinho e uma dor de cabeça logo de manhã mas é tudo bom.”*

Anotei no Diário de Campo:

Diário de Campo, 7º dia (12.1.2007, sexta-feira)

Aparentemente, houve a intenção de dar duas perspetivas diversas, duas opções opostas sobre a interrupção da gravidez. Mas a verdade é que confrontar uma história de felicidade – a do “Não” – com outra em que, apesar da convicção de ter optado bem, a protagonista diz ter sentido, após o aborto, *“uma angústia, uma solidão, se calhar, um vazio por dentro, porque... Porque me tiraram alguma coisa, saiu alguma coisa de mim”* (frases reforçadas pelas palavras do pivot: *“Muitas das mulheres que já fizeram um aborto falam em angústia e solidão”*) e em que nada mais é dito sobre os problemas que rodearam a decisão, a interrupção feita na clandestinidade, dificilmente representa o confronto entre as posições a favor e contra a

pergunta a referendo – que, aliás, ainda não foi referida pelo Telejornal. E o facto de a jovem que escolheu a interrupção aparecer de máscara – uma ideia inovadora e esteticamente conseguida – tendo, obviamente, o intuito de preservar a sua identidade, pode ser relacionado com a prática de um ato criminoso, já que a convenção habitual relativa a vítimas é a apresentação de costas, em silhueta, e com a voz alterada.

Nas vésperas de um referendo, uma decisão que os políticos entenderam dever ser tomada pelo povo, a televisão de serviço público abstém-se de ir ouvir esse povo, não com os chamados “*vox-pop*”, em que se estende um microfone apressado aos passantes, mas escolhendo os casos de quem tem de facto algo para dizer, por ter passado pela experiência de ter de optar por uma ou outra coisa – interromper a gravidez, não interromper – quem talvez tenha feito a opção que gostaria de não ter feito, quem chegou ao hospital vítima de uma intervenção mal praticada, médicos e enfermeiras que as receberam, médicos que despejam no lixo hospitalar os restos de um aborto espontâneo, médicos a quem tal repugna, homens confrontados com a criança que não queriam, ou com a decisão da mulher que os privou da criança com que sonhavam, enfim, de pessoas marcadas pela multiplicidade de questões que a interrupção voluntária de gravidez põe em jogo.

O Telejornal preferiu cumprir escrupulosamente uma salomónica repartição cronométrica entre os campos do “Sim” e do “Não”, não provocar queixas de partidos e movimentos, não criar oportunidade a críticas da ERC. E perante algumas peças, dir-se-ia que preferiu “jogar em casa”, ou seja, na quezília política, nas frases “assassinas”, fáceis de citar, mas pobres de conteúdo em relação ao tema fundamental em causa, a pergunta “Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”.

Atente-se nestas peças em que Francisco Louçã e Marques Mendes são os principais protagonistas, também de dia 31 de Janeiro.

Telejornal, 31 de Janeiro de 2007, quarta-feira, 20H55

Legenda: Polémica BE/PSD Francisco Louçã acusa Marques Mendes de ser um político “saltapocinhas”

Pivot: Francisco Louçã acusou Marques Mendes de ser um “salta-pocinhas”. Tudo porque o líder do PSD aprovou a pergunta do referendo ao aborto, e agora criticou essa pergunta.

Peça: Off: Setúbal, onde aconteceu o último julgamento de mulheres acusadas de aborto. É aqui que o Bloco de Esquerda começa a campanha, com Francisco Louçã ao ataque, especialmente a Marques Mendes:

Vivo Francisco Louçã, Bloco de Esquerda: *“Eu vi no sábado o Dr. Marques Mendes em Aveiro, a virar-se também para uma câmara de televisão e a dizer: “A pergunta é enganosa.” Bem, mas quem é que aprovou a pergunta? O Dr. Marques Mendes. O Dr. Marques Mendes é deputado. Aprovou a pergunta há 2 meses atrás. E agora o Dr. Marques Mendes vai a Aveiro dizer ao Dr. Marques Mendes de Lisboa que aprovou uma pergunta enganosa, e está muito irritado com o Dr. Marques Mendes porque ele, Doutor Marques Mendes, percebeu que a pergunta o estava a enganar a ele próprio. Mas ele não percebe que os portugueses não gostam de política salta-pocinhas? Não se pode aprovar uma coisa e depois dizer que ela é para enganar as pessoas!”*

Off: Francisco Louçã critica também os argumentos dos defensores do Não. Para o líder do Bloco de Esquerda, muitos são argumentos extremistas. Louçã acredita que, em Setúbal, o Sim vai ganhar por uma larga margem, porque a cidade não esquece os julgamentos do aborto

20H57

Legenda: Polémica BE/PSD Marques Mendes diz que faz campanha por convicção

Pivot: Marques Mendes afirma que todos no PSD estão a fazer campanha pelas suas convicções. O líder social-democrata defende por isso que tem o direito e o dever de emitir a sua opinião contra a despenalização do aborto. Mendes visitou uma instituição de apoio a crianças e grávidas em risco e respondeu às críticas de Francisco Louçã:

Peça: Off: O PSD não faz oficialmente campanha para este referendo. Mas Marques Mendes visita Ajuda de Berço, uma instituição de apoio a crianças em risco e a jovens mães. O líder social-democrata defende o Não e defende-se também de Francisco Louçã:

Vivo de Marques Mendes, presidente PSD: *“Nunca disse mal de pergunta nenhuma. O Dr. Francisco Louçã é um radical do Sim. Radicaliza muito as suas posições, passa a vida a atacar os outros. Eu sou um moderado do Não. Convicto, mas moderado. Sobretudo não ataco*

ninguém, incluindo as pessoas que têm opiniões diferentes das minhas. Tenho as minhas fortes convicções, por isso estou aqui a assumi-las, mas respeitando e nunca atacando as convicções dos outros.”

Jornalista: Mas em relação à pergunta? É uma má pergunta?

Marques Mendes: *“Quer que eu acrescente mais alguma coisa?” (Jornalista: Gostava.) “Já lhe disse. O problema para mim não é a pergunta. Eu lutei para que este referendo fosse realizado.”*

Off: Na outra luta, pelo Sim e pelo Não, há no PSD opiniões para os dois lados. Para Marques Mendes é uma situação normal, de um partido plural. O líder social-democrata é sensível ao drama do aborto clandestino, esta visita serviu para afirmar alternativas.

Vivo Marques Mendes: *“A solução não é legalizar o aborto, é prevenir, é ajudar sobretudo as mães, as mulheres grávidas com dificuldades. Elas precisam de conhecer que há estruturas que as podem apoiar e que o Estado dê mais atenção e mais apoio a estas instituições. Esse é que é o caminho, porque o aborto é sempre um mal.”*

Off: A pedido da Ajuda de Berço as crianças não são mostradas nesta reportagem. De acordo com a presidente da instituição, nos últimos 8 anos, 60% das crianças regressaram à família biológica.”

Para além da dúvida sobre se fazer “política salta-pocinhas” é o mesmo que ser “político salta-pocinhas”, há a dúvida maior, sobre se o tema merece tanto tempo, contabilizado no “Sim” – “BE ataca Mendes (pocinhas)”, 1’18” – e no “Não” – “Marques Mendes defende-se do BE”, 1’49” (cfr. Anexo G).

A importância dada aos políticos na cobertura da RTP é tanto mais curiosa quanto o referendo é feito para que os cidadãos eleitores se pronunciem, por sufrágio direto e secreto e a título vinculativo, sobre uma questão concreta de interesse nacional – significando, de algum modo, que os políticos pretendem dar aos cidadãos a responsabilidade da decisão.

Um exemplo claro dessa tendência de destacar, num tema que engloba todos os cidadãos, os políticos conhecidos – nisso comprovando a tese de Heikkila e Kunelius de que

os jornalistas participam na produção e reprodução de relações de poder – é o direto, no Domingo 4 de Fevereiro, de um jantar de apoio ao “Não”:

Telejornal, 4 de Fevereiro de 2007, domingo, 20H10

Pivot: O Não à Interrupção Voluntária de Gravidez reúne neste momento em Lisboa mais de 400 pessoas. São todas mulheres, juntas à mesa do jantar. No local encontra-se a jornalista da RTP. Boa noite. Qual o estado de espírito predominante para o referendo, daqui a uma semana?

Jornalista, Direto: Muito boa noite. Aproveito para corrigir um número: não são 400, nesta altura são mais de 500 mulheres e continuam a entrar, estão à porta, para aqui virem jantar, para expressarem o seu Não no próximo referendo, dia 11 de Fevereiro, no próximo domingo. E vêm aqui dizer que há alternativas à pergunta que está estipulada no referendo, as alternativas não passam necessariamente pelo aborto, uma vez que essas mulheres, muitas delas, são empurradas para essa alternativa, ou por questões familiares ou por questões sociais. Para além disso, não acreditam que o aborto clandestino vá acabar, até porque depois das 10 semanas vai continuar e, em relação à pergunta do referendo, põem em causa a despenalização e defendem que aquilo que está em causa, verdadeiramente, é a liberalização. E quanto a este assunto aproveito para fazer uma pergunta à Manuela Ferreira Leite, ex-ministra das Finanças, que tem defendido muito esta ideia e eu perguntava-lhe: Não acredita, ou melhor, aquilo que está em causa, o aborto clandestino, não está de facto liberalizado, uma vez que acontece em todo o lado, com qualquer método e muitas vezes numa gestação superior às 10 semanas?

Manuela Ferreira Leite: *“O que está verdadeiramente em causa é que atualmente já é possível fazer aborto, legalmente, com determinado tipo de fundamentos – e todos nós conhecemos quais são esses fundamentos. E aquilo que está em causa no dia 11 vai ser a possibilidade de se passar a fazer aborto sem necessidade de fundamentos. Isto é, todos nós achamos, e julgo que é uma opinião absolutamente unânime, que o aborto é um drama. É um drama para qualquer mulher que o faça. Nenhuma mulher faz levianamente um aborto. E por isso, como drama que é, que todos concordamos, também todos nós devíamos então ajudar a evitá-lo e não a facilitá-lo. E este é um sinal sério de facilitação de algo que é dramático, porque o que torna dramático o aborto não é só a clandestinidade. Porque a clandestinidade vai-se manter, porque muitas das vezes as mulheres, porque no fundo sentem que é um peso*

moral sério na posição que estão a tomar, que a sociedade as condena, em qualquer circunstância as continuará a condenar...”

Jornalista: “Devo depreender então que aquilo que está salvaguardado na lei, as medidas de exceção, são suficientes?”

MFL: “*Se não forem suficientes, então dever-se-ia dizer, neste referendo, quais é que eram as outras, os outros fundamentos que também se consideravam úteis para este problema. Só que não é isso que se pergunta.*”

Jornalista: “Em seu entender, a vontade da mulher, única e expressa, não é razão suficiente?”

MFL: “*Não é razão suficiente pela simples razão que nós – e não é um problema de fé – ninguém manda em si próprio. Nós não evitamos uma doença, não evitamos um desastre, nós fundamentalmente não evitamos a morte. E portanto é evidente que este é mais um ponto que poderá ser em alguma circunstância desadequada, que as mulheres não desejem, mas à qual provavelmente dever-se-ão ajustar, tal como nos ajustamos a todos os percalços que nos acontecem na vida.*”

Jornalista: “Muito bem, muito obrigada. Outra questão é a da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e de as mulheres não terem de ir a julgamento. Relativamente a esta questão, muito boa noite, Maria do Rosário Carneiro, parece que uma proposta sua foi ressuscitada hoje, que é o facto de haver suspensão do julgamento em caso de aborto. Não seria necessário, pura e simplesmente, votar sim neste referendo?”

Maria do Rosário Carneiro: “*Não, são coisas completamente diferentes. Porque o que nós propomos é o respeito pela vida, não é? O votar sim... É o respeito pela proteção da vida intra-uterina, do outro, do bebé. O votar sim significa retirar a proteção desta vida intra-uterina. Isso está previsto na lei atual. Está previsto nos casos que são ditos excepcionais. Nos casos em que se entende que a vontade da mãe é privilegiada, é dominante relativamente aos interesses do filho.*”

Jornalista: “Mas com esta proposta evitam julgamentos, evitam vexames públicos, mas como é que se evita o aborto clandestino, como é que se combate neste caso e como é que se salvaguarda a saúde pública?”

MRC: “Não se evita nenhum aborto, com certeza. Evita-se algum na medida em que a lei pode ser dissuasora. Nesse sentido, esse é um dado que é adquirido, na medida em que estão definidos os parâmetros do comportamento humano, a lei funciona como indicativa para esses mesmos comportamentos humanos. De facto, não vamos combater nem o aborto clandestino por esta via, nem vamos garantir o acesso ao aborto em condições clinicamente seguras. Mas aquilo que está em apreço são coisas que têm de ser decididas previamente. O que está em apreço nesta questão, nesta matéria, é o confronto de dois interesses, o interesse da mãe e o interesse do filho. Privilegiar o Sim é aceitar uma decisão definitiva, irreversível e irremediável que é o Não à vida do filho. Dizer Não é antes pelo contrário, é consentir sim na vida do filho, e mais do que isso, através das medidas que nós propomos, um conjunto de mecanismos que sejam inclusivos, reparadores e que ajudem as mulheres a terem melhores condições de vida e a terem maior informação.”

Jornalista: “Maria do Rosário Carneiro, muito obrigada. Ficam então sublinhados desta maneira os argumentos do Não. Quem vota Não vai continuar a fazê-lo, ou seja, aqui não vai haver troca de opiniões, não vai tentar mudar-se a opinião de ninguém, estas mulheres no próximo dia 11 de fevereiro vão votar Não na pergunta da despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas e a pedido da mulher”.

Para lá do interesse jornalístico em ouvir Maria do Rosário Carneiro, que, tendo sido eleita nas listas do PS, não só é defensora do voto “Não” no referendo, como co-autora de uma sugestão que adeptos do “Não” de outros partidos adotaram, ouvir Manuela Ferreira Leite, antiga ministra de governos PSD cria uma situação significativa: duas mulheres politicamente responsáveis, de partidos opostos, estão desta vez juntas, na defesa do “Não”.

Mas pergunto-me se, entre “*mais de 500 mulheres*”, num tema que a classe política colocou à decisão da população, não teria feito sentido ouvir vozes de cidadãs sem outra atividade política conhecida?

Durante as duas semanas de campanha, e tal como determinado pelo Diretor de Informação, uma produtora contabilizou diariamente os tempos utilizados no Telejornal e no Jornal da Tarde pelos partidários do “Sim” e do “Não”.

Na semana imediatamente anterior ao referendo, e no que respeita ao Telejornal, o Não totaliza 41'32" e o Sim 42'42". Somando os tempos da semana anterior, 27'10" para o Não, 23'39" para o Sim, o Não vence por curta vantagem, 1'21".

Mas não é assim que as contas são apresentadas, antes pela comparação entre os tempos somados para um e outro lado no Telejornal e do Jornal da Tarde e, aí, vence o Sim, com 1H02'57" contra apenas 1H00'27" do Não.

Pretendi fazer outro tipo de contas: o de quem ocupa o lugar de fala. Um dado imediatamente visível é que, embora a IVG se passe no corpo da mulher, o número de homens ouvidos é muito superior ao de mulheres ouvidas: 149 contra 84.

Dividindo depois os diferentes intervenientes em 5 categorias – políticos, movimentos, médicos, igreja, outros – verifica-se que numa só categoria (outros) as mulheres estão em maioria: 15 contra 13.

A maior disparidade é nos políticos – 56 contra 12 – refletindo a ausência de paridade nas estruturas político-partidárias.

Aliás, uma eurodeputada socialista, Edite Estrela, apresentou ao Provedor do Telespectador um protesto sobre um caso que viu como discriminação de mulheres políticas:

“A minha mensagem tem como principal objetivo contribuir para a qualidade e valorização do serviço público de televisão. Tanto assim que não reagi “a quente”, tendo optado por, só agora, terminada a campanha e conhecidos os resultados do referendo sobre a IVG, vir expor a V. Ex.^a os factos, na convicção de que serão devidamente ponderados. O que conheço de V. Ex.^a dá-me essa garantia.

Acrescento, ainda, que não tenho uma conceção conspirativa da vida nem a mania da perseguição. Não tenho, sequer, o hábito de denunciar as distorções, omissões e discriminações a que, por vezes, sou sujeita num ou noutro órgão de comunicação social. Mas tudo tem limites e julgo ser um dever de cidadania denunciar as situações mais graves. É o caso. Eis os factos:

No dia 20 de Janeiro, pelas 15h, o Partido Socialista promoveu uma Conferência Nacional sobre a IVG, no Teatro Camões em Lisboa. Nessa Conferência, conforme tinha sido anunciado, usaram da palavra António Vitorino, Edite Estrela, Júlio Machado Vaz, Beatriz Batarda e José

Sócrates. A escolha dos oradores não foi arbitrária. Houve a preocupação de escolher dois dirigentes socialistas e dois independentes, dois homens e duas mulheres, para além do Secretário-Geral do PS. O evento teve a cobertura mediática correspondente à importância e atualidade do assunto. Os nomes dos oradores foram referenciados nos diversos órgãos de comunicação social, exceto na RTP, que omitiu ostensivamente a participação das duas oradoras, claro! Com tal omissão, a RTP cometeu uma inaceitável discriminação das duas mulheres e transmitiu a ideia aos telespectadores de que o PS só tinha dado a palavra aos homens em assunto de tanta importância para todos, mas, por razões óbvias, um pouco mais para as mulheres. Ou seja, o serviço público de televisão prejudicou a causa da igualdade de género, prejudicou a imagem do PS e prejudicou os seus espectadores.”

(Carta ao Provedor, Março, Edite Estrela, Eurodeputada)

A representação dos movimentos mostra-se bastante mais equilibrada: 45 intervenientes do género masculino, 42 do feminino.

Curiosa é a predominância de intervenientes de género masculino numa profissão cuja feminização se vem acentuando: a médica.

Em Janeiro de 2001, segundo a Ordem dos Médicos, havia em Portugal 34 460 médicos inscritos, 15 117 (43%) do sexo feminino e 19 343 (57%) do sexo masculino. A proporção alterava-se nos grupos etários mais baixos: abaixo dos 45 anos, seriam já 56% de sexo feminino e 45% (? *sic*) de sexo masculino. Abaixo dos 35 anos a diferença era ainda maior: 62% de médicas, 38 % de médicos (*apud* Machado, 2003). E um estudo levado a cabo em 2003 apontava para uma percentagem de 69% de estudantes de sexo feminino em Medicina (*id.*). Mas essa presença das mulheres na Medicina Portuguesa não impede que, a falar da IVG no Telejornal houvesse uma predominância do sexo masculino: 19 médicos contra apenas 12 médicas.

Já não seria surpreendente que entre as vozes da igreja católica predominassem os homens – 16 contra 3 – visto serem os que formam a sua hierarquia. Mas nem só de hierarquia se compõe uma igreja, e um desequilíbrio de 16 para 3 não permite que os espectadores se apercebam do que, sobre a questão da IVG, pensam as mulheres católicas,

confrontadas com as proibições pontifícias não apenas em relação ao aborto, mas também às práticas contraceptivas de maior eficácia.

7.2 As horas de Subtil (4 de Janeiro de 2001)

Dia 4 de Janeiro de 2001. Daí a dez dias, haverá eleições presidenciais em Portugal. Concorrem Jorge Sampaio (PS), Joaquim Ferreira do Amaral (PSD/CDS-PP), António Abreu (PCP), Fernando Rosas (BE) e Garcia Pereira (PCTP/MRPP). De acordo com o que já se vai tornando tradição – a reeleição para segundo mandato do presidente em exercício – prevê-se uma vitória folgada de Sampaio. A RTP agendara para essa noite um debate entre os candidatos.

Mas não foi nenhum dos candidatos a marcar o dia televisivo.

Às 9H41, numa “Janela Indiscreta” do programa “Hora Viva”⁸⁰, surgiu a notícia.

“O edifício da RTP em Lisboa foi esta manhã invadido por um grupo de pessoas armadas: dois homens, uma mulher e duas crianças forçaram a entrada, apontaram uma pistola à cabeça do segurança e ameaçaram fazer explodir uma bomba. O grupo está refugiado na sala do Teletexto, no piso térreo das instalações da televisão pública. A polícia está, neste momento, a isolar o edifício. O trânsito na 5 de Outubro e ruas circundantes já foi cortado. Por enquanto ainda não são conhecidas as razões que levaram este grupo de pessoas a tomar esta atitude.”

O tom era grave, como se impunha, mas a emissão prosseguiu normalmente.

Dois minutos depois, também a RTP1 dá a notícia, regressando, às 10H04, à programação normal.

Mas, sete minutos mais tarde, na SIC, Júlia Pinheiro interrompe o programa da manhã, anunciando que tem de passar a emissão para a informação, nos estúdios de Carnaxide, para uma informação urgente.

Pouco depois, uma jornalista da SIC entrevista, por telemóvel, o homem barricado na sede da televisão pública.

Com a rádio também a tratar o tema, vão chegando mais algumas informações: o homem da notícia chama-se Manuel Subtil, é um antigo emigrante em França, pretende que a RTP lhe pague uma indemnização por uma notícia feita, dez anos antes, pelo correspondente da RTP em Paris, que considera tê-lo prejudicado. A disputa, julgada em primeira instância,

80 Curiosamente, dedicado a questões de segurança.

está em recurso, no Tribunal da Relação. As pessoas que o acompanham são a ex-mulher, a atual mulher e duas filhas menores e encontram-se todos no interior das instalações sanitárias do rés-do-chão do edifício da RTP.

Aparentando emoção violenta, Subtil diz à jornalista: “ *A minha família não morre. Eu vou morrer.*”

Às 10H25, é a vez de, na RTP1, Manuel Luís Goucha anunciar a interrupção do programa da manhã, para abrir antena para o caso Subtil. Enquanto este continua a falar para a SIC, a RTP1 entrevista uma das empregadas de limpeza que assistiu à sua entrada na televisão pública. E se a SIC já tem um repórter junto ao edifício, o da RTP1 está no interior, a poucos metros do local onde se encontra Subtil.

As duas cadeias recorrem, naturalmente, às mesmas testemunhas, com outra empregada de limpeza a surgir em simultâneo na SIC e na RTP.

Às 10H43, a TVI começa também a cobrir o acontecimento, entrevistando, sucessivamente, o advogado de Subtil e o próprio ocupante. Mais: põe ambos em contacto telefónico, proporcionando aos telespectadores os gritos de desespero do homem que ocupou a RTP: “*Eu vou morrer hoje! Eu nunca mais o vejo!*”

Entretanto, a SIC retoma a programação habitual.

Cinco minutos depois, enquanto TVI repete uma entrevista do ocupante feita pela RDP/Antena 1, a RTP1 ouve o presidente da empresa.

A TVI sai do ar enquanto este fala ainda na RTP1.

A RTP1 fica sozinha no terreno. Não tem muito para dizer, mas as câmaras vão mostrando a polícia a tomar posições no interior, o repórter que aponta o local onde está Subtil, o assistente que aproxima o microfone da porta fechada, os mirões que se vão acumulando no exterior. Às 11H45, exhibe o filme da entrada do ocupante nas suas instalações, gravado pelas câmaras de vigilância. As imagens demonstram uma entrada bem menos violenta do que as primeiras notícias tinham dado a entender.

Como habitualmente, a Markttest/Markdata acompanha o comportamento da audiência. A RTP1 tem já 61,9 por cento da audiência. Poucos minutos depois, chega aos 63,4 por cento.

Ao meio dia, a SIC regressa ao tema, com um resumo dos acontecimentos. Depois de informar que Subtil já fizera atos semelhantes, repete a entrevista que lhe fizera, com as acusações à televisão pública. Volta depois à sua programação normal, enquanto a RTP1 entrevista o antigo correspondente em Paris

Pouco antes das 12H30, é a vez da TVI regressar ao tema, com um jornal antecipado – e, apesar de referir que a polícia se mostra convencida da inexistência de explosivos, vai permanecer no ar até ao desfecho do caso.

A SIC, que volta ao caso de quando em vez, só por volta das 14H00 passa a cobri-lo, sem interrupção, até ao seu desfecho.

Em França, a comunidade portuguesa segue o caso pela RTPi. Entrevistado telefonicamente pela SIC, o chefe de redação da Rádio Alfa aponta a semelhança com um programa da TVI que abalara o meio televisivo em Portugal: “*Big Brother*”, que a publicidade referia como “novela da vida real”: “Isto é um folhetim, é ‘o grande irmão’”.

Entretanto, vão-se acumulando curiosos junto às instalações da RTP. Entrevistados pelos jornalistas das diversas estações, que procuram na *vox populi* uma forma de preencher o vazio de notícias, muitos defendem Subtil: “Tenho pena do homem!”, “Ele tem razão, é uma forma de reivindicar!”, “Eu fazia igual ou pior!”, “O homenzito tem razão!”, “Ponha-se no lugar dele!”, “Se a RTP tivesse boa-fé, já lá tinha mandado o presidente daquela choça!”.

A partir das 14H00, entram em cena os especialistas *psi*. A TVI abre caminho, com um psicólogo que opina em sentido adverso aos populares que mostram compreensão pelo ato de Subtil: “*Este não é um caminho de indignação, é um caminho patológico*”. Na RTP1, inquieto perante as reações dos curiosos, um psiquiatra alerta “*Vamos a ver se isto não se alarga para uma manifestação afetiva*”. Também o psiquiatra entrevistado pela SIC aborda o problema, referindo “*mecanismos de identificação*” e sublinha: “*O importante é o modo como a questão é tratada. Se for só emocional, se só desenvolver os aspetos emocionais, é prejudicial.*”

Por esta altura já se sabe que as crianças que acompanham Subtil saíram do local onde estavam fechadas e comeram *pizzas* sob o olhar carinhoso de duas administradoras da RTP, mas as televisões não desmobilizam, e os curiosos também não.

Os gritos de Subtil, ameaçando matar-se, são ainda assim repetidos várias vezes pelas três estações, apesar de um perito dizer também, na TVI,

“Eu penso que esta personalidade não se mata, gosta demasiado dele próprio, a voz é um indicador disso.”

Pelas 16H05’, a TVI anuncia *“Está a sair, neste momento, Manuel Subtil...”* Às 16H13’35”, as câmaras mostram-no a abandonar as instalações da RTP, acenando e atirando beijos em redor. As imagens mostram os aplausos dos mirões, que uma jornalista da RTP sublinha, dois minutos depois.

Na descrição do jornalista da TVI, Manuel Subtil *“vai agora ‘dirigir-se’ à sede da Polícia Judiciária”, “acompanhado” por carros da Polícia.* Mais lúcida, a jornalista da RTP explica que Subtil *“foi retirado pela Polícia”*.

Trinta e cinco minutos mais tarde, a SIC ainda repassa comentários dos curiosos concentrados junto à RTP: *“O que eu sinto por ele é admiração e inveja de não fazer o mesmo.”*, *“Eu faria igual!”*, *“Estou aqui para apoiar este senhor, porque a injustiça é muito grande!”* – frase aplaudida pelos presentes.

E é a SIC que, antecipando o Jornal da Noite anuncia, às 19H56’11”, *“O homem que manteve o país em suspenso deverá sair em liberdade. A PJ considerou não haver razões para o manter preso.”*

Em poucas horas, os *media* audiovisuais fizeram de um homem que ocupara instalações públicas, mantendo reféns duas filhas menores, um herói popular.

Como fez notar o advogado norte-americano William Kunstler, *“um assassino, se for popular, não é um criminoso.”* (apud Rebelo, 2000:24)

Não estando em causa o interesse da notícia – um homem que ameaça fazer-se explodir ou, mais prosaicamente, dar um tiro na cabeça, no rés-do-chão da televisão pública merece, evidentemente, a atenção dos jornalistas – é lícito questionar a bondade da verdadeira *“missa hipnótica”* (Moscovici, 1981) montada, as horas e horas de transmissão direta, as entrevistas a familiares, conhecidos e curiosos, a repetição dos gritos de Subtil a ameaçar matar-se, mesmo depois dos especialistas entrevistados terem feito saber, por um lado, que

não acreditavam na ameaça de suicídio e, por outro, que temiam os resultados das emissões televisivas, sobretudo se estas sublinhassem os aspetos emocionais, como fizeram.

O que explica, afinal, a transformação de um episódio que poderia ter sido contado (e contado) numa notícia dos diferentes jornais televisivos num acontecimento com direito a oito horas de emissão?

A distância ajuda às vezes a ver melhor. Foi o que aconteceu com o jornalista da Rádio Alfa, o primeiro a pôr o dedo na ferida: “*Isto é um folhetim! É o grande irmão!*”

Recorde-se que a primeira série do “*reality show*” “*Big Brother*” decorreu entre Setembro e Dezembro de 2000, marcando profundamente a paisagem televisiva, quer pelo salto de audiências que garantiu à TVI, quer por o canal ter transmitido, no seu jornal televisivo, notícias sobre a série, numa junção de informação e entretenimento que até aí não se verificara em Portugal.

A ligação espúria merece críticas do meio jornalístico, mas o *voyeurismo* em relação a um conjunto de pessoas encerradas numa casa e cuja privacidade artificial é devassada por câmaras de televisão rende m termos de audiência e, somada à chegada do povo aos telejornais como forma – já explicada por Rodrigues dos Santos no 1º Capítulo⁸¹ – habitua os telespectadores à “*exposição da intimidade*” e até à “*construção de uma imagem de si através da mediatização*”: “*Estávamos habituados a ver tratar, no horário nobre, questões que diziam respeito ao coletivo e vimos chegar a esse horário os pequenos problemas das pessoas e isso criou uma espécie de razão emocional que faz com que as pessoas aceitem um tipo de comportamentos que considerávamos afetos aos espaços privados*” (Silvano, 2001)⁸²

O caso Subtil funciona assim como “*um ato performativo, calculado e coreografado para despertar emoções*” (*id.*) que a RTP e a SIC se apressam a aproveitar.

Numa época “*em que o emocional tem um peso crescente*” (Coelho, 2001), num meio que é, também ele, “*emocional*” (*id.*), os jornalistas parecem ter dificuldade de gizar uma estratégia informativa própria, submetendo-se à encenação criada por Manuel Subtil. Onde

81 “*Quando entra o povo no jornal, entra por uma boa razão, que é falar sobre os problemas do país, mas também por uma má razão, porque é o povo é que vê a televisão, o povo é que consome.*”

82 Este parágrafo e os que se lhe seguem ficam muito a dever a análises sobre o caso Subtil produzidas no programa Artigo 37 (RTP2, 7-1.2001) por Filomena Silvano, Eduardo Prado Coelho, José Jorge Barreiros, Mário Mesquita e Pedro Bacelar de Vasconcelos.

não há informação, as câmaras filmam a expectativa: os polícias que esperam, os mirões. “Não há, da parte das televisões, a preocupação de introduzir uma distância, um recuo, uma mediação. [O jornalista] anula-se como mediador, em benefício de um registo que é de proximidade.” (Mesquita, 2001).

Mas esse registo – provam-no as audiências – podem não servir a informação e o público a quem se dirigem, mas servem as empresas de comunicação. “*Está a mudar o pacto comunicacional. (...) Já não estamos no contexto em que a indústria tornava a comunicação possível, mas noutra em há uma lógica de indústria na utilização da Comunicação, em que a comunicação se tornou um sector industrial estratégico.*” (Barreiros, 2001)

A responsabilidade social dos jornalistas sai, naturalmente, ferida de todo o episódio Subtil. Perante o que se apresentava como um ato de terrorismo, a ação dos jornalistas não apenas amplificou o campo de manobra do seu autor, como lhe granjeou a simpatia de diversos elementos da população.

Fazendo-se eco das declarações pró-Subtil e anti-instituições do Estado (Justiça, televisão de serviço público) de vários dos que, à porta da RTP, acompanhavam a situação, ajudaram ao reforço de uma “*cumplicidade anti-Estado reacionária e pré-moderna*” (Vasconcelos, 2001). A “*simplificação do real*” da narrativa televisiva (Silvano, *id.*), serviu assim a estratégia traçada por Subtil para pôr em causa o normal funcionamento das instituições democráticas. A confusão entre informação e comunicação, que se verificou neste caso, perturbando a noção de identidade profissional dos jornalista, retira-lhe a sua função de mediador - e, pode, em última análise, ser fonte de “*perturbação no espaço público democrático*” (Mesquita, *id.*), que exige, para o seu bom funcionamento, que, se há questões sociais que devem ser colocadas no âmbito da deliberação públicas, outras devem ser protegida do escrutínio público. (Innerarity, 2006: 36).

O caso Subtil parece dar razão a quem afirma que “*a sociedade moderna ameaçada está mais ameaçada pela emocionalidade do que se supõe*” (Luhmann, *apud* Innerarity, 2006: 41).

Hora	Descrição	Canal
07h22	Entrada	
09h41	Notícia em programa dedicado à segurança	RTP2
09h43	Notícia interrompe programação normal (por ~20 mins)	RTP1
10h12	Notícia interrompe programação normal (por ~30 mins), inclui primeira entrevista do homem e repórteres no local	SIC
10h25	A programação da RTP passa a ser dedicada ao caso, entrevista com testemunhas, repórteres dentro das instalações	RTP1
10h43	Notícia interrompe programação normal, incluindo entrevista da RDP e entrevistas próprias; põe em contacto autor e advogado	TVI
11h45	Vídeos das câmaras de segurança com a entrada às 7h22; A taxa de audiências aproxima-se dos dois terços...	RTP1
12h00	Jornal? Repetição da notícia e parte de entrevista (por ~15 mins)	SIC
12h30	Jornal antecipado: vai manter-se em direto até ao desfecho	TVI
12h45	Entrevista com autor da notícia contestada	RTP1
13h45	Entrevista com rádio alfa: “o grande irmão?” Às 14h05 também anuncia manter-se em direto até ao desfecho	SIC
14h00	Entrevistas com psicólogos e psiquiatras	Todas
16h05	Anúncio da saída	TVI
16h15	Imagens da saída	RTP1
16h50	Encerramento com resumo de comentários de assistentes	SIC
19h56	Notícia de antecipação da abertura dos telejornais	Todas?
22h30	Apenas a RTP2 só regressa ao caso 13 horas depois no Jornal2	RTP2

Quadro 7.2

Cronologia da cobertura televisiva do caso da Ocupação na RTP a 4 de Janeiro de 2001: indica-se a **Hora** de início, uma **Descrição** resumida da forma de tratamento, e o **Canal** de televisão correspondente.

Por saber fica a questão de sempre: neste contexto, existe ou não uma margem de decisão do jornalista?

No dia 4 de Janeiro de 2001, a RTP2, depois de ter dado a notícia, como lhe competia, só voltou a tratar o assunto, como um dos temas do dia, no seu jornal televisivo. Parece, portanto, que é possível resistir à tentação comunicacional. Mas há que recordar que, ao contrário da SIC, da TVI e mesmo da RTP1, a RTP2 não se subordina a uma lógica de audiências.

7.3 O Pseudo-arrastão de Carcavelos (10 de Junho de 2005)

“Assaltos na praia: Quinhentos jovens lançaram o pânico em Carcavelos”.

No dia 10 de Junho de 2005, abriu assim o Telejornal da RTP1. Em fundo, uma fotografia mostrava polícias guardando um areal.

Se, acaso, o espectador suspeitasse de um erro e procurasse outra estação, a SIC desenganá-lo-ia: “Violência na Praia de Carcavelos: 500 assaltantes agredem e roubam banhistas”, podia ler-se. E o apresentador, citando uma testemunha, comparava o acontecido a “uma cena de filme”.

Na TVI não era diferente: “Tarde de terror e pânico em Carcavelos: centenas de jovens atacaram em grupo e roubaram tudo aos banhistas que estavam na praia”, anunciava o apresentador, que continuava: “A violência do ataque é visível nestas imagens: agindo como um grupo organizado, os jovens cercavam os banhistas e roubavam tudo o que podiam. Em caso de resistência agrediam e ameaçavam com armas brancas.”

Enquanto, em palavras, os “assaltantes” eram apresentados apenas como “jovens”, e o primeiro elemento das forças policiais a falar aos jornalistas opta pelo eufemismo “indivíduos com estas características”, as imagens davam-lhes uma cor: a negra. As imagens, aliás, tinham todas a mesma origem: o gerente de um bar na praia, que serve também de testemunha em todos os telejornais e afirma ter chamado a polícia logo que viu o grupo reunido.

Diz-se que são quinhentos, mas é difícil dizer quantos seriam os jovens negros que estavam nesse dia na praia de Carcavelos. Uma testemunha ocular branca, negando a existência de arrastão, fala de “centenas”; um jovem negro referiu “dezenas”. Os números variam consoante a cor da pele de quem os conta, obrigando-nos a compreender que nos chama mais a atenção o número dos diferentes de nós que os iguais a nós, que nos parecem mais aqueles que, de algum modo – mesmo inconfessado – por serem diferentes tememos, que os que, por serem iguais, não parecem ameaçar-nos (Andringa, 2006).

Não se sabe ainda muito sobre o acontecido na praia de Carcavelos, mas já se lhe deu um nome: “arrastão”, que um criminologista entrevistado por uma das televisões definiu como “*quase como um mimetismo daquilo que conhecemos das praias brasileiras, praias do Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro*”.

O nome pegou de imediato, dando razão a Pierre Mannoni:

“os profissionais dramatizam espontaneamente o facto que apresentam, para o tornarem mais interessante e aumentarem as probabilidades de atingir o público. Escolhem portanto os efeitos mais espetaculares, enriquecem artificialmente o acontecimento, dão-lhe cor, recorrem ao cliché e ao estilo hagiográfico; criam, numa palavra, uma pseudo-realidade que o seu zelo propulsa para a frente da cena. Muitas vezes, e sem se darem bem conta disso, os jornalistas chegam a tornar-se amplificadores de “boatos” sem fundamento, e a participar no aumento da inquietação. Quando não caucionam uma mentira, podem alimentar um fantasma e contribuir para a sua difusão.” (Mannoni, 1987)

E se os jornalistas continuam a evitar etiquetar os jovens, preferindo deixar falar as imagens, um frequentador de Carcavelos, ouvido pela RTP, não hesita em dizer que é preciso reforçar a autoridade do Estado e que *“aqueles que não têm condições para estar aqui devem ir para o seu próprio país”*, sem que lhe seja perguntado como sabe tratar-se de estrangeiros.⁸³

Baseando-se em palavras do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, a agência Lusa falara de *“centenas de marginais oriundos de bairros problemáticos fora do concelho de Cascais.”* Ao noticiar que a polícia conseguiu desarticular um outro *“arrastão”* previsto para o Algarve, um jornal indica um desses bairros: a Cova da Moura.⁸⁴

Num artigo intitulado *“Arrastão é a ponta de um tsunami”*, o jornal Expresso não hesita em falar de *“jovens negros”* e admite mesmo que o *“arrastão”* seja o primeiro afloramento de uma *“ideologia racial”*: *“A polícia está a investigar a hipótese de esta delinquência grupal protagonizada por jovens negros poder estar a começar a ser veículo de uma ideologia racial, ao estilo ‘black power’ ‘americano.’* (ACIME, 2006: 38)

No jornal Público, João Maria Mendes considera o *“arrastão”* expressão *“da existência de uma “geração perdida” de jovens africanos - imigrantes de segunda geração, que têm entre 12 e 20 anos e não têm raízes em África nem futuro aceitável em Portugal - que se revê irresistivelmente na delinquência de gang”*, mostrando ainda *“organização e o progresso de uma cultura agressiva”*. Segundo o autor, *“a sub-cultura pop identitária (do rap aos murais e*

83 Para esta declaração, como para as anteriores, ver *“Era uma vez um arrastão”*, em <http://youtube.com>.

84 Idem.

aos graffiti) e a postura de ‘rebelde com causa’” dessa geração funcionaria “como terra de abrigo e ideologia de apoio a comportamentos desviantes generalizados” (Mendes, 2005).

O facto de os acontecimentos terem tido lugar num dia 10 de Junho fortalecia estas interpretações: no Estado Novo, fora designado “Dia da Raça” e, dez anos antes, Alcino Monteiro, jovem português negro de origem cabo-verdiana, fora assassinado por racistas brancos.

Confrontada com as notícias do “arrastão” e as fotografias que as acompanham, uma vasta camada de público forma, naturalmente, a ideia de que os “assaltantes” são negros, quiçá imigrantes. Nos habituais *fora* de rádios e televisões, as vozes diferem de acordo com a cor de pele e a origem: portugueses de *jus soli* e *jus sanguini* protestam contra os que não só lhes disputam o espaço e o trabalho como ainda os assaltam; imigrantes ou portugueses de ascendência africana queixam-se de ser olhados com suspeita, quando não hostilizados, devido às notícias sobre o “arrastão” e explicam que o eventual mau comportamento de alguns jovens não pode recair sobre toda uma comunidade que, em Portugal, vive, trabalha e ajuda a sustentar, com os seus descontos, a Segurança Social dos portugueses.

O clima criado permitiu que uma manifestação racista levada a cabo a 18 de Junho, em que se identificavam imigração e crime, tivesse uma participação superior ao esperado e ampla cobertura noticiosa.

Aos poucos, testemunhos de pessoas que, tendo estado em Carcavelos na tarde de 10 de Junho, negavam a existência de qualquer “arrastão”, uma reportagem no jornal A Capital, entretanto extinto (Guedes, 2006), alguns artigos de opinião⁸⁵, tomadas de posição dos responsáveis do Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e, também, a correção das primeiras informações policiais pelo Superintendente responsável do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, – incluindo a entrevista então colocada no site www.eraumavezumarrastao.net⁸⁶, como complemento do vídeo “Era uma vez um arrastão”, obra coletiva de crítica do “arrastão mediático” – vieram provar que não houvera qualquer arrastão em Carcavelos na tarde de 10 de Junho de 2005, muito menos uma ação concertada de 500 jovens de qualquer cor.

85 V.g. “Carta aberta aos bandidos”, Ricardo Araújo Pereira, Visão, 16 de Junho de 2005 ou “Notícias que são pura ficção”, Pedro d’Anunciação, Expresso, 18 de Junho de 2005

86 Agora acessível em <http://youtube.com/> (Era uma vez um arrastão, parte 4).

O que fez, então, que tão facilmente se tivesse propalado a tese dos 500 assaltantes efetuando um “arrastão” “à moda do Brasil”?

Desde logo, a atuação dos *media*, porque, como recorda Ignacio Ramonet,

“se, a propósito de um acontecimento, a imprensa, o rádio e a televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, será estabelecido que aquilo é verdadeiro. Mesmo que seja falso. Porque a partir de agora é verdadeiro o que o conjunto da media acredita como tal.” (apud Moretzsohn, 2005)

Mas talvez, sobretudo, pelas representações existentes na sociedade portuguesa, como explica o antropólogo Miguel Vale de Almeida:

“existem, com certeza, problemas de criminalidade no país, como em qualquer sociedade – mas, ao mesmo tempo, existem problemas sociais de representações do medo baseadas em ideias de exclusão e numa hierarquia social. Os dois problemas existem ao mesmo tempo, os dois precisam ser combatidos de igual forma. Isso demonstra-se na sequência dos eventos. Assim que se começou a falar do arrastão, sem nunca se saber se foi arrastão, se teve 50 pessoas, se teve 500 ou se teve zero, a partir desse momento o caso já existia, porque existe o apetite social para que ele exista.” (in Andringa et al, 2005)

A propósito de caso semelhante, ocorrido em França – o pseudo ataque de jovens magrebinos a uma jovem mãe num comboio suburbano de Paris, inventado por esta – Jacques Rancière dissera algo muito semelhante:

“A invenção “individual” dessa agressão racista era possível e plausível porque o acontecimento era de certo modo esperado pela máquina social de fabricação e de interpretação dos acontecimentos. (...) Não se trata de dizer, como alguns críticos da media, que a tela de TV torna a realidade e o simulacro equivalentes e que os acontecimentos não têm mais necessidade de existir de verdade porque suas imagens existem sem eles. Não importa o que digam esses críticos, não é a imagem que constitui o núcleo do poder mediático e de sua utilização pelos poderes. O núcleo da máquina de informação é, mais exatamente, a interpretação. Tem-se necessidade de acontecimentos, mesmo falsos, porque suas interpretações já estão aí, porque elas preexistem e chamam esses acontecimentos.” (2004)

Em Outubro de 2005, Joana Alexandre e Sven Waldzus, docentes e investigadores do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) do ISCTE, realizaram um estudo sobre o impacto das notícias sobre o “arrastão”, que envolveu 259 estudantes do Ensino Superior, e

verificaram que era elevado o número dos que continuavam convencidos que houvera, realmente, um “arrastão”. Por falta de acesso ao desmentido? A diferença verificada na forma como o caso era percebido por brancos e por negros parece demonstrar que não. Na verdade, numa escala de 1 a 5, a média é de cerca de 4 entre os brancos, para cerca de 2,5 entre os negros. As restantes questões colocadas pelos investigadores, referentes ao reforço das medidas policiais, mostram também uma diferença entre os dois grupos de inquiridos, com os brancos a mostrarem-se bem mais “satisfeitos”, “contentes” e “descansados” do que os negros, que veem o reforço policial com alguma inquietação. (Alexandre & Waldzus, 2006)

O que não espanta. Servindo-se de uma frase de Pedro d’Anunciação que, depois de hesitar entre “preto” e “negro” acaba por referir que os suspeitos são “*de uma raça que parece que assusta as pessoas*”, Sylvia Moretzsohn observa, a propósito das fotografias exibidas por televisões e jornais como prova do “arrastão”:

“De facto, as imagens a que se conferiu automático status de prova mostravam apenas pessoas correndo. Muitas pessoas negras, é verdade: na maioria, jovens. Jovens dessa raça que por si só assusta os outros sabem que estarão sempre sob suspeita; diante da aproximação da polícia o mais prudente é correr, mas negro que sai correndo, ainda mais carregando coisas, só pode ser ladrão.” (Moretzsohn, 2005)

Mesmo tendo sido desmentido, muita gente continua convencida de que houve um arrastão em Carcavelos no dia 10 de Junho de 2005: “*Não havendo vontade de receção, a mensagem não chega sequer a acontecer*” (Almeida *in* Andringa *et al*, 2005).

Mas não apenas por isso: é que os desmentidos não chegaram aonde a notícia tinha chegado. Os grandes meios que tinham propalado a falsa notícia do arrastão não consideraram importante desmenti-la.

Ainda em 2005, a realizadora francesa Véronique Berthonneau entrevistou, para o programa *La télévision des Portugais*⁸⁷, os responsáveis da Informação da TVI e da RTP, sobre o caso do pseudo-arrastão de Carcavelos.

87 Episódio da série “Toutes les télés du Monde”, produzida por ARTE France et Point du Jour. Acessível em <http://www.artevod.com/touteslestelesdumondeportugal>

Para o diretor da TVI, “é possível que tenha havido exageros, algum excesso, aqui na TVI, na RTP, na SIC. Eu prefiro que se cometam exageros a que se faça Censura. Portanto, temos de correr esse risco. Não é uma questão de sensacionalismo, é uma questão de fluidez de informação, de velocidade, de vontade de mostrar rapidamente a verdade sobre o que se passa.”⁸⁸

O diretor de Informação da RTP explica que “é muitas vezes a tentação da informação, de cobrir a informação muito em cima, sem preparação, na realidade de uma forma muito superficial. Isso não é jornalismo. Assumimos o nosso erro. De facto analisámos a situação de forma muito excessiva, com a cumplicidade da polícia, que depois se quis desculpar com as televisões, o que é um pouco ridículo, mas cometemos todos esse erro, vimos essa realidade, mas compreendemo-la mal.”⁸⁹

A referência à polícia é demonstrativa de algo que se passa frequentemente no jornalismo nacional: uma confiança cega nas fontes policiais. (Ou a síndrome do artigo A alínea 4 do artigo 31º da Lei de Imprensa⁹⁰?)

Em vez de aplicarem a dúvida metódica do diretor do Chicago Tribune, citado por Joaquim Letria, que recomendava aos jornalistas: “Quando a vossa mãe vos diz ‘adoro-te, meu filho’, desconfiem dela” (Rodrigues, 2011b: 434), os jornalistas que cobriram o Arrastão de Carcavelos tomaram como boa uma fonte policial baseada apenas nos relatos de testemunhas assustadas e no preconceito, que os levou a conclusões como as que referiu Sylvia Moretzsohn.

Mais curioso é o facto de que essa crença na polícia deixa de funcionar quando esta – numa atitude rara em Portugal – pretende corrigir uma informação errada. Disse-o o comandante da polícia metropolitana de Lisboa, quando o entrevistei sobre o pseudo-arrastão:

“Passada cerca de uma hora, eu já tinha conhecimento [de que não houve arrastão algum] e não consegui... eu quis transmitir aquilo que entretanto poderia esclarecer o comunicado e nunca o consegui”. (in Andringa et al, 2005)

88 Tendo cópia do programa no original francês, dobrado, não me foi possível ouvir claramente a voz dos entrevistados portugueses, pelo que pode haver alguma discrepância entre a transcrição e o original. A haver, será, no entanto, mínima.

89 *Idem*.

90 “Tratando-se de declarações corretamente reproduzidas, prestadas por pessoas devidamente identificadas, só estas podem ser responsabilizadas, a menos que o seu teor constitua instigação à prática de um crime.”
Acessível em <http://www.gmcs.pt/index.php?op=fs&cid=88>

Se o superintendente teve a honestidade de corrigir o erro praticado, o mesmo não fizeram alguns grandes órgãos de Comunicação Social.

Segundo terão dito os responsáveis da RTP e da TVI a Véronique Berthonneau, não tinham corrigido as notícias sobre o pseudo-arrastão de Carcavelos por não ser habitual fazerem-no.

A inexistência de correção nas televisões faz com que ainda hoje, depois de todos os desmentidos feitos por jornalistas, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e pela polícia, muitas pessoas ignorem ter-se tratado de um pseudo-acontecimento e, pior, com que possa haver notícias na RTP que o continuam a referir como real ou a incorrer no risco de derrapagens semelhantes:

Disso mesmo dão conta duas mensagens enviadas ao Provedor do Telespectador, dois e três anos depois das notícias dadas pela RTP sobre o pseudo-arrastão de Carcavelos.

A primeira mensagem vem de uma espectadora que, dizendo-se *“completamente impressionada com o grau de racismo manifestado pela jornalista”* protestou contra uma reportagem de 18 de Março de 2007 sobre a Quinta da Fonte, perguntando se *“um bairro é de risco por ter africanos e ciganos”* e se *“já pensaram que as palavras “um bairro de risco” é uma expressão criada nas redações e não nas ruas”*. E, a finalizar, comenta: *“Depois da barraca do “arrastão” pensei que os jornalistas tivessem a preocupação em investigar em vez de “criar”.”*

Em 2008, um engenheiro florestal de 42 anos, morador em Santarém, indignou-se ao ouvir, na RTP, uma referência ao “arrastão”:

“Na vossa peça no noticiário do dia 13 de julho, às 20:00 na RTP1 e às 22:00 na RTP2, voltaram a mencionar o suposto arrastão na praia de Carcavelos em 2004 (sic) como facto que ocorreu, quando já é mais do que provado que aquele arrastão foi uma invenção dos média, habilidosamente aproveitado em termos políticos. Não abona a favor do rigor jornalístico dos serviços noticiários da RTP que volta a insistir na tese do arrastão da praia de Carcavelos, sem benefício nenhum para a peça jornalística (sobre os atos de violência em Loures), cuja única relação aparente é de se tratar de cidadãos Portugueses de origem africana. Esperava-se mais moderação e uma maior resistência por parte da RTP à tentação de estigmatizar grupos sociais.”

Há um aforismo que pretende que “*errar é humano, persistir no erro é jornalismo*” (Abrantes, 2006) O facto de nunca terem corrigido a versão inicial sobre o pseudo-arrastão, de nunca ter sido transformado em caso de estudo nas redações onde teve lugar, facilitou a repetição do erro.

8. DO ACONTECIMENTO AO PSEUDO-ACONTECIMENTO: ESTRATÉGIAS DE MEDIATIZAÇÃO

“Se tivesse que decidir se devemos ter governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não vacilaria um instante em preferir o último” (Thomas Jefferson).

A frase do terceiro presidente norte-americano é normalmente usada para sublinhar a importância da Imprensa na estruturação do espaço público, esse *“espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos e culturais que compõem uma sociedade”* (Wolton, 1990: 412). Uma importância tal que podem ser vistos como *“o laço político que liga milhões de cidadãos anônimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente na política”* (id.)

A multiplicação dos *media* tradicionais e o aparecimento dos novos *media*, no entanto, fragmentaram o espaço público, levando um dos pioneiros da Sociologia da Comunicação, Elihu Katz, a alegar que a existência, num país, de um único canal de televisão *“pode ser mais democrático”* do que a existência de vários: *“não só para unir as pessoas, mas para ter uma ideia do que são ou o que pensam os outros membros da sociedade, o que não acontece quando se vê o canal 32 e o vizinho vê o canal 45 e outro vê o canal 56. Então, a sociedade estará desintegrada.”* (in Andringa & Pereira, 2000: 24)

Numa sociedade em desintegração, mais importantes se tornam então aqueles acontecimentos que, como diz Katz *“transformam uma audiência de canais múltiplos e de zapping numa audiência que se veste para ver televisão”*. (id.)

À narrativa desses acontecimentos pelos *media* eletrônicos, chamaram Dayan e Katz *“acontecimentos mediáticos”* ou *“cerimónias televisivas”* (Dayan & Katz, 1999:17). Mário Mesquita prefere dar-lhes o nome de *“acontecimentos cerimoniais”*, reservando o nome de *“acontecimentos mediáticos”* às notícias que são *“objeto de uma hipermediatização, em especial televisiva”*. (Mesquita, 2003:39)

E recorda-nos que *“os acontecimentos são eles próprios e a sua mediatização”*. (id.38)

O que obriga a pensar na importância de quem os põe em cena e na responsabilidade de quem os difunde. Na capacidade dos jornalistas em gerir o fluxo de informação e, nomeadamente, de "acontecimentos", com que todos os dias se confrontam.

É nesta questão essencial que se inserem, a meu ver, as questões que temos vindo a colocar. A importância dos *media* na estruturação do espaço público e a importância do domínio desse espaço público geram, por um lado estratégias de mediatização por parte de formações políticas, empresariais, religiosas ou outras e obrigam a uma atenção acrescida dos jornalistas perante o risco de envolvimento nessas estratégias. Ao seu profissionalismo, à sua responsabilidade social.

À forma como se movimentam entre acontecimentos “genuínos” (independentes dos *media*), “mediados” (influenciados pelos *media*) ou “encenados” (para os *media*). (Mesquita, 2003:33)

8.1 A entrada em cena das relações públicas

Saído da pequena aldeia onde todos se conheciam e as notícias corriam de boca a orelha, o cidadão depende hoje, para o seu conhecimento do mundo, dos meios de informação.

Também os políticos dependem dos *media*. São estes que levam ao conhecimento público as suas propostas eleitorais, os seus atos de governação, as leis e normas que pretendem fazer cumprir.

E não apenas os políticos. Também as empresas ganham em ter a sua ação publicitada pelos *media*.

Do interesse cruzado dos meios de informação em terem notícias e dos políticos e empresários em serem tema de notícias, nasceram as relações públicas.

Baseando-se em Wilcox *et al* (2001), Jorge Pedro Sousa (2003: 20) indica o nascimento das relações públicas modernas nos Estados Unidos da América, em 1906, quando um tal Ivy Ledbetter Lee *“foi contratado por uma empresa mineira para lidar com uma greve conflituosa que estava não apenas a prejudicar financeiramente a empresa como também a destruir-lhe a reputação [e convenceu] o líder dos empresários, Baer, [...] e os seus sócios a promoverem uma política de informação pública, tendo logo a seguir emitido um comunicado à imprensa, assinado por Baer e associados, em que se escrevia: “Os empresários de carvão de antracite, conscientes do interesse público pelas condições de vida nas regiões mineiras, concordam em oferecer à imprensa toda a informação possível...”* (Sousa, 2003: 20)

Se a empresa mineira descobriu a importância de lidar com a Imprensa, também esta percebeu a vantagem de receber a informação empresarial:

“A continuidade da política de Lee para oferecer informação precisa sobre as atividades empresariais e institucionais permitiu aos meios jornalísticos (...) poupar milhões de dólares em salários de jornalistas durante as nove décadas seguintes. Apesar da desinformação oferecida por alguns relações públicas, os comunicados à imprensa rapidamente se converteram num grande valor, inclusivamente numa necessidade, para os meios de comunicação.” (Wilcox et al., 2001, apud Sousa, 2003: 20)

Em breve a ação das relações públicas deu um novo passo: já não bastava fornecer informação à imprensa – era preciso fornecer-lhe acontecimentos que pudesse noticiar.

Em *Crystallizing Public Opinion*, um livro de 1923, Edward L. Bernays cita o exemplo de um hotel que, a conselho de especialistas de relações públicas, encena uma celebração para atrair a atenção da imprensa: “*O conselheiro de relações públicas não apenas sabe qual é o valor das notícias mas, sabendo-o, está em posição de fazer as notícias acontecerem. Ele é um criador de acontecimentos.*” (apud Boorstin, 1992)

Nascia o “pseudo-acontecimento” “*uma ocorrência que não é espontânea, mas produzida ou induzida por alguém (...) com a intenção da sua reprodução pelos meios de comunicação.*” (Boorstin, id.)

Surge da conjugação do interesse das empresas e outras instituições em ser publicitadas com o interesse dos *media* em obter notícias, uma necessidade que cresceu ao longo dos séculos, a par com a evolução tecnológica e o desenvolvimento do espaço público.

Quando o primeiro jornal norte-americano – cujo nome, “Ocorrências Públicas Estrangeiras e Domésticas”, era em si toda uma linha editorial – surgiu em Boston, a 25 de Setembro de 1690, o que se esperava dos jornalistas era que dessem “*conta das ocorrências significativas que chegassem ao seu conhecimento*”. O jornal prometia dar notícias mensalmente, admitindo, no entanto, que o intervalo poderia ser encurtado caso o fluxo de acontecimentos o justificasse.

No século XX as exigências eram já outras. O público habituara-se a ter notícias e era preciso que os órgãos de informação não deixassem de as dar. Os *media* precisavam de notícias que permitissem mais páginas (ou, mais tarde, mais tempo de emissão) e, logo, mais publicidade. Na ausência de notícias, havia que criá-las. Não forçosamente inventando histórias falsas: procurando-as de forma criativa, entrevistando figuras públicas com novas abordagens, descobrindo o interesse humano de um acontecimento visto como banal, trabalhando factos conhecidos numa articulação que permitisse a criação de cenários possíveis.

À procura de notícias correspondeu a organização da oferta, com a criação dos “gabinetes de imprensa”. Em 1947, segundo Boorstin, “*o número dos funcionários dos*

gabinetes de imprensa governamentais que preparavam os boletins informativos para os jornalistas era o dobro do dos jornalistas que os recolhiam”.

Mesmo com a Censura a velar para que só o discurso oficial passasse na Imprensa e o Secretariado de Propaganda Nacional (mais tarde Secretariado Nacional de Informação, SNI) a distribuir as notícias oficiais, o Portugal de Salazar também teve o seu gabinete de Imprensa.

A descrição, feita por José Estevão Santos Jorge, dá conta da promiscuidade entre jornalismo e relações públicas vivida nesses anos:

“Naquele tempo as notícias oficiais chegavam através do Secretariado Nacional da Propaganda. Os jornais ficaram danados. E então inventaram esse sistema: um Gabinete de Imprensa (manteve-se até depois do 25 de Abril) no Ministério do Interior, onde havia um chefe. No meu tempo era o Júlio de Almeida, redator no Diário de Notícias e alto funcionário público. Acumulava, como quase toda a gente. Coligia-se lá a informação de todos os ministérios e mandava-se para os jornais. Estes pagavam uma avençazinha.” (in Gomes, 2011b:525)

Mas o mundo narrado por Boorstin não chegou imediatamente a Portugal. O recurso aos “consultores de comunicação” só se tornará rotineiro a partir da segunda metade da década de oitenta do século passado.

Não que os jornalistas portugueses desconhecessem essa possibilidade de criar um falso real mais convincente do que a realidade. O jornalismo português tem mesmo a originalidade de ter dado, a um dos seus maiores prémios de reportagem, o nome de um jornalista que se notabilizou por trabalhos que se vieram a verificar falsos, Reinaldo Ferreira, o repórter X. Não desconheciam, também, nos anos 70, as informações telefonadas para as redações pelos gabinetes dos membros do Governo, ou dos partidos de oposição. Nem sequer a criação de eventos, para aguçar a curiosidade dos jornalistas, como o deixar um comunicado a insinuar uma futura ação num local clandestino, para que a busca desse já azo à divulgação (um método usado por vezes pelas FP-25 de Abril), ou levar jornalistas ao interior de Angola, à Jamba, impressionando-os com a presença, em lugar tão distante, de um sinaleiro e de um professor de latim (como fez, mais de uma vez, a UNITA).

A década de oitenta marca, no entanto, um salto qualitativo na relação das fontes com os jornalistas.

A abertura sucessiva de novas rádios, televisões privadas e canais de rádio e de televisão que transmitiam noticiários ao longo das 24 horas, criou aos jornalistas um problema novo: a escassez de notícias. E, tal como se passara nos Estados Unidos, a procura desencadeou a oferta. Multiplicam-se as agências de comunicação, os gabinetes de consultoria, os assessores de imprensa – e o seu peso reflete-se hoje na estrutura informativa.

Numa era “*das relações públicas generalizadas*”, para usar o termo de Bernard Miège, “*o comportamento dos media está marcado pelas fontes profissionais*”. (Martins, *apud* Manuel, 2011: 639) Quem o diz é Luís Paixão Martins, fundador da LPM, pioneira e líder de mercado na área das empresas de comunicação:

“Em Portugal, há duas décadas atrás, apenas uma pequena parte das pessoas ligadas à comunicação social – por formação académica ou experiência profissional – estavam nos partidos, nas empresas, nos governos ou nas instituições a comunicar com os jornalistas. Hoje, existe uma proporção muito maior de gente, com experiência ou qualificação técnica na área, a preparar peças para as pessoas que trabalham nas redações. De tal modo que muita dessa informação, quando chega aos media, já está muito próxima do produto final.” (id.:644-645)

Não admira, portanto, que seja bem acolhida ao chegar às mãos de um jornalista confrontado com a pressão do noticiário seguinte

Mas não só. Os acontecimentos criados para os *media* podem facilmente ser mais dramáticos do que aqueles que, após uma longa investigação, um repórter lograsse identificar. Para recorrer ao exemplo da campanha da IVG, uma ação dos “Médicos pelo Sim” pode fazer chegar em poucos momentos ao jornalista casos de mulheres mortas das sequelas de um aborto clandestino que, noutras circunstâncias, o obrigariam a uma longa investigação. Preparados para divulgação, podem tornar-se mais interessantes através da escolha de protagonistas, como no caso em que a apresentação de um hino para a campanha do Não é feita numa sessão com crianças – que, normalmente, o jornalista não incluiria numa peça sobre o tema. Também, como escreveu Boorstin (1992), são facilmente repetíveis pelas organizações, que dispõem de mais meios para os preparar do que os jornalistas para pesquisar.

Além disso, os pseudo-acontecimentos são planeados para a fácil compreensão pelo público. O espectador pode ter dificuldade em decidir perante os argumentos a favor ou contra

a despenalização da interrupção voluntária de gravidez, mas é-lhe fácil comover-se perante a fé dos que rezam no Terreiro do Paço, a mãe adolescente que brinca com o seu filho, o menino que não gosta de cantar, mas canta “porque é o hino contra o aborto”, ou a médica que se comove ao falar de uma paciente morta depois de um aborto clandestino.

E como se quer que sejam cobertos pelos *media*, tem-se em conta o horário, a facilidade de acesso, o maior ou menor tempo de montagem até aos jornais televisivos. Se possível, juntam-se-lhe nomes de “celebridades” (mesmo que a sua celebridade decorra apenas – como na impiedosa definição de Boorstin – de “*serem pessoas que são muito conhecidas por serem muito conhecidas*”).

É bem conhecido o diálogo com que Boorstin abre o primeiro capítulo do seu livro *A imagem: um estudo dos pseudo-acontecimentos na América*. Uma mulher diz a outra: “*Que linda criança que traz aí!*” e ela responde: “*Isto não é nada – havia de ver a fotografia!*”

Essa realidade com que Boorstin nos fazia sorrir há 50 anos tornou-se nos hoje comum: a opção pela imagem do real sobre a realidade, não só porque, como parece decorrer dessa curta conversa, a imagem, esteticamente corrigida em relação ao original, pode ser mais vívida e colorida, mas também porque encenar um acontecimento permite um resultado mais rápido e mais eficiente do que trabalhar jornalisticamente esse acontecimento.

(Mesmo os guerrilheiros afegãos têm a noção dos pseudo-acontecimentos: em 1983, no interior do Afeganistão, quando uma repórter da RTP disse ao chefe do grupo de *mujaheddins* que acompanhava que não estava satisfeita com as poucas imagens recolhidas, ele propôs-se encenar um ataque, para que pudessem filmar. Pareceu surpreendido pela recusa.)

O resultado do desenvolvimento dos gabinetes de Imprensa e de relações públicas, agências e consultorias de comunicação foi a diminuição do poder dos jornalistas.

“Durante muito tempo os profissionais da informação foram olhados como uma espécie de elite, uma característica que, por culpa própria, talvez mesmo por decisão assumida, têm vindo a perder. O problema principal reside, no entanto, na confusão atualmente existente entre poder e protagonismo: os jornalistas, hoje, são muito mais protagonistas do que eram no meu tempo, mas têm bastante menos poder do que nós realmente tínhamos.” (Martins apud Manuel, 2011: 644)

Em epígrafe a *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*, Mário Mesquita usa uma frase de Martin Amis que vai nesse mesmo sentido:

“Este Quarto Poder está numa fase peculiar da sua evolução. Por um lado, está cada vez mais satisfeito com o poder que o corrompe; por outro, vai no sentido de uma impotência elefantina relativamente a todas as questões que realmente interessam.” (Amis, apud Mesquita, 2003:15)

A importância dos jornalistas residia no seu poder de decisão sobre a difusão de informação:

“Os jornalistas - dever-se-ia dizer o campo jornalístico - devem a sua importância no mundo social ao facto de deterem um monopólio de facto sobre os instrumentos de produção e difusão a grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, àquilo a que por vezes se chama ‘espaço público’, ou seja, a grande difusão.” (Bourdieu, 1996:52)

Ao perderem esse monopólio, a favor de outras profissões da comunicação, perderam poder. Antigo jornalista, Paixão Martins, explica-o com conhecimento de causa:

“Posso dar-te um exemplo técnico: o chamado gatekeeper, conceito no qual fui profissionalmente educado. Fora da quinta, no caso, a quinta mediática onde estão os meus ouvintes, os meus leitores, os meus telespectadores, existe todo um mundo que apenas a ela tem acesso se eu, o porteiro, lhe abrir o portão. Independentemente do tempo gasto pelas fontes na transmissão de um assunto – cinco, dez minutos, meia hora –, competia-me, de facto, a mim, como jornalista, decidir do modo e do tempo dedicados ao tema. Ou seja, eu era o agente que mediava entre quem comunicava e quem recebia a comunicação. Ora, isso, hoje, já não é exatamente assim. Os jornalistas, especialmente os de televisão, que têm grande protagonismo, além de concederem enorme espaço às fontes, põem-nas a comunicar em direto. Enquanto, dantes, o jornalista fazia uma peça sobre um tema, escolhendo quem queria (e devia) ouvir, hoje, a decisão pertence, por exemplo, ao partido: ‘Agora, às oito e cinco, és tu que vais falar às televisões e apenas podes dizer isto ou aquilo...’. Curiosamente, o jornalista mostra-se bastante mais do que antigamente, mas, em comparação, o seu poder é realmente menor.” (Martins apud Manuel, 2011:644)

E como hoje há, nas instituições, nas empresas, nas agências ou gabinetes de consultoria, profissionais qualificados na área da comunicação, aumenta a informação sobre “acontecimentos” que chega às Agendas das redações.

“Alguns aspetos da vida política parecem constituir-se, cada vez mais, em função da sua representação nos mass media” (Rossiti, apud Saperas, 2000:35)

Não só da vida política: as rusgas policiais aos chamados “bairros problemáticos” fazem-se acompanhar de televisões e quando uma associação de pais fecha a cadeado o portão de uma escola que considera insegura, não se esquece de avisar primeiro uma televisão.

8.2 Acontecimentos e pseudo-acontecimentos

Qualquer dos três casos atrás descritos – o referendo relativo à despenalização da IVG, o caso Subtil, o pseudo-arraстão de Carcavelos – abrem possibilidades de refletir sobre essa relação entre a realidade e a realidade mediada pelos media. Sobre estratégias de mediatização.

Encaremo-los sob o ângulo da diferença entre “acontecimento” e “pseudo-acontecimento”.

Do que ficou dito, podemos concluir que um dos aspetos característicos do pseudo-acontecimento é a passagem da tomada de decisão pelo jornalista para a tomada de decisão pelas fontes.

Vejamos então como classificar os três casos, sem perder de vista, também, essa outra classificação que os divide em “genuínos”, “mediados” e “encenados”, a qualificação de “acontecimento mediático” (Mesquita, 2003:39) e os potenciais de atualidade, relevância e pregnância que, segundo Rebelo, justificam a classificação de uma “ocorrência” como “acontecimento” (2006:17):

O referendo: Trata-se, na sua génese, de um acontecimento “genuíno”, com atualidade, relevância e pregnância. O relevo que, naturalmente, lhe foi conferido pelos *media*, classifica-o também como acontecimento mediático.

Apesar disso, a observação do que se passou, em termos noticiosos, no mês anterior ao referendo, indica que, nesse período, no que à televisão pública respeita, houve uma deslocação da tomada de decisão do jornalismo para as relações públicas.

Embora, por mais de uma vez, tivesse havido propostas de reportagens a realizar, o período observado mostra apenas cinco reportagens da iniciativa da redação: duas sobre jovens confrontadas com gravidezes inesperadas, duas sobre a compra e venda de um medicamento com efeitos abortivos (Cytotec), uma sobre a carta enviada pelas responsáveis de uma creche aos pais, nas mochilas das crianças. (O comentário a este facto por um representante da entidade responsável, sendo uma sequela da anterior, não pode já ser vista como iniciativa da redação.) Todas as outras peças noticiosas cobrem “eventos” (o termo mais habitual para os pseudo-acontecimentos, no lado dos seus organizadores) preparados e anunciados por movimentos e partidos.

Assim, num acontecimento que se revestia da maior importância para a população portuguesa, não apenas pelo tema, mas pelo recurso, inabitual, a um instrumento de democracia participativa, os jornalistas do serviço público de televisão, com a forma como organizaram a cobertura da campanha e abdicaram do seu papel de *gatekeepers*, contribuíram para a diminuição do seu significado e para a sua banalização.

O caso Subtil: Sendo um “acontecimento mediático”, com direito a oito horas de transmissão na televisão pública, o dia escolhido e a rapidez com que o contacto telefónico de Manuel Subtil chegou às redações levanta a dúvida sobre se foi “genuíno” ou “encenado”. Por outro lado, se o destaque que lhe foi dado indica o seu potencial de atualidade, defendo que foi a própria ação dos *media* a pôr em causa os seus potenciais de relevância e pregnância.

É preciso recordar que o caso aconteceu dias depois do fim da primeira série do programa *Big Brother*, que trouxera a exposição da intimidade para o mundo televisivo – e dez meses antes do ataque às Torres Gémeas, que colocou o terrorismo como primeiro tema mediático do mundo desenvolvido.

O homem que, alegadamente transportando um engenho explosivo, se encerrou a 4 de Janeiro de 2001 numa estação de televisão que, nesse mesmo dia, transmitia – embora de outro local de Lisboa – um debate entre candidatos presidenciais, seria visto de modo completamente diverso a 4 de Janeiro de 2002.

No ano do caso Subtil, no entanto, a agenda mediática estava mais próxima dessa exposição da intimidade que bebeu nos gritos de Subtil. E agiu em conformidade, tratando um acontecimento que se colocava, claramente, na zona do desvio, como se de uma ficção se tratasse.

Tudo se passou – disse-o, poucos dias mais tarde, Eduardo Prado Coelho (EPC), analisando o caso no programa do 2º Canal Artigo 37 – de acordo com um modelo cinematográfico. Segundo EPC, os intervenientes – Subtil, polícias e jornalistas – tinham visto demasiados filmes e pretendiam, também eles, entrar num, copiando o que neles tinham aprendido. “Hollywood à portuguesa”. Como acontece muitas vezes com as cópias, com qualidade inferior. Encerrar-se numa casa de banho, de algum modo, defendeu EPC, miniaturizou o acontecimento.

O que retirou a ocorrência do campo do desvio para o da vitimologia, facto reforçado pelos gritos insistentemente repetidos. Como o veio a mostrar um pequeno telefilme realizado por Camilo de Azevedo para o já referido programa, palavras e imagens não se harmonizavam na descrição do acontecimento: enquanto os jornalistas, recorrendo ora à repetição dos contactos telefónicos com Manuel Subtil, ora à recolha das opiniões dos mirões, se esforçavam por manter a emoção que justificasse os diretos e as audiências, as imagens ridicularizavam aquilo que descreviam, como o suporte publicitário que, junto à porta da RTP, afixava de quando em quando, com grandes letras, a palavra “Aleluia”.

Transformando um filme da série negra numa comédia burlesca – parafraseando um comentário de Mário Mesquita sobre o mesmo tema – os *media* fizeram do autor de um ato de delinquência um herói de telenovela da vida real. Mostrando uma incapacidade de julgamento sobre o real e servindo a estratégia de Manuel Subtil – que, no entanto, seis anos depois viria a ser condenado, embora com pena suspensa, a quatro anos de prisão.

O pseudo-arrastão de Carcavelos – Pseudo na sua relação com a realidade, não cabe na categoria de pseudo-acontecimento porque, simplesmente, não existiu. Nem foi genuíno, nem encenado para os *media*. Poder-se-á, talvez, defender que cabe nessa terceira classificação de “mediados”, já que se tratou de uma criação dos *media*. Mas essa mesma criação revela, a meu ver, o seu potencial de atualidade, relevância e pregnância. Para além de revelar aquilo a que Sylvia Moretzsohn chamou, num título inspirado, “*o arrastão de preconceitos na máquina da informação*”.

No caso de Carcavelos, estaremos talvez perante o primeiro caso claro de interferência, nas televisões, da ação de um “*repórter de ocasião*” (Rebelo, 2006:23). As imagens em que os *media* se basearam para provar a existência do arrastão foram todas tiradas pela mesma pessoa – aquela que chamara a polícia e se transformou na principal fonte dos repórteres que acorreram a Carcavelos. Como se, também eles, desconhecêssem o fenómeno “enquadramento”, os jornalistas assumiram que as imagens significavam o que a fonte disse significarem. O fenómeno dos “repórteres de ocasião” – a que por vezes se dá o nome de “jornalismo do cidadão” – era ainda muito recente. Não estávamos ainda prevenidos para “*a necessidade de aprender a viver entre a verdade e a mentira*” (Rosnay, *apud* Rebelo,

2006:24) que é, como o comprova o caso do “pseudo-arrastão”, um dos riscos desse novo tipo de recurso informativo.

Analisando “o motivo pelo qual o jornalismo deu credibilidade àquele cidadão e transformou aquelas imagens em elemento de prova indiscutível de um arrastão”, Moretzsohn assinala “um exemplo de cancelamento desse sentido de mediação, em que a aparência se iguala à essência”.

Perante imagens que lhe eram oferecidas por alguém que se dizia testemunha, os jornalistas esqueceram-se que “*ver não é compreender. Só se compreende com a razão.*” (Ramonet, 1998: 50)

Exibidas as primeiras imagens, ainda que usadas num enquadramento falso, a veracidade estava estabelecida: “*Hoje a verdade define-se no momento em que a imprensa, a rádio e a televisão dizem o mesmo sobre um acontecimento*” (*id.*, 36)

Seguiu-se o efeito bola de neve, também referido por Ramonet (*ibid.*:18): salvo honrosas exceções (com destaque para *A Capital*), todos os *media* se precipitaram sobre o assunto, argumentando por vezes com a importância que lhe era dada pelos restantes.

Ainda Ramonet: “*Quanto mais os media falam de um tema, mais se persuadem de que ele é indispensável, central, capital, e há que cobri-lo ainda melhor, consagrando-lhe mais tempo, mais meios, mais jornalistas*” (*ibid.*, 18-19).

O mesmo jornalismo de matilha que fizera do fait-divers Subtil um acontecimento mediático precipitou-se sobre o pseudo-arrastão, dando origem a uma série de títulos relacionados:

“*O susto dos assaltos em grupo chega à Quarteira [...] um grupo de cinquenta jovens, após uma rave numa discoteca de Vilamoura, invadiu a praia, lançando o pânico entre banhistas e comerciantes locais*”. (Público, 12 de Junho de 2005).

“*Tudo aconteceu pelas 11 horas, quando cerca de 50 jovens, na sua maioria rapazes, entre os 23 e os 25 anos - muitos dos quais residentes no Bairro da Cova da Moura – após terem passado a noite numa rave party, perto de Vilamoura, provocaram descatos daquela praia no Concelho de Loulé*” (Diário de Notícias, *id.*)

“*Arrastão: GNR Trava Onda em Quarteira*” (Correio da Manhã, *ibid.*)

“Em contextos muito particulares, o grau de unanimidade entre meios de comunicação, o consenso entre definidores primários, o volume da cobertura jornalística e o exagero ou distorção inerentes à catalogação de várias ocorrências numa categoria ressonante geram ondas noticiosas num curto intervalo temporal”, escreveu Gonçalo Rosa (2011).

Salientando que vários decisores políticos – ministro da Administração Interna, líderes do PSD e do CDS, presidente da Câmara Municipal de Oeiras – viram nos acontecimentos de Carcavelos um problema de crime organizado, fortalecendo assim a interpretação jornalística, Rosa faz notar que não foram ouvidos representantes dos restantes partidos com assento parlamentar, que se juntaram à unanimidade comentadores que subscreveram igualmente esse enquadramento e sublinha aquilo a que considerou *“a resistência dos jornalistas a escutar imigrantes ou descendentes de migrantes que, de alguma forma, pudessem rebater as acusações que lhes estavam a ser imputadas e, sobretudo, generalizadas”*. (Rosa, 2011: 127-128)

Essa diferença de tratamento entre fontes fora já salientada por João Carlos Correia:

“É fácil verificar que as entrevistas (caso em que o jornal enuncia o dito e quem o disse, o que permite a identificação da intencionalidade subjacente ao ato de dizer), são guardadas para os especialistas e as testemunhas que classificam claramente o acontecimento como arrastão, cobrindo com a sua autoridade de peritos, a definição do evento. Já nas descrições do que ocorreu, há uma intertextualidade em que ecoam vozes de testemunhas nem sempre identificados pelos jornais. Finalmente, há um claro défice de diversidade: todas as entrevistas dizem respeito a criminalistas, advogados, polícias, especialistas em segurança, autarcas, preocupados com o turismo, e comerciantes, preocupados com o negócio. Não há, por exemplo, entrevistas com membros das Associações dos bairros problemáticos de onde provinham os jovens que participam no assalto.” (Correia, 2006:10)

Se a transformação de uma ocorrência num acontecimento de sinal contrário – transformando em assaltantes em ação jovens negros que fugiam da polícia, chamada antes ainda de qualquer incidente – dá razão à desencantada frase de Sigal, *“notícia não é o que acontece, mas o que alguém disse que aconteceu ou vai acontecer.”* (apud Schudson, 2003:134), o ignorar das raras vozes que descreviam uma outra realidade, a da polícia chegando e começando a bater nos negros presentes, convoca uma outra definição: *“as*

notícias representam quem são os donos do saber e qual é a versão da realidade que autorizam". (Ericson, Baranek e Chan, *id.*)

Nesta escolha não há como ignorar a responsabilidade dos jornalistas – sobretudo tendo em conta não ter havido, como atrás dissemos, uma auto-crítica da generalidade dos grandes *media*.

Utilizando o modelo de identificação das ondas noticiosas sobre criminalidade criado por Vasterman, Rosa refere que, sendo os *media*, e não os acontecimentos, a governar a cobertura noticiosa do processo, *“as atenuantes, as retificações e toda a informação não consonante com o enquadramento dominante tendem a ser ignoradas”*. (Rosa, 2011:124)

E salienta:

“No dia 29 de Julho de 2005, mais de mês e meio depois do incidente de Carcavelos, o jornal Meios e Publicidade publicou uma sondagem a editores, coordenadores, chefes de redação e diretores de órgãos de comunicação social nacionais. Mais de metade dos inquiridos (53%) defendeu então que os jornalistas não foram manipulados no caso do “arrastão”, traduzindo a ideia bem enraizada de que, se obedecer a normas profissionais aceites pela maioria da comunidade, a prática jornalística é auto-avaliada com mérito” (*id.* 133).

Analisando os três casos paradigmáticos apresentados concluí assim que se tratava:

1. De um acontecimento genuíno, cuja realização foi precedida de diversos acontecimentos “encenados” e, mesmo, de pseudo-acontecimentos, o referendo;
2. De um acontecimento encenado, que os *media* transformaram em “acontecimento mediático”, o caso Subtil;
3. De um acontecimento “mediado” pelos *media*, cuja inexistência se demonstrou, mas sem que se apagasse a memória.

Como escreveu Bernard Stiegler (1996), *“Não ‘tem lugar’, não ‘acontece’ senão aquilo que é coberto. Milhares de acontecimentos acontecem sem terem tido lugar, ou tiveram lugar sem terem acontecido e não chegarão, portanto, aos seus anónimos e improváveis destinatários”* (*apud* Rebelo, 2006:24)

“No limite, deixa de ser possível distinguir, acrescenta Stiegler citando Derrida, “entre acontecimento, narrativa, narrativa de acontecimento ou acontecimento de narrativa” (idem).

8.3 A construção da narrativa mediática

Como escreve Schudson, “*os jornalistas não só relatam a realidade como a criam*”. Aquilo que leitores e espectadores recebem como notícia é, portanto, a realidade mediada pelo jornalista, “*seleccionando, sublinhando, enquadrando e obscurecendo*” os factos observados (2003: 6).

Não o espelho de uma realidade, mas – facto que a habituação faz por vezes esquecer – um olhar sobre essa realidade. Um olhar mediado (mesmo quando, na transmissão televisiva em direto, parecem apagar-se as marcas dessa mediação.)

Voltemos ao Telejornal – que é, no que ao espectador respeita, uma soma de mediações:

- a dos responsáveis editoriais, que filtram, dos acontecimentos disponíveis, os que serão noticiados na edição desse dia;

- a de cada jornalista, na feitura de cada uma das peças do alinhamento;

- a do coordenador que, na régie, durante a emissão, pode ainda alterar o alinhamento primitivo, criando novas continuidades e, logo – já o defendemos atrás – novas leituras.

Ao tratar a notícia, o jornalista compõe uma narrativa. Diferentes jornalistas, coincidindo sobre os factos que determinaram a notícia, comporão diferentes narrativas.

Citando António Gedeão: “*Os meus olhos são uns olhos./ E é com esses olhos uns/ Que eu vejo no mundo escolhos/ Onde outros com outros olhos, /Não vêem escolhos nenhuns.*”

Isso mesmo se torna visível na transcrição das peças sobre a campanha para o referendo sobre a IVG.

Algumas peças privilegiam o texto *off*, da autoria do jornalista, outras os “vivos” de pessoas ouvidas sobre o tema. Entre estas, há aquelas em que a palavra só é dada a pessoas conhecidas do público, e outras em que o jornalista procura ouvir pessoas comuns. Alguns jornalistas limitam-se a acompanhar o acontecimento principal, outros tentam descobrir neste um ângulo diferente, uma dúvida, uma discordância.

Dois casos: no dia 3 de Fevereiro, apresenta-se a Plataforma Beja pelo Sim. E conhecemos Diamantino Tomé, que lhe dá o seu apoio, sem calar algumas reservas:

“Matar-se uma criança, sem saber se pode ser uma grande especialista, um grande médico, uma grande coisa, não concordo. Ai também é verdade.”

“E ainda assim vota no Sim?”, pergunta o jornalista.

E Tomé:

“Pois. Voto no Sim, pois. Voto no Sim. Porque às vezes há pessoas que morrem por falta de assistência.”

Dias depois, a 8 de Fevereiro, o Movimento “Norte pela Vida” distribui comunicados nas ruas do Porto, e a equipa da RTP surpreende um curto diálogo entre uma rapariga do Movimento e outra jovem, a quem entrega o documento:

Rapariga do Movimento: *“A legalização é liberalização!”*

Segunda rapariga, discordando: *“Não é sempre que a mulher pode [fazer a IVG legalmente a simples pedido]. Isso é uma palavra mal usada!”*

Rapariga do Movimento: *“Não, desculpe! A mulher pode fazer um aborto quando quiser, de livre vontade! [Acha bem] sem ter nenhuma razão para abortar, poder abortar?”*

Segunda rapariga, assertiva: *“Isso é com a consciência de cada um.”*

São estratégias narrativas diferentes, que mostram a capacidade de autonomia do jornalista, mesmo no cumprimento de uma agenda que lhe é alheia. E que, recusando a rotina, recusam servir a estratégia de simplificação que é a dos movimentos e partidos em campanha.

Diamantino Tomé introduz o diálogo naquilo que seria mais dos muitos monólogos a várias vozes de que se compôs a cobertura da campanha do referendo, dando razão aos que dizem que o espaço público já não é o processo em que as opiniões se formam, mas o lugar onde elas simplesmente se tornam públicas. (Neidhradt, in Innerarity, 2006:16)

As duas raparigas na rua, mesmo discordando, quebram também a (in)comunicação patente em quase todas as peças de cobertura da campanha, uma comunicação em que,

escreve Innerarity, “os atores emitem as suas opiniões, só se citam a si próprios e não entram em sequências de interrogação e resposta” (*id.*).

Diferentes estratégias narrativas, diferente conceção do espaço público. A justaposição de monólogos ao longo do Telejornal sublinha a irredutibilidade de opiniões; uma narrativa construída com o confronto das posições, mediado pelo jornalista, deixaria aberta a hipótese de diálogo – e, até, de admissão de contradições como essa que Diamantino Tomé teve consigo mesmo e que devolveu ao problema da IVG, simplificado pela redução a monólogos cronometrados do Sim e do Não, a complexidade que justificou o referendo.

Pequenos sinais em dias e dias de reportagens não sobre o que está em causa, a despenalização da interrupção voluntária de gravidez, o problema de saúde pública que é o aborto clandestino, mas pseudo-acontecimentos montados pelas campanhas do Sim e do Não para serem filmados e passados nas televisões.

Pseudo-acontecimentos em cuja narração é possível, apesar de tudo, encontrar diferentes estratégias de enunciação, manifestando maior ou menor distância em relação às fontes.

Cumprindo a sua missão de informar sobre um debate que dividia a sociedade portuguesa, sob o olhar vigilante da ERC e recomendações expressas de equilíbrio, os jornalistas da RTP optaram maioritariamente, nas suas peças, pela utilização das falas de protagonistas – a versão televisiva da citação.

“Citar é talvez [*diz Maria Augusta Babo*] o único ‘roubo’ consentido ou com sentido” (*apud* Rebelo, 2000: 64).

Quem cita usa um texto já escrito para o incluir no seu próprio, mas mantendo a sua individualidade, a sua assinatura: o discurso incorporado é claramente limitado, conservando a sua integralidade e autenticidade.

É o que se verifica em grande parte das peças produzidas: marcando claramente as citações, o jornalista distancia-se do discurso enunciado; importa-o, usa-o, mas não o assume.

Noutras peças, no entanto, como já referi, para lá das citações diretas, o jornalista engloba, no seu texto, frases e argumentos das fontes que ouviu, “*apagando completamente as marcas da enunciação*” (Rebelo, *id.*). Optando assim pela intertextualidade, o jornalista

assume a responsabilidade do dito – ou “*remete essa responsabilidade para o senso comum ou para a evidência*” (id.: 65).

Tomemos, por exemplo, estas frases do texto *off* de uma notícia de 14 de Janeiro, sobre um grupo de católicos que decide rezar pelo Não no Terreiro do Paço:

“Com o castelo no horizonte e o rio por vizinho, este grupo de católicos improvisou um altar para rezar um terço pela vida. A iniciativa nasceu num grupo de leigos na Igreja do Loreto, por causa do referendo ao aborto. (...) Começaram no dia 24 de Dezembro, como um presente ao Menino Jesus. Num dos mistérios, rezaram pelo referendo de dia 11 de Fevereiro.”

“*Rezar um terço pela vida*” foi, provavelmente, o lema da iniciativa. Repetindo-o, sem marca de citação, o autor da peça subscreve a ideia de que a defesa da vida está do lado do “Não”. Por outro lado, ao assumir o que são palavras e crenças de uma comunidade religiosa como se fossem palavras e crenças partilhadas por todos, transfere-as de um enunciador determinado para um enunciador indeterminado ou universal e, nesse sentido, naturaliza-as: “*Considerar um enunciado como informação, sem o ligar à fonte, equivale a reconhecê-lo como do domínio do real e, portanto, a veicular, automaticamente, os interesses que a fonte investiu no discurso ao produzi-lo.*” (Rebelo, 2000; 65)

Por outro lado, ao longo de toda a campanha, há falas que raramente são apropriadas pela intertextualidade. São de vozes que devem conservar a marca da sua enunciação, porque vêm de um lugar de autoridade: o cardeal patriarca, o primeiro-ministro, o presidente do PSD, dos médicos, sobretudo se ocupando lugares importantes na hierarquia da profissão.

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos”, em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na

legitimidade das palavras e daqueles que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 1989:145)

Na ausência de autoridade, outro recurso é a polifonia, a multiplicação de vozes, de que o exemplo mais claro é o da entrega de assinaturas, na Comissão Nacional de Eleições, por grupos a favor do Não. É no dia 10 de Janeiro e falam, na mesma peça, sete (7!) representantes do Não.

A estratégia da mediatização passa também pela ausência, ou seja, pelo que se não diz.

“Os media eliminam naturalmente do espaço publico certo tío de factos e escolhem outros a que dão visibilidade”, escreve Jean-Pierre Esquenazi (apud Rebelo, 2010) e acrescenta: “Uma crítica coerente dos media não pode contentar-se com analisar o discurso mediático efetivamente produzido. Deve ter também em conta o não-discurso mediático. Determinar quais são os factos sociais que não são, ou nunca são, mediatizados, é uma maneira de aprender as escolhas operadas.”

Foi o que me levou a, ao analisar as notícias relativas à IVG, sublinhar os temas não tratados, desde as razões económicas e laborais que levam mulheres a ter de optar pela interrupção da gravidez⁹¹, às mudanças na forma de abordar o limbo e o destino das crianças mortas sem batismo, empreendidas pelo Vaticano em vésperas do referendo português.

Como escreveu Lazarsfeld, *“A influência que [os media] exerce nas audiências provém, não apenas do que é dito mas, especialmente, do não dito. Por isso, os media não apenas consolidam o status quo, falham, também, na abordagem das principais questões relacionadas com a organização da sociedade.” (apud Serrano, 2006: 40)*

91 Uma notícia da agência Lusa, publicada em 27 de Setembro de 2012, refere que, segundo um relatório da direção Geral de Saúde, foram as mulheres desempregadas que, em 2011, realizaram mais abortos legais até às 10 semanas de gestação por opção. Em anos anteriores, no primeiro lugar, predominavam profissões relacionadas com a agricultura, operárias, artífices ou outras trabalhadoras qualificadas e estudantes.

9. CONCLUSÕES

No projeto de dissertação apresentado em 2005, sobre Profissionalismo e Responsabilidade Social dos Jornalistas do Serviço Público de Televisão, pretendia chegar a um modelo de como os jornalistas da televisão pública portuguesa, RTP, encaram o exercício da sua profissão e a sua relação com a sociedade em que se inserem – redação e correspondente hierarquia, fontes, público – nomeadamente em termos de uma eventual oposição dos critérios de “responsabilidade social” e “profissionalismo”, bem como de constrangimentos vividos.

Avançava, para tal, algumas questões orientadoras da investigação:

- a) teriam ou não os jornalistas da RTP consciência de participar na produção e reprodução de relações de poder (Heikkila e Kunelius, 2002)?
- b) ver-se-iam como atores capazes de responsabilidade própria e de intencionalidade ou como recursos funcionais do sistema (Parker, 2000), limitados a cumprir o papel que este lhes reserva?
- c) como se articulariam, no seu quotidiano, autonomia e constrangimentos?

Tendo em conta que as diferenças entre a RTP monopolista do final dos anos 70, quando ali começara a trabalhar, e o contexto de concorrência em que se processa a sua atividade desde o aparecimento dos canais privados, em 1992, teriam provocado alterações no habitus (Bourdieu, 2002: 163, 166) acrescentei mais tarde a estas questões duas outras:

- d) estando a RTP obrigada, por um lado, a cumprir Serviço Público e, por outro, a garantir audiências – que não só atraíssem receitas publicitárias mas de algum modo legitimassem a sua existência – ter-se-ia alterado a

noção de responsabilidade social dos jornalistas da televisão pública?
Se a resposta fosse afirmativa, em que sentido se dera essa alteração?

e) nas novas condições, manter-se-iam ou alterar-se-iam os constrangimentos à sua atividade?

E, finalmente, a questão essencial que determina a minha investigação:

f) teriam ou não os jornalistas do Serviço Público de Televisão possibilidade de agir com responsabilidade social no quadro de concorrência com as estações privadas?

Para responder a estas perguntas de partida, optei por metodologias qualitativas:

1. Entrevistas semi-diretivas;
2. Observação participante;
3. Questionários;
4. Análise documental – análise do Correio do Provedor do Telespectador;
5. Estudos de caso;
6. Auto etnografia.

As entrevistas semi-diretivas, bem como a auto etnografia, permitiram-me a comparação entre a noção de responsabilidade social e os constrangimentos em duas épocas bem diferentes, antes e depois da abertura da atividade de televisão a empresas privadas;

A observação participante esclareceu-me sobre as rotinas organizacionais, cujo conhecimento era indispensável para estabelecer o enquadramento da atuação dos jornalistas;

Os questionários destinaram-se à compreensão do conjunto de disposições interiorizadas dos jornalistas sobre a sua profissão e a empresa onde a exercem;

Os estudos de caso foram demonstrativos da forma como os jornalistas, enquadrados na redação, reagem em situações de rotina e de disrupção do quotidiano;

A análise documental elucidou, por um lado, algumas práticas organizativas (notas da Direção, Estudo do Gabinete de Qualidade sobre as peças mais vezes exibidas, análise cronométrica das peças do Telejornal relativas ao referendo sobre a IVG) e, por outro lado, a forma como o trabalho dos jornalistas da RTP é percecionado pelos espetadores (Correio do Provedor).

A auto etnografia permitiu-me uma leitura “por dentro” dos elementos recolhidos, em que esteve sempre presente a minha própria experiência.

Ao longo deste percurso e da sua escrita, fui elaborando algumas conclusões parcelares, relacionando-as com o tema da minha investigação:

1. Sobre as entrevistas

Das entrevistas efetuadas retira-se uma clara mudança no *habitus* dos jornalistas da RTP entre o final da década de 70 – já em liberdade de Imprensa, mas ainda em situação de monopólio televisivo – e os anos posteriores à entrada em atividade das televisões privadas.

Como aspetos mais marcantes dessa diferença, identifiquei:

- a) As relações profissionais. Num tempo em que se aprendia ainda a responsabilidade de ser livre, a entrada na profissão fazia-se com o acompanhamento de profissionais mais antigos e o debate nas redações substituía a inexistente formação académica (Judite de Sousa, Joaquim Furtado). Assim sendo, a discussão profissional era constante e as críticas aceites como positivas (Jacinto Godinho); a participação, vista como normal, podendo a redação envolver-se toda na discussão sobre um trabalho a efetuar, em termos de responsabilidade social (Perez Metelo). Na atualidade, prevalece o “salve-se quem puder” (Judite de Sousa): cada jornalista isola-se num “casulo” (Perez Metelo) ou fecha-se numa “bolha” (Jacinto Godinho) e os jovens sentem um abandono por parte da estrutura hierárquica (Sara Miranda);
- b) As pressões. Tendo sempre existido, a forma como se apresentam mudou. Se, nos anos 70/80, se exerciam diretamente sobre um jornalista,

independentemente do seu peso na estrutura hierárquica e podiam provir diretamente da administração (Carlos Pinto Coelho), a sua ação passou a exercer-se, sobretudo, sobre os jornalistas que ocupam cargos de estrutura (Emídio Rangel, Joaquim Furtado, José Rodrigues dos Santos) e é através destes que chegam (ou não), aos jornalistas da base;

- c) A auto-representação dos jornalistas. Passa-se de um discurso em que o jornalista se insere num coletivo, para um discurso em que o jornalista fala por si próprio⁹².

2. Sobre a observação participante

Surpreendeu-me o aspeto rotineiro das reuniões de alinhamento.

É possível que, com a informatização da redação, algum debate se dê por mensagens de computador a que não tive, naturalmente, acesso – mas, pelo que observei, diria que esse aspeto provém, sobretudo, de uma linha de orientação que os participantes conhecem e que não suscita, portanto, discussão.

Foi num debate exterior à redação que, pela primeira vez, compreendi o modo como a pressão da empresa, em disputa do investimento publicitário, colocando a ênfase na importância das audiências, forçou a alteração dos critérios editoriais. Essa ênfase está também patente nas declarações de uma jornalista coordenadora, citada numa *newsletter* da RTP, que explica que a notícia de abertura do Telejornal dirá preferentemente respeito “*a um maior número de pessoas, reproduzindo problemas, sentimentos e vivências de um maior número de indivíduos*”.

O debate público a que me referi teve lugar no espaço Alcantara, a propósito de uma peça de teatro da autoria de Tiago Rodrigues, “Se uma janela se abra”. Uma jornalista da RTP que intervinha como oradora, respondeu, a uma pergunta sobre a razão de o Telejornal ter dedicado tanto tempo a uma notícia sobre o anel oferecido à noiva pelo neto da Rainha Isabel de Inglaterra, com a frase: “*Devia haver um jogo de futebol importante noutra canal*”. E explicou: “*Quando há futebol à mesma hora, o*

⁹²Como, no entanto, alguns dos jornalistas ainda em atividade na RTP à data das entrevistas ocupavam lugares de grande visibilidade, pode haver um enviesamento da amostra.

Telejornal perde parte da audiência. Então optamos por notícias mais viradas para o público feminino que vê menos futebol.”

Ora, a RTP tem outras obrigações que lhe são confiadas pelo Contrato de Concessão do Serviço Público. Respostas como a que acabo de citar parecem contudo apontar para que a componente publicitária do seu financiamento, bem como a pressão para legitimar o financiamento estatal com audiências significativas, dificultam o cumprimento dessas obrigações.

Essa cultura comercial não se limita, no entanto, a influenciar os noticiários: influencia os próprios jornalistas. No mesmo debate, a jornalista justificou assim a razão pela qual há diretos que se prolongam desnecessariamente, ou peças com desnecessários “vivos” dos jornalistas: “*É a forma de estes aumentarem o seu valor de mercado.*” E, a uma surpreendida espectadora, esclareceu: “*Em época de concorrência e precariedade, ser visto é essencial para poder abrir outras oportunidades.*”

Uma explicação que recorda a frase já referida de um jovem jornalista: “*Hoje é a RTP, amanhã pode ser outra... Estou no mercado!*”⁹³

Se aparecer no ecrã aumenta as possibilidades de um jornalista num mercado onde a oferta de mão-de-obra supera em muito a respetiva procura, o risco de ver restringido o acesso aos ecrãs pode ser usado como forma de pressão:

“Há um problema inerente às televisões que é o da vaidade telegénica. Isto é, uma chefia, numa televisão, tem um poder adicional sobre os profissionais que comanda, que é o poder de os deixar, ou não, aparecer em antena [explica Rodrigues dos Santos]. Vi certas atitudes tomadas por conselhos de redação (CR) que, num jornal, não se tomariam. Porquê? Às vezes, ia falar com as pessoas e percebia que elas tinham medo das consequências para o seu trabalho. Lembro-me de que, uma vez, houve um diretor que se pôs a gritar com uma jornalista do CR, contestando um comunicado qualquer, e a jornalista ficou lavada em lágrimas...Tentei confortá-la e ela disse-me: ‘Nunca mais me vão pôr em antena.’” (in Andringa, 2011e: 582)

Sendo a vaidade telegénica tão velha quanto a televisão, pensar o seu próprio valor de mercado – e, sobretudo, dizê-lo – marca uma alteração na forma de avaliação

⁹³ Em Conversas Informais (Capítulo 5.8)

do trabalho jornalístico e pode influenciar novas formas de produção de notícia, em que o jornalista não é já o membro de uma comunidade interpretativa (Zelizer, 2000) que deve levar ao público a informação recolhida, mas um ator dessa mesma informação. Essa mudança de papéis que, em Portugal, terá tido os seus primeiros afloramentos na década de oitenta, quando os anúncios das entrevistas televisivas passaram a fixar-se mais em quem entrevista do que em quem é entrevistado, alterou a percepção pública sobre a importância dos jornalistas e terá conduzido a atitudes de arrogância como as referidas por alguns espectadores em mensagens ao Provedor.

3. Sobre os questionários

Não é possível, nas respostas aos questionários, detetar diferenças determinadas por género, idade ou antiguidade nas atitudes em relação à responsabilidade social da profissão e à forma como a exercem.

Nem sequer nas ambições: a maioria deseja poder fazer reportagem, desvalorizando tarefas de apresentação ou responsabilidades hierárquicas; há mesmo quem, já tendo desempenhado funções de editoria, prefira não voltar a tê-las.

As respostas sobre a existência de pressões seguem o mesmo padrão das apresentadas nas entrevistas: os mais antigos sofreram-nas diretamente, por vezes até de fontes altamente colocadas; atualmente, essas pressões passam pelos assessores ou empresas de comunicação e, quando internas, são exercidas através da Direção.

A Direção tem, no entanto, pouca interferência no trabalho final: das respostas ao questionário ressalta uma grande autonomia editorial em relação ao modo como o trabalho é efetuado, já que, em muitos casos, ele é difundido sem ter sido visto por nenhum elemento da estrutura hierárquica.

Questões técnicas e de velocidade são, segundo as respostas que obtivemos, os principais constrangimentos sentidos. A velocidade, sim, marca a diferença com os anos 70/80, em que os serviços noticiosos eram em muito menor número e as próprias condições técnicas forçavam a pausas entre a recolha de imagens e a sua edição.

As respostas sobre as maiores preocupações em relação à informação produzida apontam para o rigor e para a necessidade de servir o público. Ao contrário

das teses que defendem que a gratificação do trabalho jornalístico se centra nos colegas e na hierarquia (Soloski, Breed, *in* Traquina, 1993), a maioria responde não pensar neles mas, sobretudo, no público – nomeadamente nos efeitos que os conteúdos possam nele provocar – assim como nas fontes.

Também a concorrência não parece pesar muito sobre o jornalista, com uma única pessoa a referir que se esforça por “contar a história de forma suficientemente original para que os formatos não se repitam e seja diferente da concorrência”.

Na escolha dos melhores e dos piores momentos da carreira, surgem, do lado bom, trabalhos bem conseguidos e, do mau, pressões das fontes e da hierarquia.

Nesse primeiro questionário apresentei oito frases com pedido de comentários. Procurava, com isso, compreender melhor a forma como encaravam a profissão.

Em relação à primeira frase, que reproduzia a afirmação de Heikkila e Kunelius, as respostas ao questionário demonstram haver, nos jornalistas da RTP, consciência do seu papel quer na produção quer na reprodução das relações de poder. Consciência, também, da obrigação de não servirem como joguetes dessas relações de poder e de que, como “*profissionais do jornalismo público [lhes incumbir também] a missão de ajudar a vida pública, através de uma maior consciencialização dos aspetos e dos problemas que mais interessam à comunidade.*”

É a noção da sua responsabilidade social que, segundo Rémy Rieffel (2003) “*remete para a ideia de que o jornalista pode servir diretamente os interesses concretos dos cidadãos, produzir mudanças palpáveis na sociedade (...) e ser, pois, um ator da sociedade.*” (Rieffel, 2003:150).

As condições estruturais influenciam, no entanto, a capacidade de autonomia. Embora recusando ver-se como recursos funcionais do sistema, os jornalistas cujas opiniões recolhemos admitem que as alterações verificadas no campo dos *media*, nomeadamente a concentração, empurrem as novas gerações para uma situação de autonomia reduzida, “*quase como operários de uma fábrica de produção de notícias*”.

José Rodrigues dos Santos (JRS), a quem a apresentação do Telejornal, primeiro, e a escrita de ficção, depois, deram o estatuto de “figura pública” - que o próprio assume - fala do poder dos jornalistas, mas considera haver, em Portugal – e na RTP – uma falta de assunção das responsabilidades que leva a que uma decisão

ética, moral ou tecnicamente errada seja aceite caso emane de um superior hierárquico:

“Os portugueses não dizem ‘não’ à hierarquia. Esse tipo de cultura, de recusar o que está errado, de enfrentar o chefe para defender o que está certo e é justo, não faz parte da cultura da RTP nem do país. Há coisas que vi serem feitas aqui que os jornalistas ingleses jamais aceitariam fazer. Jamais! Aqui fazem e aceitam. Falta isso, não é? Falta as pessoas assumirem as suas responsabilidades.” (in Andringa, 2011e:577)

O poder negocial, no entanto, não é igual para JRS e para outros elementos da redação, como se depreende desta outra resposta do 1º questionário:

“Quando o jornalista não prescinde da sua responsabilidade própria e o sistema tenta limitar o seu papel, gera-se o conflito que pode levar muito tempo a terminar. A vitória do jornalista acarreta normalmente custos elevados.”

Ou não fosse o campo jornalístico, como recordou Bourdieu (1996:46), um campo de forças onde há dominantes e dominados e relações de desigualdade que ditam estratégias diferentes.

Há também, por vezes, como alertava Soloski (1993:93) confronto entre as boas práticas profissionais e os interesses da empresa, quando, por exemplo, a insistência na velocidade de difusão de uma notícia, sob a pressão da concorrência, não permite cumprir as regras mínimas de verificação da veracidade da mesma.

Ainda assim, o que resulta das respostas ao inquérito é, por um lado, uma noção da responsabilidade social dos jornalistas e, por outro, a existência de uma razoável autonomia. Não faltam pressões mas, diferentemente do que acontecia nos anos 80, em que podiam incidir diretamente sobre o jornalista que fazia a reportagem ou a entrevista – uma das respostas é bem clara nesse sentido – exercem-se, sobretudo, sobre a hierarquia, e é essa que assume a passagem da palavra do poder.

As respostas ao segundo questionário reforçam a conclusão de que os jornalistas da RTP têm plena consciência e entendem o seu papel como imbuído de responsabilidade social. Essa noção é acentuada pelo estatuto da RTP, como concessionária do Serviço Público de Televisão e pesa sobre o trabalho jornalístico,

em exigência de rigor, contraste de opiniões, respeito pelas fontes e pelo público, cuja confiança julgam merecer.

As respostas sobre tempos de preparação de peças noticiosas apontam, no entanto, para alguma dificuldade dos jornalistas em corresponder à ideia que têm sobre a responsabilidade do seu trabalho, dada a velocidade que lhes é exigida. E, como diz Jacinto Godinho, mesmo as pessoas mais eticamente responsáveis lhes exigem resultados rápidos, ainda que tal signifique desprezar as normas deontológicas da profissão.

4. O correio do Provedor

Aqueles que escrevem ao Provedor serão, talvez, um grupo particularmente atento e crítico de telespectadores, mas mostram uma clara noção de que a informação da RTP tem obrigações diferentes das das televisões privadas, por efeito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão e, sobretudo, por ser financiada pelo Estado – ou seja, como por vezes explicitam, pelos cidadãos.

Esse facto leva-os a confiarem mais nos noticiários da RTP, mas torna-os também mais exigentes com a informação recebida e não impede que manifestem dúvidas sobre a isenção dos jornalistas. Aliás, são frequentes os protestos por falta de isenção nas áreas da Política e o Desporto. Haverá que dizer, no entanto, que nas acusações é também muitas vezes visível a parcialidade de quem escreve, como foi possível verificar em relação à cobertura da campanha para o referendo sobre a IVG, em que, apesar de o Telejornal se ter subordinado a um critério cronométrico, apoiantes do Sim e do Não encontraram desvios a favor do lado contrário.

Falta de rigor, desconhecimento da geografia do país, centralismo lisboeta, são outras das queixas apresentadas, a par com a constante crítica à deficiente utilização da língua portuguesa.

É interessante notar que algumas das críticas focam o que os espectadores consideram falta de educação dos jornalistas: para lá da já referida interrupção dos entrevistados, a forma informal de os jornalistas se lhes dirigirem, alguma agressividade e arrogância nas perguntas, o uso de uma linguagem mais popular.

Em troca da confiança, exige-se-lhes “*distinção*”, recordando, sem o dizer, que “*não existe poder simbólico sem uma simbólica do poder [e que] existe todo um aspeto da linguagem autorizada, da sua retórica, da sua sintaxe, do seu léxico, da sua pronúncia até, que não tem outra razão que não seja lembrar a autoridade do seu autor e a confiança que ele exige.*” (Bourdieu, 1998:66-67)

Curiosamente, este grupo de telespectadores mostra particular desagrado com algumas decisões que, no interior da RTP, são justificadas com a manutenção do interesse do público: a exagerada duração de algumas peças de pouco interesse noticioso, a emotividade de alguns debates, o excesso de notícias sobre futebol, a falta de lógica no alinhamento, os cortes da palavra aos entrevistados.

Embora a frase de Park, “*as coisas que a maioria de nós quer publicar não são aquelas que a maioria de nós quer ler. Podemos mostrar-nos ávidos de publicar aquilo que é, ou parece ser, edificante, mas queremos ler o que é interessante*” (apud Tunstall, 1971:18) seja dita a pensar nos jornalistas, não é impossível que a mesma deseabilidade social influencie os espectadores.

Mas é também possível que haja um vício no sistema de circularidade entre os produtores de informação e os recetores dessa informação e que os jornalistas vejam como desejo de receção aquilo que não é mais do que a sua própria visão.

Referindo-se, numa entrevista na RTP2, ao modo como, por vezes, as televisões baixam a qualidade dos seus programas defendendo-se com o gosto do público, Dominique Wolton foi contundente: “*A audiência não traduz o estado da procura, é um reflexo da oferta*”. (Wolton, 2000)

Compete, portanto, à RTP, oferecer um produto informativo que, longe de ceder a tentações populistas, veja o público como um conjunto de cidadãos e não de consumidores e lhes dê as notícias de que precisam para a compreensão da sociedade em que vivem e não as que podem seduzi-los, levando-os a vê-las, mas nada acrescentam para essa compreensão. Compete-lhe ter presente, em nome da responsabilidade social, que a iniciativa cidadã deve caber à oferta:

“Isto é verdade para a cultura, para a política... Se um político só repete o que as pessoas dizem, trai a sua missão. Se um industrial só produz o que a procura pede, trai a sua missão. É sempre preciso preservar a lógica da oferta face à lógica da procura. A emancipação está do lado da oferta, não da procura.” (Wolton, *id*)

5. Os estudos de caso

A campanha para o referendo sobre a despenalização da IVG, o episódio Subtil e o pseudo-arrastão de Carcavelos – que tratei mais aprofundadamente no Capítulo 7 – são demonstrativos de como as circunstâncias alteram o comportamento ético dos jornalistas.

No caso do referendo, os jornalistas aceitaram submeter a sua autonomia editorial às agendas ditadas do exterior, quer em termos de peças efetuadas quer na subordinação a um critério cronométrico que pouco ou nada tem a ver com os critérios jornalísticos. Talvez por isso mesmo, atuaram, quase sempre, de forma rotineira, escolhendo como fontes as personalidades mais conhecidas, dando assim razão à ideia de produção e reprodução de poder, presente em autores como Heikkila e Kunelius.

No entanto, pequenos apontamentos em algumas reportagens mostram que era possível atuar de forma diferente, não podendo, portanto, ser descartada a responsabilidade individual do jornalista.

“A invocação dos limites e das servidões da atividade jornalística não elimina as responsabilidades do jornalista individualmente considerado. Tão pouco se afigura justo reconduzir os “erros” individuais de cada profissional ao funcionamento do “sistema” [...] existe sempre uma esfera de decisão que passa pela competência profissional e pela consciência individual do jornalista. Não sendo um profissional liberal, o jornalista possui uma área de autonomia e não é legítimo que se demita de exercê-la ou que faça de conta que não a exerce” (Mesquita, 2003:87)

Já nos casos Subtil e pseudo-arrastão essa responsabilidade é mais difusa. Cada jornalista atua integrado numa redação em que cabe à estrutura definir a cobertura da ocorrência que alterou a rotina. Mais do que os erros de cada profissional, esteve em causa uma cadeia de comando que foi incapaz de, no caso Subtil, estabelecer a distinção entre acontecimento e pseudo-acontecimento, bem como de ponderar os efeitos que uma cobertura emotiva poderia vir a causar (e causou, vindo a verificar-se um novo caso de sequestro pouco tempo depois) e, no caso de Carcavelos, de refletir sobre o que lhe era narrado, interrogar as palavras e as imagens e, uma vez mais, ponderar os efeitos (que se manifestaram em diversas atitudes discriminatórias contra imigrantes e portugueses negros e mestiços).

6. Auto etnografia

Ao longo da minha investigação, transporte sempre comigo a memória da jornalista que ali fui. Não no sentido nostálgico de “nesse tempo é que era bom”, porque todo ele foi, como o de agora, de luta no interior do campo e contra os constrangimentos que afetam o campo. Antes, no sentido de saber a que ponto o entusiasmo que sentimos em cada trabalho, a empatia pelo entrevistado, a emoção perante uma catástrofe, um bombardeamento, uma epidemia, ou a velocidade que nos é exigida, pode afetar o nosso julgamento.

Resumindo: serviu-me de instrumento de reflexão e análise, para, na comparação constante com a minha experiência, poder olhar a atuação dos jornalistas da RTP tendo em conta o postulado de Espinoza: “*Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender*”. (apud Bourdieu, 1993: 10)

Compreender – digo agora, a terminar – e compreender-me. Escrever sobre os jornalistas é, também, escrever sobre mim. É pensar-me.

E é com base nesse modo de ver que, terminando de responder às questões iniciais, concluo que os jornalistas da RTP, tendo todavia bem presentes a sua responsabilidade social e, por base, o seu profissionalismo, têm hoje sobre eles novos constrangimentos, decorrentes da concorrência a nível de empresa e, também, de um mercado de trabalho em que a oferta de mão-de-obra excede em muito a procura e em que as novas formas de contratação tornam mais fácil o seu afastamento.

É essa, afinal, a grande diferença entre uma geração que, na sequência do 25 de Abril de 1974, criou uma interpretação do jornalismo baseada na cidadania e as que hoje exercem a profissão num ambiente marcado pela mercadorização da informação, cujos valores são incutidos aos jornalistas pela pressão empresarial.

Creio poder defender que, nas décadas de setenta e oitenta, apesar de todos os constrangimentos, as decisões dos jornalistas eram mais “*subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas*” [enquanto que, na atualidade] “*o fator predominante sobre o trabalho jornalístico é o*

peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista, que raramente entram no processo de seleção”. (Traquina, 1993: 134)

Podia ter-me entusiasmado com o episódio de Manuel Subtil, não fosse ter-me apercebido, no interior da RTP, que cada um estava a representar um papel e não a vivê-lo.

Podia ter acompanhado o erro de ver Carcavelos como um arrastão, não fosse odiar o racismo e rejeitar os preconceitos a ele ligados.

Podia ter sido tentada a cumprir de forma rotineira a peça que me caísse em sorte sobre o referendo da IVG, não fosse ter uma opinião firme sobre o tema e prezar os que hesitam, como Diamantino Tomé.

Em qualquer dos casos a escolha dever-se-ia menos a critérios de profissionalismo do que a um dever de responsabilidade social. De exercício de cidadania.

Concordo, com Mário Mesquita, que não é possível escamotear a responsabilidade individual do jornalista. Mas, perante os constrangimentos que o cercam, é a todos nós, ao público, à sociedade que precisa do seu trabalho, que cabe defendê-lo e criar-lhe as condições para que possa exercer, com a maior margem de liberdade possível, o seu papel de mediador.

Só com liberdade se pode ser jornalista de corpo inteiro, como aprendemos todos os que começámos a trabalhar antes de 25 de Abril de 1974. Hoje, essa liberdade está de novo ameaçada, pela crise económica, pela precariedade. No jornalismo, a precariedade e a ausência de direitos não constituem meros problemas laborais. São ameaças à liberdade de Imprensa.

O ofício de informar implica, por parte do jornalista, o uso pleno dos seus direitos de cidadania. Mas implica, igualmente, por parte desse mesmo jornalista, o respeito pelos direitos de cidadania daqueles que informa e daqueles sobre quem informa. Implica nunca tratar como rotina aquilo que é, afinal, a vida dos outros.

É o que nos ensina um poema de Carl Sandburg, do livro intitulado “We, the people”. Chama-se Anna Imroth e foi traduzido para português por Alexandre O’Neill:

*Cruza-lhe os braços sobre o peito - assim.
Endireita-lhe um pouco mais as pernas - assim.
E chama o carro para que a leve a casa.*

*A mãe dela há-de chorar,
e também as irmãs e os irmãos.
Mas os outros salvaram-se todos: foi ela a única
rapariga da fábrica que não teve sorte
ao saltar cá para baixo
quando o fogo irrompeu.*

*Andou aqui a mão de Deus -
e a falta de uma saída de emergência*

As lágrimas dos familiares podem despertar a emoção do público e mantê-lo de olhos no ecrã, mas o jornalista é aquele que dá pela falta da saída de emergência.

10. BIBLIOGRAFIA

- Abbot, A. (1997). Of time and space: the contemporary relevance of the Chicago School. (T. U. Press, Ed.) *Social Forces*, 75(4), 1149-82. Obtido de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/chicago%20school.pdf>
- Abrantes, J. C. (6 de Fevereiro de 2006). Reconhecer erros no jornalismo. *Diário de Notícias, Opinião*. Obtido de http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=635468
- Adams, J. (1856). Carta a James Lloyd, de 11 de Fevereiro de 1815. In C. F. Adams, *The Works of John Adams, Second President of the United States: with a Life of the Author, Notes and Illustrations* (Vol. 10). Boston: Little, Brown and Co. Obtido de http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=2127&chapter=193543&layout=html&Itemid=27
- Aguinaga, E. (s.d.). *El periodista en el umbral del siglo XXI*. Obtido de Sala de Prensa: www.saladeprensa.org
- Akoun, A., & Ansart, P. (1999). *Dictionnaire de Sociologie*. Tours: Le Robert/Seuil.
- Albarello, L., et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Trajectos, Gradiva.
- Aldridge, M., & Evetts, J. (2003). Rethinking the concept of professionalism: the case of journalism. *British Journal of Sociology*, 54(4), 547-564.
- Alexandre, J., & Waldzus, S. (2006). Quando o que vemos não é igual ao que percebemos - implicações para as relações entre grupos. In ACIME, *O 'pseudo-arrastão' de Carcavelos - Documentos* (pp. 115-124). Lisboa: ACIME.
- Alta Autoridade para a Comunicação Social. (1995). *Primeiro Mandato (1990-1994) - Actividade desenvolvida*. Lisboa: AACCS.
- Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. (2006). *O 'pseudo-arrastão' de Carcavelos - Documentos*. Lisboa: ACIME.
- Andringa, D. (2006). Olhar de outra maneira. *SOS Racismo - Imprensa 2005*.
- Andringa, D. (2008). Da militância como pecado mortal - Opiniões sobre a Militância Política dos Jornalistas. (ISCTE, & F. d. Século, Edits.) *Trajectos*, 12, 137-144.
- Andringa, D. (29 de Janeiro de 2009). *Falar na Polícia*, 4. Obtido de Caminhos da Memória: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/01/29/%C2%ABfalar%C2%BB-na-policia-4/#more-4601>

- Andringa, D. (2011a). Emídio Rangel – O jornalista não é um missionário mas deve observar códigos éticos. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal – perfis sociológicos* (pp. 280-295). Lisboa: Gradiva.
- Andringa, D. (2011b). Jacinto Godinho - A responsabilidade de mediação. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 312-327). Lisboa: Gradiva.
- Andringa, D. (2011c). João Bruno Videira - 'O ruído à nossa volta não nos deixa reflectir'. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 328-339). Lisboa: Gradiva.
- Andringa, D. (2011d). Joaquim Furtado - A aprendizagem de um jornalismo livre, no meio da Revolução. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 402-423). Lisboa: Gradiva.
- Andringa, D. (2011e). José Rodrigues dos Santos - Um poder que temos é o de forçar governos a ceder. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 572-589). Lisboa: Gradiva.
- Andringa, D. (2011f). Judite de Sousa - Sem ilusões sobre as regras do jogo. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 608-627). Lisboa: Gradiva.
- Andringa, D., et al (Realizadores). (2005). *Era uma vez um Arrastão* [Filme].
- Andringa, D., & Pereira, C. S. (2000). Os efeitos dos media na perspectiva de Elihu Katz. *JJ – Jornalismo e Jornalistas*, 19-27.
- Anunciação, P. d. (2005). Notícias que são pura ficção (Expresso, 18 de Junho de 2005). In ACIME, *O 'pseudo-arrastão' de Carcavelos - Documentos* (pp. 71-72). Lisboa: ACIME.
- Arendt, H. (1970). *On Violence*. New York: Harcourt Brace & Company.
- Azinhiera, N. (2010). (S. Controlinveste Media SGPS, Ed.) *Notícias TV, 150*.
- Barata-Feyo, J. M., & Tavares, M. S. (1982). Mea culpa. *Liberdade de expressão, expressão da Liberdade. 1º Congresso dos Jornalistas Portugueses. Conclusões, Teses, Documentos*, (pp. 153-158). Lisboa.
- Barreto, A. (2000). *A Situação Social em Portugal 1960-1999* (Vol. II). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bateson, G., Jackson, D. D., Haley, J., & Weakland, J. (2010). Toward a theory of schizophrenia (1956). In F. Verheij, & C. Oele, *Klassiekers van de kinder - en jeugdpsychotherapie* (pp. 300-316). Assen: Gorcum.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Trajectos, Gradiva.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1999). *A construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.

- Berthonneau, V. (Realizador). (2005). *La télévision des Portugais - "Toutes les télés du Monde"* [Filme]. Obtido de <http://www.artevod.com/touteslestelesdumondeportugal>
- Bon, G. I. (1980 (1ª ed. 1895)). *A Psicologia das Multidões*. Domínio Público.
- Boorstin, D. (1992). *The Image: A guide to Pseudo-Events in America*. New York: Vintage Books, Random House.
- Borga, C. (2011). Sara Miranda - Do entusiasmo e da paixão a um abandono (quase) forçado. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 804-813). Lisboa: Gradiva.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico, Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1993). *La Misère du Monde*. Paris: Éditions du Seuil, Points.
- Bourdieu, P. (1996). *Sur la télévision, suivi de L'emprise du Journalisme*. Paris: LIBER - Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer*. Difel.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma Teoria da Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C., & Passeron, J.-C. (2010). *Ofício de Sociólogo: Metodologia de Pesquisa na Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Brandão, N. G. (2002). *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Breed, W. (1993). Controlo social da redacção: uma análise funcional. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* (pp. 152-166). Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.
- Burawoy, M. (1998). The Extended Case Method. (A. S. Association, Ed.) *Sociological Theory*, 16(1), 4-33. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/202212>
- Burrage, M., & Torstendahl, R. (1990). *Professions in Theory and History, Rethinking the Study of the Professions*. Londres: Sage Publications.
- Cádima, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Carroll, L. (1871). *Through the looking glass*. Obtido de <http://www.sabian.org/Alice/lgchap06.htm>
- Carvalho, O. S. (1984). *Alvorada em Abril*. Torres Vedras: Ulmeiro.
- Carvalho, P. T. (2010). *Contra o 'jornalismo de matilha'*. Obtido de Clube de Jornalistas: <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=3078>
- Casetti, F., & Odin, R. (1991). De la paléo- à la néotélévision. *Communications*(51).

- Charmaz, K. (2009). *Constructing Grounded Theory, A Pratical Guide through Qualitative Analysis*. London: Sage.
- Christo, C. A. (20 de Maio de 2007). *Vidas em suspensão. Folha de São Paulo*.
- CIA, Central Intelligence Agency. (1963). *Kubark: Counterintelligence Interrogation*. Obtido de <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB27/01-03.htm>
- Correia, F. (2009). Crise de Identidade Profissional e Emergência de um Novo Paradigma. In J. L. Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 213-226). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas - do Ofício à Profissão*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Nosso Mundo.
- Correia, F., & Baptista, C. (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- Correia, J. C. (2006). Regresso ao arrastão de Lisboa: algumas reflexões sobre epistemologia do jornalismo. In *Telejornalismo: a Nova Praça Pública* (pp. 193-219). Florianópolis: Brasil Insular. Obtido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-regresso-ao-arrastao-lisboa.pdf>
- Costa, A. (1993). In *AACS, Comunicação Social e direitos individuais*. Porto.
- Crouse, T. (1986). *The boys on the bus*. Mass Market Paperback.
- Cunha, A. (1941). Jornalismo Nacional: das malogradas Associações de Imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 2.
- Cunha, T. C. (2005). Acontecimento e biografia. (I. /. Letras, Ed.) *Trajectos*, 6, pp. 105-108.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2002). *Handbook of Qualitative Research*. California: Sage Publications.
- Durrell, L. (1973-1976). *Quarteto de Alexandria: Justine - Baltasar - Mountolive - Clea*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Eco, U. (1988). *Como se faz uma tese*. Perspectiva.
- Eco, U. (1990). *Apocalípticos e integrados, debates/estética* (4ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Ellis, C., Adams, T. E., & Bochner, A. P. (2010). Autoethnography: An Overview. *Forum: Qualitative Social Research*, 12(1).
- Engels, F. (1868). *O Capital de Karl Marx*. Obtido de http://www.pcb.org.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=1602:192-anos-de-nascimento-de-karl-marx&catid=34:marxismo&Itemid=30

- Foucault, M. (2000). Preface. In G. Deleuze, & F. Guattari, *Anti-Oedipus, Capitalism and Schizophrenia* (pp. XI-XV). Minneapolis: University of Minnesota Press. Obtido de <http://pt.scribd.com/doc/36529685/Gilles-Deleuze-Felix-Guattari-Capitalism-and-Schizophrenia-V-1-Anti-Oedipus>
- Foucault, M. (2005). *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Fowler, R. (2003). *Language in the news - Discourse and Ideology in the Press*. London and New York: Routledge.
- Freire, J. (2004). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Friedberg, E. (1995). *O poder e a regra: dinâmicas da acção organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Garcia, J. B. (2001). Reportages y Nueva Televisión. *Caleidoscópio*, 5.
- Garcia, J. L. (1995). Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado: Legitimidade, Poder e Interpermutação. (E. Cosmos, Ed.) *Comunicação e Política, Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, pp. 365-382.
- Garcia, J. L. (2009). Principais tendências de profissionalização dos jornalistas. In J. L. Garcia, *Estudos sobre os jornalistas portugueses - Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 63-91). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Garcia, L., & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses - Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 13, 93-114. Obtido de <http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/934/1/8.pdf>
- Gibney, P. (2006). *The double-bind theory: Still crazy-making after all these years*. Obtido de Psychotherapy in Australia: <http://www.psychotherapy.com.au/TheDoubleBindTheory.pdf>
- Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gitlin, T. (1986). Looking through the screen. In T. Gitlin, *Watching Television*. New York: Pantheon Books.
- Glaser, B. G., & L. Strauss, A. (1999). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Glasser, T. J. (1984). *Objectivity precludes responsibility*. Obtido de Columbia University in the City of New York: <http://www.columbia.edu/itc/journalism/j6075/edit/readings/glasser.html>
- Glasser, W. (1999). *Choice Theory: A New Psychology of Personal Freedom*. New York: Harper Collins.

- Gomes, A. (2011). O telejornal e o zapping na era da Internet. *tese de doutoramento defendida em 4 de Julho de 2011*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Gomes, A. (2011a). João Paulo Guerra, 'Gosto de ouvir as pessoas e de as dar a ouvir'. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 374-391). Lisboa: Gradiva.
- Gomes, A. (2011b). José Estevão Santos Jorge: Para mim, jornalistas eram o Norberto Lopes, o Mário Neves, o Carlos Ferrão... In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 522-539). Lisboa: Gradiva.
- Guedes, N. (2006). A história do Arrastão que nunca existiu. In ACIME, *O 'pseudo-arrastão' de Carcavelos - Documentos* (pp. 66-69). Lisboa: ACIME.
- Guillevic, E. (1965). Leçon de choses. In *Poesias de Guillevic, Trad. David Mourão Ferreira*. Lisboa: Col.Poesia e Ensaio, Editora Ulisseia.
- Hardy, F. (1979). *Grierson on Documentary*. Londres: Faber Paperbacks.
- Heikkila, H., & Kunelius, R. (2002). Access, Dialogue, Deliberation: Experimenting with three concepts of Journalism. *Nordicom Review*, 19(1), 71-84. Obtido de http://www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/38_heikkila&%20kunelius.pdf
- Herman, E. S., & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing Consent - The political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books.
- Hirschhorn, M. (1999). In A. Akoun, & P. Ansart, *Dictionnaire de Sociologie* (pp. 453-454). Tours: Le Robert/Seuil.
- Innerarity, D. (2006). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema.
- Jespers, J.-J. (1998). *Jornalismo televisivo*. Coimbra: Editorial Minerva.
- Kapuscinski, R. (2008). *Os cínicos não servem para este ofício - Conversas sobre o Bom Jornalismo*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Katz, E. (1999). Entrevista com Elihu Katz, Sinais do Tempo, RTP2. (D. Andringa, & C. S. Pereira, Entrevistadores)
- Katz, E., & Dayan, D. (1999). *A História em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. F. (1955). *Personal influence: The part played by people in the flow of mass communication*. Glencoe, IL: Free Press.
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (2002). Participatory Action Research. In N. Denzin, & Y. Lincoln, *Handbook of Qualitative Research* (pp. 567-606). California: Sage Publications.

- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2007). *The elements of journalism. What newspeople should know and the public should expect*. New York.
- Larson, M. (1977). *The Rise of Professionalism: a Sociological Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Lawson, T., & Garrod, J. (2004). The complete A-Z Sociology handbook. In C. M. Gonçalves, *Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento*. Obtido em 15 de 01 de 2012, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>
- Lippmann, W. (2008 (1ª edição 1921)). *Public Opinion*. New York: Book Jungle.
- Ljuim, J. K. (2009). A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. *Em Questão*, 15(2), pp. 31-43. Obtido de www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=9812
- Lopes, F. (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Editorial Minerva.
- Lopes, F., Pinto, M., Oliveira, M., & Sousa, H. (2009). A notícia de abertura do TJ ao longo de 50 anos (1959-2009). (C. -U. Humus, Ed.) *Os 50 anos do Telejornal: estudos sobre a informação televisiva, Comunicação e Sociedade, Revista 15*, 103-126.
- Lopes, J. (1995). *Teleditadura/Diário de um Espectador*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Machado, M. C. (2003). A feminização da medicina. *Análise Social*, XXXVIII(166), 17-137. Obtido de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218737757C9xYD6fb1Nz74ES3.pdf>
- Madden, R. (2011). *Being Ethnographic: A guide to the theory and Practice of Etnography*. London: Sage.
- Mannoni, P. (1987). *A Psicologia Colectiva*. Mem-Martins: Colecção Saber - Publicações Europa-América.
- Manuel, A. (2011). Luís Paixão Martins: o comportamento dos media está marcado pelas fontes profissionais. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 638-649). Lisboa: Gradiva.
- Marçal, P. F. (1993). *AACS, Comunicação Social e direitos individuais*. Porto.
- Martins, P. (2003). O lugar do jornalismo na era dos conteúdos - Apontamentos sobre o contágio comunicacional. (C. d. Jornalistas, Ed.) *JJ-Jornalismo e Jornalistas*, 13.
- Marx, K. (1859). Prefácio. In K. Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*.
- Mendes, J. M. (12 de Junho de 2005). Carcavelos: não ver, não saber. *Público*. Obtido em 07 de Setembro de 2007, de <http://www.apfn.com.pt/Noticias/Jun2005/120605a.htm>
- Merton, R. K. (1972). Insiders and Outsiders: A chapter in the Sociology of Knowledge. *American Journal of Sociology*, 78(1). Obtido de

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2776569?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101291301587>

- Merton, R. K., & Barber, E. (1963). Sociological ambivalence. In E. A. Tiryakian, *Sociological theory, values and sociocultural change: Essays in honor of Pitirim A. Sorokin* (pp. 91-120). London: Free Press of Glencoe.
- Mesquita, M. (1992). *O pluralismo na Comunicação Social*. Lisboa: AACCS.
- Mesquita, M. (10 de Fevereiro de 2002). Os Jornalistas na Política. *Público*.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Editorial Minerva.
- Mesquita, M., & Ponte, C. (1997). Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo. In *Relatório Elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal. 1996-1997*. Lisboa: RCEP. Obtido de http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html#8
- Michelat, G. (1975). Sur l'utilisation de l'entretien non directif en Sociologie. *Revue Française de Sociologie*, XVI, pp. 229-247.
- Moretzsohn, S. (2000). "Profissionalismo" e "objetividade": o jornalismo na contramão da política. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>
- Moretzsohn, S. (2002). *Jornalismo em 'tempo real' - O fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Moretzsohn, S. (2005). De Carcavelos ao Leblon: o arrastão de preconceitos na máquina da informação. *Anais do III SBPJor*. Florianópolis: SBPJor/UFSC. Obtido de http://www.esquerda.net/media/soc_arrastao.pdf
- Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos - Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Moscovici, S. (1981). *L'âge des foules. Un traité historique de psychologie des masses*. Paris: Fayard.
- Neto, A. L. (27 de Julho de 1998). Admirável novo jornalismo. *Folha de São Paulo*, p. 2. Obtido de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz27079807.htm>
- Neveu, É. (2001). *Sociologie du journalisme*. Paris: Repères, Éditions La Découverte.
- Nordenstreng, K., & Topuz, H. (1989). *Journalist: Status, Rights and Responsibilities*. Praga: IOJ.

- Oliveira, J. M. (2006). *Relatório do Provedor do Telespectador da RTP (2006)*. Obtido de Rádio e Televisão de Portugal:
http://www.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/relatorioact_2006.php
- Oliveira, J. M. (2007). *Relatório do Provedor do Telespectador da RTP (2007)*. Obtido de Rádio e Televisão de Portugal:
http://www.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/relatorioact_2007.php
- Orwell, G. (1949). *1984*. Obtido de Literature Collection:
<http://www.literaturecollection.com/a/orwell/1984/4/>
- Parker, J. (2000). *Structuration*. Buckingham: Open University Press.
- Pereira, R. A. (16 de Junho de 2005). Carta aberta aos bandidos. *Visão*. Obtido em 07 de Setembro de 2007, de http://regabofes.blogspot.com/2005_06_01_archive.html
- Peterson, T. (1956). The Social Responsibility Theory. In F. Siebert, T. Peterson, & W. Schramm, *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press.
- Pina, S. (1997). *A deontologia dos jornalistas portugueses: estudo comparado dos códigos deontológicos de 1976 e de 1993*. Coimbra: Coleção Comunicação, Jornalismo, Editorial Minerva.
- Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), 3-18. Obtido de <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94-Ponte%28Quadrante-Estudo%20caso%29.pdf>
- Quéré, L. (2005). Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, 6, 59-75.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Trajectos, Gradiva.
- Ragin, C. C., Nagel, J., & White, P. (2004). *General Guidance for Developing Qualitative Research Projects (Workshop on Scientific Foundations of Qualitative Research)*. Obtido de National Science Foundation:
<http://www.nsf.gov/pubs/2004/nsf04219/nsf04219.pdf>
- Ramonet, I. (1998). *La tiranía de la Comunicación*. Temas de Debate.
- Ramonet, I. (Maio de 2002). Os senhores das redes. *Le Monde Diplomatique*, ed. Brasileira.
- Rancière, J. (22 de Agosto de 2004). As novas razões da mentira. *Folha de São Paulo*, caderno Mais!
- Rebelo, J. (2000). *O discurso do jornal - o como e o porquê*. Lisboa: Media & Sociedade, Editorial Notícias.
- Rebelo, J. (2005). Apresentação. (I. d. Letras, Ed.) *Trajectos Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 6.

- Rebelo, J. (2006). Prolegómenos à Narrativa Mediática do Acontecimento. (I. d. Século, Ed.) *Trajectos Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 8-9.
- Rebelo, J. (2010). Uniformização dos conteúdos/naturalização do real. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, 1(1). Obtido de http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_1_8.pdf
- Rebelo, J. (2011). *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Richardson, L. (2002). Writing, a method of inquiry. In N. Denzin, & Y. Lincoln, *Handbook of Qualitative Research* (pp. 923-948). California: Sage Publications.
- Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, A. (2011a). Carlos Pinto Coelho, O jornalista acontece. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 232-349). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. (2011b). Joaquim Letria – Por um jornalismo de autor. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 424-443). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. (2011c). Miguel Sousa Tavares - Objectividade dos factos e expressão literária. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 696-715). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. (2011d). Perez Metelo - Cada um no seu casulo. In J. Rebelo, *Ser jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (pp. 756-781). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. D. (1993). O Acontecimento. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Comunicação & Linguagens, Vega.
- Rodrigues, A. D. (2000). *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rosa, G. (2011). O ‘arrastão’ de Carcavelos como onda noticiosa. *Análise Social*, XLVI(198), 115-135. Obtido de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n198/n198a05.pdf>
- Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, *et al, Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 84-116). Lisboa: Trajectos, Gradiva.
- Saperas, E. (2000). *Os efeitos cognitivos da Comunicação de massas*. Lisboa: Edições Asa.
- Sartori, G. (2000). *Homo Videns Televisão e Pós-Pensamento*. Lisboa: Terramar/Ideias, Terramar.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news: A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books.
- Schudson, M. (1988). *Porque as notícias são como são*. Comunicação e Linguagens.

- Schudson, M. (1995). *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press.
- Schudson, M. (2003). *The Sociology of News, Contemporary societies*. New York; London: Jeffrey C. Alexander Seies Editor, W.W.Norton & Company.
- Selander, S. (1990). Associative strategies in the process of professionalization: Professional strategies and scientification of occupations. In M. Burrage, & R. Torstendahl, *Professions in Theory and History, Rethinking the Study of the Professions* (pp. 139-150). London: Sage Publications.
- Semo, M. (2010). *Le faux charnier de Timisoara: l'histoire d'un dérapage médiatique*. Obtido de Diploweb.com:
http://www.diploweb.com/IMG/pdf/Roumanie_revolution_revisitee.pdf_.pdf
- Sennett, R. (1998). *The Corrosion of Character: Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company.
- Serrano, E. (2006). *Jornalismo Político em Portugal: A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa.
- Silva, F. (s.d.). Telejornal. *IPSIS Newsletter, 10*. Obtido de
<http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/newsletter/newsletter10/telejornal.html>
- Silva, P. A., & Mendes, H. (2009). Valores Sociais dos Jornalistas Portugueses: Família, Política e Ciência. In J. L. Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do Século XXI* (pp. 169-211). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses 1933-74. Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Soloski, J. (1993). O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* (pp. 91-100). Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.
- Sontag, S. (2003). *Ante el dolor de los demás*. Madrid: Alfaguara, Santillana Ediciones Generales, S.L.
- Sousa, J. P. (2003). *Planeamento da comunicação (na perspectiva das relações públicas)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Tarde, G. (1901). *L'Opinion et la Foule*. Obtido de
http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html
- Tchakhotine, S. (1992, 1ª edição 1952). *Le viol des foules par la propagande politique*. Saint-Amand (Cher): Gallimard.

- Teixeira, C. (31 de Março de 2004). Na Avenida Marechal Gomes da Costa RTP estreia hoje novas instalações com o Telejornal. *Público*.
- Teves, V. H. (2007). *RTP 50 anos de História*. Lisboa: RTP.
- The Commission on Freedom of the Press. (1947). *A Free and Responsible Press: A General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books*. Chicago: The University of Chicago Press. Obtido de <http://www.archive.org/stream/freeandresponsib029216mbp>
- Todorov, T. (1981). *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*. Seuil: Collection Poétique.
- Torres, E. C. (1998). *Ler Televisão - O Exercício da Crítica contra os Lugares Comuns*. Oeiras: Celta.
- Traquina, N. (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.
- Traquina, N. (1995). O Paradigma do 'Agenda Setting', Redescoberta do Poder do Jornalismo. (Cosmos, Ed.) *Revista de Comunicação e Linguagens - Comunicação e Política*, 21-22.
- Traquina, N. (1997). *Big Show Media, viagem pelo mundo do audiovisual português*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Coleção O QUE É, Quimera.
- Tuchman, G. (1972). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* (pp. 74-90). Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.
- Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia - Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: GG Mass Media, Editorial Gustavo Gili, S.A.
- Tunstall, J. (1971). *Journalists at work*. Beverly Hills, California: Sage Publications.
- Velho, G., & Fiore, M. (2008). O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política (Entrevista concedida por Gilberto Velho a Maurício Fiore). In B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro, *Drogas e cultura: novas perspectivas* (p. 126). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Veríssimo, H. Â. (2003). *Os Jornalistas nos anos 30/40 - Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Weaver, P. H. (1993). As Notícias de Jornal e as Notícias de Televisão. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.

- Weber, M. (2000 (1ª edição 1919)). *A política como profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Williams, B., & Carpini, M. X. (2000). Unchained reaction/The collapse of media gatekeeping and the Clinton-Lewinsky scandal. *Journalism/ Theory, practice and criticism*, 1(1).
- Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.
- Wolton, D. (1990). *Éloge du Grand Public - Une théorie critique de la télévision*. Paris: Champs, Flammarion.
- Wolton, D. (2000). Entrevista com Dominique Wolton, Sinais do Tempo, RTP2. (D. Andringa, Entrevistador)
- Zelizer, B. (2000). Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. (R. D. Editores, Ed.) *Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens*, 27.

ANEXO A

Proposta da Direção do Sindicato dos Jornalistas ao Ministro da Educação, sobre o ingresso de jornalistas não licenciados em cursos pós-graduado e Resposta do Ministro

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1997

Exm.º Sr.
Ministro da Educação,
Professor Doutor Marçal Grilo:

De acordo com o combinado na conversa do passado dia 14 de Fevereiro, vimos expôr-lhe, desta feita por escrito, as nossas propostas no campo do ensino do jornalismo, acesso à profissão, formação e educação para os media:

1. Acesso à profissão e ensino do jornalismo:

Em 1988, havia em Portugal 1.508 profissionais de jornalismo. Em 1990, 2.374. No final de 1996, cerca de 4.600.

Entretanto, os diversos cursos de Comunicação Social lançam no mercado de trabalho, cada ano, 1.500 jovens — que entendem, como uma das suas saídas profissionais, o jornalismo.

Destes dois factores conjugados resultou, inevitavelmente, a alteração da composição desta classe profissional..

Assim, tem crescido entre os jornalistas a percentagem de bacharéis e licenciados, nomeadamente em Comunicação Social.

Se o primeiro factor nos parece positivo, já o segundo nos merece algumas reservas.

Na verdade, é nosso entendimento que a liberdade de imprensa desaconselha que a profissão se feche a pessoas oriundas de outras áreas, e que a prática do jornalismo será tanto mais rica quanto mais diversificada fôr a origem dos seus ~~praticantes~~ ^{profissionais}.

Para além disso, a experiência dos jovens oriundos da área da Comunicação Social e a própria observação dos curricula dos cursos existentes levam-nos a ter dúvidas sobre a adequação da formação adquirida às realidades da profissão a que se candidatam.

Dúvidas que nos preocupam tanto mais quanto muitas vezes se verifica a utilização, em nosso entender abusiva, de jovens estagiários como se de profissionais já feitos se tratasse, com o conseqüente risco de degradação da qualidade da informação.

O que nos leva a defender:

a) uma maior colaboração entre a organização de classe dos jornalistas e as Universidades, na discussão dos currículos e no acompanhamento dos estágios;

b) um sistema de acesso que, respeitando a necessidade de elevar o nível académico da classe — eventualmente para o bacharelato — mantenha a abertura a pessoas oriundas das diferentes áreas e garanta, a todas, uma boa preparação profissional.

Em relação a este último ponto, defendemos o respeito pelo período de estágio de dois anos, com uma parte escolar — a realizar num Centro de Formação Profissional de Jornalistas, sobre matérias tidas por indispensáveis ao bom exercício da profissão, nomeadamente nas áreas da História, Geografia, Ciências Políticas, Direito e Deontologia, a permitir-lhe, para lá de uma formação como jornalista “generalista”, a opção por uma especialização — e outra prática, a realizar nas Redacções, com acompanhamento pelo mesmo Centro de Formação.

Essa passagem pelo Centro de Formação Profissional e o respectivo aproveitamento seriam, como o estágio devidamente avaliado, condições essenciais para a outorga da Carteira Profissional de Jornalista. E poderia permitir o fortalecimento de uma “cultura jornalística” antigamente assegurada pela “tarimba”, mas que o rápido crescimento da classe, o aumento da percentagem de trabalhadores precários e o incumprimento dos estágios levaram a desaparecer.

Trata-se, evidentemente, de propostas a sujeitar a intensa discussão — discussão essa que, em nosso entender, deveria envolver, para lá do Sindicato dos Jornalistas e desse Ministério, as Universidades e Escolas Superiores, o Ministério da Qualificação Profissional, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, os Centros de Formação Profissional de Lisboa e do Porto, a Comissão da Carteira e algumas personalidades que acumulam a experiência do jornalismo com a do ensino universitário na área da Comunicação Social, entre as quais nos permitimos destacar os nomes de Mário Mesquita e José Rebêlo.

2. Acesso à Universidade e formação contínua dos jornalistas:

Se muitos dos mais jovens jornalistas têm já, muitas vezes, uma licenciatura, o mesmo não se verifica nas gerações anteriores. Tal facto, para lá de causar uma clivagem entre os profissionais, tem o inconveniente de não permitir que jornalistas experientes possam leccionar nas Universidades e Escolas Superiores de Comunicação Social e/ou Jornalismo — onde a sua experiência poderia ser útil — por falta das necessárias qualificações académicas.

Acresce a isto que o jornalismo, embora colocando os seus profissionais em contacto com muitas áreas do saber, pode muito rapidamente ser convertido em rotina. Dominadas as técnicas da profissão, um jornalista pode ser um generalista razoável sem um excessivo conhecimento das áreas que aborda... Dificilmente, no entanto, poderá tornar-se um bom especialista sem aumentar os seus conhecimentos. E será, sem dúvida, tanto melhor jornalista quanto maiores e mais actualizados forem esses conhecimentos.

Defendemos, por isso, a formação contínua dos jornalistas. E também nesse campo entendemos que seria útil uma ligação mais estreita entre a profissão e as Universidades que, para lá de permitir a valorização profissional dos jornalistas, permitisse também a criação de um quadro de jornalistas experientes com condições para leccionar nas Faculdades e Escolas Superiores.

Assim, propomos que, à semelhança do que acontece já em alguns cursos de Comunicação Social, possam ter acesso a mestrados nessa área, mediante análise de curriculum, jornalistas profissionais habilitados com o 12º ano ou equivalente e mais de dez anos de exercício da profissão — cinco, se licenciados nessa ou qualquer outra área.

Propomos também que seja permitido aos jornalistas profissionais habilitados com o 11º ano ou equivalente, mais de 25 anos e cinco anos de exercício da profissão, o acesso à Universidade, para seguirem cursos existentes, e aos maiores de 35 anos, com mais de dez anos de exercício da profissão, o acesso à Universidade numa modalidade de “curso à medida”, ou seja, construindo o seu próprio curso através da inscrição em cadeiras de cursos diferentes, e atingindo a licenciatura por um sistema de créditos.

Sabemos que não é um molde muito comum nas Universidades portuguesas, mas pensamos que é a modalidade que melhor pode servir os jornalistas — que, no exercício da sua profissão, contactam, de forma desorganizada, com várias áreas do saber, necessitando aprofundar conhecimentos ou, simplesmente, organizá-los — e servir também as Universidades, pela criação de um grupo de jornalistas experientes e licenciados, aptos a leccionar.

3. Educação para os media:

Tal como em muitos outros países, a multiplicação de órgãos de informação veio introduzir uma competição que conduz, demasiadas vezes, ao desrespeito das normas éticas que devem nortear não só o trabalho do jornalista mas a prática mesma desses órgãos de informação.

É assim que, nomeadamente no que à Televisão respeita, a informação se vê muitas vezes subordinada ao espectáculo, com a concomitante diminuição do rigor, privilegiando temas não pela sua importância mas pelo seu poder de captar as atenções e introduzindo, muitas vezes, a confusão entre realidade e ficção.

Porque essa prática pode introduzir distorções de análise, sobretudo em pessoas que não tenham nunca aprendido a decifrar o discurso dos media e a fazer a destrição entre a imagem da realidade fornecida pelos media e a realidade em si,

mas também porque o próprio sistema dos media exige uma opinião pública exigente e informada,

e ainda porque muitas crianças passam mais tempo frente à Televisão que frente aos professores,

parece-nos importante que seja criada, nas escolas, uma disciplina de "Discurso dos Media", que permita aos mais novos aprender a decifrar as mensagens, a relativizá-las, a utilizá-las na sua própria aprendizagem e ... a tornarem-se consumidores de informação.

Mais uma vez, esse é um campo em que poderia ser útil a experiência dos profissionais.

Julgo que a versão escrita das propostas corresponde, no essencial, àquilo que lhe dissemos no encontro havido.

Acrescento que a parte relativa ao acesso e à formação profissional — incluindo a ligação profissão/Universidades — foi também já por nós falada à senhora Ministra da Qualificação e do Emprego e ao senhor Secretário de Estado da Comunicação Social.

E aproveito para junto enviar documentação relativa a cursos de jornalismo organizados pelo Sindicato dos Jornalistas nas décadas de 40 e 60, que poderão servir de alguma inspiração na estruturação da parte escolar do estágio.

Aguardando a marcação da reunião que se ofereceu para convocar, receba, senhor Ministro da Educação, os nossos melhores cumprimentos,

e o agradecimento pela sua disponibilidade.

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas



(Diana Andringa)
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO

N-533
REGISTO 21/08/97
RESPONDIDO 21/08/97

Exmº.Senhor
Presidente do Sindicato dos Jornalistas
Rua Duque de Bragança, 7 - 2º.Dtº.
1200 LISBOA

Pº.28/96.1080

1997 08 20 - 008596

ASSUNTO: **REUNIÃO COM O SINDICATO DOS JORNALISTAS.**

O Senhor Ministro da Educação, durante a audiência concedida, concordou com o vosso interesse em promover uma reunião de trabalho entre o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e o Sindicato dos Jornalistas, para discutir os temas por vós sugeridos:

– Acesso à Profissão e Ensino do Jornalismo.

Colaboração entre a organização de classe dos Jornalistas e as Universidades e Institutos Politécnicos, na discussão dos currícula dos Cursos de Jornalismo e de Comunicação Social e no acompanhamento dos estágios;

Discussão do sistema de acesso à profissão, proposto pelo Sindicato na sequência do trabalho de um grupo participado por representantes da Secretaria de Estado da Comunicação Social e do Ministério para a Qualificação e o Emprego.

– Acesso ao Ensino Superior e Formação Contínua dos Jornalistas.

Análise da possibilidade de acesso ao Ensino Superior, para a frequência de cursos existentes, de jornalistas profissionais habilitados com o 11º.ano e pelo menos cinco anos de exercício da profissão e, para mestrados na área da Comunicação Social, e/ou a frequência de cursos “por medida”, por créditos, de jornalistas habilitados com o 12º ano ou equivalente, com pelo menos 10 anos de profissão e mediante análise de curriculum.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO

A reunião, a ter lugar em Caparide, durante o mês de Outubro, em princípio no dia 17, contaria com a participação de 3 a 5 representantes do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, 3 a 5 do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e 3 a 5 do Sindicato dos Jornalistas, e nela participariam também o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior.

Pede-me o Senhor Ministro que solicite a V.Ex.^a. que o informe do interesse e disponibilidade para participar na reunião na data referida.

Com os melhores cumprimentos *feisoai,*

A CHEFE DE GABINETE

(Maria José Rau)

EA/

ANEXO B

Crítica do Sindicato dos Jornalistas às técnicas de infotainment

O espectáculo da desinformação

O Sindicato dos Jornalistas tem repetidamente alertado para os perigos da informação-espectáculo, pelo que acarreta de subversão das regras de rigor e de lealdade para com a opinião pública que são a base mesmo da profissão de jornalista. Ontem, 19 de Fevereiro, em horário de máxima audiência, a SIC estreou uma modalidade falsamente inovadora e ainda mais perversa: o espectáculo mascarado de informação.

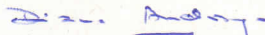
O abuso chegou ao ponto de ser interrompida uma telenovela para se passar um suposto noticiário de emergência que, com ficcionadas reportagens de exteriores, lançava falsas informações sobre figuras públicas identificáveis pelos cargos oficiais que desempenham. Foi despropositadamente criado um estado de ansiedade ou, no mínimo, de perplexidade na opinião pública, tudo isto apenas para canalizar as atenções para um programa que se supunha de entretenimento.

A agravar este quadro, o programa recorreu à participação de jornalistas e responsáveis editoriais, que, conscientemente ou não, emprestaram a credibilidade que o seu estatuto lhes confere à exploração da boa-fé do auditório.

Esta ficção disfarçada de informação em nada contribui para a dignificação da imagem de rigor e de escrupulo que deve ser a dos profissionais de jornalismo. Pelo contrário, faz recair o descrédito sobre uma classe cuja missão de informar é indispensável à criação de uma opinião pública forte e esclarecida, condição primeira da cidadania.

Sindicato dos Jornalistas, 20 de Fevereiro de 1996

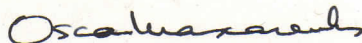
Pel' A Direcção



(Diana Andringa)

(Presidente)

Pel'O Conselho Deontológico



(Oscar Mascarenhas)

(Presidente)

ANEXO C

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses



CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA

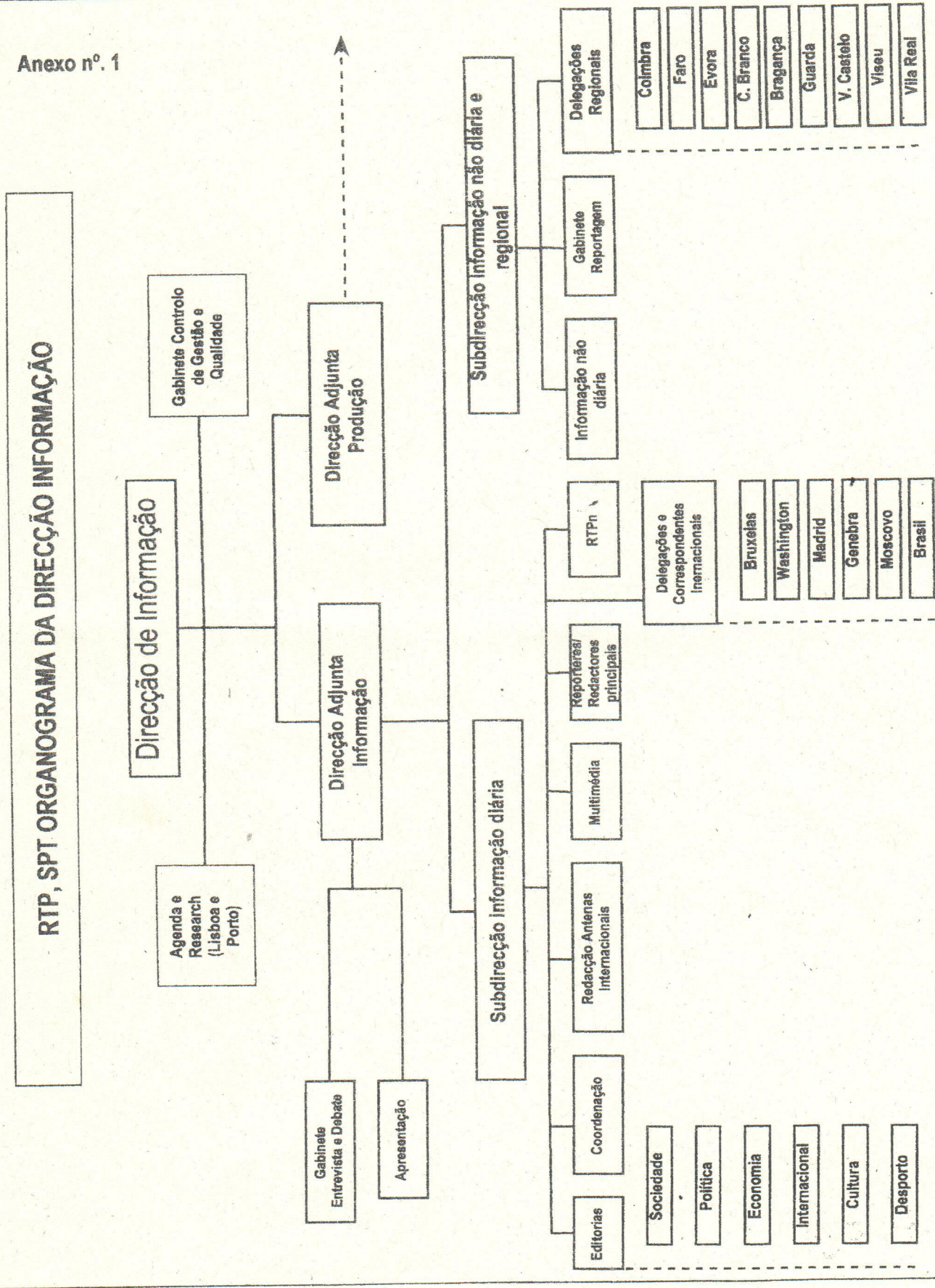
1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência.
6. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
7. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.
8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade ou sexo.
9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do individuo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.
10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesses.

ANEXO D

Organograma da Direção de Informação da RTP em 2007



Anexo nº. 1



ANEXO E

Listagem de verbos mais e menos adequados a objetivos de formação

Verbos de Acção adequados para a Definição de Objectivos

Aceder	Copiar	Melhorar
Acolher	Coordenar	Montar
Aconselhar	Cumprir	Mudar
Acordar	Decidir	Nomear
Adequar	Defender	Observar
Aderir	Definir	Operar
Administrar	Descrever	Permitir
Ajustar	Desenvolver	Planear
Analisar	Desenhar	Preencher
Angariar	Diagnosticar	Preparar
Aplicar	Diferenciar	Processar
Apresentar	Emitir	Produzir
Aprovar	Entrevistar	Promover
Assegurar	Enumerar	Propor
Associar	Envolver	Recomendar
Auditar	Escolher	Reconhecer
Avaliar	Escrever	Relatar
Calcular	Explicar	Reparar
Capacitar	Expor	Representar
Certificar	Fazer	Reproduzir
Classificar	Formular	Resolver
Colocar	Ganhar	Rever
Comparar	Garantir	Seleccionar
Comunicar	Identificar	Separar
Conceber	Introduzir	Transformar
Concluir	Implementar	Transportar
Consolidar	Listar	Usar
Construir	Localizar	Validar
Contar	Marcar	Verificar
Controlar	Mediar	

Verbos não adequados para a Definição de Objectivos

Acreditar	Gostar	Reflectir
Apreciar	Idealizar	Responder
Aprender	Inferir	Saber
Conhecer	Imaginar	Sentir
Compreender	Julgar	Ser
Crer	Pensar	Ter
Entender	Perceber	Valorizar
Estar	Perguntar	Ver
Descobrir	Possuir	

ANEXO F

Análise de produtividade em termos de emissão de peças noticiosas

PRODUÇÃO E EXIBIÇÃO DE CONTEÚDOS DE INFORMAÇÃO

RTP1 + A2 + RTPN + RTPi + RTP África

Dezembro de 2006

	nº	minutos	horas	
Exibições de conteúdos (a)	16 724	21 092	352	
dos quais:				
Pré-gravados em SVR	15 574	18 104	302	(c)
Outros conteúdos (b)	1 150	2 988	50	(d)

Peças gravadas em SVR	5 213		
das quais exibidas...			
nenhuma vez	85	(totalizando 162 minutos)	
1 vez	2 105		
2 vezes	842		
3 vezes	625		
4 vezes	504		
5 vezes	316		
6 a 10 vezes	631		
mais de 10 vezes	105		
Taxa média de reexibição	3,0		
Taxa de não-aproveitamento	1,6%		

(a) São excluídos desta categoria os pivots soltos, genéricos, separadores e cartões. São incluídas as sínteses e as peças de promoção.

(b) entrevistas de estúdio em directo + directos do exterior + peças gravadas em suportes que não o SVR (sem título MOS).

(c) Duração subestimada: o tempo de exibição dos "off" nem sempre consta dos alinhamentos.

(d) Duração subestimada: a duração dos directos nem sempre consta dos alinhamentos.

PRODUÇÃO E EXIBIÇÃO DE CONTEÚDOS DE INFORMAÇÃO

RTP1 + A2 + RTPN + RTPi + RTP África

Evolução Junho - Dezembro

	Junho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Nº de exposições	17 287	16 482	16 737	16 958	16 724
Duração das exposições (min)	24 072	21 983	21 969	22 143	21 092
Peças gravadas em SVR	5 883	5 235	5 547	5 625	5 213
Taxa média de reexibição	2,7	2,9	2,8	2,8	3,0
Nº de peças não exibidas	177	103	129	145	85
Taxa de não aproveitamento	3,0%	2,0%	2,3%	2,6%	1,6%

ANEXO G

Verificação do equilíbrio cronométrico dos tempos do "Sim" e do "Não" durante a campanha para o referendo sobre a IVG

TELEJORNAL					JORNAL DA TARDE				
DIA	NÃO	tempo	SIM	tempo	NÃO	tempo	SIM	tempo	
30/Jan	PLATAFORMA NÃO	0:01:37	5 MOVIMENTOS SIM	0:01:34	PEÇA PRÓS E CONTRA	0:02:30	PEÇA PRÓS E CONTRAS	0:02:30	
	CDS / PP - OFF	0:00:37	PS/SOCRATES/ SITE NET	0:00:45			MOVIMENTOS SIM / PORTO	0:01:48	
	BOCA RIBEIRO CASTRO	0:00:47	PCP-MARCHA P/ SIM -OFF	0:00:33					
			BOCA JERONIMO	0:00:37					
			MÁRIO SOARES	0:00:34					
31/Jan	MMENDES DEFENDE-SE DO BE	0:01:49	BE ATACA: MENDES (pocinhas)	0:01:18	RIBEIRO CASTRO /CDS	0:01:29	BE/ LOUÇÃ EM SETUBAL vs Louçã	0:01:42	
	RIBEIRO CASTRO:ajuda berço	0:01:28	CINEMA DO SIM: vários artistas	0:02:00	MMENDES RESPONDE LOUÇÃ	0:00:40			
	MÉDICOS DO NÃO	0:01:59							
1/Fev					OFF NÃO ABORTO: ESCOLHE A VIDA	0:00:21	PELO SIM :HELENA ROSETA+JOANA)	0:01:32	
	ABORTO A.R. NÃO/CDS/PSD	0:00:26	ABORTO A.R. SIM/BE+PS+PC+VERDES	0:00:49	BOCA FERREIRA LEITE	0:00:37	PS ABORTO: ACÇÃO DE RUA	0:01:26	
	PELO NÃO: ZITA SEABRA	0:00:28	PELO SIM: ROSETA+JOANA	0:01:32	PELO NÃO (ZITA SEABRA)	0:00:28			
	INDEPENDENTES PELO NÃO/LX	0:02:16	MÉDICOS PELO SIM / PORTO	0:01:31	INDEPENDENTES P/ NÃO: JANTAR LX	0:02:26			
2/Fev	DEBATE SIM OU NÃO		PS E O ABORTO: JANTAR	0:00:24					
	O NÃO E OS ESPANHOIS	0:01:32							
3/Fev	ARRUADA PELO NÃO-BAIXA (OFF	0:00:40	PLARAFORMA BEJA PELO SIM	0:01:52	MARCELO:LIVRO CESAR NEVES	0:01:40	JANTAR PS NO PORTO	0:02:22	
	RIBEIRO E CASTRO EM SETUBAL	0:02:16	JERÓNIMO SOUSA CONTRA IMAGENS	0:01:49			BE PEDE BOM SENSO CAMPANHA	0:01:10	
			JANTAR PS ALFANDEGA / PORTO	0:02:22					
			MÉDICOS P/SIM caso n sobreviveu	0:02:10					
04.fev	PERSONALIDADES DO NÃO	0:01:42	SÓCRATES E SIM RESPONSÁVEL	0:01:41	BAGÃO FÉLIX	0:01:33	CONCERTO PELO SIM	0:02:10	
	DIRECTO JANTAR DO NÃO	0:06:25	BLOCO ESQ. EM BRAGA	0:01:39					
	MMENDES/MINHO PELA VIDA	0:02:26	CONCERTO P/SIM: JOVENS SIM	0:02:10					
	R.CASTRO MARCHA P/VIDA	0:02:24							
	TOTAL TJ	0:27:10		0:23:39	TOTAL JT	0:10:11		0:12:30	

REFERENDO ABORTO TEMPOS SIM / NÃO

TELEJORNAL					JORNAL DA TARDE			
DIA	NÃO	tempo	SIM	tempo	NÃO	tempo	SIM	tempo
	1ª semana	0:27:10	1ª semana	0:23:39	1ª semana	0:10:11	1ª semana	0:12:30
5/Fev			POLÊMICA ABORTO	0:02:18	JANTAR DE MULHERES	0:01:59	PS ABORTO + BOCA	0:00:35
	RIBEIRO E CASTRO	0:01:08	DEBATE DO SIM	0:01:27				
6/Fev	MMENDES	0:00:54	SOCRATES APELA VOTO	0:01:56	MARCELO C/ APOIANTES NÃO	0:01:48	OS VERDES PELO SIM	0:01:03
			OS VERDES OFF	0:00:27			PS ABORTO OFF + dir)	
							BOCA SOCRATES	0:00:54
7/Fev	CULTURA DIZ NÃO artistas	0:02:02	LOUÇÃ PLANEAMENTO FAMILIA	0:01:07	#####		#####	
	RIBEIRO E CASTRO no Porto	0:00:56	DIR.:JOVENS SIM (medicos)	0:03:10				
8/Fev	NORTE PELA VIDA	0:01:33	OFF MOVIMENTO VOTO SIM	0:00:36	Marcelo+MªRosario Carneiro	0:01:43	PADRE VISEU VOTA SIM	0:01:29
	BOCA RIBEIRO E CASTRO	0:00:37	BOCA JERÓNIMO	0:00:35			OFF JERONIMO + BOCA	0:00:50
	DIRECTO MEGA NÃO	0:02:40	DIR. JANTAR SOCRATES	0:01:40			OFF LOUÇÃ + BOCA	0:00:40
9/Fev	OFF ECO+BOCA R.CASTRO	0:01:07	NOITE DO SOCRATES	0:01:54	MOVIMENTOS PELO NÃO	0:01:47	NOITE SOCRATES	0:01:54
	MOVIMENTO DO NÃO	0:01:24	OFF + BOCA JERONIMO	0:01:23	RIBEIRO E CASTRO	0:01:27	OFF MOVIMENTO DO SIM	0:00:20
	DIRECTO NÃO	0:01:00	DIRECTO DO SIM	0:01:25				
	BOCA DO NÃO	0:01:01	BOCA DO SIM	0:01:05				
	TOTAL TJ NÃO	0:41:32	TOTAL TJ SIM	0:42:42	TOTAL JT NÃO	0:18:55	TOTAL JT SIM	0:20:15

NÃO
SIM

1:00:27 >>>>>>>>>>

(SOMA NÃO DO TJ + JT)

1:02:57 >>>>>>>>>>

(SOMA SIM DO TJ + JT)

ANEXO H

Guião para as entrevistas do Perfil do Jornalista

ELEMENTOS PARA O ESBOÇO SOCIO GRÁFICO

Nome

Idade

Sexo

Habilitações académicas

Órgão de comunicação social em que trabalha

Órgãos de comunicação social onde já trabalhou

Data em que se iniciou na profissão

Estatuto profissional

Profissão dos pais:

- Quadros técnicos superiores
- Profissões liberais
- Quadros administrativos ou com funções de chefia técnica ou de enquadramento
- empregados públicos, da indústria e do comércio, sem funções de chefia
- operários
- pequenos agricultores ou assalariados agrícolas

1- MOTIVAÇÕES NO ACESSO À PROFISSÃO

- a) Porque escolheu o jornalismo?
- b) Conhecia pessoalmente algum jornalista?
- c) Tinha um modelo de jornalista?
- d) Quando jovem, participou em actividades ligadas ao jornalismo?

2- CONDIÇÕES DE ACESSO À PROFISSÃO

- a) Como chegou a uma redacção:
 - Concurso?
 - Relações pessoais?
 - Estágio académico?

3 - MECANISMOS IDENTITÁRIOS

- a) Foi sujeito a rituais de passagem?
- b) Criou amizades no interior da profissão?
- c) Prolonga (ou prolongava) o convívio da redacção para fora desta?
- d) Frequenta (ou frequentava) locais “jornalísticos” (discotecas, restaurantes, etc...)?

4 - REPRESENTAÇÕES

- a) Que imagens constrói:
 - Da sua profissão
 - Dos seus colegas?
 - Da classe, no seu conjunto?
 - Do seu público?
 - Do público dos *media* em geral?
- b) Qual a imagem que, na sua opinião:
 - O seu público constrói do órgão de comunicação social em que trabalha?
 - O público, em geral, constrói dos *media*
- c) Que alterações se foram produzindo nessas imagens ao longo da sua trajectória profissional?
- d) Comparando o estado actual da profissão com o estado em que a mesma se encontrava quando nela se iniciou, indique:
 - Três aspectos que tenham evoluído positivamente;
 - Três aspectos que tenham evoluído negativamente.

5 - ESTATUTO

- a) A entrada na profissão representa, para si, uma promoção (ou uma despromoção) social?
- b) Considera-se bem pago?
- c) Tem perspectivas de evolução na carreira?
- d) Que outras profissões julga socialmente equivalentes à de jornalismo?

6 - RELAÇÕES NO INTERIOR DA EMPRESA

- a) Com a hierarquia
- b) Com colegas mais velhos na profissão
- c) Com colegas mais novos na profissão
- d) Com estagiários

7 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

- a) Com fontes de informação pessoais?
- b) Com fontes institucionais?
- c) Com acessórias?

8 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS

- a) Classifica a evolução do seu percurso profissional como atípica ou comum à de outros colegas?
- b) Alguma vez se sentiu pressionado:
 - Por questões políticas?
 - Por questões económicas?
 - Pela entidade patronal?
- c) Se sim, como agiu nessas circunstâncias? Quais as consequências?

9 - RELAÇÕES COM TÉCNICA E TECNOLOGIAS

- a) Quando se iniciou na profissão que instrumento usava na escrita?
- b) Usava telefone? Para quê? Como evoluiu o uso do telefone?
- c) Usava gravador? Para quê? Como evoluiu o uso do gravador?
- d) Como encara a actual generalização do computador?
- e) Usa Internet?
- f) Quais as potencialidades e limites da Internet?

- na produção de conteúdos (qualidade da escrita)
 - na recolha de informações
 - na verificação das informações recolhidas
- g) Quais as consequências das novas tecnologias (computador, telemóvel) na evolução do jornalismo
- enquanto prática
 - enquanto profissão (impacte do “jornalismo” espontâneo)

10 - ÉTICA E DEONTOLOGIA

- a) Que alterações se têm verificado no domínio da ética e da deontologia?
- c) É (ou foi) sindicalizado?
- Se é, desde quando?
 - Se deixou de ser, porquê?
- f) Alguma vez fez greve? Em que circunstâncias?
- g) Como avalia os poderes dos Conselhos de Redacção? E da Cláusula de Consciência?
- h) O que pensa da autoregulação?
- h) Considera compatíveis ou incompatíveis com o exercício do jornalismo:
- a militância partidária?
 - o exercício do voto?
 - a acumulação com certas actividades profissionais? Quais?

11 - LAZER E CONSUMOS CULTURAIS

- a) Lê jornais? E revistas? Quais?
- b) Lê preferencialmente livros de:
- Ficção
 - Poesia
 - Ensaio
 - Livros técnicos
- c) Quantas vezes foi ao cinema nos últimos 15 dias? E ao teatro?

- d) Viaja? Data e localização das duas últimas grandes viagens?
- e) Que línguas domina?
- f) Que estações de TV vê habitualmente?
- g) Hierarquize por graus de interesse (do maior para o menor) os seguintes géneros televisivos:
- Debates e entrevistas
 - Documentários
 - Filmes
 - Noticiário
 - *Reality-shows*
 - Reportagens desportivas
 - Telenovelas
- h) É membro, frequenta ou assiste com regularidade às actividades de alguma colectividade:
- Cultural
 - Desportiva
 - Outra

12 - PERCURSO IDEOLÓGICO

- a) Estabeleça o trajecto ideológico que, eventualmente, terá percorrido ao longo da vida:
extrema direita>direita> centro> centro esquerda> esquerda> extrema-esquerda.
- b) Onde se situava politicamente:
- Nas eleições legislativas de 1969
 - Nas eleições legislativas de 1973
 - Nas presidenciais de 1976?
 - Nas presidenciais de 1986
 - Nas presidenciais de 1996
 - Nas presidenciais de 2006?
- c) Como encara a clivagem, frequentemente estabelecida, entre esquerda e direita?
- d) Tem uma confissão religiosa? Teve e deixou de ter?

ANEXO I

Questionário 1 aos jornalistas da RTP

Questionário 1 aos Jornalistas da RTP

1.

Nome

Local e data de nascimento

Habilitações académicas

Órgãos de comunicação social (ou outras actividades) em que já trabalhou

Data em que se iniciou na profissão

Data de entrada na RTP

Estatuto profissional (quadro, recibo verde, estágio) e nível salarial:

entre 750 e 1000 Euros

entre 1000 e 1500 Euros

entre 1500 e 2000 Euros

entre 2000 e 3000 Euros

Entre 3000 e 5000

Mais de 5000

Profissão dos pais:

- Quadros técnicos superiores

- Profissões liberais

- Quadros administrativos ou com funções de chefia técnica ou de enquadramento

- empregados públicos, da indústria e do comércio, sem funções de chefia

- operários

- pequenos agricultores ou assalariados agrícolas

2.

a) Porque escolheu o jornalismo?

b) Como chegou a uma redacção:

- Concurso?

- Relações pessoais?

- Estágio académico?

c) A entrada na profissão representou, para si e em termos familiares, uma promoção (ou uma despromoção) social?

d) Quais as suas perspectivas de evolução na carreira? E que estatuto gostaria de ter:

Repórter?

Apresentador de serviços noticiosos?

Editor?

Coordenador?

Grande repórter?

Correspondente?

e) Como são as suas relações com a hierarquia, com colegas mais velhos na profissão, com colegas mais novos na profissão, com estagiários?

f) Tem liberdade de propor trabalhos e de participar nos alinhamentos?

g) Alguma vez se sentiu pressionado:

- Por questões políticas?

- Por questões económicas?

- Pela entidade patronal?

- Por assessores/agências de comunicação?

h) Se sim, como agiu nessas circunstâncias? Quais as consequências?

i) Descreva, por favor, um dia de trabalho:

Como toma conhecimento do trabalho do dia?

De que informação dispõe, quando começa?

Quais as suas principais fontes de informação?

Quanto tempo dispõe, em média, para fazer esse trabalho?

A quem apresenta o trabalho, uma vez pronto? Perante quem assume a responsabilidade do trabalho?

j) Que tipo de constrangimentos condicionam mais o seu trabalho?

Editoriais?

Técnicos?

Velocidade/Tempo?

l) Se pudesse mudar algo no seu trabalho, o que mudaria?

m) Quando faz uma notícia, em quem pensa prioritariamente? Nas fontes e na confiança que depositaram em si? No público? Na hierarquia? Nos colegas?

n) Pensa nos possíveis efeitos da notícia que faz? Isso é uma preocupação? E a concorrência?

o) O que o preocupa mais, quando prepara uma peça? O rigor ou a estética?

p) Quais o pior e o melhor momento até hoje na sua carreira? Porquê?

3. Por favor, comente as seguintes frases:

“O jornalismo participa na produção e reprodução de relações de poder.” (Heikkila e Kunelius, 2002:1)

“Na sua actividade profissional, os jornalistas, mais do que actores capazes de responsabilidade própria e de intencionalidade são recursos funcionais do sistema (Parker, 2000:20), limitando-se a cumprir o papel que este lhes reserva.”

“As práticas profissionais dos jornalistas servem as necessidades da organização.” (Tuchman, 1978:17)

“O profissionalismo “alivia as organizações burocráticas da responsabilidade de imaginar os seus próprios mecanismos de controlo” (Larson, 1977:168)

“Muitos jornalistas, cansados da carga ideológica dos anos 70 e 80, concluíram que mais valia assumir realisticamente o contrato com a empresa mediática e esquecer as longínquas obrigações perante a sociedade” (Mesquita, 2003:269).

“O jornalista não pode ser desvinculado da obrigação de calcular os possíveis efeitos sociais de certos ‘actos de palavra’, nem de ponderar os processos utilizados na condução dos inquéritos ou a linguagem usada no relato ou no comentário jornalístico.”(Mesquita, 2003: 274).

“Não há serviço público sem público.” (Frase repetidas vezes usada sobre a RTP.)

“Por vezes, sei que uma fonte me está a usar para passar um recado. Mas, se não o passar, nunca mais me dará uma notícia. Há que saber fazer ‘jogo de cintura’.” (Jornalista interveniente num debate sobre jornalismo.)

ANEXO J

Questionário 2 aos jornalistas da RTP

Questionário 2

1. Considera que há uma responsabilidade social associada ao exercício da profissão de jornalista? Por favor justifique a sua resposta.
2. **Se a sua resposta foi sim**, considera-a:
 - a. Comparável à de profissões como médico, advogado ou sacerdote?
 - b. Maior, igual ou menor na Televisão do que na Imprensa?
 - c. Maior, igual ou menor na RTP do que num canal privado?
3. A noção dessa responsabilidade influencia o seu trabalho diário? De que modo?
4. As condições de trabalho auxiliam ou dificultam essa responsabilidade? Como?
5. **Se respondeu que dificultam**, quais são os maiores factores de constrangimento?
6. Normalmente, de quanto tempo dispõe para preparar/effectuar
 - a. Uma reportagem para a Informação Diária?
 - b. Um directo para a Informação diária?
 - c. Uma reportagem de 10'/15'?
 - d. Uma reportagem de 30'?
 - e. Uma reportagem de 60'?
 - f. Uma grande entrevista?
 - g. Um debate televisivo?
7. Qual a sua posição sobre
 - a. Auto-regulação?
 - b. Provedor do Telespectador?
 - c. Entidade Reguladora da Comunicação Social?

A identificação dos respondentes é confidencial. Não é necessário, aliás, identificar-se.

Agradeço, sim, que indique:

1. género
2. idade
3. habilitações literárias
4. ano de entrada na RTP
5. sector em que se insere
6. escalão profissional

Curriculum Vitae

Curriculum Vitae de Diana Andringa

***Curriculum Vitae* de Diana Andringa**

1. Identificação:

Nome: **Diana** Marina Dias **Andringa**.

Nascida a 21.08.1947 em Dundo, Chitato, Lunda, Angola.

Nacionalidade portuguesa.

2. Morada e contactos:

Rua Acácio de Paiva, 1-2º Dtº - 1700-003 Lisboa – Portugal

Telef. (+351) 219672482 / (+351) 962503646

e-mail: dianaandringa@netcabo.pt

3. Qualificações Académicas e Profissionais:

-1º Curso de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas, 1968. Classificação final de "Ótimo".

- Curso de Iniciação ao Jornalismo em Televisão, dado por Edouard Guibert, RTP, 1978.

- Curso de Documentário em Televisão, Visnews, Londres, Reino Unido, 1987.

- Pós-graduação em Jornalismo (ISCTE/ESCS-Lx), 1999/2000. 18 valores.

- Pós-graduação em Sociologia, ISCTE, 2003/2004. 17 valores.

- Doutoranda em Sociologia, ISCTE, início em 2005.

4. Percurso profissional:

1965-67 - Jornalista na imprensa estudantil, semi-legal. "Boletim" da Comissão Pró-Associação da Faculdade de Medicina de Lisboa e "Solidariedade Estudantil", órgão da Reunião Inter-Associações das Universidades de Lisboa;

1967-68 - Colaboradora do "Diário Popular" e "Diário de Lisboa";

1968-69 - Jornalista na revista semanal "Vida Mundial". Sai em Agosto de 69, no âmbito de uma demissão coletiva;

1969-70 - Tradutora. Copywriter na agência de publicidade Ciesa-NCK.

1971-72 - Jornalista no "Diário de Lisboa";

1972-76 - Após despedimento coletivo no Diário de Lisboa, trabalha como copywriter de publicidade, na Lintas e na Penta;

1976-77 - Jornalista na "Vida Mundial". Sai com o encerramento da empresa pela tutela.

1978 - Autoria, com Alfredo Caldeira, da série "**Sol a Sol**", 12 episódios de 25' sobre 12 trabalhadores portugueses, representando diversas zonas do país, com realização de António Escudeiro, Manuel Costa e Silva, Rogério Ceitil.

1978-98 - Jornalista na RTP – Rádio Televisão Portuguesa, estatal: Telejornal, Grande Reportagem e Documentários;

1983-89 - Crónica semanal no "Diário de Notícias";

1989-90 - Diretora-adjunta do "Diário de Lisboa";

1993-95 - Crónica semanal no "Público";

1994 - Crónica semanal na RDP – Rádio Difusão Portuguesa;

1996-99 - Crónica bi-semanal na RDP – Rádio Difusão Portuguesa;

1998-2000 – Subdiretora de Atualidades da RTP. Entrevistas e debates em “Sinais do Tempo”.

2000-2001 – Subdiretora RTP2. Programa “Artigo 37”.

2002-2012 – Documentarista independente.

5. Alguns programas de televisão:

1979: “Zoom” sobre Irão, em vésperas da queda do Xá;
“Zoom” sobre Vietname;
“A Década das Vacas Magras” (programa sobre a década de 70).

1981: “Goa, 20 anos depois” (sobre a integração de Goa na República da Índia).

1983: “Refugiados no Mundo”, um conjunto de 3 reportagens de 50' sobre refugiados, da América Central a Angola, passando pelo Japão, a Tailândia, o Paquistão e o Afeganistão;

“Os Miccosukee de Tamiami Trail”, reportagem de 26’;

“Macau: a cabeça da Víbora”, reportagem de 50’;

1985: “Iraque, o país dos dois rios”, reportagem de 50’;
duas reportagens de 12' sobre a guerra Irão/Iraque;

1986/88: reportagens e programas sobre toxicoddependência e sobre sida.

1989/92: “Geração de 60”, série de 6 programas de 50' sobre a "Geração de 60" em Portugal, e alguns aspetos políticos desse tempo, que marcaram essa geração: a ditadura, a repressão, as lutas estudantis, os movimentos de libertação e a guerra colonial;

1993: "Aristides de Sousa Mendes, o Cônsul injustiçado", guião, entrevistas e textos;

"O Caso Big Dan's, Violação numa comunidade portuguesa", reportagem sobre o caso de violação de uma luso-americana por quatro imigrantes portugueses em New Bedford, Estados Unidos da América em 1983;

1994: "Emanuel Nunes, no princípio era o som", guião, entrevistas e textos.

1995: guião, entrevistas e textos dos documentários:

"Humberto Delgado: Obviamente, assassinaram-no";

"Bento de Jesus Caraça, Matemático e Cidadão";

"Flora Gomes: Identificação de um país";

"Uma ponte entre dois povos", documentário de 50' sobre a relação entre as comunidades judias em Portugal e nos EUA;

"Em demanda do Grão Cataio ou Reinos do Tibete", documentário de 50', em co-autoria com Alfredo Caldeira;

1996: documentários:

"Vergílio Ferreira: retrato à minuta";

"Corte de Cabelo: História de amor, Lisboa, anos 90";

"Fonseca e Costa: A descoberta da vida, da luz e da liberdade, também";

"David Mourão-Ferreira: retrato com palavras";

"Rómulo de Carvalho e o seu amigo António Gedeão".

1997: documentários:

"António Ramos Rosa: Estou vivo e escrevo Sol";

"Jorge de Sena: uma fiel dedicação à honra de estar vivo";

"José Rodrigues Miguéis: um homem do povo na história da República".

1998: reportagem sobre o combate à exclusão em Brasília, no programa "Sinais do Tempo".

1999: "O nosso Século: 25 de Abril", coordenação e apresentação da emissão especial sobre o 25º Aniversário do 25 de Abril de 1974;

"China, 1999: Retrato em Movimento", documentário de 90' sobre a China, em vésperas do regresso de Macau à administração chinesa.

2000: documentários:

"O Observatório de Pedra de Jaipur";

"O Observatório de Pequim";

2001: 27 programas de 90' "Artigo 37", documentário seguido de debate na RTP2;

"Oito horas que abalaram o país", *in* "Artigo 37", RTP2 [Filme, realizadora].

2002: "Timor-Leste: O sonho do crocodilo", documentários de 50' e 90' sobre a luta pela independência de Timor Leste;

"Engenho e Obra: Engenharia em Portugal no Século XX", guião, entrevistas e texto para documentário de 100', realizado por Teresa Olga;

2003-2004: "Estórias da Pintura", guião, entrevistas e texto para documentário de 50', realizado por Joana Pontes.

2007: “As duas faces da guerra”, co-autoria e co-realização, com o cineasta guineense Flora Gomes, do documentário sobre a luta de libertação/guerra colonial na Guiné-Bissau. Exibido no DocLisboa 2007, em festivais em Maputo, Ouagadougou e Amiens 2009, RTP1 e RTP África.

2009: “Dundo, memória colonial”, documentário 60’ sobre a memória dos anos 50 na Companhia dos Diamantes de Angola, Diamang, na Lunda-Norte. Exibido no DocLisboa 2009, na 3ª Mostra Internacional de Cinema Internacional em Língua Portuguesa (MostraLíngua), 2009, no FICLuanda 2010, RTP2 e RTP África.

2010 – “Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta”, apresentado no Indie Lisboa 2010 e no Festival Internacional de Amiens 2010.

Comissária para o Audiovisual da Exposição “Povo”

6. Livros, escritos e publicações:

1994: "Em defesa de Aquilino Ribeiro", colaboração com Alfredo Caldeira na organização de livro prefaciado por Mário Soares, Ed. Terramar, Col. Cultura Portuguesa, 286 pp;

1994-95: “Em busca do Grão-Cataio”, co-autoria, com Alfredo Caldeira, do argumento de um filme de ficção sobre o jesuíta português António de Andrade, o primeiro europeu a chegar ao Tibete;

1996: ""Demasiado!": (uma viagem ao mundo dos refugiados) ", Ed. Teorema, 108 pp., livro sobre uma viagem ao mundo dos refugiados, efetuada em 83, durante um conjunto de reportagens para a RTP.

2000: “Os efeitos dos *media* na perspetiva de Elihu Katz”, co-autoria com Pereira, C. S., *in* JJ - Jornalismo e Jornalistas, 19-27, Lisboa, 2000.

2001: “Ignacio Ramonet entrevistado por Diana Andringa: o que é o mundo de hoje; como funciona; resistir em nome de quê?”, Porto, Campo da Comunicação, 2001.

2001-02: “Diário de Link”, co-autoria, com Teresa Olga e Francisco Duarte Mangas, do guião para uma longa metragem de ficção sobre o impacto da Guerra Civil de Espanha numa pequena aldeia portuguesa.

2002: “Televisão: e não se pode regulá-la?”, *in* Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Nº1, Notícias Editorial, Lisboa, Junho 2002;

“Acesso à TV, uma via para a integração dos imigrantes”, *in* Cadernos Sociedade e Trabalho, II, “Imigração e Mercado de Trabalho”, MSST/DEPP, Lisboa 2002.

2003: “Ética, jornalismo e media”, *in* JJ - Jornalismo e Jornalistas nº 14. Lisboa, Clube de Jornalistas, Abril/Junho, 2003.

2005: “Era uma vez um arrastão”, documentário coletivo de análise, destinado à divulgação por *net*.

“Este é o nosso sangue, a nossa vida”, vídeo de 30’ para o Museu e Arquivo da Resistência, Díli, Timor Leste.

“Jornalismo, memória e amnésia”, *in* “Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura nº 05/06”, ULHT, Lisboa, 2004/2005

2006: “Regresso ao País do Crocodilo”, diário em vídeo de uma viagem por Timor Leste, mostrando o documentário feito em 2002 e testemunhando a recolha de documentos da resistência para o Museu e Arquivo da Resistência, Díli, Timor Leste.

“Políticos, *media* e públicos em Portugal”, *in* Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Nº8/9, ISCTE/Fim de Século, Lisboa, 2006.

2008: “Da militância como pecado mortal. Opiniões sobre a militância política dos jornalistas”, *in* Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Nº12, ISCTE/Fim de Século, Lisboa, 2008.

2009: “Essa palavra ‘crise’”, *in* Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Nº15, ISCTE/Fim de Século, Lisboa, 2009.

2011: “1965: a crise silenciada”, *in* Vírus, 12, special issue «passado e presente das lutas estudantis», edição online, pp. 23-25, Lisboa, 2011.

“As prisões: o caso português”, co-autoria com Dores, António Pedro, Diana Andringa, José Mário Branco e António Loja Neves, *Le Monde Diplomatique*, nº54, II série, Abril, Lisboa, 2011.

Rebelo, José (coord.), *et al* (2011), Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos, Lisboa, Gradiva, 925 p.

2012: Sá, Alexandre Franco *et al* (2012), Reinventar Portugal, Lisboa, Editorial Estampa, 236 p.

Prefácio de "Voltar – Memória do colonialismo e da descolonização", Adamopoulos, Sarah (2012), Editorial Planeta, Lisboa.

7. Comunicações em Encontros Científicos:

2008: "Jornalismo: uma profissão em mudança", VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa, FCSH-UNL (26/06/2008)

2012: "Insiders and Outsiders: a autoetnografia como forma de investigação", VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade: Crise e Reconfigurações, Porto, FLUP e FPCEUP (21/06/2012)

8. Atividades Letivas:

1997-98: Responsável pela cadeira “Discurso dos *Media*” no Curso de Jornalismo da ESE - Escola Superior de Educação de Setúbal;

1998-99: Responsável pelas cadeiras de:

 “Documentarismo” no Curso de Jornalismo da ESE de Setúbal e
 “Deontologia e Ética da Comunicação Social” na ESCS - Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa;

1999-2003: Atelier de “Jornalismo Televisivo II” na ESCS.

9. Prémios:

1985: Prémio "Nova Gente" de Jornalismo, pelo trabalho sobre a guerra Irão/Iraque;

1988: Prémio "Fernando Pessoa" de Jornalismo, da Seguradora "Mapfre", pela crónica “Para esto sobran palabras” publicada no "Diário de Notícias”;

1993: Prémio de Jornalismo da FLAD, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pelo documentário "Aristides de Sousa Mendes, o Cônsul injustiçado".

1994: Prémio de Reportagem Televisiva do Clube de Jornalistas, pelo documentário "O Caso Big Dan's, Violação numa comunidade portuguesa";
 Prémio de Reportagem Televisiva do Clube de Imprensa, pelo documentário "Aristides de Sousa Mendes, o cônsul injustiçado".

1995: Prémio "Procópio" de Jornalismo.

1996: Prémio "Repórter X", Clube de Jornalistas do Porto, por "Humberto Delgado, obviamente assassinaram-no";
 menção honrosa do Festival de Documentário da Malaposta (com M^a João Rocha) por "Flora Gomes, identificação de um país";
 Homenagem do mesmo Festival.

1998: Menção Honrosa do Festival de Documentário de Vila do Conde para “José Rodrigues Miguéis, um homem do povo na história da República”;

2003: Prémio Universidades no Teleciência, Mostra de Documentário Científico, por “Engenho e Obra”.

2006: Menção Honrosa no Prémio de Jornalismo “Direitos Humanos, Tolerância e Luta contra a Discriminação na Comunicação Social” do ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, por “Era uma vez um Arrastão”.

2009: Prémio Melhor Documentário da 3^a Mostra Internacional de Cinema Internacional em Língua Portuguesa (Mostra a Língua), 2009, por “Dundo, Memória Colonial”

10. Participação em Júris:

1999-2000 – Júri do ICAM na categoria “Documentário”.

1999-2002 – Júri do Concurso Específico de Apoio à Edição de Livros na área dos Media (ICS).

11. Atividades cívicas:

1970-1971 - Presa política pela PIDE;

1993-1998 - Membro da Comissão de Trabalhadores da RTP;

1995-1998 - Membro do Conselho de Opinião da RTP;

1996-1998 - Presidente da Direção do Sindicato dos Jornalistas;

1998-2004 – Presidente da Mesa da AG do Sindicato dos Jornalistas;

2001 – Membro do Grupo de Reflexão sobre “Convergência e Regulação”;

2007-2012 - Membro do Conselho de Opinião da RTP.

2008-2009 – Membro da direção da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória

12. Ordens nacionais:

Comendadora da Ordem do Infante.
Grande Oficial da Ordem da Liberdade.

13. Línguas:

Português – língua materna.

Inglês – leitura, escrita e conversação.

Francês – leitura, escrita e conversação.

Espanhol – leitura, escrita e conversação.

Departamento de Sociologia

Funcionários da Verdade

Profissionalismo e Responsabilidade Social dos Jornalistas
do Serviço Público de Televisão

[APÊNDICES]

Diana Andringa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutora em Sociologia

(Especialidade em Sociologia da Comunicação,
da Cultura e da Educação)

Júri:

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático do ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Doutor Fausto José Robalo Amaro, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Tito Manuel Pereira Cardoso e Cunha, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior

Doutor José Jorge Fernandes Rodrigues Barreiros, Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário
de Lisboa

Doutor José Manuel Rebelo Guinote, Professor Associado com Agregação do ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa (Orientador)

8 de Janeiro de 2013

APÊNDICE A

Transcrições dos Telejornais sobre o referendo da Interrupção Voluntária da Gravidez,
de 8 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 2007

Transcrições dos Telejornais sobre o referendo da Interrupção Voluntária da Gravidez, de 8 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 2007

Reunem-se aqui os telejornais de Janeiro e Fevereiro de 2007, nas partes referentes ao referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

Entre 8 de Janeiro e 9 de Fevereiro, houve apenas seis casos em que não foi possível gravar os telejornais – vêm identificados na sequência (temporal) das transcrições possíveis.

Em quase todos os telejornais da RTP1, os trabalhos sobre o referendo, apareceram acompanhados da palavra ABORTO, com o primeiro “O” transformado no símbolo feminino – essa informação está indicada junto da hora de início de cada peça.

As transcrições do Telejornal são identificadas pela data, e para cada parte, a hora a que foram emitidas. Separam-se as Legendas, Pivot, Peça, Vivo ou voz *off* de jornalista, Vivo ou voz *off* de entrevistados, sendo estes identificados, na primeira aparição, tal como no ecrã. Caso a pessoa que fala não seja identificada, indica-se apenas o género.

Legendas – Indicam o tema da peça que vai ser apresentada, em certos casos, são um reforço do texto lido. (Ex^o: Peça sobre a tomada de posição do Cardeal Patriarca, no dia 9 de Janeiro).

Pivot – Texto dito pelo jornalista apresentador do Telejornal

Peça – Pequena notícia, ou reportagem, com imagem

Vivo – A pessoa – jornalista ou entrevistado – que fala está no campo visual

Off – A pessoa – jornalista ou entrevistado – que fala está fora do campo visual

Telejornal, dia 8 de Janeiro de 2007 (segunda-feira)	3
Telejornal, dia 9 de Janeiro de 2007 (terça-feira).....	4
Telejornal, dia 10 de Janeiro de 2007 (quarta-feira)	7
Telejornal, dia 11 de Janeiro de 2007 (quinta-feira), Início da 2ª parte	11
Telejornal, dia 12 de Janeiro de 2007 (sexta-feira)	14
Telejornal, dia 13 de Janeiro de 2007 (Sábado)	17
Telejornal, dia 14 de Janeiro de 2007 (Domingo), Início da 1ª parte.....	21
Telejornal, dia 15 de Janeiro de 2007 (segunda-feira)	26
Telejornal, dia 16 de Janeiro de 2007 (terça-feira), não gravado	26
Telejornal, dia 17 de Janeiro de 2007 (quarta-feira), não gravado.....	26
Telejornal, dia 18 de Janeiro de 2007 (quinta-feira)	27
Telejornal, dia 19 de Janeiro de 2007 (sexta-feira)	31
Telejornal, dia 20 de Janeiro de 2007 (Sábado)	34
Telejornal, dia 21 de Janeiro de 2007 (Domingo) não gravado	39
Telejornal, dia 22 de Janeiro de 2007 (segunda-feira) não gravado.....	39
Telejornal, dia 23 de Janeiro de 2007 (terça-feira).....	40
Telejornal, dia 24 de Janeiro de 2007 (quarta-feira)	43
Telejornal, dia 25 de Janeiro de 2007 (quinta-feira)	46
Telejornal, dia 26 de Janeiro de 2007 (sexta-feira)	49
Telejornal, dia 27 de Janeiro de 2007 (Sábado) não gravado.....	51
Telejornal, dia 28 de Janeiro de 2007 (Domingo) não gravado	51
Telejornal, dia 29 de Janeiro de 2007 (segunda-feira)	52
Telejornal, dia 30 de Janeiro de 2007 (terça-feira).....	56
Telejornal, dia 31 de Janeiro de 2007 (quarta-feira)	60
Telejornal, dia 1 de Fevereiro de 2007 (quinta-feira), antes do intervalo	65
Telejornal, dia 2 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira)	71
Telejornal, dia 3 de Fevereiro de 2007 (Sábado).....	75
Telejornal, dia 4 de Fevereiro de 2007 (Domingo)	82
Telejornal, dia 5 de Fevereiro de 2007 (segunda-feira).....	91
Telejornal, dia 6 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) não gravado	93
Telejornal, dia 7 de Fevereiro de 2007 (quarta-feira).....	94
Telejornal, dia 8 de Fevereiro de 2007 (quinta-feira).....	98
Telejornal, dia 9 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira), Início da 1ª parte	103

20H14 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: “Médicos pela Escolha” quer alteração ao Código Deontológico da classe

Pivot: O Movimento Médicos pela Escolha quer uma alteração no Código Deontológico dos Médicos. O Movimento pretende que o Código passe a admitir a Interrupção Voluntária da Gravidez. Para isso os médicos entregaram cerca de 10 mil assinaturas na Com. Nac. Eleições de modo a participarem na campanha a favor do SIM no referendo do aborto.

Peça: São assinaturas de médicos, de profissionais de saúde e da população em geral. Entre os mandatários dos Médicos pela Escolha estão Albino Aroso, Nuno Grande e Sobrinho Simões. O movimento acusou a campanha do Não de utilizar argumentos científicos de forma demagógica. Os signatários deste movimento acreditam que o Serviço Nacional de Saúde tem capacidade para responder às solicitações com que for confrontado se o Sim vencer no referendo do aborto.

Vivo de Vasco Freire, Movimento “Médicos pela Escolha”: *“Há cada vez um maior número de médicos e profissionais de saúde que acredita que as mulheres não podem continuar a ser criminalizadas por fazerem uma interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas. Isso é uma certeza que nós temos. E nós conseguimos isso e sabemos isso porque tivemos um apoio muito grande da parte de vários médicos. Em relação à objecção de consciência, é um direito de cada médico e de cada profissional de saúde, mas nós sabemos e temos a certeza que esse médico que eventualmente for objector de consciência tem de indicar um outro médico e o hospital ou centro de saúde tem de indicar outro estabelecimento de saúde que consiga dar resposta a essa mulher e a essa família que pretende fazer uma interrupção voluntária da gravidez.”*

20H15 ABORTO

Legenda: Referendo sobre o aborto Movimento “Voto Sim” junta políticos do PS, PSD e BE do distrito do Porto

Pivot: Rui Rio vai estar ao lado de militantes do PS e do Bloco de Esquerda. O presidente da Câmara do Porto decidiu dar a cara pelo movimento “Voto Sim” que apoia a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Peça: Off: De partidos diferentes, com posições fortemente opostas, regra geral em diferentes bancadas. Quebraram os diferendos e juntaram-se numa questão comum.

Vivo de Rui Rio, Presidente C.M. Porto: “ *Há muitos anos que defendo a despenalização, e como deputado defendi, no referendo também, no referendo em 1998 votei sim e acho que houve uma evolução do PSD nessa matéria, não dar indicação de voto, dar uma liberdade completa, que eu acho que sim, que deve ser, é um problema de consciência. Na altura o PSD teve outra posição, acho que a posição que agora o PSD teve é a posição correcta, dar liberdade de voto à pessoas, nomeadamente àqueles que têm responsabilidades políticas.*”

Vivo João Teixeira Lopes, vereador Bloco de Esquerda: “*Estão aqui pessoas profundamente diferentes, profundamente contraditórias nas suas opções, mas essa é a riqueza deste movimento, isto é, por uma causa nobre, por uma causa que vale a pena, por uma causa que vai vencer, unem-se estas pessoas que habitualmente têm visões do mundo bastante diferentes, mas que neste ponto estão de acordo, porque esta é uma questão de cultura*”

Off: Estão juntos por um movimento cívico que vai fazer campanha pelo sim. Este movimento resulta do esforço comum de vários deputados do distrito do Porto e independentemente das orientações partidárias ou religiosas, são pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Vivo Manuel Pizarro, “Movimento pelo Sim”: “*Esta é uma questão social muito séria, uma questão que atinge fortemente a dignidade e a vida de muitas mulheres portuguesas e uma questão pela qual as pessoas se podem unir, independentemente das suas divergências. Nós temos entre nós muitas divergências de natureza política, mas conseguimos unir-nos, achando que este é um assunto que merece uma solução e merece um voto Sim no dia 11 de Fevereiro.*”

Off: O movimento “Voto Sim” já reuniu 11 mil assinaturas. O objectivo é chegar às 14 mil. Quarta-feira entregam o documento na Com. Nac. de Eleições.

20H17 ABORTO

Legenda: “Não” à despenalização do aborto. Dois movimentos entregaram assinaturas à Comissão Nacional de Eleições.

Pivot: Apareceram dois novos movimentos contra a despenalização do aborto. Os movimentos entregaram assinaturas na Com. Nac. de Eleições de modo a poderem participar na campanha eleitoral.

Peça: Off: Viajaram de Braga, têm 2 grávidas na comitiva e muita bagagem na mão: para participar no referendo, com direito a tempo de antena, o movimento Minho com Vida precisava apenas de 5 mil assinaturas. Mas estes minhotos esmeraram-se: entregaram à Com. Nac. de Eleições quase 34 mil assinaturas. Dizem defender a vida e dizem não à despenalização do aborto.

Vivo Eva Almeida, Movimento “Minho com Vida”: *“O que dizem as estatísticas dos países que já legalizaram o aborto a nível mundial, não só a nível europeu, é que o aborto clandestino não diminuiu. As pessoas continuam a praticar o aborto clandestino, porque não querem ser expostas para a sociedade.”*

Off: Minutos antes, um outro movimento de cidadãos, também do Norte, havia já entregue cerca de 18 mil assinaturas. Dizem não ao aborto, à defesa da vida acrescentam um outro argumento, um argumento demográfico.

Vivo de Nogueira de Brito, Movimento “Norte pela vida”: *“Entendemos que o país se confronta com um problema demográfico muito grande, que é um problema que realmente condiciona muitos outros, condiciona a vida da Segurança Social, condiciona os problemas do emprego, etc., e que esse problema condiciona o próprio défice orçamental e que realmente não faz muito sentido nesta altura, em que temos esse problema candente, estarmos a fazer uma autêntica promoção do aborto, da diminuição da natalidade.”*

Off: Sem lista de assinaturas, mas com vontade de se fazer ouvir, um grupo de cidadãos apresentou-se hoje aos portugueses. Informar e esclarecer sobre o que está de facto em causa no referendo de 11 de Fevereiro é o objectivo dos “Independentes pelo Não”. Para melhor cumprir este objectivo, dirigiram ao Min. Justiça uma carta em que solicitam algumas explicações.

Vivo Filipe Anacoreta, “Independentes pelo Não”: *“O que é determinante é que o sr. Ministro da Justiça nos diga de que realidade estamos a falar. Estamos a falar de uma realidade de milhares, de centenas, de que realidade estamos a falar quando dizemos que há mulheres julgadas e presas por terem cometido aborto até às 10 semanas.”*

Off: Dar a conhecer a realidade do aborto em Portugal no quadro da actual lei é o que querem fazer durante o próximo mês. Mas desde já assumem-se contra a questão colocada no referendo e contra as novas propostas legislativas.

20H20

Legenda: Referendo ao aborto: Cardeal Patriarca vai pronunciar-se todas as semanas durante a campanha.

Pivot: Já está disponível na Internet o primeiro texto de D. José Policarpo a respeito do referendo sobre o aborto. O Cardeal Patriarca aborda neste primeira de 5 mensagens semanais o que se pretende conseguir com a consulta popular de 11 de Fevereiro.

Nova legenda: Cardeal Patriarca sobre o aborto: “Pretende-se tornar legal que a mulher grávida peça o aborto só porque quer”.

P: “D. José voltou a afirmar que a igreja é contra o aborto em todas as circunstâncias, mas salientou que a actual lei invoca razões como a violação e a malformação do feto, enquanto que a nova proposta pretende tornar legal que a mulher grávida peça o aborto só porque o quer.”

Nova legenda: Cardeal Patriarca sobre o aborto D. José Policarpo questiona: “Que motivos levam a esta ousadia legislativa?”

P: “O cardeal patriarca fala depois sobre os motivos que levam ao que designa por “ousadia legislativa”. D. José aponta alguns argumentos de partidários do Sim ao aborto e pretende desmontá-los, lembrando por exemplo declarações na Comunicação Social que dizem que nos últimos 30 anos nenhuma mulher foi presa por este motivo.”

Nova legenda: “Cultural e moralmente o Não é a única resposta”

P: “O cardeal cita alegadas instruções dadas à Judiciária, para não ter entre as suas prioridades as investigações sobre o crime de aborto. D. José acha que o aborto não é solução por ferir princípios éticos universais”.

20H27 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: José Sócrates espera uma campanha serena e apela à participação de todos

Pivot: José Sócrates espera que a campanha para o referendo sobre o aborto seja serena. O 1º ministro e líder do PS apelou à participação de todos os eleitores e afirmou que é também importante valorizar o mecanismo da consulta popular.

Peça: Vivo José Sócrates, Primeiro-Ministro: *“Participarei nesse debate mas participarei nele com a contribuição daquilo que julgo serem as minhas convicções, os meus pontos de vista, mas respeitando as dos outros. Acho que é disso que os portugueses estão à espera: de uma campanha serena, que apresentem argumentos para que cada um em consciência possa votar. E o mais importante é que os portugueses votem, não deixem para os outros a decisão. É muito importante que todos participem neste momento em que se discute uma questão importante para a sociedade portuguesa e que se valorize também os mecanismos de participação directa, se valorize o instrumento referendo.”*

20H28 ABORTO

Legenda: O Bloco de Esquerda e o PCP saíram à rua em defesa da despenalização do ABORTO.

Pivot: O Bloco de Esquerda e o PCP saíram à rua em defesa da despenalização do aborto. Os bloquistas fizeram campanha no Entroncamento, enquanto os comunistas estiveram em Lisboa e apontaram baterias contra o Ministro da Saúde.

Peça: Luís Fazenda, a distribuir comunicados: *“É por causa do referendo de 11 de Fevereiro, há que lá ir. Não faltar, não faltar!”*

Off: Até ao referendo o Bloco de Esquerda estará à porta de centenas de empresas como esta, no Entroncamento.

LF: *“Para o referendo de 11 de Fevereiro. Não se pode faltar!”*

Off: O objectivo é mobilizar os trabalhadores para votarem Sim à despenalização do aborto.

Vivo de Luís Fazenda, Deputado Bloco de Esquerda: *“Para virar esta página de vergonha, de humilhação das mulheres e termos finalmente um momento cívico diferente no nosso país.”*

Off: Os bloquistas lembram as pressões patronais para as mulheres não engravidarem e a perseguição policial quando abortam.

Vivo Fazenda. *“O que tem de ser decidido é se o povo português quer que as mulheres sejam perseguidas, sejam julgadas e possam ser condenadas até 3 anos de prisão. É isto que está em jogo e não a orientação espiritual ou qualquer confissão”...*

Off: Dentro de portas foi a opção do PCP para o dia de pré-campanha (**Cartaz:** debate sim ao direito de optar, despenalização da ivg!) Odete Santos esteve na Faculdade de Letras de Lisboa a convite da Juventude Comunista para dizer Sim à despenalização da interrupção voluntária da gravidez e não ao ministro da Saúde.

Vivo Odete Santos, deputada PCP: *“Disse que não garantia o anonimato às mulheres que fossem fazer um aborto no Serviço Nacional de Saúde e se elas queriam o anonimato que fossem para as clínicas privadas. Isto chocou-me, porque ele tem que garantir no Serviço Nacional de Saúde, de acordo com a lei, a privacidade das pessoas. Os dados da saúde são dados sensíveis, que estão protegidos pela lei de protecção dos dados pessoais.”*

Off: A deputada quer ainda que o ministro divulgue os custos do tratamento das complicações causadas pela prática de abortos fora da lei. E lembra os últimos números. Apontam por ano para mais de 30 mil interrupções voluntárias e clandestinas da gravidez.

20H30

Legenda: Campanha pelo “Sim” na IVG ganha três novos movimentos

Pivot: Os movimentos por e contra o aborto não param de aumentar. Os apoiantes do Sim ganharam mais 3 movimentos.

Peça: É um livro que reúne texto de 18 personalidades pró-despenalização do aborto. Escritores, políticos, jornalistas, entre outros, escrevem cada um um texto que defende razões para votar sim no referendo de dia 11. Uma necessidade urgente para acabar com injustiças sociais e dar liberdade de escolha às mulheres portuguesas.

Vivo Rui Zink, Cidadania e Responsabilidade pelo Sim: *“Este é que é o lado dos que amam a vida, dos que amam as pessoas, dos que respeitam homens, mulheres e crianças. E pronto, eu tenho experiência, tenho 45 anos, e vi muitas pessoas prejudicadas por abortos feitos em condições gravíssimas, em condições estúpidas, vi as vergonhas, vi os horrores e, sinceramente, acho que não é assim.”*

Vivo Maria de Belém, Cidadania e Responsabilidade pelo Sim: *“Nós não podemos considerar que defendemos a vida quando estamos fechados, nós, saúde, estabelecimentos de saúde, estamos fechados a acolher no nosso seio pessoas que precisam de um profissional de saúde com quem dialogar e com quem porventura falar para poder fazer as suas opções em consciência e às vezes com menor terror.”*

Vivo Inês Pedrosa, Cidadania e Responsabilidade pelo Sim: *“Trata-se de deixar as pessoas escolherem em consciência aquilo que querem fazer da sua vida, ou não. E que*

esta decisão ainda esteja a ser tomada em Portugal, no século XXI, é que acho estranho.”

Off: Se alguns movimentos optam pela apresentação de livros para fazer campanha, já para outros o caminho é diferente, embora com os mesmos propósitos. Também esta quarta-feira foram entregues 111200 assinaturas que juntam personalidades da esquerda e da direita, agregadas noutro movimento que apela a uma forte participação no referendo.

Vivo Miguel Relvas, Movimento “Voto Sim”: *“É uma questão fundamental que considero inaceitável e anacrónico que em 2007 possa ainda ser possível a penalização criminal de uma mulher que opte pela interrupção voluntária da gravidez. É uma situação inaceitável e vamos entrar num processo de referendo. O que espero e desejo é que no dia 11 de Fevereiro a participação cívica seja significativa”.*

Off: Um dia em cheio para o Sim no referendo. A CNE recebeu mais um pacote com mais de 5 mil assinaturas pró-despenalização. Mais um movimento, as ideias de sempre, despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

Vivo Fernando Salgado, “Sim pela Liberdade”: *“Optar pelo não é impor uma vontade a outrem; optar pelo sim é conceder a liberdade a outrem de optar em assumir ou não a maternidade.”*

Off: A um mês da realização do referendo, agitam-se as águas na discussão sobre o aborto, hoje 3 movimentos juntaram-se à luta pelo sim

20H32

Legenda: Referendo liberalização aborto: 7 movimentos do “Não” entregaram perto de 70 mil assinaturas

Pivot: Os partidários do Não estão empenhados em participar na campanha do referendo à despenalização do aborto Sete movimentos entregaram agora perto de 70 mil assinaturas à CNE.

Peça: Off: A sociedade civil até pode estar um pouco por todo o lado, mas hoje a que está contra a liberalização do aborto concentrou-se na CNE. 7 movimentos apoiantes do Não no referendo entregaram ao todo perto de 70 mil assinaturas.

Vivo Helena Boavida, “Algarve pela vida”: *“Está em causa a vida humana e nós estamos convictos que é possível e é um dever de todos nós defendermos a vida humana em qualquer fase do seu desenvolvimento.”*

Vivo Eduardo Fernandes, “Nordeste pela vida”: *“Move-nos a defesa intransigente da vida humana, porque sem vida humana não poderá naturalmente haver planeta Terra”;*

Vivo Carmo Neves, “Liberalização do Aborto? Não”: *“O que nos une é a convicção e a firme oposição ao aborto só porque se quer.”*

Vivo Isulina Guerra, “Escolhe a vida”: *“A nossa mensagem é que há sempre esperança e neste momento não há que fazer abortos se não houver apoio”.*

Vivo Acácio Valente, “Vida Sempre”: *“O fenómeno do aborto causa 2 vítimas: a mulher e o bebé. Portanto, não somos a favor, obviamente, da prisão das mulhere; no entanto também não deixamos de dizer que o aborto é um crime e como tal tem de ser visto, tem de ser julgado.”*

Vivo Gonçalo Patrocínio, “Mais aborto Não”: *“Temos uma lei que achamos que é equilibrada porque é uma lei que diz que de facto o aborto não é um bem para a Sociedade.”*

Vivo Isabel Carmo Pedro “Juntos pela Vida”: *“A situação que temos é uma situação de uma lei que despenaliza o aborto nalgumas circunstâncias e portanto é sem dúvida de longe muito melhor do que uma liberalização, como é óbvio”.*

Off: Ao todo, a CNE tem já perto de 175 mil assinaturas para verificar.

Vivo João Caldeira, presidente da CNE: *“É um trabalho árduo, porque a validação dos grupos tem de ser feita até ao dia 24. Até ao dia 24, se fôssemos verificar assinatura por assinatura não havia hipótese. Portanto tem de ser feita ao nível da estatística”.*

Off: A estatística promete ajudar, mas o corrupio ainda não acabou: até sexta-feira, mais movimentos deverão entregar mais assinaturas à CNE.

20H38 ABORTO

Legenda: Referendo PSD vai promover conferência nacional sobre aborto

Pivot: O PSD vai promover uma conferência nacional sobre a despenalização do aborto. Marques Mendes diz que o objectivo é reunir diversas personalidades com diferentes opiniões para esclarecer os portugueses.

Peça: Vivo Luís Marques Mendes, Presidente PSD: *“Um partido político não existe apenas para fazer campanhas eleitorais. Nem existe apenas para os temas tradicionais. Um partido político também tem obrigações cívicas e de cidadania. É neste quadro que se insere esta iniciativa. Plural, o mais possível apartidária, sobretudo com esta preocupação pedagógica. A convicção que tenho é que há muitas dúvidas na sociedade portuguesa e é neste confronto moderado, sereno, desapaixonado, de posições que esta conferência vai proporcionar que pode ser útil aos cidadãos que depois vão votar no referendo.”*

20H38

Legenda: Termina amanhã o prazo de entrega de assinaturas

Pivot: Termina amanhã o prazo de entrega de assinaturas necessárias para participar no referendo sobre o aborto. Os movimentos pelo Não estão em maioria, tendo contado hoje com mais 4 reforços.

Peça: Off: *“Diz que não”* é o lema e também o nome do movimento de jovens que vai fazer campanha contra a despenalização do aborto até às 10 semanas. Para terem voz no referendo reuniram cerca de 6500 assinaturas.

Vivo de Catarina Almeida, Movimento “Diz que não”: *“O que nós verificámos nomeadamente na recolha de assinaturas que as pessoas não fazem ideia do que é que está em causa, não fazem ideia que se está a liberalizar o aborto, ainda acham que se está a legislar sobre os casos de violação, os casos de malformação do feto e casos de risco para a mulher e portanto é uma campanha centrada essencialmente no esclarecimento e na informação dos jovens.”*

Off: Os gestos repetem-se na CNE, de Coimbra vieram as 20 mil assinaturas do Movimento “Aborto a Pedido? Não.” Matilde Sousa Franco, Barbosa de Melo e Linhares Furtado estão entre os mandatários.

Vivo de Ana Catarina Ramalheira, Movimento “Aborto a Pedido? Não”: *“Acreditamos que liberalizar o aborto é desistir deste dever colectivo. É um baixar os braços, de facto. E isso é inaceitável e impróprio de uma sociedade civilizada, assente nos valores primordiais da justiça e da liberdade.”*

Off: Ainda da região Centro apresentou-se Guarda pela Vida, movimento que reuniu cerca de 11 mil assinaturas.

Vivo de Ant3nio Salvado Morgado, Movimento “Guarda a Vida”: *“Julgamos que a vida 3 o fundamento de todos os direitos, julgamos que podemos deixar uma mensagem de solidariedade pela vida aos nossos vindouros e assim como n3s tivemos direito 3 vida, desejamos transmitir exactamente essa mensagem.”*

Off: Ao mesmo ritual n3o fugiu o 3ltimo movimento a apresentar-se hoje: vai fazer campanha nos distritos de 3vora, Beja e Portalegre. Reuniu 9.500 assinaturas e chama-se Alentejo pelo N3o.

Vivo de Pedro Gi3es, Movimento “Alentejo pelo N3o”: *“Pelo direito 3 vida e para esclarecer as pessoas que 3 totalmente falso dizer-se que os problemas das senhoras, das mulheres, s3o resolvidos pelo aborto, porque n3o s3o. Isso poder3 com certeza 3 trazer-lhes muito mais problemas em termos de sa3de, de sociedade, em termos futuros”.*

Off: At3 hoje a CNE recebeu 220 mil assinaturas, distribuidas por 19 movimentos do Sim e do N3o. Amanh3 esperam-se mais duas inscri33es.

20H41

Legenda: Aborto: Referendo 3 daqui a um m3s

Pivot: Partid3rios do sim e do N3o esgrimiram de novo argumentos. Os psiquiatras analisaram as consequ3ncias psicopatol3gicas da interrup33o da gravidez, mas n3o chegaram a acordo sobre se existe trauma p3s-aborto.

Pe3a: Off: Um professor catedr3tico, uma psiquiatra, e uma psic3loga. Na bagagem trouxeram uma m3o cheia de estudos e a vontade de alertar para os programas psicopatol3gicos que, dizem, podem ser provocados por uma IVG. Relembra um estudo realizado nos Estados Unidos, em 1994, que diz que 14% das mulheres que abortam sofrem de dist3rbio de *stress* p3s-traum3tico.

Vivo de Adriano Vaz Serra, Pres. Sociedade Port. de Psiquiatria: *“Esta patologia pode levar ao suic3dio. E h3 mulheres que efectivamente n3o desenvolvem este tipo de quadros; h3 mulheres que desenvolvem transtornos graves de ansiedade, por exemplo. H3 mulheres que, eu conhe3o pessoalmente situa33es em que desenvolveu fobias graves.”*

Off: O Movimento M3dicos pela Escolha rejeita esta associa33o de ideias. Dizem que s3o declara33es falsas e desprovidas de qualquer base cient3fica. Chamam-lhes campanhas perigosas e irrespons3veis.

Vivo de Cec3lia Costa, psic3loga: *“H3 uma tentativa sistem3tica de confundir a perturba33o mental e os sentimentos ou estados emocionais tempor3rios, utilizam conceitos muito vagos, como por exemplo o trauma, sabendo que uma situa33o*

traumatica que determinado acontecimento pode ser traumático para uma pessoa e não ser traumático para outra.”

Off: Garantem que nem a OMS nem os Colégios de Ginecologia e Obstetrícia Americano e inglês, nem as associações americanas de psicologia e psiquiatria reconhecem que exista uma síndrome pós-aborto.

20H42 ABORTO

Pivot: Os apoiantes da candidatura de Manuel Alegre à presidência da República decidiram que o movimento deve participar activamente na campanha para o referendo ao aborto. O Movimento de Intervenção e Cidadania realizou uma votação interna para definir uma posição oficial. Mais de 94% dos votantes concordam com a despenalização do aborto e mais de 85% acham que o movimento deve intervir na campanha

20H21 ABORTO

Legenda: Referendo sobre o aborto: 15 movimentos pelo sim, 6 pelo não Recolheram mais de 260 mil assinaturas

Pivot: O referendo sobre o aborto ja conta com a maior participação de sempre dos movimentos civicos. O prazo de inscrições terminou agora, com o aparecimento de 2 novos movimentos: um pelo Sim, outro pelo não.

Peça: Off: Aquele que será o 3º referendo em Portugal conta já com uma participação record:21 movimentos formalizaram a sua inscrição e recolheram mais de 260 mil assinaturas. Jovens pelo sim apresentaram-se hoje, com o propósito de garantir uma participação elevada dos mais novos. Entregaram mais de 14 mil assinaturas.

Vivo de Pedro Nuno Santos, Movimento Jovens pelo Sim: *“Todos os estudos de opinião indicam que os jovens estão esmagadoramente a favor do sim, o objectivo é apelar à participação dos jovns e dizer que vale a pena votar o referendo e que está também na mão da juventude portuguesa conseguir a vitória do sim.”*

Off: Diz não à discriminação encerrou a lista de entidades participantes com 8.800 assinaturas recolhidas. Apelam ao não no referendo.

Vivo de Paulo Pedro, Movimento Diz não à discriminação: *“A criança que tem mais de dez semanas é protegida, a criança que tem menos de 10 semanas não é protegida. Uns têm todos os direitos; outros têm nenhum direito. E basicamente a razão para essa diferença é um dia de vida. É uma forma de discriminação. Daí nós dizermos não à dscriinação”.*

Off: A CNE vai agora apreciar os respectivos processos e validar estas participações dos movimentos de cidadãos.

20H23

Legenda: Referendo daqui a um mês RTP dá a conhecer experiência de quem optou por interromper a gravidez

Pivot: Muitas das mulheres que já fizeram um aborto falam em angústia e solidão. Fomos conhecer um caso:

Peça: Off: O testemunho revela algo escondido há muito. Partilhado por muito poucos. A ilegalidade, a crítica social, alimentam o segredo íntimo de quem um dia optou:

Vivo mulher com máscara vista por retrovisor: *“O ter um filho na adolescência é uma decisão que só quem lá está e quem passa por lá é que a pode ter. Acho que não... Lá está, mais uma vez a sociedade não pode ter nenhuma influência, não deveria ter*

nenhuma influência nisso. **(Muda plano para amorcé de costas):** *Quando soube que estava grávida, o primeiro pensamento foi: “Tenho que fazer um aborto.”*

Off: Tinha 19 anos, o relacionamento durava há 2, era estável.

Vivo: *“Na altura, não usávamos o preservativo, não usávamos a pílula, porque, para usar a pílula eu tinha que pedir dinheiro à minha mãe, não é? (Regressa máscara e retrovisor: “Eu não queria que os meus pais soubessem que eu já tinha iniciado a vida sexual.”*

Off: Os medos sociais alimentaram uma relação sem contraceptivos. Com teste de farmácia, começava a angústia do segredo. O prolongar da decisão não era compatível com o decorrer da gravidez.

Vivo (amorcé, máscara): *“O tempo corre, corre. É... Parece que passa mais rápido ainda do que se... Ou melhor, se calhar temos mais noção do tempo e, por isso, a decisão tem de ser mesmo rápida. Acho que se ouvesse mais tempo para pensar, se calhar era mais doloroso. Se eu tivesse o meu próprio dinheiro, na altura, e tivesse dinheiro para fazer o aborto, não tinha falado com a minha mãe. acho que tinha poupado a minha mãe disso.”*

Off: 750 euros, uma clínica no Porto, trinta minutos apenas.

Vivo: *“Foi uma angústia, uma solidão, se calhar, um vazio por dentro, porque... Porque me tiraram alguma coisa, saiu alguma coisa de mim.”*

Off: Já passaram quase 10 anos, hoje resolveu partilhar o segredo.

Vivo (retrovisor, máscara): *“Continuo a achar que tomei a decisão correcta e a mais acertada. Porque nós não nos estamos só a proteger a nós, mas estamos a proteger também a vida de uma criança que pode vir em condições que não serão as melhores...”*

Legenda: RTP dá a conhecer as razões de quem optou por ter um filho

Pivot: Há também decisões opostas, jovens que engravidam na adolescência e optam por ter a criança.

Peça: Som de risos. **Off:** Os sorrisos são partilhados entre mãe e filho apenas. A relação com o namorado falhou, a adolescência deu lugar a uma maturidade antecipada:

Vivo (voz) Rute Torrão: *“A timidez e tudo levou a que não lhe dissesse os meus medos, dizer que ele teria de usar preservativo, e prontos, um dia engravidei. Vivo: A minha posição sempre foi ter a criança. Sempre foi ter o Diogo, apesar de ser nova, e aqueles medos todos que nos acompanham na mesma altura: E agora, eu ainda sou uma criança, como é que vou ter uma criança nos braços? Será que vou ter capacidade para criar uma criança?”*

Off: A Rute tinha 16 anos, o namorado 21. A gravidez não foi planeada e à medida que avançava, a relação ficava para trás. Os objectivos de vida já não eram os mesmos.

Rute: *“Eu por acaso fiquei preparada para ser mãe e cresci com isso e aquilo que sou devo-o ao facto de ser mãe. Agora ele não tem coragem para assumir a responsabilidade que é ter uma criança do lado, que é enorme.”*

Off: Acredita que foi acima de tudo a falta de diálogo sobre um tema tabu, a vergonha de perguntar, que ditaram este futuro diferente.

Rute: *“Por acaso era um dos assuntos que eu não abordava muito com ninguém: o sexo era uma incógnita para mim, sinceramente.”*

Off: Hoje a Rute tem 24 anos, o filho 7. Vivem a cumplicidade de uma relação monoparental feliz.

Vivo Rute: *“O Diogo é tudo aquilo que eu amo, é aquilo que eu tenho, é a minha força. Todos os dias que acordo de manhã tenho o Diogo de lado – porque nós dormimos juntos – acordo com o Diogo de lado e é Bom dia, mãe! e um beijo e um abraço e um carinho e uma dor de cabeça logo de manhã mas é tudo bom.”*

20H20 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Comissão Nacional de Eleições certifica 260 mil assinaturas

Pivot: Terminou o prazo para a entrega de assinaturas para participar na campanha de referendo ao aborto. Mais de 260 mil cidadãos integraram 21 movimentos. A CNE irá agora certificar-se que cada movimento tem pelo menos 5 mil assinaturas válidas.

Peça: Off: A azáfama começou. Nas mãos da CNE estão mais de 260 mil assinaturas. Chegaram devidamente arrumadas dentro de pastinhas, quanto à apresentação não há nada a dizer. Mas a Comissão tem de se certificar de que cada movimento tem pelo menos 5 mil assinaturas válidas. Verificar uma a uma é impossível, mas a estatística pode ajudar. Inicialmente é calculada e seleccionada uma amostra para cada grupo de cidadãos. Depois são seleccionadas aleatoriamente 10 assinaturas de cada uma das listas.

Vivo de João Almeida, CNE: *“Se, por acaso, nalgum caso, se chegar à conclusão que há 4.900 ou 5.001 válidas, é preciso levar a verificação mais longe e portanto passar a um nível de amostragem superior, com uma amostra maior, para determinar um grau de certeza maior, para se poder decidir se se aceita ou não.”*

Off: Feitas as contas, estão para já a ser analisadas à lupa 2100 subscrições. Em cada uma delas tem de constar, de forma legível, o nome completo, o número do BI e a assinatura ou impressão digital. Algumas falhas são desde logo detectadas:

João Almeida: *“Há muitos casos de falhas de elementos. Há muitas linhas sem assinatura, portanto pessoas que preencheram – ou alguém preencheu por elas, o que é ilícito – o nome e o bilhete de identidade, só que a pessoa só subscreve se ela própria assinar, e o espaço da assinatura ficou em branco.”*

Off: A verificação passa também pelo Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral.

Vivo de Jorge Miguéis, Director-geral STAPE: *“Nós, simplesmente através do bilhete de identidade, tentamos identificar se o cidadão que subscreveu aquela lista de cidadãos é ou não eleitor. E isso é-nos dado automaticamente através de um questionamento à nossa base de dados do recenseamento eleitoral, que nos é fornecida pela CNE através de um suporte informático.”*

Off: O processo fica completo nos Arquivos de Identificação Civil. A assinatura que é feita nas listas é comparada à que está no Bilhete de Identidade. As rúbricas não contam. Este é um trabalho que exige algum tempo e muita atenção no dia 24 a CNE tem de saber e anunciar quais os movimentos que podem participar na campanha do referendo à despenalização do aborto até às 10 semanas.

20H23

Legenda: Referendo ao aborto: bispo de Leiria e Fátima apelou à defesa intransigente da vida

Pivot: O movimento Não obrigado encontra-se a menos de um referendo... perdão! A menos de um mês do referendo a campanha sobre o aborto está na rua.

Peça: Na homilia no Santuário de Fátima o bispo de Leiria Fátima apelou à defesa intransigente da vida e disse que muitas mulheres que decidem abortar fazem-no sob pressão e em grande sofrimento. Para apoiar as futuras mães em situação de carência foi lançada uma campanha e o ofertório da eucaristia reverterá também para esta causa.

Vivo de D. António Marto, Bispo de Leiria e Fátima: *“O fenómeno do aborto, como chaga social, é sintoma de um mal-estar mais profundo de cultura e civilização da própria sociedade. Alastra uma visão materialista que reduz o conceito de vida humana a um mero produto com material biológico.”*

20H24

Legenda: Referendo ao aborto: Mandatários apresentam argumentos pelo “Não Obrigada”

Pivot: O mandatário da Plataforma “Não Obrigada” participou numa sessão promovida pela Acção Católica. O mandatário apresentou diversos argumentos contra a despenalização da IVG até às 10 semanas. Foram apresentados estudos internacionais que revelam o impacto do aborto na saúde psíquica das mulheres que o fizeram.

Vivo de João Paulo Malta, Mandatário Plataforma “Não Obrigada”: *“As consequências para a saúde psíquica da mulher são irrefutáveis, estão publicadas em publicações médicas de referência. Quanto ao bebé, o bebé morre. Esse bebé parece estar um bocadinho ausente dos nossos debates. Nós temos que perceber que o que está em causa é a vida do bebé e a vida da mãe. Com o aborto, nós estamos seguramente a matar a vida do bebé e estamos seguramente também a matar uma parte da vida da mãe.”*

20H24

Legenda: Médico pela Escolha, Movimento quer tomada de posição dos profissionais de saúde sobre o aborto

Pivot: O movimento Médicos pela Escolha quer que os profissionais de saúde tomem posição sobre o aborto. Os responsáveis do Movimento disseram que esta questão diz respeito aos médicos porque é a eles que recorrem as mulheres quando têm complicações resultantes da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Peça: O encontro deste movimento decorreu no Porto. O especialista em Medicina Reprodutiva Mário Sousa criticou os argumentos usados pelos defensores do Não e defendeu que às 10 semanas de gestação o feto ainda não tem órgãos funcionais.

Vivo Mário Sousa, “Médicos pela escolha”: *“O que eu quis mostrar foi os abusos do Não. Como também quis chamar a atenção que o Não tem falado do problema económico, dos gastos no Sistema Nacional de Saúde, e eu queria lembrar a todos que o que está em causa é se vamos criminalizar, se vamos perseguir a mulher que quer interromper. Não estamos a dizer que sim, que vamos pagar com os nossos impostos a interrupção. Aliás, porque eu nem concordo com isso. A maior parte das pessoas que interrompe são pessoas com condições socio-económicas capazes de o pagar na mesma num centro privado, sem qualquer apoio estatal.”*

20H25

Pivot: Arrancou a campanha do PS a favor da despenalização do aborto. Na iniciativa participaram Edite Estrela e Jorge Coelho que apelaram ao voto no sim e defenderam que é também preciso lutar contra a abstenção. Edite Estrela disse que a abstenção põe em causa o próprio referendo e a democracia e penaliza os socialistas. A campanha socialista vai começar em Setúbal, onde, no referendo de 1998, o Sim à despenalização venceu com larga maioria. Jorge Coelho atacou os argumentos do não e de quem defende que a lei actual deve ficar como está, porque ainda nenhuma mulher foi presa.

Vivo Jorge Coelho, PS: *“Mais grave ainda é deixar nas mãos de terceiros a aplicação ou não aplicação da lei, porque se a lei diz que é crime, as pessoas têm de ser punidas. E dão o argumento de que não são punidas. Então cada mulher que seja apanhada passa pela humilhação de ter de ser julgada e por a boa ou má disposição do juiz num determinado dia que esteja bem ou mal disposto que a manda para a cadeia ou não manda. Até hoje ainda não mandou, como é que é o futuro? Essa é que não se sabe.”*

20H27

Pivot: O PCP definiu a sua estratégia para a campanha do referendo ao aborto. Em defesa do voto no Sim os comunistas apostam no contacto directo com a população. O líder do PCP vai envolver-se na campanha participando pelo menos em 7 iniciativas.

Peça: Vivo Jerónimo de Sousa Secretário-geral PCP : *“Com o envolvimento de todos os seus dirigentes, incluindo o secretário-geral, queremos dizer que, onde nos faltar papel, haverão de certeza sobra de pessoas, de militantes, que vão procurar intervir, contactar directamente as pessoas, procurando que esta batalha, esta causa democrática, consiga prevalecer com a vitória do Sim.”*

20H27

Pivot : Francisco Louçã disse que o Sim à despenalização do aborto se tornou uma força determinante na sociedade portuguesa.

Peça: Num comício em Faro, o líder do Bloco de Esquerda declarou que a adesão de profissionais de saúde e figuras públicas na defesa do Sim só demonstra que houve uma evolução desde o último referendo. Louçã salientou o facto de quase metade da bancada parlamentar do PSD votar a favor do Sim.

Vivo Louçã, Bloco de Esquerda: *“Vejam as diferenças. Havia 3 deputados do PSD que votavam Sim em 1998. Hoje há quase metade da bancada parlamentar do PSD que vota Sim. Quase todos os eurodeputados do PSD – já para não falar naturalmente de todos os da esquerda, sem nenhuma exceção – votam a favor do Sim.”*

20H00 ABORTO

Legenda: Reportagem RTP Negócios com os medicamentos que provocam aborto

Pivot: Boa noite. Um medicamento vendido nas farmácias para prevenir úlceras está a ser utilizado para abortos. O fármaco não é acessível sem receita médica, mas é fácil encontrá-lo no mercado negro. Chama-se Cytotec e por 100 Euros compram-se 10 comprimidos.

Legenda: Reportagem RTP Os riscos de remédios comprados no mercado negro para provocar abortos

P: Uma embalagem de 20 custa 10 Euros. Jovens mulheres entre os 16 e os 20 anos, sem muitos recursos financeiros, são quem recorre a este fármaco abortivo. É um assunto que vamos retomar daqui a instantes, ainda durante este telejornal.

20H15 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Movimentos do “Não” dizem que está em causa aborto “sem limites

Pivot: Os movimentos do Não recolheram cerca de 200 mil assinaturas. São 15 grupos cívicos e juntos formam a plataforma do Não, obrigada. (”)

Peça: Oradora: *“Diz não à discriminação: 8.833 assinaturas”*

Off: Se em 98 eram 4 grupos, agora são 15 e juntos formam a plataforma do Não. Uma plataforma que se diz independente do poder político e religioso.

Oradora: *“Cerca de 200 mil assinaturas recolhidas em apenas um mês reflectem de uma forma impressiva a determinação do povo português de se opôr à liberalização total do aborto até às 10 semanas.”*

Off: Até 11 de Fevereiro vão fazer uma campanha centrada em argumentos bem defindos.

Vivo Carmo Neves, Plataforma “Não obrigada”: *“Aborto gratuito realizado em hospitais públicos, em clínicas privadas e pagos por todos os contribuintes, o desvio de recursos do SNS para o aborto, em detrimento da prevenção e tratamento de doenças como o cancro e as doenças cardiovasculares, os efeitos destrutivos do aborto na saúde física e psíquica da mulher, o aumento do número de abortos.”*

Off: A plataforma do Não esteve reunida à porta fechada num hotel de Lisboa, para estudar as acções de uma campanha onde querem repetir o resultado do referendo de 98.

20H16

Legenda: Católicos rezam terço pela vida Iniciativa começou a 24 de Dezembro. Hoje 150 pessoas rezaram terço pela vida

Pivot: Uma multidão reuniu-se no Terreiro do Paço para rezar um terço pela vida. Eram cerca de 150 pessoas e tencionam repetir a acção nos Domingos que antecedem o referendo ao aborto.

Peça: Com o castelo no horizonte e o rio por vizinho, este grupo de católicos improvisou um altar para rezar um terço pela vida. A iniciativa nasceu num grupo de leigos na Igreja do Loreto, por causa do referendo ao aborto.

Vivo de Padre Macedo, Igreja do Loreto: *“A ideia nasceu por causa do referendo, não é? Para pedir pela boa consciência dos portugueses no dia 11.”*

Off: Começaram no dia 24 de Dezembro, como um presente ao Menino Jesus. Num dos mistérios, rezaram pelo referendo de dia 11 de Fevereiro.

Vivo de homem: *“Vamos rezar por todos aqueles que vão votar. Vamos rezar por aqueles que estão neste momento de boa-fé e que estão convencidos que fazem aquilo que é bom, que é justo, que é importante. Mas vamos rezar particularmente pelos que estão de má-fé. E vamos pedir ao senhor que toque o coração daqueles que estão de má-fé.”*

Off: O frio da manhã não afastou estes crentes. Hoje eram cerca de 150:

Vivo de homem: *“Porque é um terço a favor da vida e eu sou a favor da vida e então achei que era uma boa iniciativa e decidi participar.”* Vivo de mulher: *“Faço todas as tensões de vir. acho que é importante rezar nesta altura. Sempre, e especialmente nesta altura.”*

Legenda: Referendo ao aborto: Católicos juntam-se na Baixa e rezam terço pela vida

Vivo de mulher: *“Sou médica e sou contra o aborto”. Por isso decidiu vir? “Ninguém sabe o que é perder um filho. e quando se perde um filho, como eu, que já perdi 3 filhos, que faleceram em acidentes de automóvel, é uma dor muito grande. Portanto morrer um filho quando está para nascer ou morrer um filho depois, é igual.”*

Off: Voltam ao Terreiro do Paço para rezar o terço nos próximos domingos. Antes do referendo vão anda realizar uma vigília pela vida.

20H18

Legenda: Referendo ao aborto: Movimentos pelo “Sim” assumem atitude “pró-activa”

Pivot: Cinco movimentos pelo sim reuniram-se em Aveiro. É a primeira acção concertada dos apoiantes à despenalização do aborto. Aveiro foi escolhida porque foi aí que decorreu um dos julgamentos mais mediáticos em torno do aborto.

Peça: Off: Dezembro de 2003, Tribunal de Aveiro. Sete mulheres, um médico, duas funcionárias, sentados no banco dos réus. Acusação: prática clandestina de aborto. Foi um dos julgamentos mais mediáticos em torno da prática da interrupção voluntária da gravidez. Foram absolvidos pelo tribunal de Aveiro. Quase 2 anos depois o de Coimbra reformulou o acordão, condenou o médico, uma funcionária e 3 mulheres. Por tudo isto, 5 movimentos pelo sim à despenalização fizeram a primeira acção concertada em Aveiro.

Vivo Manuela Tavares, Cidadania e Responsabilidade pelo Sim: *“Precisamente para recordar a humilhação que representa para as mulheres deste país serem perseguidas pelo facto de interromperem uma gravidez que não desejam. E para mostrar que no dia 11 de Fevereiro é preciso votar para evitar que esta situação continue em Portugal.”*

Off: Diversidade partidária, religiosa, profissional, etária, mas igualdade na opinião.

Vivo de Albino Aroso, Pres. Assoc. para o Planeamento Familiar: *“O referendo é um problema jurídico e não político, religioso ou outra coisa qualquer. O problema de planeamento familiar, o problema de chamar a atenção das mulheres para fazerem a prevenção do aborto, da interrupção da gravidez, fazendo contracepção, etc, etc, etc, isso tudo virá depois.”*

Vivo de mulher: *“Acho que a mulher deve ser autonomizada na sua decisão.”*

Vivo de mulher: *“Eu acho que temos de ter uma lei justa, contra a prisão, contra a condenação das mulheres, uma lei justa contra o aborto clandestino, por uma questão de saúde pública, e uma lei justa e com justiça social.”*

Off: as vozes multiplicaram-se por centenas de pessoas presentes no Centro de Congressos de Aveiro. Esta assembleia nacional dos 5 movimentos cívicos pelo sim promete novas acções concertadas.

20H20

Legenda: Aborto clandestino: Medicamento com efeito abortivo é vendido no mercado negro

Pivot: O aborto clandestino está a ser feito com um fármaco específico: chama-se misoprostol ou Cytotec e pode ser comprado no mercado negro a preços muito inflacionados ou nas farmácias mediante receita médica. Mas há ainda muitas mulheres que na ignorância da clandestinidade, tomam mal o medicamento e correm risco de vida.

Peça: Off: Continua a ser no silêncio que uma gravidez não desejada é resolvida. A confidência feita a uma amiga, o conselho de outra, levam sempre à mesma solução: abortar com recurso a um medicamento. Num bairro precário dos arredores de Lisboa, a prática é conhecida e consentida. Há uma espécie de cumplicidade social.

Vivo, sem rosto e voz deturpada: *“Se virem que nós já estamos numa situação muito drástica, que não temos condições, dão-nos o conselho, passam-nos uma receita e se der para a gente ir buscar, a gente vai buscar na farmácia.”*

Jornalista: *“Mas então aqui, no Centro de Saúde, as pessoas ajudam, não é?”* *“Ajudam.”* *“Se eu precisasse agora de tomar, o que é que se podia fazer?”* *“Se precisasse de tomar, eles aconselhariam a vir ter comigo ou ir ter com outra pessoa, sabendo que vende.”* *“Mas eles quem? A enfermeira?”* *“A enfermeira, só enfermeiras.”* *“E depois nas farmácias, como é que é? É fácil comprar?”* *“Não, passam a receita. Passam no nome de outras pessoas, pessoas idosas...”*

Off: Nos últimos anos, o perfil do aborto clandestino mudou, com o aparecimento das clínicas espanholas mas não só.

Vivo Maria José Alves, médica obstetra: *“A outra razão para as coisas terem mudado, para haver menos mulheres a perfurarem o útero, a perfurarem por vezes os intestinos, a terem lesões graves no aparelho genital tem a ver com o aparecimento do misoprostol, que começou a ser vendido não só nas farmácias, mas também, disse muito bem, a ser vendido a preços já especulativos no mercado negro.”*

Off: Desde 95 que Jamila se dedica a este negócio. Num bom mês, só numa semana, consegue ganhar mil euros. Para este circuito contribuem também as auxiliares que moram no bairro e que desviam o medicamento dos hospitais onde trabalham para o vender cá fora. Jamila compra e vende mais caro. É vantajoso? Vive-se bem só com isto?

Jamila: *“Vive-se. É melhor que estar a vender droga. Dá para viver muito bem.”*

Jornalista: Por quanto é que se vende cada comprimido?

Jamila: *“Se for para amigas, 5 euros. Se for para pessoas de fora, 7,5, 10 euros.”*

Off: Dez euros e doze cêntimos é quanto custa uma embalagem de 20 comprimidos que na realidade é vendida nas farmácias para a prevenção de úlceras gástricas. A substância activa deste fármaco, misoprostol, é também utilizado na obstetrícia: provoca contracções e facilita o parto. O mesmo acontece com a interrupção da gravidez. Em países onde esta prática é legal, o medicamento, em conjunto com outra substância, o mifepristone, é utilizado em abortos médicos até às 9 semanas de gestação. Nestas condições, a OMS garante uma eficácia de 98% ; na clandestinidade, sem acompanhamento médico, os prazos são muitas vezes ultrapassados e os riscos aumentam. *“Dois, três...Normalmente eu aconselho elas a fazerem mais ou menos nesse tempo. Porque já com 5 meses, 6... Há quem faça, mas é mais perigoso. Tenho amigas minhas a que já correu mal. Foram parar gravemente ao hospital.”*

Off: Foi o caso de Sara. Gávida de um mês e meio arranjou o medicamento através de uma amiga. Sem qualquer informação, assustou-se com os sintomas:

Sara: *“Comecei a ficar em pânico, porque estava a sentir dores, e não saía sangue, não saía nada. Só sentia as dores, só sentia as dores, depois comecei a sentir as mãos*

dormentes, até que fui para o hospital. Fiquei internada nessa noite, no dia seguinte tive de fazer uma raspagem, depois fiquei...depois saí ao fim do dia seguinte.”

Vivo M. José Alves: *“É muito frequente, não só no hospital onde trabalho como noutras hospitais, aparecerem raparigas e mulheres – em todas as idades isso pode acontecer – com perdas de sangue e abortos em evolução, abortos que já começaram em casa com misoprostol e que muitas vezes são acabados no hospital” “Eu tenho tantas amigas que já o fizeram... Há casos que correm bem, há outros casos que correm mal. Mas toda a gente se submete a isso.”*

Off: Não são apenas as raparigas do bairro que recorrem a este medicamento. Jamila revela que a maioria vem de fora, tem entre 16 e 20 anos e que a procuram uma a 3 vezes por semana. Gastam 100 Euros por 10 comprimidos e raramente voltam. Poucas são as que repetem a experiência

Telejornal, dia 15 de Janeiro de 2007 (segunda-feira)

20H18

Legenda: D. António Moreira Montes, Bispo de Bragança-Miranda, vice-presidente da Conferência Episcopal: “Todos ficaram horrorizados com a execução de Saddam. O aborto é apenas uma variante da pena de morte

Pivot: “O bispo de Bragança comparou o aborto à pena de morte, usando como termo de comparação o enforcamento do antigo presidente iraquiano Saddam Hussein. Durante uma reunião da diocese, D. António Moreira Montes, vice-presidente da Conferência Episcopal portuguesa, terá garantido – de acordo com a agência Lusa – que *“todos ficaram horrorizados com a execução de Saddam. O aborto é apenas uma variante da pena de morte.”* Já ao princípio da noite, em declarações à RTP, o bispo de Bragança reafirmou e explicou a comparação com o enforcamento de Saddam Hussein.

Peça: Vivo D. António Moreira Montes, Bispo Diocese de Bragança: *“Creio que se pode estabelecer a comparação no sentido de que a execução de Saddam, é a destruição de uma vida, temos um ponto de contacto. É uma vida que é destruída. Agora as motivações, o aparato, o aspeto mediático, não, aí não há comparação.”*

Nova Legenda: D. António Moreira Montes “Creio que se pode estabelecer a comparação pela destruição de uma vida”

Telejornal, dia 16 de Janeiro de 2007 (terça-feira), não gravado

Telejornal, dia 17 de Janeiro de 2007 (quarta-feira), não gravado

20H27

Peça: Directo da AR por saída de Nuno Melo, CDS, este faz referência ao referendo:

Legenda: Nuno Melo “Eu tenho uma prioridade: o Referendo ao Aborto”

Vivo Nuno Melo, CDS: *“Eu tenho uma prioridade neste momento, sabe? e é uma prioridade que a direcção do partido também devia ter tido. Eu sou mandatário de um dos movimentos que no referendo do aborto vai votar pelo não. E a minha prioridade é esse referendo. Tivesse a Direcção do partido também esse bom senso de aguardar pelo desfecho do referendo para hostilidades... infelizmente assim não foi. E eu hoje, por legítima defesa elementar disse aquilo que tinha que dizer. Concentrarei agora todas as minhas forças no referendo, depois do referendo, com toda a liberdade que agora adquiri....”*

20H28 ABORTO

Legenda: Referendo aborto: “Não Obrigada” acha que o número de abortos vai aumentar se “Sim” vencer

Pivot: A plataforma Não Obrigada acha que o número de abortos vai disparar se o Sim vencer no referendo. A conclusão é sustentada por João César das Neves, após uma análise estatística da evolução do número de abortos em vários países, sobretudo europeus. De acordo com o economista, as taxas de crescimento nos primeiros anos após a liberalização quase triplicaram e a subida do número de abortos manteve-se até à actualidade, embora a um ritmo mais brando. O ritmo de crescimento é tão elevado que César das Neves só encontra um paralelo quando um produto novo chega ao mercado.

20H29

Legenda: “Somos médicos, por isso não” 500 médicos e estudantes pelo Não / Ordem dos Médicos recebeu Movimento

Pivot: Médicos e estudantes de Medicina apresentaram uma declaração de princípios a defender o não) no referendo. Os 500 signatários da declaração foram recebidos pelo bastonário da Ordem dos Médicos e garantiram que vão intervir no esclarecimento das pessoas.

Peça: Off: São médicos, uns jovens e outros não. Há também estudantes de Medicina e todos se associaram para defenderem uma declaração de princípios a que chamaram “Somos médicos, por isso Não”.

Vivo Roberto Roncon, médico: *“Sabemos que existe vida humana às 10 semanas, é hoje irrefutável este dado, sabemos que é possível de uma forma responsável e*

interventiva pugnar por uma sociedade melhor, que não tenha como única resposta para os mais desfavorecidos o aborto livre.”

Off: Garantem que a sua declaração de princípios é uma emanação do juramento de Hipócrates.

Vivo Isabel Galriça Neto, médica: *“E a resposta ao aborto clandestino não é a sua liberalização.*

Jornalista: Qual é?

IGN: *“A resposta é um planeamento familiar responsável e muito mais eficaz, e todos somos corresponsáveis nisso nas nossas famílias. É a intervenção profunda em questões da sociedade como a protecção à maternidade, como a intervenção nas desigualdades sociais, como o apoio às famílias que querem ter filhos.”*

Off: A ordem dos Médicos não assume posição oficial sobre a questão do aborto no âmbito do próximo referendo, mas o seu bastonário quis ouvir de perto os argumentos e as razões deste movimento, onde se inscrevem, entre outros, os professores Gentil Martins e Daniel Serrão.

20H30

Legenda: Movimento pelo “Sim” ao aborto Assinala 5 anos da sentença do julgamento da Maia e debate questões jurídicas

Pivot: O Movimento Cidadania e Reponsabilidade pelo Sim assinalou os 5 anos da sentença o julgamento da Maia. Na altura foram julgadas várias mulheres por crime de aborto. O movimento quis trazer à discussão questões que considera fundamentais:

Peça: Off: Querem a mudança de uma lei sobre o aborto que prevê uma pena de prisão até 3 anos para as mulheres que interrompam a gravidez. Dizem que o debate tem sido desvirtuado ao ser centrado em questões como o momento do início da vida em vez de se realizar à volta de questões jurídicas.

Vivo de Marta Rebelo, jurista: *“Perguntar-se, não o que faria, não como encara esta questão do ponto de vista pessoal, mas como é que quer que a sociedade portuguesa encare uma mulher que se vê perante a decisão de interromper ou não uma gravidez, num contexto que nos é abstracto. Porque nós não sabemos quais são as motivações e a situação daquela mulher. E a resposta que queremos dar a essa mulher é um procedimento legal, um procedimento judiciário que pode conduzir à prisão, ou é trazê-la ao sistema onde, médica e socialmente, pode ser apoiada. Julgo que é esta a questão.”*

Off: Hoje o movimento Cidadania e reponsabilidade pelo Sim apresentou dois pequenos vídeos sobre os efeitos da penalização do aborto. Histórias de ficção que imitam uma realidade que querem mudar. Acreditam que o direito à vida não é o único direito fundamental e pretendem chamar a atenção para o que consideram a questão fulcral: o referendo para mudar uma lei que ainda senta mulheres no banco dos réis.

Vivo José António Pinto Ribeiro, advogado: *“As estatísticas publicadas pelo Ministério da Justiça reveam que nos últimos anos houve 79 julgamentos e que esses 79 julgamentos resultaram em 68 condenações.”*

Off: 5 anos depois da sentença da Maia, data que este movimento quis assinalar, uma sala encheu-se para um debate que quis contribuir para abrir a porta a uma nova realidade jurídica.

20H32

Legenda: Referendo Aborto CNE poderá multar PS e Jornal Público por anúncio de seminário sobre o Sim

Pivot: O PS e o jornal Público poderão ser multados pela CNE Em causa está um anúncio mandado publicar pelo PS. O objectivo era divulgar um seminário a favor do Sim no referendo sobre o aborto. A Comissão entendeu que o PS poderá ter utilizado um espaço de publicidade comercial para fazer propaganda política e por isso decidiu abrir um inquérito. O PS e o Público poderão ter de pagar uma coima entre os 2 mil e quinhentos e os quinze mil euros. Alberto Martins, líder da bancada socialita, já disse que o partido irá analisar esta questão.

20H32

Legenda: Aborto: Feministas francesas manifestam-se pelo Sim no referendo português

Pivot: Feministas francesas organizaram uma manifestação de apoio ao Sim em Portugal sobre o aborto. Um pequeno grupo de mulheres, onde estava uma candidata à presidência da França, juntou-se diante da Embaixada portuguesa em Paris:

Peça: Off: É noite em Paris. Apesar do mau tempo, um grupo de pessoas junta-se numa rua próxima da embaixada de Portugal. São activistas de movimentos feministas franceses, com os olhos postos no referendo português sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Vivo de Maya Surdutz, Feminista: *“O referendo é o mais difícil de obter. É dar a mesma voz a toda a gente. Estar em maioria no parlamento? Temos de aproveitar isso.”*

Off: Há também aqui alguns portugueses que lamentam a fraca mobilização:

Vivo de homem português: *“Há um movimento importante a nível da comunidade portuguesa, temos aqui uma pequena minoria, mas somos o melhores.”*

Off: Mas entre esses poucos, mas há uma candidata à presidência da República francesa:

Vivo de Arlette Laguillier, Candidata à Presidência da República: *“Eu votei “não” na questão da Constituição Europeia. E uma das razões para mim foi o facto do direito à interrupção voluntária da gravidez não estar inscrito na Constituição Europeia.”*

Off: É um encontro para um apelo ao voto, a uma opção no voto.

Vivo jornalista: É no fundo uma manifestação pouco mais que simbólica. Representantes de movimentos feministas franceses juntam-se em apoio ao Sim no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, a realizar no dia 11 de Fevereiro, em Portugal.

20H45 ABORTO

Pivot: Paulo Portas pediu explicações sobre a participação da procuradora-geral adjunta, Maria José Morgado, numa conferência organizada pelo PS, pelo Sim à despenalização do aborto. Portas afirma que a magistrada terá violado os estatutos do Ministério Público. A PGR esclarece que a participação foi apenas na qualidade de cidadã e de jurista. O assunto provocou troca de argumentos no Parlamento.

Peça: Off: O dia começa com Paulo Portas a questionar a participação de Maria José Morgado numa conferência do grupo parlamentar do PS pelo Sim à despenalização do aborto. Pediu esclarecimentos ao Procurador Geral da República sobre esta situação. Pinto Monteiro, através de um comunicado, esclarece que a participação de Maria José Morgado foi na qualidade de cidadã e de jurista, não como magistrada do Ministério Público. Paulo Portas volta a reagir:

Vivo de Paulo Portas, CDS-PP: *“A partir desta doutrina, o artigo 1º do Estatuto do Ministério Público passa a ter 2 leituras: de manhã, o magistrado é magistrado, aplica a lei e protege a legalidade; à tarde, deixa de ser magistrado, passa a ser cidadão, contraria a lei, contraria a legalidade. Se amanhã a dra. Mª José Morgado tiver de avaliar um processo sobre uma questão de aborto, vai actuar como magistrada ou como cidadã?”*

Off: O tema dominou o dia no Parlamento e dividiu partidos políticos.

Vivo Alberto Martins, PS: *“Os magistrados têm o direito de participação cívica e portanto esse direito não está comprimido em nenhuma circunstância, na realização que nós fizemos.*

Jornalista: Mesmo numa actividade de um partido político?

AM: *O que a lei e o estatuto diz é a impossibilidade de participar numa actividade político-partidária. Não é do que se trata.”*

Vivo Marques Guedes, PSD: *“Os senhores magistrados são os rostos da justiça. e portanto é evidente que não é compreensível que os magistrados participem em acções de campanha; não se trata de organizações de colóquios, seminários, etc.; são acções de campanha, relativamente a matérias que vão ser decididas pelos cidadãos. Não faz sentido.”*

Vivo Helena, Bloco de Esquerda: *“As pessoas têm direito a ter a sua opinião independentemente da profissão que exercem, do nosso ponto de vista. Acontece que o insólito da crítica do Dr. Paulo Portas é que o Dr. Paulo Portas incomoda-se com a presença da doutora Maria José Morgado numa realização pelo Sim, mas não se incomoda com a participação do Dr. Souto Moura numa realização pelo Não.”*

Off: Para o sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a questão não passa de um fait-divers político, e que o prolema levantado pelo ex-presidente do CDS-PP não tem qualquer sentido.

Vivo António Cluny, Sindicato Magistrados Ministério Público: *“Para mim custa-me até aceitar que o Dr. Paulo Portas, que eu considero uma pessoa inteligente, que eu considero uma pessoa moderna, que eu considero um democrata, venha num momento destes suscitar esta questão, quando, como lhe disse, eu próprio já participei em colóquios organizados pelo seu partido.”*

Off: A conferência da polémica realizou-se ontem no Parlamento, Maria José Morgado mostra-se hoje surpreendida com as interpretações de Paulo Portas e refere apenas que participou na iniciativa como técnica.

20H48

Pivot: Estamos a pouco mais de 20 dias do referendo sobre o aborto, os argumentos de um lado e de outro estão a suscitar de novo reacções intensas, é também por isso singular o livro que reúne argumentos a favor e contra a despenalização.

Peça: Off: O Sim e o Não estiveram esta noite uma vez mais em discussão na apresentação do livro Aborto/Interrupção voluntária da gravidez, sim ou não? em que gente de diferentes quadrantes políticos e profissões apresentam publicamente as suas razões sobre a questão do momento.

Vivo Matilde Sousa Franco, Historiadora: *“Não, porque esta lei é profundamente injusta, não quero mulheres nos tribunais, não porque quero um efectivo apoio às mulheres, não porque quero valorizar as mulheres e a maternidade, não porque quero Portugal pioneiro do humanismo ganhar o Guinness do humanismo do Séc.XXI.”*

Vivo de Cecília Vieira da Costa, psicóloga: *“Sim porque é importante acabar com a perseguição e a humilhação das mulheres, sim porque esta lei é injusta, sim porque as mulheres precisam de ter as condições para fazer decisões reprodutivas seguras e medicamente assistidas.”*

Off: Sim ou não, a resposta vai ser dada pelos portugueses a 11 de Fevereiro. Até lá, o debate e os argumentos multiplicam-se e desta vez tomaram a forma de livro.

20H50 ABORTO

Pivot: O movimento de jovens “Diz que não” organizou uma aula sobre o desenvolvimento do coração do feto. O cardiologista pediátrico Serula Gomes explicou que às 3 semanas de gestação já se ouve o batimento cardíaco e que entre as 8 e 9 semanas o desenvolvimento cardíaco está completo. Os jovens apoiantes do Não têm utilizado este argumento, o do bater do coração, para mobilizar votos no referendo.

Peça: Off: O Bloco de Esquerda iniciou uma digressão a favor da despenalização do aborto por várias cidades, a primeira é Lisboa, depois será no Porto e em Braga. Um écran gigante explica a quem passa na rua as razões que o Bloco indica para votar Sim no referendo à despenalização da IVG. São pequenos filmes que vão passando com os testemunhos de personalidades do partido e da sociedade que manifestam a sua intenção de voto pelo sim. A direcção do BE não exclui que, até à data do referendo, este *road show* possa visitar outras cidades do país.

20H10 ABORTO

Legenda: Sócrates e o aborto. Líder do PS diz não ter a certeza de que o “Sim” ganhe o referendo

Pivot: José Sócrates admitiu hoje que o PS não tem a certeza da vitória do Sim no referendo sobre a despenalização do aborto. O secretário-geral do PS participou esta tarde, em Lisboa, numa conferência nacional que reuniu centenas de militantes e onde José Sócrates garantiu não pretender partidarizar a campanha, apenas cumprir o dever do partido, o PS, que propôs o referendo.

Peça: Assistiu às 4 intervenções da tarde sentado na 1ª fila. Quando subiu ao palco para encerrar a conferência pelo Sim responsável, Sócrates falou em humildade e admitiu que nada está ganho.

Vivo Sócrates: *“Nós não temos a certeza da vitória. Ninguém em democracia tem a certeza da vitória. Mas eu tenho uma certeza: é que tudo fizemos para merecer essa vitória. Tudo faremos para merecer essa vitória. E tudo faremos para estar à altura dessa vitória.”*

Off: Uma batalha a travar dia 11 de Fevereiro com 2 inimigos a combater: a abstenção e o aborto clandestino, responsável, dizem os socialistas, por 19% da mortalidade materna em Portugal. Sócrates garante que o PS está a cumprir um dever, e respondeu a Marques Mendes quanto à partidarização da campanha.

Vivo Sócrates: *“Não. Nós não queremos partidarizar a campanha. A maior parte dos dirigentes do PS participará aliás na campanha integrando os movimentos favoráveis ao Sim. Mas nós vamos empenhar-nos na campanha, porque esse é o dever de um partido que propôs a realização de um referendo, esse é o dever de um partido que acha que deve combater a chaga do aborto clandestino, que deve gerar um novo consenso na sociedade portuguesa.”*

Off: Apela a uma campanha moderada, tal como antes já o tinha feito António Vitorino. Para o dirigente socialista, em 98 não foi a posição de António Guterres, então primeiro-ministro, que ditou a derrota do Sim.

Vivo António Vitorino, PS: *“Foi porque alguns dos argumentos utilizados a favor do Sim eram argumentos de um radicalismo e de uma desproporção que não tinham rigorosamente nada a ver com aquilo que era a substância da lei que estava a ser votada, e por isso facilitaram a vida ao campo do Não.”*

Off: Júlio Machado Vaz pediu aos portugueses para não misturarem questões, não aproveitarem o referendo para mostrar desagrado ao Executivo.

Vivo Machado Vaz, Sexólogo: *“O que vai a votos não é o Governo, mas o tirânico desgoverno provocado por uma lei anacrónica.”*

Vivo jornalista: “Esta é a segunda sessão pública do PS a favor do Sim em que José Sócrates participa. E muitas outras já estão marcadas. No entanto, o secretário-geral do PS estará ausente do país na altura em que a campanha oficial para o referendo arrancar. Tudo devido à agenda do 1º ministro, que o levará até à República Popular da China.”

20H13 ABORTO

Legenda: Referendo Aborto Socialista Maria de Belém presente num debate do PSD aberto ao “não” e ao “sim”.

Pivot: Marques Mendes considera um erro a partidarização da campanha para o referendo ao aborto. O PSD promoveu um debate aberto aos defensores do Não e também do sim, em que esteve presente, entre outros, a deputada socialista Maria de Belém Roseira.

Peça: Off: É o único partido sem posição oficial. Marques Mendes opta pelo Não, mas abstem-se de dar indicação de voto aos militantes e até decidiu promover um debate aberto a todos. Uma presença destacou-se: a da socialista Maria de Belém, que escutou o líder do PSD apelar à não partidarização da campanha.

Vivo Marques Mendes: *“É um erro fazer deste referendo uma luta entre partidos. A questão do aborto não é uma questão partidária, é uma questão de cidadania. É uma questão da consciência individual de cada cidadão.”*

Off: Maria de Belém concorda:

Maria de Belém, PS: *“Eu também sou a favor da não partidarização da campanha. O que não significa que os partidos não tenham iniciativas neste domínio, como se vê aqui pelo partido social-democrata...”*

Jornalista: Mas o facto de o PS ter uma posição oficial a favor do sim não motiva essa partidarização?

Maria de Belém: *“Acho que não.”*

Off: Marcelo Rebelo de Sousa considera mesmo que nenhum partido deve reivindicar vitória.

Vivo Marcelo Rebelo de Sousa, PSD: *“Acho que não faz sentido num referendo de convicções como estas estar a dizer ganhou o partido A ou o partido B. Os referendos fazem-se precisamente porque se entende que não se deve deixar aos partidos a decisão. Porque se não era o Parlamento.”*

Off: Ao longo do dia, políticos, juristas e médicos apresentaram argumentos a favor e contra a interrupção voluntária da gravidez. Em oposição estiveram por exemplo dois obstetras.

Vivo de Miguel Oliveira da Silva, obstetra: *“É prática corrente, quando uma mulher tem um aborto até às 8, 9 ou 10 semanas, que eu saiba, ninguém põe luto ou faz funeral, nem a sociedade, na sua prática corrente, quando há um aborto espontâneo, às 8, 9 ou 10 semanas, funciona como se tivesse morrido uma pessoa humana.”*

Vivo João Paulo Malta, obstetra: *“Não põem luto, no sentido de se vestirem de preto. Mas quase todas as mulheres põem luto. Quase todas as famílias põem luto, vivem o luto.”*

Off: Do debate saiu uma ideia: a de que seja imposto um período de reflexão às mulheres que queiram abortar.

Vivo Rui Pereira, jurista: *“Se o Sim ganhar, que o Estado crie um sistema de aconselhamento médico e todas as pessoas que prezam o valor da vida de todos nós e o valor da vida intra-uterina, contribuamos, na nossa modesta medida, para que haja menos abortos.”*

Off: A discussão foi livre, mas pelas intervenções ficou claro que nesta sala havia muito mais defensores do Não do que do Sim.

20H15 ABORTO

Legenda: Aborto: Plataforma “Não, obrigada” grava hino de campanha para o referendo

Pivot: A Plataforma Não, obrigada entrou esta tarde em estúdio o hino de campanha contra as alterações à IVG. A canção chama-se Ainda vale a pena viver e junta as vozes de mandatários e apoiantes, entre eles alguns cantores, às de muitas crianças.

Peça: Off: A gravação estava prestes a arrancar, mas ainda sobrava tempo para um último ensaio, mesmo à porta do estúdio. É que apesar de estarem todos no mesmo tom, ninguém quis perder mais uma oportunidade para afinar alguns detalhes. Até porque a maioria das vozes está pouco habituada a estas lides das canções.

Vivo Afonso: *“Não sei de cor.”*

Jornalista: Mas há bocadinho estavas ali a cantar?

Vivo Afonso: *“Mas estava a ouvir os outros, também.”*

Vivo António: *“Não, não gosto de cantar. Mas canto pelo hino contra o aborto, isso sim.”*

Off: Foi o que todos acharam. Vestiram a camisola e o cachecol desta causa e entraram em estúdio para gravar o hino da Plataforma Não, Obrigada. A música chama-se Ainda vale a pena viver e até já foi usada na campanha para o referendo de 98. Em 2007 volta com novos arranjos.

Vivo de Sandra Anastácio, mandatária plataforma Não Obrigada: *“Tem ritmo, tem agora um arranjo giro, acho que mostra o entusiasmo, mostra a razão porque nós estamos aqui.”*

Vivo de Mariana Costa, autora da letra: *“É uma canção muito alegre, as pessoas que estão a organizar-lo também estão com muita alegria, porque vale a pena apostar na vida, e o que nós queremos é ver o país inteiro a votar Não e a cantar que vale a pena apostar na vida, obviamente.”*

Off: Entusiasmo partilhado por alguns cantores que estão em sintonia com a Plataforma.

Vivo de José da Câmara, cantor: *“Acredito que a maior parte das pessoas deste país vão ouvir, fixar, interiorizar e depois votar.”*

Vivo de Sérgio Rossi, cantor: *“Vai apelar ao voto. E vai ficar na memória também.”*

Off: Uma música que esperam que fique no ouvido dos eleitores.

20H18 ABORTO

Legenda: Referendo aborto: Ribeiro e Castro denuncia situação que considera inqualificável

Pivot: Do lado do Não, nesta pré-campanha para a referendo ao aborto, está Ribeiro e Castro que hoje denunciou um episódio que considera inqualificável. Segundo o presidente do CDS-PP, a coordenadora da sub-região de Saúde de Faro, enviou um *mail* a todos os centros de saúde apelando ao voto no Sim.

Peça: Off: Inqualificável no conteúdo e na forma, sublinha Ribeiro e Castro. O *e-mail* apresentado hoje foi enviado ontem pela coordenadora da sub-região de Saúde do Algarve. Tem como base um texto de apoio ao Sim, como destinatários os profissionais de saúde da região, como objectivo recolher assinaturas que subscrevam a IVG. Ribeiro e Castro pede, perante tudo isto, a intervenção urgente do Ministro.

Vivo Ribeiro e Castro, Presidente CDS-PP: *“É um acto de intromissão numa campanha, não o pode fazer. Viola gravemente os deveres de isenção de um serviço do Estado, e pode ser, uma vez que é praticado a partir da sua posição de autoridade, pode ser praticado como um acto de coacção sobre aqueles que estão subordinados. Isto é uma instrução, uma indicação, transmitida a diferentes centros de Saúde. Tudo isso é muito grave. E portanto nós exigimos que o Ministro da Saúde tome conhecimento da ocorrência, que confirme este facto que chegou ao nosso conhecimento, abra o inquérito que for necessário, mas actue rapidamente.”*

Off: A este caso, Ribeiro e Castro junta outro caso polémico, o de Maria José Morgado, criticado antes de mais ninguém no partido por Paulo Portas. Ribeiro e Castro, líder do CDS, chama a atenção para a resposta insatisfatória do PGR, em defesa de Maria José

Morgado e para a fragilidade de Maria José Morgado em defesa do processo Apito Dourado.

Vivo RC: *“Eu considero que é muito negativa duplamente: quer porque em geral não o devia ter feito, quer porque sendo coordenadora de um processo que pode ter alguma sensibilidade também a nível partidário te de guardar uma grande distância de intervenção em campanhas partidárias, como foi esta conferência realizada pelo grupo parlamentar do PS e que obviamente é uma iniciativa político-partidária. Não se podem aceitar as tentativas de justificação esfarrapadas do Dr. Alberto Martins, que são uma tentativa de tapar o Sol com uma peneira.” E do Procurador também? “Bom, o Procurador sim, a sua resposta é insatisfatória. Porque, em primeiro lugar, a dr^a Maria José participou como procuradora-geral adjunta; em segundo lugar, justamente as limitações que constam do Estatuto afectam o exercício dos direitos de cidadania. Senão, não teriam alcance nenhum.”*

Off: Com críticas e argumentos prossegue a campanha do CDS para o referendo ao aborto. A posição de 98 pelo não mantém-se, porque os valores em defesa da vida, sublinha Ribeiro e Castro, também se mantêm.

20H21 ABORTO

Legenda: Referendo aborto: Louçã apela aos indecisos e defende que a questão não é religiosa

Pivot: Francisco Louçã apela aos indecisos e defende que a questão do aborto não se pode colocar no campo religioso. O líder do Bloco de Esquerda participou hoje numa conferência sobre o referendo, e lançou um desafio a Marcelo Rebelo de Sousa:

Peça Off: Para o Bloco de Esquerda, é sobre este cartaz que os portugueses têm de reflectir antes de votar (“...punida com prisão até 3 anos”). Nesta conferência, Francisco Louçã procurou rebater o que considera os principais argumentos utilizados pelo Não. Nas críticas, aponta também o dedo aos protagonistas:

Vivo de Louçã, BE: *“Quero desafiar Marcelo Rebelo de Sousa a ser coerente. Porque MRS disse recentemente numa televisão onde fala normalmente que não queria a penalização da mulher nem à primeira, nem à segunda semana, nem à décima, nem à vigésima, nem nunca. E não queria nenhuma penalização nunca para as mulheres. Como é que alguém que nunca quer penalizar as mulheres quer votar para que elas sejam sempre penalizadas, porque se mantém uma lei que as persegue, que é esta lei de pena de prisão até 3 anos? Como é que é possível, professor Marcelo Rebelo de Sousa?”*

Off: Para Louçã, estamos a entrar numa fase decisiva. Realça que os votos não estão contados, apela aos indecisos, aos jovens e afirma que o que está em causa não é uma questão religiosa. Neste encontro a favor do Sim discutiu-se as implicações o aborto em termos sociais, políticos, jurídicos e médicos.

Vivo Isabel do Carmo, médica: *“Estamos em face de uma questão de saúde pública e de desigualdade. Poque há aqui uma escala, há aqui uma hierarquia, há aqui um preço: há quem pode tomar o avião e ir a Londres, há quem tome o comboio ou o carro e vá a Badajoz e há quem o faça em Lisboa em condições razoáveis. Depois em Lisboa, ou no Porto, ou na provincia há também uma escala e finalmente quem está em baixo da escala, quem pode pagar menos, é que tem as sequelas. Esta é que é a questão.”*

Off: Nos argumentos, Francisco Louçã considera que existe uma pergunta para a qual os defensores do Não nunca dão resposta: se a lei actual funciona ou não?

20H23 ABORTO

Legenda: Referendo: Jerónimo diz que vitória do Não vai manter o aborto clandestino

Pivot: Jerónimo de Sousa diz que uma vitória do Não no referendo vai manter o aborto clandestino com consequências para a saúde das mulheres. O SG do PCP esteve em Alpiarça e deixou um apelo à mobilização dos eleitores comunistas.

Peça: Off: é o apelo do SG à mobilização dos comunistas para o referendo ao aborto.

Vivo Jerónimo de Sousa, PCP: *“No cerne desta batalha não está aqui presente a questão de ser contra ou a favor do aborto. Nenhuma mulher o faz com um sorriso nos lábios. Ninguém defende o aborto pelo aborto. Há é uns que defendem o fim do aborto clandestino, e da condenação da mulher que o pratica, e outros que querem que continue a haver aborto clandestino e a manter a lei e o absurdo de criminalizar a mulher que a ele recorre.”*

Off: Jerónimo de Sousa acusa os defensores do Não de hipocrisia:

Vivo Jerónimo de Sousa, PCP: *“Alguns desses destacados templários do Não, quando estiveram no governo e na Assembleia da República, quando reuniram no conclave do Beato, e propuseram ou defenderam a penalização dupla da mulher trabalhadora pela via do Código Penal, mas também do Código Laboral, venham agora falar dos valores da vida, e da justiça social. Porque também são valores, também são parte integrante do direito à vida e à dignidade da mulher justos salários, justos direitos, segurança no emprego e direito ao trabalho.”*

Off: Neste encontro com militantes, para além da mobilização para o referendo ao aborto, Jerónimo de Sousa apelou também aos votantes comunistas para uma mobilização contra a mudança das leis do trabalho.

Telejornal, dia 21 de Janeiro de 2007 (Domingo) não gravado

Telejornal, dia 22 de Janeiro de 2007 (segunda-feira) não gravado

20H45 ABORTO

Legenda: Marcelo no Youtube Professor grava vídeo contra o aborto

Pivot: Marcelo Rebelo de Sousa tem um vídeo contra o aborto no site *youtube*. O vídeo explica a sua posição sobre o aborto, com Marcelo a anunciar que vai votar Não no referendo, mas que é contra a prisão das mulheres. No vídeo caseiro, o ex-líder do PSD recorda que foi dele a ideia do referendo, quando António Guterres era primeiro-ministro. Marcelo defende que as mulheres deixem de estar sujeitas a pena de prisão até 3 anos, independentemente da altura da gravidez em que abortem, mas não esclarece se deve haver uma pena ou sanção alternativa. Marcelo argumenta estarem já na lei as circunstâncias em que é razoável admitir-se a interrupção da gravidez.

Vivo Marcelo: *“A resposta é simples: de outra forma, poderia fazer sentido despenalizar, retirar a pena de prisão; assim não, é uma mentira na pergunta e é uma mentira na lei que se quer impor aos portugueses.”*

20H46 ABORTO

Pivot: Os partidários do Não publicaram um livro a expor os seus argumentos. Chama-se Blogue do Não e reúne textos de um blogue criado para a partilha de argumentos de quem defende não ao aborto.

Legenda: Blogue do Não Livro pretende levar argumentos a um público que não é adepto da blogoesfera.

Peça: Off: O blogue nasceu em Outubro de 2006, o livro foi apresentado hoje. Três meses foi o tempo necessário para que os argumentos destes adetos do Não ganhassem consistência no papel e pudessem chegar a um público mais vasto. O prefácio da obra é de Matilde Sousa Franco.

Vivo Matilde Sousa Franco: *“É fundamental realmente a pessoa consciencializar-se da importância desta votação e que não haja abstenção.”*

Off: Dizem que não há um voto no não, mas muitos votos, com fundamentos diferentes. Todos válidos, mas nem sempre consensuais. Maria do Rosário Carneiro apresentou o livro e embora esteja de acordo com a despenalização, não pode aceitar ou considerar legítimo que um ser humano tenha capacidade absoluta para decidir sobre a vida de outro ser.

Vivo M^a do Rosário Carneiro: *“É um ótimo contributo para o debate, porque permite a todos, em primeiro lugar, poderem se exprimir. E apesar de a Internet ser um veículo bom, nem sempre nós nos sentimos com capacidade e com acesso e aqui há claramente um apelo à participação.”*

Off: Uma sala cheia ouviu ainda as palavras de Sarsfield Cabral, que lembrou o artigo da Constituição que diz que a vida humana é inviolável. Quem escreve no blogue também marcou presença, e explicou porque decidiu participar.

Vivo Pedro Picoito, autor: *“Foi um imperativo de consciência, no sentido em que eu acho que a pergunta que é colocada às pessoas no referendo de 11 de Fevereiro é uma pergunta falsa, uma pergunta mentirosa, uma pergunta malabarista, porque no fundo o que se pretende é liberalizar o aborto totalmente até às 10 semanas e achei que era importante aproveitar as virtualidades da blogosfera, que é um meio muito aberto, para alertar as pessoas para isso.”*

Off: Até agora o blogue do Não já teve mais de 50 mil visitas. As receitas da versão impressa revertem a favor da Ajuda de Mãe.

20H48 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Ricardo Araújo Pereira alinha pelo movimento “Jovens pelo Sim”.

Pivot: O movimento Voto Sim considera a actual lei como uma indignidade e uma vergonha para a democracia. Numa outra acção pelo Sim no referendo, os Jovens pelo Sim apresentaram o panfleto da posição que assumem – e foi Ricardo Araújo Pereira quem deu a cara.

Vivo Ricardo Araújo Pereira: *“Ninguém me conhecia de lado nenhum há 8 anos e portanto ninguém me convidou.”*

Off: Mas passados 8 anos, Ricardo Araújo Pereira é, através do humor, conhecido dos portugueses e uma influência para muitos jovens. Daí o convite do Movimento Jovens pelo Sim. Uma participação que Ricardo assume como “séria”, pelo assunto que envolve.

Vivo RAP, Humorista: *“Uma mulher que opte por fazer um aborto não é uma criminosa e uma vez que não é uma criminosa deve fazê-lo no mesmo sítio em que as outras intervenções médicas são feitas. Penso que é isso que deve mudar na lei.”*

Off: O aborto não se resolve em tribunal, é esta a principal posição do movimento formado por jovens, muitos deles artistas e representantes das juventudes do PS, PSD e Bloco de Esquerda. Apelam ao voto Sim no referendo, alertando para números que querem que deixem de existir.

Vivo Rita Cruz, mandatária “Jovens pelo Sim”: *“Chegam às urgências dos hospitais inúmeros casos de hemorragias, choque, infeções, septicémias, continuam a morrer muitas mulheres em Portugal e é responsabilidade também dos jovens acabar com isso e mudar esta lei.”*

Off: Na mesma linha de apelo e enumerando os casos concretos de julgamentos decorridos em Portugal, o movimento Voto Sim apresentou aquilo que, depois do referendo, deve ser alterado.

Vivo Helena Pinto, Deputada Bloco de Esquerda: *“Será preciso que uma mulher cumpra pena de prisão entre grades, para que se altere o artigo do Código Penal? Em 1998 dizia-se que nenhuma mulher seria julgada, mas foram. Hoje não há nenhuma mulher presa, mas há mulheres condenadas a pena de prisão. Recusamo-nos a esperar pela prisão efectiva de uma mulher que interrompeu uma gravidez até às 10 semanas; recusamos esta indignidade e vergonha para a democracia portuguesa.”*

Off: Há ainda uma resposta clara para os que defendem que o número de abortos vai aumentar com a alteração da lei.

Vivo Sónia Fertuzinhos, Deputada PS: *“O número de abortos tem muito mais a ver com as políticas de planeamento familiar e de educação sexual, de políticas activas de planeamento familiar, do que com um enquadramento legislativo e menos ainda com um enquadramento legislativo mais punitivo, como é o nosso caso.”*

Off: O movimento Voto Sim acredita que hoje o país está mais esclarecido do que em 1998, aquando do primeiro referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária de gravidez.

20H24 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Bispo de Viseu defende despenalização das mulheres que abortam

Pivot: O bispo de Viseu diz que votaria sim no referendo se a questão fosse apenas sobre a despenalização da mulher. D. Ilídio Leandro considera que a mulher não toma por si a decisão de abortar, mas sim devido a pressões sociais, pelo que não pode ser responsabilizada.

Peça: Off: Para D. Ilídio Leandro, a pergunta feita neste referendo está mal formulada, uma vez que inclui 3 questões diferentes: a liberalização do aborto até às 10 semanas, a atribuição ao Estado da responsabilidade de realizar os abortos se o Sim ganhar, e a despenalização da mulher que aborta e diz mesmo que se apenas estivesse em causa a despenalização da mulher, o bispo de Viseu votaria Sim no referendo.

Vivo D. Ilídio Leandro, bispo de Viseu: *“Se a pergunta fosse a despenalização da mulher na lei actual, eu concordaria e votaria Sim; porque eu, antes da mulher – a mulher é a última, porque eu disse claramente a mulher é uma vítima em toda a situação do aborto.”*

Off: Para D. Ilídio Leandro o aborto não pode deixar de ser um crime, mas considera que, em vez da mulher, deve ser o Estado, o companheiro e o pessoal de saúde a sentar-se no banco dos réus, e deixa duras críticas ao Ministro da Saúde por afirmar que o Estado tem verbas para suportar os custos do aborto.

Vivo D. Ilídio: *“Eu acho lamentável que o Ministro da Saúde venha fazer conas aos gastos desta maneira: prevêem-se 23 mil abortos por ano, por isso anda à volta em gastos de 10 milhões de Euros, por isso o Estado tem condições. Então mas nós não precisamos em Portugal de 23 mil crianças a mais por ano? Então mas nós não temos no campo da saúde necessidade de 10 milhões de euros para atender casos de doença?”*

Off: Num tom bem mais conciliatório no que toca à posição da Igreja na campanha do referendo, D. Ilídio Leandro defende que a mensagem da Igreja não deve ser agressiva.

Vivo D. Ilídio: *“Não sou por extremar posições, no sentido de tornar a linguagem agressiva, violenta. Agora, são posições diversas.”*

Off: Logo a seguir ao referendo, o bispo de Viseu promete que vai encetar um programa de ajuda às mulheres grávidas em dificuldade, para evitar que tenham de recorrer ao aborto.

20H27 ABORTO

Pivot: O referendo ao aborto e a posição da Igreja será tema forte na Grande Entrevista de amanhã. Judite de Sousa irá falar com o Cardeal Patriarca de Lisboa.

Legenda: Referendo ao aborto: Partidários do “Não” consideram a pergunta discriminatória

Pivot: Partidários do Não consideram a pergunta do referendo discriminatória. Eles questionam o limite das 10 semanas e exigem que lhes seja explicada a fundamentação da pergunta.

Peça: Vivo de Michel Renaud, Professor Universidade Nova de Lisboa: *“Porquê 10 semanas?”*

Off: É a pergunta destes filósofos à pergunta do referendo: “Concorda com a despenalização da IVG se realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”

Vivo de Michel Renaud, Professor Universidade Nova de Lisboa: *“Porque é que 10 semanas invalidam o estatuto da pessoa humana? Para nós, do ponto de vista filosófico, há uma real questão que nos parece fazer repousar a questão do referendo sobre um erro. Um erro que consiste em cortar às fatias o desenvolvimento da pessoa. A pessoa, do ponto de vista filosófico, é mais do que um âmago, do que um conjunto de células e de tecidos.”*

Off: Para este grupo de filósofos, a definição da biologia não basta; classificam de discriminatória a pergunta do referendo e exigem uma fundamentação. Querem saber o porquê das dez semanas. Foi essa questão que colocaram num documento enviado aos grupos parlamentares, ministro da Justiça e a José Sócrates.

20H28 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: CGTP saia à rua em defesa do “Sim”

Pivot: A CGTP saiu à rua em defesa do sim. Carvalho da Silva declarou que a despenalização abre caminho à resolução dos problemas que estão na origem do aborto.

Peça: Off: É uma zona de passagem e propícia a quem quer passar a palavra. Em pleno Chiado, a CGTP e a União de Sindicatos de Lisboa juntaram-se ao grupo de cidadãos em movimento pelo Sim. Montaram uma banca, distribuíram panfletos e apressaram-se a dizer o que vinham.

Vivo de rapariga com megafone: *“No dia 11 de Fevereiro não se esqueça: vote Sim.”*

Vivo Carvalho da Silva, CGTP: *“O voto Sim termina com esta penalização, criminalização das mulheres, que é perfeitamente injusta e inócua numa sociedade democrática. Em segundo lugar, porque é uma forma eficaz de combate ao aborto clandestino e ao negócio chorudo que está por trás dele.”*

Vivo de Alina Sousa, mandatária Em Movimento pelo Sim!: *“Eu, na maternidade onde trabalho, quase diariamente contacto com consequências do aborto clandestino, muitas vezes com toma de medicamentos que interrompem a gravidez e que provocam nas mulheres que os tomam consequências terríveis, designadamente dores, hemorragias, hemorragias abundantes que colocam em causa a vida das mulheres”.*

Vivo Carvalho da Silva: *“Voto Sim, o compromisso da sociedade portuguesa na resolução do problema, despoleta combates eficazes às causas sociais, económicas, culturais, que muitas vezes estão por trás deste problema e também à dinâmica duma sociedade mais preparada do ponto de vista do planeamento familiar, da sexualidade, etc. “*

Off: Carvalho da Silva lembrou que a CGTP defende a despenalização do aborto desde 1975. Apela agora a uma participação massiva dos trabalhadores no referendo de 11 de Fevereiro.

20H17 ABORTO

Legenda: Sondagem Universidade Católica: Se o referendo fosse hoje ganharia o “Sim” à despenalização do aborto

Pivot: Uma sondagem da Universidade Católica dá a vitória ao Sim. Se o referendo fosse hoje o “Sim” à despenalização do aborto sairia vencedor, com uma vantagem de quase 20 pontos.

Peça: Off: Sim ou Não? A 3 semanas do referendo ao aborto, os portugueses estão mais inclinados a votar sim `despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas. A sondagem da Universidade Católica revela que, neste momento, o Sim á despenalização está nos 59%. Não 41%. Uma estimativa formulada a partir de uma intenção directa de voto: no Sim, 38%, Não, 28, dizem que não vão votar 21% e não sabem ou não respondem 14%.

Apesar da diferença entre o Sim e o Não ser de quase 20 pontos, a verdade é que o Sim está em queda, desde a última sondagem, realizada em Outubro. Desde então aumentou o número dos que apostam no Não e diminuíram as intenções no Sim. O número daqueles que não tencionam votar também subiu. Actualmente 21% dizem que vão ficar em casa, não sabem se vão votar também 21%, e afirmam que de certeza irão votar 58%. Independentemente da posição de cada um, a maioria dos portugueses acredita que o referendo vai conduzir à despenalização do aborto. Acham que o Sim vai ter mais votos 46%; pensam que o Não vai ganhar 29%; não sabem 25%. Esta sondagem foi realizada pelo Centro de sondagens da Univ. Católica para a Antena 1, RTP e Jornal de Notícias entre os dias 20 e 22 de Janeiro. Foram obtidos 1257 inquéritos, sendo que 55,1% eram de mulheres.

Pivot: Esta sondagem será publicada amanhã no Jornal de Notícias.

20H19 ABORTO

Pivot: O PCP lançou um livro em defesa da despenalização do aborto

Legenda: Referendo aborto PCP lança livro em defesa da despenalização

Peça: Off: O livro reúne artigos com argumentos políticos, jurídicos e médicos a favor da despenalização. O 1º texto foi escrito por Álvaro Cunhal em 1940. Jerónimo de Sousa acha que uma vitória do Não no referendo iria fazer aumentar o número do aborto clandestino, como segundo ele aconteceu com o referendo de 1998.

Vivo Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP: *“A verdade é que o aborto clandestino continuou, estimando-se que, por ano, se realizem entre 20 a 40 mil. Sabe-se que muitas mulheres se deslocam ao estrangeiro; mas a maioria sujeita-se aos circuitos clandestinos e inseguros. É preciso acabar com a hipocrisia dos que querem fechar os*

olhos a esta realidade. Nestes 9 anos não acabaram as consequências do aborto clandestino. as mulheres continuaram a chegar aos hospitais vítimas de complicação desse flagelo social.”

20H20 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Movimento “Jovens pelo Sim” diz que é mais fácil falar de IVG

Pivot: O movimento Jovens pelo Sim considera que hoje é mais comunicar com as pessoas sobre o aborto. O Movimento acha que, na altura do anterior referendo, era mais difícil esclarecer os cidadãos.

Peça: Off: Palavras, panfletos e proximidade, a estratégia do Movimento Jovens pelo Sim em pleno coração de Lisboa, no Chiado. Querem esclarecer as pessoas e levá-las, antes de mais, à participação, às urnas, a 11 de Fevereiro. E hoje, dizem, é muito mais fácil comunicar do que em 1998.

Vivo de Pedro Vaz, Movimento “Jovens pelo Sim”: *“Em 98 foi muito mais difícil, havia muito menos informação, muito menos esclarecimento, existe muita aceitação por parte das pessoas, as pessoas têm tido uma boa receptividade respectivamente a estas iniciativas.”*

Off: Os panfletos lembravam factos e argumentos como estes:

Voz off de Pedro Vaz: *“O que está em causa e aquilo que eu tento explicar às pessoas é se queremos que as mulheres que interrompem uma gravidez já hoje o façam nas condições clandestinas, ilegais, correndo muitas vezes riscos (Vivo Pedro Vaz) para a sua saúde e até para a sua vida, se quisermos que isto continue a acontecer, votamos Não; nós não queremos que isto continue a acontecer, queremos que as mulheres façam interrupções da gravidez com segurança, em estabelecimentos de saúde legalmente autorizados, e é por isso que apelamos às pessoas para votarem Sim”.*

Off: As iniciativas, essas, vão continuar, até porque o tiro de partida para a campanha oficial ainda não se fez ouvir.

20H21 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Médicos “Não obrigado” recorrem à tecnologia para apresentar argumentos

Pivot: Os médicos contra o aborto dizem que o referendo pede aos portugueses que decidam entre a vida e a morte. Numa acção promovida pelo movimento Não obrigada, os médicos recorreram aos avanços da tecnologia para apresentar argumentos.

Peça: Off: Dois obstetras, dois neo-natologistas e um anestesista. Médicos pelo Não, que defendem que a vida humana começa logo ao primeiro dia, no momento em que o espermatozóide fecunda o óvulo. Esta manhã explicaram o desenvolvimento, desde a

concepção até às 10 semanas e apresentaram aquilo que dizem ser o protagonista do referendo.

Vivo Álvaro Malta, médico obstetra: *“Alguém tem direito a interromper esta evolução extraordinária, evolução que todos vós, que todos nós, já tivemos? Este protagonista pode chegar a qualquer lado. Precisa de uma coisa: deixem-no viver! Que direito é que tem alguém a decidir entre a vida a que ele tem direito ou a morte?”*

Off: Álvaro Malta foi o clínico que fez chegar as ecografias a Portugal. Marina Vale especializou-se nesta técnica a 3 e 4 dimensões.

Vivo Marina do Vale, médica obstetra: *“Em relação à visibilidade é exactamente isto: Nós vamos ver mais o feto. Não o víamos há 30 anos atrás. Nós vamos começar a vê-lo com um aspecto mais humano. E para aqueles para quem o aspecto é importante para se encontrarem no outro um seu semelhante, vai reencontrar-se naquelas imagens como sendo semelhante a eles. E vai chocar.”*

Off: Estes médicos não têm dúvidas: em Fevereiro não se vai apenas referendar o aborto, mas definir que tipo de sociedade se quer.

20H23 ABORTO

Legenda: Grande Entrevista Judite Sousa entrevista D. José Policarpo logo a seguir ao Telejornal

Pivot: O referendo ao aborto será tema central da Grande Entrevista de Judite de Sousa ao cardeal patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, já a seguir ao Telejornal.

20H32 ABORTO

Legenda: D. José Policarpo: Cardeal Patriarca de Lisboa afirma que moralmente toda a vida é sagrada

Pivot: O cardeal patriarca de Lisboa considera que o aborto clandestino é um drama de que não se conhece a dimensão. D. José Policarpo acredita que a luta devia ser para acabar com o aborto em Portugal, recorrendo a uma política sólida de apoio à maternidade.

Peça: Off: Em causa no referendo de dia 11 não está em discussão a doutrina da igreja ou a atitude das mulheres que abortam, mas sim uma proposta legislativa. É esta a opinião de D. José Policarpo, que considera toda a vida moralmente sagrada e o aborto uma questão fundamental de cultura e civilização.

Vivo D. José Policarpo, Cardeal Patriarca de Lisboa: *“Tenho um grande desejo que o Não vença, como pode supor, mas não tenho prognósticos. A situação está tão confusa, há tantos dados novos, em relação ao último referendo, que tudo pode acontecer.”*

Off: O cardeal patriarca de Lisboa considera que as missas não são lugar de campanha e que a Igreja tem um papel próprio a desempenhar.

Legenda: Cardeal Patriarca afirma também que missas não são lugares de campanha

Vivo Cardeal: *“A Igreja entendida como hierarquia, portanto bispos e sacerdotes, que devem limitar-se ao esclarecimento doutrinário dos seus fiéis. Esse é um direito que a Igreja tem, uma obrigação que a Igreja tem.”*

Off: D. José comentou ainda algumas declarações de membros do clero.

Vivo Cardeal: *“Correm o risco de desajudar. De não ajudar. Na medida em que aumentam a confusão, correm o risco de não ajudar.”*

Legenda: D. José Policarpo D. José considera que a luta deveria ser para acabar com o aborto em Portugal.

Off: A 2 semanas de se conhecerem os resultados do referendo, D. José Policarpo equaciona o que poderá acontecer:

Vivo Cardeal: *“Eu penso que o quadro político para isso ser possível é muito limitado. Se o Não ganhar penso que não haverá lei.”*

Jornalista: “Acha que não haverá lei?”

Vivo Cardeal: “Sim.”

Jornalista: “E se o Sim ganhar sem uma participação superior a 50%?”

Vivo Cardeal: *“Aí têm legitimidade política para legislar. Aí penso que haverá lei.”*

Off: Esta foi a primeira grande entrevista do Cardeal Patriarca de Lisboa sobre a temática do aborto, quando faltam duas semanas para a votação.

20H34 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Jorge Miranda defende que vitória do “Sim” vai gerar lei que viola Constituição

Pivot: O constitucionalista Jorge Miranda diz que a vitória do “Sim” vai traduzir-se numa lei que viola a Constituição. Jorge Miranda faz parte de um grupo de cerca de 40 professores de Direito de várias Faculdades do país que defende o Não no referendo. Os académicos dizem que o que está em causa não é uma despenalização mas uma liberalização e uma legalização do aborto. Defendem o Não em nome do carácter inviolável da vida humana, nos termos do artigo 24º da lei fundamental.

Vivo Jorge Miranda, constitucionalista: *“Na lei de 1984 há uma ponderação de valores entre a vida humana e o direito à saúde da mulher, o direito à saúde física e psíquica da mulher, à dignidade da mulher, no caso da violação. Aqui não há nenhum interesse, nenhum valor, nenhuma realidade constitucionalmente admissível que justifique pôr em causa a vida humana.”*

20H35 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Paula Teixeira da Cruz está preocupada com “comércio sórdido” à volta do aborto

Pivot: O movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim está preocupado com a exploração do aborto. Paula Teixeira da Cruz defende o Sim, alegando que é preciso evitar o comércio sórdido à volta do aborto e situações de brutalidade humana.

Peça: Off: O Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim nas ruas de Lisboa, onde o frio foi mesmo tema de conversa. Para Paula Teixeira da Cruz a pergunta do referendo é difícil e incómoda, mas tem de ter, insiste, a resposta “Sim”.

Vivo Paula Teixeira da Cruz, Movimento Cidadania pelo Sim: *“Exactamente por ser uma questão muito difícil e muito incómoda, temos de ter a coragem de perceber que resposta social é que queremos para esta situação. Não podemos continuar a empurrar para o aborto clandestino, para um comércio sórdido, para situações de brutalidade humana.”*

Off: A questão pode conhecer diferentes respostas dentro de uma mesma casa. Paula Cruz explica que tudo é possível, seguindo alguns princípios.

Vivo PTC: *“Aquilo que lhe digo é que desde que haja respeito e liberdade, tudo se conjuga e tudo é possível.”*

Mulher: “Eu até já disse à minha filha!”

Mulher do Movimento: *“Ninguém falte para votar. Não deixe de ir!”*

Off: A apoiante do Sim à despenalização do aborto defende que todas as oportunidades, como esta de rua, são para apelar à intervenção no referendo.

Telejornal, dia 27 de Janeiro de 2007 (Sábado) não gravado

Telejornal, dia 28 de Janeiro de 2007 (Domingo) não gravado

20H10 ABORTO

Legenda: Campanha oficial começa amanhã 19 movimentos e 9 partidos envolvidos PS em campanha, PSD não tem posição.

Pivot: Faltam agora menos de 4 horas para começar a campanha oficial para o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. 19 movimentos e 9 partidos vão estar envolvidos em acções em defesa do Sim e do Não. O PSD não assumiu uma posição oficial, mas o PS vai estar na campanha.

Peça: Off: Ao todo são 19 movimentos que entram nesta campanha do referendo ao aborto. 14 pelo não, 5 pelo sim.

Vivo de homem: *“Entendo que o aborto clandestino é uma desgraça para as mulheres portuguesas”.*

Vivo de mulher: *“Vida não se referenda.”*

Off: Uma campanha que começa oficialmente amanhã. O Não vai mostrar um novo cartaz em Lisboa, os movimentos do Sim juntam-se no Porto e em Lisboa, onde fazem uma acção de rua. Das marchas às sessões de esclarecimento e aos debates segue a campanha dos movimentos Sim e Não até ao dia 9. Duas semanas para apresentar argumentos, mostrar trunfos e figuras públicas. A campanha do Não está organizada em torno da plataforma “Não Obrigada”, que assume também os tempos de antena nas televisões. Mas conta com a acção dos outros movimentos, mais regionais. No Sim há acções pontuais que vão juntar os 5 movimentos, mas em geral cada um assume uma campanha própria. Também os partidos políticos vão estar em campanha. Debates, sessões de esclarecimento e algumas acções de rua. Seis partidos defendem o Sim: PS, PCP, Bloco de Esquerda, Verdes, Humanista e POUS. Três estão do lado do não: CDS, PPM e o PNR, o partido nacionalista. Quanto aos líderes dos partidos, José Sócrates é pelo Sim, e vai fazer campanha, tal como o PS.

Vivo Sócrates: *“Nós vamos empenhar-nos na campanha.”*

Off: Uma posição diferente do que aconteceu em 1998, em que os socialistas não entraram na campanha e Guterres defendeu o Não. Marques Mendes vota Não e Ribeiro e Castro também. O líder do PSD pode aparecer em acções desta campanha, mas não como presidente do partido, já que os sociais-democratas não assumiram uma posição oficial. Jerónimo de Sousa e Francico Louçã vão participar nas campanhas pelo Sim de PCP e Bloco de Esquerda. No referendo de 1998, o Não ganhou, mas a diferença foi de apenas 50 mil votos. 68% dos portugueses, quase 6 milhões, não foi votar. O valor da abstenção pode ser também a chave deste segundo referendo ao aborto. Dia 11, a dúvida Sim ou Não ao aborto estará esclarecida.

20H13 ABORTO

Legenda: “Médicos pela escolha” Mandatária lança livro sobre o aborto com o título “Crime ou castigo”

Pivot: A mandatária do Movimento Médicos pela Escolha lançou um livro sobre o aborto. É a tese de mestrado de Ana Campos, que a intitulou com uma afirmação: Crime ou Castigo.

Peça: Off: A pergunta está na capa: Crime ou Castigo?

Vivo Ana Campos, “Médicos pela Escolha”: *“Não quero nem que seja crime, nem que seja castigo. O aborto deverá ser uma escolha, o mais rara possível e efectuado nos prazos mais precoces possíveis e da forma mais segura possível.”*

Off: Um estudo sobre a contracepção e o aborto ao longo da História, a tese de mestrado de Ana Campos, a mandatária do Movimento Médicos pela Escolha.

Vivo Ana Campos: *“As mulheres, quando decidem uma interrupção de gravidez pensam bem nas soluções que têm e, se a escolhem, é porque de facto é a última solução, é a solução para a sua vida naquele momento e não devem ser penalizadas por isso.”*

Off: O lançamento deste livro contou com a presença de Correia de Campos, que é irmão da autora e com o líder do Bloco de Esquerda, marido de Ana Campos. Da perseguição contra as mulheres até à despenalização, um título que a autora espera que passe a realidade nacional no próximo dia 11 de Fevereiro.

20H14 ABORTO

Legenda: Movimento “Diz que não” inaugura sede de campanha no Chiado. Prometem campanha esclarecedora

Pivot: O movimento “Diz que não” inaugurou a sede de campanha. Dizem-se confiantes e dizem que estão a chegar aos jovens que vão votar pela primeira vez neste referendo.

Peça: Off: Em plena rua Garrett, no Chiado, o Movimento Jovem “Diz que Não” inaugura a sua sede. Um espaço com porta aberta para a rua que se pretende de convívio e sobretudo esclarecedor mas com um objectivo: mudar a opinião de quem defende o Sim neste referendo.

Vivo de Catarina Almeida, Diz que Não: *“Sabemos que as mulheres querem ter os seus filhos. Só optam pelo aborto quando não vêem outra alternativa.”*

Jornalista: E quem é que vai salvaguardar esse apoio do Estado, que é inexistente em muitas situações?

Vivo de Catarina Almeida, Diz que Não: *“De facto, se ganhar o Sim no dia 11 de Fevereiro, o Estado está absolutamente desobrigado de prosseguir esse apoio.”*

Vivo de Isilda Pegado, Plataforma Não Obrigada: *“Há um entusiasmo grande pelos direitos humanos, que é de facto o futuro. É a defesa do direito à vida, da dignidade da vida humana, como primeiro direito humano, que está aqui em causa.”*

Off: Os argumentos do Não, dizem, ganham mais peso com os avanços da Ciência.

Vivo de rapaz: *“Às 10 semanas há uma vida humana que nós estamos a cortar, uma vida humana que estamos a destruir, objectivamente.”*

Off: Por outro lado, voltam a insistir, as condições económicas não podem ser uma desculpa.

Vivo de rapariga: *“Nós acreditamos que o aborto se combate não legalizando-o, mas combatendo as suas causas. E por isso devemos apoiar as instituições e o Estado tem de se responsabilizar por isso e apoiar as instituições que apoiam as mães e as crianças em dificuldade.”*

Vivo rapaz: *“É a maneira mais fácil de se descartar dessa responsabilidade, que é matar a criança e pronto, não tem mais custos.”*

Off: Nos próximos 15 dias de campanha prometem deixar esta música no ouvido. “Não me vais poder destruir...”

20H16 ABORTO

Legenda: Últimos líderes do CDS-PP Paulo Portas, Adriano Moreira e Ribeiro e Castro escrevem carta contra o aborto

Pivot: O referendo ao aborto juntou 3 dirigentes históricos do CDS-PP. Paulo Portas, Adriano Moreira e Ribeiro e Castro assinam lado a lado um artigo de opinião publicado pelo Jornal de Notícias e pelo Correio da Manhã. Sob o título Nenhuma vida é demais, os 3 autores consideram que a actual lei faz uma ponderação jurídica de conflitos de interesses e valores e que já despenaliza o aborto em certos casos, enquanto a nova proposta em referendo sacrifica a vida ao arbítrio. Neste artigo, os 3 signatários concluem que este referendo provocará um avanço de civilização, se der protecção à vida, ou um retrocesso de civilização, se banalizar a sua eliminação.

20H16 ABORTO

Pivot: Na véspera do início da campanha oficial, António Costa promete um PS empenhado na luta pelo Sim ao aborto. O dirigente socialista e ministro de Estado diz que o aborto clandestino é “uma vergonha nacional”.

Peça: Off: O PS afirma estar pronto para as próximas duas semanas. António Costa deu o mote, na véspera do arranque oficial da campanha do referendo ao aborto:

Vivo António Costa, PS: *“Não há crime sem pena e portanto quem não quer pena de prisão deve votar Sim no próximo dia 11 para despenalizar a interrupção voluntária de gravidez.”*

Off: A um lado do dirigente do PS estão as mulheres socialistas, do outro, a Juventude Socialista. E António Costa pede aos portugueses que votem:

Vivo AC: *“Apelamos às portuguesas e aos portugueses para que participem neste referendo. E para que votem Sim, um Sim contra o aborto clandestino, um sim contra a pena de prisão para acabarmos com uma vergonha nacional.”*

Off: Para Costa, não há margem para equívocos: é o PS e não o Governo que vai defender o Sim.

Vivo AC: *“Não façamos confusões. Uma coisa é as funções enquanto membro do Governo, onde naturalmente tenho deveres de isenção, outra coisa é enquanto cidadão, em que devo – posso e devo – expressar a minha opinião.”*

Off: António Costa afirma que só 5 países na Europa têm uma legislação igual ou mais gravosa que Portugal.

20H45 ABORTO

Pivot: Na 4ª mensagem sobre o referendo, D. José Policarpo defendeu a educação sexual nas escolas. O cardeal patriarca considera-a necessária e bem vinda, dizendo que a educação sexual deve ser baseada no princípio da fecundidade responsável e generosa, no quadro do ideal cristão da castidade (**No écran:**, foto do cardeal patriarca e frase “... princípio da fecundidade responsável e generosa, no quadro do ideal cristão da castidade...”) D. José lembra que guardar castidade é um mandamento, que é desafio para a vivência da própria sexualidade (**No écran:** foto do cardeal patriarca e frase “... guardar castidade é um mandamento, que é desafio para a vivência da própria sexualidade;...”)

Mas o Cardeal lembra o mandamento não matarás, que é exigência radical de respeito pela vida dos outros. (**No écran:** Imagem do Cardeal e frase “...não matarás, que é exigência radical de respeito pela vida dos outros.”)

20H45 ABORTO

Legenda: Plataforma “Não Obrigada” Cartaz no centro de Lisboa marca arranque oficial da campanha eleitoral

Pivot: Começou oficialmente a campanha eleitoral do referendo sobre o aborto A Plataforma Não Obrigada assinalou o dia com mais um cartaz no centro de Lisboa.

Peça: (Voz de Bagão Félix em off) “*Não é a partir das 10 semanas*”.

Off: Foi ao artigo 1873 do Código Civil que Bagão Félix foi buscar um novo argumento para votar não.

Vivo Bagão Félix, Plataforma “Não Obrigada”: “*Diz que na sucessão testamentária têm ainda capacidade os nascituros não concebidos. Ou seja, descodificando a linguagem, qualquer feto desde o primeiro dia até ao último dia dentro da barriga da mãe. O Estado, que retira a protecção jurídica da defesa dessa vida, dá-lhe, continua a dar-lhe, total capacidade testamentária.*”

Off: A pergunta “abortar por opção sabendo que já bate um coração?” foi tapada pela frase que marca o arranque da plataforma do Não Obrigada.

Imagem Cartaz: *Ainda está a tempo de salvar muitas vidas.*

Vivo M^a José Nogueira Pinto, Plataforma “Não Obrigada”: “*Este cartaz, que assinala aquilo que é essencial neste referendo, que é dizer não à liberalização, à legalização da liberalização do aborto, isto é legalizarmos a possibilidade de, a pedido da mulher, sem qualquer motivo, a gravidez ser interrompida.*”

Off: E tudo porque para os defensores do Não, em causa está sempre uma vida, independentemente da vontade da mulher.

Vivo João Paulo Malta, Plataforma “Não Obrigada”: *“Se for falar com qualquer obstetra, qualquer obstetra em qualquer maternidade quando faz uma ecografia e mostra o bebé à mulher não lhe diz seguramente: Aqui está o seu embrião. Diz: Aqui está o seu bebé. As pessoas não estão à espera de embriões, estão à espera de bebé.”*

Off: Argumentos repetidos no arranque oficial da campanha do Não Obrigada, onde o hino já é uma marca constante. (Hino.)

20H47 ABORTO

Legenda: Movimentos pelo Sim Juntos no primeiro dia de campanha Em acção de rua pela Baixa de Lisboa

Pivot: Os 5 movimentos pelo Sim assinalaram de modo especial o início da campanha. Os movimentos juntaram-se numa acção de rua pela Baixa de Lisboa.

Peça: Off: Leonor Botelho acha que nunca é tarde para distribuir os ideais.

Vivo Leonor Botelho, Mov. Cidadania e Responsabilidade: *“Já me disseram assim: Não tem vergonha, com a sua idade, andar nisto?” Já me disseram – mas eu, de facto, não tenho vergonha.”*

Off: Juntou-se ao Sim desde o 1º momento.

Vivo Leonor Botelho, Mov. Cidadania e Responsabilidade: *“As minhas razões? Olhe, são acima de tudo o direito de cada criança a ser desejada. O direito de cada casal, casado ou junto, de cada casal, homem ou mulher, ter as crianças que desejam, os filhos que desejam e que podem ter.”*

Off: Hoje, apesar do frio, fez questão em estar presente no Chiado, em defesa do Sim.

Vivo de Pedro Santos “Jovens pelo Sim”: *“Isso nós queremos marcar aqui todos juntos, os 5 movimentos pelo Sim. Acabar com o aborto clandestino, acabar com as penas de prisão, a que as mulheres ainda são sujeitas em Portugal e com esta arruada, com esta distribuição de diferente material de campanha dos diferentes movimentos, vamos passar esta mensagem, no início desta campanha oficial.”*

Vivo de Ricardo Rodrigues, Deputado PS: *“Nós o que consideramos é que o Estado, ao penalizar tal como está, foi longe demais na penalização. Aquilo que é crime em Portugal deve ser em Espanha, deve ser em Itália, é a consciência dos valores que determina o que é crime e o que não é crime. E portanto a moral está fora da nossa perspectiva nessa discussão.”*

Off: Argumentos que marcam o início da campanha oficial para o referendo ao aborto. Os 5 movimento pelo Sim juntaram-se no Chiado, depois estenderam a acção pelas ruas da Baixa.

20H49 ABORTO

Legenda: José Sócrates Não participa na primeira semana de campanha mas apela à despenalização

Pivot: José Sócrates não vai participar na primeira semana da campanha para o referendo por causa da sua visita à China, mas no site do PS na Internet está uma mensagem com o apelo ao Sim à despenalização do aborto.

Peça: Vivo Sócrates: *“Eu estou entre aqueles portugueses que não se conformam nem se resignam a esta sombria realidade. Claro está que o aborto clandestino é um drama individual. Mas é também uma chaga social à qual nenhum de nós tem o direito de fechar os olhos. É por isso que vos propomos uma solução moderada. Não a liberalização, mas a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas. Esta lei que propomos é uma lei moderada, uma lei equilibrada, uma lei que vai permitir um novo consenso social, em que cada um, naturalmente, pode conviver com as suas convicções, mas em que cada um também terá a liberdade de ter uma visão do mundo e uma visão da vida.”*

20H50 ABORTO

Legenda: Jerónimo de Sousa Líder do PCP diz que vitória do “Sim” é difícil e apela à mobilização da esquerda

Pivot: O PCP organizou em Lisboa uma marcha pelo Sim. Os comunistas percorreram as ruas da Baixa, apelando ao Sim no referendo. Jerónimo de Sousa diz que a vitória do Sim não será uma batalha fácil e por isso apelou aos outros partidos da esquerda para se empenharem na campanha. Para o líder do PCP, só a vitória do Sim vai acabar com o aborto clandestino.

Vivo Jerónimo de Sousa, Secretário-geral PCP: *“É um debate que nós proclamamos da necessidade de ser sereno, esclarecedor, colocando como questão central a questão de saber se defendemos ou não esta possibilidade real da mulher poder deixar de ser investigada, criminalizada, punida, por ter de recorrer, em circunstâncias sempre dolorosas, ao aborto clandestino. Esta é a questão central.”*

20H51 ABORTO

Legenda: Ribeiro e Castro Líder do CDS-PP desafia Governo a promover políticas de apoio à vida

Pivot: O CDS iniciou a campanha com a colocação de um cartaz em Lisboa.

Peça: Off: Ribeiro e Castro pôs mãos à obra e ajudou a colar o cartaz que apela ao voto Não no referendo, dizendo que nenhuma vida é demais. O líder do CDS garantiu que o partido se vai empenhar nesta campanha em defesa da vida e deixou o desafio ao primeiro-ministro para promover políticas de apoio à vida, porque Portugal precisa de mais 50 mil nascimentos por ano.

Vivo Ribeiro e Castro, Presidente CDS-PP: *“Precisa de mais 50 mil nascimentos por ano para repôr a renovação das gerações e é necessário que todos tomemos consciência socialmente que isso é que está a pôr em causa todos os sistemas sociais. A crise dos sistemas sociais, que se detecta no fecho das escolas, no fecho das maternidades, na crise da segurança social, na incerteza das nossas pensões, etc., isso resulta de uma crise demográfica profundíssima, mas não é só por isso, é porque como a vitalidade dos movimentos do Não revelam, os valores da vida e da família estão profundamente enraizados na sociedade portuguesa. e o que os portugueses pedem é um Governo, é um Estado que os compreenda e que nos corresponda, apoiando a família em lugar de a combater ou de lhe ser indiferente.”*

20H52 ABORTO

Legenda: Mário Soares Manifesta-se a favor da despenalização do aborto e acredita na vitória do “Sim”

Pivot: Mário Soares está confiante na vitória do Sim. O antigo presidente disse que é contra o aborto, mas a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas.

Peça: Vivo de Mário Soares: *“Seja qual for o resultado não é nenhuma tragédia. O povo português é chamado para decidir, e há-de decidir de uma maneira ou de outra. Eu sou partidário do Sim, como já lhe disse. E, portanto, espero que o Sim ganhe. Mas, se ganhar o Não, também não é nenhuma tragédia, isso é normal. Temos de respeitar a vontade soberana do Povo.”*

Jornalista: Se ganhar o Não, tudo ficará como está?

MS: “Tudo ficará. Eu acho que é mau, mas há muitas coisas más e que é assim. A democracia tem preços e esse é um deles.”

20H51 ABORTO

Legenda: Médicos pelo não Declaração pública na Ordem Estão contra a interrupção da vida

Pivot: Destacados cirurgiões cardio-torácicos fizeram uma declaração pública pela protecção da vida. Eles integram o movimento “Somos médicos, por isso Não” e alertaram para o aumento de objectores de consciência caso o Sim ganhe.

Peça: Off: Por serem médicos e, neste caso concreto, cirurgiões cardíacos, defendem a vida e por isso votam Não no próximo referendo. Embora a Ordem dos Médicos não tome posição, foi-lhes cedido este auditório, para que pudessem tornar público os argumentos contra a interrupção voluntária da gravidez.

Vivo de Queirós e Melo, Cirurgia Cardiotorácica Hosp. Sta Cruz: *“Olhamos para aqui, parece uma reles flor. Tem tudo. Isto é vida. Ninguém me vai negar que isto não é vida. O problema com o embrião, desculpem, mas é extremamente semelhante.”*

Vivo de Manuel Pedro Magalhães, Dir. Hospital Cruz Vermelha: *“O facto de se ter direito à vida e de se ter organizações, sentimentos e pessoas organizadas para salvar e preservar essa vida é, de facto, o bem maior de todos.”*

Vivo de José Roquete, Dir. Clínico Hospital da Luz: *“O juramento de Hipócrates é milenar. E o juramento de Hipócrates diz-nos que devemos respeitar a vida e não devemos praticar o aborto.”*

Off: Mesmo entre os médicos obstetras que já o praticam nos casos de excepção que a lei actual define, estão agora dispostos a serem objectores de consciência.

Vivo de Fernando Maymone Martins, Cardiologia Pediátrica Hosp. Sta Cruz: *“Não estarão disponíveis para praticar o aborto se, porventura, vier a ser aprovada a pergunta que é formulada no referendo. Porque entendem que as circunstâncias colocadas no referendo não são para eles eticamente aceitáveis.”*

Off: Relembrem que o serviço nacional de saúde não tem capacidade para fazer face a um novo panorama clínico que viabiliza os abortos a pedido e, caso o Sim ganhe, alguns hospitais privados já sabem como vão actuar.

Vivo de José Roquete: *“Nesta instituição não se vão praticar abortos.”*

Off: Nesta mesa elevou-se uma voz crítica à mensagem de ontem de José Sócrates, que fez o apelo ao Sim.

Vivo de Manuel Antunes, Cirurgia Cardiotorácica Hosp. Univ. Coimbra: *“Parece-me de todo despropositado que, utilizando o poder que obviamente tem para influenciar os portugueses nesta tomada de decisão, não me parece apropriado.”*

Off: O Movimento “Somos Médicos, por isso Não” não conseguiu agendar um encontro com o ministro da Saúde, que se mostrou indisponível para os receber.

20H53 ABORTO

Legenda: Profissionais do cinema pelo Sim Exibem curtas metragens na campanha pela despenalização do aborto

Pivot: Realizadores e actores juntaram-se a favor da interrupção voluntária de gravidez. Da união resultaram curtas-metragens pelo Sim no referendo.

Peça: Off: A sessão está prestes a começar. São 14 curtas metragens. No écran passam situações ficcionadas, mas que podiam ser reais. A favor do Sim à despenalização do aborto juntaram-se actores, realizadores e técnicos de cinema.

Vivo de Inês Oliveira, realizadora: *“Para contribuírem assim através do seu trabalho para esta causa, que vença no dia 11 de Fevereiro o Sim, para acabar com o aborto clandestino e com a penalização.”*

Excerto de curta: “Há 3 anos atrás, eu e a Paula fizemos um aborto. O Carlos também é acusado. Vamos amanhã a tribunal.”

Carla Bolito, atriz: “Normalmente só vemos as mulheres no banco dos réus. E os homens? Onde é que eles estão? Acho que até por lei, pelo que soube, eles são automaticamente ilibados. Realmente há aqui uma grande hipocrisia e espero que estes pequenos filmes também venham a poder elucidar melhor as pessoas e perceber que a lei tem de mudar.”

Excerto de curta, no écran “... punida com prisão até 3 anos”, artigo 140º do Código Penal.

Off: Algumas destas curtas metragens passam já nos tempos de antena dos movimentos.

Excerto de curta: “A pessoa de que engravidou, qual é a relação?” “É o meu namorado. Nós namoramos há 4 anos, mas vivemos juntos há 2.” “Já alguma vez tinham falado em ter filhos?” “Já, já tínhamos pensado, mas agora não.”

Vivo de Márcia Breia, atriz: *“Há muitas mulheres que em determinadas alturas da vida não querem, não têm o apelo da maternidade ainda. É natural que elas tenham vontade de não ser mães, nesse momento, que adiem a sua escolha. Agora, escolher é fundamental. Para mim sempre foi a minha noção de liberdade, já é lugar-comum em todo o mundo, liberdade é poder de escolha. E também aqui é poder de escolha.”*

Escrito com spray: *“Vota pela despenalização do aborto.”*

20H55 ABORTO

Legenda: Polémica BE/PSD Francisco Louçã acusa Marques Mendes de ser um político “salta pocinhas”

Pivot: Francisco Louçã acusou Marques Mendes de ser um “salta-pocinhas”. Tudo porque o líder do PSD aprovou a pergunta do referendo ao aborto, e agora criticou essa pergunta.

Peça: Off: Setúbal, onde aconteceu o último julgamento de mulheres acusadas de aborto. É aqui que o Bloco de Esquerda começa a campanha, com Francisco Louçã ao ataque, especialmente a Marques Mendes:

Vivo Francisco Louçã, Bloco de Esquerda: *“Eu vi no sábado o Dr. Marques Mendes em Aveiro, a virar-se também para uma câmara de televisão e a dizer: “A pergunta é enganosa.” Bem, mas quem é que aprovou a pergunta? O Dr. Marques Mendes. O Dr. Marques Mendes é deputado. Aprovou a pergunta há 2 meses atrás. E agora o Dr. Marques Mendes vai a Aveiro dizer ao Dr. Marques Mendes de Lisboa que aprovou uma pergunta enganosa, e está muito irritado com o Dr. Marques Mendes porque ele, Doutor Marques Mendes, percebeu que a pergunta o estava a enganar a ele próprio. Mas ele não percebe que os portugueses não gostam de política salta-pocinhas? Não se pode aprovar uma coisa e depois dizer que ela é para enganar as pessoas!”*

Off: Francisco Louçã critica também os argumentos dos defensores do Não. Para o líder do Bloco de Esquerda, muitos são argumentos extremistas. Louçã acredita que, em Setúbal, o Sim vai ganhar por uma larga margem, porque a cidade não esquece os julgamentos do aborto

20H57 ABORTO

Legenda: Polémica BE/PSD Marques Mendes diz que faz campanha por convicção

Pivot: Marques Mendes afirma que todos no PSD estão a fazer campanha pelas suas convicções. O líder social-democrata defende por isso que tem o direito e o dever de emitir a sua opinião contra a despenalização do aborto. Mendes visitou uma instituição de apoio a crianças e grávidas em risco e respondeu às críticas de Francisco Louçã:

Peça: Off: O PSD não faz oficialmente campanha para este referendo. Mas Marques Mendes visita Ajuda de Berço, uma instituição de apoio a crianças em risco e a jovens mães. O líder social-democrata defende o Não e defende-se também de Francisco Louçã:

Vivo de Marques Mendes, presidente PSD: *“Nunca disse mal de pergunta nenhuma. O Dr. Francisco Louçã é um radical do Sim. Radicaliza muito as suas posições, passa a vida a atacar os outros. Eu sou um moderado do Não. Convicto, mas moderado. Sobretudo não ataco ninguém, incluindo as pessoas que têm opiniões diferentes das minhas. Tenho as minhas fortes convicções, por isso estou aqui a assumi-las, mas respeitando e nunca atacando as convicções dos outros.”*

Jornalista: Mas em relação à pergunta? É uma má pergunta?

Marques Mendes: *“Quer que eu acrescente mais alguma coisa?” Gostava. “Já lhe disse. O problema para mim não é a pergunta. Eu lutei para que este referendo fosse realizado.”*

Off: Na outra luta, pelo Sim e pelo Não, há no PSD opiniões para os dois lados. Para Marques Mendes é uma situação normal, de um partido plural. O líder social-democrata é sensível ao drama do aborto clandestino, esta visita serviu para afirmar alternativas.

Vivo Marques Mendes: *“A solução não é legalizar o aborto, é prevenir, é ajudar sobretudo as mães, as mulheres grávidas com dificuldades. Elas precisam de conhecer que há estruturas que as podem apoiar e que o Estado dê mais atenção e mais apoio a estas instituições. Esse é que é o caminho, porque o aborto é sempre um mal.”*

Off: A pedido da Ajuda de Berço as crianças não são mostradas nesta reportagem. De acordo com a presidente da instituição, nos últimos 8 anos, 60% das crianças regressaram à família biológica.

20H59 ABORTO

Legenda: Ribeiro e Castro Considera miserável a ajuda financeira do Estado aos centros de apoio à vida

Pivot: Ribeiro e Castro criticou a ajuda financeira aos centros de apoio à vida. O líder do CDS disse que essa ajuda é miserável e defendeu que a Segurança Social tem de ser mais generosa com as instituições que recebem as grávidas.

Peça: Off: Quem passa nesta rua da Baixa de Lisboa pode nem dar pela porta. A Casa de Sta. Isabel abriu há 4 anos. Hoje recebeu a visita de Ribeiro e Castro. Aqui moram temporariamente 9 mulheres. Duas estão grávidas, 7 já são mães.

Vivo rapariga de costas: *“Eu estava com uma filha nos braços e estava desempregada, e precisava de apoio.”*

Off: Desde 2003, a Casa de Sta. Isabel já apoiou 32 mulheres e 38 crianças. Ficam aqui cerca de 2 anos, até conseguirem organizar a vida. A instituição recebe ajuda financeira da Segurança Social, mas só chega para metade das despesas.

Vivo de responsável: *“Tem de ser tudo muito bem contabilizado e organizado, para poder fazer face a toda a gerência desta casa.”*

Vivo Ribeiro e Castro, presidente CDS-PP: *“O apoio que o Governo dá a esta casa através da Segurança Social é pouco menos que miserável, não chega a 50% dos custos desta casa e está bastante aquém daquilo que é o padrão de referência noutras respostas sociais, que são apoiadas, e muito bem, pela Segurança Social. É para isto que devem ir os nossos impostos. Sobre estas casas, a Dr^a M^a José Morgado jamais diria que são slot machines. Não produzem lucros, são respostas de grande generosidade social, e precisam de mais apoio.”*

Off: Ribeiro e Castro considera que o Governo devia ser mais generoso a apoiar estas instituições.

20H37

Anúncio de Peça: imagens de debate

Joana Amaral Dias: *“Todos os contraceptivos são falíveis. Uma mulher... Quem anda à chuva molha-se.”*

Zita Seabra: *“Quem anda à chuva molha-se? Eu diria: antes de andarem à chuva usem guarda-chuva, para não se molharem.”*

Helena Roseta: *“Eu não aceito que me chamem de assassina Como já fizeram numa determinada igreja aonde eu fui. Apontaram-me o dedo, a mim, eu, Helena Roseta.”*

Pivot: Mulheres pelo Sim e pelo Não falam sobre o aborto com opiniões contraditórias. Vamos ouvi-las na segunda parte do Telejornal. Até já.

20H46 ABORTO

Legenda: Campanha do referendo ao aborto Infantário em Setúbal usa as crianças para enviar carta polémica aos pais

Pivot: A campanha do referendo sobre o aborto está a causar polémica em Setúbal. Em cauda está uma carta que foi enviada aos pais de mais de 750 crianças que frequentam espaços dirigidos pela Igreja.

Peça: Off, voz de mulher: *“Mãe, como foste capaz de me matar? Como consentiste que cortassem aos bocados, me atirassem para um balde?”*

Imagem: Texto: *“Carta à minha mãe. Como consentiste que me cortassem aos bocados, me atirassem para um balde? Tinha tantas ilusões...”*

Off, voz de homem: São excertos de um texto intitulado “Carta à minha mãe”. Dirigida aos pais, a carta foi enviada nas mochilas das crianças que frequentam os espaços dirigidos pelo Centro Paroquial Nossa Senhora da Anunciada, em Setúbal. Há pais e mães que não gostaram da iniciativa.

Vivo de uma mulher: *“Não a li toda. Não gostei da carta. Achei-a filme de terror de baixa categoria, mesmo. Porque o que estava escrito é chocante, quase.”*

Jornalista: Recorda-se de alguma passagem que a tenha chocado? “

Vivo de uma mulher: *“Recordo. Cortaste-me aos bocadinhos, ou porque eu não nasci tiveste dinheiro para comprar uma máquina de lavar”.*

Pergunta a outra mulher: E o que é que achou desta situação, de enviarem através do seu filho esta mensagem?

Vivo 2ª mulher: *“Acho que era melhor dar-me a mim do que a uma criança.”*

Homem com criança ao colo: *“Não achei de muito bom tom. Mas também não me chocou ao ponto de me colocar contra a instituição por ter feito esta forma de sensibilização.”*

Off: Com a carta foi enviado um inquérito sobre o aborto, formulado por organizações de inspiração católica. A mensagem terá chegado às famílias de mais de 750 crianças. Os colégios e infantários em causa são instituições particulares de solidariedade social apoiadas pelo Estado e dirigidas pela Igreja. O padre responsável até demonstrou intenção de esclarecer o assunto, mas, aconselhado, mudou de ideias depois da missa das 5.

20H48 ABORTO

Legenda: Debate acalorado: Zita Seabra e Helena Roseta trocam argumentos contra e a favor da despenalização

Pivot: Pelo Sim e pelo Não, várias mulheres debateram em Lisboa a questão do aborto. Pelo Não, Zita Seabra disse que é um atraso falar do tema, numa altura em que os contraceptivos são acessíveis a toda a gente. Pelo Sim, Helena Roseta afirmou que votar Não no referendo é manter o aborto clandestino.

Peça: Off: Helena Roseta e Joana Amaral Dias pelo Sim, Zita Seabra e o psiquiatra Pedro Afonso pelo Não participaram num debate muito vivo sobre o referendo à despenalização do aborto, perante uma assistência de alunos do Instituto de Psicologia Aplicada, em Lisboa.

Vivo Zita Seabra, Plataforma Não Obrigada: *“Aquilo que eu acho um absurdo é num momento em que temos todos os métodos de contraceção acessíveis, disponíveis, de fácil acesso, a toda a agente, estejamos a discutir sempre a questão do aborto. E eu penso que isto significa um atraso.”*

Vivo Helena Roseta, Movimento de Intervenção e Cidadania: *“O problema é que os abortos clandestinos continuam a existir. Portanto, a lei de 84, que eu apoiei – já não era deputada nessa altura, mas apoiei, como cidadã, escrevendo, estando presente no Parlamento, e sendo solidária com a Zita Seabra, como muitas mulheres foram, nessa altura – a lei de 84, que nós pensámos que ia resolver muitos problemas, resolveu muito poucos problemas.”*

Off: O verniz estalou quando o psiquiatra Pedro Afonso citou estudos para criticar o aborto:

Vivo de Pedro Afonso, psiquiatra: *“Tentativas de suicídio: 2 estudos efectuados na Finlândia comprovaram que existe um risco 6 a 7 vezes superior de suicídio nas mulheres.”*

Vivo de Joana Amaral Dias, psicóloga: *“Acho absolutamente extraordinário que o Dr. Pedro Afonso venha aqui invocar números de perigosidade, por exemplo, de interrupção voluntária de gravidez no serviço nacional de saúde, quando nós sabemos que as*

mulheres morrem ou têm complicações irreversíveis gravíssimas, perigam a sua vida com agulhas de tricot, mezinhas, videntes... Todos os contraceptivos são falíveis. Uma mulher... quem anda à chuva molha-se.”

Zita Seabra: *“Quem anda à chuva molha-se? Eu diria: antes de andarem à chuva usem guarda-chuva, para não se molharem.”*

Jornalista: Helena Roseta esclarece que quem votar Sim no referendo também não estará a excluir o Não.

Vivo Helena Roseta: *“As pessoas que votarem sim, e portanto viabilizarem uma alteração da lei, admitem a opinião contrária. Quem não estiver de acordo com a IVG, não vai lá. Mesmo que a lei diga que pode ir, a pessoa não é obrigada a ir. Ao passo que quem diz Não obriga, intimida e ainda por cima insulta as pessoas que dizem Sim. Eu sou católica, e estou farta de ouvir bispos a dizerem coisas completamente abracadabrantas. Eu irrita-me ir a uma igreja e ser chamada de assassina. Eu não sou nenhuma assassina, que diabo é isto? Que história é esta? Não sou nenhuma assassina. E não aceito que me chamem de assassina. Como já fizeram, numa determinada igreja aonde eu fui, que me apontaram o dedo, a mim, eu, Helena Roseta. O padre apontou-me assim o dedo. Mas que é isto? Está tudo louco, ou quê?”*

Off: A julgar pelos aplausos, os alunos estiveram mais inclinados para o Sim no referendo de dia 11, sobre a despenalização do aborto.

20H51 ABORTO

Legenda: Independentes pelo Não Movimento juntou várias personalidades ligadas ao Presidente da República

Pivot: O grupo Independentes pelo Não juntou personalidades ligadas a Cavaco Silva. No entanto, o Presidente e a mulher evitaram falar sobre a posição que defendem no referendo ao aborto. Mas os seus familiares estiveram no jantar debate pelo Não.

Peça: Off: Nem uma palavra à entrada, nem uma única opinião ao jantar. Patrícia Cavaco Silva e Luis Montez foram dos últimos a chegar. Apesar do atraso, filha e genro do Presidente da República fizeram questão de não faltar a um jantar-debate pelo Não, no referendo de dia 11. Na mesma mesa, Alexandre Relvas, director de campanha de Cavaco nas últimas presidenciais, pediu para ser apresentado apenas como empresário.

Vivo de Alexandre Relvas, empresário: *“O direito à vida é inviolável. Portanto, quer do ponto de vista dos princípios, quer por razões de natureza prática, tendo em conta os objectivos que todos nós prosseguimos da redução do número de abortos em Portugal, penso que a melhor resposta neste momento é Não.”*

Jornalista: Mas não vê este assunto como um assunto de consciência?

Relvas: *“Vejo como um assunto de consciência, por isso é que lho ponho em 2 níveis.”*

Jornalista: Ao defender o Não, não está a limitar a consciência daqueles que entendem que devem fazer um aborto?

Relvas: *“Acho que a sociedade tem dever de defender a nova vida.”*

Vivo de Pedro Roseta, ex-ministro da Cultura: *“As pessoas dizem, toda a gente diz: O aborto é um mal. E o que é que extraem daí? Se o aborto é um mal, não pode ser praticado. A não ser que haja uma causa justificativa, que são as que estão na lei actual.”*

Jornalista: Da família do presidente, palavras aos jornalistas nem uma. Tal como a mãe, Maria Cavaco Silva, também Patrícia não quer que as opiniões se confundam, que os portugueses relacionem a posição que defende com a do pai. Mas mesmo sem palavras, a iniciativa organizada por um grupo de cidadãos que se denomina como Independentes pelo Não tinha um objectivo claro: lutar pela derrota da despenalização do aborto no dia 11 de Fevereiro.

Vivo Laurinda Alves, “Independentes pelo Não”: *“As pessoas são livres, não é? O Dr. Alexandre Relvas foi mandatário do presidente Cavaco Silva, mas é um cidadão comum, com direito às suas opiniões, e portanto é muito bem-vindo nos Independentes pelo Não. Estou particularmente grata pelo facto de haver...”*

Jornalista: Também conta com a presença da filha e do genro...

LA: *“São dois cidadãos também livres de estar e de estarem em lugares onde sentem que podem ser esclarecidos.”*

Off: Uma sessão de esclarecimento num debate de ideias entre defensores do Não.

20H53 ABORTO

Pivot: Profissionais ligados à Saúde estiveram na Baixa do Porto a defender o Sim. Pertencem ao movimento Médicos pela Escolha e optaram pelo contacto directo para convencer os indecisos.

Peça: Off: São médicos e defendem o Sim à despenalização da interrupção voluntária de gravidez até às 10 semanas.

Vivo de Vasco Freire, médico: *“Nós votamos sim, porque acreditamos que o dever dos médicos não é julgar. Acreditamos que um médico deve ouvir as pessoas, deve estar do lado das mulheres, para impedir que se façam abortos clandestinos que ainda existem neste país e para evitar as mortes de mulheres que têm acontecido nos últimos 8 anos.”*

Off: Os Médicos pela escolha contam nas fileiras com especialistas que defendem igualmente o Sim à escolha informada e medicamente assistida.

Vivo de Mário Sousa, Médico especialista Genética Reprodução: *“O que está em questão é exactamente se devemos levar a julgamento e depois condenar a uma pena de*

prisão uma mulher que chega à nossa beira e que efectuou uma interrupção voluntária de gravidez, independentemente dos seus motivos serem mais justos ou menos justos, e não se somos ou não contra o aborto. A razão do sim é porque não é justo penalizar estas mulheres.”

Vivo de Octávio Cunha, Dir. Serv. Pediatria Hosp. Santo António: *“Conceder às mulheres portuguesas o direito a interromper uma gravidez de uma maneira legal e numa instituição pública com o consentimento dela é, para mim, um gesto de ternura, apenas, que se pode oferecer às mulheres a quem tanto se tem roubado, porque são sempre os homens que fazem as leis.”*

Off: Primeiro com acções de rua e posteriormente com uma conferência que reuniu vários especialistas este movimento pela escolha procurou hoje sensibilizar a população da cidade do Porto.

20H55 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: BE acusa Marques Mendes de incoerência política

Pivot: O Bloco de Esquerda acusou Marques Mendes de incoerência. Tudo porque o líder do PSD aprovou a pergunta que vai ser feita no referendo ao aborto e agora considera-a enganosa. Luís Marques Guedes defendeu o líder laranja, dizendo que os sociais-democratas sempre estiveram em desacordo com a pergunta, mas aprovaram-na por quererem que o referendo se realize.

Peça: Off: Diz o BE, no momento em que os deputados decidiram a pergunta a fazer aos portugueses no referendo ao aborto, só o CDS-PP propôs alterações. Por isso Helena Pinto afirma não entender as críticas do líder do PSD à pergunta em plena campanha.

Vivo Helena Pinto, Deputada Bloco de Esquerda: *“Mais do que desprestigiar o Parlamento, o senhor deputado Marques Mendes desprestigia o lugar de deputado e a coerência dói seu mandato.”*

Vivo Luís Marques Guedes, Deputado PSD: *“Batemo-nos pelo referendo e, sabendo distinguir o essencial do acessório, aceitámos, não concordando com o texto da pergunta, aceitámos há 8 anos, como aceitámos também desta vez, neste ano, para que o referendo se faça.”*

Vivo de Luis Pedro Mota Soares, Deputado CDS-PP: *“Nós desde a primeira hora dizemos que esta pergunta é, verdadeiramente, uma fraude. É, verdadeiramente, uma falácia. Dizemo-lo hoje, tal como o dissemos em 1999.”*

Vivo de Ana Catarina Mendes, Deputada PS: *“A pergunta é muito simples e foi essa que todos os deputados que quiseram votaram. E o PSD votou favoravelmente, sem questionar se a pergunta era falsa ou não era falsa.”*

Vivo de Bernardino Soares, Deputado PCP : *“O que tem sido enganoso é o tipo de campanha e de deturpação até da pergunta que tem sido feita por partidários do Não.”*

Vivo de Heloísa Apolónio, deputada Partido Ecologista “Os Verdes”: *“Olhemos particularmente para uma lei que torna as mulheres prisioneiras da clandestinidade, quando praticam um aborto, e que face a esta circunstância remete de facto a realidade do aborto clandestino num verdadeiro problema de saúde pública em Portugal.”*

Off: O BE criticou ainda os deputados que defendem o Não à despenalização do aborto, por nunca terem apresentado ao Parlamento uma proposta para acabar com a pena prevista na lei para as mulheres que interrompam uma gravidez.

Telejornal, dia 2 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira)

20H21

(final de uma entrevista a Correia de Campos sobre urgências):

Pivot: Senhor ministro, uma questão que não tem directamente a ver com esta: o senhor disse há uns tempos que falaria sobre o aborto antes do referendo. Ora nós estamos a pouco mais de uma semana do referendo, quando é que vai falar?

Correia de Campos: *“Tenho falado sobre o aborto no âmbito da minha intervenção pessoal como socialista e dirigente socialista. É essa a minha intervenção”.*

Jornalista: Mas como ministro?

Correia de Campos: *“Não. Como ministro da Saúde não faço intervenção.”*

Jornalista: Mas há algumas questões que se colocam enquanto governante, designadamente sobre a capacidade dos hospitais públicos responderem às necessidades que vão ser criadas no caso de o Sim ganhar.

Correia de Campos: *“Questões interessantes, que se colocarão depois do dia 11.”*

20H49

Pivot: O Instituto da Segurança Social criticou a utilização de crianças como veículo de propaganda. O Instituto considera ilegítimo o recurso a crianças nas campanhas das instituições apoiadas por si. Em causa estão as creches e infantários dirigidos pelo Centro Paroquial de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal. Uma carta que apela ao Não no referendo ao aborto foi colocada nas mochilas de cerca de 750 crianças. O Instituto da Segurança Social está a analisar o caso. À partida, as participações do Estado não estarão em causa, mas o organismo admite rever o relacionamento com o Centro Paroquial.

Peça: Vivo de Edmundo Martinho, Pres. Instituto da Segurança Social: *“Isto poderá ter, no limite, se quiser, até uma revisão da cooperação e do acordo que temos com esta instituição, embora, como digo, nada neste momento nos faça prever uma situação deste tipo. Agora seguramente que faremos ver à instituição e aos seus responsáveis e aos seus dirigentes que isto não são métodos adequados, não são práticas adequadas e, sobretudo, não se inscrevem de todo no espírito que conduz a que haja cooperação entre estas instituições e o Estado para a prestação de serviços às famílias.”*

20H50 ABORTO

Pivot: A associação de Bioética propõe um referendo interno para alterar o Código Deontológico dos médicos. Em causa está a prática da Interrupção Voluntária da Gravidez. A associação entende que a actual discussão sobre o aborto divide a classe médica e que o Código Deontológico não acompanha as alterações que têm vindo a ser

feitas. O Código estabelece que a Interrupção Voluntária de Gravidez só pode ser feita caso esteja em risco a saúde da mulher. Por isso, a Associação de Bioética pretende ver os artigos alterados.

Peça: Vivo de Rui Nunes, Associação Portuguesa de Bioética: *“A classe médica está, como a sociedade, fracturada. Agora, esta proposta é independente do resultado do referendo. Ou seja: aquilo que está em causa é que os médicos tenham um comportamento profissional, ético e deontológico que acompanhe a evolução da sociedade. E estou convencido de que a generalidade dos médicos, se pensar maduramente nesta temática, vai querer dar este salto. Porque isto verificou-se em França, em Espanha, em Inglaterra, em Itália...”*

20H51 ABORTO

Pivot : O bastonário da Ordem dos Médicos considera esta proposta de referendo interno desnecessária. O bastonário lembra que o Conselho de Ética da própria Ordem pode, se assim o entender, alterar o Código Deontológico dos Médicos.

Peça: Vivo de Pedro Nunes, Bastonário da Ordem dos Médicos: *“Uma associação é uma junção de, no mínimo, duas pessoas, que têm opinião, mas que não vinculam nem a Ordem dos Médicos – e nós não podíamos, quaisquer outras duas pessoas podiam entender que não devia haver um referendo e nós não andamos, evidentemente, a reboque das opiniões externas. Se o Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médica entender que deve haver um referendo... Aliás, nem precisa: o Conselho Nacional de Ética pode, ele próprio, propor a alteração, digamos, do texto do Código Deontológico.”*

20H52 ABORTO

Legenda: Peritos Europeus debatem aborto Seminário da Ordem dos Médicos ouve especialistas europeus

Pivot: A Ordem dos Médicos organizou um Seminário para debater a questão do início da vida humana. Para além de especialistas nacionais, convidou alguns médicos e professores de Ética de países europeus onde a realidade do aborto é distinta da portuguesa.

Peça: Off: Fica mesmo aqui ao lado (placa Badajoz), a lei em vigor é semelhante à portuguesa. Mas a realidade dos números impede qualquer outra comparação.

Vivo de Gonzalo Herraz, Comité de Ética Universidade de Navarra: *“Creio que os números dispararam. O próprio governo diz que o único critério de legalidade era o aborto ser praticado num local oficialmente reconhecido.”*

Off: Apesar de a lei espanhola não prever directamente o aborto a pedido, num dos artigos do Código Penal é dito que a Interrupção Voluntária de Gravidez é legal até às 12 semanas, caso constitua risco para a saúde física ou psíquica da mulher. Mas para

Gonzalo Herranz, nem só ao abrigo da lei se praticam interrupções voluntárias da gravidez.

Vivo de Gonzalo Herranz, Comité de Ética Universidade de Navarra: *“Sabemos que a Espanha é um paraíso turístico do aborto ilegal. Vem gente de Inglaterra, da Dinamarca... Houve denúncias muito graves que, praticamente, não foram investigadas pela polícia judiciária.”*

Off: Mais a Norte, França aprovou a IVG até às 12 semanas a pedido da mãe, em 75. Uma aprovação que, ao que defende Michel Detilleux, não aumentou drasticamente o número de abortos, mas poderá ter banalizado essa opção.

Vivo de Michel Detilleux, Prof. Medicina Interna Univesidade Paris: *“Em França, a proporção de gravidezes que terminam com uma interrupção precoce e voluntária não variou. Continua na ordem dos 20%, tanto em 1976, 77, como em 2005 ou 2006. A situação é tal ... Eu não a considero satisfatória porque, muitas vezes, fez-se da interrupção da gravidez um meio de colmatar as deficiências da contraceção.”*

Off: Na Suécia, a legislação data também de 75, mas permite o aborto a pedido da mulher até às 18 semanas. Segundo Eva Nilsson, outra das convidadas para o Seminário da Ordem dos Médicos, a lei tornou mais segura a prática da IVG, e a grande maioria dos médicos aceita fazê-la.

Vivo de Eva Nilsson, Presidente Associação Médica Sueca: *“É muito bem aceite entre os médicos, na Suécia. Mas também temos médicos que não querem praticar abortos, e não são obrigados a fazê-los.”*

Off: Em Portugal, caso o Sim ganhe o referendo do próximo dia 11, os médicos poderão ou não declarar objecção de consciência. Mas para os que o façam, o bastonário já deixou um alerta:

Vivo de Pedro Nunes, Bastonário Ordem dos Médicos: *“É uma coisa que somos totalmente intransigentes: um médico não pode ser objector de consciência no público, porque não lhe pagam, e deixar de o ser no privado, porque lhe pagam.”*

20H54 ABORTO

Legenda: Referendo aborto: Exemplo espanhol apresentado como argumento para o Não

Pivot: O grupo Algarve pela Vida e a Plataforma Não Obrigada apresentaram um balanço negativo dos 16 anos de interrupção voluntária de gravidez em Espanha. Por dia, fazem-se em Espanha mais de 200 abortos, em muitos casos com 5 e 6 meses de gestação.

Peça: Off: Em Espanha, em cada 7 minutos, realiza-se uma interrupção voluntária da gravidez, por mês cerca de 1200. Esta psicóloga clínica e membro da Associação Pró-vida em Sevilha diz que a despenalização do aborto não foi uma solução, mas sim a acriação de mais problemas em Espanha e que a situação é muito grave.

Vivo de Carmen Ocaña, Associação Sevilhana Pro Vida: *“Porque os pressupostos de perigo para a mãe, para o bebé, não se cumprem. Sabemos que há clínicas que recebem mulheres com 5, 6 meses, e que até se prestam, por grandes quantias, a realizar esses abortos. A situação é grave.”*

Off: O director do refúgio Aboim Ascensão disse ser a favor da não punição das mulheres que abortam e mostrou-se insatisfeito em relação a alguns cartazes do Sim à despenalização do aborto.

Vivo de Luis Vilas Boas, Director Refúgio Aboim Ascensão: *“Os cartazes “foi presa” são falsos. Todos sabem que ninguém foi preso em 24 anos. Mas entre o não ir preso e o não ser incomodado pelo tribunal, eu acho que não se deve sequer aproximar uma mulher que abortou de um tribunal. Criemos outro tipo de sanções sociais, psicológicas, familiares, associativas, o que quisermos, para que essa mulher não volte a abortar.”*

Off: O encontro em Faro do grupo cívico Algarve pela vida terminou com a colocação de um cartaz no centro da cidade.

20H56 ABORTO

Pivot: Centenas de socialistas juntaram-se num jantar a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. O encontro conta com a presença de alguns dirigentes nacionais, como Pedro Silva Pereira, Elisa Ferreira e António Costa. Peça:

Vivo António Costa: *“Sinalizo, sobretudo, que mesmo os mais empedernidos defensores do Não reconhecem que a actual lei é uma má lei e que a actual lei deve ser mudada. Até os mais empedernidos defensores do Não percebem que a prisão não é solução para este problema social. E é por isso que é essencial votar sim, que é para se mudar esta lei.”*

20H06 ABORTO

Legenda: Apoiantes do “Não” Campanha na Baixa de Lisboa Marcha ente o Rossio e o Chiado

Pivot: A campanha do referendo ao aborto passou pela Baixa de Lisboa. Os apoiantes do Não efectuaram uma marcha entre o Rossio e o Chiado, para tentar mostrar os argumentos contra o aborto. Os manifestantes dizem que são pela vida e por isso votam Não, mas não defendem a prisão para as mulheres acusadas de aborto.

20H07

Legenda: Referendo ao aborto: Líder do CDS em marcha pela vida. Pedidas políticas de apoio à maternidade.

Pivot: Um movimento cívico organizou uma marcha em Setúbal pela vida. Os manifestantes pediram políticas de apoio à maternidade e contaram com a ajuda do líder do CDS.

Peça: Off: Chegaram para cortar o trânsito em algumas ruas de Setúbal e não passavam despercebidos. Atravessaram a cidade a apelar ao voto Não no próximo dia 11. Houve até quem trouxesse de casa recordações da campanha do referendo de 1998. Manifestaram-se contra a mudança da lei, porque consideram que põe em causa o direito à vida.

Vivo de mulher: *“A vida é que tem de ser preservada e são as políticas em defesa da vida que vão resolver esta questão e não é liberalizar o aborto, a pedido da mulher até às 10 semanas. Isso não vai resolver.”*

Vivo de outra mulher: *“É um facto que o aborto clandestino existe. É um facto que nós temos de o combater; mas eu considero que esta alteração que é proposta não resolve. Há muita coisa a fazer. Aceito que sim, há muita coisa a fazer. Mas esta forma é como que tapar-nos um pouco os olhos, parecendo que já estamos a fazer algo, quando o principal não é feito com esta alteração.”*

Vivo homem: *“A única ocasião em que eu acho que deve haver interrupção voluntária da gravidez é quando há perigo de vida para a mulher, porque aí, enfim, é vida por vida. De resto, acho que não há qualquer condicionalismo social, qualquer condicionalismo de outra ordem, que justifique cortar uma vida, matar um ser humano que está em desenvolvimento.”*

Off: No meio, também, um rosto conhecido: o líder do CDS-PP quis participar na marcha. A uma semana do referendo, acredita que o Não está a superar o Sim.

Vivo de Ribeiro e Castro, Presidente CDS-PP: *“Há um crescendo a favor da vida e da dignidade da mulher, que eu espero que se exprima no próximo dia 11 de Fevereiro por uma nova vitória do Não, tal como em 1998.”*

Jornalista: Acha que quem defende o Sim é contra a vida?

RC: *“É. Pode não ter consciência disso e eu acredito que não tenha consciência disso.”*

Off: Durante 2 horas, as palavras de ordem contra a interrupção voluntária da gravidez foram bem audíveis, numa cidade tradicionalmente de esquerda.

20H09 ABORTO

Legenda: “Beja pelo Sim” Contra o aborto mas a favor da liberdade de pensamento

Pivot: A Plataforma Beja pelo Sim apresenta-se contra o aborto, mas a favor da liberdade de pensamento. O movimento junta cidadãos com sensibilidades políticas de esquerda e de direita, entre eles o director do Hospital de Beja.

Peça: Off: A banca está pronta, numa das ruas mais movimentadas da cidade. Em nome de uma lei responsável, aceitam assinaturas. A Plataforma junta quase todos os quadrantes políticos de Beja. Vai manter-se activa até ao referendo.

Vivo de Alberto Matos, Plataforma “Beja pelo Sim”: *“A mensagem é do Sim, é da despenalização, da tolerância, do respeito pelas mulheres, é o de acabar com as burkas e de entrar no Século 21 de uma vez.”*

Off: Esta manhã, Diamantino Tomé foi o primeiro a dar-lhes apoio, apesar de ter 2 opiniões.

Vivo de Diamantino Tomé: *“Matar-se uma criança, sem saber se pode ser uma grande especialista, um grande médico, uma grande coisa, não concordo. Aí também é verdade.”*

Jornalista: Mas ainda assim vota no Sim?

Vivo: *“Pois. Voto no Sim, pois. Voto no Sim. Porque às vezes há pessoas que morrem por falta de assistência.”*

Off: Durante toda a manhã, a plataforma entregou panfletos nas ruas, nas lojas e nos mercados.

Vivo mulher: *“Não deve ser só para os ricos. Todas as pessoas devem ter acesso a poderem fazer um aborto. Quem precisar, não é? Portanto sou a favor do Sim.”*

Vivo homem: *“Concordo com todas as argumentações. Todas são válidas. E todas têm o seu argumento.”*

Jornalista: Mas nem sempre ouviram palavras de apoio. Uma cidadã que pediu o anonimato acusou quem vota Sim de infanticídio. Defendeu a contracepção por meios naturais.

Vivo Romana Romão, Plataforma Beja pelo Sim: *“Mas escute, minha senhora, um óvulo, um espermatzóide, é vida. Se a senhora não deixar que eles tenham condições, a senhora continua a praticar o infanticídio, como a senhora diz!”*

Off: E pelas ruas de Beja a plataforma insistiu: o Sim não significa a defesa do aborto.

Vivo de Rui Sousa Santos Plataforma “Beja pelo Sim: *“Somos todos contra o aborto. Agora não somos é contra a liberdade de pensamento. E não somos, de maneira nenhuma, defensores da chantagem emocional.”*

Off: Pelo sim ou pelo não, acima de tudo insistem no apelo ao voto.

20H11 ABORTO

Legenda: Jerónimo aponta o dedo ao “Não” Diz que não têm tido escrúpulos em usar certas imagens e argumentos

Pivot: Jerónimo de Sousa criticou a campanha pelo Não. O líder comunista disse que os opositores à despenalização do aborto não têm tido escrúpulos em usar certas imagens e argumentos.

Peça: Off: O som mis afinado dos comunistas juntou todas as vozes à volta do Sim. As notas mais duras ficaram para depois e puseram no refrão o antigo ministro da Segurança social, Bagão Félix.

Vivo Jerónimo de Sousa, Secretário-geral PCP: *“Esse proclamante da vida não sabe que hoje uma mulher têxtil, uma operária, uma trabalhadora que já tem um filho, se tiver outro, significa isto que o seu salário desapareceria porque teria de pagar à creche aquilo que o Estado deveria fazer e não faz. Não sabe isto? Então nós dizemos: Se não sabe, é porque desconhece a realidade e se sabe está a ser hipócrita.”*

Off: Ao ritmo desta batuta, depressa se passou para o outro lado da campanha:

Vivo Jeronimo de Sousa: *“Temos assistido ao retomar da mais descarada e vergonhosa deturpação dos objectivos do referendo do próximo dia 11 de Fevereiro, e do real significado da votação e da proliferação de milhares e milhares de folhetos de propaganda, com o uso de imagens e conteúdos aberrantes, chocantes, que evidenciam a ausência total de escrúpulos, no uso de todos os meios para confundir os eleitores.”*

Off: Para acabar com as confusões, Jerónimo de Sousa contou o que sabe:

Vivo JS: *“Se eles soubessem o que é, quanto custa uma mulher trabalhadora ter que ir fazer o aborto porque não tem condições para dar vida a essa vida, estavam calados, não vinham com estes argumentos hioócritas da defesa da vida.”*

Off: Por um voto se ganha, por um voto se perde. A uma semana do referendo, o PCP insite no apelo à mobilização.

20H13 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: António Costa diz que a interrupção não pode ser um caso de polícia

Pivot: O nº 2 do Governo deu a cara pelo Sim. António Costa participou num jantar organizado pelo PS e defendeu que a interrupção voluntária da gravidez não pode ser um caso de polícia.

Peça: Off: Se, no referendo de 1998, o PS se enredou em reticências, desta vez os dirigentes nacionais socialistas querem dar exclamativo Sim.

Vivo António Costa, PS: *“O Partido Socialista, desta vez, tem uma posição clara e inequívoca.”*

Vivo Pedro Siva Pereira, PS: *“O PS, neste referendo, está claramente do lado do Sim.”*

Off: Mais do que uma posição clara, António Costa e Pedro Silva Pereira afinaram os discursos e falaram a uma só voz.

Vivo Silva Pereira: *“Na clandestinidade, o aconselhamento médico, o sistema de protecção social, está verdadeiramente impedido de chegar à fala com aquelas mulheres que têm o dilema e que enfrentam a decisão de abortar ou não abortar.”*

Vivo António Costa: *“É que havendo a penalização, e condenando as mulheres à candestinidade, atiram as mulheres para os braços da polícia, e não é à polícia que cabe resolver estes dramas sociais e por isso estes dramas não são resolvidos.”*

Off: A actual lei é má e é exactamente por isso que deve ir a referendo.

Silva Pereira: *“O que eu acho que está em causa, neste referendo, é responder à pergunta que está colocada.”*

António Costa: *“O que está em causa neste referendo não é a convicção íntima de cada um. Não: o que está em causa no domingo é saber se respeitamos essa escolha da consciência ou se punimos algumas escolhas de consciência.”*

Off: Ainda antes de António Costa e Pedro Silva Pereira, já a eurodeputada Elisa Ferreira, antecipando a vitória do Sim, lançava um repto ao PS: depois de aprovada a IVG, se aprovasse na Assembleia da República medidas de acompanhamento para

mulheres que pretendam abortar até às 10 semanas. Uma sugestão que o PS deverá considerar, ao contrário da proposta de Bagão Félix.

Vivo António Costa: *“Ouvi hoje um dos mais cruentos defensores do Não, o dr. Bagão Félix, propôr então que o crime deixasse de ser punido com a prisão, para passar a ser punido, espantem-se! Com a pena de trabalho a favor da comunidade. Isto é ilustrativo do que é uma visão desumanizada, cruel, estigmatizante.”*

Off: A pouco mais de uma semana do referendo, o PS pede aos militantes uma votação expressiva, clara e uníssona no Sim.

20H16 ABORTO

Legenda: Médicos pela escolha apresentam caso para defender o Sim. Não sobreviveu a um aborto clandestino

Pivot: Os médicos pela escolha apresentaram um caso para defender o voto no Sim. É a história de Maria Ester, que não sobreviveu a um aborto clandestino.

Peça: Off: Tinha 32 anos quando chegou aos cuidados intensivos do Hospital de Viseu. Mas acabou por morrer com as mazelas que trazia após um aborto clandestino. O caso de Maria Ester foi recordado em Viseu pelos Médicos pela Escolha.

Vivo de Paula Viana, Médica Internista: *“Eu trabalhava na altura na unidade de cuidados intensivos do Hospital de Viseu, e admitimos uma senhora de 32 anos, com um quadro de disfunção multi-orgânica, e que esteve internada no nosso serviço cerca de 3 semanas, em uma situação clínica de evolução desfavorável e inexorável, tendo terminado com o falecimento.”*

Vivo de Cílio Correia, Médico: *“É uma situação igual a tantas outras. Tem um nome, tem um rosto, tem uma família, tem filhos, existe e aconteceu, portanto. e neste país também existiram outros casos. Sem procurar enfatizar qualquer deles em particular, a importância que isto tem é de facto chamar a atenção para o aborto clandestino. Para a situação actual, que resulta da actual lei.”*

Vivo de Fidalgo Freitas, Médico Psiquiatra: *“O último inquérito sério feito no nosso país diz que 14,5% das mulheres abortaram, em Portugal, o que dá um número de largas dezenas de milhares. E que dessas mulheres, nos últimos 10 anos, que morreram 10 mulheres e que alguns milhares tiveram problemas Por isso digamos, o estado actual, digamos, do que está a acontecer, sabemos. O futuro, logicamente, pior não deve ser.”*

Vivo de Cecília Costa, psicóloga: *“Mais do que a história da Maria Ester, também a Maria Teresa, em Vilar Formoso, a Ana, uma adolescente e, como todos nós sabemos, muitas vezes estas mortes em consequência de manobras abortivas, muitas vezes não são registadas como consequência de aborto clandestino, como mortes provocadas por aborto clandestino inseguro. Acabam por ser registadas como sépsis, como falências multi-orgânicas, por isso nós não temos um conhecimento exacto do número de mortes.”*

Mas eu penso que ninguém pode dormir descansado enquanto morrer nem que fosse uma só mulher.”

Off: Contra as mortes por aborto clandestino, a favor de uma nova lei, os Médicos pela Escolha escolheram votar Sim no referendo.

20H18

Pivot: As farmácias portuguesas apertaram o controle sobre a venda do Cytotec. Trata-se de um medicamento utilizado para tratamento de doenças gástricas, mas que é também utilizado para fins abortivos. O medicamento também pode ser comprado através da Internet e aqui os riscos aumentam ainda mais, porque os comprimidos podem ser falsificados.

Peça: Off: Fora desta realidade clandestina, onde o Misoprostol pode ser comprado a preços muito inflacionados, existe outra, mais sofisticada, e que está acessível na Internet. Aqui se fica a saber, passo a passo, como abortar em segurança em casa, com o recurso ao mesmo medicamento, que precauções se devem tomar, e como comprá-lo na farmácia sem receita médica. Seguimos os mesmos conselhos e fomos para a rua.

Jornalista mulher: “Eu precisava de uma embalagem de Cytotec, faz favor.”

R: “*Só com receita.*”

JM: “Só com receita médica?”

R: “*Sim, Sim.*”

JM: “E não há possibilidade de ser com venda suspensa e eu tentava trazer para a semana...”

R: “*Não, não. Isso só com receita.*”

JM: “Mas qual é o problema? É muito difícil?”

R: “*Ele é usado para o estômago, mas também é usado para outros fins.*”

JM: “Mas tem outra utilidade, é isso?”

R: “*É abortivo.*”

JM: “Mas a minha mãe tem 62 anos!”

R: “*Eu peço desculpa, mas só com receita.*”

JM: “Bom dia. Precisava de uma embalagem de Cytotec, se faz favor.”

R: “*Só com receita médica.*”

JM: “Só com receita? A minha mãe pediu-me, telefonou-me a dizer que tem uma crise de artrite...”

R: “*Não, só com receita médica mesmo.*”

Off: Talvez fosse mais fácil com um homem. Voltámos a insistir e usámos todos os argumentos. Uma vez mais, sem sucesso.

Jornalista homem: “Boa tarde. Cytotec?”

R: “*Só com receita médica isso.*”

JH: “Só com receita médica? É que o meu pai telefonou-me a pedir...”

R: “Não, não há hipótese nenhuma. Isso está mais que controlado.”

JH: “Não há hipótese com o número de contribuinte?”

R: “Nada, nada, nada. Só com receita.” “Esse medicamento, só com receita médica.”

JH: “Ele diz que está cheio de dores de estômago e que o médico lhe tinha receitado aquilo...”

R: “Pois, mas não pode ser. Não pode ser...”

Off: Resta-nos, então, seguir o último conselho: fazer a compra nas farmácias *on-line*. E aqui parece ser mais fácil, embora alguns sítios de venda não façam a expedição postal para a Europa. Outros há em que basta digitar os números do cartão de crédito e esperar pela encomenda. Embora não pareça, sem receita médica esta compra continua a ser ilegal, uma vez que a lei portuguesa estipula que os medicamentos só devem ser adquiridos nas farmácias. Poder-se-ia reportar o caso ao Ministério Público e pedir para barrar a página da Internet que permite a compra do Misoprostol, mas a verdade é que este circuito comercial está em expansão e é muito difícil de controlar.

Vivo de Helder Mota Filipe, INFARMED: “A lei não só prevê como obriga ao encerramento desses locais, dessas estruturas que vendem medicamentos que não estejam legalmente aprovados. Sejam sites, seja uma estrutura física...”

Jornalista: “No que diz respeito à Internet, torna-se muito mais difícil?”

HMF: “Torna-se, é muito mais complicado identificar a localização do site e é por isso que se tem apostado muito na informação dos potenciais utilizadores.”

Off: Mas por mais informada que a utilizadora do Misoprostol possa estar, a toma deste medicamento sem acompanhamento médico pode trazer sérios riscos, alguns até irreversíveis.

Vivo Ana Correia de Campos, Médica Obstetra: “Quando se tem uma gravidez ectópica, pode levar a hemorragias internas graves. Fazer Misoprostol em idades gestacionárias que são superiores àquela que a mulher pensava pode ter também como consequência maior quantidade de perda de sangue e, portanto, anemias.”

Off: Estes podem ser os efeitos colaterais, mas o cenário agrava-se quando o medicamento que se compra na internet para interromper a gravidez está adulterado. A venda de contrafacção também está presente neste circuito, como parece ser o caso desta página que disponibiliza pílulas abortivas sem o serem.

20H22

Segue-se uma peça de Marques Mendes sobre saúde, que tem no final:

Off: “Ainda em Ponta Delgada, Marques Mendes apresentou o livro do Colóquio Nacional sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, uma iniciativa do PSD que se realizou em Janeiro, no Centro Cultural de Belém.

20H08 ABORTO

Legenda: Movimentos pelo “Não” desafiam deputados a aprovar legislação que impeça os julgamentos de mulheres

Pivot: Agora a campanha do referendo. Defensores do Não desafiaram os deputados a aprovarem leis que impeçam o julgamento de mulheres que tenham praticado aborto. Os apoiantes do Não afirmam que há mecanismos legais para evitar a prisão dessas mulheres e acusaram os defensores do Sim de pretenderem liberalizar o aborto.

Peça: Representam movimentos cívicos que fazem campanha pelo Não. A uma semana do referendo, quiseram lançar um desafio aos políticos.

Vivo de Alexandre Relvas, Plataforma Não Obrigada: *“Os apoiantes do Não pretendem viabilizar vidas, não julgar pessoas. É este o nosso caminho. É este o nosso repto. Apelamos aos deputados que consagrem um novo quadro legal que, sem desproteger a vida em desenvolvimento, afaste as mulheres do tribunal, dos julgamentos e da prisão.”*

Off: Para discussão lançam uma proposta, que foi entregue há mais de 2 anos no Parlamento por 2 deputadas eleitas pelo PS, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda. A proposta prevê a suspensão provisória do julgamento em caso de aborto. A interrupção voluntária de gravidez continua a ser crime, mas a pena prevista no Código Penal não é aplicada.

Vivo de Filipe Anacoreta Correia, Movimento “Independentes pelo Não”: *“As normas não existem em 1º lugar para prender; existem para prevenir e para dissuadir. Portanto se a norma cumprir esse papel, a norma é cumprida todos os dias de uma forma simples, silenciosa e eficaz. Ao dizer que temos esta solução, esta proposta de suspensão, estamos a dizer que a norma é aplicada, porque a suspensão também é uma norma. E, portanto, se vigora é para ser aplicada. Aplicada, permitindo por um lado a dissuasão e a prevenção, mas ao mesmo tempo afastando a mulher dos processos que a possam levar a alguma humilhação.”*

Off: Se o Não vencer no próximo dia 11, esperam que o Parlamento aceite analisar esta proposta. Mas até agora não receberam garantias de nenhum partido.

20H10 ABORTO

Pivot: O Não à Interrupção Voluntária de Gravidez reúne neste momento em Lisboa mais de 400 pessoas. São todas mulheres, juntas à mesa do jantar. Boa noite, qual o estado de espírito predominante para o referendo, daqui a uma semana?

Directo: Muito boa noite. Aproveito para corrigir um número: não são 400, nesta altura são mais de 500 mulheres e continuam a entrar, estão à porta, para aqui virem jantar, para

expressarem o seu Não no próximo referendo, dia 11 de Fevereiro, no próximo domingo. E vêm aqui dizer que há alternativas à pergunta que está estipulada no referendo, as alternativas não passam necessariamente pelo aborto, uma vez que essas mulheres, muitas delas, são empurradas para essa alternativa, ou por questões familiares ou por questões sociais. Para além disso, não acreditam que o aborto clandestino vá acabar, até porque depois das 10 semanas vai continuar e, em relação à pergunta do referendo, põem em causa a despenalização, e defendem que aquilo que está em causa, verdadeiramente, é a liberalização. E quanto a este assunto aproveito para fazer uma pergunta à Manuela Ferreira Leite, ex-ministra das Finanças, que tem defendido muito esta ideia e eu perguntava-lhe: Não acredita, ou melhor, aquilo que está em causa, o aborto clandestino, não está de facto liberalizado, uma vez que acontece em todo o lado, com qualquer método e muitas vezes numa gestação superior às 10 semanas?

Manuela Ferreira Leite: *“O que está verdadeiramente em causa é que actualmente já é possível fazer aborto, legalmente, com determinado tipo de fundamentos – e todos nós conhecemos quais são esses fundamentos. E aquilo que está em causa no dia 11 vai ser a possibilidade de se passar a fazer aborto sem necessidade de fundamentos. Isto é, todos nós achamos, e julgo que é uma opinião absolutamente unânime, que o aborto é um drama. É um drama para qualquer mulher que o faça. Nenhuma mulher faz levemente um aborto. E por isso, como drama que é, que todos concordamos, também todos nós devíamos então ajudar a evitá-lo e não a facilitá-lo. E este é um sinal sério de facilitação de algo que é dramático, porque o que torna dramático o aborto não é só a clandestinidade. Porque a clandestinidade vai-se manter, porque muitas das vezes as mulheres, porque no fundo sentem que é um peso moral sério na posição que estão a tomar, que a sociedade as condena, em qualquer circunstância as continuará a condenar...”*

Jornalista: Devo depreender então que aquilo que está salvaguardado na lei, as medidas de excepção, são suficientes?

MFL: *“Se não forem suficientes, então dever-se-ia dizer, neste referendo, quais é que eram as outras, os outros fundamentos que também se consideravam úteis para este problema. Só que não é isso que se pergunta.”*

Jornalista: Em seu entender, a vontade da mulher, única e expressa, não é razão suficiente?

MFL: *“Não é razão suficiente pela simples razão que nós – e não é um problema de fé – ninguém manda em si próprio. Nós não evitamos uma doença, não evitamos um desastre, nós fundamentalmente não evitamos a morte. E portanto é evidente que este é mais um ponto que poderá ser em alguma circunstância desadequada, que as mulheres não desejem, mas à qual provavelmente dever-se-ão ajustar, tal como nos ajustamos a todos os percalços que nos acontecem na vida.”*

Jornalista: Muito bem, muito obrigada. Outra questão é a da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e de as mulheres não terem de ir a julgamento.

relativamente a esta questão, muito boa noite, Maria do Rosário Carneiro, parece que uma proposta sua foi ressuscitada hoje, que é o facto de haver suspensão do julgamento em caso de aborto. Não seria necessário, pura e simplesmente, votar sim neste referendo?

Maria do Rosário Carneiro: *“Não, são coisas completamente diferentes. Porque o que nós propomos é o respeito pela vida, não é? O votar sim... É o respeito pela protecção da vida intra-uterina, do outro, do bebé. O votar sim significa retirar a protecção desta vida intra-uterina. Isso está previsto na lei actual. Está previsto nos casos que são ditos excepcionais. Os casos em que se entende que a vontade da mãe é privilegiada, é dominante, relativamente aos interesses do filho.”*

Jornalista: Mas com esta proposta evitam julgamentos, evitam vexames públicos, mas como é que se evita o aborto clandestino, como é que se combate neste caso e como é que se salvaguarda a saúde pública?

MRC: *“Não se evita nenhum aborto, com certeza. Evita-se algum na medida em que a lei pode ser dissuasora. Nesse sentido, esse é um dado que é adquirido, na medida em que estão definidos os parâmetros do comportamento humano, a lei funciona como indicativa para esses mesmos comportamentos humanos. De facto, não vamos combater nem o aborto clandestino por esta via, nem vamos garantir o acesso ao aborto em condições clinicamente seguras. Mas aquilo que está em apreço são coisas que têm de ser decididas previamente. O que está em apreço nesta questão, nesta matéria, é o confronto de dois interesses, o interesse da mãe e o interesse do filho. Privilegiar o Sim é aceitar uma decisão definitiva, irreversível e irremediável que é o Não à vida do filho. Dizer Não é antes pelo contrário, é consentir sim na vida do filho, e mais do que isso, através das medidas que nós propomos, um conjunto de mecanismos que sejam inclusivos, reparadores e que ajudem as mulheres a terem melhores condições de vida e a terem maior informação.”*

Jornalista: Maria do Rosário Carneiro, muito obrigada. Ficam então sublinhados desta maneira os argumentos do Não. Quem vota Não vai continuar a fazê-lo, ou seja, aqui não vai haver troca de opiniões, não vai tentar mudar-se a opinião de ninguém, estas mulheres no próximo dia 11 de fevereiro vão votar Não na pergunta da despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas e a pedido da mulher.

20H16 ABORTO

Legenda: Caso o Não vença Líder do PSD propôs compromisso para pós-referendo ao aborto

Pivot: Marques Mendes propôs um compromisso pós-referendo na questão do aborto. O líder social-democrata sugeriu que, caso o Não vença, se estabeleça um consenso e se legisle para que a mulher seja discriminizada.

Peça: Off: Marques Mendes não questiona a necessidade de votar Não no dia 11. Não. Não é isso que está em causa. Muito pelo contrário. De resto, a sugestão só faz sentido,

sublinha, se o aborto, ou a forma como ele é proposto, for efectivamente recusado. Mas a proposta de Marques Mendes é apresentada e vista como um contributo para consensualizar sensibilidades. A 8 dias do referendo, é isto que Marques Mendes sugere.

Vivo Marques Mendes, Presidente PSD: *“As pessoas não querem, por um lado, aborto livre. Mas também não querem a penalização da mulher que é forçada a fazer um aborto. Pois bem, eu julgo que há uma solução: a solução é votar Não no próximo referendo, dessa forma evitando o aborto livre, que é um mal. Com o compromisso de que a seguir, no Parlamento, se pode mudar a lei no sentido de retirar a penalização com pena de prisão das mulheres. Julgo que é uma proposta séria, equilibrada e moderada.”*

Off: É uma proposta feita a nível pessoal, mas que, obviamente, implicará, ou implicaria, um entendimento político e partidário e a obtenção de consensos no Parlamento no pós-referendo.

Vivo MM: *“Com o compromisso de todos aqueles que entendem que o aborto não deve ser livre e que a questão da penalização também pode ser alterada; portanto, é uma sugestão que deixo a todo o país, a todos os responsáveis e, sobretudo, a todos os portugueses. Porquê? Porque eu entendo que esta não é uma questão partidária. E não se deve partidizar uma matéria que é de consciência de cada português. E se muitos perfilham estes mesmos valores que eu aqui defendi, eu julgo que esse compromisso pode perfeitamente ser levado por diante, não tenho dúvidas e portanto lanço esta sugestão, esta proposta, aos portugueses, a título pessoal. Também aos que são deputados, a todos, no sentido que pensem nesta questão.”*

Off: Por consciência, por convicção, Marques Mendes vota Não, tal como em 98, porque o aborto livre, como o define, não é um passo positivo. A exposição que visitou esta tarde em Barcelos, organizada pelo Movimento Minho pela Vida, ajuda a explicar porquê. Ajuda a explicar na perspectiva do movimento, o que está em causa na pergunta e o que está em causa no referendo...

Na imagem: frases sobre aumento do aborto onde foi legalizado; 654% aumento do número de abortos verificado nos EUA após despenalização

Off: (...) e o que significa despenalizar e o que significa interromper.

Imagem: cartaz a dizer: 72% das mulheres nos EUA afirmaram que se o aborto fosse ilegal, nunca o teriam feito!

20H19 ABORTO

Legenda: Sócrates empenhado no “Sim” PS não vai mexer na lei se o “Não” vencer no referendo

Pivot: O PS não vai mexer na lei se o “Não” ganhara no referendo ao aborto. José Sócrates declarou que está empenhado na vitória do Sim para acabar com o aborto clandestino mas garantiu que o Partido Socialista irá respeitar o resultado do referendo.

Peça: Vivo Sócrates: *“Eu estou aqui porque não me resigno nem me conformo com esta situação.”*

Off: Empenhado na vitória do Sim, José Sócrates diz que é preciso mudar a lei para acabar com a penalização das mulheres e com o aborto clandestino.

Vivo José Sócrates, Secretário-geral PS: *“Os portugueses sabem do que é que eu estou a falar. Sabem da chaga, do horror, do aborto clandestino. Sabem que iss existe e que há uma espécie de cumplicidade do silêncio perante isso. Pois eu não me conformo com essa situação. Nem me resigno. E é por isso que estou neste aborto. Para mudar uma lei que eu considero que produz maus resultados.”*

Off: Para José Sócrates, é preciso evitar que se repita o resultado de 1998. É por isso que deixa um apelo ao voto e um alerta aos que não pensam votar.

Vivo Sócrates: *“Houve muitos portugueses que aprenderam a lição em 1998. Aprenderam-no e de que forma. E sabem que agora não devem deixar que os outros decidam por si-próprios. A abstenção teve um preço: e esse preço foi tudo continuar como estava.”*

Off: Mas Sócrates deixa também um aviso: a lei do aborto só muda em referendo. Se o Sim não ganhar, mantém-se a penalização das mulheres:

Vivo Sócrates: *“Se o Não ganhar, a lei ficará como está e o Partido Socialista não aprovará nenhuma lei que seja contrária à lei actual, porque essa é a vontade dos portugueses.”*

Off: José Sócrates empenhado, mas sem a certeza da vitória do Sim. Deixa um alerta: é agora o tempo de resolver a questão do aborto.

20H21 ABORTO

Legenda: “Truques de última hora” Louçã acusa partidários do Não e insiste na necessidade do Sim

Pivot: Francisco Louçã acusou os partidários do Não de usarem truques de última hora. O líder do Bloco de Esquerda defendeu que a única maneira de despenalizar o aborto é votar Sim no referendo.

Peça: Off: É o fantasma do referendo de 98, é uma das prioridades do Bloco de Esquerda. A luta contra a bastenção começa a ganhar tempo nos discursos do Sim.

Vivo de Miguel Portas, Bloco de Esquerda: *“As mulheres que querem discriminalizar a interrupção voluntária da gravidez que não fiquem em casa, como muitas delas ficaram há 8 anos, que não voltem a passar por aquela noite por que passaram há 8 anos. E há muita gente ainda, nas nossas proximidades, nos nossos círculos de amizade, que ainda pode não ir votar, embora tenha exactamente a opinião de que neste referendo se deve votar Sim.”*

Off: Depois do apelo, chegaram as críticas:

Vivo de Francisco Louçã, Bloco de Esquerda: *“O Não entendeu, a uma semana do referendo, apresentar-nos alguns truques de última hora. Continua crime; as mulheres continuam perseguidas; continuam a ter de ir à Polícia; continuam a ter de ir ao Ministério Público. Mas se aceitarem que são criminosas não são julgadas e, se não forem julgadas, é-lhes imposto um castigo comunitário como este que o dr. Bagão Félix está a propôr. Eu não me lembro – e digam-me vocês se se lembram – alguma vez em Portugal de ter visto algum político fazer uma proposta de lei criminal como esta, com tanto cinismo; com tanto descaramento e com tanta pouca-vergonha.”*

Off: No zigue-zague de argumentos, o debate está a subir de tom. Falta uma semana para o referendo.

20H22 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: “Jovens pelo Sim” temem radicalização da campanha na última semana

Pivot: Os jovens pelo Sim anunciaram que vão ser usados argumentos incríveis em favor do Não. Mais de mil pessoas juntaram-se num concerto organizado pelo movimento em Lisboa, para defender o voto no Sim.

Peça: Off: Cá Mané emprestou a voz, Mário Laginha os dedos, dois talentos combinados por uma causa cujo lema é precisamente “O Sim está nas tuas mãos”. À mão de um gesto, votar, à mão de mais de duas dezenas de artistas que quiseram deixar uma mensagem pela despenalização do aborto.

Vivo de Mário Laginha, músico: *“Não é justo condenar as mulheres. Isso para mim acho que é tão básico. Porque eu acho que mesmo os partidários do Não acabam sempre a dizer “ai não, ninguém foi preso, ninguém foi preso”. Então a questão é só essa.”*

Vivo de Sandra Celas, atriz: *“As questões morais, as questões filosóficas, devem ser do foro pessoal de cada um.”*

Jornalista: E as questões que dizem dos direitos do embrião, como apela o Não?

Sandra Celas: *“Sim, mas esses direitos existem consagrados na Constituição. Como existem consagrados na Constituição direitos das pessoas que vivem, das pessoas que estão cá. E essas é que não podem continuar a morrer, não é? por fazerem um aborto.”*

Vivo de Pacman, músico: *“A questão dos direitos do embrião? Eu acho que a mulher tem o direito de optar, ponto final.”*

Off: Em directo, via Internet, ou ao vivo, no Forum Lisboa, o espectáculo juntou na sala mais de 1.200 pessoas, no palco ouviram-se apelos contra a abstenção e avisos sobre a campanha do Não.

Vivo José Guilherme Gusmão, Movimento “Jovens pelo Sim”: *“Preparem-se, porque a última semana será a semana de uma campanha sem vergonha, sem limites. Será uma campanha de intimidação, de chantagem, de mentira.”*

Vivo de Zé Pedro, Músico: *“Esta campanha faz-me aflição. Ainda hoje estar a ver o prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que é uma pessoa que eu considero inteligente e retenho muitas das opiniões que ele dá dizer que a campanha do Sim é uma campanha muito light, fiquei sem perceber se eles queriam um bocado de sangue na rua ou assim umas respostas mais controversas que é o que eles têm estado um bocado a fazer.”*

Off: O referendo ao aborto é de hoje a oito dias.

20H25 ABORTO

Legenda: Marcha pela Vida Ribeiro e Castro apresenta dez medidas para combater o aborto clandestino

Pivot: Ribeiro e Castro foi ao Porto participar na Marcha pela Vida. O líder do CDS apresentou uma proposta de 10 medidas para combater o aborto clandestino.

Peça: Off: Marcharam e pedalarão pela vida. Pelas ruas da Invicta disseram Não ao aborto. O CDS-PP participou na acção de campanha do movimento Norte pela Vida. Ribeiro e Castro não caminhou nem pedalou, mas apresentou uma proposta de dez medidas contra o aborto clandestino, que pretende encaminhar para o primeiro-ministro.

Vivo Ribeiro e Castro, presidente CDS-PP: *“A primeira medida é votar Não. A primeira medida é recusar a liberalização e a legalização do aborto. Depois, políticas sociais avançadas. Políticas familiares. O apoio aos centros de apoio à vida que foram lançados, aliás, por um ministro apresentado pelo CDS. Respostas concretas às mães concretas, às crianças concretas, como são proporcionadas pela Ajuda de Berço, pela Ajuda de Mãe, pelos centros de apoio à vida.”*

Off: O CDS-PP propõe ainda que seja combatido o obscurantismo, e que sejam dinamizados os mecanismos de adopção. Tudo pela realização da maternidade e pela dignificação da mulher. Ribeiro e Castro deixou ainda outra proposta, manter a serenidade durante a campanha.

RC: *“Lamento que da parte de alguns partidos de esquerda, ontem, houve sinais de uma grande radicalização de linguagem. E queria fazer um apelo a que mantenhamos um registo de serenidade, de moderação, de objectividade, enfim. Expressões como ouvimos de que vamos entrar no terror e na pornografia, ou acusações de crueldade e discurso cruente, ouvido a um ministro, parece-me manifestamente desproporcionado e sinal de alguma desorientação.”*

Off: E no mesmo dia o CDS-PP trouxe também ao Porto alguns testemunhos da realidade espanhola, no que diz respeito ao aborto clandestino. No país vizinho crescem as clínicas privadas, onde para além dos abortos permitidos por lei se praticam também abortos

ilegais, clínicas privadas que, dizem, vão aparecer de imediato em Portugal, caso vença a despenalização.

Vivo de Victoria Uroz, Assoc. Vítimas Aborto Espanha: *“O aviso é: cuidado com as clínicas privadas e cuidado com o referendo, porque uma lei de aborto livre, até à 10ª semana, é muito perigosa. Não é a solução. Mas há que ter muito cuidado com as clínicas privadas, porque vão abrir já em Portugal.”*

Off: Numa perspectiva de humanização da lei, o presidente do CDS-PP mostrou-se também favorável à suspensão provisória dos processos contra mulheres que pratiquem aborto.

20H27 ABORTO

Legenda: Blogues discutem aborto A luta dos argumentos para o referendo “Sim” e “Não” estão também na Internet

Pivot: No referendo ao aborto a Internet ocupa agora um papel que não teve na anterior consulta popular. Movimentos, partidos, associações e muitas pessoas a título individual ou em grupo exprimem opiniões através da rede.

Peça: Off: Em 1998, a televisão já era a cores. (Imagens a PB) Mas 9 anos parece ser muito tempo. No anterior referendo, os argumentos discutiam-se nas páginas da Imprensa e nas ruas. O tempo mudou (começa a cor) e mudram também as formas de comunicar. Nesta luta pelo voto, a Internet ganha o destaque. (Écrans de computador) Nas últimas semanas, multiplicam-se os blogues e as páginas sobre o assunto. Quem defende o Sim e o Não, olha para a rede como um meio que pode fazer a diferença.

Vivo Vasco Rato Blogue “Sim no Referendo”: *“Os blogues permitem-nos dar uma resposta imediata, conduzir um debate virtualmente 24 horas por dia, nesse sentido é extremamente esclarecedor; (Legenda: www.sim-referendo.blogspot) por outro lado acho também que as pessoas têm o acesso à informação 24 horas por dia, é mais participativo, torna a informação mais imediata; nessa medida, os blogues são extremamente democráticos.”*

Vivo de Rui Castro, Blogue do “Não”: *“Há notícias que já aparecem nos blogues antes de aparecerem nos outros meios de comunicação e portanto, nessa perspectiva, eu acho que é cada vez mais uma arma de comunicação por excelência e no futuro será, porventura, um meio de comunicação de referência.”*

Off: Cada blogue procura ter, tal como numa equipa de futebol, as estrelas mais valiosas. (Imagem Marcelo Rebelo de Sousa em blogue.) Todos querem alimentar este espaço virtual com os conteúdos que melhor defendem os seus ideais (Imagem Ricardo Araújo Pereira em blogue).

VR: *“O blogue foi organizado por um conjunto de pessoas que partilham esta posição (Legenda: www.sim-referendo.blogspot.com) favorável ao Sim. O objectivo é esclarecer e essa avaliação do que está a ser escrito faz-se noutros blogues, nomeadamente blogues de sentido oposto. Nós queríamos evitar polémicas.”*

Off: A concorrência nos blogues nunca é ignorada.

RC: *“Existe quase ao minuto. É engraçado e, agora que entrámos em campanha (Legenda: www.boguedonao.blogspot.com) diariamente, não só com o Blogue do Sim, mas com outros blogues que, não tendo sido constituídos por causa do referendo, mas que têm textos a propósito do referendo e portanto há muitas vezes textos, contra-textos, réplicas, trélicas, e há uma interacção muito grande que, mais do que diária, é horária e ao minuto.”*

Off: Aqui encontram-se blogues para todos os gostos, com mais ou menos cor, mais ou menos fotografias, com melhores ou piores argumentos. Cada blogue é único e nenhum imparcial.

20H25 ABORTO

Legenda: Adeptos do “Sim” criticam o “Não” Partidários do “Sim” acusam os do “Não” de perturbar ambiente de consulta

Pivot: Diversos movimentos que defendem o Sim no referendo de Domingo juntaram-se numa conferência de Imprensa para criticar posições assumidas por adeptos do Não nos últimos dias. Estes defensores do Sim afirmam que essas posições visam perturbar o ambiente sobre o referendo.

Peça: Off: Partidários do Sim afirmam que a proposta de alegada despenalização das mulheres que praticam o aborto, por parte de movimentos e personalidades que lutam pelo Não, substituindo uma pena por outro tipo de acções, como o trabalho comunitário ou a multa, serve para aumentar a confusão dos eleitores a poucos dias do referendo.

Vivo Vital Moreira, Partidário do Sim: *“Mas nesta enorme confusão, há de qualquer modo uma coisa que importa clarificar: é que eles estão de acordo sobre uma coisa: o aborto mantém-se crime em geral tal como está, como previsto no Código Penal e punido no Código Penal. Os responsáveis continuam obviamente a ser criminosos ou criminosas, conforme o género a que pertençam. E daqui não se sai.”*

Off: Vital Moreira refere que não é possível a despenalização sem a descriminalização, acrescentando que a isenção de pena, se fosse possível, não eliminaria o estigma. Concluindo, dizendo que o Sim quer a despenalização com o propósito de acabar com o aborto clandestino.

VM: *“Que é isto se não uma notável contradição, fruto do oportunismo de última hora de quem pensa que, desta vez, está em riscos de perder o referendo? E como é que pensam que é compatível esta ideia com a ideia que está nos cartazes que apareceram nos últimos dias, “Ainda estás a tempo de impedir não sei quantos abortos, com o teu voto? Então, que sentido é que tem esse cartaz com o vir agora dizer “pois está bem, é crime mas não serás punida”? e então qual é o sentido preventivo dessa nova proposta em termos de reduzir, como eles pretendem, o número de abortos através da ameaça de repressão penal?”*

Off: Estes adeptos do Sim dizem que há meses está definida a pergunta e o objecto do referendo e que a altura para propostas diferentes da que está a referendo já passou.

Vivo VM: *“Depois desta operação, que eu penso que o Não não se deu conta das implicações, é uma manobra de desespero e claramente não pensada, depois desta operação só resta uma diferença entre eles e nós. É que nós queremos a descriminalização porque queremos a desclandestinização, eles já não conseguem fazer valer a ideia de punição, mas querem continuar com o seu grande trunfo, que é que o aborto continue a não ser às claras, que o aborto continue a não ser transparente, que o*

aborto continue a não ser seguro nem isento de riscos, que o aborto continue a ser clandestino.”

Off: Críticas apontadas pelos defensores do Sim aos do Não, a menos de uma semana do referendo.

20H27 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: 51 eurodeputados apoiam movimentos pelo “Não”

Pivot: 51 eurodeputados que defendem o Não à despenalização do aborto assinaram uma declaração apresentada pelo líder do CDS-PP. Este grupo de eurodeputados, incluindo o próprio Ribeiro e Castro, diz que a despenalização do aborto é um retrocesso civilizacional grave.

Peça Off: 51 deputados de 16 países membros da união europeia defendem que o referendo ao aborto em Portugal tem de dar um novo sinal à Europa.

Vivo Ribeiro e Castro CDS-PP: *“Não ignoramos o drama das mulheres que abortam. Consideramos no entanto que o aborto a pedido da mulher constitui um retrocesso civilizacional grave, e uma violação desrazoável do direito à vida da criança com 10 semanas de vida.”*

Vivo de Eugénio Goicoechea, Partido Popular Europeu: *“O pior que pode acontecer à Europa, na minha opinião, é uma aceitação social generalizada do aborto, pois significaria que a sociedade europeia não valoriza a vida, não valoriza a dignidade e esta aceitação do aborto pode ser uma porta aberta para um acaminho sem retorno, para uma sociedade pós-humana, em que já não haverá direitos humanos.”*

Off: Por isso todos dizem Não àquilo que consideram ser uma liberalização do aborto.

20H28 ABORTO

Pivot: Há católicos portugueses que assumem a defesa do Sim no referendo de Domingo. O Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim promoveu um debate no Porto em que se explicou como tendo fé cristã são a favor da interrupção voluntária da gravidez.

Legenda: Defesa do Sim Há católicos do Porto a favor da despenalização

Peça Off: Na mesa, todos são católicos e todos votam Sim.

Vivo de Afonso Domingues, Prof. Literatura Universidade do Minho: *“Não devíamos estar nesta mesa a apresentar-nos como católicos. Não devia ser necessário invocar a nossa condição de católicos neste debate. Devia bastar pura e simplesmente a condição de cidadão, a condição de exercício pleno da nossa cidadania. Acontece que quem nos provoca a isso é a nossa querida igreja católica – ou melhor, a hierarquia da Igreja Católica Portuguesa.”*

Off: E reagindo contra o absolutismo na hierarquia da Igreja, dizem que neste referendo têm o direito de decidir com liberdade e responsabilidade.

Vivo de Ana Maria Braga da Cruz, Mov. Cidadania Responsabilidade “Sim”: *“Uma alta figura da Igreja, na altura não foi o Cardeal Patriarca, foi antes disso, antes da entrevista do Cardeal Patriarca em que lhe perguntavam: “Mas há católicos que andam nisto?” e o senhor dizia: “Eu sei lá se são católicos, se calhar são oportunistas que lhes dá o jeito ser católico.” A mim realmente isso ofendeu-me profundamente, porque quem é quem para decidir se eu, ou A ou B é católico ou não é católico? Faz pena que em nome de uma fé se tente manipular as pessoas, porque realmente a fé cristã, pelo menos para mim, é para libertar as pessoas e não para manipular.”*

Off: E explicaram porque é que um católico pode votar Sim neste referendo.

20H30 ABORTO

Legenda: Pinturas anti-aborto Sede do PS com inscrições a vermelho e negro

Pivot: A entrada da sede nacional do PS em Lisboa foi vandalizada na última madrugada com pinturas e inscrições anti-aborto. O Partido defende o Sim no referendo à despenalização do aborto. Quando os primeiros funcionários chegaram ao edifício, perto das 7 da manhã, foram surpreendidos por pinturas a vermelho e negro contra o referendo do próximo domingo. As inscrições foram entretanto apagadas por funcionários do PS. O partido afirma que se tratou de um acto de hooliganismo.

Telejornal, dia 6 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) não gravado

20H25 ABORTO

Legenda: Campanha referendo: Artistas juntam-se contra a despenalização do aborto

Pivot: Artistas de diversas áreas juntaram-se contra aquilo que designam de “liberalização” do aborto. Consideram que, se o Sim ganhar no referendo de Domingo, o aborto será livre e sem condições.

Peça: Entra com Rap contra o aborto. **Off:** São angolanos, criados nas ruas da Linha de Sintra com o sonho de fazer vida do Hip Hop. A luta contra o aborto inspirou-os. Chamam-se Força Suprema, dizem que o hino sem nome é para todas as crianças que ainda estão por nascer.

Vivo de NGA, “Força Suprema”: *“Quando eu venho da Linha de Sintra, a comunidade sofre muito. e eu acho que o mais importante não é matar uma criança, mas sim criar condições para que essa criança possa viver. Por isso nós defendemos o Não e é Não sempre. A vida sempre.”*

Off: Artistas unidos pelo Não ao que designam como “a liberalização do aborto”. Defendem a vida, afirmando-se contra a criminalização das mulheres.

Vivo de Kátia Guerreiro, Fadista e Médica: *“Se a sociedade manifesta que não concorda que a lei seja liberalizada, então que ajustem a actual lei em vigor às necessidades de uma sociedade moderna e actual. Isso é o que eu defendo e acho que é uma posição moderada.”*

Jornalista: É pelo Não mas também pela discriminação?

KG: *“Sou. Absolutamente. Acho que mulher nenhuma deve ser julgada.”*

Vivo de Ricardo Carriço, actor: *“Acho que a penalização deve existir. Agora acho que deve haver um acompanhamento. E quando falo em banalizar é a mesma coisa que “não vamos liberalizar na totalidade, e quem quiser fazer um aborto faz, porque é como lavar os dentes.”* Música.

Vivo de M^a João Lopo de Carvalho, escritora: *“Haverá com certeza muitos meios de combater o aborto clandestino, nomeadamente penalizar gravemente, não a mulher que vai à procura de um aborto clandestino, mas as chamadas abortadeiras. Eu acho que é por aí que é o caminho.”*

Off: Vão votar Não, porque entendem que assim nascerá uma nova oportunidade de diálogo e de consenso, humanizando um dos temas que mais divide a sociedade portuguesa.

20H27 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Ribeiro e Castro critica “rigidez” de José Sócrates

Pivot: Ribeiro e Castro criticou o que considera ser a rigidez de José Sócrates na questão do aborto. O líder do CDS-PP afirmou ainda que os impostos não podem financiar a despenalização do aborto.

Peça: Off: É um dos berços do Não, do Movimento pelo Não em Barcelos, visitado por Ribeiro e Castro. Já tinha sido visto há alguns dias por Marques Mendes. É uma exposição que levanta muitas perguntas e dá muitas respostas sobre o que significa despenalizar e sobre o que significa interromper. Ribeiro e Castro não tem dúvidas, mas não exclui a reflexão e propostas de aperfeiçoamento. Ao contrário do secretário-geral do PS, como faz questão de sublinhar.

Vivo de Ribeiro e Castro, Presidente CDS-PP: *“Dizendo que não pode ser, a reacção pública do senhor primeiro-ministro, não é, e que é conhecida e que portanto eu comento de uma forma negativa.”*

Jornalista: É o tempo das respostas e não das novas perguntas, é isso?

RC: “Exactamente. E justamente aquilo que os movimentos do Não propõem são novas respostas. E esta é uma nova resposta. Não são novas perguntas. A pergunta está posta e essa solução, proposta pela dr^a M^a do Rosário Carneiro e pela dr^a Teresa Venda só faz sentido triunfando o Não.”

20H28 Referendo ao aborto

Pivot: Faltam 4 dias para o referendo, intensificam-se as acções de campanha. Boa Noite. Dos médicos que defendem o Sim, de que forma é que estes médicos se envolvem na campanha?

Jornalista, Directo: “Neste momento, estes médicos pretendem chamar a atenção para o problema do aborto clandestino. Não há, naturalmente, dados concretos, mas o estudo mais recente que foi feito em Portugal, pela Associação para o Planeamento da Família, um estudo apresentado em Outubro, aponta para 18 mil casos de aborto clandestino por ano, em Portugal. Tenho comigo M^a José Alves, ela é médica na Maternidade Alfredo da Costa e tem uma vasta experiência de casos de mulheres que chegam em circunstâncias várias depois de um aborto clandestino. É essa experiência que a leva a pedir uma mudança na lei?”

Vivo de M^a José Alves, Médica: *“Ao longo da minha vida tenho contactado com muitas mulheres que abortaram, que recorrem a nós com complicações de aborto ou se encontram a decidir aquilo que querem frente a uma gravidez inesperada. O caso que talvez me tenha marcado mais foi o da Natália. A Natália tinha 21 anos e quando chegou*

ao pé de nós estava grávida e tinha uma doença grave, que a acompanhava desde pequenina. Essa gravidez punha riscos para a sua vida. Quem decidiu quais os riscos que ela devia correr e que era legítimo ela lesar a sua saúde ou a sua vida fomos nós, os médicos. E a Natália morreu. Eu tinha-lhe garantido que ela ia viver, mas a Natália morreu. A Natália morreu porque nós, os médicos, achámos que sabíamos mais da vida dela do que ela própria. Porque esta lei mata. Mata e lesa a saúde das mulheres. Todos os anos cerca de 10 mil mulheres recorrem às urgências dos hospitais portugueses com hemorragias, com abortos infectados, que levam a dias de internamento e a tratamentos pesados, e algumas, que na altura parece que tudo correu bem, muitos anos depois têm longos anos dolorosos de infertilidade com tratamentos pesados para ela e para o marido, para o companheiro, e também com custos muito grandes para o erário público e para a sociedade. A única forma de tudo isto terminar e também as centenas de milhares de histórias de solidão e desacompanhamento, é despenalizar a lei. E isso só é possível votando Sim no domingo, dia 11. Isso vai alterar a vida de todos, vai alterar também a vida dos médicos portugueses.”

Jornalista: Mas acredita que a mudança da lei basta para acabar com o aborto clandestino?

MJA: “*Eu acho que a despenalização e a mudança da lei vai, logo de início, baixar drasticamente o aborto clandestino. As mulheres portuguesas hoje, independentemente daquilo que às vezes se diz, querem segurança e começam a confiar muito nos médicos. Percebem que nós estamos do lado delas e que sabemos bem que o nosso primeiro compromisso e o nosso primeiro dever é a sua saúde. Portanto, entre a insegurança e a indignidade do aborto clandestino, elas preferem realmente falar com um técnico, estar num hospital de segurança e portanto drasticamente – repare, 75% das mulheres no estudo que se apresentou recorreram à interrupção voluntária de gravidez antes das 10 semanas.”*

Jornalista: Mto obrigada. M^a José Alves, um testemunho pessoal de uma médica que defende o Sim. Esta noite vão escutar-se também testemunhos de mulheres que tiveram de recorrer ao aborto clandestino.

20H32

Pivot: registando aqui a opinião dos Médicos pela Escolha a favor do sim no referendo. Estamos a 4 dias do referendo.

20H32 ABORTO

Legenda: Bloco de Esquerda Despenalização do aborto permite recorrer ao Serviço Nacional de Saúde

Pivot: O Bloco de Esquerda visitou um Centro de Saúde onde são feitas por ano duas mil consultas de planeamento familiar. Os bloquistas etendem que a despenalização do aborto

vai permitir que as mulheres recorram aos médicos do Serviço Nacional de Saúde e não à clandestinidade.

Peça: Off: É um centro de saúde quase improvisado num prédio em Camarate. Por ano há 2 mil consultas de planeamento familiar. Um número que tem aumentado. O ano passado recorreram à consulta 50 adolescentes grávidas. “São miúdas que queriam ser mães, ou não?”

Vivo de Margarida Ruas, médica: *“Umás sim, a maior parte delas não. Não é uma gravidez desejada. Portanto, é uma gravidez que acontece. Por vezes é a primeira vez que têm uma relação sexual e engravidam.”*

Off: Este é um caso que, para o Bloco de Esquerda, mostra que as mulheres são bem acompanhadas pelos médicos do serviço nacional de saúde.

Vivo Ana Drago, Bloco de Esquerda: *“É aqui que estão prontos e aptos para dar a essas mulheres todas as alternativas e todo o apoio para que, a partir do momento em que têm uma gravidez indesejada, possam ter acesso a todos os cuidados de saúde. Claramente que não é a clandestinidade que permite que sejam os médicos do serviço nacional de saúde a apoiar essas mulheres.”*

Off: Para o Bloco de Esquerda, só a mudança da lei que penaliza as mulheres que interrompem a gravidez vai permitir acabar com o aborto clandestino.

Telejornal, dia 8 de Fevereiro de 2007 (quinta-feira)

20H07 ABORTO

Legenda: Sondagem RTP “Sim” vence “Não” no referendo à IVG com diferença de 16 pontos

Pivot: Uma sondagem da Universidade Católica indica que o Sim vai ganhar o referendo no próximo Domingo. a diferença para o não é neste momento de 16 pontos. Em relação à última sondagem há mais eleitores a garantir que irão às urnas.

Peça: Off: Um mês de campanha eleitoral não fez alterar a distância entre o Sim e o Não. O debate está a ser intenso, o Sim permanece à frente. 16 pontos separam os 2 lados. A 3 dias do referendo, a estimativa do Centro de Sondagens da Universidade Católica dá ao Sim 58%. Ao Não, 42. Um resultado igual ao da Sondagem de Janeiro. Na intenção directa de voto o Sim tem 42%, o Não 29, não vão votar 14, não sabem ou não respondem 14%. O eleitorado está mais mobilizado. Diminuem aqueles que dizem que não tencionam votar, e aumenta o número dos que garantem que vão às urnas. De certeza que irão a votos 68%. Não sabem se vão votar 18%. Dizem que vão ficar em casa 13%. Esta pesquisa revela um dado invulgar: os jovens mais próximos do Sim são os que afirmam ter mais intenção de votar. Um facto que normalmente é contrariado no dia das eleições. Isto sugere que o Sim poderá ser mais penalizado no domingo. Na distribuição por regiões há mudanças contraditórias: o Não sobe em Lisboa e no Centro do país, o Sim conquista terreno no Norte. Esta sondagem foi realizada pelo Centro de sondagens da Univ. Católica para a RTP, Antena 1 e Jornal de Notícias os dias 3 e 4 de Fevereiro. Foram obtidos 3806 inquéritos, 54% dos inquiridos eram mulheres. A margem de erro é de 1,6%.

20H09 ABORTO

Legenda: Referendo Deputados do PS e do BE apelam ao voto no “Sim”

Pivot: O movimento Voto Sim fez campanha na Av. da Liberdade e no Rossio. A comitiva foi constituída na sua maioria por deputados do PS e do Bloco de Esquerda e apelou ao voto no Sim. Os manifestantes defenderam a necessidade de modificar a actual lei e combater o aborto clandestino e inseguro. Para o Movimento Voto Sim é importante que os eleitores não se abstenham nesta voltação, pois consideram que o que está em causa também é a futura utilização do referendo como instrumento de democracia directa.

20H09 ABORTO

Legenda: Jerónimo de Sousa apela à mobilização do eleitorado para vitória do “Sim”

Pivot: O líder do PCP apelou à mobilização para a vitória do Sim. Jerónimo de Sousa acusou os defensores do Não de propor soluções que, na prática, mantêm a punição social e judicial das mulheres.

Peça: Vivo de Jerónimo de Sousa: *“Marques Mendes, Ferreira Leite, Ribeiro e Castro, Paulo Portas e outros que nos últimos 30 anos não mexeram uma palha para resolver o problema da despenalização da mulher, antes se opuseram a qualquer solução despenalizadora, tal como não deram qualquer contributo para resolver o grave problema do aborto clandestino, passaram a jurar que, se os portugueses votarem Não, vão mudar a lei e não haverão novos julgamentos de mulheres.”*

20H10 ABORTO

Legenda: Referendo Movimento “Norte pela Vida” acusa PS de querer liberalizar o aborto

Pivot: O Movimento Norte pela Vida acusou o PS de mentir aos portugueses na campanha do referendo ao aborto. O Movimento afirmou que o discurso do Partido não corresponde à proposta de projecto-lei do grupo parlamentar, onde é clao que o PS pretende a liberalização do aborto e não a despenalização.

Peça: Off: Ao nono dia de campanha, esgrimem-se todos os argumentos pelo Não ao aborto.

Mulher: *“Sejam conscientes. Não matem inocentes!”*

Homem: *“Não, não! Há alternativas!”*

Off: O Movimento Norte pela Vida acusa o Partido Socialista de enganar os portugueses quando diz que a interrupção voluntária da gravidez só poderá ser feita a pedido da mulher e após consulta num centro de acolhimento.

Vivo de Luis Graça, Movimento “Norte pela Vida”: *“O Partido Socialista retirou do seu projecto inicial, do seu projecto lei inicial, os centros de aconselhamento e portanto já não é preciso qualquer consulta, segundo a proposta do Partido Socialista, para que faça o aborto livre, o aborto a pedido, sem qualquer razão. E o engenheiro José Sócrates deve assumir, deve assumir, que é pelo aborto livre, porque essa é realmente a sua posição, e não vir enganar os portugueses agora à última da hora, em cima do referendo.”*

Off: Dizem ser um Movimento pelo Sim à vida, pela ajuda á mulheres grávidas em dificuldade, por maiores apoios à maternidade e contra o aborto livre. Uma mensagem que nem sempre é fácil de passar.

Rapariga do Movimento: *“A legalização é liberalização.”*

Rapariga na rua: *“Não é sempre que a mulher pode. Isso é uma palavra mal usada!”*

Rapariga do Movimento: *“Não, desculpe, a mulher pode fazer um aborto quando quiser, de livre vontade! Sem ter nenhuma razão para abortar, poder abortar?”*

Rapariga na rua: *“Isso é com a consciência de cada um.”*

Rapariga do Movimento: *“E o Estado a pagar?”*

Off: Lá seguiram pelas ruas da Baixa do Porto, ao som do Lourenço, o corneteiro do Estádio do Dragão, por hoje transformado no trompetista do Não ao aborto.”

20H12 ABORTO

Legenda: Referendo Líder do PP afirma que é mais caro financiar abortos do que maternidades

Pivot: Ribeiro e Castro foi a Évora, visitar a sede do Movimento Alentejo pelo Não. Pelas contas do CDS, a Maternidade de Elvas, que foi encerrada o ano passado, custava ao Estado 500 mil Euros por ano e ficava bem mais barata do que financiar o aborto.

Peça: Vivo de Ribeiro e Castro, Presidente CDS-PP: *“O que se iria gastar se o Sim vencesse a 11 de Fevereiro daria para 60 a 90 maternidades de Elvas. E portanto é também esta uma perspectiva em que importa pôr a questão. Quais são as prioridades dos portugueses, quais são as prioridades da política de saúde? Eu creio que é acorrer a quem precisa, acorrer às mães, reforçar a assistência materno-infantil, acorrer aos csos urgentes e não financiar o que é um negócio de violência, sabemos isso, violência sobre o filho e sobre a mãe, o abuso, a manipulação do aborto como se fosse um método contraceptivo”.*

20H13 ABORTO

Pivot: Voltaremos à campanha do referendo daqui a pouco, ainda dentro deste Telejornal.

20H51 ABORTO

Pivot: A Plataforma Não Obrigada espera casa cheia para esta noite no Coliseu, em Lisboa. Os defensores do Não dizem que é o grande comício de encerramento desta campanha, uma das derradeiras hipóteses de conquistar votos contra a depenalização do aborto. Vamos em directo para o Coliseu. Boa noite. Quais as principais figuras aguardadas para este comício?

Directo: Várias figuras do quadrante político e social da sociedade portuguesa. Resumindo: todas aquelas caras conhecidas que foram aparecendo nas últimas duas semanas, em movimentos, como independentes, para dar a cara pelo Não. Há pouco, já se ouviu aqui, no palco, o grupo Rap Força Suprema, a cantar o hino da Plataforma Não obrigada, o hino sem nome. Dizem eles que é uma canção para todas aquelas crianças que ainda estão por nascer. A Plataforma Não Obrigada conta reunir aqui, então, como eu já disse, todas as pessoas que, nestas duas últimas semanas, andaram a tentar conseguir mais votos contra a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, também já se ouviu, por exemplo, Marcelo Rebelo de Sousa dizer que, dentro do Não, há várias opiniões, os mais moderados, os mais radicais, eles todos hoje estão aqui, esta noite e há bocado pudemos falar com Margarida Neto, da Plataforma Não Obrigada, sobre as sondagens que dão vitória ao Sim. Ela desdramatiza e diz que também em 98 davam essa vitória.

Vivo de Margarida Neto, Plataforma Não Obrigada: *“São sondagens. Em 98 partimos de uma sondagem com uma diferença muito maior do que esta e portanto isso não altera a nossa convicção de que vamos ganhar, porque os portugueses sabem e*

querem valorizar a vida humana e querem que o nosso sistema de valores, em Portugal, continue a haver respeito pelo bebé e por esta vida que tem todo o direito a nascer.”

Jornalista: Dentro do Não ouve-se muito que há o Não moderado, o Não radical, vários tipos de Não. Eu pergunto-lhe se isto não fragiliza o Não, mostrando também aqui alguma falta de certezas. Poderiam votar talvez, se houvesse um talvez?

MN: *“Não, de maneira nenhuma. É uma riqueza do Não ter várias respostas, vários caminhos para chegar ao voto. O que nos interessa é colocar o Não naquele boletim, e há pessoas que são contra a lei de 84, pessoas que são favoráveis à lei de 84, somos um movimento cívico muito abrangente, partidário, não convencional, há pessoas que são favoráveis à suspensão do processo, outras não tanto, portanto o que é importante aqui é que os portugueses entendam o que é que está em causa. E o que está em causa é que, se votam sim, passa o aborto livre, sem condições, uma decisão da mulher, uma decisão solitária da mulher, que a fragiliza ainda mais e que é imposta, sem nenhum limite, sem nenhum critério, sem nenhuma condição.”*

Vivo Jornalista: Ribeiro e Castro, líder do CDS-PP, Ribeiro Cristóvão, Teresa Venda – como cidadãos, dizem eles – estão aqui esta noite, foram dos primeiros a chegar. No palco vão ouvir-se intervenções, música, teatro, tudo para que o Não vença no referendo de Domingo.

20H54 Referendo ao aborto

Pivot: em directo do Coliseu de Lisboa com o comício do Não. O Movimento Sim Responsável está a realizar um jantar no Centro de Congressos de Lisboa. José Sócrates anunciou que estaria presente. Ele já chegou?

Directo: Já, chegou. É a 4ª participação do secretário-geral do PS nesta campanha para o referendo do aborto. Ao contrário do que aconteceu em 1998, o actual secretário-geral do PS está profundamente empenhado no apelo ao voto ao Sim. Este jantar, que reúne algumas centenas de pessoas, conta também com alguns outros elementos de destaque do Partido Socialista, António Costa, Pedro Silva Pereira... Pedro Silva Pereira que, à chegada aqui a este encontro, reagiu à sondagem da RTP que dá uma vitória do Sim com 58% dos votos.

Vivo Pedro Silva Pereira, PS: *“É preciso perceber que uma sondagem não muda este estado de coisas, o que muda é o voto. E portanto uma sondagem não substitui este dever que todos temos no Domingo de participar neste referendo e de dar a nossa opinião quanto a saber se queremos que tudo continue na mesma ou que as coisas possam mudar. E nós aquilo que desejamos é que o Sim, um Sim responsável, possa triunfar no Domingo, para que as coisas possam mudar para melhor.”*

Vivo de jornalista: Neste momento discursa António Costa, a intervenção de José Sócrates será a seguir, já se sabe que, apesar de faltar ainda um dia de campanha, que

termina amanhã à meia-noite, esta vai ser a última intervenção do secretário-geral do Partido Socialista.

20H56 Referendo ao aborto

Pivot: em directo do Centro de Congressos, em Lisboa

20H00 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Campanha termina daqui a 4 horas Movimentos intensificam a campanha

Pivot: Boa noite. Está a chegar a hora da escolha. Termina à meia-noite a campanha para o referendo à despenalização do aborto. Partidos e movimentos cívicos mobilizaram-se com mais intensidade nos últimos dias para convencer os eleitores a votar Sim ou Não à pergunta.

Écran dividido ao meio: passeatas Sim e Não

Pivot: Os defensores do Sim argumentam que a vitória no referendo irá acabar com o aborto clandestino e a perseguição judicial às mulheres que praticam a interrupção de gravidez. Insistem que irá colcar a legislação portuguesa a par da que existe em grande parte dos países europeus. No campo do Não defende-se que o Não é a única resposta que permite defender os direitos do feto. Receiam que uma eventual vitória do Sim conduza à liberalização do aborto.

Écran dividido: dirigentes partidários

Pivot: No terreno partidário, PS, PCP e Bloco de Esquerda empenharam-se na campanha do Sim, o CDS foi o único partido a defender o Não, o PSD optou por não ter uma posição oficial, embora Marques Mendes tenha feito campanha pelo Não. A Internet foi um meio muito utilizado nesta campanha, gravaram-se imagens que foram colocadas no Youtube e os debates foram intensos nos blogues.

Imagem: Sondagens e resultados de 98

Pivot: Todas as sondagens realizadas nos últimos dias apontam paara a vitória do Sim, embora as projecções não sejam coincidentes quanto aos valores da abstenção. Esta é a segunda vez que os portugueses são confrontados com esta questão. Em 1998, 68% dos eleitores preferiram ficar em casa, o Não ganhou por uma escassa margem, obteve 50,07% dos votos.

Écran dividido: com pivot e jornalistas que vão fazer directos

Pivot: A esta hora os movimentos do Sim e do Não realizam as últimas acções de campanha. O Sim está em Lisboa, num jantar; o Não termina a campanha em Braga, numa marcha. Os movimentos pelo Sim, e é por aqui que começamos, estão reunidos na Estufa Fria, em Lisboa. O jantar é organizado pelos Médicos pela Escolha. Boa noite, quais são os argumentos mais invocados nestas últimas horas de campanha?

Legenda: Referendo ao aborto: Últimas acções de campanha Argumentos calam-se às 24 horas

Directo: São exactamente o direito à escolha, o direito à consciência individual, o fim à perseguição judicial das mulheres. Aqui na Estufa Fria, o Movimento Médicos pela Escolha reuniu mais de mil apoiantes. Muitas caras conhecidas que querem votar, que vão dizer Sim ao aborto no próximo Domingo. Os médicos pela escolha dizem que votar Sim é tornar o aborto raro, seguro e precoce. Um dos argumentos do Não que se tem ouvido nesta campanha é que os apoiantes do Sim apenas defendem a vida da mulher e não a do embrião, este é um dos principais argumentos do Não que se tem ouvido, mas os apoiantes do Sim refuta esta causação e dizem que são pela vida e contra o aborto, tal como aqueles que dizem que vão votar Não.

Vivo Ricardo Araújo Pereira, Apoiente do “Sim”: *“Eu vou votar Sim, porque acho que uma mulher que faz um aborto não é uma criminosa. E sobre isso, em primeiro lugar, acho que há um largo consenso na comunidade portuguesa em relação a esse assunto; e em 2º lugar acho que é isso que nos é perguntado. A pergunta é: “Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. E eu, uma vez que acredito que a mulher que faz um aborto não é criminosa, obviamente vou votar Sim, respondo que sim a essa pergunta. E não me parece que a pergunta seja mentirosa, como alguns partidários do Não dizem que é. Não me parece que seja uma pergunta mentirosa, porque não faria sentido, se nós achamos que a mulher não é uma criminosa, não faz sentido que o Estado a obrigue a continuar a portar-se como uma criminosa e por isso não faz sentido que despenalizemos a mulher mas só se ela continua a fazer o aborto clandestino. O que eu penso é que, se me perguntar se eu estou radiante por causa da legalização do aborto, é óbvio que não é uma questão que me deixe satisfeito, quer dizer, eu acho que o aborto é, de facto, uma má opção, é a pior, provavelmente.”*

Jornalista: Nas últimas 2 semanas os Médicos pela Escolha apresentaram alguns casos verídicos de mulheres que perderam a vida em abortos clandestinos, agora dizem que, se o Não vencer, esses maus exemplos vão repetir-se e repetir-se a fio.

20H04 Referendo ao aborto

Pivot: registando aqui a última intervenção na campanha dos movimentos pelo Sim. Já iremos em directo também aos movimentos do Não. A Plataforma Não Obrigada faz um balanço positivo da campanha, afirma que o Não foi esclarecedor nas acções de campanha, socorrendo-se de dados concretos, em especial aqueles que são avançados pela Ciência.

Legenda: Plataforma Não Obrigada Votar “Não”, no próximo domingo, “é uma garantia de que há vidas que se salvam”

Peça.Off: Desfilaram pelas ruas, organizaram palestras, socorreram-se da imagem de um feto e de ecografias. Cantaram pelo Não e repetiram os mesmos argumentos de 98.

Vivo de Isabel Galriça Neto, Plataforma Não Obrigada: *“O que está em causa neste referendo é a liberalização total do aborto até às 10 semanas, sem qualquer justificação,*

sem qualquer limite, sem qualquer condição. O aborto apenas porque não se quer ter o filho.”

Off: E porque essa não é uma razão válida, é preciso arripiar caminho contra a legislação que vigora na Europa, até porque a modernidade abraça outros valores.

Vivo de Isabel Galriça Neto, Plataforma Não Obrigada: *“Moderno é efectivamente garantir que não têm protecção, aqueles que são seres vivos da nossa espécie, garantir que eles possam viver. Eu atrever-me-ia a dizer que votar Sim é uma posição muito pouco ecológica.”*

Off: Caso o Não ganhe, e o governo opte por fazer valer a actual lei, escudando-se na cláusula da saúde psíquica, tal como acontece em Espanha, confiam na actuação dos médicos.

Vivo de Margarida Neto, Plataforma Não Obrigada: *“O Colégio de Psiquiatria já fez uma nota também há 2 anos, dizendo exactamente isso: que a psicóloga e as razões psíquicas não são um saco sem fundo onde cabem todas as razões para fazer um aborto.”*

Off: Estão optimistas, apesar do resultado das últimas sondagens. Esperam que a História se volte a repetir e que a actual desvantagem do Não se transforme em vitória.

20H06

Pivot: Os movimentos que defendem o Não no referendo terminam a campanha em Braga. Boa noite, qual é o argumento mais invocado nestas últimas horas de campanha?

Legenda: Referendo ao aborto: Últimas acções de campanha Argumentos calam-se às 24 horas

Directo: Boa noite. É o argumento da valorização da vida. Os defensores do Não dizem que votar Não no próximo domingo é a única forma de defender a vida humana, ajudar as mulheres e melhorar a lei. De resto, não estão preocupados com as sondagens publicadas hoje, que atribuem a vantagem ao Sim; estão preocupados, sim, com a abstenção e fazem um derradeiro apelo à participação massiva às urnas, porque dizem que todos os portugueses vão ganhar com isso. Questionarão muitos dos votantes neste final de campanha se o Não ganhar, o que é que acontece depois, se mantém-se tudo na mesma ou não, o aborto deixa de ser crime ou não. É sabido que houve duas deputadas socialistas, duas deputadas independentes, duas deputadas independentes pelo partido socialista, que propuseram a suspensão provisória dos julgamentos, uma proposta que teve o apoio de Marques Mendes e de Ribeiro e Castro, mas que José Sócrates rejeitou de imediato, dizendo que se o Não vencesse tudo ficaria na mesma. Ora Teresa Venda, uma das autoras dessa proposta, acredita que nada, independentemente do resultado deste referendo, será da mesma forma a partir daqui. Diz ela que, se o Não ganhar, haverá um consenso para uma interpretação adequada da aplicação do Código Penal.

Vivo de Teresa Venda, Apoiantes do Não: *“A partir deste referendo, nada se manterá como está. É evidente que, se o Não ganhar, o Código Penal não vai ser alterado, porque isso seria frustrar a decisão do eleitorado. Mas o que nós propomos e eu creio que está a gerar-se um consenso em termos de todos os movimentos que apoiam o Não, é que seja feita uma adequada alteração no Código de Processo Penal. Essa alteração no Código de Processo Penal tem a ver com uma diferente aplicação do Código Penal, e na desvalorização da aplicação da pena máxima de prisão e de investigação, e mais numa óptica construtiva de apoiar as mulheres, se por acaso caíram na óptica do aborto clandestino, têm com certeza, foi por causas que a sociedade tem que se comprometer a resolver. E portanto a nossa proposta é clara: é alterar de facto, o mecanismo do processo que leva à declaração de crime. Portanto, suspendendo o processo, o Código Penal não é alterado, mas a pena de prisão não será aplicada.”*

20H08 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Campanha termina às 24 horas Sócrates fez ontem último apelo ao “Sim”

Pivot: Os últimos argumentos, que serão apresentados até à meia noite, hora de encerramento da campanha para o “Sim” e para o “Não”. José Sócrates fez ontem a última intervenção, com avisos aos apoiantes do Sim para não se iludirem com os resultados das sondagens.

Peça: Off: José Sócrates reapareceu na recta final da campanha para um derradeiro apelo ao voto no Sim. Ao contrário do que aconteceu em 1998 com António Guterres, o actual secretário-geral do Partido Socialista está profundamente empenhado no referendo.

Vivo de José Sócrates, Secretário-Geral PS: *“O dever de um político é dizer o que pensa com frontalidade e com honestidade. Não é agir com cálculo, nem é agir para se proteger politicamente, nesta matéria, que é uma matéria importante para a sociedade portuguesa, o dever dos políticos é dizerem o que pensam, lutarem pelas suas convicções, e defenderem os seus pontos de vista, e é isto exactamente o que o Partido Socialista está a fazer.”*

Off: Sócrates entende que, no domingo, os portugueses vão poder escolher entre a modernidade do Sim e o conservadorismo do Não. Com ironia, criticou os defensores do Não que propõem a suspensão dos julgamentos para as mulheres que praticam aborto, mas que ao mesmo tempo insistem que deve continuar a ser crime.

Vivo de José Sócrates, Secretário-Geral PS: *“Vejo, quase todos os dias, muita gente a propor soluções criativas para que, afinal, tudo fique na mesma.”*

Off: E no dia em que novas sondagens dão como praticamente certa a vitória do Sim, Sócrates alertou para o perigo de os apoiantes da despenalização caírem num excesso de confiança.

Vivo JS: *“Não são sondagens que mudam a situação do país; a única coisa que muda é o voto dos portugueses. E até ao fim da campanha, nós não nos cansaremos de apelar aos portugueses para que votem no referendo.”*

Off: A campanha ainda dura até às 24 horas de hoje, mas esta já foi a última participação do secretário-geral do PS.

20H10 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: Ribeiro e Castro assistiu a uma ecografia de uma mulher grávida de 10 semanas.

Pivot: Ribeiro e Castro começou cedo o último dia de campanha. O líder do CDS-PP escolheu um consultório em Lisboa, para assistir a uma ecografia. O dirigente partidário não se mostra preocupado com as sondagens e diz que, no domingo, os portugueses vão saber escolher o valor da vida. Ribeiro e Castro assistiu a uma ecografia de uma mulher grávida precisamente de 10 semanas, a data limite que a pergunta do referendo coloca para a interrupção voluntária da gravidez. O presidente do CDS-PP, no final desta visita, considerou impossível ficar indiferente à experiência de ver um feto na barriga de uma mãe.

Vivo de Ribeiro e Castro, presidente do CDS-PP: *“É uma experiência muito tocante. É uma experiência muito comovente, porque é o primeiro contacto visual com a realidade do nosso filho. E portanto eu espero que os portugueses tenham consciência que do lado do Não á liberalização do aborto está a verdade e o conhecimento e a modernidade; do lado do Sim está bastante obscurantismo. E choca-me verdadeiramente que haja pessoas informadas, ilustradas, que querem esconder esta realidade.”*

20H12 ABORTO

Legenda: Referendo ao aborto: PCP avisa que a vitória do “Sim” nas sondagens pode beneficiar abstenção

Pivot: Jerónimo de Sousa diz que as sondagens que dão a vitória ao Sim por ua larga margem são um truque para beneficiar o Não, fazendo com que os eleitores não votem.

Imagens: almoço

Pivot: Num almoço no Seixal, Jerónimo de Sousa apelou ao voto no Sim e ao combate à abstenção. Para o secretário-geral do PCP, a proposta dos movimentos do “Não”, no sentido de o aborto ser crime sem prisão, mas prevendo, por exemplo, o trabalho comunitário, é uma proposta enganosa, que vai expor as mulheres.

Vivo Jerónimo de Sousa, secretário-geral PCP: *“Uma mulher ser exposta perante a opinião pública sóporque fez um aborto clandestino? De ir trabalhar para um sítio qualquer e perguntarem-lhe ‘O que é que estás aqui a fazer?’ ‘Olha, estou a cumprir uma pena!’ Ou então haver alguém que defina o projecto de pessoas concretas, de casais*

concretos... Tratada assim a mulher como algo... uma marginal, uma criminosa. É isto que esta proposta no essencial contém. Não, camaradas! A solução não é estas propostas tortuosas, enganosas. A solução é votar Sim na despenalização da interrupção voluntária da gravidez para que se acabe com o aborto clandestino.”

APÊNDICE B

Correio Eletrônico do Provedor do Telespectador - Mensagens de Janeiro e Fevereiro de 2007 que fazem referência a jornalistas

Correio Electrónico do Provedor do Telespectador

Mensagens de Janeiro e Fevereiro de 2007 que fazem referência a jornalistas

Entre Janeiro e Fevereiro de 2007, o Provedor do Telespectador recebeu 2655 mensagens electrónicas. Muitas delas não se referem à Informação, pelo que fiz uma selecção usando a palavra “jornalista”. Identifiquei assim, depois de apagadas algumas repetições, 165 mensagens electrónicas: dessas, 85 provinham de blogues, 180 de telespectadores individuais. Destas 180, apaguei três (3): uma repetida e duas sobre anomalias técnicas; não considerei, por não serem sobre jornalistas, mas de pessoas que se identificavam como jornalistas, catorze (14); ignorei igualmente quatro (4) que referiam jornalistas, mas fora do contexto televisivo.

Ficaram assim 159 mensagens electrónicas para analisar.

Apresentam-se em seguida as mensagens seleccionadas, por ordem de chegada, e identificadas de acordo com os dados fornecidos pelos autores em formulário próprio.

(1 de Janeiro de 2007. Homem, técnico especializado, Porto).....	5
(1 de Janeiro de 2007. Mulher, jornalista)	6
(1 de Janeiro de 2007. Homem, Administrativo, Aveiro)	6
(2 de Janeiro de 2007. Homem, Estudante, Lisboa).....	7
(3 de Janeiro de 2007. Homem, Jornalista, Canadá)	8
(4 de Janeiro de 2007. Homem, Jornalista, Porto)	9
(4 de Janeiro de 2007. Homem, Jornalista, Canadá)	10
(4 de Janeiro de 2007. Homem, Técnico Especializado, Coimbra)	10
(4 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	11
(4 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Lisboa)	12
(4 de Janeiro de 2007. Homem, Pequeno Proprietário, Lisboa).....	12
(5 de Janeiro de 2007. Mulher, Administrativa, Brasil).....	13
(5 de Janeiro de 2007. Homem, Quadro Superior, Porto).....	13
(5 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	14
(6 de Janeiro de 2007. Homem, Suíça)	15
(6 de Janeiro de 2007. Sem identificação)	15
(6 de Janeiro de 2007. Mulher, Madeira)	16
(7 de Janeiro de 2007. Homem, jornalista, Aveiro)	17
(7 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	17
(8 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo, Lisboa)	18
(8 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	18
(9 de Janeiro de 2007. Homem, Porto).....	19
(9 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)	19
(9 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	20
(9 de Janeiro de 2007. Homem)	21
(9 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Coimbra)	21
(10 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Braga).....	22
(10 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	22
(11 de Janeiro de 2007. Homem, Canadá)	23
(11 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	24
(12 de Janeiro de 2007. Homem, Braga).....	25
(13 de Janeiro de 2007. Mulher, Madeira)	26
(13 de Janeiro de 2007. Homem, Porto).....	26
(14 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo, Lisboa)	27
(14 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	27
(14 de Janeiro de 2007. Mulher, trabalhadora qualificada, Setúbal).....	28
(15 de Janeiro de 2007. Homem)	29
(15 de Janeiro de 2007. Homem)	29
(15 de Janeiro de 2007. Homem)	29
(15 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Coimbra)	30
(15 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Porto).....	30
(16 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	31
(16 de Janeiro de 2007. Homem, Porto).....	31
(16 de Janeiro de 2007. Homem, Faro)	32
(16 de Janeiro de 2007. Mulher, estudante, Évora).....	33
(17 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo, Faro).....	34
(17 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Leiria).....	34
(18 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Faro).....	35
(18 de Janeiro de 2007. Homem, quadro médio, Lisboa)	35
(19 de Janeiro de 2007. Homem, Viseu).....	36
(20 de Janeiro de 2007. Homem, Porto).....	37
(20 de Janeiro de 2007. Homem, Aveiro)	38
(21 de Janeiro de 2007. Mulher, administrativa, Vila Real)	39
(21 de Janeiro de 2007. Homem, pequeno empresário, Santarém)	39

(22 de Janeiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa).....	40
(22 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	41
(22 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro médio, Lisboa)	41
(22 de Janeiro de 2007. Homem, quadro médio, Porto).....	41
(22 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	42
(23 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Viseu)	43
(23 de Janeiro de 2007. Homem)	43
(23 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)	44
(23 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Vila Real)	44
(23 de Janeiro de 2007. Homem, técnico especializado)	45
(23 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	45
(23 de Janeiro de 2007. Homem, Setúbal)	45
(23 de Janeiro de 2007. Mulher, Lisboa)	46
(23 de Janeiro de 2007. Homem, pequeno proprietário, Lisboa)	46
(23 de Janeiro de 2007. Homem, Coimbra)	47
(24 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	48
(24 de Janeiro de 2007. Mulher, Porto).....	48
(24 de Janeiro de 2007. Homem, Coimbra)	49
(24 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Setúbal)	49
(24 de Janeiro de 2007. Homem, pequeno proprietário, Lisboa)	50
(24 de Janeiro de 2007. Homem, quadro médio, Lisboa)	50
(24 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Setúbal)	51
(26 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Setúbal)	51
(26 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)	51
(26 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Bélgica)	52
(26 de Janeiro de 2007. Homem, desempregado, Setúbal)	53
(26 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)	53
(27 de Janeiro de 2007. Mulher)	54
(27 de Janeiro de 2007. Homem, Porto).....	54
(28 de Janeiro de 2007. Homem, Funchal)	55
(29 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Porto).....	56
(30 de Janeiro de 2007. Homem, estudante)	57
(30 de Janeiro de 2007. Mulher, estudante, Lisboa)	57
(30 de Janeiro de 2007. Mulher, estudante, Lisboa)	57
(31 de Janeiro de 2007. Homem)	58
(31 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo)	61
(31 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Bragança)	61
(1 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa).....	62
(1 de Fevereiro de 2007. Homem, Viana).....	62
(1 de Fevereiro de 2007. Homem, Alemanha)	63
(1 de Fevereiro de 2007. Homem)	63
(2 de Fevereiro de 2007. Homem, Setúbal).....	64
(2 de Fevereiro de 2007. Mulher).....	64
(2 de Fevereiro de 2007. Homem, administrativo, Moçambique)	65
(4 de Fevereiro de 2007. Homem, Coimbra).....	66
(5 de Fevereiro de 2007. Mulher).....	67
(5 de Fevereiro de 2007. Mulher, estudante, Aveiro)	67
(5 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa).....	68
(5 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa).....	68
(5 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Bragança)	69
(6 de Fevereiro de 2007. Mulher, administrativa, Lisboa)	70
(6 de Fevereiro de 2007. Homem, administrativo, Brasil)	70
(7 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa).....	71
(7 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa).....	71
(7 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior)	72

(7 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa).....	72
(7 de Fevereiro de 2007. Homem)	73
(7 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa).....	73
(8 de Fevereiro de 2007. Homem, administrativo, Lisboa).....	74
(8 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa).....	74
(8 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Lisboa).....	75
(11 de Fevereiro de 2007. Homem)	76
(11 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto).....	76
(11 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa).....	77
(11 de Fevereiro de 2007. Mulher, Porto).....	77
(11 de Fevereiro de 2007. Homem, Coimbra).....	77
(11 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro médio, Évora).....	78
(11 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto).....	79
(11 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto).....	79
(12 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Lisboa).....	80
(12 de Fevereiro de 2007. Mulher, estudante, Lisboa).....	80
(12 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa).....	81
(12 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)	81
(12 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa).....	82
(12 de Fevereiro de 2007. Mulher, Lisboa).....	82
(13 de Fevereiro de 2007. Homem, Évora).....	82
(14 de Fevereiro de 2007. Mulher).....	83
(14 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa).....	83
(14 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto).....	85
(15 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Covilhã).....	86
(15 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Porto)	87
(15 de Fevereiro de 2007. Homem, Coimbra).....	87
(17 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Leiria)	88
(18 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto).....	89
(18 de Fevereiro de 2007. Homem)	89
(19 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa).....	90
(20 de Fevereiro de 2007. Sem identificação).....	91
(21 de Fevereiro de 2007. Grupo Amigos da TV)	92
(21 de Fevereiro de 2007. Homem, Suíça).....	94
(21 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa).....	94
(21 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto).....	94
(22 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa).....	96
(22 de Fevereiro de 2007. Mulher, trabalhadora qualificada, Setúbal)	96
(23 de Fevereiro de 2007. Homem, Setúbal).....	97
(23 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Braga)	98
(23 de Fevereiro de 2007. Estudante, Aveiro).....	98
(24 de Fevereiro de 2007. Homem, trabalhador qualificado, Braga).....	99
(25 de Fevereiro de 2007. Homem)	100
(26 de Fevereiro de 2007. Homem, Vila Real)	101
(27 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro médio, Lisboa).....	102
(27 de Fevereiro de 2007. Homem)	102
(27 de Fevereiro de 2007. Homem, Famíliação).....	103
(27 de Fevereiro de 2007. Homem, França).....	103
(28 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Porto).....	104
(28 de Fevereiro de 2007. Mulher, Porto).....	104

1. *Sou um telespectador que frequentemente vê televisão pública e o que veja na programação por vezes nada tem a ver com serviço público, a não ser o programa da jornalista Dina Aguiar.*

2. *Também, pretendia se possível ser esclarecido que sendo a RTP um serviço público, por que carga de água é que as seus funcionários não lhe é aplicadas a lei das incompatibilidades. Veja-se ex: Malato, Romero e outros.*

3. *Outra situação que nunca foi desmentido, penso eu, foi aquando do campeonato do mundo os jornalistas que fizeram a cobertura do mesmo foram brindados com mais 200 euros por dia que os jornalistas da SIC e TVI, porquê? não é dos impostos que a RTP sobrevive?.*

4. *Um tempo que eu gostaria que fosse comentado o porquê de os gerentes da rtp pagos a peso de ouro, salvo prova em contrário o que até agora não aconteceu, porque é que estão preocupados com as audiências, se a função da rtp na minha perspectiva é servir a população com conteúdos que nada tenham a ver com novelas, porque creio que a população já deve estar saturada.*

5. *Como zeloso pagador de impostos, gostaria de saber o motivo pelo qual a rtp e a rdp, são autenticos sorvedouros de dinheiros públicos. Veja-se no tempo em que havia futebol na rpt, o dinheiro dos impostos que era pago por um simples jogo de futebol.*

6. *Os meus cumprimentos ao sr. provedor, porque penso ser um espaço em que os portugueses podem e devem criticar ou sugerir novas ideias. A minha é a de que a RTP e a RDP, deve ser gerida como uma repartição pública em que os seus directores sejam responsabilizados pecuniariamente principalmente pela má gestão. Um interrogação, porque foram à SIC contratar o Alberto Carvalho e o Nuno Santos que pelas notícias vindas a pública a RTP não faz receitas com que lhes possam pagar tão alto vencimento?. Eles não têm culpa, a culpa tem quem contratou, sabendo podendo os mesmos ser bons profissionais a RTP não tem condições económicas que os manter no quadro.*

7. *Para finalizar, e voltando ao tema inicial não consigo compreender como a vários elementos da televisão pública não lhe é aplicada a lei das incompatibilidades. Um bem-haja.*

(1 de Janeiro de 2007. Homem, técnico especializado, Porto)

Foi com desagrado que li o artigo publicado no site da RTP-economia, no dia 1 de Janeiro de 2007, intitulado 'Eslovénia é o 13º país da zona Euro'. Em artigos com

importância social deve-se ter sempre o máximo de atenção, o que não aconteceu. Veja-se que a Dinamarca aparece nos países que aderiram ao Euro e nos países que permanecem fora da zona Euro. Deve-se substituir a Dinamarca pela Irlanda, quando se fala de países pertencentes à zona Euro. "Com dois milhões de habitantes, a Eslovénia vai juntar-se a Portugal, Alemanha, França, Itália, Espanha, Finlândia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Áustria e Grécia, aumentando para 316,6 milhões de habitantes a população coberta pela Zona Euro. (...) Três dos países da ex-UE a 15 - Reino Unido, Dinamarca e Suécia - permanecem fora do euro por vontade própria, embora cumpram todas as condições exigidas."

(1 de Janeiro de 2007. Mulher, jornalista)

Venho deste modo expôr o que pareceu ser uma situação incorrecta, senão mesmo ilegal. Hoje dia 01, no telejornal das 13h00, foi referida a notícia de uma bebé abandonada que teria sido recolhida num hospital do qual não me recordo o nome. Ora até aqui tudo certo em termos noticiosos, desde que e aqui é que fiquei chocado, não tivesse sido mostrado um grande plano da bebé em questão. Ora deixava à superior consideração de V^a. Exa. as seguintes questões:

- Quem autorizou a divulgação de um grande plano da bebé em questão?*
- Aonde fica o "direito à imagem"?*
- Pensaram os Senhores Jornalistas de que um dia, talvez, aquela criança não fique contente com esta situação?*

(1 de Janeiro de 2007. Homem, Administrativo, Aveiro)

Escrevo para lhe manifestar o meu desagrado com a edição de hoje do "Jornal da Tarde". Tal desagrado deve-se à inclusão de uma notícia na secção de desporto que me deixou atónito.

Reportou a RTP no seu "Jornal da Tarde" que William ex-jogador do Sport Lisboa e Benfica é agora treinador do Santiago de Compostela. Com esta notícia perderam-se aproximadamente 4 minutos de "Jornal da Tarde", facto só por si espantoso mas ainda mais se tivermos em conta que William é brasileiro(!), posteriormente naturalizado português mas apenas por razões burocráticas como tantos jogadores de futebol, e o Santiago de Compostela milita na 2ª Divisão B espanhola(!). Como espectador atento da RTP, não posso deixar de manifestar o meu desagrado com os critérios (ou falta deles...) editoriais da RTP. Este facto é ainda mais lamentável se tivermos em conta que a dita notícia apareceu no alinhamento do "Jornal da Tarde" antes de notícias como a última jornada da Liga Inglesa e a preparação do Lisboa-Dakar, prova de que todos os portugueses se deviam sentir orgulhosos mas que a RTP aparentemente tenta boicotar.

Penso que qualquer espectador da RTP com um mínimo de atenção concordará com as minhas críticas. No entanto, não tenho a mínima esperança de que elas surtam qualquer efeito. De facto, quem tenha visto a resposta do Director de Programas Nuno Santos no se programa compreenderá que a mentalidade aberta não é uma das qualidades da RTP neste momento. Mas o que mais se pode pedir a uma redacção em que a maioria dos jornalistas não tem qualquer cultura geral, quanto mais desportiva?

(2 de Janeiro de 2007. Homem, Estudante, Lisboa)

Sou Jornalista. Sou Moçambicano. E tal como o Sr. Provedor, também cheguei a Lisboa em 1976. Fui sub-chefe da Secção Desportiva do Notícias de Lourenço Marques, fui locutor desportivo do Rádio Clube de Moçambique, através das ainda hoje existentes Produções GOLO, fui locutor na Antena Um, em Lisboa, e depois emigrei para o Canadá, onde actualmente apresento um programa desportivo na Rádio, dois na TV e sou o Director do Jornal POST MILÉNIO, o qual pode ser visto na Net: www.omileniostadium.com Tenho a mania do perfeccionismo, e quando oiço calinadas em reportagens apresentadas pela RTP, não consigo dominar-me. E, tal como é muito hábito actualmente em Portugal... é assim: Durante a reportagem da São Silvestre de São Paulo, um tal Sr. João Paulo Almeida, que narrava o acontecimento, gfitou: HÁ OITENTA E UM ANO... Há oitenta e um... ANO???!!!

Agora sei porque oiço tantas pessoas cometerem o mesmo erro... é que, infelizmente, aquilo que se ouve na rádio e na televisão é "lei".

(3 de Janeiro de 2007. Homem, Jornalista, Canadá)

Sou jornalista do Jornal de Notícias, no Porto. Ontem (dia 2 de Janeiro de 2007), o JN publicou um trabalho de reportagem, realizado por mim, sob assunto a fraude de trabalhos académicos com base na Internet. Curiosamente, na edição de hoje (4 de Janeiro de 2007) do Jornal da Tarde, o jornalista da RTP Pedro Oliveira Pinto apresentou um trabalho de reportagem em que segue toda a linha do meu trabalho e apresenta fontes de informação idênticas às que usei. Tudo sem, uma única vez, identificar a fonte inspiradora do seu trabalho: o JN.

Repare, senhor provedor: não se trata de uma reportagem sobre um acontecimento do dia mas sim de um trabalho de reportagem que partiu de uma inspiração minha e que o referido repórter aproveita como sendo sua.

Não sei se a isto poderei chamar plágio, mas na realidade tratou-se do aproveitamento de uma ideia sem referir a fonte. Sobretudo, considero isto (permita-me dizer-lhe que é um procedimento recorrente da equipa que faz o Jornal da Tarde) uma falta de consideração e respeito entre colegas do mesmo ofício. No entanto, creio-me (eu e o JN) credor de um pedido de desculpas por parte da Direcção de Informação da RTP.

(4 de Janeiro de 2007. Homem, Jornalista, Porto)

Desta feita uma sugestão. A experiência como jornalista, há 30 anos residente no Canadá, dá-me certas certezas, que gostaria de partilhar convosco, uma vez que parecem estabelecer uma programação com base naquilo que acontece em Portugal, onde os portugueses têm diversas opções, o que não acontece no estrangeiro. A grande maioria dos mais de cinco milhões de portugueses espalhados por esse mundo fora, trabalha de sol a sol. Quando chega a casa, o que mais aprecia são as notícias desportivas, os programas desportivos.

Sabemos que são muitos os programas desportivos transmitidos em Portugal pelas diversas RTP's, os quais, infelizmente, não são inseridos na programação da RTP-Internacional, nossa única opção da RTP. Claro que o que acontece, é mudarmos para a SIC-Internacional, só que essa não é a solução ideal, uma vez que os programas desportivos da RTP... continuam sem ser vistos.

Para além disso, este próximo fim-de-semana estamos perante mais uma eliminatória da Taça de Portugal... Porque razão a RTP não proporciona, pelo menos os jogos do Benfica (no Sábado) e do FC Porto (no domingo) a tantos milhões de portugueses que aguardam ansiosamente as imagens desses desafios?

Não consigo terminar sem mais uma crítica... O Narrador do resumo do Jogo entre o Chelsea e o Aston Villa, logo no início do mesmo deu provas de ser um mau conhecedor da realidade futebolística, ao afirmar que o cruzamento para os pés de Drogba tinha sido feito pelo defesa direito do Chelsea, quando efectivamente foi feito por Essien, um médio... O primeiro defesa-deireito do Chelsea nesse jogo foi o português Paulo Ferreira, que depois, com a lesão de um dos defesas-centrais da equipa derivou para aquela posição, entrando Geremi para o lugar de defesa direito. Como é fácil constatar a fraca qualidade dos profissionais do desporto na RTP.

(4 de Janeiro de 2007. Homem, Jornalista, Canadá)

Não quero mencionar neste espaço a minha critica, sem antes referir que tenho grande admiração e estima pelo senhor e que fiquei contente com a sua escolha para provedor do telespectador. É com alguma admiração e estupefacção, que reparo que na RTP, alguns dos seus jornalistas desportivos ou escolhidos para o serem, não demonstrem isenção e imparcialidade nos seus comentários desportivos, tentando quase sempre desvalorizar os feitos do meu clube, instituição centenária e com grandes serviços prestados a Portugal, o Sporting Clube de Portugal. Tive a também oportunidade de efectuar uma estatística e cheguei à conclusão que a RTP 2, transmite em número muito menor os jogos das modalidades do meu clube, sendo o Sporting Clube de Portugal um dos clubes mais ecléticos neste país não posso aceitar que a RTP2 tenha este tipo de tratamento para com os milhões de Sportinguistas espalhados por Portugal e não só. Se fosse uma qualquer estação privada ainda poderia aceitar e compreender, agora uma estação pública já não posso concordar. O que pretendo é que seja dada o mesmo número de transmissões televisivas que é dada a outros clubes, com todo os respeito que me merecem esses clubes.

(4 de Janeiro de 2007. Homem, Técnico Especializado, Coimbra)

Venho por este meio, saudar V. Exas e toda a vossa vasta equipa da INFORMAÇÃO, em particular a autora da excelente reportagem passada ontem, 11/10/2006, no TELEJORNAL NACIONAL, cujo o titulo seria "JOVENS ALCOÓLICOS"... Gostaria de saber o nome da Sra. Jornalista que fez tão brilhante trabalho, bem como a forma de a contactar, acreditando que estou sendo abusivo, mas certo que compreenderão a razão deste desejo tão pessoal. Pertencço à Direcção de umas das mais antigas organizações não-governamentais, cuja sua missão é lutar contra o flagelo do ALCOOLISMO em Portugal, S.A.A.P Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa,

estando prestes a fazer 40 anos de existência e pertencendo ao grupo Internacional EUROCARE contando com pessoas tão brilhantes, como o Professor AIRES GAMEIRO.

Um pouco de nós: A S.A.A.P. (organização não governamental de prevenção dos problemas do álcool e apoio aos alcoólicos em recuperação) é uma instituição particular de solidariedade social em actividade desde 13 de fevereiro de 1967. Localizada em Lisboa, fazem parte da sua estrutura humana, pessoal técnico, alcoólicos recuperados ou em recuperação e pessoas que não sofrendo do problema se encontram de alguma forma por ele sensibilizados. O objectivo da sua criação foi contribuir para o combate ao alcoolismo, não combatendo, no entanto, o uso moderado de bebidas alcoólicas. Neste sentido as suas actividades enquadram-se nos vários níveis de prevenção, desde a primária à terciária. Solicito a vossa preciosa ajuda, no sentido de comunicar com a Exma. Senhora Jornalista que eu lamentavelmente, não me recordo do nome, para trocar umas breves palavras, pela via que decidirem...

(4 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Venho por este meio demonstrar a minha tristeza com a notícia que li acerca da transmissão das corridas de Fórmula 1. A RTP vai deixar de transmitir as corridas, as quais via à mais de 20 anos, e perdeu-as para uns senhores que querem gerar dinheiro com algo que os portugueses sempre se habituaram a ver aos domingos.

Simplesmente não acho justo!

Os programas relacionados com automobilismo têm vindo a desaparecer, posso referir como exemplo o programa Máquinas que era de grande qualidade e esforçavam-se por isso. Nada que se compare a certos programas de outras estações que são nada mais que pseudo-imitações do Top-Gear da BBC. Baixa qualidade de informação, jornalistas nem 5% qualificados para o efeito (testar automóveis, etc., excepto o antigo apresentador no Máquinas), parece um programa feito à pressa. Em suma, é mesmo péssimo (o mesmo se aplica à revista com o mesmo nome).

Não sei se a RTP tem disponibilidade para preencher essa lacuna mas seria um valor positivo, sem dúvida.

Creio que após a perda das transmissões da Fórmula 1 os telespectadores irão ficar quase privados do mundo automóvel em português, restando apenas a informação oferecida pela sport-tv, explorando a carteira dos portugueses, ou a RTP N(que fica aquém das expectativas nessa área). Deixo então a minha crítica/sugestão, sei que há problemas mais graves em Portugal e no Mundo que merecem ser tratados mas a vida

não pode ser só feita de tragédias, há que saber se distrair e encarar a vida de outra maneira.

(4 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Lisboa)

Estou pela 1ª vez a recorrer a este meio de comunicação para criticar uma intervenção de um Jornalista no programa de dia 4 de Janeiro pelas 23h15 na RTPNorte, um Sr. "Camilo" que veio comentar o processo de transferência do J.Pinto p/ o Sporting.

Apenas gostaria de dizer que afinal não só os Resp.Desportivos, os Politicos, a Justiça e outras figuras importantes e com responsabilidades neste pequeno País que cometem "Adultério Social e Económico". A imagem dos Jornalistas na pessoa do Sr. "Camilo" infelizmente também, uma vez que este individuo apenas baseou a S/intervenção num ataque rasgado ao Sporting, fundamentando a S/teoria numa parceria com o J.V.Pinto para a fuga ao Fisco. E o Sr. Veiga? A final não são os Empresários os que mais beneficiam com a transação de Carne Humana? Gostaria apenas de finalizar dizendo que realmente os "Pardais" vão sempre a mando dos que lhe dão o "Pão". E a Saga continua "O que é verdade hoje, pode ser mentira amanhã" E Eu que nem sou do Sporting?

(4 de Janeiro de 2007. Homem, Pequeno Proprietário, Lisboa)

Estou visitando essa página pela primeira vez. Sou neta de portugueses. Aprecio imenso esse País. Estive aí por duas vezes e consegui em viagem de carro ver como houve grande progresso. Vejo todos os noticiários da emissora e acho de alto nível, bem como os programas de contacto com as comunidades, porém quero sugerir que no programa Praça da Alegria a apresentadora dance um pouco menos e o regente do conjunto de música fique um pouco mais calmo, às vezes fica uma desordem, inclusive já vi o Helder tentar colocar ordem. As aparições da "Picolé" acho adequadas. Penso que estou mais acostumada com os programas mas pasteurizados do Brasil eles não são muito ao vivo. São mais editados. No mais gosto de tudo. A Alma e a Gente, Atlantida e os Programas de entrevistas são ótimos. Carlos Daniel também é jornalista brilhante. Felicidades a todos dessa emissora e obrigado por nos deixar mais perto de nossas origens.

(5 de Janeiro de 2007. Mulher, Administrativa, Brasil)

Sou casado, tenho dois filhos, não sou filiado em qualquer partido e profissionalmente sou quadro superior de uma multinacional! Estou habituado no exercicio da minha actividade a trabalhar com rigor e profissionalismo e enquanto educador a procurar desenvolver forte sentido de ética nos meus filho, e por isto vos escrevo:

Venho apresentar o meu desagrado e protesto pela forma pouco ética e nada profissional como a jornalista Judite de Sousa, conduziu a entrevista ao Sr. Presidente, Dr. Jorge Sampaio, na noite de hoje! A jornalista despendeu 38 dos 43 minutos da entrevista, a questionar o Sr. Presidente sobre episódios de folhetim novelesco, ou do foro privado enquanto este foi Presidente, fazendo um papel semelhante a de um pseudo jornalista de um pasquim qualquer, negligenciando todo o trabalho que está a ser desenvolvido nas áreas sociais e humanitária pelo Sr. Presidente! Revoltante foi também a entrevista feita ao Dr. Rui Rio, num registo absolutamente inaceitável, utilizando critérios corporativos (de defesa de uma pseudo liberdade jornalística) não tendo conseguido disfarçar uma atitude hostilizadora, num tom agressivo e revelando uma má educação absolutamente inaceitáveis a uma jornalista de um canal público. Poderia desenvolver teorias conspiratórias relacionadas com outros interesses, mas é um caminho que não posso desenvolver porque não detenho informação suficiente para me poder pronunciar. Realço que nos dias subsequentes á entrevista, foi unanime a reacção negativa da "vox populi" á forma como a mesma foi conduzida.

(5 de Janeiro de 2007. Homem, Quadro Superior, Porto)

segundo li no jornal correio da manhã do dia 05/01/2007, a rtp irá dar em directo os jogos do benfica do torneio do dubai. não estando em causa os referidos jogos, a minhas questões são: porque é que jogos como os da taça de portugal (ex: união da madeira - sporting do passado dia 21/12/2006), não são transmitidos em directo? será que têm mais interesse jogos particulares, ou jogos da taça de portugal? ou será um faccionismo e um protecionismo ao clube do estado? já basta da parcialidade da maioria dos jornalista no dia-a-dia ao todo poderoso glorioso e ainda temos que levar com mais esta afronta.

(5 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Como é possível ouvir notícias como as relatadas pelo jornalista no terreno que afirma, tudo aconteceu por causa do nevoeiro. O Sr. por favor o pode lembrar que , na base do problema está que, temos que adaptar a nossa velocidade às condições da estrada e do tempo. Faça que lapsos destes sejam menos frequentes na voz para o público, por que no final há milhões de pessoas a escutar estes espécies de comentários. Sr.es jornalistas da R.T.P. melhorem os comentários da informação.

(6 de Janeiro de 2007. Homem, Suíça)

É lugar comum em todas as notícias, referir a chuva como mau tempo. Quanto a mim nada de mais errado. Penso que pode ser didático o jornalista falar e informar por exemplo, que chover no Inverno é bom tempo ou normal para a época. Se está a fazer calor no Inverno com temperaturas acima da média, aqui sim é preciso informar que estamos perante um mau tempo. O mesmo acontece se chover no verão, aqui também pode ser mau tempo. Resumindo cada coisa a seu tempo e no seu lugar. É que as couves e batatas não nascem na praia.

(6 de Janeiro de 2007. Sem identificação)

A 20 de Dezembro apresentei publicamente um livro, na Livraria Bertrand, situada no Forum Madeira. No passado dia 28 de Dezembro fui entrevistada para o programa culturalmente da RTP Madeira. A gravação ocorreu na Livraria Bertrand, situada no Forum Madeira. Foi-me dito pela jornalista e entrevistadora Alexandra Costa que a gravação seria emitida na semana seguinte, que hoje finda. O programa Culturalmente é emitido parcialmente todos os dias da semana, e emitido na totalidade no sábado à noite de cada semana, com repetição no domingo, à hora do almoço.

Acontece que durante esta semana a presumível peça nunca foi para o ar, e no programa de hoje, dia 6 de Janeiro, a apresentadora anunciou, logo no início do programa os temas a tratar. Citou dois livros: um de Zina Abreu, intitulado "Intimidades" (o livro da agora reclamante) e outro de outro personagem. Contudo, o programa chegou ao fim sem qualquer outra referência à autora ou ao livro. Findo o programa a jornalista anunciou os temas revistos, nomeadamente livros, sem especificar quais. Considero esta atitude no mínimo estranha e, por isso, apelo ao Sr. Provedor o favor de averiguar sobre o assunto. Considero que o direito à informação e à divulgação de um novo bem cultural foi sonogado, contrariando todas as expectativas que a RTP me criou. Afinal, foi a jornalista Alexandra Costa que me telefonou e marcou

a data da entrevista e o local, assim como confirmou o encontro 20 minutos antes do mesmo se realizar.

(6 de Janeiro de 2007. Mulher, Madeira)

Na qualidade de praticante e apaixonado pelos quads (vulgarmente conhecidos por moto 4) entristece-me o facto de nas reportagens sobre o "nosso" dakar apenas realçarem as notícias relativas aos carros e motos 2 rodas...e camioes

temos 2 representantes nacionais na classe dos quads...que penso merecerem o apoio maior do canal publico nacional ate como incentivo para os mesmos...

(7 de Janeiro de 2007. Homem, jornalista, Aveiro)

Durante a transmissao em directo da primeira etapa do rally Lisboa Dakar no dia 6 de Janeiro de 2007, foi anunciado pelo jornalista que realizava os comentários que havia uma noticia de última hora sobre um avião da Lufthansa que aterrou em Lisboa com problemas no trem de aterragem. Este anuncio foi repetido, tendo o referido jornalista anunciado mesmo que esta, seria a noticia de abertura do Jornal da Tarde. Pois assim nao aconteceu. Nem uma referencia à referida noticia nem um comentário sobre a alegada avaria nem uma justificação do porquê se anunciar uma noticia que desaparece do alinhamento. Nesse dia em nenhum serviço noticioso da RTP houve qualquer referencia à misteriosa avaria. Gostaria pois de saber o que se passou e se este procedimento é correcto para com os telespectadores.

(7 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Lamento imenso a decisão da RTP em privar aqueles que gostam do desporto motorizado de uma informação capaz. Esta informação apenas pode ser vista pela classe rica de Portugal que tem acesso a um pacote da TV Cabo, pacote este que nem sequer é o mais acessível... Assim se presta serviço público (lema da RTP). Até os próprios comentadores da RTP falaram em directo na importância dos patrocínios no desporto motorizado, na verdade quase não existe porque os media não lhe prestam a devida atenção. Numa prova da importância que tem (o maior rali do mundo) apenas tem direito a uns míseros 50 segundos no telejornal. Quanto custa aos contribuintes o enviado da RTP, sei que é um bom jornalista e não tem culpa da direcção da RTP apenas informar através da RTPN e desprezar todos os outros interessados.

PARABÉNS 50 ANOS = 50 SEGUNDOS? Pode ser que para o próximo ano seja diferente. Há é verdade, a reportagem de um jogo de futebol que não contava para nada foi 3 vezes maior, aqui também existe equilíbrio informativo, mas nesse campo não quero entrar, pois quero acreditar que não existe nenhuma forma implícita de forçar as pessoas a adirem a um dos serviços com qualidade mais baixa em Portugal (TV CABO), para isto basta questionar quais as 10 entidades com mais queixas na DECO. (Telejornal de 08.01.2007)

(8 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo, Lisboa)

Mais uma vez, e apesar das criticas anteriores vindas dos mais variados quadrantes, enviaram ao Rali Lisboa-Dakar um jornalista?, que só la vai passear e conversar com o Carlos Sousa e pouco mais. E os outros portugueses? São de segunda?È triste que para sabermos alguma informação acerca dos outros concorrentes portugueses temos que ver um canal estrangeiro (Eurosport),esse sim dá informação de todos os portugueses.Não é preciso entrevistarem todos ou falarem com todos,bastava que dessem a informação da classificação e se ainda estao em prova. Espero sinceramente que para o proximo ano arranjem um jornalista a serio,que se preocupe em informar e nao um mero turista que ainda por cima viaja á conta do povo portugueses.

(8 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Lamento que quando estou a trabalhar, durante a noite , verifico que o jornalista que apresenta, o programa « bom dia portugal» aquando da leitura das noticias dos jornais do dia, ele nos do desporto, so leia as noticias dos clubes de lisboa, foi o que aconteceu no dia 09-01- 2007. obrigado, e espero que alguem diga a esses srs. que o prto tambem paga impostos.

(9 de Janeiro de 2007. Homem, Porto)

Estava mesmo agora a ver no Bom Dia Portugal de hoje, 3ª. feira 9/1/2007, uma reportagem sobre a greve no metro de Lisboa e chocou-me, francamente, como a jornalista destacada para cobrir o acontecimento, falava com os entrevistados sobre o tema exposto. Era agressiva, tinha uma voz pouco melodiosa, esganiçada até, enfim quase gritava nos seus comentários e as pessoas, aborrecidas como já deveriam estar sobre a perda de tempo que a greve lhes provocava, não sabiam como responder ou se o faziam era na forma mais circunstancial possível. Não seria possível na sua formação inicial, darem conselhos sobre a forma e tonalidade a aplicar nas entrevistas ou comentários? Assim, francamente, acho que é muito desagradável assistir a qualquer reportagem. Poder-me-á dizer que é a forma desta senhora actuar e agir, mas não é nada agradável. E depois os jornalistas, homens ou mulheres, não têm o mínimo respeito pelo entrevistado, seja ele qual fôr, governante ou pessoa comum e em que situação estiver. Será esta a nova fórmula de fazer jornalismo? Não me parece a melhor e mais adequada, Senhor Provedor. Não sei porém se este meu reparo é condizente com o estatuto do Senhor Provedor, mas é o meu pensamento e por isso fiz e farei sempre o meu reparo.

(9 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)

Critico a RTP por:

- Repetir programas à hora normal de transmissão dos mesmos, como é o caso, por exemplo, do Preço Certo, a ponto de chegar a transmitir em dois dias seguidos exactamente a mesma coisa. Em cima da hora, chamei à atenção, no pressuposto de que fosse um lapso, mas a emissão continuou sem uma palavra.

- Meter publicidade sem esperar um qualquer intervalo ou hiato, chegando a cortar o discurso sem deixar ao menos a pessoa ou personagem terminar a palavra que está a proferir;

- Massacrar os telespectadores com publicidade à nova novela *Paixões Proibidas*, a ponto de tirar o interesse no que se vai passar, uma vez que antecipou o enredo através de entrevistas. Pessoalmente poupou-me tempo, porque já não tenho interesse em vê-la. Perdoe-se-me o termo: não há pachorra!

- Não haver quem corrija o jornalista José Rodrigues dos Santos no sentido de deixar de se despedir, no fim do *Telejornal*, com um sorriso brejeiro e um piscar de olho, o que me parece muito feio e sem qualquer sentido.

(9 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Hoje venho apresentar a minha crítica relativa às constantes falhas técnicas do Telejornal da RTP.

Em primeiro lugar, são constantes as vezes em que determinadas peças não podem ser lançadas no ar devido a problemas técnicos.

Em segundo lugar, são também regulares os erros de português nos oráculos e nos rodapés. Sendo o Telejornal um espaço privilegiado de informação e de divulgação da língua portuguesa, através da RTP Internacional, e inserido num canal de Serviço Público, não é compreensível que tal aconteça.

Em terceiro lugar, os oráculos de informação são utilizados de forma, muitas vezes, abusiva, fazendo com que a imagem seja cortada. Isto faz com que o terço inferior da imagem nunca seja visível. Em imagens de guerra, em filmagens de vídeo amador ou em lances de um jogo de futebol que, por vezes, têm elementos essenciais no terço inferior da imagem, são cortadas devido à colocação desses oráculos. Assim como, em muitas situações as legendas são sempre tapadas por estes oráculos, pelo que se perde muita da informação que é dita por determinado interveniente que fala numa língua estrangeira. Neste ponto devo ainda referir que será sempre preferível as legendas à dobragem, tal como acontece no cinema e nos filmes e séries emitidos na televisão. Ainda na questão dos oráculos, os elementos relativos à ficha técnica de cada peça, como o nome do jornalista, do repórter de imagem e do editor de imagem, deveriam surgir no final da peça, e não no início, pois, sendo o início de cada peça o mais essencial, tendo em conta o conceito de pirâmide invertida do jornalismo, os telespectadores deveriam estar mais concentrados no conteúdo da reportagem do que quem elaborou a mesma.

Em quarto lugar, devo lembrar o erro técnico aquando do anúncio da marcação do referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez pelo Presidente da República, no qual eram emitidas conversas entre os técnicos da RTP por cima da voz do Presidente,

bem como o erro técnico do passado dia 8 de Janeiro, no qual, na emissão para Portugal e a meio de uma peça, passou-se, de forma abrupta, para a publicidade.

(9 de Janeiro de 2007. Homem)

Sr Provedor Preste dois serviços a RTP e aos seus tele-espectadores !

1- Recomende à produção que termine com esse programa (????) que vai para o ar todos os dias após o Tele Jornal as 20H00.

2 - Recomende que, por exemplo, programas como o da Jornalista Fátima Campos Ferreira sejam transmitidos a horas próprias para pessoas que têm de trabalhar no dia seguinte.

(9 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Coimbra)

A razão pela qual vos escrevo deve-se ao facto de repetidas vezes nos vossos boletins de informação surgirem informações erradas sobre a Selecção francesa de futebol e os seus jogadores, nomeadamente sobre as origens destes e sobre alegados processos de naturalização. O exemplo francês surge constantemente sempre que se fala de naturalizações de jogadores estrangeiros susceptíveis de vestirem a camisola de Portugal. Acontece que a Federação francesa de futebol nunca procedeu a nenhuma naturalização para um qualquer jogador jogar pelos "bleus", excepção feita a Rio Mavuba que nasceu num "Boat people" entre Angola e França e acedeu à nacionalidade francesa em 2005. Se tivermos em consideração o exemplo que nos foi fornecido no Jornal da Tarde do dia 10 de Janeiro 2007 na reportagem transmitida por volta das 13h45 em que se pôde ver imagens do Euro 2000, pode dizer-se que apenas dois jogadores nasceram fora do território francês (Marcel Desailly e Patrick Vieira), e não a maioria como deixa entender a reportagem. (Posso enviar por e-mail os dados de todos os jogadores, para confirmarem!) Ser oriundo de terras nacionais ainda que longínquas não significa ser nem estrangeiro, nem naturalizado, nem que a cor de pele ou a religião seja diferente da metrópole! Pois a pensar assim, teríamos de considerar o Pauleta e o Cristiano Ronaldo como "estrangeiros" e todos aqueles mestiços como o costinha, Miguel, Jorge Andrade ou Boa Morte, seriam vistos como "naturalizados"! As ideias feitas de alguns jornalistas do facto que inúmeros jogadores franceses foram naturalizados decorrem de preconceito e de falta de conhecimentos culturais e futebolísticos, já para não falar do pouco trabalho de investigação a nível jornalístico.

Lamento que assim seja desde à alguns anos para cá e que infelizmente conduz uma imagem distorcida da realidade e conseqüente formação de opinião dos telespectadores.

(10 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Braga)

Gostaria de manifestar o meu desagrado com as reportagens do Dakar na RTPN, pois o jornalista apenas fala de Carlos Sousa e ocasionalmente de Miguel Barbosa. Nas motas falam apenas de Helder Rodrigues e agora nem falam do Ruben Faria. Não entendo porque não falam do Rodrigo Amaral que está a fazer uma prova fantástica apesar do equipamento que dispõe. Todos os dias ganha posições e nunca perdeu nenhuma. Não entendo o critério utilizado. Será que só se fala de quem vai a frente, e apenas quando está na frente?? Se é não concordo. Acho que este piloto merecia uma palavra de força e ser também entrevistado nas reportagens do Dakar.

(10 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Gostaria de manifestar a minha indignação pelo facto de alguns jornalistas de RTP mostrarem falta de respeito pela instituição SPORT LISBOA E BENFICA! Hoje, dia 10 de janeiro no jornal da meia noite deram maior destaque ao Chelsea do que a vitória do Benfica no torneio internacional no Dubai, prestigiando o nome de Portugal!

E incomparável a importância da conquista de um troféu a nível internacional, defendendo o nome do futebol Português e Portugal, com a notícia de um empate do Chelsea para a Taça de Inglaterra! Outro aspecto que gostaria de salientar é o facto de inúmeras vezes se referirem ao clube como de "os encarnados" enquanto ao adversário os tratam pelo seu nome! Compreendo que nem todos são do mesmo clube, mas acho falta de respeito e de profissionalismo por parte do clubismo na hora de fazer uma reportagem, comentando com dualidade de critérios e falta de respeito. Aqui fica a minha mensagem, na esperança que sirva para melhorar a qualidade na medida do possível o trabalho dos funcionários da RTP, que sendo uma estação pública deve ser imparcial e respeitadora.

(11 de Janeiro de 2007. Homem, Canadá)

Começo talvez por explicar que sou um espectador muito pouco assíduo de televisão e por isso assumo que o meu presente comentário pode ter a sua origem neste facto. Pela mesma razão esta é a primeira vez que me dirijo a si. O que motiva a minha mensagem foi a cobertura dada ontem em vários telejornais à iniciativa do Director Geral de Contribuições e Impostos em convidar todos os funcionários da DGCI para uma missa de acção de graças. Entenda-se desde já que não sou católico e que esse não é o ponto fundamental neste texto: a liberdade religiosa é um direito normal, consagrado na constituição, e não é meu propósito de forma nenhuma por em causa o que o Director Geral de Contribuições e Impostos entenda fazer nesse campo. Estou seguro, aliás, que ele deu total liberdade aos seus funcionários para participar ou não no evento. Mas, sinceramente, ver um facto trivial como uma missa de acção de graças ter uma cobertura total e extensa pela televisão pública, inclusive no principal telejornal das 20:00, parece-me totalmente grotesco. Tera a RTP a intenção de agir do mesmo modo sempre que qualquer director de empresa decidir enveredar por uma iniciativa semelhante? A menos que o Director Geral de Contribuições e Impostos tenha pago o serviço religioso (de forma ilegal) com o dinheiro dos contribuintes. Mas se assim fosse (não creio que seja o caso, nem creio que o Estado tenha ficado significativamente mais pobre com essa despesa, se a houve...) o papel do jornalista devia ter incidido sobre isso, não sobre o

acto em si. Quanto as perguntas feitas pelos jornalistas nessa reportagem, nem quero falar para nao ofender ninguem. Todo o ambito e teor da peca esta, na minha modesta opiniao, no que de pior se encontra na comunicacao social portuguesa e creio que tanto a direccao de informacao da RTP, como os proprios jornalistas intervenientes, deviam ser alertados para essa realidade.

(11 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Cá estou de novo. 13H00: Abertura do noticiário. Aborto... A seguir: naufrágio... a seguir Índia... são 13H25. Sobre a bebedeira do Luisão... nem uma vírgula. 13H40. Nada sobre a bebedeira do jogador do BENFICA. Alto... 13H41 aí está a notícia. Se fosse do Sporting era abertura de noticiário. O sr. Luis Marinho continua a defender o seu clube e a prejudicar o Sporting. Já acabou a notícia... Já mudaram para o Sporting... E como de costume, fala a seguir alguém do adversário do Sporting. Sobre os adversários do FC Porto e dos «vermelhos» não têm direito a falar. Só os adversários do Sporting. Hoje é o Silas... Ontem foi Jorge Jesus. Agora está a dar do FC Porto... Vou esperar para ouvir alguém do D. Aves. CURIOSO: Hoje, sobre os «vermelhos» não há notícias. Muito curioso. MAIS UMA DESCRIMINAÇÃO NEGATIVA EM RELAÇÃO AO SPORTING E JÁ COMEÇOU O BRANQUEAMENTO DO CASO «LUISÃO». TENHAM VERGONHA... NÃO PODEM SER CONSIDERADOS JORNALISTAS INDEPENDENTES...

(12 de Janeiro de 2007. Homem, Braga)

Venho, uma vez mais, dirigir-me a V^a Ex^a, desta vez para dizer que fica sem efeito a minha reclamação, efectuada no passado dia seis de Janeiro, e da qual se dá conta abaixo. Efectivamente, depois de uma situação algo estranha que impediu a reprodução da peça em causa, a mesma acabaria por ser emitida ontem à noite.

(13 de Janeiro de 2007. Mulher, Madeira)

Gostaria de sugerir a V.Ex^a, que diligenciasse junto dos getores da RTD e RDP, que os programas fossem apresentados por pessoal dos quadros da rtp e rdp e não por "araquedistas". Nunca soube o porquê do romero não ter sido obrigada a abandonar a rtp aquando dos malabarismos com o cristina ronaldos? O Sr. acho bem que um TV pública tenha apresentadores nessas condições? se fosse um funcionário publico de uma repartição já tinha um processo disciplinar às costas. O "Povo" é que lhes parga para eles esbanjarem o dinheiro dos portugueses. Há crise no país. Só gostaria de perguntar ao Sr. Provedor porque há abundância na RTP e RDP. Que expliquem aos portugueses.Sei que isto é chover no molhado, mas pelo menos pago para a RTP e RDP, mas tenham direito à critica, embora a mesmo tenho a certeza que nem vão ligar à mesma qualquer importância. Os gerentes que expliquem aos portugueses como podem o pagar vencimentos muito superiores aos do sector privado. enquanto os gerentes não se justificarem não vou parar de escrever. Veja-se o tipo de reportagem do acidente com a cobertura do acidente da embarcação de pesca "LUZ DO SAMEIRO". A do sector privada, utilizou e disponibilizou muitas mais horas de emissão, porquê?. Voltando ao futebol ainda não vi em nenhum órgão de C.S. o desmentido de que os jornalistas da RTP, aquando do mundial da Alemanha, tinham um suplemento superior aos dos privados em cerca de duzentos euros, porquê?, é o povo que paga. poque não há respeito pelos interesses dos Estado que são os de todos nós.

(13 de Janeiro de 2007. Homem, Porto)

É absolutamente indecente como, repetidamente, nos telejornais dessa estação os "jornalistas" referem os grupos "contra" e "a favor" do aborto nesta questão do referendo que se aproxima. Que eu saiba toda a gente é contra o aborto. O que se discute é a DESPENALIZAÇÃO e nunca ser contra ou a favor do aborto. Para além do tempo de antena dado a uns e outros que me parece beneficiar sempre o lado do "não" muito gostaria que tomasse alguma medida para que este tipo de linguagem não fosse utilizado na nossa TV pública.

(14 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo, Lisboa)

O motivo do meu contacto deve-se ao facto de ter ficado perplexo ao assistir ao programa As Escolhas de Marcelo de dia 14 de Janeiro de 2007. A jornalista encontrava-se em Goa na comitiva do Presidente da Republica e o Dr. Marcelo em estúdio em Lisboa. Acho lamentável que a televisão pública tenha tamanha falta de rigor financeiro, usando tempo de satélite para ter a jornalista no ar durante a duração do programa. A jornalista em questão era de importância fulcral para a realização do programa? Não haveria na casa, jornalistas a altura para a substituição da mesma?

Num país onde se atravessa dificuldades e se pede sacrifícios aos contribuintes, não me parece que adequado que se esbanje dinheiro nestes pequenos detalhe... Convém lembrar que todos nós contribuímos para que a RTP esteja em nossas casas com serviço público de qualidade.

(14 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Parece existir uma campanha diária pelo Não do Padre Borga nas manhãs da RTP1 e campanha igualmente diária da ICAR nas tardes da RTP2.

No Jornal da Tarde de 5ª feira houve apenas espaço para o Não, uma conferência de uma qualquer sotaina em campanha por Vale de Cambra valeu uma notícia, no Sim nada lhes importou. Na 6ª feira as coisas foram mais equitativas no tempo, ou talvez não. Depois de uma entrevista a uma jovem que já abortou em condições de clandestinidade seguiu-se a de uma mãe adolescente a quem "nunca passou pela cabeça abortar". Ora se nunca lhe passou pela cabeça abortar que raio de interesse poderá ter a sua estória em relação ao que se discute agora? Afinal nada de diferente se teria passado em relação ao seu caso particular, fosse legal ou ilegal abortar. Finalmente hoje, mais uma homilia de

Fátima, entrevistas de rua aos crentes, e pelo Sim? Apenas o anúncio que Jorge Coelho ia lançar a campanha do PS.

Mas fosse só este claro favorecimento de tempo de antena ao Não. O favorecimento ao Não na RTP é a todos os níveis, e começa logo na apresentação do tema: "referendo ao aborto". Mas referendo ao aborto de quem? Da ética jornalista no serviço público? Parece-me abortada há muito. Aborto da RTP? Aborte-se então. , "referendo ao aborto" não pode ser tolerado como um resumo de "referendo à despenalização da IVG". Não é a mesma coisa. Dizer "referendo ao aborto" é entrar na lógica do Não. Não é jornalismo, é distorção e manipulação. Tal como falar em "movimentos contra e a favor do aborto", já perdi a conta às vezes que ouvi isto na RTP! E como se não bastasse usam um feto de não sei quantos meses como grafismo para o tema, ao invés de um isentíssimo boletim de voto ou martelo da justiça, ou seja, aquilo que afinal se discute. Televisão pública??!

(14 de Janeiro de 2007. Mulher, trabalhadora qualificada, Setúbal)

Aconselho o exmo sr provedor da rtp a ver o ultimo programa de "o maior portugues de sempre. a jornalista Maria Elisa foi de uma ma formacao impressionante ao utilizar " lisboa ja deve estar a arder" ao referir se à nomeação do senhor pinto da costa para a 17 posição... serviço publico? infelizmente nao...maria elisa para a rua ! ja!

(15 de Janeiro de 2007. Homem)

Venho mostrar a minha indicação pelo comentário feito pela Sra Maria Elisa no programa dos maiores Portugueses em que esta senhora manifesta o seu regozijo e afirma que Lisboa estar a arder pelo facto que uma pessoa do Porto, Pinto da Costa, estar perto de estar no Top 10. O Sr Pinto da Costa uma vez cantou que só queria Lisboa a arder, e acho que todas as pessoas de bom senso, independentemente da sua origem geográfica, condenaram tal informação. O facto que uma jornalista respeitada venha passados tantos anos fazer esse mesmo comentário num programa de prime time, só pode merecer o meu repúdio e incredulidade. Como é que um canal como a RTP, financiado por todos os Portugueses e com o historial respeitado por todos, permite que se faça uma afirmação destas num Domingo à noite, num programa que todos pretendem que seja sério!!!!

(15 de Janeiro de 2007. Homem)

Uma destas noites o jornalista José Rodrigues do Santos abriu o Telejornal com um título onde dizia que estava a arder um prédio de 10 andares. Com o desenrolar da notícia chegou-se à conclusão que houve um incêndio num dos apartamentos superiores não havendo danos pessoais e os materiais limitaram-se quase ao apartamento em causa. Pergunto eu. O título como foi dito não indiciava um grave incêndio alastrado a todo o edifício? Não se quiz dar um realce desajustado à notícia, prendendo e enganando o telespectador deliberadamente? Para este género de notícias posso recorrer à TVI e à SIC, mas sinceramente espero mais e melhor da RTP. Poder-se-ia ter dado a notícia com um título assim: "Incêndio num apartamento em prédio de 10 andres", por exemplo.

(15 de Janeiro de 2007. Homem)

Directos desnecessários, quando existem calamidades ou eventos mediáticos. Usualmente os directos pouco ou nada são informativos, ocupando um espaço desnecessário em todo o noticiário. Nada de novo traz um jornalista no local, durante largos minutos a entrevistar individualidades sem fim, todos relatando a mesma situação.

Algumas das individualidades, por vezes, estão a ser controladas pelos seus sentimentos, não se conseguem exprimir, ou repetem-se (se não repetirem opiniões já fornecidas). Mesmo em situações banais, os directos são desnecessários. Exemplo é o facto de que quando se prevê um período de frio, de calor ou de chuva intensa, entre outros, onde são feitas entrevistas aos transeuntes sobre o que pensam ou que se deve fazer. Notem que estes directos estão adequados, a meu ver, a programas de generalidades. Um espaço noticioso deve ser informativo, imparcial e rigoroso, não apelando nunca aos sentimentos dos telespectadores, abordando a maior componente de temáticas possíveis e não desperdiçando o seu tempo em informações fúteis.

Por fim, uma opinião muito pessoal. Seja adepto ou não da dança, a excessiva cobertura ao programa “Dança comigo” foi extrema. Foi feito um directo durante a passagem de ano. No entanto, durante os dias (mesmo semanas) anteriores todo e qualquer cidadão foi bombardeado exaustivamente com esse programa, com diversas reportagens, repetições e interrupções na programação. Mesmo no dia seguinte, após à emissão do directo, toda a tarde foi preenchida com a reposição do programa que passou menos de 24h antes. Esta exclusividade dada a este programa (e a qualquer outro) deve ser impedido ao máximo. Remeto para a minha mensagem anterior. Estes períodos deveriam ser ocupados mais sabiamente, especialmente por documentários. Espero que as minhas opiniões contribuam para uma melhor televisão ao serviço do cidadão.

(15 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Coimbra)

Nesta mensagem quero falar do evento desportivo Lisboa-Dakar. Foi com muita satisfação que acompanhei a transmissão na rtp das duas primeiras etapas do rali em terras portuguesas. Todo o acompanhamento que fizeram com o jornalista João Fernando Ramos foi muito boa o que acho que entusiasmou tanto os pilotos portugueses com todas as entrevistas como os espectadores como eu. Pelo contrário fiquei desiludido quando percebi que a partir dali não iriam transmitir mais provas em directo, o que até compreendo, mas colocaram os resumos na programação sempre por volta da uma hora, duas horas da manhã na rtp1, o que é muito tarde para pessoas como eu poder assistir ao mesmo. Sei que na rtpn o resumo dá por volta das nove e trinta mas não tenho a possibilidade de ver pois a tv por cabo não é acessível a todos. Como a prova já está ne recta final talvez já será muito tarde para fazer qualquer alteração na vossa programação mas não queria deixar de lhe apresentar a minha insatisfação.

(15 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Porto)

Venho por este meio manifestar a minha indignação pela forma sectária como mais uma vez está a ser conduzida a reportagem do Euromilhões Lisboa Dakar, por parte do jornalista João Fernando Ramos.

Numa competição com três categorias, uma, a dos camiões, quase nunca é referida, apesar da excelente prestação do nosso único representante. Considerando que a representante lusa nessa categoria é, actualmente, a única piloto feminina portuguesa em prova, que é um dos mais prestigiados pilotos nacionais de todo o terreno, que lidera entre as senhoras, que termina regularmente a etapa à frente da maioria dos portugueses apresentados das suas reportagens, que está a fazer uma prova notável, nada disto tem sido relatado pelo jornalista em causa que, com o maior dos displantes, presta informações classificativas erradas (como aconteceu na reportagem de ontem) para justificar o seu menosprezo pela participação de Elisabete Jacinto. Na participação portuguesa mais alargada de sempre na prova, continua a ser um reduzido conjunto de pilotos que são alvo das boas graças de João Fernando Ramos, o que acontece independentemente dos resultados. Outra situação idêntica passa-se com o estreante Nuno Ferreira. Alvo de inúmeras reportagens antes da prova, porque tinha um mecânico cego, a sua prova, é o 4º entre os portugueses, passa completamente ao lado do jornalista. É lamentável que esta situação se repita ano após ano.

(16 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

É lamentável os ditos "jornalistas" que neste caso comentam o jogo da Académica - Benfica omitam o claro fora de jogo que ocasionou o primeiro golo do Benfica. Ou não conseguem despir a camisola ou se calhar têm medo de perder o emprego. É uma vergonha. A peça que estão a passar nos telejornais é uma autêntica farsa. Estarei atento e da próxima vez que o FCP ganhar assim um jogo à custa do árbitro irei ver se o comportamento deles é igual.

(16 de Janeiro de 2007. Homem, Porto)

Venho por este meio demonstrar a minha indignação relativamente ao debate Concorda com a despenalização voluntária da gravidez até às dez semanas?, no programa Canal Aberto, transmitido na RTP N, no dia 11 de Janeiro de 2006. Na minha opinião, de mero telespectador, existiu uma grande falta de profissionalismo por parte da jornalista, e no caso, moderadora do debate, dado que esta demonstrou uma clara tendência para uma

das facções. Ora o papel de um jornalista deverá demonstrar, acima de tudo, rigor e isenção e, no que respeita a um debate, o moderador deverá apresentar todas as partes representadas de igual forma, e durante um igual espaço de tempo. Não foi isto que aconteceu, o representante do Sim, foi claramente evidenciado em detrimento do representante do Não, este facto pode influenciar um espectador menos atento, levando-o a pensar que o representante do Não, ou mesmo toda esta facção, não se encontra devidamente preparada, nem devidamente referenciada, dando assim privilégio a um dos intervenientes do debate.

Não podemos pois esquecer que o papel do moderador é o assegurar-se que todos os intervenientes num debate tem igual tempo de intervenção e que existe clareza e rigor na informação perpassada aos ouvintes, cumprindo assim a função deste género jornalístico, que é, acima de tudo, esclarecer o telespectador, neste caso, para ambas as possibilidades de voto, levando-o a uma votação consciente. Assim sendo, venho deste modo apelar para um maior nível de isenção e para uma melhor moderação no que respeita aos debates, para que estes passem realmente a cumprir a sua função em vez de se tornarem mais um meio de influência e de manipulação.

(16 de Janeiro de 2007. Homem, Faro)

Venho por este meio fazer uma crítica às notícias apresentadas no Telejornal, que se pretende de qualidade. Julgo ser esperado por parte dos Srs Jornalistas algum cuidado nos textos que escrevem. Uma das notícias que me chocou pela falta de coerência foi a notícia de que algumas crianças se tinham enforcado acidentalmente ao imitarem o enforcamento de Saddam. Pensei: "Que estupidez! Eram certamente crianças de 4-6 anos..." Mas não eram. Na reportagem era referido que se tratavam de crianças entre os 9 e os 14 anos (que na minha opinião já se podem considerar adolescentes, uma vez que é nesta faixa etária que ocorre a puberdade). Sejamos inteligentes Srs Jornalistas! Acreditam sinceramente que uma criança de 14 anos se tenha enforcado por imitação??? Não é preciso ter grandes conhecimentos de psicologia infantil! Basta olharmos à nossa volta ou pensarmos como foi a nossa infância/adolescência! Esta faixa etária não é caracterizada por este tipo de imitação grosseira! Esta notícia foi, para mim, uma notícia sem qualquer fundamentação lógica, em que se relacionam dois acontecimentos sem qualquer relação. Outro aspecto foi na notícia sobre o problema da colocação dos médicos internos. Chama-se "internato" e não "internamento". Os médicos são internos. Não são internados... Ultimamente tem-se falado muito na nova vacina para a prevenção do cancro do colo do útero. E várias vezes vi "colo do útero" ser confundido com "cólon". Não é a mesma coisa, Srs Jornalistas! O cólon é uma porção do intestino

grosso! Hoje numa notícia sobre um problema na adopção de uma criança, era referido que o pai adoptivo era um militar da GNR. O dito senhor aparecia fardado e acho que qualquer pessoa que veja, consegue distinguir a farda de um militar do Exército (que é cinzenta) da de um GNR (que é azul e verde)... Um jornalista não tem obrigação de saber tudo (nem tal é esperado). Mas tem obrigação de se informar correctamente e de PESQUISAR. Não se pode dar ao luxo de inventar quando não sabe! Isto é mau jornalismo e não é isso que se pretende no serviço público. Notícias destas não informam, desinformam. Por favor, tenham mais cuidado de futuro... Sejam bons profissionais!!

(16 de Janeiro de 2007. Mulher, estudante, Évora)

No passado dia 27/12/2006, no programa "Forum País" da RTP N, passado no horário entre as 23 e 24 horas, estive atento ao debate ocorrido no programa e que se debruçou, entre outros assuntos, sobre as aulas de religião e moral dado no ensino oficial em Portugal. O debate decorreu entre a moderado da RTPN, um padre, um psicólogo, um sacerdote do Islão (?Xaique Munir de Lisboa?) e um arquitecto que se encontrava em representação de um grupo civico que estava contra a imposição de uma unica religião no sistema de ensino português. Assim sendo a minha critica não se debruça sobre o tema em si, mas na moderadora que não representou o seu papel de jornalista isenta e de equilibrio dentro do debate, o caso personalizado para o campo desportivo diria-se que a Arbitra esteve, desde o primeiro minuto até ao ultimo, do lado da igreja católica ou seja do sistema implantado no ensino em Portugal. Desde essa data até ao momento ainda não tive oportunidade de ver o programa em causa, mas se na próxima vez que ver o programa espero não ter que fazer nova crítica.

(17 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo, Faro)

Tenho o maior apreço e consideração pela jornalista Dina Aguiar. Por isso apelo a quem de direito para ver e rever o programa "Portugal em Directo", no sentido de tentar solucionar algumas falhas supostamente de guião ou falta dele. A Dina Aguiar não consegue ter um discurso lógico e fluente em algumas temáticas.

(17 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Leiria)

No dia 17 de Janeiro no telejornal das 20 horas o jornalista José Alberto Carvalho ao ler uma notícia sobre o referendo à interrupção voluntária da gravidez, referiu mais do que uma vez "o referendo ao aborto". Considero que esta referência é tendenciosa e induz em erro em relação ao conteúdo do referendo. No conteúdo apresentado, falta o rigor e isenção indispensável ao serviço público de televisão.

(18 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Faro)

Após ter enviado um texto de critica ao último programa de O gato fedorento, relativo ao enforcamento de Saddam Hussein, recebi um telefonema de uma jornalista da RTP, em seu nome, para me solicitar a minha opinião numa pequena entrevista. Declarei da impossibilidade de lhe aceder antes de dois dias, pois precisava de amadurecer o que iria dizer, o que pela urgência a inviabilizou. Ao reflectir acerca do que me foi solicitado ocorreu-me o seguinte texto: A palavra opinião faz-nos parar e pensar. É a palavra que a dona de casa utiliza para pôr fim a uma discussão entre amigos, que corre o risco de se tornar incómoda. Sugere assim, que todos os pontos de vista são iguais, ou teem o mesmo peso; sossega os espíritos ao reduzir as opiniões para o nível do gosto. Assim todos os gostos são naturais e todas as opiniões permitidas. (Reflexões acerca da questão judia, JP Sartre, 1960) Na realidade não é a minha opinião que será interessante. A análise do enquadramento legal do momento humorístico mencionado, por um especialista na área da comunicação, será essa sim importante. O Provedor não é um parente idoso que ouve os mais novos, ou nos defende do mal. Pelo menos não é assim que o vejo. Sugerir à jornalista uma leitura de "Olhando o sofrimento dos outros" de Sussan Sontag pode ser um bom começo.

(18 de Janeiro de 2007. Homem, quadro médio, Lisboa)

Não me parece que seja correcto (por razão alguma) que jornalistas falem (alguns deles apresentadores de programas de informação), em variados contextos, em "NÃO AO ABORTO" e em "SIM AO ABORTO". O que está em causa (nomeadamente quanto ao Referendo) é só votar-se a favor ou não (abstenção inclusa) da DESPENALIZAÇÃO da IVG até às 10 semanas...

(19 de Janeiro de 2007. Homem, Viseu)

Acabei de ver no telejornal das 13 horas de hoje, a parte final - últimos dois minutos- da entrevista que o jornalista Carlos Daniel (creio que é este o seu nome) fez a um deputado português que subitamente se tornou conhecido por aparecer num vídeo na Internet, numa concreta e muito específica visita ao Iraque. Não vi a parte inicial da entrevista e, por isso, não posso avaliar o enquadramento e explicação que foi dada à notícia. O que sei é que, na parte que vi, o deputado pretendeu explicar melhor o que se passou, referindo até aspectos da sua segurança pessoal que poderiam a partir da divulgação do vídeo estar em causa, mas lamentavelmente o entrevistador, com a pressa, não o deixou explicitar esses aspectos. Sabendo embora que uma notícia ou entrevista não pode prolongar-se indefinidamente, e não querendo criticar directamente o entrevistador - seguramente dos melhores e mais ponderados profissionais da RTP - não posso contudo de reclamar contra os critérios que muitas vezes são usados na gestão do tempo, concedendo largos minutos a assuntos perfeitamente banais, e não permitindo explicar e enquadrar notícias de muito maior importância. A propósito, agora mesmo, estou a ver no mesmo telejornal um qualquer jogador de futebol a explicar com toda a calma como fez um carrinho e a notícia continua com todo o tempo do mundo -Ora o Iraque é, de certeza, neste momento, um assunto importante para todos nós. Por isso, toda a informação que nos permita melhor entender a tragédia que por lá se passa, é bem-vinda. E era um pouco isso que o citado deputado - que é para mim completamente desconhecido - estava a procurar explicar e não lhe foi - nem aos espectadores - permitido. É pena e não deve acontecer numa televisão pública.

(20 de Janeiro de 2007. Homem, Porto)

Em Novembro passado passou uma reportagem após o jornal das 20 (horário nobre,portanto) com título "rota do aborto" (julgo eu). Em finais de Dezembro, no jornal da 2, às 22 h, foi noticiada a abertura de clinicas espanholas em Portugal para a prática de aborto. Entre as datas em que foram emitidas, o "Público" publicou (em 1ª página, desenvolvida no interior) uma reportagem em que foi assumido pelo director de uma clinica em Portugal (Clinica de Oiã) que nesta unidade de saúde se faz aborto em condições clínicas apropriadas e no respeito pela lei. As minhas críticas: 1º os jornalistas, ao não referenciam a existência da prática clínica de aborto em Portugal,desconhecem a realidade portuguesa, ficando-se com a ideia que todo o aborto é clandestino (em termos jornalísticos, a notícia da 2 é mais grave porque o "Público" já tinha apresentado outra realidade: será que os jornalistas não leem as notícias dos outros?!?);2º fez-se publicidade gratuita a clínicas de aborto em Espanha através de um

serviço público. Este aspecto é, segundo a minha perspectiva, bem mais grave, dado que o primeiro só se pode analisar sob o ponto de vista de incompetência dos jornalistas.

(20 de Janeiro de 2007. Homem, Aveiro)

Todos os dias, antes de ir para o trabalho, ligo a televisão e vejo o programa "Bom dia Portugal", do qual eu gosto bastante, mas acho que devia ser renovado, pois está a ficar muito cansativo... E quando digo renovado, refiro não só ao cenário, mas principalmente aos jornalistas que apresentam este programa. Acho que faz falta uma cara feminina naquele programa... O programa está muito "murcho" e precisa de ser renovado quanto antes, na minha opinião. Espero em breve ver caras novas no referido programa.

(21 de Janeiro de 2007. Mulher, administrativa, Vila Real)

Como é do conhecimento de V. Exa. disputou-se entre o dia 06 e 21 de Janeiro o rali Lisboa-Dakar. Como também saberá a RTP enviou um reporter, Sr. Jornalista João Carlos Ramos, que todos os dias fazia uma reportagem que era transmitida pela RTP N a horas normais, ou seja, 21.30 e na RTP 1 pela madrugada. Nesta prova participaram diversos pilotos portugueses, em motas, carros e camião. Das diversas reportagens emitidas o Sr. Jornalista seleccionou os portugueses a aparecerem nas imagens. Nas imagens aparecia sempre o piloto Carlos Sousa, quase um minuto, o restante tempo dividido por alguns que estavam em prova e por aqueles que já tinham desistido, exemplificando, o piloto nº 470, automovel, Nuno Ferreira/Nascimento Costa, 4º melhor portugues desde a 9ª etapa (eram 15 etapas), 62º da geral, nunca pareceu nas imagens, nem nunca o Sr. Jornalista se referiu ao seu nome. Contrariamente o piloto Leal dos Santos (70º), Nuno Inocencio (76º), Paulo Marques (80º), Mario Ferreira (106º) e outros que entretanto desistiram, apareceram sempre nas imagens e/ou falava sempre deles. Porquê? Porquê esta discriminação? temos pilotos de primeira e de segunda?? A informação não para todos? será que os patrocinadores desse piloto discriminado, não servem para o Sr. Jornalista que faz o nacional de ralis? Saiba V. Exa. que o Sr. Jornalista faz o nacional de ralis com diversos patrocinadores portugueses e alguns presente no Lisboa-Dakar a patrocinar outros pilotos. Lamento profundamente esta vergonha do Sr. Jornalista e da informação paga por todos nós. Espero que futuramente mandem um jornalista isento. Refiro a V. Exa. que não tenho quaisquer interesses directa ou indirectamente com o piloto Nuno Ferreira. Espero sinceramente que seja a vós (a voz) dos ignorados.

(21 de Janeiro de 2007. Homem, pequeno empresário, Santarém)

No passado domingo, a propósito das recentes demoras na assistência a feridos no Concelho de Odemira, foi divulgada uma peça onde se dava conta de que Amália Rodrigues teria em testamento deixado 15% dos seus rendimentos anuais da Fundação que leva o nome dela para o Centro de Saúde onde faleceu o marido. O que a peça igualmente dizia era que até hoje não foi pago nem um tostão. Ora acontece que, por muito que fosse verdade, foram ouvidos todos os intervenientes, excepto os responsáveis pela Fundação, que assim não se puderam defender das acusações. penso eu que, mesmo em caso de recusa, se foi isso que aconteceu, deveria o ou a jornalista ter referenciado que da Fundação Amália Rodrigues se recusaram a comentar ou não deram resposta. Foi apenas ouvida uma das partes, o que, na minha opinião, não é correcto nem deve nunca acontecer, segundo as regras do jornalismo e do bom senso. Correndo o risco de estar errado, agradeço a atenção dispensada a este desabafo.

(22 de Janeiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa)

Com este e-mail gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o facto de a concorrente PORTUGUESA Elisabete Jacinto ter sido esquecida da imprensa Portuguesa.

Em TODOS os meios de comunicação social em que acompanhei a prova não li, não ouvi e não vi uma única entrevista dada pela PORTUGUESA em questão, e olhem que, andei à "caça" de tudo o que dizia respeito ao Lisboa-Dakar. O Carlos Sousa (de quem também sou fã) é uma "jóia de moço" juntamente com TODOS os outros portugueses mas a falta de atenção que deram à Elisabete Jacinto foi absurda.

Acompanhei diariamente os resumos da Eurosport mas aí não fiquei admirado de não ter visto o camião cor de laranja em acção visto que os Franceses da France1,2,3,4,5 serem patrocinadores e dominam tudo mas agora nos resumos diários da RTP... nem uma entrevistazinha. Os senhores jornalistas da RTP e também dos outros meios de comunicação poderão alegar que ela chegava tarde ao Bivouac.

Temos pena. Só tinham é que esperar por ela e fazer o vosso trabalho. Já não basta a falta de respeito que a comunicação social Europeia tem por Portugal quanto mais a nossa de nós. Imagine-se que uma cadeia de televisão do centro da Europa chama Paris -Dakar à edição de 2007(!!!!!!?) façam zapping pelos satélites e terão esta (des)agradável surpresa. Mas, senhores jornalistas não se preocupem que na edição de 2008 do LISBOA-Dakar a Elisabete Jacinto voltará a ter milhares de

apoiantes portugueses à partida, nas "especiais" em Portugal e durante a prova... lá nos "desenrascamos" à boa moda portuguesa para saber notícias da Elisabete.

(22 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Peço desculpa por incomodar o Senhor Provedor com este assunto, mas não posso deixar de o questionar por me parecer ter a ver com questões de Educação, Respeito, Boas maneiras... Não me parece bem que um jornalista, pivot do telejornal do canal 1 despedir-se dos Senhores telespectadores piscando-lhe o olho.

(22 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro médio, Lisboa)

No Programa de ontem o senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa ultrapassou o admissível. Anunciar o seu site privado pelo não à IVG no canal de televisão público que lhe paga, é de mau gosto, inqualificável e oportunista. Se a qualidade do comentário tem sido tudo menos imparcial, agora ultrapassou as marcas. Por outro lado a senhora jornalista mais parece um líder da oposição ao governo, pelas questões que coloca e pela forma como comenta certas afirmações e/ou notícias. A informação deve ter como primeira preocupação o formar e informar.

(22 de Janeiro de 2007. Homem, quadro médio, Porto)

Estou neste momento a assistir ao programa pró-e-contras e estou absolutamente enojado com o linchamento público a que estou a assistir. Aquilo que devia ser um programa de informação está transformado num abjecto exercício de justicialismo por parte de uma senhora jornalista. Serviço público seria informar das diversas vertentes do processo e ensinar a reflectir sobre a justiça em geral e no caso concreto. Ao invés, assisto a algo que, noutros tempos, a população demandava: execuções públicas.

Uma vergonha sem qualificação, a atitude arrogante e prepotente da senhora jornalista.

Um péssimo serviço à justiça e ao Estado de Direito, este que a RTP serve ao povo sedento de sangue e espectáculo. Como Advogado que sou, estou absolutamente revoltado pelo facto de a Televisão Pública, paga por todos nós, ter descido a patamares de tablóide; mas mais grave, pondo em causa a Justiça, o Direito e os Tribunais, em nome de mais nada que não o umbigo dos senhores jornalistas. EXIGO uma reparação pública por este atentado à inteligência, ao bom-senso e ao mais elementar sentido de justiça. Não quero jornalismo amordaçado; mas quero jornalismo.

Não quero campanhas nem justicialismo. E na televisão pública!!! Vergonha, vergonha, vergonha.

(22 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

Venho por este meio, mostrar a minha indignação perante o programa "Prós e Contras" do dia 23.01.07, ao qual tinha alguma consideração e continuo ainda a ter esperança que a credibilidade de tal programa venha a ter, bem como da senhora Dr.a jornalista que apresenta, que segundo tenho conhecimento, devem ter um código de ética, no qual no exercício das suas funções se devem reger por princípios de imparcialidade (no caso de tar enganado, me esclareçam); bem como ao julgamento em praça pública e tentarem influenciar esta sociedade inculta.

(23 de Janeiro de 2007. Homem, estudante, Viseu)

Escrevo para demonstrar a minha insatisfação para com a apresentadora do programa Prós e Contras. É uma excelente jornalista, no entanto creio que não serve para apresentadora deste programa. Esta jornalista continua programa após programa a atacar o lado do qual é contra. Sendo que o objectivo é estar ali a moderar um programa exige-se isenção, imparcialidade. O problema é que em todos os programas é parcial, puxa sempre para um lado e ataca claramente o lado sobre o qual não está de acordo. Pede-se imparcialidade e isenção por parte desta apresentadora. Faça-se algo por favor.

(23 de Janeiro de 2007. Homem)

O programa Prós e Contras dedicado ao caso mediático de adopção que se encontra actualmente a decorrer constituiu um pessimo exemplo do que deveria ser um programa de debate, pois em lugar disso assistiu-se o que parecia mais um circo com uma plateia que nao hesitava em aplaudir quando gostava e quase a vaiar quando nao gostava, com a ideia em si de debater na praça publica questoes do foro familiar sob um manto de algum pio sentimento de solidariedade e com isso exercer uma pressao inaceitavel sobre um processo que segue os seus tramites e esta sob recurso em diferentes instancias e finalmente com uma apresentadora que bem ao seu estilo se esquece do que é ser moderadora de um debate ao tomar partido claro por um dos campos e com isso a afectar as questões que colocava aos intervenientes e até a ordem pela qual colocava as questões e atacando ou ajudando de sua iniciativa a argumentação dos interevidentes consoante esta lhe merecia o seu acordo ou nao. Foi especialmente aviltante ver a reacção corporativa de apoio exacerbado a um jornalista da imprensa escrita que questionava toda uma série de elementos apenas porque nao precebe ou nao quer perceber as razoes de uma sentença, pelos vistos confundem artigos jornalisticos com editoriais. Em suma foi um péssimo serviço prestado dado que não parecia ser intenção

do programa esclarecer de forma racional os aspectos deste processo mas sim uma feira de sentimentos que pelos vistos deveriam ultrapassar a análise racional dos factos e elementos em questao.

(23 de Janeiro de 2007. Homem, Lisboa)

No programa "Prós e Contras" que decorreu ontem, 22-01-07, sobre o problema da adopção- caso da Sertã, a jornalista Fátima Campos Ferreira (FCF) evidenciou uma parcialidade incrível. Sejamos claros: qualquer pessoa de bom senso entende que aquela criança deve ficar com o casal. Até aí estamos de acordo. A forma como as pessoas querem "contornar a lei" para que isso venha a acontecer é que é, na minha opinião, moralmente inaceitável: a FCF afirmou cerca das 0h30m: "caramba...só é pena que (o pai biológico) não tenha ajudado a mãe durante a gravidez ...caramba!". Pergunto: isto é parcialidade? Não sei se a FCF tem filhos, mas já que se julga muito inteligente e moralmente inatacável questiono: se um dia um filho seu vier a engravidar uma mulher ou um homem que tem vários parceiros (vulgo promíscuo) a FCF vai aconselhar o seu menino/a acompanhar a gravidez, sem saber se no útero está um seu neto? Diria mais, mesmo que saiba que um dos seus filhos é progenitor vai comprometer a carreira deles por causa dum cidadão brasileiro que o seu menino/a conheceu um par de horas antes da concepção da criança? Francamente ó FCF! Deixe-se de pruridos e enfrente a realidade! A elite portuguesa que você tanto aprecia e que lhe faz rasgados elogios jamais permitiria que os planos que tem para os seus filhos fossem interrompidos por um "acidente (Feliz, digo eu) de percurso"- na minha opinião Feliz porque gerou uma criança. Caro Sr. Provedor, transmita à FCF para ir com calma e não achar que é mais inteligente do que os outros. Mais, dê-lhe os meus Parabéns pelos convidados que tem, alguns dos quais são mais inteligenets do que ela, só que quando isso é posto à evidência ela corta-lhes a palavra!

(23 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Vila Real)

Sou um espectador assiduo do pograma "Pros e Contras" conduzido pela jornalista Fátima Campos Ferreira e venho por este meio confessar que ontem dia 22 Janeiro de 2007 fiquei deveras supreso e decepcionado com a posicao da referida jornalista no tratamento do tema do pograma "Entre a Lei e o coração!" acho que Fátima Campos Ferreira fez o debate com o coracao e sem lei e nao foi isenta como acho que deveria ser uma moderadora chegando a ser agressiva e inconveniente pra com alguns intervenientes do debate que nao comungavam da sua opiniao e eram seus convidados a

referida jornalista prestou a meu ver um mau serviço ao jornalismo e a RTP espero que tenha sido levada pela emoção o que não deveria ter acontecido, termino enviando cumprimentos para vossa excelência assim como para Fátima Campos Ferreira e desejo que seja mais feliz no próximo programa e volte ao nível que já nos habituou agradecer a atenção dispensada.

(23 de Janeiro de 2007. Homem, técnico especializado)

Os indícios no passado já eram alguns: José Rodrigues dos Santos (JRS) abriu um telejornal, em plena pré-campanha do referendo à IVG de 98, com a notícia de uma mãe que abandonou o seu recém-nascido num contentor do lixo. Duvido que esta mesma notícia abrisse um telejornal fora deste contexto político. O próprio JRS afirmou, ao receber um globo de ouro, rejeitar notícias tipo "um recém-nascido apunhalou a própria mãe". Mas parece que a coisa piorou desde então. Já não bastava a vergonhosa cobertura feita pela RTP da campanha, com muitíssimo mais tempo de antena para o "não", já não bastavam as várias "notícias" sobre famílias numerosas, casais que decidem realizar o parto em casa ou adolescentes que decidem, contra tudo e contra todos, levar o parto a avante. O limite dos limites, a roçar o objecto, será a entrevista a D. José Policarpo, que é anunciada com o seguinte comentário "Será o aborto comparável ao terrorismo? O papa Bento XVI diz que sim". Será que não há limites para decência jornalista? Será que eu tenho que financiar, com os meus impostos, campanhas políticas com as quais não concordo? Como telespectador, contribuinte e democrata, peço a V. Exa que interceda RAPIDAMENTE de maneira a que tal entrevista não vá para o ar.

(23 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Venho por este meio de novo enviar um mail ao provedor porque me desagrada de sobre maneira a cobertura feita pelos jornalistas da Rtp á campanha para o referendo pois não está de modo algum a ser isenta o que me incomoda. E passo a dar exemplo:

A televisão pública, paga com os nossos impostos, promove uma "oportuna" (leia-se conveniente) entrevista ao sr. Policarpo com esta pergunta e resposta: "Será o ABORTO comparável ao TERRORISMO? O Papa Bento XVI diz que SIM."

É apenas 1 exemplo entre vários.

(23 de Janeiro de 2007. Homem, Setúbal)

Foi com grande desgosto que constatei que no debate do programa "Prós e contras" de dia 22 de corrente mês a moderadora do debate não foi imparcial, manifestando-se claramente de um dos lados da questão. CONSIDERO A JORNALISTA EM CAUSA UMA MÁ PROFISSIONAL, QUE NÃO DEVERIA TRABALHR NUM SERVIÇO PÚBLICO.

(23 de Janeiro de 2007. Mulher, Lisboa)

Venho por este meio demonstrar a minha indignação relativamente ao péssimo serviço público prestado pelo programa prós e contras desta semana (adoção). Sou um apreciador deste programa e já por várias vezes reparei que a jornalista Fátima Campos Ferreira na sua acutilância habitual expressa demais a sua posição relativamente ao tema em debate tendo isso em alguns casos esporádicos prejudicado o debate e a defesa da opinião contrária à defendida pela apresentadora e jornalista.

Estes casos nunca me ofenderam enquanto telespectador mas em tudo existe um limite e este foi vergenhosamente ultrapassado pela jornalista no programa desta semana. Numa semana em que o programa recebeu rasgados elogios aos quais sempre me juntei, Fátima Campos Ferreira ultrapassou todos os limites da razoabilidade na defesa da sua posição, e prestou um péssimo serviço público descredibilizando um programa que é de extrema importância para o funcionamento e desenvolvimento de uma democracia jovem como a nossa. Não quero entrar em detalhes nem dar exemplos penso que o Sr. Provedor não terá qualquer dificuldade em encontra-los no visionamento do programa. O que se passou neste programa foi vergonhoso e este tipo de apresentação deve ser severamente punida num canal público e num programa de elevada qualidade como o prós e contras.

(23 de Janeiro de 2007. Homem, pequeno proprietário, Lisboa)

Aqui refiro o programa Prós e Contras transmitido ontem, 22/1. De facto, quero, por um lado, criticar vivamente a posição parcial do jornalista Dr.ª Fátima Campos Ferreira, aliás, habitual nela - não é assim que vejo o papel do moderador de um programa - e também a sua atitude, muitas vezes a raiar a falta de educação, para com alguns dos seus convidados. A posição por ela claramente defendida - pró pais receptadores da criança de Torres Novas - é por demais lamentável, senão vejamos:

- A Associação Sindical dos Juízes já tomou posição sobre esta matéria - tendo um seu representante sido ouvido nos telejornais - afirmando que a Com. Social não tomou conhecimento (ou não quis tomar ???, digo eu) de factos provados em Tribunal - por ex. o facto de o pai biológico ter dito que perfilharia a criança se os resultados do exame ao ADN fossem positivos, o que concretizou - lá no 4º ou 5º mês de vida da criança, e não agora, passando a reclamar a entrega da filha, a partir daí;

- a posição pública do advogado do mesmo indivíduo, no referido programa, que foi no mesmo sentido - tendo o referido advogado sido quase vaiado pelo público (condicionado no seu pensamento pela falta de correcta informação pela comunicação social) e "maltratado" pela Srª. Jornalista, "moderadora" do programa.

Já agora, aconselho a leitura do acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, hoje mesmo publicado na imprensa, sobre o mesmo assunto.

Deixo aqui a minha mais veemente crítica e espero que a RTP passe a cuidar melhor da informação que presta aos seus telespectadores - afinal é um serviço público !!!

(23 de Janeiro de 2007. Homem, Coimbra)

Este mail tem o propósito de manifestar o meu desagrado pela forma como foi conduzido e preparado o programa da RTP1 Prós e Contras do passado dia 22 com o tema "Entre a Lei e o Coração". A Sinopse apresentada no sitio da RTP pouco ou nada tem a ver com a forma como o programa decorreu.

A jornalista responsável pela condução do programa, Fátima Ferreira, mostrou uma atitude parcial e tendenciosa durante todo o programa. Não foram relatados os factos dados como provados no tribunal e descritos no acordão do colectivo de juizes. Se a equipe que produziu o programa tivesse tido a curiosidade de ler o supra-citado acordão certamente manifestaria opinião diferente daquela que apresentou durante o programa. Sem dúvida que a "associação de juizes" tem toda a legitimidade de emitir o comunicado que emitiu acerca da bola de neve criada pela comunicação social. A Comunicação social foi a grande responsável para criar um facto jornalístico juntando-lhe todos os ingredientes necessários a comover uma sociedade pouco informada e muito acritica. Foi a comunicação social que há mais de um ano emitiu opiniões contrárias sobre este mesmo caso. Inacreditável, mas veridico. Basta pesquisar na blogosfera para nos apercebermos destes factos. Basta ler o acordão de 44 páginas para que consigamos ter os dados que levaram o colectivo de juizes a agir da forma que o fizeram. Lamentavel que a RTP tenha agido da forma como o fez em todo este processo. A credibilidade do programa foi obviamente posta em causa. A jornalista revelou um completo desconhecimento do caso.

Este é o meu desagrado pela forma enviezada com que a RTP está a tratar este caso, muito pouco objectiva e sem fazer alusão aos factos dados por provados pelo tribunal.

Espero que revejam a vossa posição para bem de todos aqueles que todos os dias vêm os vossos programas de informação.

(24 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Seria de esperar dos jornalistas da RTP maior correcção na linguagem. Todos os dias, quando se fala do próximo referendo, os jornalistas usam a expressão "Referendo ao aborto". Ora isto é incorrecto, porque o referendo não trata "do aborto" mas da sua despenalização. Eu esperava que a RTP, enquanto canal sério, já tivesse corrigido este erro. Fico à espera de ouvir "referendo à despenalização do aborto".

(24 de Janeiro de 2007. Mulher, Porto)

Embora não visite, habitualmente, esta página, há um caso hoje em dia em todos os noticiários radiofónicos, televisivos e nos jornais - o caso da criança de Torres Novas - que me tem deixado indignado.

Efectivamente, hoje mesmo, no noticiário das 10h00, da v/estação, a jornalista Sr^a. Isabel Gaspar Dias dizia "... a criança que o pai biológico agora reclama..." De facto, depois do testemunho televisivo do representante da Comissão Sindical de Juízes - que comentou nos telejornais o comunicado da s/Associação sobre o assunto - referindo que a comunicação social não havia divulgado factos que haviam sido provados em Tribunal, nomeadamente o facto do pai biológico ter reclamado a entrega da criança logo que foram conhecidos os resultados dos exames de ADN; depois do testemunho do advogado do mesmo indivíduo, no programa Prós e Contras, de 22/1, que refere exactamente a mesma coisa, isto é: .."o pai biológico manifestou a vontade de perfilhar a criança se os resultados do teste ADN fossem positivos, o que concretizou logo a seguir, passando a reclamar a entrega da criança a partir daí...", é lamentável que se continuem a produzir afirmações como a reproduzida acima nos noticiários da RTP. Deixo aqui a minha viva crítica e a minha mágua pela forma como o povo português continua a ser tratado pela comunicação social.

(24 de Janeiro de 2007. Homem, Coimbra)

Venho por este meio mostrar o meu desagrado pelo modo pouco profissional com que a "apresentadora" do Pós e Contras tem vindo a mediar o programa em questão. Em especial o desta semana onde me senti revoltada e preocupada com, primeiro, o poder que a comunicação social tem vindo a ter junto da opinião pública, manipulando-a e, segundo, com a falta de ética demonstrada pela jornalista, que obviamente tem dificuldades em reservar a sua opinião pessoal. Sinto cada vez mais que de serviço público este programa não tem nada.

(24 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Setúbal)

No Telejornal de dia 22 de Janeiro, no início da segunda parte, tive oportunidade de ouvir um clérigo repetir várias vezes a comparação da pena de morte com a IVG. Era naturalmente a reportagem da RTP sobre a campanha do Não no referendo. Logo de seguida, são transmitidas declarações do ex-Presidente da República acerca da qualidade dos argumentos e respeito pela opinião do outro na discussão sobre a

despenalização da IVG. Pressuponho que era a cobertura da RTP à campanha do Sim ao referendo, e digo pressuponho porque nada das palavras de Jorge Sampaio emitidas pela RTP dizia que ele é pelo Sim, nem as palavras gravadas nem o enquadramento dado pelo jornalista do Telejornal. Ou seja, sem a contextualização que deveria ter sido dada pelo apresentador do Telejornal fica-se sem saber qual a posição do ex-Presidente e só por dedução se imagina que é o tempo dado pela redacção do Telejornal à campanha pelo Sim. Mais do que mau jornalismo é manipulação.

(24 de Janeiro de 2007. Homem, pequeno proprietário, Lisboa)

O programa "Prós e Contras" pretende ser um programa de informação onde se promove o debate de ideias. Pergunto se não seria aconselhável e desejável, que fosse conduzido por uma pessoa imparcial e isenta? A sra. Fátima Campos Ferreira decididamente não encaixa nesse perfil. De uma forma geral, a sra. "jornalista" toma descaradamente um dos lados, é parcial, não é isenta, é mal educada e aparenta um défice de inteligência gritante. Pergunto por mais quantos anos terão os telespectadores da RTP que levar com essa senhora? Já chega, não?

(24 de Janeiro de 2007. Homem, quadro médio, Lisboa)

Lamento que, contrariamente à elevada qualidade de profissionalismo a que nos habituou, ao que acresce, se não estou em erro, a actividade de ensino superior de comunicação social, a jornalista Dra. Fátima Campos Ferreira, tenha deixado transparecer de forma, que eu considero demasiado evidente, a sua posição pessoal no programa Prós e contras do passado dia 23 de Janeiro, relativo a uma criança cujo processo de paternidade está por definir.

Não desejo nem creio que seja possível que um jornalista perca a sua dimensão humana mas asua actividade profissioanal ao que acresce a sua função de coordenadora do programa, seria a última pessoa a poder manifestar este tipo de comportamento.

Considero ainda que, pelo menos numa ocasião, foi indelicada com um dos seus próprios convidados, o Juiz, do Porto, cujo nome infelizmente não tenho presente e que estava sentado ao lado do Presidente do Instituto da Segurança Social, ao referir uma "ida ao bilhar grande", relativamente àquilo que na, opinião da jornalista, seria a sua (dele)reduzida capacidade de síntese.

Gostaria ainda de sugerir que nos temas mais polémicos houvesse um cuidado acrescido na selecção do público uma vez que é um factor condicionador da informação enviada e,

muitas vezes, produtor de ruído, na verdadeira acepção do conceito utilizado nas ciências da comunicação. Inclusivamente, creio que o program teria a ganhar, do ponto de vista da tecnicidade do tratamento dos temas, embora reconheça que tenha a perder na sua dimensão de "espectáculo", o que em minha opinião seria muito bom, se a audiência no local fosse reduzida àqueles participantes que são convidados a intervir pela sua relação directa com o tema a tratar. Sei que a redução da dimensão espectáculo pode prejudicar níveis de audiência mas a RTP tem obrigações acrescidas de Serviço Público.

(24 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Setúbal)

Venho por este meio apresentar uma crítica, relacionada com o tipo de trato que alguns profissionais da comunicação social assumem perante determinadas pessoas.

Na passa Segunda-feira, dia 22 de Janeiro, a apresentadora do Programa «Prós e Contras» dirigiu-se à mãe da criança em moldes pouco apropriados, tendo utilizado pelo menos uma vez a expressão «ELA», que não empregou com outros participantes no debate. Em minha opinião qualquer interveniente merece ser tratado com respeito e dignidade, facto que a profissional não revelou. O episódio referido não é um caso singular, em algumas situações observa-se uma distinção na forma como os jornalistas abordam as pessoas, a qual parece ser condicionada por um juízo valorativo que extravasa as suas competências e que normalmente tende a ter uma maior expressão junto dos sujeitos que pertencem a grupos sociais desfavorecidos, remetendo-os muitas vezes para posições de inferioridade. Considerando o acima exposto, penso que a RTP deveria desenvolver medidas que garantissem os princípios de igualdade e de respeito pela pessoa humana na forma como os seus profissionais os abordam.

(26 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Setúbal)

Fátima Campos Ferreira¹ frente a D. José Policarpo, portou-se como uma defensora do SIM, não conseguindo distinguir entre a jornalista na estação de serviço público e a cidadã. Fez inúmeras perguntas com base em declarações "que não foram bem assim", revelando que não quíz ler as fontes ou as leu de forma enviezada. Sempre calou o entrevistado quando este expunha o seu pensamento. O senhor provedor disse-me que estaria atento à isenção do canal público neste debate. Confio.

(26 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)

¹ Trata-se de um erro. Foi Judite de Sousa quem fez a entrevista.

A propósito do último programa Prós e Contras gostaria dedizer o seguinte: Achei deplorável a forma como Fátima Campos Ferreira (FCF) conduziu o programa e o comportamento nada jornalístico nem isento que assumiu. De facto, FCF tomou partido, coisa que um jornalista profissional neste tipo de programas não deve fazer. Não é esse o seu papel. O público televisivo esperará ouvir os diferentes pontos de vista e a jornalista deve lá estar para dar a conhecê-los todos e sacar dos intervenientes toda a argumentação possível. Com seriedade. Para esclarecer. Não lhe cabe denegrir nem fazer chacota das opiniões ou razões expressas, convidando à indignação ou mesmo sublevação da população/público presente. Se FCF estava pessoalmente indignada com o sucedido ao sargento, poderia fazer muitas coisas, mas não um programa de televisão para expor a sua indignação, convidando apoiantes para a plateia. Qualquer pessoa mais atenta percebe que o processo desta criança é complexo, não sendo óbvio, nem à luz da lei nem do humanismo, que a criança deva ficar com o casal a quem foi entregue aos três meses.

Além disso, a jornalista utilizou expressões muito pouco próprias, de que destaco “Não vá dar a volta ao bilhar grande”, quando entendeu pôr fim a uma talvez longa introdução do juiz desembargador do Porto. Júlia Pinheiro, a sua antecessora, não faria melhor, e todos sabemos a feira em que transformava aqueles programas. Não é de estranhar que alguns dos intervenientes tenham apelado à seriedade dirigindo-se de certa forma directamente à jornalista.

Lamento o triste espectáculo. O jornalismo português é mau. A primeira notícia que apareceu na imprensa sobre este caso já era absolutamente parcial e sensacionalista. Tipo jornal 24Horas. Mas FCF optou por seguir na mesma linha, apesar de todos os dados novos entretanto vindos a público.

Deve haver diferença entre um programa deste género e um comício. Receio bem que esta súbita degradação da qualidade do programa afaste dele, futuramente, pessoas com bom nível. É pena.

(26 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Bélgica)

Tem esta crítica o sentido de que a lingua portuguesa deve ser preservada. Acontece que em muitas peças de reportagem e até em certos Pivots de telejornal não haver cuidado na articulação das palavras nem tampouco na utilização correcta da gramática ou da sintaxe. Para não dizer das questões morfológicas ou até na utilização das preposições, sobretudo as de lugar donde e para onde. Dou só dois exemplos: gostaria que me dissessem se é correcto diser-se na Costa de Caparica ou Costa da Caparica, dizer-se

esta escola situa-se em Caldas da Rainha ou nas Caldas da Rainha. Isto são pequenos como disse exemplos, mas até nem são os piores. Há palavras que não se compaginam com pessoas que deveriam acima de tudo saber utilizá-las correctamente. Como se pode exigir aos nossos alunos rigor, quando se assiste a quem diariamente assassina a língua portuguesa. Longe vão os tempos em que para se falar na rádio ou na televisão havia o cuidado de primeiro se formar e extrair os capazes. Agora não qualquer um debita e o telespectador que bata palmas. Sr. Provedor, era bom que este reparo chegasse para se fazer uma reflexão sobre a forma como se fala, apresenta ou lê as notícias. Senão melhor seria, mandar também alguns dos nossos jornalistas ou repórtes à olimpíadas da língua portuguesa. Para não assistirmos às olimpíadas diárias. A RTP seguramente em 50 anos merece muito melhor. Recordo que muitos nessa casa de início não eram licenciados, mas uma coisa tinham em comum falar bom português. Erros ou bicos, como se diz na gíria, pode acontecer, mas a todo o tempo e gás é demais. Acho que se pode melhorar. Penso. Quanto aos conteúdos. Parabéns.

(26 de Janeiro de 2007. Homem, desempregado, Setúbal)

Tenho da progamação da RTP uma opinião bastante favoravel quer na variedade quer qualidade apresentada.Recentemente o vosso programa "prós e contras " foi considerado como o melhor do ano 2006,opinião que pessoalmente partilho,talvez por essa razão e tambem porque essa destinação lhe acarreta uma adicional responsabilidade de isenção venho reclamar da inqualificavel parcialidade demonstrada pela dra Fatima Ferreira na condução do ultimo programa (tema em foco a preocupante situação da criança de torres novas pais naturais e adoptivos) onde em pararelo com outra imprensa escrita e falada (intencionalmente ou não) tomou o partido de uma das partes não tendo o dever e o cuidado de tornar publica a verdade assistida ao pai natural facto que só o conselho superior da magistratura pos a nu no dia seguinte na net. Entendo que um jornalista de qualidade se deve reger pela imparcialidade e distanciamento em todos os seus trabalhos principalmente quando o seu programa é lider de audiencias e admitido como verdade os factos nele colocados neste caso pelos telespectadores. "Inverdades e ou partes de verdades quando transformadas em verdades absolutas " não podem ou não devem passar sem reparos severos da sua parte muito mais numa instituição de utilidade publica.

(26 de Janeiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)

Gostava que me esclarecesse os intervenientes na geografia de Portugal. O que se passa é ... nos telejornais, os jornalistas quando abordam o tema meteorologia falam do norte e sul do País como que País fosse só o rectângulo continental.

Aprendi na quarta classe que o País é constituído por: Portugal Continental, Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira. Onde fica o norte/sul do País?!... Não será, mais correcto, dizer norte/sul do Continente????

(27 de Janeiro de 2007. Mulher)

Sabemos que estamos num país a fingir: fingimos que somos ricos, fingimos que vivemos em democracia, e fingimos que o Estado é laico. Mas sabemos que é tudo mentira: não temos dinheiro para mandar cantar um cego, a verdadeira democracia não existe, e o Estado está de cócoras perante a ICAR. A RTP é o espelho do Estado. Principalmente no que à laicidade concerne. Chega a ser ainda mais subserviente que o próprio Estado. Vejamos: como se a missa dominical não bastasse, ainda temos a catequese com que o inefável padre Borga nos brinda durante a semana, na "Praça da Alegria". Mas há mais - e mais grave: durante a semana que precedeu a "Grande Entrevista", o telespectador era constantemente bombardeado com o anúncio - aliás legítimo - da presença do Patriarca (apoiantes do NÃO) no referido programa. No entanto, e apesar de a jornalista ter anunciado, no fim da entrevista, a presença de uma outra personalidade no programa seguinte (apoiantes do SIM), a verdade é que ainda não vi o respectivo anúncio. Estou, naturalmente, a falar acerca da entrevista concernente ao próximo referendo. Estamos, pois, perante uma situação tendenciosa, de manifesta desigualdade de oportunidades: anuncia-se, "urbi et orbi", a presença de uma personalidade apoiantes do NÃO, e silencia-se a personalidade que, no mesmo programa, vai defender o sim. O que dirá a CNE a isto?

(27 de Janeiro de 2007. Homem, Porto)

Agradecia por motivos de consideração pela vosso respeito pelos Telespectadores... o porquê ainda falar em escudos em programas televisivos..... quanto a mim esta mal..... (acho que esta a fazer muito confusão a todos os portugueses. Porque estamos numa democracia..... estamos no EURO, portanto por meu respeito por todos os jornalistas que tanto os respeito mas acho que já chega de ESCUDOS QUANDO SE FALAR DE EUROS. E ASSIM VAMOS SER MAIS CRENTES DE USAR OS NOSSOS EUROS E NÃO OS ESCUDOS..... VAMOS EM FRENTE MAS COM EUROS

(28 de Janeiro de 2007. Homem, Funchal)

Ultimamente, todos os dias tem sido notícia, nos vários blocos noticiários, a questão do aborto. Nada + natural, embora como todas as notícias em Portugal, sempre demasiado batidas, demasiado dissecadas e sem, no fundo tocarem a verdadeira razão desta notícia. E aqui entra a minha crítica: ainda nunca foi mostrada a pergunta do referendo!...Quando abordam essa questão, Srs jornalistas, por favor, informem o cidadão convenientemente: mostrem sempre a questão que está em causa com o referendo sobre o aborto, as pessoas não sabem qual é. Mostrem-na, divulguem-na, informem! Não é só 1 crítica, é também uma sugestão!

(29 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Porto)

Porque é que os jornalistas tentam repetidas vezes colocar palavras na boca dos seus entrevistados? Normalmente fazem declarações tendenciosas e terminam com "sim ou não?". Os entrevistados são obrigados a explicar que a questão não se pode pôr daquela forma e que não se pode responder apenas "sim ou não". E normalmente são interrompidos a meio da explicação, o que provoca confusão. As entrevistas deviam ser para esclarecimento de certos assuntos e não para levantar polémicas. Um exemplo deste comportamento é a atitude da jornalista no programa "A grande entrevista".

(30 de Janeiro de 2007. Homem, estudante)

Venho por este meio, informar o sr provedor acerca da minha indignação pelo desempenho da jornalista Fátima Campos no programa de ontem, pós e contras! Achei absurdo o favoritismo que deu aos defensores do sim, nomeadamente o tempo dado a cada interveniente, e a hipótese de falar, favorecendo SEMPRE o sim.. Ora se não estou enganada, estando num debate (numa estação pública ainda por cima), deve de se dar a todos um tempo igual, e não foi isso a que eu e muita gente assistiu! Venho também pedir um bocado de coerência, à programação em relação à campanha do referendo! Vejam se conseguem ser mais imparciais, e dêem também tempo de antena ao NÃO, que apenas tentam por alguma moralidade, e tentam que este país não descambe ainda mais, permitindo que um crime gravíssimo passe a ser impune e regular!!

(30 de Janeiro de 2007. Mulher, estudante, Lisboa)

Sr. Provedor, será possível explicar-me porque é que os jornalistas da RTP se referem repetidamente ao referendo à despenalização do aborto como "referendo ao aborto"? Ouço tal disparate constantemente, juntamente com outros como "movimento contra o aborto" e "movimento a favor do aborto". Assim, vejo-me forçada a concluir uma de duas coisas: ou a RTP está implicitamente contra a despenalização da I.V.G., ou alguns dos jornalistas da televisão pública são simplesmente incompetentes. Se se tratar deste último caso, por favor, contacte-me - ainda tenho mais um ano do curso de Ciências da Comunicação para acabar, mas trabalharei de bom grado. Fora de brincadeiras, espero que investigue este assunto e que tire as conclusões apropriadas.

(30 de Janeiro de 2007. Mulher, estudante, Lisboa)

Estranho que no noticiário de hoje das 9 horas, tenha sido dado um grande relevo à abertura de um parque de estacionamento automático em Nova York. Informo que aqui bem mais perto, isto é em VIGO existe há meia dúzia de anos ou mais, um parque desse género (que se situa junto ao Hotel Baía). Vão lá e façam uma grande reportagem disso. Os espanhóis agradecem. Esta notícia não tem novidade nenhuma! Será que os senhores jornalistas não têm assuntos mais importantes para transmitir! É por coisas destas que os noticiários são geralmente longos e sem interesse.

(31 de Janeiro de 2007. Homem)

O que me faz escrever estas linhas, refere-se ao(s) programa(s) emitidos à(s) 2.ª feira(s) – “Prós e Contras”, apresentado por Fátima Campos Ferreira. Este espaço televisivo e, sem dúvida necessário e aplaudido à partida por quem se interesse por figurinos programáticos inseridos no debate de ideias e princípios, designadamente aqueles relacionados com aspectos da sociedade portuguesa. Ora é precisamente por razões como a que indico, que a crítica surge como imprescindível. Ou seja, por haver tão poucos programas com carácter regular e com possibilidades de aprofundamento de matérias tão relevantes para o público português, se configura a crítica que a seguir e de imediato enunciarei. Num primeiro tempo coloca-se-me a questão indispensável: se é um programa de debate porque é que (muitas vezes, muitas) o “plantel” escolhido é demasiado uniforme, logo não havendo lugar ao tão querido debate. O espírito do contraditório ausente? Como exemplo referirei o grande número de economistas (que agora parecem ter sempre tanto que fazer), Miguel Beleza, Silva Lopes, Medina Carreira, para citar alguns, bem como aqueles outros analistas, comentadores, diversos “fazedores de opinião”, que as mais da vezes pertencem todos à mesma família ou, no máximo, - serão “primos”. Esta situação não estimula o debate: contraditar não se prefigura pela simples razão de que os intervenientes são “iguais”. As ideias, os conceitos e demais ambiente dialéctico igual ou idêntico, empobrecem o contexto e é servido o tédio aos espectadores. Opto propositadamente por não indicar os programas especificamente como é normalmente solicitado, porque o que aqui relato é comum a (quase) todos os programas a que assisti. Pelo menos a balança é, notoriamente, desequilibrada. A minha opinião é esta. Num segundo tempo referirei, considerando esta menção não menos importante que a atrás referida, – o facto de a apresentadora – Fátima de Campos Ferreira, ter um comportamento que, no mínimo denominarei de mestre-escola. Passo a explicar porque acho tal, e agora estendendo a questão ao programa de ontem relacionado com o tema candente do Aborto e respectivo Referendo

do próximo 11 de Fevereiro. Não irei obviamente comentar ou opinar o conteúdo do assunto debatido. Não é essa a minha intenção nem o que me fez mover no sentido reclamatório/expositivo. Irei, isso sim solicitar a V. – Ex.^a a atenção para dois pontos que julgo essenciais realçar e que enumerarei:

I: O horário tardio do começo do programa em apreço, sendo que não se compreenderá a razão pela qual não se abdica, - particularmente em debates de inegável importância, tal e qual (o) ora mencionado, - do concurso “Um contra Todos” e/ou da novela que anteriormente é apresentada! Ontem deitei-me às 2 horas. E tenho que me levantar às 7. Nem é o pior dos casos, sei. Logo... ademais, embora tendo consciência do mundo onde vivemos, penso contudo que esse lado mais do “vil metal” não se compaginará como aceitável a publicidade que medeia a programação, designadamente num canal de serviço público. Já custa a aceitar a publicidade que julgo ser mandadora implícita de qualquer programação em qualquer canal, e ainda por cima temos de a aguentar contextualizada em âmbito de programação - qualitativo inegável. Só o futebol continuará a ter o poder de alteração programática da RTP? Lamenta-se.

Outra questão, e esta também ela generalizada ao programa de informação em questão, que será aquela relativa ao comportamento e atitude “instituídos” pela apresentadora Fátima Campos Ferreira. O seu estilo raiando a prepotência, chega, por vezes, à mais elementar falta de educação. Qual mestre-escola do 24 de Abril, como, de resto, já atrás referi. Esta profissional, “controla” ou pretende controlar a assistência que ali vai, para, pensa-se, se não intervir, poder mostrar o seu mais elementar espírito de concordância ou de desagrado. Ora, Senhor Provedor, um dos mais antigos e universais modos de o fazer é batendo palmas, ou sussurrando o eventual agrado/desagrado. Desde o início do programa essa senhora jornalista não faz mais do que irritantemente proferir ameaças gratuitas tais como: “Estão proibidos de bater palmas” ou...” não é preciso bater palmas porque o senhor... sabe muito bem que gostaram...” ou...” se continuam a ter esses comportamento terei de...” “ se for preciso falo também como esse senhor, para se calar” “ Não vou permitir mais esse tipo de manifestações” agora não o deixo falar mais”, etc., etc., etc. Pese embora o acto de fazer “mea culpa” como o fez ontem, não deixa de ser significativo esse facto, se bem que o mal estava feito e ... irá/vai continuar? O facto de ter sido combinado a priori que não haveria lugar a manifestações, como refere em todos os programas, não lhe confere o direito de se comportar como uma professora perante (os) meninos mal comportados. E o tom com que o faz!!!!!!!!!!!! Não soubera eu que somos, de facto, um país à beira mar plantado e como também se diz e sabe, de brandos costumes, - e custar-me ia a entender o facto de não ter havido ainda (mais) ninguém que reagisse ou reaja mediante a situação, sempre presente nos “Prós e Contras”. Neste caso (é) nota Contra. Será que alguém já a chamou à atenção? Pareceu-

me... mas... Com a objectividade exigível, direi que, tanto a forma como o conteúdo utilizados pela apresentadora, no contexto explicitado, me parece excessivo e (no mínimo) de perfeito mau gosto. Particularmente num programa de informação que se pretende enformado numa plataforma de elevação, quer no plano intelectual, cívico, quer no dos princípios, quer naqueles outros – comportamentais e de postura imagética televisiva por parte dos profissionais a ela inerentes, da qual a televisão não pode nem deve nunca prescindir. Naquele momento ela é o rosto da RTP. E de que maneira. Dito isto... Senhor Provedor o que mais me intriga e mesmo com o risco de, como o gato, morrer com a curiosidade... Bem... dava tudo para saber o que é que aconteceria, se eu estivesse a assistir ao programa “ Prós e Contras” e ao mostrar a minha concordância ou não sobre determinado assunto, nos moldes socialmente aceites como pacíficos e normais, dava tudo dizia, para saber qual seria o meu castigo. É mesmo uma questão que me atormenta o espírito. O que é que essa senhora diria ou faria, em última instância, ou seja, face a algum espectador que não estivesse para suportar deselegâncias e desrespeito avulso, só porque interveio, mesmo que - onomatopeicamente... Alguém que reagisse. Alguém que não estivesse para a “aturar” Espero ansiosamente esse dia – confesso. No mínimo essas intervenções, por parte duma mediadora do debate são inquestionavelmente – desagradáveis. Pior, chegam mesmo a desviar a atenção do essencial. Devo agora dizer que, apesar de falar por mim, fique o Senhor Provedor sabendo que esta noção de inconveniência é partilhada por muitos com quem contacto. Isto é, estará determinado, porventura, a intervenção policial ou outra qualquer da RTP (que sei não existir!!!) aquando de tamanha manifestação de “desrespeito” pelas regras ditatoriais dessa senhora, perante tais prevaricadores? Será possível que em pleno século XXI, as atitudes constatadas e aqui relatadas, se configurem facilmente com despotismos esclarecidos ou não, digno de tempos idos? Será possível que se proíba a intervenção dos espectadores presenciais mediante um acordo que à partida é por si só determinista? Ou aceites ou... Penso até que inicialmente o programa ou algum outro congénere tinha o contacto em rodapé para se poder perspectivar uma dinâmica de interacção tão necessária neste tipo de programas. Devo dizer, todavia, que só dou este exemplo por contraste, não defendendo na totalidade esse figurino. Agora, naturalmente, poderá haver interacção sem repressão, mesmo com o figurino escolhido. Obviamente, as críticas que aqui desenho são extensíveis a todos aqueles de alguma forma responsável pelo programa, e não só à jornalista e causa. Justiça seja feita. Mas... Para mim é bastante simples: sou obrigado a trocar o acessório pelo essencial. Infelizmente. Sou obrigado, portanto, a evitar ver um programa (para mim) quase sempre interessante (pelo menos no seu conteúdo) e necessário na sociedade portuguesa, ... Pelo contraditório, pela polémica, pelo interesse inquestionável da generalidade dos temas escolhidos e abordados...E isto porque, a apresentadora se afigura gradualmente mais

irritante, mais prepotente e insistentemente recusando uma participação da plateia, mesmo que esta seja notoriamente passiva. Essa intervenção, pode até ser de relevo. Não, não pretendo, nunca, defender a interferência na justa realização e orgânica da jornalista e redactor, nmo atinente ao programa, mas... Senhor provedor, no contexto exposto, mais vale estar em casa. Pelo menos não temos que ouvir um “General” a dar ordens in loco, a impossibilitar raciocínios mais complexos pelos constantes cortes de palavra, bem como na utilização e modos revelados e aqui descritos, cuja adopção não primará pela elegância e postura exigidas no contexto. Sem que não é fácil moderar, mas há mil maneiras de o fazer agradavelmente, que não passarão por frases tais como” Eu é que mando no debate” ou “o senhor fala quando eu disser” Não é necessário esse tipo de afirmação. Faz parte das regras, desde que dita de outra forma, necessariamente sem acutilância amiúde usada. Para que não haja dúvidas deixo ao Senhor provedor a análise do que coloco entre aspas, ressaltando desde já algumas inexactidões. Ou seja, deverá ler-se, interpretar-se o que aqui menciono num âmbito lato de compreensão, sem contudo, deixar de se inferir o que pretendo passar nesta exposição. Em suma algumas referências serão textuais outras não, mas o sentido nelas contido, esse sim, é genuíno. O mais espantoso é que nem sequer acho que senhora seja tendenciosa (mal fora). Que não desempenhe o seu trabalho com profissionalismo. Que, geralmente, im-prepare os temas, de maior ou menos complexidade, – a abordar. Que esteja mal informada. Que trate mal a nossa Língua. Que... que....que... então porque insiste, e a deixam insistir, na postura algo agressiva umas vezes, deselegante muitas outras, prepotente (por vezes) também, em suma produzindo(se) um âmbito de desagradável sustentação enquanto espectadores? Um espaço televisivo que não tem paralelo, nem compete com nenhum outro (as outras TV’s não parecem preocupar-se com este tipo de programação) – mas que nem por isso deixa de ter o seu valor intrínseco – e o seu lugar próprio. Façamo-lo melhor, – ainda.

(31 de Janeiro de 2007. Homem, administrativo)

A atitude da jornalista Fátima Campos Ferreira durante o último Prós e Contras foi lamentável. Prepotente e ditatorial. Não parece a mesma do início do programa; convinha que alterasse a sua postura e fosse mais educada para com o público e os telespectadores.

(31 de Janeiro de 2007. Mulher, quadro superior, Bragança)

É vulgar os jornalistas que fazem os exteriores, não só prolongarem desnecessariamente as suas intervenções, repetindo 2 e mais vezes a ocorrência, como também no diálogo que mantem com os entrevistados assumirem muitas vezes uma atitude facciosa, do genero ; então e agora vão p/ a greve não é ? quais as proximas manifestacções que estão a pensar organizar ? etc. etc. ocupando um tempo de antena que muitas vezes é negado em entrevistas a medicos e a outros temas não expeculativos.

(1 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Os telejornais que são pagos por mim e por todos os protugueses deviam ser totalmente isentos. Este fim-de-semana para satisfação dos saloios de LISVOA o F. C. Porto foi brutalmente prejudicado pela equipa de arbitragem e os telejornais que são pagos por mim e por todos os portugueses omitiram simplesmente esses casos, não o fazem quando as equipas saloias de LISVOA saem prejudicadas, pelo contrário repetem vezes sem fim tentando influenciar toda a gente. Tenho vómitos muitos frequentes quando vejo os telejornais que são pagos mim e por todos portugueses a fazerem estas habilidades saloias, porque aí não há ninguém com tomates para pôr esses jornaleiros saloios que apareceram com a guerra do Iraque na ordem, estou à disposição para disciplinar esse covil de jornaleiros sem classe, sim jornaleiros e não jornalistas, esses sim tenho respeito por eles.

(1 de Fevereiro de 2007. Homem, Viana)

Tenho lido, visto muitos programas e Debates, como na passada 2.a feira no Prós e Contras, programa dirigido pela Jornalista Fátima Campos Ferreira com 3 partes! Mas infelizmente o Debate, foram Puras Opinioes Pessoais alguns com bons argumentos; mas estive muito longe de ESCLARECER uma Nacao!!Era uma plateia e uma casa DIVIDIDA! No final as partes Intervenientes ficaram cada uma delas com suas OPINIOES! Mas a Nacao nao viu no Debate Provas que fossem IRREFUTAVEIS. Eu posso REFUTAR muitas das coisas lá apresentadas nesse programa.Sr. Provedor, visto que é algo muito sério e um assunto muito delicado: POR QUE NAO DEIXAR QUE O DADOR E CRIADOR DA VIDA DE ESCLARECIMENTO SOBRE ESSE ASSUNTO! Entao já nao sao mais meras opinioes pessoais; é o CRIADOR que nos diz a Pura Verdade, e a Sua Palavra a Bíblia, é bem claro nesse campo sobre o comeco da vida e sonre o aborto, eu tenho muitas bases Bíblicas para mostrar isso com a Bíblia na maol! Também nos meus 7 Artigos sobre essa matéria posso Prova que a Ciencia apoia a

Palavra do Nosso Criador!E visto que as Igrejas falharam neste ponto de Educar seus súditos Bíblicamente! Eu estaria disposto se a RTP e o Sr. Director de Programas o queira de ir a Portugal e um ou dois dias antes da data do Referendo; DAR UM DICURSO sobre este tema á NACAO! Seria algo diferente de tudo que a RTP tem feito neste campo!A própria Jornalista Fátima Campos Ferreira, ela mesma também nao ESTÁ á altura de dirigir tal assunto!Por favor contacte os Responsáveis da RTP e me escrevam breve e rapidamente para me dizerem se aceitam esta minha oferta VOLUNTARIA!! Só me pagam as viagens de aviao, mais nada!

Posso enviar os 7 artigos sobre este tema ao Director de Programas!

(1 de Fevereiro de 2007. Homem, Alemanha)

Gostaria de manifestar o meu desagrado pela actuação da jornalista Fátima Campos Ferreira no programa Prós e Contras sobre o caso de adopção que envolve o pai biológico e a família de adopção, o qual culminou com a prisão por 6 anos do pai adoptivo. Independentemente da minha opinião sobre o caso em apreço, a atitude e a postura da referida foi inaceitável, tomando claramente partido por uma das partes e chegando inclusivamente a interromper os intervenientes quando as opiniões não iam ao encontro da dela.

(1 de Fevereiro de 2007. Homem)

Hoje no Bom dia Portugal passaram uma peça que anunciaram como sendo uma prova de ASA DELTA no México. É uma vergonha! Não se trata de asa delta trata-se sim de PARAPENTE! Consultem as diferenças em www.fpvl.pt (federação portuguesa de voo livre) Além disso no texto que foi lido, foi dito que eram dados saltos superiores a 50Kms. Tanto numa modalidade como na outra não se dão saltos (isto é exclusivo do paraquedismo) descola-se e voa-se. Será sim correcto dizer-se que se efectuam voos superiores a 50kms. Aliás, se contratassem jornalistas instruídos e com boa capacidade de pesquisa não saíam asneiradas destas para a antena. Podiam por exemplo contratar jornalistas desempregados como eu, ou utilizar como fonte de informação, pessoal da RTP que pratica parapente. Porque os há. Mais posso informar, e podem confirmar no site da FPVL, que os voos são bastante superiores a estes 50kms, sobretudo nas competições. Estas competições existem a nível nacional, e vejam lá que até existe uma selecção nacional a que os senhores não passam cartão. Esta selecção tem atingido boas prestações a nível internacional e mostram por todo o lado as cores da nossa bandeira. (não xutam bolas nem cantam fado, mas merecem tal como outros desportos por vocês esquecidos, uma cobertura no mínimo correcta) Eu próprio durante o ano passado comuniquei à vossa redacção dois eventos da modalidade, sendo um deles o Festival Nacional do Parapente (linhares da Beira), e nem a recepção da informação a redacção acusou. Revejam o que escrevem e emitem. Os espectadores da RTP merecem melhor, já basta a quantidade de desinformação que existe acerca do Parapente. Muitas vezes pintado de forma negativa e por algumas vezes pela redacção da estação de televisão pública.

(2 de Fevereiro de 2007. Homem, Setúbal)

Serve a presente para mostrar que não estamos desatentos, e como cidadão me sinto penalizada com o tratamento parcial e injustificável que os meios de comunicação em geral estão a dar ao tema do referendo, favorecendo claramente os apoiantes do sim e tentando esconder a realidade das iniciativas do não. 30 anos de democracia para perceber que, afinal, liberdade de expressão e justiça continuam a ser conceitos relativos...a censura apenas mudou de mãos. Espero que tenha, V. Excia. a vontade e a capacidade de inverter esta situação, para ela chamando a atenção daqueles que tutela, cumprindo assim o objectivo último da sua função, que é defender os interesses dos telespectadores no que à manutenção da qualidade de trabalho, que supõe a isenção dos jornalistas no tratamento das notícias, diz respeito.

(2 de Fevereiro de 2007. Mulher)

Sempre pensei, que TV deve informar, não de fazer propaganda, pelo menos nós países democráticos. Mas Telejornal de RTP de 01.02.2007 mostrou que as vezes isso não acontece. Em causa está a peça jornalística assinada pelo correspondente da RTP em Moscovo, Sr. Evgeni Mouravich, na qual ele fala sobre secção de perguntas – respostas, preferidas pelo presidente da Federação Russa, V. Putin. Sr. Presidente com muita facilidade operava com datas, cifras, nomes, etc e jornalista E. Mouravich disse que isso mostra as suas capacidades, pujança, etc. Mas a imprensa livre da Rússia, já chamou a atenção do público em geral, que as secções de perguntas – respostas do Presidente russo, são falsificados, o Presidente sabe as perguntas de antemão e as pessoas só fazem as perguntas pré – programadas, daí as capacidades extraordinárias do V. Putin. É difícil de acreditar, que jornalista E. Mouravich não está a par de situação. Mas se isso é verdade, então ele é um mão jornalista. E se sabe, mas desenforma os portugueses, então também não é jornalista, mas uma espécie de especialista em Relações Públicas ao serviço da Presidência russa. E se jornalista E. Mouravich reage dessa maneira coagido ou intimidado, temendo, por exemplo, pela sua segurança pessoal, etc, então deverá ser substituído pelo jornalista português, que irá informar os telespectadores da RTP com rigor e isenção, em vez de desenforma-los. P.S. relato publicado na imprensa livre da Rússia: Cidade de Kaspiysk. Pela informação da revista “Vlast” («Власть»), três semanas antes da “linha directa”, o poder local preparou e mandou para o Moscovo uma lista de quinze perguntas. Moscovo aprovou quatro destes. Aos participantes da “linha directa”, também escolhidos com antecedência, foram entregues os “auxiliares da memória” com a ordem e teor das perguntas – e as frases – chave que deverão ser usadas para levantar a mão para fazer a pergunta ou saudar o presidente.

Fonte: <http://www.shender.ru/syrok/?date=20061104>

(2 de Fevereiro de 2007. Homem, administrativo, Moçambique)

O programa "Prós e Contras", apresentado e moderado exemplarmente pela jornalista Dr.^a Fátima Campos Ferreira, é sem quaisquer dúvidas, o melhor programa de informação e cultura da RTP. Posto isto, e porque esses dois pressupostos devem servir todos os cidadãos, sem exceção, permito-me sugerir que o mesmo seja apresentado mais cedo 1 hora, isto é, 22h. O horário em que o programa é apresentado não permite, de modo algum, que a maioria das pessoas a ele possa assistir, dada a hora extremamente tardia a que termina.

(4 de Fevereiro de 2007. Homem, Coimbra)

Perdoe-me o aparente despropósito mas, antes de mais, peço-lhe que repare que o trato por Senhor Provedor e não por José, Zé, Zé Manel ou Necas. E se o faço não é por me sentir minimamente diminuída ou intimidada, antes por uma razão muito simples: Educação. E é exactamente essa a razão desta minha crítica: a familiaridade nitidamente abusiva com que os jornalistas em geral, incluindo os da RTP, se dirigem publicamente às personalidades que entrevistam ou que referem (em entrevistas, noticiários, debates, etc.). No caso da RTP cito apenas dois exemplos:

o último programa "Balanço & Contas" (RTP2, 3.Fev.2007), em que Sérgio Figueiredo se dirige constantemente ao "Fernando", sendo este o Senhor Dr. Fernando Ulrich, Presidente da Comissão Executiva do Banco BPI. Repare-se como o "Fernando" não sente qualquer necessidade de se dirigir ao jornalista como o "Sérgio".

2. o programa "As Notas Soltas de António Vitorino" (RTP1, 2.ª feira), em que Judite de Sousa se dirige constantemente ao "António", sendo este o Senhor Dr. António Vitorino, deputado, ex-Ministro da Defesa e ex-Comissário Europeu.

Esta falta de educação choca-me tremendamente, especialmente porque parte de pessoas com formação superior e com responsabilidades públicas, como é o caso dos jornalistas. Não há ninguém que lhes ensine um pouco de etiqueta e boas maneiras?

(5 de Fevereiro de 2007. Mulher)

Eu gostaria de mostrar a minha indignação pelo facto de os noticiários só informarem os telespectadores acerca de futebol na secção de desporto. Como praticante e federada em atletismo gostaria que os telejornais informassem mais acerca de outros desportos, visto que neste país não existe só futebol e o desporto que mais alegrias nos dá é o atletismo e ninguém o dignifica. Ainda no dia 4/01/2007 a equipa senior feminina do Maratona C.P. sagrou-se campea e a equipa junior feminina do Codessos classificou-se no terceiro posto e os jornalistas não souberam informar os telespectadores. Todos os fins-de-semana atletas portugueses fazem boas prestações cá e no estrangeiro e ninguém informa ninguém, apenas aparecem uma palavras insignificantes no rodapé dos telejornais. Espero que a mentalidade nos telejornais seja modificada e que pensem mais em informar do que ganhar audiências, porque felizmente existem mais pessoas como eu que gostariam de ouvir mais coisas para além do hipócrita futebol.

(5 de Fevereiro de 2007. Mulher, estudante, Aveiro)

No telejornal do dia 5.02.2007, em plena campanha eleitoral sobre o referendo do aborto, foram transmitidas duas reportagens pelo Sim e apenas uma pelo Não, sendo que em relação a esta, tal como sempre, foi apresentada num discurso irónico e que põe em causa os argumentos do Não. Será que os jornalistas da RTP são todos pelo Sim? E sendo-o não deveriam ainda assim mostrar-se imparciais? É pena que numa campanha eleitoral tão importante, os meios não sejam os mesmos para os dois lados e a luta seja tão desigual, dispondo-se a comunicação social pública a tomar partido por um dos grupos, de forma tão descarada.

(5 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa)

Estou a ver o debate no Programa Prós e Contras e não posso deixar de reclamar contra a posição facciosa que a jornalista está a tomar hoje, favorecendo claramente os que apoiam o Sim e cortando a palavra aos que defendem o Não. Apresenta inclusivamente a sua própria opinião como uma verdade insofismável e chega ao cúmulo de criticar a opinião dos que defendem o Não. Este tipo de comportamento não é admissível a um jornalista e ainda menos quando está ao serviço de uma televisão que é paga por mim e por todos os outros contribuintes.

(5 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Acabei de assistir ao "Prós e Contras" e, mais uma vez, me indignou a parcialidade da Dra. Fátima Campos Ferreira. Insistiu em, mais uma vez, tomar partido por um dos lados. Não é esse o seu papel como jornalista. Começou e foi até ao fim do programa dando sempre em primeiro lugar a palavra aos defensores do "Não", para que depois os do "Sim" pudessem rebater, como pretendia. Interrompeu as várias personalidades defensoras do "não", não os deixando desenvolver as suas ideias, com perguntas ridículas para que perdessem o sentido do que estava a expôr. Atrevia-se a deixar as frases dos defensores do "não", por concluir, com um sorriso trocista dar a palavra aos defensores do "sim". Nunca fez o inverso do exposto. Esta Senhora não merece continuar à frente de um programa deste tipo, pois desde o primeiro programa que acintosamente toma a defesa de um dos lados, procurando ridicularizar sempre a outra parte. É um programa visto e bem aceite, que não merece ser dirigido por esta jornalista, que acintosamente ridiculariza quem não pensa como ela, e nunca permite que conclua as suas ideias. Será que Fátima Campos Ferreira não se mostra pressionada por ter sido condecorada pelo governo socialista?! Será por isto que é parcial?! A meu ver esse não é o seu papel como jornalista e deve esquecer aquilo que gostaria de defender.

(5 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Bragança)

Os Grande Portugueses-Debate liderado pela Jornalista Maria Elisa. Penso que os intervenientes se debruçaram na edição transmitida no domingo exageradamente sobre dois dos seleccionados: Dr. Oliveira Salazar e Álvaro Cunhal. Se o programa é sobre os 10 mais votados, ficamos á espera que o debate se centrasse sobre os 10 escolhidos, ou dos restantes 90 não seleccionados. A líder do debate perde o controle quando permite que as intervenções recuem para assuntos já ultrapassados e permitir que os intervenientes falem das mesmas coisas repetidamente. Se estávamos à espera de ouvir coisas interessantes sobre os Portugueses mais notáveis, ficámos à quem dessas expectativas. Penso que o entrevistador deve ter um poder de síntese nas perguntas que coloca, e não dissertar exageradamente, ocupando o "tempo de antena" e interromper quem está a falar, cortando o raciocínio ou colocando outra questão sem ouvir a resposta aquilo que perguntou anteriormente.

(6 de Fevereiro de 2007. Mulher, administrativa, Lisboa)

Estou no Brasil desde 1962, mas nunca deixei de acompanhar os noticiários da RPTI, emissora que muito gosto de assistir, pois me parece que a programação desta está voltados àqueles portugueses que por alguma razão se viram obrigados a deixar a sua pátria para obter uma vida melhor. Como já disse acompanho sempre as notícias do nosso país, também o visitando quase todos os anos. Por isso me considero razoavelmente informado sobre tudo que ocorre de mais relevante. No entanto, gostaria de relatar uma pequena observação no tocante aos jornalistas e apresentadores da nossa RTP. É fato que a dicção dos repórteres é bastante peculiar, isto é, difícil de compreender, até mesmo para quem está acostumado a ouvi-los todas as noites. Apesar das apresentadoras Maria Eliza, Fátima Campos Ferreira e Judite de Souza serem jornalistas eficientes e experientes, sempre dificultam os entrevistados de terminarem suas respostas e ainda interrompem os mesmos constantemente, o que resulta na irritação das pessoas entrevistadas. Para ser mais preciso, assisti Maria Eliza algumas vezes dar respostas a suas próprias perguntas em vez de esperar a resposta dos entrevistados. Isso também se aplica a Judith de Souza. Esperam que entendam que essa é uma crítica isenta e construtiva à RPTI que é atualmente a representante de Portugal em todo mundo.

(6 de Fevereiro de 2007. Homem, administrativo, Brasil)

Considero alvo de reparo o comportamento já amnifestado mas que se tem vindo a agravar por parte da jornalista que modera o programa Prós e Contras. A escolha de temas polémicos geradores de discussão e o convite dum número elevado de participantes - perante os quais assume obviamente a responsabilidade de dar a palavra - não é boa medida e não seria difícil antever o resultado que após várias ocorrências ainda não produziu a acção correctiva espectável. O corte abrupto da palavra e do raciocínio, a visível arrogância e por vezes grosseria com que se dirige a alguns convidados, as expressões como "estão proibidos de" , a permanente expressão gestual que pretende reforçar a ideia de ameaça, o tom de visível irritação e as pontuais tentativas de humor, quase sempre básico e primário, interrompendo o discurso que é sério e resulta de um raciocínio elaborado e que se pretende que seja entendível por quem ouve, são ingredientes que só se toleram - e impedem outras escolhas - por via do grande interesse dos temas em presença. Penso que urge corrigir esta atitude, a qual não pode ser justificada pelo entusiasmo, por aspectos personalísticos ou outros ou pela necessidade de controlo dos intervenientes. As regras de comunicação deverão ser observadas porque este programa faz-se com convidados que dificilmente admitem serem tratados assim e que só um elevado nível de educação impede uma reacção, pelo menos visível. A jornalista corre sérios riscos de se deparar, um dia destes, com uma reacção desagradável e em directo, porque as pessoas que convida não são os jovens universitários com quem priva diariamente. Penso que está a tempo de moderar os seus ímpetos e o programa só teria a ganhar.

(7 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa)

Já não é a primeira vez que os comentadores das transmissões de jogos de futebol praticam xenofobia e discriminação racial. Ontem, dia 6 de Fevereiro, durante o encontro entre as selecções do Brasil e de Portugal, o comentador referiu-se ao jogador Quaresma, não referindo o seu nome, mas chamando-lhe CIGANO. Penso que este facto é grave e merecedor de repreensão.

(7 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa)

Não sendo a RTP1 uma agência de publicidade --- os publicitários, esses exagerados!... -- não compreendo a razão de, no noticiário de hoje, terem classificado como "mega manifestação" uma simples "manifestação" de 2500 pessoas ocorrida hoje em Dili.

Quando o 'pivot' utilizou a expressão até pensei que fossem 250 mil manifestantes ou que, como isto corresponderia a um quarto da população do país, fossem pelo menos 25 mil pessoas. Afinal parece que a redacção da RTP é constituída por publicitários... Não deveria ser assim, pois não? Não acredito que a BBC classificasse de "mega" tal manifestação... Por isso a BBC é a BBC e a RTP é a RTP. Mas não é difícil ser parecido com a BBC... Basta não serem jornalistas, perdão, publicitários...

(7 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior)

Não posso deixar passar esta ocasião sem fazer um reparo à Televisão Pública, que é praticamente a que vejo, e que de há cerca de 2/3 anos para cá tem apresentado uma enorme melhoria em todos os aspectos. Por esta razão sinto que devo com tris teza dizer que tenho notado que, durante a campanha para o referendo para o "Aborto", a estação tem pecado por não igualar os tempos de "Defesa do NÃO" e do "SIM", pois talvez sem querer privilegiou bastante o "NÃO". Não faço este reparo por votar SIM mas porque acho que devia existir um equilibrio na transmissão dos dois movimentos. Após o meu reparo, gostaria de transmitir à Fátima Campos Ferreira, talvez a melhor jornalista da estação, os meus parabéns pelos programas que fez, com especial relevância para o 1º:

(7 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa)

Venho por este meio fazer uma critica ao comentario desportivo do jogo de ontem, Portugal vs Brasil, feito pelo jornalista Helder Conduto. Nos ultimos jogos da Selecção Nacional AA, o jornalista escolhido para comentar o jogo tem sido Helder Conduto. Nao querendo duvidar da capacidade da pessoa, devo dizer que a RTP pussui nos seus quadros jornalistas com melhores aptidoes para essa tarefa. O jornalista em causa, na minha opiniao, tem tido alguns comentarios que posso classificar como infelizes, o último dos quais me levou a enviar esta mensagem. No jogo de ontem Helder Conduto a certa altura do jogo referiu-se a Ricardo Quaresma, da seguinte forma: "la vai Quaresma, o cigano"...este comentario era escusado, na minha opiniao...a "raça" etnia de um jogador nao necessita de ser divulgada durante um jogo de futebol... Alem disso, o mesmo jornalista "bombardeia" constantemente os telespectadores com informacao que nada tem a ver com o normal desenrolar de uma partida de futebol (como por exemplo por quantos clubes ja passou, em que rua e que mora certo jogador, entre outras...). O mesmo jornalista tambem emprega um estilo de comentario proprio de um comentario radiofonico de futebol e nao de um relato televisivo, pois, por exemplo, ainda a bola vai no meio-campo defensivo e ja ta a dizer que pode ser golo, o que se pode visionar que

nao e verdade... Que saudades dos comentarios feitos por Paulo Catarro, Rui Cerqueira, Miguel Prates, entre outros...

(7 de Fevereiro de 2007. Homem)

Gostaria de ser informado sobre quais os critérios da Direcção de informação na cobertura de determinados eventos políticos. Não sendo a primeira vez que o verifico, constatei que, na peça relativa à situação na Câmara Municipal de Lisboa do Jornal 2 de 7/02/2002, não foram ouvidos nem os representantes do PCP nem de "Os Verdes". Sendo que ambos os partidos possuem deputados municipais, e o PCP vereadores na CML, não se entende serem as duas únicas forças políticas cujas posições não mereceram cobertura por parte dos jornalistas. Existirá algum critério jornalístico que o possa eventualmente explicar?

(7 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Vejo com frequencia o programa "Prós e Contras", conduzido pela jornalista Dr^a. Fátima C. Ferreira. Porem ultimamente tenho mudado de canal, pelo simples facto, e quanto a mim, de a apresentadora não ter a sensibilidade do que é fazer televisão. Ou seja, quando eu espectador, estou a ver um programa em directo, quero ver e ouvir todas as incidências que lá se passam, e não uma voz a mandar calar, como se de uma aula se tratasse.

(8 de Fevereiro de 2007. Homem, administrativo, Lisboa)

Muito rapidamente: achei de muito mau gosto a intervencao do jornalista que interpelou o seleccionador nacional no final do jogo amigavel Brasil-Portugal. A expressao "que vitoria de Portugal contra o Brasil LHE DEU MAIS GOZO", sendo o seleccionador um nacional Brasileiro, so pode ser entendida como chacota. De qualquer modo, ela complementa os planos de camara sobre o seleccionador quando marcados os golos, claramente, uma tentativa de captar algum mau estar ou reaccao de desconforto que depois pudesse, como veio a acontecer, ser explorada pelos jornalistas no final do jogo. Nao penso ter sido a unica pessoa que notou a ma educacao do jornalista da RTP que, no meu enteder, merece um reparo e um pedido de desculpas ao seleccionador.

(8 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa)

Acabei de ver o início do programa "Verdade e Consequência", sobre as alterações climáticas, e apercebi-me de umas coisas que num próximo programa podem ser melhoradas. Antes de mais devo dizer que parei de ver o programa porque acabei o jantar e saí do restaurante. Como estudo e tenho trabalho para fazer, e infelizmente, não voltei a casa para continuar a ver o programa, que estava a ser, no mínimo, extremamente interessante. Dito isto, reparei no seguinte:

- A "personagem principal" do programa, em vez de ser a "informação" que vem dos vários intervenientes e do jornalista, pareceu-me ser o "jornalista"! (Subtilmente pareceu-me que o jornalista é que tinha o poder de mudar o acetato da apresentação, ele é que tinha o poder de fazer as perguntas certas, e ele é que tinha o poder de garantir que o percurso da conversa seguiria o rumo certo e previsível)

- Os gráficos, onde por exemplo "cada ponto vermelho" significava qualquer coisa, não se viam, por serem filmados indirectamente na projecção, em vez de serem transmitidos directamente pela televisão, como foram as animações.

- Os gráficos não tinham legenda, e uma vez não percebida a conversa antecedente ao gráfico, o telespectador não fazia ideia do que seriam. O gráfico do nº de dias com temperatura superior a 35 graus, sem legenda, parecia insinuar que era um gráfico de temperaturas, onde seria muito estranho a temperatura ser superior a 100 graus, em vez de ser um nº superior a 100 dias mais quentes.

Como sugestão, o que digo é que passe a ser mais subtil e discreto o papel do apresentador num programa do género, e que não é necessário ele carregar o fardo de representante da informação. Gráficos e figuras devem sempre ter título para lembrar quem os está a ver. Devem ser legíveis e não filmados ao longe com as sombras inevitáveis.

Em todo o caso, e tirando os aspectos que referi, trata-se de um programa exemplar, a seguir e melhorar! Merece sem dúvida os meus parabéns, pois tal ainda não tinha sido visto por mim na televisão portuguesa! Que continue, e melhorando!

(8 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Lisboa)

Hoje, dia 11 de Fevereiro de 2007, pelas 13.07 horas na RTP1 uma jornalista ao informar sobre a afluência às urnas permitiu-se comentar (descodificar) a pergunta que está implícita neste referendo, de tal modo que foi notória a sua parcialidade, como poderá ser visionado, ainda para mais no local de voto uma opinião deste teor sabendo que não é permitida qualquer referência de indicação de voto, mesmo implicitamente. Solicito por isso que me esclareçam quanto à legalidade desta situação, pois poderei estar enganado.

(11 de Fevereiro de 2007. Homem)

Uma vergonha! Escandaloso. Hoje, 11 de Fevereiro de 2007, dia de referendo ao aborto, pelas 13:15 a jornalista Sandra Felgueiras (filha de Fátima Felgueiras), fez uma intervenção, em directo dentro de uma sala de voto, numa localidade do Norte do País, sobre a interrupção voluntária de gravidez. Nessa intervenção, mencionou apenas e só os argumentos dos defensores do sim ao IVG até às 10 semanas, fazendo juízos de valores e consequências possíveis do "Não" ser o mais votado. Como espectador da Rtp, sinto-me hoje chocado com a falta de imparcialidade da referida "jornalista".

P.S.- envio cópia desta mensagem para a CNE.

(11 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)

Acabo de ver no Jornal da Tarde da RTP, um apontamento de reportagem da jornalista Sandra Felgueiras, na freguesia de Caxias, onde registava a fraca afluência às urnas (11,57%), hoje, dia do Referendo Nacional sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez.

Acontece que a referida jornalista fez considerandos pessoais sobre o que em seu entender está em causa, dizendo claramente “que se ganhar o Não, ficará tudo na mesma e as mulheres continuarão a ir para a prisão”, já que terá sido dito isso mesmo pelo Primeiro Ministro, ultrapassando tudo aquilo que se espera a nível de isenção jornalística. Julgo, pois, que se trata de uma violação da lei e que a jornalista deveria ser chamada a atenção por isso, na medida em que a sua intervenção foi por mim entendida, e por outros tantos mais atentos, como uma tentativa de ainda vir a influenciar o eleitorado que está indeciso ou que ainda não tenha ido votar. A reportagem foi feita em directo logo após as 13 horas, e embora não tenha sido gravada,

ainda assim, a Direcção de Informação da RTP também deveria pronunciar-se sobre o assunto.

Apelo ao Sr. Provedor que tenha esta informação em conta, que solicite o seu visionamento junto da direcção da RTP a fim de o poder confirmar, e que actue em conformidade.

(11 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro superior, Lisboa)

Quero expressar o meu PROFUNDO PROTESTO pela falta de objectividade da jornalista do Jornal da Tarde da RTP que declarou que se o NÃO vencer , a lei não será alterada e as mulheres serão punidas com pena de prisão até 3 anos. Isto é faltar a verdade e um mau exemplo de jornalismo, além de representar uma ingerência na realização do referendo.

(11 de Fevereiro de 2007. Mulher, Porto)

A "jornalista" do Telejornal da 13 H de hoje dia 11/2/2007, estava nervosa e disse algumas " calinadas". Por favor veja o assunto e não venha com desculpas que enganar qualquer pessoa tem!!

(11 de Fevereiro de 2007. Homem, Coimbra)

Trata-se de lhe transmitir a seguinte estupefacção: acabei de desligar o " Jornal da Tarde " da RTP1. O tema noticioso de fundo tratava obviamente da ida às urnas em dia de referendo. Escutei atentamente todos os jornalistas destacados. Mas... fiquei extremamente surpreendido quando ouvi a jornalista " ... Felgueiras " , de quem temos visto óptimas reportagens , chamar a si a " tarefa " de esclarecer os que estavam na sua proximidade e os telespectadores de todo o País de " quais as quatro opções que se nos deparam ao exercer este concreto dever de cidadania. Isto dentro do espaço em que é vedado fazer quaisquer actos de publicitação a actos eleitorais em presença. Será que não entendi direito as afirmações que proferiu? É que nenhum outro jornalista entrou por aquela via. E, sinceramente, aquilo pareceu-me tendencialmente não informativo. Ter-me-ei equivocado e estarei eu a ser tendencial? Limitaram-se (aqueles) a informar como é seu dever em circunstâncias tão particulares após uma campanha eleitoral . Não a opinar, sob capa de esclarecimento (como esta). Isso parece-me teria de ser resguardado, não só pelo acto em reportagem e local da mesma, como também porque (inadvertidamente) , poderá ter constituído uma " directriz " de conduta.

Informar quando é caso disso; opinar quando também for caso disso, julgo eu. Mas, ao que sei, "à boca das urnas" ninguém pode opinar! Assim fizeram os dirigentes de todos os quadrantes partidários!. Faço votos para que os Canais Públicos de TV procurem continuar a pautar-se pela diferença, a merecer a nossa preferência, a merecer o nosso aplauso, trilhando caminhos de qualidade e isenção. E que esta minha dúvida possa constituir uma achega positiva a bem dos bons êxitos que já primam pelo cinquentenário !

(11 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro médio, Évora)

Envio-lhe cópia do e-mail que enviei à Comissão Nacional de Eleições, no dia do referendo, a propósito de uma reportagem RTP em directo neste dia.

Venho, por este meio, solicitar a V.Ex.cias a apreciação da reportagem hoje transmitida em directo - em pleno dia de votação - a partir de uma mesa de voto em Caxias, no serviço noticioso das 13h00 "Jornal da Tarde" da RTP, cuja protagonista foi a jornalista Sandra Felgueiras.

Parece-me, na qualidade de leigo, mas também na qualidade de cidadão consciente, que a referida jornalista cuja qualidade do trabalho não ponho aqui em causa, em pleno dia de votação sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), tentou, ainda que de forma indirecta, motivar os telespectadores que àquela hora do dia ainda não tinham votado a tomarem posição pelo SIM à IVG.

Eu, não sabendo qual a posição da referida jornalista face a esta questão, fiquei convicto que é a favor do SIM. Eu e provavelmente milhares de telespectadores que àquela hora viam o serviço noticioso da RTP. A referida jornalista ao apresentar os vários cenários possíveis caso o sim ou o não ganhe, fê-lo de forma parcial, deixando no ar que, se o não ganhar, as mulheres continuarão a ir para à prisão.

A forma como a jornalista concluiu a reportagem, não me parece que vá ao encontro dum serviço público noticioso necessariamente imparcial e com responsabilidades acrescidas em dia de eleições. Muito menos me parece ter competências para inferir que tudo ficará na mesma e que a lei não será mudada se o não ganhar.

Ao telespectador, não deverá importar a opinião do informador, muito menos em dia de eleições. Todo o telespectador, todo o cidadão merece um dia de eleições sem campanha organizada e muito menos veiculada a título particular por uma jornalista, ainda que de forma indirecta.

A V. Ex.cias deixo esta minha opinião, a fim de que possam analisar a referida reportagem e possam retirar as devidas conclusões. E, caso concluem que há motivos para o fazer, possam também actuar em conformidade.

(11 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto)

em primeiro Lugar sou um defensor pelo NÃO RELATIVAMENTE À interrupção voluntaria da gravidez; em segundo, vivo no norte do país como pode verificar pela minha morada. Em terceiro o que foi dito pela Jornalista da RTP - JUDITE DE SOUSA, não se diz. Citando " Norte do país mais conservador e antiquado" punível, pode ser conservador e valorizar os valores morais, mas antiquado não, quem julga ela que é? para poder dizer o que diz? o jornalista deve ser imparcial,não tomando partidos de juízo ou valor. deve relatar noticias e não ter opiniões. LAMENTAVEL. Mas cada um lá sabe porque diz o que diz...

(11 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto)

Antes de mais gostaria de destacar o profissionalismo e a boa televisão que a RTP proporciona a todos os telespectadores.

Gostaria de saber:

- Porque é que o programa «Prós e Contras» (que é sem dúvida o melhor da televisão portuguesa) deixou de fazer sondagens;

- Porque é que a RTP1 deixou de apostar em programas desportivos, visto que tem o melhor jornalista desportivo em linha de conta (Carlos Daniel);

- Porque é que os programas infantis são dispensáveis, e quando passam passam tão cedo;

- Porque é que o programa «Gato Fedorento: Diz que é uma espécie de magazine» repete tão frequentemente, sendo o programa de entretenimento mais visto da RTP;

- De onde surge tanta coragem para serem sempre os primeiros a apostar novos genéricos e ganharem sempre a vossa aposta.

(12 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Lisboa)

Acompanho vários programas de debate nos canais generalistas, e permite comparar o grau de qualidade destes mesmos programas, fortemente determinado pela competência do moderador munido de isenção, válido para os temas, como entidades. Porém é notório, nalgumas abordagens da jornalista Judite de Sousa que sua competência está aliada à rispidez, intolerância, presente "agressividade" em seu tom de voz. E sua última entrevista (ao Ministro da Saúde) fala por si. Aquém do que era pressuposto, ser uma entrevista, foi nitidamente um desconforto crescente, afrontoso. Que seja predominante o respeito, tolerância, e (alguma) simpatia pelos entrevistados (seja quem for) condição que claramente se repercute nos telespectadores. O que me faz sugerir, à direcção de programas da RTP, a observação minuciosa em cada intervenção destes moderadores, para que suas opiniões pessoais/profissionais não interfira, independente do grau de experiência destes, esclarecendo o lugar e papel destes moderadores neste "aparelho" de serviço público.

(12 de Fevereiro de 2007. Mulher, estudante, Lisboa)

Sou sócio do Belenenses há muitos anos e, por isso, está à vontade para fazer este reparo. Ontem, domingo, de manhã, vi um conhecido comentador a falar do jogo Varzim-Benfica. E ouvi esse comentador a insinuar que o Benfica apresentou aquela equipa por excesso confiança, nunca mencionando que jogadores como Petit, Karagounlius e Miccoli só não jogaram porque estão lesionados, e teriam decerto permitido outro desfecho do jogo. Mandou outra alfinetada, ao dizer que o novo defesa brasileiro do Benfica vem duma equipa da 3ª. divisão brasileira, desvalorizando o facto de ter sido convocado para a selecção sub-20 do Brasil, ignorando que neste país há jogadores para formarem várias selecções de nível idêntico. Ou já se esqueceu da história do Deco?!.... Opiniões ressabiadas como esta fazem-me pensar que o "N" da RTP afinal não significa "Notícias", mas sim, "Norte"!

(12 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa)

Atenção ao Jornal da Tarde e em especial ao Jornalista Carlos Daniel, eu sei que a afirmação é através de teleponto, mas o que vale é a afirmação para os telespectadores, quando afirmou erradamente às 13H10 minutos que 6 em cada 10 portugueses disseram quererem a alteração à Lei....no referendo do dia 11 de Fevereiro.... Atenção não foram 6 em cada 10 portugueses mas 3,8 portugueses em cada 8,8 recenciados, ou seja 6 em cada 10 votantes. Atenção às falsas afirmações especialmente no horário nobre da televisão no canal publico o que faz saientar a possivel manipuição por parte de quem tutela a RTP.

(12 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Lisboa)

Escrevo por duas razões: Primeiro porque escrevi uma mensagem destinada a um programa do 2º Canal, à qual não me responderam. Está há demasiado tempo em emissão este dito programa que tem no seu nome um recorrente erro: "Diga lá excelência". A não ser que estejam a solicitar a alguém que diga "excelência", o que não me parece ser o caso, o programa devia chamar-se "Diga lá, Excelência". Pelo menos é essa a entoação que lhe dão no genérico e a única que faz sentido. Não há ninguém que repare neste erro? Estamos a falar dum programa de televisão, ainda por cima numa estação, supostamente, de serviço público. Na mesma estação de televisão onde jornalistas chamam "todo o país" quando se referem apenas a Portugal Continental. Este é o meu segundo assunto. Um lapso muitíssimo mais grave, que falta ao respeito a mais de meio milhão de portugueses que nasceram em Portugal, vivem em Portugal e pagam os mesmos impostos, incluindo contribuição audiovisual, que os que vivem no território

continental. Estas situações acontecem frequentemente nos vários canais da RTP. Na restante comunicação social, então, nem vale a pena falar...

(12 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa)

A praga de certo tipo de jornalismo e jornalistas que se instalou em Portugal, onde não falta agressividade, desrespeito para com o entrevistado, arrogância, etc., etc., não abona a favor da classe. Estas situações são cada vez mais frequentes e graves, pois jornalistas com responsabilidades profissionais e de ensino, como é o caso de José Rodrigues dos Santos. Na noite dos resultados do referendo, não conseguindo ser objectivo, mas de uma forma subjectiva e malcriada, virou-se para um dos elementos pelo "sim", dizendo mais ou menos isto, em relação ao nº de mulheres que poderá vir a solicitar aborto: então como vai resolver o trabalho que vem aí..... O trabalho que vem aí??? é forma de tratar a questão? é o vocabulário correcto? Falta de respeito para com as mulheres, com o assunto em análise, pelo entrevistado, pela ética jornalística.

(12 de Fevereiro de 2007. Mulher, Lisboa)

Apenas quero felicitar a RTP pela excelente informação, pelos grandes jornalistas, pelo Prós & Contras, Grande Entrevista que são programas cada vez mais indispensáveis na tv portuguesa. A RTP está no bom caminho, cada vez mais apetecível e cada vez mais jovem! Sem dúvida nenhuma que tem cumprido com as suas obrigações de Serviço Público e tem tentado abranger todos os público. Por isso mesmo só posso felicitar a RTP , neste caso e como referi no inicio pela grande informação que tem e que faz diáriamente.

(13 de Fevereiro de 2007. Homem, Évora)

O meu telejornal preferido é sem dúvida nenhuma o da RTP 1, é um jornalismo profissional, sem notícias corriqueiras, para isso mesmo é serviço público. Gosto muito dos jornalistas que apresentam o telejornal, dando-lhe um toque personalizado, destaco o José Rodrigues Santos e a Judite de Sousa. Em particular admiro bastante o trabalho desta última jornalista, nas Notícias e na Grande Entrevista. Agora só tenho uma crítica a fazer, vivemos num país de corruptos que comandam as nossas autarquias locais, não por minha escolha, e agora no meu telejornal preferido tenho que ver a filha de uma piores portuguesas na TV. Podem pelo menos não mostrar a cara da jornalista Sandra Felgueiras, é que quando ela aparece tenho de mudar do meu telejornal preferido para outro da concorrência.

(14 de Fevereiro de 2007. Mulher)

Acabei de ver o documentário de propaganda à ditadura salazarista de Jaime Nogueira Pinto. Ainda me custa acreditar que vi isto fora do tempo de antena do PNR. Este documento de propaganda é um insulto à democracia. A RTP é um canal do Estado que deve defender os valores da democracia. Não é nem tem de ser neutral nesta matéria, muito menos para garantir audiências. A RTP deve desculpas a todos os que morreram, foram torturados e fugiram do país durante a ditadura.

(14 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa)

Há cerca de 20 anos, em Lisboa/S. Bento, quando eu próprio acompanhava três alunos cegos ao autocarro, verifiquei que, ao chegar à paragem, eles, apesar de se terem apercebido que havia várias pessoas à espera, se foram colocar no primeiro lugar.

Discretamente, procurei chamá-los à atenção e reconduzi-los para o seu lugar na fila. Contudo, explicaram-se; - Oh Professor, caso nos coloquemos no nosso respectivo lugar, quando chegar o autocarro teremos invariavelmente de ouvir “Deixem passar os ceguinhos! Deixem passar os ceguinhos!” Assim, poupamo-nos a esse vexame!

Face à justificação dada, lá contemporei com a situação não sem que tivesse aproveitado a oportunidade para reforçar alguns valores que, qualquer “simples” professor deve invariavelmente inculcar nos seus alunos: deveremos procurar sempre respeitar as regras de convivência social; não nos deveremos aproveitar dos cargos que ocupamos ou, neste caso, da deficiência de que somos portadores; .as leis não deverão ser meras sugestões, como afirmou em tempos Jorge Sampaio! Papel difícil o do

Professor, quando todos os dias assistimos a comentários desportivos televisivos e ouvimos os comentadores justificar faltas muito feias à entrada das grandes-áreas como: “Falta cirúrgica!”. Sim! O defesa fez falta feia e ainda por cima pela parte de trás, correndo o risco de tornar o colega incapaz para a prática desportiva? Que outro remédio tinha ele para evitar o golo contra a sua equipa? Se não tivesse agredido o seu colega de profissão, a sua equipa teria invariavelmente sofrido um golo! O seu interesse pessoal e/ou de grupo!!!! Falta cirúrgica, é claro! – sublinha o comentador! Nunca ouviram este comentário verdadeiramente assassino? De que nos vale andar a pregar, quando num segundo, tudo é destruído? Ora, vem tudo isto a propósito, do cumprimento efectivo dia de reflexão, isto é, a Lei consagra o dia anterior ao de qualquer acto eleitoral ou de Referendo, como um momento em que os portugueses não deverão ser condicionados por qualquer tipo de propaganda, explícita ou pacóvia, que altere o seu clima de reflexão. Impõe-se portanto, que todos os órgãos de soberania e a comunicação social não adoptem o lema: “As leis são meras sugestões”. Pois acabo de ouvir, no Jornal da Tarde de Domingo, uma entrevista pomposa do Senhor Presidente da República Portuguesa, dada no Teatro Politeama no intervalo do musical “Música no Coração”. Só no sábado, dia de reflexão, ele conseguiu juntar a família! Pois foi, coitado, os afazeres são tantos! Até não foi ele que chamou a comunicação social! Casualmente todas as televisões lá estavam! Acto premeditado?!! FALTA CIRÚGICA! – diria o comentador! Dirão alguns: todos fazem o mesmo!!!! Responderei eu: não me parece que seja bem assim! Estejam bem atentos! De qualquer forma, sejam todos ou alguns, não é isso que nos deve deixar de reflectir sobre este momento menos bom que atravessa a sociedade portuguesa e de condenar claramente estes actos pacóvios e verdadeiramente assassinos do bom-nome do povo português! Que sinais estamos a dar à nossa juventude? TUDO VALE! neste momento, no Porto, na barra do Tribunal, estão muitos jornalistas e directores de jornais, por causa da violação do Segredo de Justiça. Mas como se poderá julgar seja quem for por falta ao Segredo de Justiça? Alguns jornalistas acharam que deveriam divulgar os factos conhecidos mas ... outros acharam que a violação resultaria na venda de papel e “afirmação” pessoal e profissional ... Alguns advogados só actuaram na defesa dos seus constituintes ... Alguns juízes aproveitaram para fazer marketing pessoal ou para se calarem perante injustiças flagrantes ... O ex-Procurador Geral da República, condecorado, achou que era benéfico para a sua imagem e/ou da corporação ou dos superiores interesses da Nação, dar algumas pequeninas informações ... O Director da Judiciária, rapidamente suspenso, também achou que era oportuno para si, para a sua corporação e sobretudo para a direcção da investigação, divulgar alguns dados e até inverdades ... Enfim, meus amigos – tudo FALTAS CIRÚRGICAS! Os cidadãos não cumprem os seus deveres fiscais! – falta cirúrgica! Os bancos e as outras empresas não cumprem com as suas

comparticipações para a sociedade em que estão a laborar? – falta cirúrgica! Os políticos não cumprem a sua palavra? – falta cirúrgica! Não tem problema, visto que até o Senhor Presidente da República Portuguesa, premeditadamente, não dá o exemplo!!
HAJA DEUS! AO QUE NÓS CHEGAMOS! Valha-nos Egas Moniz e o seu exemplo!

(14 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Porto)

Venho por este meio denunciar o que me parece ser uma total falta de respeito para com a veracidade dos factos e o "direito ao contraditório" que deveria reger a realização de reportagens por parte dos jornalistas da RTP. Falar da falta de médicos é sempre muito bem acolhido pelo público, mas mesmo assim, quando se fala neste tema deveriam dar voz, também, a quem pensa o contrário. Na reportagem "Médicos Nota 10" que ontem passou, além de ser, para mim, cópia da reportagem da SIC de Outubro, não houve uma única menção à realidade do acesso ao Internato em Portugal. Nenhum representante, por exemplo da Associação Nacional de Estudantes de Medicina, falou, e estes poderiam ter explicado que: é FALSO que estes alunos tenham 10. Podem pedir equivalência às escolas Portuguesas, à semelhança do que fazem colegas que estudam fora da União Europeia ou de Mestrados/Doutoramentos. Além disto volto a acrescentar que apenas não o fazem para "não perder tempo", uma vez que o Ministério da Saúde regulamentou em Diário da República que dada a necessidade de médicos, todos aqueles que apresentem comprovativo de frequência num curso de medicina, mesmo sem terem realizado o pedido de equivalência, podem aceder ao Internato. Obviamente, como a competência para a atribuição de equivalências pertence ao MCTES, quem não a pedir é-lhe atribuído um 10 que o mesmo será dizer "podem entrar no Internato". E finalmente, o principal factor de seriação para a "especialidade" é a nota de um exame que é IGUAL para todos os concorrentes, coisa praticamente inédita na Europa!

(15 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Covilhã)

Sou um muito pouco frequente espectador de TV, mas, mesmo assim, tomo a liberdade de colocar a V. Excia. a seguinte questão: os espectadores queixam-se amiúde da proliferação da violência na TV, normalmente sob o registo de notícias ou de filmes. Não concordo: as notícias violentas revelam o que é o mundo no seu âmago e os filmes, enquanto despoletadores de emoções, quando não são violentos são normalmente um bocejo. No passado fim-de-semana, olhando para um programa de desporto na 2: (o único canal que, em minha casa, fornece som e imagem suficientemente sofrível para ser televisionado), deparei-me com uma extensa reportagem sobre uma coisa a que chamam, se não estou em erro, kick-boxing. Chamar desporto àquela manifestação de selvajaria sem regra e sem controlo é o mesmo, parece-me, que chamar profissional altamente especializado a um assaltante de bancos. isto é: pode ser que o seja, mas não é por isso que passa a ser razoável. Atendendo a que: os programas de desporto são vistos por espectadores de todas as idades; a violência juvenil é um problema real (tenho um filho de 17 anos e sei-o bem); e o tal kick-boxing nada mais produz que a indução à violência,

gostaria de saber se, como eu, não seria de opinião que um programa desportivo deveria abster-se de reportar semelhante desregramento?

(15 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Porto)

Venho propôr a V. Ex.^a o seguinte: Que os Jornalistas da RTP, comecem a tratar os telespectadores como antigamente eram tratados, ou seja o Senhor/a/s Telespectadores e não você aí, você em casa. Que deixem o você para casa deles. É mais educado e mais bonito o Senhor do que Você. Eu sei que são coisas do 25 de Abril, mas este já passou.

(15 de Fevereiro de 2007. Homem, Coimbra)

Venho por este meio transmitir, a V. Ex.a, minha indignação perante dois factos decorridos no dia do referendo do passado dia 11 de Fevereiro, nomeadamente:

1) Durante o noticiário da hora de almoço foi dada palavra e em directo, a um indivíduo que se encontrava junto de uma mesa de voto, tendo o mesmo proferido, na minha visão, uma citação com o seguinte significado: "Venham votar pois trata-se de resolver uma chaga social" - expressão utilizada por apoiantes do "Sim" durante a campanha;

Na minha humilde opinião, mais grave, devido ao facto de o período de campanha já ter terminado na sexta-feira anterior, foi a situação que se segue:

2) Uma jornalista disse, durante o mesmo noticiário, qualquer coisa do género: "O primeiro ministro afirmou que, se o "Não" ganhar, não muda a lei!!".

Na minha óptica, são situações que apelaram, extemporâneamente, ao voto no "Sim" a meio do dia do referendo/votação.

(17 de Fevereiro de 2007. Homem, quadro superior, Leiria)

Por força da comunicação da voz do cidadão do dia 17/2/2005 (Sábado) devido à qual fiquei preocupado e a interrogar-me se esse serviço por muito nobre que esteja subjacente a sua finalidade, venha a tornar difícil o exercício da actividade profissional dos jornalistas, venha a contribuir para a exposição medíocre das opiniões e pessoas e seja mais uma oportunidade para a destruição dos valores que muito arredados andam da nossa cidadania. Tudo o que excede o lucro, a vaidade a consumismo e a regalia fácil, já não merece atenção. A opinião pública norteia-se quase sempre pela norma, norma essa que tem de ser alimentada com ideias, actos, sonhos e empreendimentos positivos e construtores de uma cidadania pela positiva e não pela negativa. E se amanhã o vírus da gripe da aves o HN5N1, viesse a reclamar o direito de ser iouvido e de exercer a sua actividade com liberdade!... Por fim, que a liberdade de uns não seja para dizer o que por vezes não deve ser dito, já que em particular é uma coisa na televisão outra!... Até por que a maioria do povo tem bom senso e tem pudor, pois está calada no seu canto e se fosse a falar, muito tinha que dizer!. As minhas desculpas, mas vou ter de fechar a televisão, o que é uma opinião pessoal e íntima, sem intenção de ofender ninguém.

(18 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto)

Quero expressar aqui a minha imensa indignação e repulsa pela forma absurdamente parcial com que a Senhora Jornalista Fátima Campos Ferreira modera os debates que promove no programa que dirige "Prós e Contras" da RTP. Assim, como este canal é público e os telespectadores têm direito a informação isenta e pluralista, direitos estes, plasmados na Constituição Portuguesa, venho deste modo solicitar que algo seja feito nesse sentido, de modo a que as opiniões pessoais dessa senhora fiquem apenas com ela e quem gosta de espaços de opinião não seja obrigado a aturar jornalistas arrogantes, prepotentes, convencidos e narcisistas!!

(18 de Fevereiro de 2007. Homem)

Ao que me traz aqui, faz-me deveras impressão, ver os srs jornalistas, pessoas cultas, quando no telejornal anunciam a parte de desporto, que realmente deveria ser, falem só e apenas só de futebol. Então porque não anunciam. Há um programa no Discovery, onde fazem a apresentação-Olimpiadas da Física, que um dos estudantes afirma "que o Ronaldo vai à casa banho, ou comeu num Mc, ou deu um pontapé não sei onde, isso sai todos os dias na televisão" e que um evento com o nível que aquele tem, nem uma

palavra. Sr. Provedor, como querem educar, dar alento ao conhecimento, se as proprias televisões estão no sentido oposto. E nós sabemos a influência que ela tem.

(19 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa)

Serve o presente mail para fazer uma pequena crítica... Refere-se ao telejornal. Efectivamente por várias vezes (quase mensalmente) tenho observado as estatísticas sobre o desemprego. Ora a minha crítica é esta, o desemprego está sempre a descer segundo a fonte citada (IEFP) o que é contrariado por outras notícias (por vezes no mesmo telejornal). Por outro lado, os jornalistas não fazem nenhuma reportagem ou outro tipo de investigação sobre o assunto, limitando-se a dar números e mostrar sempre a mesma imagem ("de uma repartição qualquer do IAFP"). Na minha opinião, deviam e podiam certamente desenvolver este assunto muito melhor, com exemplos, casos concretos, reportagens, etc, que decerto seriam mais elucidativos sobre a verdadeira situação, ao inves de apenas estatísticas, por vezes mascaradas, do IAFP. Por exemplo, quantas pessoas estão a frequentar cursos de formação profissional e por isso não são contabilizadas como desempregados? Parece-me que o desemprego, entre os jovens principalmente, é um gravíssimo problema e ninguém sabe muito bem até que ponto não estamos a comprometer o nosso desenvolvimento (a todos os níveis). Talvez por ser um dos jovens com grande dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, mesmo sendo licenciado, me sinta mais sensibilizado para a o rigor (ou falta de) com que tratam o assunto.

(20 de Fevereiro de 2007. Sem identificação)

Pelo que concluímos, a RTP é omissa ou cautelosa quando toca a dar notícias que possam molestar certas forças políticas, nomeadamente da direita - É sabido que, depois da grande estruturação que a RTP sofreu, ainda no tempo de Durão Barroso-Santana Lopes, que se consubstanciou com amudança de instalações, houve um enorme saneamento do pessoal, designadamente de jornalistas e de outros funcionários que não eram afectos ou da confiança das forças políticas de então. A Administração continua a mesma e não acreditamos que ali alguém seja admitido sem que não passe pelo crivo do mesmo critério. Daí talvez a explicação para o espalhafato que esses mesmos partidos fazem(com destaque para o PSD), quando não haja o tal zelo que eles esperam. Pois compreende-se que será muito difícil aceitar-lhes a menor deslealdade ou traição. Sendo a RTP, um serviço público, um dos aspectos mais gritantes é o facto da RTP apenas dar a voz, semanalmente, a dois comentadores: a Marcelo Rebelo se Sousa, que jamais consegue fazer uma crítica independente e divorciar-se das suas posições partidárias - Veja-se a desfaçatez com que usou e abusou desse tempo de antena para veicular a sua opinião sobre a questão do aborto. Só por esse facto (se fosse noutras televisões, como a BBC) era o bastante para ser imediatamente dispensado. A outra figura(embora bem mais moderada e com um sentido mais construtivo) é a de António Vitorino. Indubitavelmente trata-se de um excelente comentador e de uma pessoa que pelo menos faz algum esforço para não ser o porta-voz do seu partido e dele se distanciar. Mas tudo isto estaria certo se houvesse o cuidado da RTP conceder o mesmo espaço a figuras de outros partidos - ou pelo menos de arranjar um espaço (tipo mesa redonda) em que pudesse existir algum confronto. A não proceder assim não está a proceder com o sentido de isenção e de imparcialidade a que obriga a sua qualidade de canal público. Vem isto também a propósito da decisão de Alberto João Jardim, da sua demissão de Presidente do Governo Regional para um novo plebiscito - A RTP transmitiu a sua posição(e, pelo vistos, a RTP está sempre pronta e atenta a qualquer posição ou esbirro deste senhor); transmitiu ainda a posição do Porta-Voz do Partido Socialista - mas esqueceu-se da posição dos outros partidos. Essa, se a quisemos ver e ouvir, tivemos que mudar de canal e ligar para TVI. No entanto, não há dia algum que a RTP não dê eco a todas “as bocas” do controverso líder madeirense, permitindo-lhes que ele continue a deferir os seus ataques, mesmo os mais brejeiros, sem que haja o mais elementar cuidado de dar também tempo de antena a quem eles são dirigidos. Desse modo, venho chamar atenção de V.Exa para que faça lembrar ao conselho de redacção que a RTP não é um canal privado, para favorecer esta ou aquela força partidária, mas para fazer uma informação que seja o mais isenta e objectiva possível.

(21 de Fevereiro de 2007. Grupo Amigos da TV)

RTP: O serviço público de televisão é só para alguns... Quanto à eliminatória, já tudo estava claro como água há muito tempo. O Chelsea é uma equipa muito forte e teoricamente favorita nesta eliminatória. Tudo pacífico. Mas o FC Porto, teoricamente o «underdog», ainda tem contra si o canal que vai assegurar a transmissão do jogo, em sinal aberto. É que aos olhos de Portugal, servido por este órgão de informação que sempre defende o que é Português, já perdemos a eliminatória.

A RTP, o canal do serviço público de televisão, anuncia o jogo como sendo a primeira vez que Mourinho vem ao Dragão para...jogar a sério. Em 2005, num jogo a contar para a mesma competição, Mourinho perdeu e disse que não tinha sido a sério. Qualquer pessoa com um mínimo de cabeça sabia muito bem que esse era um jogo que Mourinho não queria perder nem a feijões. Com outra comunicação social, tínhamos tido gozo durante toda a semana. E agora, a conversa era desenterrada para chatear o adversário. Mas não, dois anos depois, essa mesma declaração é aproveitada para anunciar o jogo. Que é como quem diz: «Cuidado que ele vem aí, e agora é a sério. Cuidem-se!»

Entrevistas requentadas sobre o «Special One» No dia antes do jogo, o mesmo canal passa uma entrevista extensa sobre José Mourinho. Interessante, sem dúvida, ou não se tratasse de um dos melhores treinadores do mundo. O sentido de oportunidade é que talvez não tenha sido o melhor. De um lado está a equipa que representa o país, do outro um treinador ao serviço de uma equipa estrangeira. Hmmm...Tough call...nestes casos há que ser neutro e imparcial. Até se percebia esta atitude da RTP, se ela fosse igual noutras circunstâncias... Tivemos que gramar com programas sobre o «Special One», não por não lhe reconhecermos obra (era o que faltava!), mas por já sabermos isso há uns anos. Onde é que andavam estes jornalistas embevecidos na altura?! Foi só o José mudar de camisola e foi o que se viu... Passou a semana a falar sózinho... Tivemos de gramar declarações do próprio que sugerem que talvez não seja recebido bem. Fantástico, sabendo a forma como foi recebido há 2 anos (que chapada de luva branca em certa comunicação social) e na forma como os adeptos do FC Porto o receberam no aeroporto: respeito, muito respeito pelo homem...mas acima de tudo isso está o grande FC Porto. Além disso, passou a semana a falar sózinho, usando as declarações habituais de quem quer atirar pressão para do FC Porto. Da parte do clube, a reacção esperada, ou seja, o homem ficou a falar sózinho... Mais «pérolas» da RTP Tivemos de gramar uma reportagem feita em Inglaterra, onde não entraram sequer na sede do FC Porto em Londres, e sugeriram que os Portugueses aí radicados estavam divididos entre o Mourinho e o FC Porto. Para terminar, ainda houve uma reportagem que passou na RTP em que um repórter induziu os adeptos do Chelsea a gritar pelo...Benfica (sim, ouviram bem, o Benfica que foi à Champions League por 2 vezes nos últimos 12 anos). Enquanto se dava o«espectáculo», o repórter não escondia a imensa satisfação pela sua «boa

acção». No estúdio, até os olhos reluziam ao Carlos Daniel, que nos brindou com um daqueles seus risos cínicos. E ando eu a pagar isto com os meus impostos..

(21 de Fevereiro de 2007. Homem, Suíça)

Venho por este meio apontar um caso de manifesta incompetência de um jornalista (?) da RTP. Passou-se há minutos durante a transmissão do jogo de futebol FC Porto-Chelsea: ao minuto 53, após receber a bola de um lançamento de linha lateral, é assinalada falta a Ballack. O comentador explica que foi fora-de-jogo. Aquilo que eu pensava ser um excesso de entusiasmo, justificado pela tensão de estar a relatar em directo, revelou-se mesmo uma manifestação de incompetência. Na repetição do lance, em câmara lenta, o jornalista (?) volta a afirmar, agora com maior autoridade, que Ballack estava fora-de-jogo quando recebeu a bola! Eu sei que até o Provedor sabe as regras. Podia reclamar da gritante parcialidade do tal jornalista (?), mas o que me choca mesmo é a falta de conhecimento de alguém que está a comentar um dos jogos de futebol mais importantes da época na RTP, que vive à conta dos nossos impostos. Porque será que um incompetente destes tem emprego, quando há tantos jornalistas sem emprego? Será que tem de cumprir quotas com pessoal do Norte? Ou é apenas porque conhece alguém, que conhece alguém, que...?

(21 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Lisboa)

Acabei de ver o programa Grande Entrevista da Judite Sousa com o Procurador Geral da Republica. Foi na minha opinião uma pessima entrevista da jornalista que parecia determinada exclusivamente em tentar converter algumas pessoas sobretudo ligadas ao futebol e à Camara deLisboa em culpados. Este instinto persecutorio chegou ao ponto de chamar culpados aos arguidos e de tentar "meter tudo e todos no mesmo saco" apesar das continuas correcções e apelos à objectivdado do Procurador. Nenhuma pergunta sobre como funciona a Procuradoria, o que vai mudar e qual o diagnostico comparativo que o Procurador faz etc etc. A Televisão Publica deve informar e contribuir para a melhoria do país e não alinhar em campanhas dirigidas contra alguém nem procurar continuamente o escandalo e o "sangue". Destaque pela positiva para o procurador que ao contrário do que é habito não desculpa a sua actuação com a falta de meios. Gerir é conseguir mais resultados com os mesmos ou mesmo menores recursos.

Gostava que fizesse chegar este texto à jornalista.

(21 de Fevereiro de 2007. Homem, Porto)

Tendo visto, ontem, a "Grande Entrevista" com o Sr. Procurador Geral da República não posso deixar de manifestar o meu total desagrado pela forma como a mesma foi conduzida pela jornalista Judite de Sousa. Eis alguns dos tópicos nos quais sustento a minha insatisfação: a) a insistência obsessiva em abordar casos que se encontram em segredo de Justiça; b) na sensação clara de que muitas das perguntas pressupunham já uma resposta; como, obviamente, o Sr. Procurador as não podia dar, valia a interrupção quase "mal educada" do discurso deste último; c) no interesse desmesurado em confirmar se o Sr. Pinto da Costa iria, ou não, ser acusado. Fiquei mesmo com a sensação que a resposta a tal pergunta interessava verdadeiramente mais à jornalista que aos telespectadores; d) no modo como, infelizmente, o Sr. Procurador não pôde expor as suas ideias sobre a Justiça e sobre a própria Procuradoria (modo de funcionamento, objectivos, etc.) uma vez que durante quase todo o programa teve que se preocupar em como NÃO FALAR sobre o que não podia falar; Por sorte, o sr. Procurador mostrou ser uma pessoa bastante ponderada, calma e séria e também por sorte, para nós telespectadores, e por sabedoria, dele, nunca perdeu a lucidez e a simpatia perante tamanho rol de perguntas parciais e tendenciosas, sempre colocadas em "alto e bom som". Estridente e altivo, direi mesmo, para mal dos nossos ouvidos!

(22 de Fevereiro de 2007. Homem, Lisboa)

A atitude com que Judite de Sousa conduz a suas entrevistas está longe de ser pedagógica e dirigir-se ao essencial. Seria o expectável da Televisão Pública! A Grande Entrevista, contudo, insiste particularmente em assuntos que constituem fofoca pública e encarando-os nem mais nem menos como qualquer ALCOVITEIRA SOCIAL. Enquanto a jornalista é capaz de manter uma conversa inteligente com António Vitorino, na Grande Entrevista resvala completamente para a comadrice e a intenção verrinosa. Assim por exemplo, no último programa, com o Sr. Procurador, perguntou uma dezena de vezes por Pinto da Costa, (o marido é do Benfica) enunciou o nome de Isaltino de Morais (o marido é autarca vizinho) e tentou ainda por todos os meios induzir a quebras de segredo de Justiça sobre outras matérias (o que significa induzir a ilícitos). Proponho a mudança do nome do program para a "A GRANDE ALCOVITICE" ou então que a senhora seja mandada para um jornal tablóide.

(22 de Fevereiro de 2007. Mulher, trabalhadora qualificada, Setúbal)

Não creio que as críticas ajudem, ou por outra eu creio, mas não podem alterar uma programação cuja meta são as audiências a todo o custo. (...)Os noticiários também não os vejo, duram no mínimo uma hora, passam o tempo a chover no molhado, de manhã, às 13H e depois á noite. O ano passado casualmente comecei a ver um noticiário ás 13H, abriu com uma notícia sobre o glorioso (Benfica) que durou apenas 22 (longos) minutos, nesse dia havia um jogo à noite, além do jornalista que estava a ler as notícias, foram feitos mais 5 directos, um estava na 2ª circular a dar informação sobre o trânsito,(mas o jogo era só à noite) outro estava junto às bilheteiras, outro estava nos balneários(vazios), outro junto ao relvado(sózinho) e o último na sala onde relatam o jogo(também sózinho). Fiquei a perguntar-me a que serviram aqueles 22 minutos de blá-blá-blá, sobre o meu clube favorito, creio que apenas para preencher o tempo do noticiário, uma notícia de dois minutos era suficiente.

(23 de Fevereiro de 2007. Homem, Setúbal)

Sou jornalista num pequeno jornal local – Jornal de Barcelos – que, não obstante a sua diminuta expressão e escassez de meios face a outros títulos de maior circulação, conseguiu provar que a CP está há mais de 20 anos a violar a lei que regula as condições de contrato do transporte ferroviário de passageiros – a Tarifa Geral de Transportes. Quer isto dizer – e temo-lo provado insistentemente – que com esta prática a CP tem lesado ao longo destes anos milhões de passageiros. É que, em alguns casos, os clientes desta empresa chegam a pagar pelos títulos de transporte quase o dobro do que a lei determina. Um exemplo: quando somente pode receber 2,90€ por uma viagem entre o Porto e Barcelos, a CP chega a cobrar 5,70€!... A gravidade deste caso levou já a DECO a reunir-se por 2 vezes com a CP. A Associação considera que se estão a praticar “ilegalidades grosseiras” e ameaçou levar a empresa a tribunal caso esta não se retracte publicamente e encontre soluções de indemnizar os passageiros. Também a AR tem vindo a discutir e a avaliar os impactos destas ilegalidades. Fê-lo a 1/3/06, numa Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e a 19 de Janeiro interpelou o Governo no sentido de saber que medidas tinham sido tomadas para impedir “que a CP cobre ilegalmente milhões de euros com base em tarifários ilegais”. Nem sempre com o destaque que o assunto merece, é certo, mas (quase) toda a comunicação social tem tratado este assunto. E tem sido importante, na medida em que foi a “pressão” exercida por esta que fez com que se desse já início a uma revisão tarifária. Porém, Senhor Provedor, de todos os jornais, revistas, rádios e televisões nacionais, somente uma nunca dedicou um segundo a este caso: a RTP. E digo-o com alguma tristeza, porque lhe

reconheço qualidade e capacidade para melhorar (sempre mais) o serviço público que vem prestando. Considero esta situação tanto mais grave quando há jornalistas da RTP a quem foram transmitidas informações sobre este assunto. Mas, ainda que assim o não tivesse sido, a Agência Lusa já por diversas vezes noticiou o caso. Foram, inclusive, feitos diversos contactos pessoais na véspera do dia.

(23 de Fevereiro de 2007. Homem, jornalista, Braga)

Venho por este meio apresentar-lhe o meu profundo desagrado pelo horário extremamente tardio a que a RTP apresenta os documentários relativos aos 10 Grandes Portugueses. Trata-se de um programa de alto valor e, como tal, julgo que deve ser transmitido num horário acessível à maioria dos telespectadores, como por exemplo, em seguida ao telejornal. A respeito do mesmo programa, tenho ainda a criticar o facto de a apresentadora Maria Elisa, num debate realizado na Universidade do Minho, anterior à actual apresentação dos referidos documentários, ter demonstrado uma parcialidade, a meu ver, altamente reprovável relativamente à personagem de António Oliveira Salazar. Julgo que enquanto apresentadora, moderadora e jornalista, esta atitude se encontra perfeitamente desenquadrada.

(23 de Fevereiro de 2007. Estudante, Aveiro)

Acho escandaloso que a RTP gaste milhares de euros, para enviar um jornalista a Londres a proposito do Chelsea-fcp, para fazer entrevistas banais sem qualquer interesse a não ser para esse reporter, pois aquilo que esse Sr. lá foi perguntar já todos sabemos as respostas. É também vergonhosa a forma como os jornalistas da RTP-Porto fazem os comentários dos jogos do fcp, pois são de uma parcialidade absolutamente inqualificável, dando até a ideia que a RTP é do fcp e não de todos os Portugueses que como estação publica deve ser.

(24 de Fevereiro de 2007. Homem, trabalhador qualificado, Braga)

No telejornal de hoje das 20h, 25-02-2007, uma notícia sobre as aulas de substituição termina desta forma (minuto 18:02 desde o início do telejornal): "A obrigatoriedade das aulas de substituição parece revelar já uma virtude: a taxa de absentismo dos professores revela uma tendência de descida na ordem dos 40%". Parece? Ou revela? E revela o quê? Uma tendência, segundo a peça. Creio que seria mais construtivo a jornalista limitar-se a factos, em vez de retransmitir boatos.

(25 de Fevereiro de 2007. Homem)

Quando se deu o triste acidente de comboio na linha do Tua, vi na televisão k jornalistas da TVI e RTP, questionavam uma jovem que estava a ser transportada para o Hospital. Em situações destas, em que as pessoas mostram dificuldade em falar e raciocinar, era melhor que os jornalistas mostrassem um pouco de respeito por vitimas de acidentes. Como telespectador acho que não ganhei nada com aquela informação.

(26 de Fevereiro de 2007. Homem, Vila Real)

Mais uma vez dirigo-me a V.Exa. relativamente ao programa Pros e Contras, mais uma vez me pareceu que a jornalista não consegue manter a imparcialidade quando conduz o programa, ontem quando o Sr. Ministro da Saúde estava a explicar a questão das urgências ouve algum barulho na sala, a reacção da jornalista a meu ver e bem tirando a agressividade, foi de informar a plateia que teriam que sair se não mantivessem o silêncio na sala. Todavia lembro-me das claques em vários programas e só para citar alguns temas a discussão do encerramento das maternidades, do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, o caso da pequena Esmeralda. Não gosto de pateadas, assobios e outras expressões deste género portanto peço a V. Exa que aconselhe a jornalista para que daqui em diante tirando a agressividade faça a mesma advertência a plateia seja qual for o tema em debate.

(27 de Fevereiro de 2007. Mulher, quadro médio, Lisboa)

Vi atentamente o programa Prós e Contras de ontem relacionado com a actual polémica sobre as urgências em Portugal. Reconheço, como disse o Sr. Ministro, que o vosso programa tem um papel fundamental, conseguindo reunir os principais intervenientes nas polémicas que surgem no nosso país, contribuindo para um maior esclarecimento dos cidadãos. O que questiono é o porquê de tanto desequilíbrio nas várias situações abordadas? Foi dado um protagonismo no meu entender excessivo à situação de Valença em detrimento de outras. Sou um habitante de Vendas Novas e fiquei sem saber o que se iria passar na minha terra. A única intervenção do meu Presidente, foi quase arrancada a ferros, havendo até uma certa deselegância por parte da jornalista alegando que “não estava previsto que falasse”. Debate? Apenas em relação a algumas situações. De Vendas Novas, em particular, pouco se falou. Olhando para as imagens, existiu como já disse, alguma deselegância para com o autarca de Vendas Novas. É lamentável...

(27 de Fevereiro de 2007. Homem)

Acabo de assistir ao vosso programa sobre o Estado Novo, o qual terminou da pior maneira possível. Não vou comentar o que ouvi, porque isso levar-me-ia a tecer considerações muito extensas. Apenas quero referir o procedimento altamente incorrecto que o programa teve para com a pessoa do prof. Jaime Nogueira Pinto, alegando falta de tempo para transmitir o final anunciado. Foi vergonhoso. Mais uma vez a RTP parece preocupadíssima com a votação que contemplou a figura histórica do Dr. Salazar. Após todo o esforço desenvolvido pela jornalista Maria Elisa para, nos seus programas,

denegrir quanto possível a pessoa do antigo Presidente do Conselho, vem agora o Sociedade Civil reforçar esse trabalho, numa tentativa desesperada de última hora tendo em vista alterar o sentido de voto de potenciais telespectadores participantes ainda indecisos. O final que presenciamos foi reles. A preocupação do Fernando Rosas com a possibilidade de ser o prof. J. Nogueira Pinto a encerrar o programa e o alívio que expressou quando a moderadora anunciou que tal já não iria acontecer, são a prova cabal do objectivo real que a RTP pretendia alcançar: arrasar o que ainda pudesse restar de prestígio da pessoa em estudo. "Per fas et nefas". Decididamente o vosso programa de hoje não dignificou os seus responsáveis.

(27 de Fevereiro de 2007. Homem, Família)

senhor provedor a rtpi deve ser um espaço de promoção de Portugal no mundo e não o contrário. As informações que nela vemos são regularmente ataques diretos à boa imagem do país em total contradição com a missão que é a sua. Os jornalistas por ignorância ou mal informados fazem veicular dados e comparações com outros países ou errados ou inadequados. O programa pros e contra foi durante muito tempo um instrumento de denigração por excelência. Os jornalistas apresentam-se como vedetas em vez de bons profissionais. Até quando vamos ter que suportar estes factos que revoltam a comunidade? A crítica deve ser construtiva e não destruidora e a imagem do país salvaguardada seja qual for a situação. Dado que eles gostam de comparações por que não vem mais as televisões estrangeiras e verão que elas não se enganam do objetivo.

(27 de Fevereiro de 2007. Homem, França)

Venho aqui expressar a minha preocupação com o jornalismo actualmente desenvolvido pela RTP. Desde sempre são os serviços noticiosos de minha eleição. No entanto, tenho assistido ao surgir de uma nova vaga de jornalistas, que por vezes ficam aquém do que seria de esperar. Nomeadamente gostaria de salientar alguns casos:

- Quando da divulgação de uma notícia acerca de procriação medicamente assistida (não posso precisar data e assunto, pois já vai algum tempo); a peça apresentava inúmeros erros (seguramente mais de 5) a nível científico, e por isso eventualmente desculpável; - Há poucos dias, quando colocam uma investigadora da Universidade de Aveiro a versão sobre os problemas actuais na costa com a Universidade de Coimbra em fundo(!), erro que caso não esteja confuso se repetiu no dia seguinte. - Um jornalista novo, enquanto aguardava (penso) a chegada de José Mourinho, em directo, repetiu pelo menos 3 vezes o mesmo texto (estaria escrito, tal a precisão da repetição), enquanto

tentava prefazer tempo, acabando por sair do ar ainda sem a chegada do mesmo, o que se verificou alguns minutos depois. - E mais uma miríade de pequenos lapsos e erros que, apesar de admissíveis, muitas vezes poderiam ser eliminados com uma supervisão das peças a apresentar. Assim, gostaria de salientar a minha palavra de apreço pela integração de novos jornalistas ao serviço, mas acho que necessitavam de um pouco mais de supervisão.

(28 de Fevereiro de 2007. Homem, estudante, Porto)

No noticiário das 13h, ontem 27/02/07, houve uma reportagem sobre um Centro de RVCC na Régua. O jornalista deu a entender que os Adultos que obtiveram a certificação de 9º ano tinham passado por um processo formativo quando a filosofia do Processo de RVCC não é essa. Por outro lado, chamou aos Adultos, alunos, o que, mais uma vez está errado. Disse, igualmente, que havia poucas dezenas (não me recordo do número exacto) de Centros RVCC no país, quando de facto, os Centros de RVCC (agora chamados de Centros Novas Oportunidades), já ultrapassam em muito a centena.

Além disto tudo, o jornalista deu a entender que os Centros RVCC existem em escolas, quando, na sua maioria, os Centros foram criados estando ligados a outro tipo de instituições públicas e/ou privadas. Lamento esta má prestação de informação, pois os jornalistas têm, assim como toda a gente, acesso à internet, e bastava usá-la para ir procurar informação mais correcta. Para mais informações acerca dos Centros Novas Oportunidades, basta ir ao site da Direcção-Geral de Formação Vocacional ou ao próprio site da Iniciativa Novas Oportunidades.

(28 de Fevereiro de 2007. Mulher, Porto)